

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS BERSANI

**TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR DE CELULOSE E A PEDAGOGIA POLÍTICA
DA DOMINAÇÃO BURGUESA: A ATUAÇÃO DA FIBRIA/SUZANO EM MATO
GROSSO DO SUL**

Versão corrigida

**SÃO PAULO/SP
2022**

ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS BERSANI

**TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR DE CELULOSE E A PEDAGOGIA POLÍTICA
DA DOMINAÇÃO BURGUESA: A ATUAÇÃO DA FIBRIA/SUZANO EM MATO
GROSSO DO SUL**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Linha de Pesquisa: Território, agricultura e sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria de Marcos

São Paulo/SP
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Bt Bersani, André Ricardo dos Santos
Territorialização do setor de celulose e a pedagogia política da dominação burguesa: a atuação da Fibria/Suzano em Mato Grosso do Sul / André Ricardo dos Santos Bersani; orientadora Valeria de Marcos - São Paulo, 2021.
329 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Setor de celulose. 2. Territorialização do capital. 3. Governos petistas. 4. Dominação de classes. 5. Estado e sociedade civil. 6. Mato Grosso do Sul. I. Marcos, Valeria de, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): André Ricardo dos Santos Bersani

Data da defesa: 07/04/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Valeria de Marcos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 06/06/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

ATA DE DEFESA

Aluno: 8136 - 9509581 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) André Ricardo dos Santos Bersani no Programa de Geografia (Geografia Humana) do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 07 dias do mês de abril de 2022, no(a) Sala Virtual realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) André Ricardo dos Santos Bersani, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"Territorialização do setor de celulose e a pedagogia política da dominação burguesa: a atuação da Fibria/Suzano em Mato Grosso do Sul"


Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Valeria de Marcos	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
José Gilberto de Souza	Titular	UNESP - Externo	Aprovado
Marta Inez Medeiros Marques	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Thiago Araujo Santos	Titular	UFMS - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca destaca o domínio teórico-metodológico expresso pelo candidato ao longo da tese, bem como sua importante contribuição ao trazer novas formas de análise do processo de territorialização do capital monopolista por meio da compreensão da pedagogia política da dominação burguesa.

Eu, Daiane Neres da Silva , lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 07 dias do mês de abril de 2022.

José Gilberto de Souza

Thiago Araujo Santos

Marta Inez Medeiros Marques

Valeria de Marcos
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 07/04/2022 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Profa. Dra. Claudia Amigo Pino
Presidente da CPG-FFLCH

DEDICATÓRIA

*Dedico esta tese aos meus avós:
Seu Amaro e Dona Olga (in memoriam),
Seu Luís (in memoriam) e Dona Luzia,
camponeses que tiveram o direito de acesso à
terra e à educação básica usurpado pelas
classes dominantes deste país.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria e ao meu pai Orandi, pelo apoio durante pesquisa e escrita desta tese de doutorado.

À minha irmã Daniele, por ter escolhido o curso de Geografia quando fez minha inscrição no vestibular da UFMS (sem eu saber!), pelo apoio e pelos momentos de descontração.

Ao meu irmão Matheus, pelo carinho de sempre.

Pelos anos de orientação, pela confiança, autonomia e compreensão, agradeço à minha orientadora Valeria de Marcos, um ser humano maravilhoso que tive a sorte e o privilégio de encontrar ainda durante o curso de mestrado. Minha admiração cresceu junto ao aprendizado que sua orientação me proporcionou. Obrigado pelo apoio nos momentos difíceis dessa trajetória.

Aos amigos Marco Aurélio, Danilo e Mariele, pelos momentos partilhados de conhecimento e alegrias.

Aos amigos Digo e Marco Antonio, pelo companheirismo desde a graduação.

Ao amigo Raphael Mattos, pela tradução do resumo desta tese, pelo apoio durante todo o percurso acadêmico (desde a graduação) e pela alegria de sua amizade.

Ao Mie, por sempre estar disposto a ajudar, pelos trabalhos de campo que realizamos juntos, pelas questões levantadas em campo, e por sua importante presença e atuação no campo sul-mato-grossense.

À minha tia Rô, por ter me acolhido em sua casa no início do doutorado.

Ao Renato, que me acolheu no CRUSP todas as vezes que precisei.

Aos meus professores de Graduação, Especialização (em História Social) e mestrado, realizados na UFMS – campus de Três Lagoas/MS, em especial à Rose, Maria Celma e Sedeval.

À Rosangela, secretária do Programa de Pós-Graduação pelo qual esta tese foi realizada, pela forma atenciosa com que atendeu minhas solicitações durante o curso.

Aos amigos Junior e José Luiz (Zé), diretor e coordenador da Escola Estadual Dolor Ferreira de Andrade durante o período que nela trabalhei, pelo apoio que me deram quando cheguei em Campo Grande/MS.

Aos trabalhadores da Escola Estadual João Dantas Filgueiras (Três Lagoas/MS), companheiros de batalha diária travada no chão da escola por uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade.

Aos trabalhadores em educação que participam ativamente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Três Lagoas e Selvíria (SINTED), pela luta travada em busca de nossos direitos,

melhores condições de trabalho e contra os retrocessos que atingem a educação nas esferas municipal, estadual e nacional.

Aos professores Marta Inez Medeiros Marques e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pela participação na banca de qualificação, pelas importantes contribuições.

Aos professores José Gilberto de Souza, Thiago Araujo Santos e Marta Inez Medeiros Marques, por aceitarem participar da banca de defesa de doutorado, pela leitura atenta da tese e pelas excelentes arguições que contribuíram para melhorar a qualidade do trabalho.

Aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Política e Ideologias (GE-EsPi), Thiago, Matheus, Joser, Paulo, Amorim e Aliucha.

À Paulinha Emboava, pelo apoio durante as correções da versão final desta tese.

Aos camponeses e camponesas que me receberam em seus lotes e em suas casas, por me contarem um pouco de suas vidas, dos programas e projetos pesquisados e do trabalho na agricultura.

Aos trabalhadores entrevistados durante a pesquisa, pela atenção.

Aos trabalhadores das universidades nas quais tive a oportunidade de realizar pesquisas (UFMS e USP), que lutam por uma educação superior pública, gratuita e de qualidade; em especial àqueles que fazem da educação uma prática revolucionária.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento que viabilizou a realização desta pesquisa de doutorado.

Agradeço aos pesquisadores, às agências de fomento e às universidades que atuaram efetivamente no enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), em especial aos trabalhadores que estiveram na “linha de frente”. Por lutarem pela ciência e pela vida humana frente ao negacionismo e a banalização da vida.

“Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade!”.

(Friedrich Engels. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, 2010, p. 309).

RESUMO

Em um contexto de transformações no movimento de acumulação capitalista, especialmente pós-crise financeira de 2008, cujos efeitos aprofundaram o padrão exportador de especialização produtiva da economia brasileira, assistiu-se, no início deste século, a construção das duas maiores fábricas de celulose do mundo no estado de Mato Grosso do Sul: a Fibria-MS Celulose e a Eldorado Brasil. Uma década depois do início das operações da Fibria em 2009, o estado se tornou o principal exportador de celulose do país e responsável por 22,2% da produção nacional, sendo que, para suprir a demanda por matéria prima, durante o referido período, a área plantada com eucalipto, no estado, foi de 290,8 mil para 1,1 milhão de hectares. Essa expansão tem deixado diferentes grupos sociais, que vivem no/do campo, ilhados em meio aos plantios de eucalipto. Diante desse cenário, a presente tese teve como objetivo compreender o processo de territorialização do setor de celulose na porção Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase na intervenção político-ideológica realizada pela Fibria nas diferentes frações do território por meio de programas e projetos socioambientais implementados nas comunidades localizadas no entorno das áreas com plantios de eucalipto da empresa. Para tanto, buscou-se analisar, neste processo, o papel desempenhado pelo Estado (via BNDES e fundo público) e pela sociedade civil empresarial (via institutos e fundações), além dos aspectos ideológicos, políticos e econômicos ligados à intervenção da Fibria e seus respectivos desdobramentos sobre os sujeitos por ela atingidos. A pesquisa teve como recorte histórico-analítico e político-econômico os governos petistas, período no qual o setor de celulose ampliou a escala de suas operações, expandindo-se para novas áreas situadas, principalmente, no interior do país, como é o caso sob análise. Dessa forma, também foi realizado um esforço teórico-metodológico com a finalidade de compreender a economia política desses governos, isto é, as transformações político-econômicas conjunturais ocorridas no âmbito do Estado e da sociedade civil, bem como as alianças e os conflitos de classes. Os resultados alcançados pela pesquisa permitem defender a tese de que a expansão do setor de celulose no estado analisado, nesse início de século, viabilizou-se por meio de uma forma de dominação de classes com bases socioterritoriais – resultante de um período marcado pela consolidação da hegemonia burguesa neoliberal no Brasil – que, apesar de combinar o uso da força com a (re)produção de consensos, teve como elemento predominante e essencial a educação das classes subalternas para o consenso frente a tal processo. Por fim, é importante destacar que esse consenso não significou a harmonização das relações sociais de produção, nem a redução de seus impactos socioambientais e territoriais, pelo contrário, permitiu ao setor se expandir para novas áreas, ampliando e intensificando os processos de expropriação e exploração/degradação da natureza.

Palavras-chave: Setor de celulose; Territorialização do capital; Governos petistas; Dominação de classes; Estado e sociedade civil; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

In a context of transformations in the movement of capitalist accumulation, especially after the 2008 financial crisis, whose effects deepened the export pattern of productive specialization in the Brazilian economy, at the beginning of this century, the construction of the two largest pulp mills in the world was witnessed in the state of Mato Grosso do Sul: Fibria-MS Celulose and Eldorado Brasil. A decade after the start of Fibria's operations in 2009, the state became the main pulp exporter in the country and was responsible for 22.2% of the national production, in this way, to supply the demand for raw material, during the referred period, the area planted with eucalyptus in the state increased from 290.8 thousand to 1.1 million hectares. This expansion has left different social groups living in/from the countryside isolated in the midst of eucalyptus plantations. In this scenario, the present thesis aimed to understand the process of territorialization of the pulp sector in the northeast portion of the state of Mato Grosso do Sul, with emphasis on the political-ideological intervention carried out by Fibria in different fractions of the territory through programs and socio-environmental projects implemented in communities located around the company's eucalyptus plantations. To this end, we sought to analyze, in this process, the role played by the State (via BNDES and public funds) and by business civil society (via institutes and foundations), in addition to the ideological, political and economic aspects linked to the intervention of Fibria and its respective developments on the subjects affected by it. The research had as its historical-analytical and political-economic cut the PT governments, a period in which the pulp sector expanded the scale of its operations, expanding into new areas located mainly in the interior of the country, as is the case under analysis. In this way, a theoretical-methodological effort was also carried out in order to understand the political economy of these governments, that is, the conjunctural political-economic transformations that occurred within the State and civil society, as well as the alliances and class conflicts. The results achieved by the research allow us to defend the thesis that the expansion of the pulp sector in the analyzed state, at the beginning of this century, was made possible through a form of class domination with socio-territorial bases - resulting from a period marked by the consolidation of the neoliberal bourgeois hegemony in Brazil – which, despite combining the use of force with the (re)production of consensus, had as its predominant and essential element the education of the subaltern classes for consensus in the face of such a process. Finally, it is important to highlight that this consensus did not mean the harmonization of social relations of production, nor the reduction of their socio-environmental and territorial impacts, on the contrary, it allowed the sector to expand into new areas, expanding and intensifying the processes of expropriation and exploitation/degradation of nature.

Keywords: Pulp sector; Territorialization of capital; PT governments; Classes domination; State and civil society; Mato Grosso do Sul.

LISTA DE SIGLAS

ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
AEMS - Faculdade Integrada de Três Lagoas
AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
AFD - Agence Française de Développement
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar - BNDES Participações S.A
BRACELPA - Associação Brasileira de Celulose e Papel
CDB - China Development Bank
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Esalq-USP - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
EUA - Estados Unidos da América
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores
IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IP - International Paper
ISE - Investimentos Sociais de Empresas
ISO - International Organization for Standardization
JBIC - Japan Bank for International Cooperation
KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau
MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MS - Mato Grosso do Sul
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NIB - Nordic Investment Bank
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PDRT - Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial

PIMA - Produção Integrada de Madeira e Alimento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPC - Programa Nacional de Papel e Celulose

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PSI - Programa de Sustentação do Investimento

PT - Partido dos Trabalhadores

ReDes - Redes para o Desenvolvimento Sustentável

REFLORE MS - Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas

SEMAC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de Planejamento e de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPROTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo

SEK - Swedish Export Credit Corporation

TIMOs - Timberland Investment Management Organizations

TUC - Trades Union Congress

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

USP - Universidade de São Paulo

VCP - Votorantim Celulose e Papel

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização das propriedades próprias em nome da Fibria-MS no ano de 2017.....	71
Mapa 2: Expansão do monocultivo de eucalipto nas microrregiões de Três Lagoas e Paranaíba	76
Mapa 3: Mato Grosso do Sul: ocupações de terra 1995 – 2016.....	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área de estudo	27
Figura 2: Produtividade e rotação média (anos) de plantações industriais de árvores no Brasil e em países/regiões selecionados	45
Figura 3: Aberturas e fechamentos de plantas produtoras de celulose de eucalipto branqueada de mercado entre 2006 e 2015 – (milhões de t)	46
Figura 4: Evolução dos preços dos bens primários (1960-2016) (%)	51
Figura 5: Novas áreas de expansão das plantações industriais de árvores (histórico)	53
Figura 6: Mato Grosso do Sul: produtos exportados no ano de 2016	56
Figura 7: Localização da Região destinada a implantação do Plano Estadual de Florestas de Mato Grosso do Sul	57
Figura 8: Distribuição e evolução da área plantada com plantios de eucalipto, por estado	59
Figura 9: Principais áreas de atuação da Eldorado e Fibria, respectivamente (2017/2018)	64
Figura 10: Distância média entre colheita e fábrica nas diferentes unidades da Fibria	81
Figura 11: Investimentos realizados pelas empresas associadas individuais da ABRAF, em valores nominais, por área	82
Figura 12: Registro de reclamações sobre impactos sociais	102
Figura 13: Principais resultados da pesquisa de favorabilidade das comunidades em relação à Fibria (%)	102
Figura 14: BNDES – Política de atuação no entorno de projetos	146
Figura 15: Área de dominação socioterritorial da Fibria no MS	204
Figura 16: Processo de Gestão de Riscos da Fibria	281
Figura 17: Processo de Gestão de Riscos da Fibria	283

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Assentamentos rurais na área de atuação da Fibria/Suzano	94
Quadro 2: Operações diretas contratadas pela Fibria com o BNDES – indústria (2005-2018)	112
Quadro 3: Operações diretas contratadas pela Fibria com o BNDES (2005-2018) – novas linhas de produção	113
Quadro 4: Operações diretas contratadas pela Fibria com o BNDES (2005-2018) – sustentabilidade	114
Quadro 5: Operações diretas contratadas pela Fibria com o BNDES (2005-2018)	115
Quadro 6: Apoio a empresas via renda variável e fixa (aportes BNDESPar – 2007-2018)	121
Quadro 7: Operações contratadas – BNDES Fundo Social (2008 a março de 2014)	139
Quadro 8: Valores contratados do Fundo Social BNDES com principais Fundações Empresariais (2008 a abril 2014)	140
Quadro 9: Operações contratadas (2006-2018). BNDES Finem-ISE	151
Quadro 10: Linha do tempo do Instituto Votorantim.....	173
Quadro 11: Estratégia de intervenção político-ideológica	177
Quadro 12: Avaliação de desafios e oportunidades para a construção de uma agenda de intervenção político-ideológica	180
Quadro 13: Linha do Tempo do Programa ReDes	207
Quadro 14: Recursos do BNDES destinados ao Programa ReDes	208
Quadro 15: Projetos do Programa ReDes (BNDES-Ivot-Fibria)	210
Quadro 16: Evolução recente da responsabilidade socioambiental	268
Quadro 17: Impactos negativos identificados nas operações da Fibria	284
Quadro 18: Vantagens derivadas da pedagogia política da responsabilidade socioambiental	298

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área total plantada com eucalipto e área sob domínio das empresas, em hectares (2017)	62
Tabela 2: Principais áreas de atuação/domínio das empresas Fibria e Eldorado (2017/março).....	63
Tabela 3: Preços de terras em hectare no município de Três Lagoas (MS)	75
Tabela 4: Área de atuação da Fibria: Número e área dos estabelecimentos agropecuários (2017)	78
Tabela 5: Área de atuação da Fibria por estado	82
Tabela 6: Operações Diretas contratadas pelas empresas do setor de celulose e papel com o BNDES (2003-2018)	109
Tabela 7: Municípios pesquisados: efetivo bovino (cabeças) (2000-2016)	285
Tabela 8: Produção de origem animal: Leite-mil litros (2000-2016)	286

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção de celulose – Brasil (1990-2016)	52
Gráfico 2: Expansão da área plantada com eucalipto (ha) em Mato Grosso do Sul (2006-2016)	58
Gráfico 3: Distribuição da área com plantios de eucalipto por tipo de propriedade – Brasil (2005-2012)	65
Gráfico 4: Distribuição da área com plantio de eucalipto e pinus por estado e tipo de propriedade (2012)	66
Gráfico 5: Distribuição da área de plantios de eucalipto por tipo de propriedade – MS (2005-2012)	67
Gráfico 6: Área do plantio de eucalipto da Fibria por unidade e tipo de propriedade (%)	70
Gráfico 7: Mato Grosso do Sul: Assentamentos criados e formas de obtenção da terra 1995-2016	90
Gráfico 8: Mato Grosso do Sul: ocupações de terra 1995-2016	95
Gráfico 9: Mato Grosso do Sul: Ocupações de terra por movimento social 2003-2015	96
Gráfico 10: Participação das diferentes fontes no <i>funding</i> do BNDES, 2006-2016	105
Gráfico 11: Evolução dos desembolsos do BNDES – em bilhões (1997-2018)	106
Gráfico 12: Desembolsos do BNDES para o setor de Celulose e Papel (1995-2017, em bilhões de reais)	108
Gráfico 13: Operações diretas contratadas pelo setor de celulose com o BNDES (por estado, 2002-2018)	111
Gráfico 14: Percentual da participação acionária via BNDESPar no setor de celulose e papel (2006-2018)	121
Gráfico 15: Transferência anual de recursos financeiros do FAT para o BNDES (2000-2018)	128
Gráfico 16: Evolução do Patrimônio Financeiro do FAT e recursos alocados no BNDES (valores nominais – em bilhões de R\$) 2002-2018	129
Gráfico 17: Investimentos do Fundo Social em R\$ (2003-2014)	137
Gráfico 18: Evolução das operações BNDES-Finem (ISE) (2006-2018 em milhões)	149
Gráfico 19: Valor total por setor selecionado BNDES-Finem (ISE) (2006-2018 em milhões)	150

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Casa do Mel no Bairro/Comunidade rural de Arapuá	212
Imagem 2: Casa do Mel em Brasilândia	214
Imagem 3: Tambores de mel lacrados, equipamentos e estrutura da Casa do Mel	217
Imagem 4: Viveiro de mudas frutíferas e nativas do cerrado	219
Imagem 5: Barracão ao lado de sede da Associação Pedra Bonita	223
Imagem 6: Estufa para produção de mudas de mandioca	224
Imagem 7: Ordenhas adquiridas por meio do Programa ReDes	226
Imagem 8: Laticínio construído no Bairro/comunidade de Arapuá	229
Imagem 9: Curral construído pela Fibria no Assentamento Pontal do Faia	240
Imagem 10: SAFs no empreendimento de crédito fundiário Esperança defronte à área de eucalipto	244
Imagem 11: Painéis instalados pela Fibria nas sedes dos assentamentos e reassentamentos rurais	247

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1. A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR DE CELULOSE E A ECONOMIA POLÍTICA DOS GOVERNOS PETISTAS	32
1.1 Os governos petistas e o projeto de uma nova variante neoliberal no Brasil	32
1.1.1 A crise do thatcherismo e o surgimento da "Terceira Via"	32
1.1.2 O Partido dos Trabalhadores e o social-liberalismo à brasileira	36
1.2 A territorialização do setor de celulose no estado de Mato Grosso do Sul	43
1.2.1 Territorialização do setor de celulose e a aliança entre terra e capital	60
1.3 A contrarreforma agrária do social-liberalismo petista e seus desdobramentos em Mato Grosso do Sul	84
CAPÍTULO 2. O ESTADO NO CENTRO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO VIA SETOR DE CELULOSE	104
2.1 O BNDES e o financiamento do setor de celulose: o Estado como agente da concentração de capital	107
2.2 A BNDESPar e os processos de fusão e aquisição: o Estado como agente da centralização de capital	115
2.3 Fundo público: territorialização do capital e dominação burguesa	124
2.3.1 O papel pedagógico do Estado: Fundo Social do BNDES e táticas para educar para o consenso	131
2.3.2 A dominação socioterritorial do capital: a Linha de Investimento Social de Empresas e a Política de Atuação no Entorno de Projetos	142
CAPÍTULO 3: AMPLIANDO O ESTADO: SOCIEDADE CIVIL, TERRITÓRIO DA LUTA DE CLASSES	158
3.1 Sociedade civil empresarial e ampliação seletiva do Estado: aspectos da dominação burguesa no Brasil	159
3.2 O Instituto Votorantim como aparelho privado de hegemonia empresarial	172
CAPÍTULO 4. A INTERVENÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA FIBRIA POR MEIO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	188
4.1 A incursão político-ideológica da Fibria nas diferentes frações do território	190
4.2 Programas e projetos de responsabilidade socioambiental da Fibria em Mato Grosso do Sul	202
4.2.1 Programa Redes para o Desenvolvimento Sustentável (ReDes)	206
4.2.2 Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT)	231

CAPÍTULO 5. ESTRUTURA E DINÂMICA DA INTERVENÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA FIBRIA	252
5.1 A responsabilidade socioambiental como forma de manifestação da ideologia social-liberal	253
5.2 Das certificações à direção política da dominação burguesa.....	262
5.3 A atuação burguesa no interior do aparato de Estado.....	273
5.4 Da gestão de riscos à gestão dos conflitos socioterritoriais	280
5.5 Do valor compartilhado à economia dos conflitos socioterritoriais	292
5.6 Da responsabilidade socioambiental à pedagogia política da Fibria	299
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	310
REFERÊNCIAS	318

INTRODUÇÃO

As indagações que conduziram a elaboração desta pesquisa, seu objeto, suas problemáticas e seus objetivos e sujeitos, se originaram de indícios, pistas e sinais empíricos acerca das intensas e complexas transformações territoriais que vêm ocorrendo em alguns municípios localizados na porção Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul a partir do *boom* industrial que teve como foco o município de Três Lagoas e como marco o ano de 2006, sendo o setor de celulose seu carro-chefe, até então desconhecido na região e que surgiu como um tipo de produção cujos benefícios seriam inquestionáveis.

Mesmo que de forma distanciada, observou-se durante a graduação os primeiros impactos causados pela mobilidade do setor para o município de Três Lagoas, especialmente no campo. Evidências que serviram de base para despertar o interesse pela pesquisa do objeto. Durante os anos de graduação em Geografia (2007-2010), conviveu-se com salas de aulas onde eram armazenados equipamentos destinados a cursos ligados à produção de celulose, ministrados no interior da universidade. O discurso do progresso, sempre presente na região, novamente ganhava corpo, havendo certa dificuldade para contradizê-lo com evidências empíricas. Alguns colegas se preparavam para pleitear um contrato de trabalho (precário) nas “empresas-satélite” (terceirizadas) prestadoras de serviço para a futura fábrica de celulose que viria a ser construída no município, a Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda¹.

O início das operações da fábrica da empresa no estado ocorreu em 2009. Em 2010, durante o último ano do curso de Graduação, observou-se a gestação de mais um megaempreendimento do setor, o lançamento da pedra fundamental da Eldorado Brasil Celulose S.A.². Em 2011 tiveram início as obras de construção civil e montagem industrial da empresa, quando esta realizou a incorporação de outra empresa atuante na produção de madeira de eucalipto, a Florestal Brasil. Em 2012, quando as obras foram concluídas, ocorreu sua inauguração oficial.

No ano de 2015, ao ingressar no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia humana, com a proposta de investigar os conflitos gerados pela territorialização do

¹ Segundo seu *website*: “Líder mundial na produção de celulose de eucalipto, a Fibria possui capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose, com fábricas localizadas em Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA), onde mantém a Veracel em Joint-Operation com a Stora Enso”. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 10/02/2017.

² Segundo seu *website*: “É uma empresa brasileira, com atuação global, que leva a celulose nacional de alta qualidade para todo o mundo. Seu complexo industrial e áreas de plantio estão localizados no Mato Grosso do Sul e está operando em ritmo de 1,7 milhão de toneladas de celulose por ano”. Disponível em: <http://www.eldoradobrasil.com.br/Institucional/Quem-Somos>. Acesso em: 10/02/2017.

setor em Mato Grosso do Sul, visando compreender os impactos do monocultivo de eucalipto nos assentamentos rurais, a Eldorado lançou a pedra fundamental do Projeto Vanguarda 2.0 (nova linha de produção). A Fibria já havia anunciado, no ano anterior, a construção de sua segunda linha de produção, também no município de Três lagoas. Dos dois projetos apenas o da Fibria se concretizou, em 2016. Além dessas fábricas, outros novos projetos foram anunciados tanto no setor de celulose quanto em outros também ligados à plantios industriais de árvores.

Para tornar viável esse processo de territorialização, com perspectiva de crescimento futuro do setor, simultaneamente ao exponencial aumento da produção de celulose ocorreu a expansão territorial do monocultivo de eucalipto. No período de quase uma década, que abrange o ingresso no curso de graduação até o segundo semestre no curso de doutorado (2007-2016), a área plantada com eucalipto passou de 207 mil para 877 mil hectares, como será observado no capítulo 1.

O contato com camponeses assentados em Três Lagoas, que se deu antes mesmo do ingresso no curso de doutorado, por meio de projetos de extensão e seminários realizados pelos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), alimentou o interesse em pesquisar a realidade desses sujeitos no interior dos assentamentos rurais ilhados em meio aos plantios de eucalipto da Fibria e da Eldorado, empresas que passaram a atuar no interior dessas frações do território por meio de programas e projetos sociais e ambientais desde o início de suas operações. No projeto de pesquisa, o objeto proposto para estudo foi o processo de reprodução do campesinato frente a territorialização do setor, a partir do pressuposto de que haveria um “conflito oculto” no âmbito da relação entre as empresas e as famílias camponesas assentadas, bem como formas de resistências desenvolvidas por esses últimos em contraposição aos processos de expansão do monocultivo de eucalipto e de intervenção das empresas em suas formas de organização e produção. Contudo, após as primeiras imersões à campo, o que chamou a atenção foi a dificuldade de “mapear” esses conflitos diante da aparente harmonia dessa relação, do consenso dos sujeitos frente a atuação das empresas, seja no entorno ou no interior dos assentamentos. Então, a indagação passou a ser: quais as causas desse consenso?

Com o avanço das leituras observou-se que, de uma forma ou de outra, as pesquisas no interior da Geografia Agrária, relacionadas à territorialização do setor de celulose, mencionam constantemente os programas e projetos implementados pelas empresas nas comunidades do entorno. Algumas buscando compreender qual o objetivo dessa intervenção, mas em nenhuma delas verifica-se o debruçamento sobre o tema. A pesquisa bibliográfica no âmbito marxista,

acerca da atuação política do empresariado, conduziu às análises realizadas a partir do arsenal teórico-metodológico gramsciano, especialmente as desenvolvidas e orientadas pela professora Virgínia Fontes³. Nesse momento da pesquisa o contato direto e mais aprofundado com os principais escritos de Antonio Gramsci, os Cadernos do Cárcere, fez com que algumas de suas categorias analíticas se tornassem base fundamental para compreensão do objeto de estudo. Desde então, o esforço teórico-metodológico voltou-se para essa direção, sendo que para compreender tal forma de intervenção político-ideológica das empresas que atuam no setor, para além de investigar como os sujeitos são por ela atingidos, se fez necessário colocar como objeto principal de pesquisa a forma como a dominação de classes é exercida pela burguesia interna diretamente ligada ao capital produtivo que se territorializa no campo via setor de celulose.

Dessa forma, a tese buscou investigar uma dimensão pouco estudada dos processos de territorialização e expansão do capital no campo: a dimensão do consenso. É notável que muitas pesquisas têm analisado os conflitos gerados pela territorialização do capital no campo, mas não se constata pesquisas que investiguem os consensos gerados para que esse mesmo processo se realize. Foi diante dos aspectos anteriormente mencionados, ligados às características da área analisada, que a presente pesquisa propões investigar os consensos produzidos e reproduzidos durante e pelo processo de territorialização e expansão do setor de celulose no estado em tela. Importante destacar de antemão que tal consenso não está restritamente ligado aos sujeitos diretamente atingidos pelos programas e projetos socioambientais das empresas que atuam no setor, implementados no campo, mas se estende para todo o âmbito da sociedade civil local. É notável a facilidade que o setor encontrou para se expandir na porção Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, fato que fez dessa região a principal área de sua expansão na última década.

Para alcançar o objetivo principal foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- i) investigar as principais determinações que viabilizaram a mobilidade do setor para a área de estudo;
- ii) analisar o papel do Estado e da sociedade civil empresarial nesse processo;
- iii) identificar os programas e projetos implementados nas diferentes frações do território, além de analisar seus desdobramentos;
- iv) compreender a estrutura e dinâmica dessa intervenção político-ideológica;

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A hipótese levantada é que a expansão do setor em direção à porção Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, nesse início de século, se viabilizou por meio de uma forma específica de dominação de classes com bases socioterritoriais, resultante da conjuntura nacional marcada pela consolidação da hegemonia burguesa neoliberal por meio da ideologia social-liberal, que teve nos governos petistas seu principal ponto de viabilidade. Defende-se que tal forma de dominação, apesar de combinar o uso da força com a produção de consensos, teve como elemento predominante e essencial o consenso das classes e frações de classes subalternas, que contou com o fundamental papel do Estado enquanto educador.

Em relação à escolha dos governos petistas como recorte temporal/analítico/político/econômico dessa tese, ela não ocorreu *a priori*, mas sim como uma evidência histórica decorrente da análise acerca da territorialização do capital no campo via setor de celulose, pois foi nesse período que o setor ampliou a escala de suas operações, expandindo-se para novas áreas situadas no interior do país, como é o caso sob análise. Portanto, também foi realizado um esforço teórico-metodológico com o objetivo de compreender a economia política desses governos, isto é, as transformações ocorridas no âmbito do Estado e da sociedade civil, alianças e conflitos de classes durante o período. Alguns autores denominam tal período de lulismo (abrange tanto os mandatos de Lula quanto de Dilma) devido ao fato de ser considerado um programa político reformista construído em torno de uma figura carismática (o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva), durante um período considerado de aprofundamento do neoliberalismo. Algumas questões que balizaram as investigações sobre o recorte foram: qual o conteúdo econômico, político e ideológico das mudanças ocorridas durante os governos petistas? Quais as determinações estruturais e conjunturais, nacionais e internacionais, que possibilitaram a expansão do setor de celulose nesse período?

Também se faz necessário esclarecer que mesmo o recorte temporal da pesquisa sendo os governos petistas (2003-2016), em diferentes momentos os dados utilizados extrapolam o período, tanto para períodos anteriores quanto posteriores, de acordo com a disponibilidade das fontes de onde foram coletados e também com o intuito de identificar possíveis especificidades ou similitudes entre o social-liberalismo petista e outros governos, outras conjunturas. Além disso, alerta-se que os trabalhos de campo ocorreram durante e após o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (crise de hegemonia do social-liberalismo petista e golpe de Estado). Tanto os projetos analisados nos trabalhos de campo, realizados entre 2017 e 2019, quanto os recursos a eles destinados, foram implantados e alocados durante o período no qual a pesquisa teve foco, mantendo-se em execução posteriormente a ele.

Com a finalidade de conhecer e analisar os programas e projetos socioambientais implementados nas diferentes frações do território, a princípio foram realizados trabalhos de campo nos assentamentos 20 de Março e Pontal do Faia, e nas comunidades rurais Arapuá e Garcias, no município de Três Lagoas; bem como nos assentamentos São Joaquim e Alecrim, ambos no município de Selvíria.

Como a análise do processo de territorialização do setor de celulose teve como ênfase o que se denominou nessa tese de intervenção político-ideológica, exercida nas diferentes frações do território, denominado na leitura empresarial de atuação em comunidades do entorno, não se preocupou em investigar as relações de trabalho nem os projetos voltados exclusivamente para os trabalhadores das fábricas ou para a área urbana dos municípios onde as empresas atuam. Dessa forma, foram tratados os programas e projetos voltados para o campo, especialmente aqueles ligados à produção agrícola, com exceção de dois programas que foram ligeiramente expostos com a finalidade de demonstrar como a burguesia insere seus interesses no interior do aparato de Estado – um ligado a gestão pública e outra a educação. Outro ponto importante da metodologia, que não pode deixar de ser mencionado, é que a pesquisa teve como foco principal a atuação da Fibria/Suzano quando foram analisados os programas e projetos socioambientais. Essa escolha se deu tanto para afunilar a pesquisa, que ficaria demasiadamente ampla caso incorporasse a intervenção exercida pela empresa Eldorado Brasil, quanto pelo fato de ser a Fibria uma empresa com largo histórico de conflitos socioambientais e territoriais nas diferentes áreas onde atua, bem como por ter um investimento sistematizado em responsabilidade socioambiental e pela possibilidade de usar sua atuação nas demais áreas para compreender a intervenção realizada no recorte espacial pesquisado.

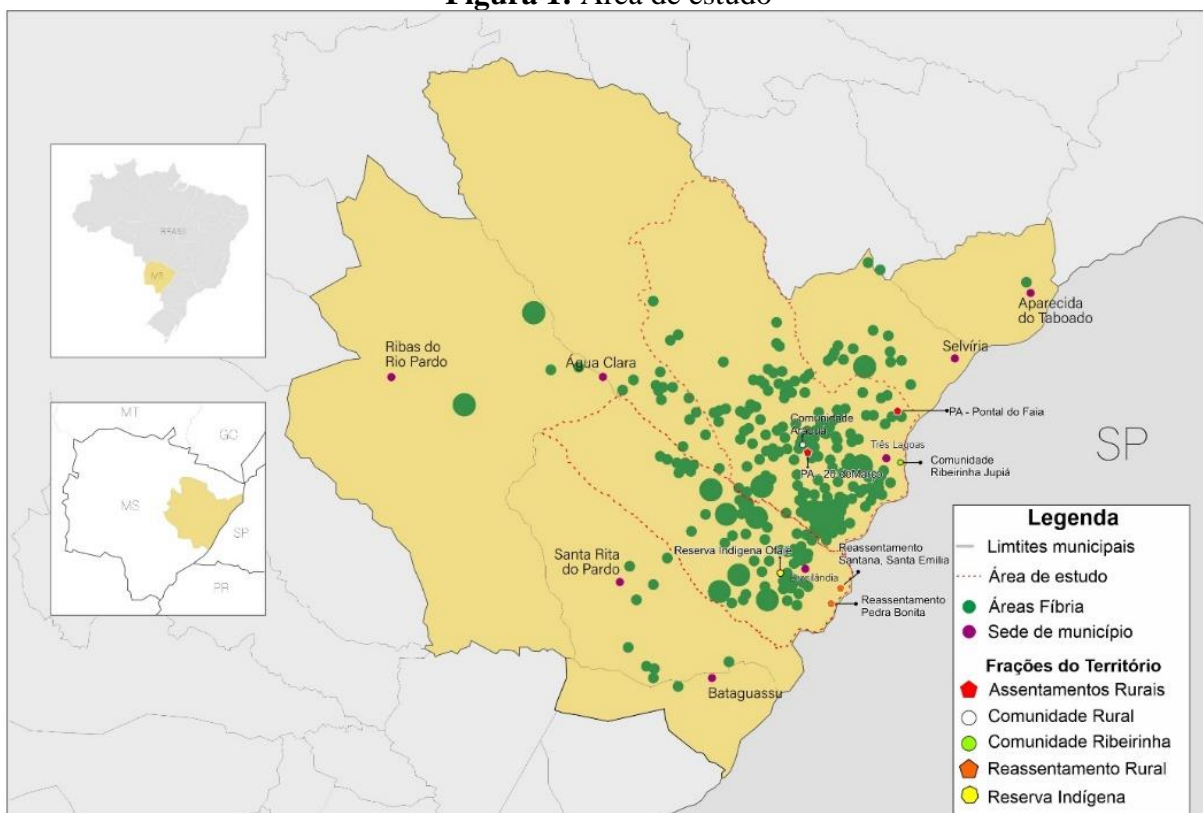
Diante dessa escolha, pôde-se também redefinir os locais onde a pesquisa empírica deveria focar, deixando de dar prioridade ao município de Selvíria, passando a realizar trabalhos de campo em Brasilândia (onde a atuação da Fibria é maior), nos reassentamentos Pedra Bonita, Santana e Santa Emília, além dos projetos de Crédito Fundiário Almanara e Esperança. Tem-se que todos os trabalhos de campo realizados contribuíram para o entendimento do objeto, mas os programas e projetos analisados foram aqueles implementados nos assentamentos e reassentamentos rurais dos municípios de Três Lagoas e Brasilândia. Isso se deu pelo seguinte fato: como a análise voltou-se exclusivamente para a intervenção da Fibria, buscou-se realizar os trabalhos de campo nos dois principais municípios onde a empresa atua, que são justamente aqueles onde concentram-se suas áreas de plantio: propriedades arrendadas, próprias e em parceria. Na Figura 1, observa-se: a) a área de atuação da empresa em destaque; b) os

municípios priorizados pela empresa em sua intervenção político-ideológica; e c) as diferentes frações do território onde essa intervenção ocorre.

Na tese foram analisados os desdobramentos dos dois principais programas implementados pela empresa (em abrangência e volume de recursos), criados por meio de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis (fundo perdido) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o programa Redes para o Desenvolvimento Sustentável (ReDes) e o Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT).

Dessa forma, para a compreensão do objeto, a metodologia adotada foi estruturada em coleta de dados primários realizada por meio de trabalhos de campo e de dados secundários por meio de *websites* de órgãos e instituições públicas, como de associações representantes do setor de celulose e das corporações que atuam no setor. Tal levantamento será apresentado mais adiante junto a cada capítulo em que essas diferentes fontes foram utilizadas. Os dados e todas as informações coletadas foram sintetizados e analisados à luz do referencial teórico-metodológico marxista, além de serem transformados em tabelas, mapas, quadros e gráficos.

Figura 1: Área de estudo



Fonte: Fibria (2018, p. 7). Adaptado pelo autor.

No primeiro capítulo, realizou-se uma breve introdução ao que se pode chamar de economia política dos governos petistas. Inseridos em um contexto mais amplo de renovação

ideológica do neoliberalismo em um momento de crise, assim como outros partidos progressistas, especialmente na América Latina, o Partido dos Trabalhadores (PT) passou por um processo de transformismo que teve na ideologia social-liberal suas principais bases. Esse primeiro percurso possibilitou compreender a arquitetura política e econômica, isto é, a correlação de forças internas, no âmbito do Estado e da sociedade civil, que permitiu a expansão do setor de celulose como parte de um processo de aprofundamento do novo padrão de reprodução do capital nas economias dependentes latino-americanas, o padrão exportador de especialização produtiva.

Posteriormente, analisou-se a territorialização do setor de celulose na porção Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, buscando-se compreender quais os principais fatores ligados a esse processo, com destaque para a aliança entre terra e capital que possibilitou tanto a reprodução ampliada do capital quanto a reprodução dos proprietários de terra e, por outro lado, significou um processo de contrarreforma agrária no campo sul-mato-grossense. Neste capítulo foram realizadas coletas de dados e informações secundárias em *websites* de associações representantes do setor de celulose: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (REFLORE MS), assim como nos planos de manejo e relatórios de sustentabilidade disponibilizados pelas empresas em seus *websites*, bem como diversas notícias acerca de suas ações, dos marcos de produção, da construção das novas linhas e unidades de produção, entre outras informações a respeito da área plantada, dos projetos sociais, dos ideários de sustentabilidade, etc. Também se recorreu às notícias de *websites* de publicidade do setor, jornais regionais e locais, dentre outras fontes; além de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da rede DATALUTA acerca da política de reforma agrária.

No segundo capítulo analisou-se o papel do Estado nos processos de territorialização do setor de celulose no campo brasileiro e de expansão para novas áreas, especialmente por meio da atuação do BNDES e seu braço de ações, a BNDES Participações S.A. (BNDESPar), bem como seu protagonismo na dinâmica de acumulação de capital (concentração e centralização) e como educador para o consenso das classes subalternas frente aos processos tanto de territorialização dos monopólios quanto de monopolização do território (intensificação do novo padrão de reprodução do capital), em diferentes setores, no campo brasileiro. A análise centrou-se na atuação do BNDES por compreender-se que o Banco se tornou um dos principais aparatos de Estado durante o social-liberalismo petista, especialmente com a eclosão da crise financeira internacional, concentrando forte poder de direção política, econômica e moral das classes

dominantes, especialmente da grande burguesia interna⁴. As principais fontes utilizadas foram: documentos publicados pelo BNDES, em seu *website* e portal transparência, relacionados aos desembolsos (financiamentos e participações acionárias), com a finalidade de analisar sua participação nos processos de concentração e centralização de capital; além de dados referentes ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados no portal do FAT/Ministério do Trabalho, com a finalidade de identificar as origens dos principais recursos utilizados pelo BNDES no financiamento das principais corporações que se territorializaram no campo brasileiro e/ou monopolizam o território durante o período pesquisado.

No terceiro capítulo buscou-se entender como tem ocorrido o processo que pode ser denominado de ampliação do Estado. Com base nos estudos gramscianos, no interior do Estado (sociedade política/aparelho de governo) adentram elementos da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia), especialmente nos países ocidentais, onde Gramsci observou um processo de socialização da política. De acordo com Coutinho (2011), esse processo se deu por meio da conquista do sufrágio universal e da criação de partidos operários e sindicatos, o que tornou possível inserir no interior do Estado também interesses das classes subalternas. Contudo, como se verá, com base nas análises de Fontes, essa ampliação do Estado no Brasil tem ocorrido de forma seletiva, absorvendo por um lado e fortalecendo por outro os interesses das classes dominantes, por meio de suas organizações coletivas (aparelhos privados de hegemonia). No caso dessa tese, destacam-se os institutos e as fundações empresariais, como é o caso do Instituto Votorantim, responsável por colocar em prática táticas pedagógicas destinadas a educar as classes subalternas para o consenso frente a atuação das empresas do Grupo. Para tal análise utilizou-se, especialmente, um relatório sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil e seu envolvimento com o Estado e a sociedade civil; além de *websites* dos principais *think tanks* da sociedade civil empresarial; e documentos e informações publicados pelo Instituto Votorantim em seu *website*.

No quarto capítulo foi analisada a forma como a Fibria adentra as diferentes frações do território: critérios utilizados para a escolha das localidades onde os programas e projetos socioambientais serão inseridos; quais áreas serão priorizadas; e quais os passos dados pela empresa para analisar as formas de intervenção em cada fração do território, por meio do estudo das comunidades (identificação e caracterização) e daquilo que denomina-se “engajamento com

⁴ Pauta-se aqui na concepção de que a burguesia interna é uma fração de classe das formações capitalistas dependentes, como é o caso do Brasil. Uma das suas principais características é a “posição ambivalente diante do capital estrangeiro ou imperialista, oscilando entre a contradição e a dependência”, que emerge como “fruto do processo de desenvolvimento das forças produtivas e da internacionalização do capital” (MARTUSCELLI, 2018. p. 62).

partes interessadas”, ou seja, as táticas adotadas frente a organização de cada classe e fração de classe atingidas pelos impactos de sua territorialização. Posteriormente, foram expostos os principais programas e projetos implementados na área analisada e alguns de seus desdobramentos. Para tanto, foram compilados dados e informações em *websites*, principalmente da Fibria, do BNDES e do Instituto Votorantim, bem como por meio dos trabalhos de campo. Também foram utilizados relatórios de sustentabilidade e planos de manejo publicados pela empresa. Durante os trabalhos de campo foram entrevistados camponeses envolvidos ou não nos projetos da empresa, além de trabalhadores dos órgãos ligados aos assentamentos e à agricultura nos municípios de Três Lagoas e Brasilândia. Optou-se por não identificar o nome das pessoas entrevistadas, principalmente pelo fato de que muitos demonstraram receio ao discorrer sobre a atuação das empresas, sobre seus projetos e sua intervenção na organização das associações comunitárias e produtivas; inclusive, deve-se mencionar que esse foi um grande obstáculo para a coleta de dados e informações primárias. Em diversas vezes os entrevistados perguntaram, de imediato ou depois de alguns minutos de conversa, se eram as empresas que tinham enviado alguém para saber como estava o andamento dos projetos (tendo em vista que são cobrados resultados).

No quinto e último capítulo da tese investigou-se a estrutura e dinâmica dessa forma de intervenção, a partir das próprias ideias elaboradas no âmbito dos intelectuais coletivos da burguesia. Tais ideias se pautam nas concepções de: gestão de riscos; valor compartilhado; e responsabilidade socioambiental. Além disso, buscou-se compreender: i) qual a ligação da responsabilidade socioambiental com o social-liberalismo; ii) qual o seu papel no interior da luta de classes; iii) e como essa ideologia foi/é imposta para as frações subordinadas da classe hegemônica. Para tanto, utilizou-se informações e dados disponibilizados pela Fibria em seu *website* e em diferentes documentos, tais como os relatórios de sustentabilidade; além de um estudo de caso sobre aquilo que as corporações denominam de “valor compartilhado”; também foram utilizadas entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo.

Por fim, cabe dizer, com a finalidade de sintetizar a forma da tese, que ela foi escrita com base em uma estrutura teórico-metodológica que buscou incorporar o pensamento de Antonio Gramsci como sua espinha dorsal. A análise passou pelas conjunturas internacional e nacional com a finalidade de compreender o processo de territorialização do setor de celulose e suas características na área analisada para, posteriormente, investigar-se o papel do Estado ampliado nesse processo, ou seja, do Estado em sentido restrito (capítulo 2) e da sociedade civil (capítulo 3) – especialmente a sociedade civil empresarial atuando por meio de seus institutos

e fundações. Ambos, Estado e sociedade civil, foram “separados”⁵ apenas de forma metodológica e não orgânica. Por último, investigou-se a intervenção político-ideológica da Fibria nas diferentes frações do território, por meio dos programas e projetos de responsabilidade socioambiental (pedagogia política) destinados a educar as classes e frações de classes subalternas para o consenso frente ao seu processo de territorialização (capítulo 4); e elaborou-se uma análise da estrutura e dinâmica dessa intervenção, com o objetivo de expor uma síntese da realidade concreta a partir de suas múltiplas determinações (capítulo 5).

⁵ Aqui a palavra “separados” aparece entre aspas, pois, como se observará, nos dois capítulos se expôs a ligação orgânica existente entre Estado e sociedade civil, como componentes do sistema de dominação do capital. Nesse sentido, como afirma Osorio (2014, p. 74): “*o Estado e a sociedade civil conformam um sistema de dominação*”, dominação que é composta por “uma complexa rede de relações que possibilitam a manutenção da ordem social”. De acordo com o autor, a dominação pode ser obtida por mecanismos consensuais e/ou coercitivos, a depender da “capacidade de direção dos projetos das classes dominantes”. Sendo assim, a depender do momento histórico, um desses mecanismos será predominante para que uma classe social mantenha seu domínio sob as demais classes, frações de classes e grupos (Grifos do autor).

CAPÍTULO 1. A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR DE CELULOSE E A ECONOMIA POLÍTICA DOS GOVERNOS PETISTAS

*“Cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”
(Karl Marx. Crítica do programa de Gotha. 2012, p. 22).*

1.1 OS GOVERNOS PETISTAS E O PROJETO DE UMA NOVA VARIANTE NEOLIBERAL NO BRASIL

Com a pretensão de caracterizar o período em que se desdobra a territorialização do setor de celulose no estado de Mato Grosso do Sul, se fez necessário compreender algumas transformações ocorridas no âmbito do neoliberalismo no contexto internacional, que posteriormente influenciaram outros países, especialmente na América Latina, com destaque para o Brasil.

O período que abarca os governos petistas recebeu diferentes nomenclaturas, fruto de diferentes concepções teórico-metodológicas, desde populista por parte da direita até pós-neoliberais e neo e/ou novo desenvolvimentistas por parte da esquerda. Contudo, tanto aspectos de continuidade quanto de descontinuidade em relação aos governos anteriores, especialmente os de Fernando Henrique Cardoso (FHC), verificados ao longo da pesquisa, apontam outra direção. Parte-se aqui do pressuposto de que os governos petistas foram responsáveis por dar continuidade e aprofundamento ao projeto neoliberal de Estado no Brasil. Para tanto, foi necessário empreender mudanças em sua via clássica, dando origem ao projeto da “Terceira Via”: o social-liberalismo. Uma espécie de nova variante ideológica do neoliberalismo.

Antes de identificar as características da implementação dessa ideologia no Brasil, é importante compreender como ela surgiu e quais algumas de suas principais características.

1.1.1 A CRISE DO THATCHERISMO E O SURGIMENTO DA “TERCEIRA VIA”

Antunes (1999), ao analisar o movimento operário e sindical inglês antes, durante e depois do thatcherismo – período de implantação do projeto neoliberal –, apontou importantes transformações ocorridas no seio da central sindical do Reino Unido (TUC)⁶ e seu braço político, o *Labour Party*.

O autor aponta que apesar da forte capacidade de mobilização e greve do movimento sindical inglês, durante os governos trabalhistas, entre as décadas de 1960 e 1970, a prática do

⁶ *Trades Union Congress.*

Labour Party tinha um cunho reformista e sua capacidade de assumir um perfil socialista se mostrava falha, enfraquecendo-se cada vez mais. Com a ascensão de Thatcher e do Partido Conservador, ou seja, do neoliberalismo “na sua forma mais ousada e virulenta”, a presença do trabalhismo inglês se esgotou. De acordo com Antunes (1999, p. 34):

Com a ascensão do conservadorismo de Thatcher, uma nova agenda vai transformar substancialmente a trajetória participacionista anterior do Labour. Pouco a pouco, foi se desenhando um modelo que alterava tanto as condições econômicas e sociais existentes na Inglaterra, quanto a sua estrutura jurídico-institucional, de modo a compatibilizar-se com a implementação do modelo neoliberal. Seu eixo central era fortalecer a “liberdade de mercado”, buscando o espaço da Inglaterra na nova configuração do capitalismo.

Com o conservadorismo neoliberal os principais pontos da agenda governamental inglesa foram: i) privatizações; ii) redução e extinção do capital produtivo estatal; iii) desenvolvimento de uma legislação que desregulamentava as condições de trabalho e flexibilizava os direitos sociais; e iv) coibição da atuação sindical e operária⁷.

Essa nova agenda se expandiu durante a década de 1980, contemplando ainda outras mudanças, tais como a expansão do trabalho autônomo, do setor de serviços, redução da estrutura burocrática gerencial, dentre outras que transformaram as relações de classes até o final da década de 1990. Contudo, mesmo diante do forte ataque do thatcherismo à atividade sindical, ao decorrer da década de 1980 aconteceram importantes greves dos mineiros contra o fechamento das minas e uma onda de explosões sociais frente ao aumento generalizado dos impostos; assistiu-se a um forte descontentamento contra o neoliberalismo e desgaste do governo de Thatcher. Após a saída de Margareth Thatcher, os conservadores continuaram no poder por meio do governo de John Major, prolongando a permanência da via clássica do neoliberalismo até o início de 1997.

Neste momento o *Labour Party* já havia abandonado completamente seu reformismo trabalhista e se convertido no *New Labour*, uma “espécie de Partido Democrático inglês, apoiado especialmente pelos novos extratos da burguesia, que visualizavam a proximidade da derrota eleitoral dos conservadores”⁸.

Segundo Antunes (1999, p. 38), frente ao desgaste do neoliberalismo:

Era preciso buscar, no interior da “esquerda”, *as condições de continuidade da política (em sentido amplo) vigente na fase do neoliberalismo*. Era preciso

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*, p. 38. A central sindical do Reino Unido também se distanciou de seu passado trabalhista, representando cada vez menos o conjunto da classe operária. No congresso de 1997 os principais objetivos colocados pela central foram: (1) qualificação da força de trabalho; (2) empregabilidade; (3) manutenção de parcerias com a Confederação das Indústrias Britânicas e com as empresas locais; e (4) colaborar com o ideário patronal: privatizações, flexibilização do mercado de trabalho, entre outros.

acessar com mudanças superficiais para que o *essencial* da pragmática do neoliberalismo fosse preservada e, em caso de alteração, o fosse somente em sua *epiderme* (Grifos do autor).

Tony Blair à frente do *New Labour* se tornou essa possibilidade de continuidade e “renovação” do neoliberalismo no interior da esquerda. Com a vitória eleitoral do *New Labour* e de seu candidato, qualquer vestígio da designação “socialista” do *Labour Party* fora eliminado, distanciando-se cada vez mais de seu conteúdo trabalhista, cedendo lugar à “defesa do *empreendimento do mercado e rigor da competição*, selando, no interior do *NL*, a vitória da economia de livre mercado frente à fórmula anterior” (ANTUNES, 1999, p. 49. Grifo do autor), marcada pela forte relação do partido com os sindicatos e com o movimento operário que, por sua vez, possibilitava a influência sindical nos negócios do Estado. Importante destacar que Blair se recusou a reverter a desregulamentação e flexibilização do trabalho implementados na era Thatcher e Major⁹.

Tais transformações deram contorno para aquilo que passou a ser chamado por Tony Blair e intelectuais orgânicos da burguesia britânica de “Terceira Via” e/ou “esquerda liberal-social”¹⁰. Segundo Antunes, “a “Terceira Via” do *NL* teve como objetivo dar *continuidade* ao projeto de reinserção econômica do Reino Unido, iniciado na era Thatcher, com a pretensão de redesenhar a alternativa *inglesa* dentro da nova configuração do capitalismo contemporâneo”¹¹.

Dessa forma, a “Terceira Via” se tornou uma continuidade do que era essencial no thatcherismo, definindo-se como um meio termo entre a social-democracia e o neoliberalismo. O “*abrandamento* discursivo e a *ambiguidade*” de seu ideário foram condicionantes “que o capitalismo teve que assimilar para continuar mantendo sua pragmática, dado o esgotamento da sua variante neoliberal clássica”¹². Segundo uma fala de Blair citada por Antunes (1999, p. 50):

A Terceira Via é a rota para a renovação e o êxito para a moderna social-democracia. Não se trata simplesmente de um compromisso entre a esquerda e a direita. Trata-se de recuperar os valores essenciais do centro e da centro-esquerda e aplicá-los a um mundo de mudanças sociais e econômicas fundamentais, e de fazê-las livres de ideologias antiquadas. (...) Na economia, nossa abordagem não elege nem o ‘laissezfaire’ nem a interferência estatal. O papel do governo é promover a estabilidade macroeconômica, desenvolver políticas impositivas e de bem estar, (...) equipar as pessoas para o trabalho melhorando a educação e a infra-estrutura, e promover a atividade empresarial, particularmente as indústrias do futuro, baseadas no conhecimento. Nos orgulhamos de contar com o apoio tanto dos empresários, como dos sindicatos.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Sendo os intelectuais Anthony Giddens e David Miliband seus principais formuladores.

¹¹ *Ibidem*. Grifos do autor.

¹² *Ibidem*, p. 50.

Acerca dessa nova ideologia neoliberal, Antunes (1999, p. 51) conclui que:

[...] o projeto da “Terceira Via” é essencialmente um ideário que se assume como de “esquerda”, mas que pratica o que a direita gosta. Ou, se quisermos, é o que restou da social-democracia na fase mais destrutiva do capitalismo, que tenta consertar alguns dos estragos do neoliberalismo, preservando sua engenharia econômica básica (Grifos do autor).

O autor termina seu texto, escrito em 1999, com o seguinte questionamento: “no Brasil de FHC, que tanto gosta da Terceira Via de “Tory” Blair¹³ (que por sua vez também tanto gosta de FHC), qual partido de “esquerda” lhe dará o apoio político para continuar fazendo a política que a direita gosta?”¹⁴.

Mais tarde, após a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, em seu livro “A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)”¹⁵, o autor realizou uma análise dos períodos de implantação (com Collor), consolidação (com FHC) e aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, após os primeiros meses de governo petista.

A terceira parte do livro, intitulada “Lula e os (des)caminhos do social-liberalismo”, é dedicada a artigos que tratam, em ordem cronológica: da vitória eleitoral de Lula; dos desafios da esquerda social; da reforma da previdência; e da ampliação do desemprego e perda salarial. Por fim, busca compreender resumidamente a trajetória e direção política e econômica do governo petista.

Neste livro o autor respondeu a questão que havia formulado em seu texto anterior: “[...] a política econômica e o projeto político do PT, que se estão consolidando, caminham na direção do nefasto *social-liberalismo*, que é tão neoliberal quanto profundamente anti-social” (ANTUNES, 2005, p. 158), arrematando: “O mais exitoso e pluralista partido de esquerda das últimas décadas, que tantas esperanças provocou no Brasil e em tantas outras partes do mundo, chega, neste início de século e milênio, assemelhado ao *New Labour* da velha Inglaterra”¹⁶. Dessa forma, por meio do que poderia ser concebido como um processo de transformismo, o Partido dos Trabalhadores se confirmou como o partido de esquerda que daria continuidade e aprofundamento à política neoliberal.

¹³ Ao nomear Tony Blair de “Tory” Blair o autor faz um jogo de palavras que tem por objetivo comparar o governo de Blair às práticas do partido conservador britânico, Tory. Cabe aqui destacar o título do artigo: “A “terceira via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês”.

¹⁴ *Ibidem*, p. 52.

¹⁵ O livro é constituído por uma coletânea de textos publicados em revistas e jornais e que foram inseridos em ordem quase que totalmente cronológica, antes, durante e alguns meses depois da vitória Lula, sendo os últimos textos publicados no primeiro semestre de 2004, onde o autor realiza algumas avaliações acerca dos primeiros meses do governo petista.

¹⁶ *Ibidem*, p. 166-167.

Diante do exposto, se torna necessário analisar como o programa social-liberal foi posto em prática no Brasil durante os governos petistas, para compreender o entrelaçamento entre capital, Estado e sociedade civil neste período, e, com isso, o processo de territorialização do setor de celulose no estado de Mato Grosso do Sul.

1.1.2 O PARTIDO DOS TRABALHADORES E O SOCIAL-LIBERALISMO À BRASILEIRA

O movimento de incorporação das premissas neoliberais por partidos trabalhistas, a Terceira Via de Blair e Giddens, surgiu e ganhou força em um contexto de crise conjuntural do neoliberalismo, marcado pelas crises financeiras/fiscais no México (1994), Tigres Asiáticos (1997), Rússia (1998), Argentina (2001-2002) e Brasil (1999 e 2002). Nesse cenário ocorreu a criação da Cúpula da Governança Progressista em 1999, que contou com a participação do então presidente dos EUA Bill Clinton, dos primeiros-ministros da Holanda, Wim Kok, e da Itália, Massimo D'Alema, e do chanceler alemão Gerhard Schroeder (BIANCHI; BRAGA, 2003; CASTELO, 2012).

Segundo Castelo (2012, p. 47):

Diante da crise conjuntural, que ameaçava parcialmente a hegemonia neoliberal em regiões do planeta, ideólogos de diversas instituições ligados às classes dominantes iniciaram um processo de revisão dos principais pontos do projeto neoliberal, sintetizados no Consenso de Washington. Surgiu com esta revisão ideológica do neoliberalismo o que pode ser chamado de *social-liberalismo*, uma tentativa político-ideológica das classes dominantes de dar resposta às múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da “questão social” e da luta política da classe trabalhadora. Em outras palavras, a “questão social” tornou-se novamente alvo da intervenção teórica e prática das classes dominantes.

Na América Latina a crise do neoliberalismo, diante de sua incapacidade de retomar o crescimento econômico e do descontentamento social, possibilitou a vitória eleitoral de candidatos que representavam setores progressistas e se colocavam como alternativa ao neoliberalismo, como foram os casos do Brasil, Uruguai, Bolívia, Equador, Argentina e Venezuela. No Brasil, tal contexto, somado ao transformismo do Partido dos Trabalhadores¹⁷, se tornou a base necessária para a vitória de Lula e sua adesão ao programa social-liberal.

¹⁷ Diversos autores marxistas que adotam o arsenal teórico-metodológico de Gramsci já trabalharam o processo de transformismo sofrido pelo PT. Talvez um dos trabalhos mais aprofundados sobre a questão seja a tese de Eurelino Coelho: “Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Segundo o autor, o “campo majoritário do PT foi atraído e absorvido pela hegemonia burguesa, num contexto de ofensiva da classe dominante e de fragilização da condensação e concentração orgânica da classe trabalhadora. Cruzada a fronteira de classe, esses intelectuais de esquerda atuam agora como intelectuais orgânicos da classe dominante” (COELHO, 2005, p. 506).

Castelo (2012) trabalha com a concepção de que o social-liberalismo desembarcou no Brasil durante o governo FHC e ganhou força legitimadora com Lula e as lideranças do PT. Cabe aqui fazer referência ao professor Luiz Carlos Bresser Pereira que durante primeiro governo FHC foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado e pode ser considerado, segundo Castelo (2011), um dos principais representantes teóricos do social-liberalismo no Brasil.

Behring (2008), considera o projeto “social-liberal” (termo utilizado entre aspas pela autora) a expressão intelectual da contrarreforma do Estado brasileiro. Para a autora, a contrarreforma do Estado, implementada durante a década de 1990, especialmente nos governos FHC, configurou-se como uma tática para recompor a hegemonia burguesa que teria sido arranhada durante o processo de redemocratização. Contudo, é possível afirmar que o social-liberalismo apesar de ter se configurado em uma proposta, não foi alcançado pelos governos FHC. Provavelmente pelo fato deste não representar as forças progressista nem ter o consenso necessário das classes e frações de classes subalternas.

Bianchi e Braga (2003) destacam que a participação de Lula na Cúpula da Governança Progressista, em 2003, significou a sua aproximação ao projeto da Terceira Via e ao programa do social-liberalismo, representando a “incorporação de premissas do neoliberalismo por tradicionais partidos de orientação trabalhista e social-democrata” (BIANCHI; BRAGA, 2003, p. 205)¹⁸.

Durante sua primeira reunião, o então presidente apresentou as reformas dos serviços públicos e da seguridade social contidas em seu plano de governo – Lula participou de todas reuniões que ocorreram durante seus dois mandatos, em 2003, 2006 e 2009. Para Bianchi e Braga, ao acompanhar a “trajetória recente de parte da esquerda europeia social-democrata”, o governo petista buscou “se constituir como a alternativa por excelência entre aqueles que defendem a passividade da classe trabalhadora diante da exploração, por um lado, e os partidários das lutas de classes, por outro”¹⁹.

Segundo Castelo (2012, p. 52), tal ideologia tem como finalidade reafirmar e reatualizar a direção intelectual-moral das classes dominantes. O autor também afirma que sua versão nacional não possui diferenças significativas das formulações criadas “nas agências multilaterais de desenvolvimento, centros universitários e *think-tanks* internacionais”.

¹⁸ Interessante destacar que FHC teria sido chamado por Tony Blair para participar da primeira reunião da cúpula e que viria a participar em 2002 na Suécia, ainda quando presidente.

¹⁹ *Ibidem*, p. 206.

Diante da difusão do social-liberalismo na direção centro-periferia, entende-se que essa dinâmica pode ser examinada a partir das formulações de Gramsci quando analisou a possibilidade de a forma da Revolução Francesa (jacobina) se repetir em outros países da Europa e quais os efeitos dessa revolução para esses países, em especial na Itália (considerada periferia da Europa no período). Para Gramsci, a possibilidade de o “modelo” da formação dos Estados modernos se repetir ou desdobrar em desenvolvimentos similares, depende do papel que os intelectuais exercem nos diferentes países, bem como da correlação de forças internas e internacionais do período. Acrescenta-se ainda que “o impulso à renovação pode ser dado pela combinação de forças progressistas escassas e insuficientes em si mesmas (mas de altíssimo potencial porque representam o futuro do seu país) com uma situação internacional favorável à sua expansão e vitória”. Dessa forma, o impulso à renovação “[...] é reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos”, sendo que “o grupo portador das novas idéias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais” (GRAMSCI, 1999, p. 428).

Castelo (2011, p. 264), afirma que os intelectuais do social-liberalismo tentam se diferenciar da via clássica (receituário-ideal) em três pontos:

Primeiramente, tecem críticas contra o liberalismo extremado da globalização que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, conseqüentemente, a tensão social. Em segundo lugar, discordam da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”. Por último, dão destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as políticas sociais de alívio à pobreza via a transferência de renda e o empoderamento dos indivíduos.

O social-liberalismo brasileiro buscaria certo sincretismo entre mercado e Estado, fórmula que seria supostamente capaz de instaurar um tipo de justiça social. Nessa visão, as desigualdades sociais seriam um dilema a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais²⁰. Para compreender como essa vertente ideológica do neoliberalismo se desenvolveu no Brasil, deve-se levar em consideração que as relações internas do país “entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas”, tendo em vista que uma “ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (GRAMSCI, 2007, p. 42).

²⁰ Idem (2012, p. 71).

Para Martuscelli (2018, p 90), o programa social-liberal adotado pelo PT “representava fundamentalmente os interesses da grande burguesia interna e abria a possibilidade de pequenas concessões às classes populares”. Tal programa situou-se “entre o neoliberalismo ortodoxo e a social-democracia tradicional, ou seja, uma reedição da “terceira via” de Giddens e Blair aplicada a uma formação social dependente”, sendo suas principais características as seguintes:

a) Substitui-se a luta anti-imperialista por resistências pontuais e seletivas ao imperialismo. Prioriza-se o pagamento da dívida externa e a ideia de integração ativa ao capitalismo mundial, abandona-se a ideia de revolução nacional, sem questionar o caráter dependente da economia brasileira;

b) Substitui-se a luta antimonopolista pela defesa da presença ativa do pequeno e médio capital quando integrados à lógica de dominação dos grandes monopólios;

c) Descarta-se a luta antilatifundiária, priorizando a integração subordinada da agricultura camponesa ao agronegócio em detrimento da reforma agrária. Assistiu-se a redução do número de famílias assentadas, a exaltação de setores do agronegócio e a incorporação de seus representantes à equipe de governo²¹.

Segundo o autor, sob o social-liberalismo ocorreu uma mudança ideológica na concepção sobre o Estado, que passou a ser pensado como um parceiro da iniciativa privada, diferentemente da concepção anterior que pregava o Estado mínimo. Nessa perspectiva, o papel da política estatal se apoiou em três principais eixos:

i) garantir a rolagem e pagamentos dos juros da dívida pública; a autonomia burocrática do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central; a preservação do tripé macroeconômico: superávit primário, câmbio flutuante e juros altos; a Desvinculação de Receitas da União (DRU); a Lei de Responsabilidade fiscal; a Lei de Falências;

ii) garantir subsídios e isenções fiscais às grandes “campeãs nacionais” por meio dos desembolsos do BNDES e diversos programas, tais como: Programa Minha Casa, Minha Vida; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Programa Brasil Maior; Programa de Logística e Infraestrutura (PIL)²²; além de outras medidas como redução da taxa de juros Selic; redução dos impostos sobre produtos industrializados; incentivos à internacionalização das empresas brasileiras; exportações de *commodities*, etc.

²¹ *Ibidem*, p. 91-92.

²² Acrescenta-se aos programas citados pelo autor o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) que foi criado em 2009 com a finalidade de garantir a manutenção dos investimentos diante da crise financeira internacional. O programa ampliou os limites operacionais do BNDES, como será possível observar no próximo capítulo da tese.

iii) garantir que a estrutura tributária de natureza regressiva permanecesse intacta, incidindo principalmente sobre consumo e renda do trabalho em detrimento dos ganhos do capital, fato que contribuiu para aprofundar as desigualdades de classe e ampliar a acumulação de capital por meio da centralização e concentração de capitais e renda²³.

Já as concessões materiais às classes subalternas foram realizadas por meio de políticas de governo que, quando comparadas com o governo FHC, poderiam ser consideradas “progressistas”, mas não representaram uma ruptura com o neoliberalismo, foram elas:

- a) aumento progressivo do salário mínimo;
- b) ampliação do emprego formal;
- c) aumento do número de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- d) ampliação da oferta de crédito consignado para pessoas físicas;
- e) maior oferta de crédito para a agricultura familiar;
- f) ampliação do número de universidades e institutos federais;
- g) avanços em termos de acesso ao ensino superior e ao funcionalismo público;
- h) conquistas em termos de direito trabalhista para segmentos específicos da classe trabalhadora²⁴.

Tais conquistas, juntamente com o crescimento econômico, fez com que alguns estudiosos – inclusive com perspectivas críticas – vislumbrassem a existência de um pós-neoliberalismo no campo da política social²⁵ ou de uma estratégia neodesenvolvimentista no campo da política econômica²⁶, ambos os casos representariam certa ruptura e alternativa com/ao neoliberalismo.

De acordo com Martuscelli (2018, p 99), do ponto de vista da política social:

[...] faria sentido falar em pós-neoliberalismo se houvesse uma efetiva ampliação de direitos sociais e trabalhistas, o que implicaria uma profunda

²³ *Ibidem*, p. 95-96.

²⁴ *Ibidem*, p. 98.

²⁵ É o caso, entre outros, de Emir Sader. Dentre outros trabalhos que o autor escreveu desde 2002 sobre a possibilidade e existência de um pós-neoliberalismo no Brasil, destaca-se o livro “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma” (SADER, 2013). A expressão foi utilizada pelo autor para caracterizar os governos petistas. Parte de uma esquerda intelectual converge para a mesma definição, já outra parte entende que os governos petistas conformam uma extensão do próprio neoliberalismo, reafirmando ou até mesmo aprofundando suas bases. De acordo com Sader (2013, p. 138), as características que permitiriam considerar alguns governos como pós-neoliberais são: “a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado”.

²⁶ Novamente destaque para Luiz Carlos Bresser Pereira que além de contribuir para a formulação das bases do social-liberalismo, no interior do governo, passou a vislumbrar o novo-desenvolvimentismo como uma estratégia nacional de desenvolvimento. Ver, por exemplo, “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional” (BRESSER PEREIRA, 2006).

mudança na relação entre as classes dominantes e dominadas no país – algo que não ocorreu, de fato – [...].

No que se refere ainda à política social, não podemos deixar de mencionar que os governos petistas: em duas oportunidades aprovaram a redução de direitos previdenciários do funcionalismo público; insistentemente criaram mecanismos para a ampliação de privatização dos recursos destinados à saúde e à educação; não lograram implementar efetivamente uma política habitacional que garantisse o acesso à moradia aos mais pobres, entre outros fatores. É nesse sentido também que sua política social pode ser caracterizada como social-liberal.

Em relação à possibilidade da existência de um neodesenvolvimentismo, o autor afirma:

[...] mesmo reconhecendo que os governos petistas tomaram ou foram influenciados por iniciativas de caráter neodesenvolvimentista, tais iniciativas esbarraram-se em obstáculos importantes que as impediram de se consumar efetivamente. Entre tais obstáculos destacaríamos: a posição subordinada que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho; as resistências da burguesia associada às mudanças na política econômica e social; o legado do neoliberalismo ortodoxo dos governos anteriores; as oscilações das dinâmicas do comércio exterior (a exemplo da variação dos preços das *commodities* e do petróleo), a fragilidade político-ideológica da grande burguesia interna; a desorganização e fragilidade política do campo popular etc.

É importante destacar que as iniciativas consideradas de caráter neodesenvolvimentista, isto é, as concessões materiais às classes subalternas, mencionadas anteriormente, só foram possíveis devido ao contexto internacional que contemplou uma eventualidade conjuntural de fatores como: (i) alta no ciclo de liquidez internacional; (ii) forte crescimento da economia chinesa; (iii) crescimento do preço das *commodities* (CARCANHOLO, 2010, p. 12). Tais fatores ocasionaram a redução das taxas internacionais de juros e o crescimento da economia mundial e da demanda chinesa por produtos que estão na pauta de exportações brasileiras (*commodities*)²⁷. Dessa forma, pode-se afirmar que há um entrelaçamento entre o social-liberalismo petista, o papel subordinado do país dentro da divisão internacional do trabalho (de economia capitalista dependente) e o fortalecimento do modelo agrícola baseado na exportação de *commodities*; fatores que marcam a territorialização do setor de celulose no campo sul-mato-grossense, como será visto no próximo subitem. Mas, antes, cabe algumas considerações finais sobre o social-liberalismo petista.

A forma da estratégia política que marcou os governos petistas foi a de um projeto reformista que ajudou a reestabelecer a hegemonia burguesa neoliberal, dotando-a de novos contornos. Para entender esse reformismo quase sem reformas (ARCARY, 2011), toma-se de empréstimo a compreensão de Braga (2016, p. 87), quando afirma que a hegemonia lulista (compreendida aqui como hegemonia burguesa via social-liberalismo) foi um “modo de

²⁷ *Ibidem*.

regulação dos conflitos classistas”, uma relação hegemônica apoiada “sobre a articulação de duas formas distintas, porém complementares, de consentimento [ativo e passivo], cujo produto foi a construção de uma relativa pacificação social”, configurando-se como um “consentimento passivo das classes subalternas ao projeto de governo liderado pela burocracia sindical” (Grifos do autor)²⁸.

Sob tal orientação, parece correto afirmar que a tarefa do lulismo foi estabelecer um patamar de dominação que privilegiasse o papel pedagógico do Estado como educador das classes e frações de classes subalternas para o consenso, ou, pelo menos, buscou situar-se no “terreno tornado clássico do regime parlamentar”, caracterizado “pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso”, ou seja, o exercício “normal” da hegemonia (GRAMSCI, 2007, p. 95). A base desse consenso se deu a partir do processo que formou o núcleo duro do Partido dos Trabalhadores: a transformação de trabalhadores em controladores do acesso ao fundo público (OLIVEIRA, 2003).

Nessa mesma direção, Braga (2016) afirma que o “projeto de governo petista soube combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e de setores médios intelectualizados, criando as bases para um *consentimento ativo ao lulismo, cujo lócus é o aparelho de Estado*” (p. 43-44. Grifo nosso). Além disso, afirma o autor, milhares de sindicalistas foram absorvidos em funções, cargos e chefias, e parte da burocracia sindical ganhou posições estratégicas nos conselhos de grandes fundos de pensão de empresas estatais e em conselhos administrativos dos bancos públicos, com destaque especial para o BNDES cuja atuação será analisada no próximo capítulo.

Os dirigentes sindicais que assumiram posições estratégicas nos aparatos de Estado durante os governos petistas compõem o que Osorio (2014) denomina de classe política. De acordo com o autor, ao atuar na cena política, as classes subalternas “acabam se submetendo às regras que nela operam e que definem as formas de representação”, renunciando à sua atuação enquanto classe e “às formas classistas de representação”²⁹ (OSORIO, 2014, p. 57).

A inserção dessa camada burocrática no corpo de funcionários do Estado, somada ao contexto internacional favorável, contribuiu para que as classes subalternas alcançassem algumas conquistas (citadas anteriormente). Contudo, essas conquistas passaram longe de

²⁸ Em relação às características peculiares dessa relação hegemônica, o ensaio de Chico de Oliveira, *Hegemonia às avessas*, publicado primeiramente em 2007 na Revista Piauí, tornou-se a principal referência. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hegemonia-as-avessas/>. Acesso em: 17/08/2019.

²⁹ Isso não quer dizer que esta situação não possa mudar em conjunturas de enfrentamentos classistas, acarretando a expansão do espaço de ações políticas e das formas de representação, afirma o autor.

confrontar os interesses do capital, foram limitadas e filtradas pela ação do aparato de Estado, convertendo-se em mecanismos de dominação³⁰, como foram os casos que serão tratados nessa tese: mercantilização da reforma agrária; empresariamento dos recursos sociais do BNDES (Fundo Social), destinados a projetos e programas desenvolvidos por Fundações e Institutos empresariais; uso do fundo público para ampliar a acumulação de capital e fortalecer a dominação burguesa; dentre outros. É a partir desse panorama que se buscará compreender a expansão territorial do setor de celulose no campo brasileiro, especialmente no estado sob análise, durante os governos petistas.

1.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR DE CELULOSE NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Com o plano de metas do Governo de Juscelino Kubitschek (1957-1961), o setor de celulose se tornou um dos prioritários para o recebimento de investimentos do antigo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que, a partir de diagnósticos sobre o aumento do consumo de papel, destinou vultosos investimentos para implantação e expansão das indústrias de celulose e papel com a finalidade de tornar a produção nacional competitiva no mercado internacional, principalmente a produção da fibra curta branqueada (celulose de mercado). Mais tarde, com a criação do II Código Florestal (1965) e, posteriormente, em 1974, do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), durante o Governo Militar, passou a ser obrigatório o “plantio de árvores” para suprir matéria prima às atividades industriais, prevendo créditos e isenções de impostos, e, assim, estimulando o aumento da monocultura de árvores. Corroborando com a implementação do setor também foram criados, a partir do II PND, o I Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC)³¹ e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) (JOLY, 2007; KUDLAVICZ, 2011; PERPETUA, 2012)³².

³⁰ Para Osorio (2014, p. 51), o Estado capitalista “não expressa apenas uma correlação de forças na qual predominam os interesses das classes dominantes. É, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam”.

³¹ Destaca-se aqui a importante atuação do BNDES que no âmbito do PNPC passou a conceder expressivos financiamentos voltados a implantação e expansão de empresas do setor. Além disso, o banco passou a apoiar as empresas do setor via aquisição de ações preferenciais (por meio da BNDESPar), tornando-se, inclusive, controlador e administrador de algumas delas, como destacado no capítulo 2 dessa tese.

³² No estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com Kudlavicz (2011), o POLOCENTRO selecionou diferentes “áreas-programas”, dentre elas a que se estende do município de Campo Grande ao de Três Lagoas, ao longo da estrada de ferro Noroeste e do eixo rodoviário da BR-262, para a implantação de “Campos de Demonstração” que, a princípio, estariam voltados à agricultura e pecuária. Muito embora não houvesse previsão de plantios de eucalipto e pinus, os incentivos fiscais do programa estiveram diretamente ligados ao estímulo de sua expansão, tendo contribuído pela ocupação de 416 mil hectares de eucalipto nos municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas, para atender as indústrias de madeira, movelaria e papel e celulose. Diversos outros órgãos foram criados no mesmo período com a finalidade de orientar a ocupação do território no Centro-Oeste do país, tais como: SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste),

Tem-se que até a década de 1970 a produção nacional de celulose e papel esteve praticamente voltada para o consumo do mercado interno, posteriormente, com as mudanças econômicas internas e a chamada modernização da agricultura, alavancadas pelo processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), o cenário começou a mudar. Segundo dados contidos no texto de Juvenal e Mattos (2002, p. 58), a exportação de celulose passou de 3 mil toneladas/ano em 1963 para 194 mil/t em 1973, e a de papel passou de 0 para 43 mil/t, respectivamente. Segundo os autores, foi a partir dessa década (1970) que teve início a implantação de grandes projetos de produção de celulose voltada para exportação. Com isso, a produção de celulose e papel aumentou de 0,8 milhões e 1,1 milhões (de toneladas) em 1970, para 4,4 milhões e 4,7 milhões em 1990, respectivamente (BRACELPA, 2014)³³.

Nesse período o Brasil já se consolidava como o principal país do Sul global produtor de celulose voltada para exportação (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012, p. 10). Contudo, na década de 1990 a produção mundial de celulose ainda se concentrava no Hemisfério Norte que em 1994 foi responsável por produzir 138 milhões de toneladas enquanto nos países do Sul global a produção foi de 34 mi/to; já em 2007 o cenário foi invertido, o Sul global produziu 106 mi/to enquanto no Norte a produção foi de 86 mi/to (PERPETUA, 2016, p. 90)³⁴.

Segundo Hora *et al.* (2018, p. 135-136), alguns fatores naturais estão ligados a transferência das etapas primárias do processo produtivo de papel dos países do hemisfério

PLADESCO (Plano de desenvolvimento Econômico e Social para o Centro Oeste), PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados) e PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), constituindo por meio de incentivos fiscais, no Leste de Mato Grosso do Sul, uma região com suposta “vocação florestal.” (KUDLAVICZ, 2011).

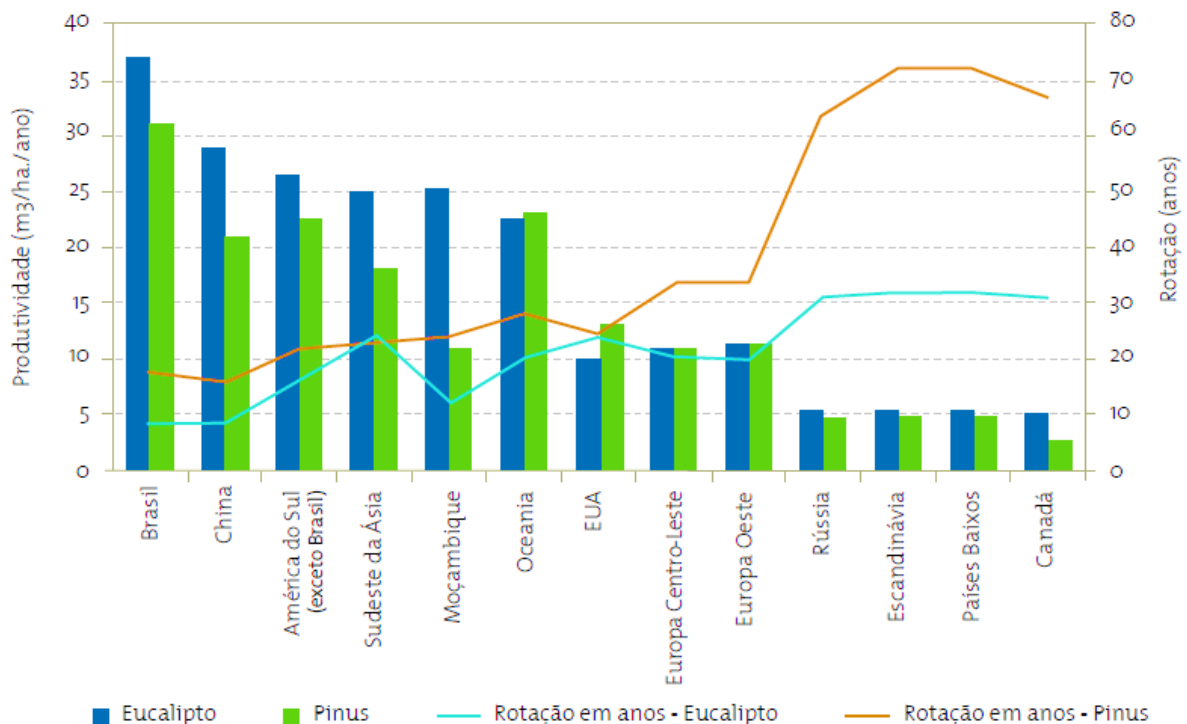
Devido   atra o das políticas governamentais e   base já existente de plantios de eucalipto, em 1988 a empresa Chamflora Três Lagoas Agroflorestal (então subsidiária da companhia norte americana Champion Papel e Celulose, depois adquirida pela Internacional Paper), passou a comprar terras “florestadas” e adquirir outras empresas que atuavam no setor de planta es industriais de árvores, instalando-se no município de Três Lagoas com o objetivo de construir uma unidade industrial voltada a produ o de celulose e papel. Contudo, por mudanças conjunturais e problemas internos da empresa o projeto não vingou e, durante a década de 1990, as planta es foram utilizadas pelas carvoarias da região (KUDLAVICZ, 2011; PERPETUA, 2012).

³³ Em 1987 o governo federal divulgou um novo PNPC, dando início a um novo ciclo de investimentos com metas para serem cumpridas até 1995, dentre elas destacam-se: amplia o da oferta de celulose de 3,4 milhões para 6,6 milhões de toneladas; implanta o de “florestas” para abastecimento das fábricas; aumento das exporta es de celulose de 921 mil para 1.400 mil/to; incentivos fiscais para importa o de equipamentos; estimulo a capacita o das empresas via abertura de capital (JUVENAL; MATTOS, 2002, p. 67)

³⁴ Foi neste período que ocorreu a consolida o do setor no Brasil com aumento da escala produtiva e expansão para novas áreas, especialmente por meio dos processos de centraliza o de capital (via fusões e aquisi es). Segundo Juvenal e Mattos (2002, p. 71-72), tal consolida o se deu de forma diferente dos outros setores industriais, pois acarretou a entrada de controladores estrangeiros apenas em casos isolados; além disso, os autores destacam a atua o do BNDES na análise técnica de viabilidade das transa es propostas (entre empresas); na realiza o de opera es de mercado em favor de novas estruturas de controle; e no provimento de recursos para investimentos em moderniza o e expansão (idem). Uma análise mais aprofundada dessa questão encontra-se no capítulo 2 dessa tese.

Norte para países do hemisfério Sul, especialmente para o Brasil, tais como: a perda de competitividade dos países ao Norte do globo por conta do elevado custo de produção (baixa produtividade) frente as plantações de alto rendimento nos países do Sul global, como demonstrado na figura 2.

Figura 2: Produtividade e rotação média (anos) de plantações industriais de árvores no Brasil e em países/regiões selecionados (2016)



Fonte: Ibá (2017b).

Fonte: Hora; Nader; Mendes (2018)³⁵.

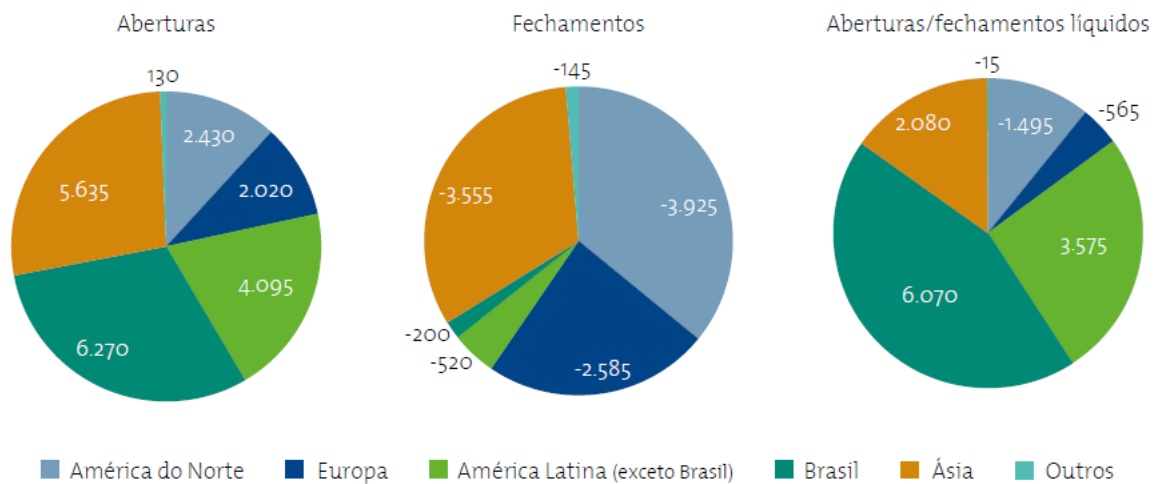
Observa-se na Figura 2, com dados de 2016 relativos a produtividade dos plantios de árvores para fins industriais, que o Brasil liderou o ranking global com a produtividade média superior a 35 m³/ha de eucalipto ao ano e a 30 m³/ha de pinus. Destaca-se também, que a área necessária para a produção de 1,5 milhão de t/ano de celulose no Brasil é de 140 mil hectares, enquanto na China é de 300 mil e na Escandinávia de 720 mil. Esse fato, segundo os autores, “faz com que o investimento em terras no Brasil seja bastante reduzido se comparado ao das outras regiões” e, acrescentam: “a menor quantidade de área requerida pelos projetos florestais brasileiros traz grande vantagem nos custos de colheita e transporte da madeira, uma vez que o raio médio dos plantios até as unidades industriais acaba sendo inferior no Brasil”³⁶. A figura 3

³⁵ Disponível em: Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16222?&locale=pt_BR. Acesso em: 05/01/2021.

³⁶ *Ibidem*. Cabe antepor a tal afirmação que se por um lado a área requerida pelos projetos pode ser menor em relação à produtividade por hectare, isso não pode levar necessariamente a conclusão de que a área apropriada e

demonstra a transferência das etapas iniciais da produção de papel para o Sul global por meio da perda e do aumento da capacidade produtiva causados pelo fechamento e pela abertura de plantas industriais em diferentes regiões do globo e no Brasil.

Figura 3: Aberturas e fechamentos de plantas produtoras de celulose de eucalipto branqueada de mercado entre 2006 e 2015 – (milhões de t)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponíveis no site da Risi.

Fonte: Hora; Nader; Mendes (2019)³⁷.

Nota-se que o saldo positivo (aberturas) concentra-se na Ásia, América Latina e especialmente no Brasil; já o negativo na América do Norte, Europa e demais áreas não especificadas. É evidente que a possibilidade de se apropriar do lucro extra proporcionado pelas condições naturais³⁸ é um fator de atração para o capital industrial que atua diretamente nas etapas iniciais da cadeia produtiva de papel para os países do Sul global – além de capitais de outros ramos/setores de produção (como será observado) –, especialmente nos casos do Brasil e de outros países da América Latina, áreas onde as aberturas de fábricas foram predominantes.

controlada pelo setor seja menor em relação a outros países, tendo em vista a larga escala produtiva nacional e sua constante necessidade de expansão territorial.

³⁷ Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/16222?&locale=pt_BR. Acesso em: 05/01/2021.

³⁸ Recorre-se à teoria marxiana da renda da terra para explicar tal processo, especificamente a da renda diferencial 1, neste caso. Em resumo, baseando-se nas considerações gerais de Marx sobre a renda diferencial (2017, p. 703-711), pode-se afirmar que o lucro extra ocorre no âmbito da concorrência intercapitalista, quando a terra usada na produção de determinada mercadoria (no caso a celulose), em determinada localidade, alcança uma produtividade maior do que as terras menos férteis também utilizadas para produzir a mesma mercadoria. Tendo em vista que é o preço de produção geral da mercadoria que regula seu preço de mercado, os capitalistas que operam suas atividades nas terras mais férteis, onde o trabalho empregado é mais produtivo, têm o preço de produção reduzido em relação ao preço geral de produção, o que lhes permite a apropriação de um lucro extra com a venda dessa mercadoria. A análise da territorialização do setor por meio da teoria marxiana da renda da terra será retomada no próximo subitem.

Contudo, tal fator isolado não explica a totalidade concreta desse processo de “transferência”, constituído por múltiplas determinações. Compreende-se que à ele deve-se somar o papel que tais regiões globais possuem dentro da divisão internacional do trabalho, ou seja, a inserção subordinação dos países periféricos na economia mundial capitalista; aspectos levantados a cabo e analisados a rigor por Ruy Mauro Marini a partir de sua teoria da dependência (estudo das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente), especialmente no caso da América Latina.

Como está fora dos limites dessa tese analisar de forma substancial o setor de celulose com base na teoria da dependência, cabe apenas mencionar o principal aspectos que está interligado e parece ser determinante para o processo de transferência das etapas iniciais da produção de papel para países periféricos: a dinâmica de transferência de valor por meio da troca desigual (MARINI, 2017)³⁹.

Em síntese, de acordo com Marini (2017), a inserção da América Latina no mercado mundial se deu por meio da oferta de alimentos para os países industriais onde a classe operária estava em crescimento, permitindo com isso a redução do valor real da força de trabalho nesses países e a elevação das taxas de mais-valia por meio do incremento de produtividade, ou seja, a América Latina contribuiu para que o eixo da acumulação na economia industrial se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para a relativa. Dessa forma, nesses países, a acumulação passou a “depende mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador”. Em contrapartida, na região, a produção se desenvolveu com base na superexploração do trabalhador⁴⁰.

Essa participação da região “no progresso do modo de produção capitalista nos países industriais será por sua vez contraditória”, tendo em vista que “o aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias primas”, dessa forma:

Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias primas), ou seja,

³⁹ A primeira edição do ensaio *Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini, foi publicada em 1973; o texto aqui utilizado trata-se de uma republicação realizada pela revista *Germinal* e conta com um *Post-scriptum* publicado pelo autor no mesmo ano do ensaio, com a finalidade de esclarecer algumas questões e desfazer equívocos que foram suscitados a partir de sua leitura, nas palavras do autor. Uma análise aprofundada da teoria marxista da dependência, seus problemas e suas categorias, encontra-se em Luce (2018). Inclusive, cabe destacar, para Luce a apropriação de renda da terra também ocorre como forma de transferência de valor. Para compreender melhor o setor de celulose no interior da teoria da dependência, ver Perpetua (2016) que trabalha alguns aspectos relacionados à transferência das etapas iniciais do processo produtivo do papel para os países do Sul global, além da superexploração dos trabalhadores no interior do setor, e Amorim (2021) que analisa a superexploração do trabalho por meio da terceirização empregada pelas corporações que atuam no setor.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 328.

que aumenta a composição-valor do capital. Assim sendo, o que é apropriado pelo capitalista não é diretamente a mais valia produzida, mas a parte desta que lhe corresponde sob a forma de lucro. Como a taxa de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinário, matérias primas etc, o resultado do aumento da mais-valia tende a ser — sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la — uma queda da taxa de lucro⁴¹

Tal contradição é contraposta por meio do maior incremento da mais-valia e na indução de uma baixa no valor do capital contante, com a finalidade de compensar a queda da taxa de lucro e impedir seu declínio. Nesse sentido, foi a partir da busca pela redução do valor do capital constante que na América Latina, para além da oferta de alimentos, formou-se um mercado de matérias primas industriais cada vez mais baratas, contribuindo “para que [fossem] superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão [da produção capitalista nos países industriais]”⁴². Deve-se levar em conta que com o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas ocorre a queda de seus preços em relação aos preços das manufaturas, o que leva, segundo o autor, a deterioração dos termos de troca.

Marini destaca que o intercâmbio de mercadorias expressaria uma troca de equivalentes, “cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam”. Contudo, na realidade, “observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias”. Dentre tais mecanismos há aqueles que atuam na mesma esfera de produção e outros que atuam em diferentes esferas que se interrelacionam, sendo que no “primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas”. No primeiro caso, a maior produtividade do trabalho permite à um país apresentar preços de produção inferiores aos demais sem precisar baixar os preços de mercado estabelecidos pelas condições de produção de seus concorrentes, ou seja, tem-se aí um lucro extra. No segundo, o intercâmbio de distintas classes de mercadorias entre países (por exemplo, manufaturas e matérias primas), os países que produzem mercadorias que os demais não produzem ou produzem com maior dificuldade, conseguem vender tais mercadorias a preços superiores ao seus valores, fazendo com que os países menos favorecidos tenham que

⁴¹ *Ibidem*, p. 330.

⁴² *Ibidem*.

ceder parte do valor por eles produzidos, configurando uma transferência de valor como intercâmbio desigual⁴³. Nessa perspectiva, de acordo Marini (2017, p. 343):

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente.

Diante disso, as classes dominantes nos países desfavorecidos pela troca desigual lançam mão de uma maior exploração da força de trabalho (superexploração), seja aumentando sua intensidade e/ou prolongando a jornada de trabalho, compensando assim a perda de renda no comércio internacional.

Na sequência de seu ensaio o autor explica como ocorre: i) a superexploração do trabalho; ii) o ciclo do capital na economia dependente; iii) o processo de industrialização na América Latina; e iv) as formas de reprodução da dependência, que o autor denominou de novo anel da espiral. Contudo, limita-se aqui a exposição da teoria marxista da dependência, tendo em vista a finalidade apenas de explicar resumidamente as bases do processo de transferência de valor como intercâmbio desigual, por compreender sua influência na transferência das etapas iniciais da produção de papel para os países do Sul global, especialmente para o Brasil⁴⁴ e outros da América Latina.

Para encerrar essa breve apresentação acerca da transferência de valor a partir da teoria marxista da dependência, ligando-a com o processo anteriormente citado de criação e apropriação da renda diferencial, potencialmente produzida nos países do Sul global, se torna importante destacar que estudos contemporâneos da teoria marxista da dependência apontam a possibilidade de apropriação de parte da renda da terra gerada nos países dependentes (seja ela diferencial ou absoluta de monopólio) pelos centros imperialistas, na forma de transferência de valor como intercâmbio desigual. Tendo em vista que não é necessariamente o mesmo capital cuja atividade produtiva produz a renda aquele que dela se apropria, essa apropriação pode ocorrer como forma de transferência de valor tanto por meio da remuneração de acionistas

⁴³ *Ibidem*, p. 331-332.

⁴⁴ Ruy Mauro Marini também desenvolveu a categoria analítica do subimperialismo, com base no avanço da industrialização brasileira, como sendo “uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente” (MARINI, 2017, p. 345).

privados quanto da compra de capital constante importado (máquinas e equipamentos), utilizados no processo produtivo (LUCE, 2018, p. 68-74).

Dito isso, para entender minimamente os desdobramentos da dependência no contexto de consolidação do setor de celulose no Brasil, ainda com base na teoria marxista da dependência, recorre-se à noção de padrão de reprodução do capital, também cunhada por Ruy Mauro Marini e desenvolvida posteriormente por Osório (2012)⁴⁵. Parte-se do presuposto de que a reprodução do capital “assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso”, permitindo assim “*historicizar a reprodução do capital* e diferenciar os padrões que se estabelecem”⁴⁶.

De acordo com o autor, o processo de mundialização acarretou um novo padrão de reprodução do capital na América Latina⁴⁷, o exportador de especialização produtiva, que marcou o fim do padrão industrial (1940-1970) nas principais economias da região, causando um processo de desindustrialização⁴⁸. Ele se distingue do padrão agromineiro exportador (predominante em meados do século XIX até início do século XX) devido “ao maior grau de elaboração de muitos dos bens exportados”, mas apresenta semelhanças com esse, tal como “o peso dos bens agromineiros no total das exportações, ao qual se somam agora alguns bens secundários”⁴⁹.

Pode-se dizer que o padrão exportador de especialização produtiva ganhou novas dimensões nesse início de século, especialmente por conta da ascendente demanda de bens primários (*boom* das *commodities* encabeçado pela China⁵⁰) e, em consequência, de seus preços, como pode-se observar na figura a seguir:

⁴⁵ Para Osório (2012, p. 40-41. Grifos do autor): “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados* [...], considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação [...], *integrando o processo de valorização* [...] e sua *encarnação em valores de uso específicos* [...], assim como as *contradições* que esses processos geram”.

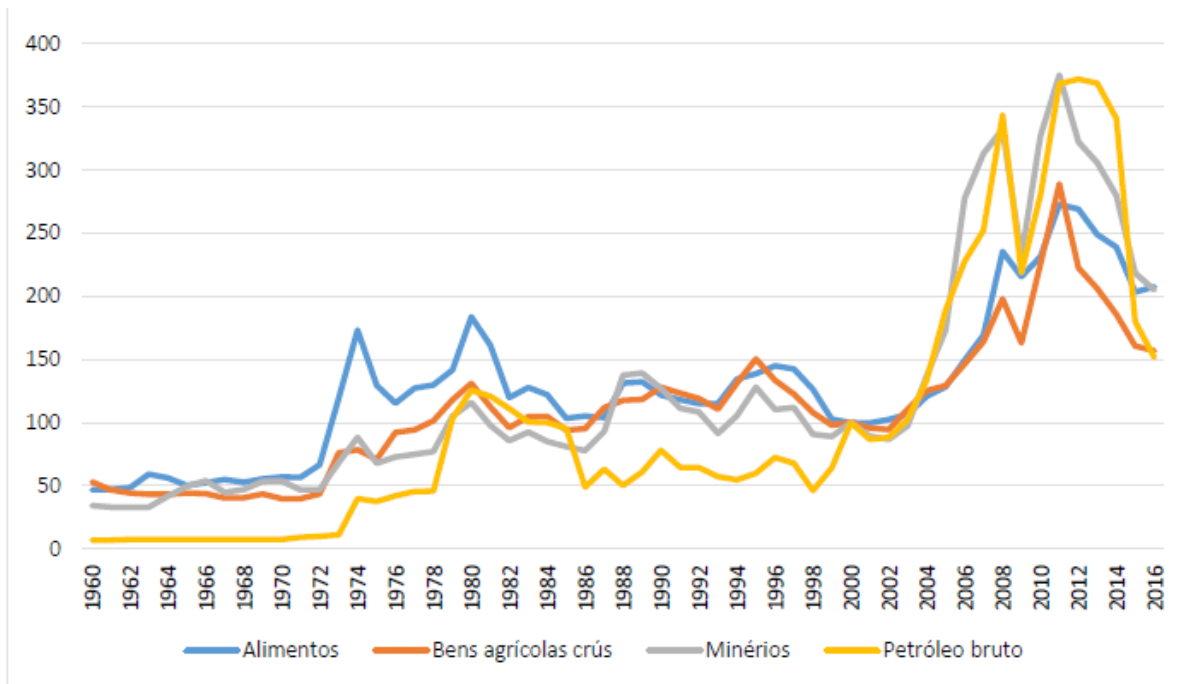
⁴⁶ *Ibidem*, p. 41. Grifos do autor.

⁴⁷ Na sequência, os padrões de reprodução dominantes na América Latina foram, em síntese: i) padrão agromineiro exportador; ii) padrão industrial; e iii) padrão exportador de especialização produtiva (atual) (*Ibidem*, p. 91).

⁴⁸ Segundo Carvalho (2013), na década de 1980 o setor industrial chegou a pesar 38% do PIB nacional, já em 2012 apenas 15%. Osório (2012, p. 106), destaca que em países com economias mais complexas, como Brasil e México, permaneceu uma parcela industrial relevante, contudo submetidas ao novo projeto exportador, “no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais”.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 103.

⁵⁰ Impacto causado pelo crescimento da economia chinesa. Para se ter uma ideia, a produção industrial do país, na década de 1990, cresceu a uma taxa média de 14%, atingindo 20% em 1992. Entre 1990 e 2000 o nível mais baixo foi de 8%, posteriormente, entre 2000 e 2010 a taxa média anual foi de 11%, chegando à 15% antes da crise

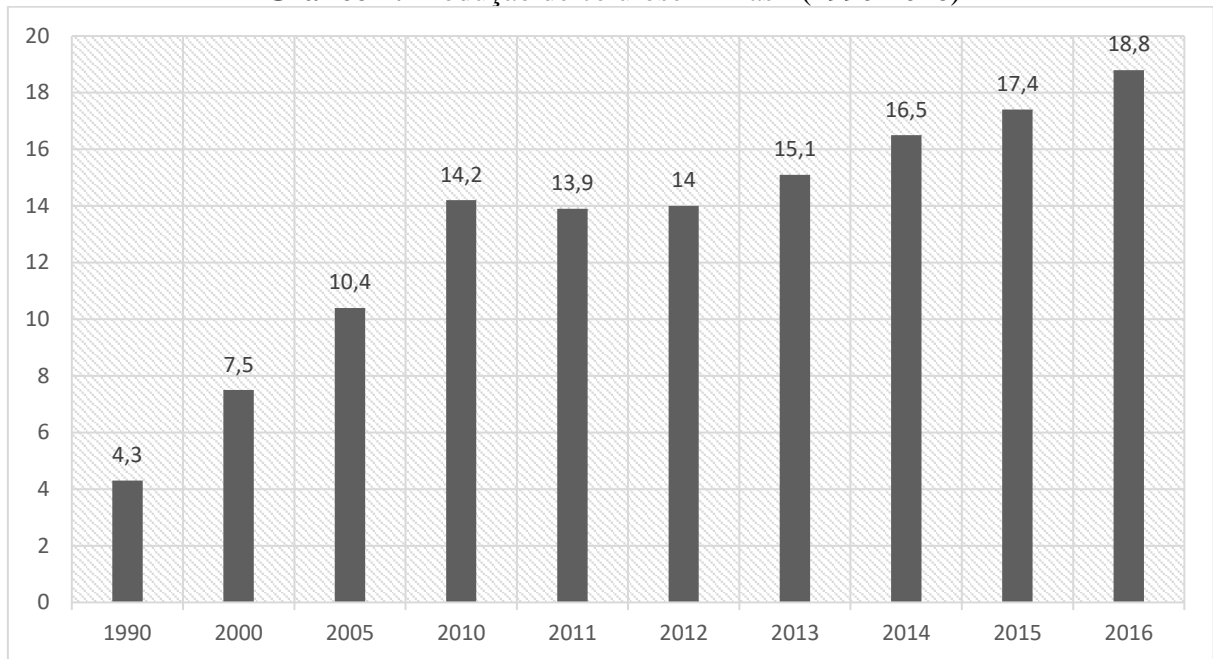
Figura 4: Evolução dos preços dos bens primários (1960-2016) (%)

Fonte: UNCTADSTAT. Elaboração própria.

Fonte: Ribeiro (2018).

Dentre tais produtos, cujos preços no mercado internacional assistiram alta, encontra-se a polpa de celulose. Foi nesse contexto que em 2011 o Brasil se tornou o quarto colocado no ranking dos maiores produtores de celulose do mundo e o primeiro na produção específica da celulose de fibra curta branqueada. Segundo a organização Repórter Brasil, as plantações de eucalipto e *pinus* ocupavam 6,5 milhões de hectares em 2011, gerando 640 mil empregos diretos, com o valor bruto da produção estimado em R\$ 51,8 bilhões (REPORTER BRASIL, 2011). Já em 2016, com crescimento de 8,1% na produção de celulose em relação ao ano anterior, o país passou a ser o segundo maior produtor mundial (IBÁ, 2017).

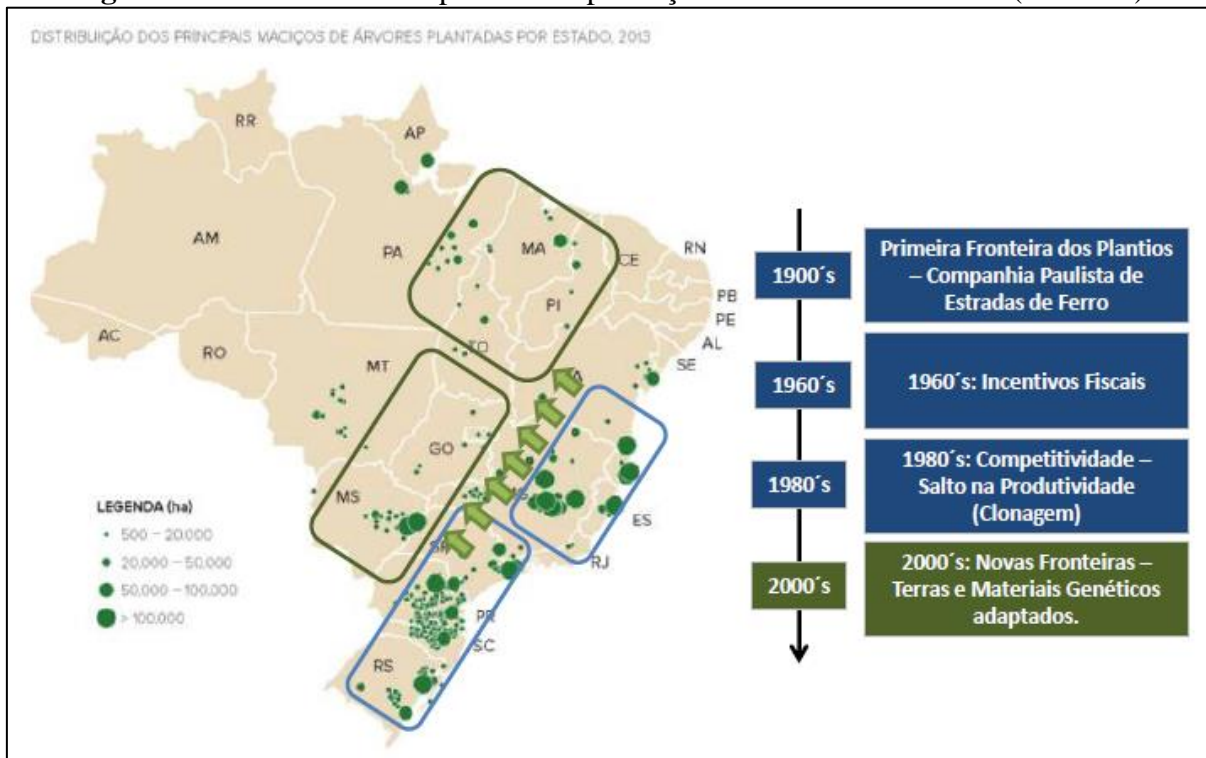
No gráfico 1, demonstra-se a evolução da produção de celulose no país, entre os anos de 1990 e 2016, passando de 4,3 em 1990 para 18,8 milhões toneladas de celulose em 2016.

Gráfico 1: Produção de celulose – Brasil (1990-2016)

Fonte: BRACELPA (2008/2009); IBÁ (2017). Elaborado pelo autor.

Diante do contexto de crescimento dos preços dos bens primários e em especial da celulose, no mercado internacional, o setor de árvores plantadas para fins industriais voltou a ter prioridade na agenda econômica governamental com a elaboração de um planejamento estratégico no interior do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004-2007), durante o primeiro mandato presidencial de Lula. As regiões com “base florestal” preestabelecida passaram a ser “priorizadas por meio de políticas públicas que permitam o aproveitamento pleno e racional das suas vocações” (MATO GROSSO DO SUL, 2004 *apud* PERPETUA, 2011, p. 164). Neste momento o governo federal anunciou a implantação de megaprojetos espalhados por diferentes regiões do país, especialmente seu interior (Figura 5), sendo o município de Três Lagoas, localizado a Nordeste de Mato Grosso do Sul, escolhido para a construção das duas maiores plantas fabris de produção de celulose de mercado do mundo: a Fibria-MS Celulose e a Eldorado Brasil.

Figura 5: Novas áreas de expansão das plantações industriais de árvores (histórico)



Fonte: IBÁ (2015)⁵¹.

A Fibria-MS Celulose surgiu do seguinte processo: em 2006 a VCP chegou em Três Lagoas firmando imediata parceria com a *International Paper*, dando origem ao “Projeto Horizonte” e ao complexo industrial VCP-IP⁵². Em 2009, após pronto, o complexo VCP-IP incorporou a Aracruz Celulose, fusão que recebeu o nome de Fibria, tornando-se a empresa de maior produção mundial de celulose, com capacidade produtiva de 1,3 milhão de ton/ano (PERPETUA, 2012, p. 31). A nova empresa surgiu com três unidades industriais próprias localizadas nos municípios de Três Lagoas (MS), Aracruz (ES) e Jacareí (SP), além da Veracel em Eunápolis (BA) que é uma *joint-venture* com a sueco-finlandesa Stora Enso; e com uma receita líquida que estava estimada em R\$ 6 bilhões, contando com participação acionária de 34,9% da BNDESPar, 29,3% do Grupo Votorantim, e 35,8% de ações no mercado⁵³.

⁵¹ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/infraestrutura-e-logistica/anos-anteriores/industria-brasileira-de-arvores-iba-44.pdf>. Acesso em: 05/10/2021.

⁵² Tal parceria viabilizou a instalação da primeira fábrica da *International Paper* destinada para produção de papel fora dos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.celuloseonline.com.br/international-paper-completa-7-anos-de-excelencia-operacional-em-tres-lagoas/>. Acesso em: 22/03/2017. É importante mencionar que a VCP incorporou a antiga Chamflora em 2009, segundo consta no laudo patrimonial da Fibria (tais processos serão melhor analisados no próximo subitem). Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/ptb/6930/586893.09.17.pdf>. Acesso em: 23/05/2018.

⁵³ Disponível em: http://www.fibria.com.br/web/pt/midia/releases/release_2009set01.htm. Acesso em: 20/10/2015.

No dia 14 de maio de 2014, a Fibria anunciou a construção de uma nova linha de produção na unidade de Três Lagoas, o Projeto Horizonte 2, com capacidade produtiva estimada de 1,7 milhão de to/ano de celulose e previsão de investimentos na casa dos R\$ 8,7 bilhões⁵⁴. Posteriormente, durante a construção, os números foram redimensionados: R\$ 7,5 bilhões em investimentos⁵⁵ e capacidade produtiva de 1,95 milhão de ton/ano, com início das operações em no terceiro trimestre de 2017, passando a capacidade total da unidade para 3,25 milhões to/ano. Para abastecer a nova linha de produção foram necessários 187 mil hectares plantado com eucalipto, sendo que em 2016 a empresa já contava com 150 mil⁵⁶.

Posteriormente, em janeiro de 2019, foi anunciada a conclusão da fusão entre a Fibria e a Suzano (outra gigante do setor), dando origem à Suzano S/A. Para tanto, a BNDESPar e a Votorantim S/A negociaram a venda de suas ações, aprovando o acordo entre Fibria e Suzano. Segundo o acordo, o braço de participações do BNDES passaria a ter 11,1% de participação na empresa, a Votorantim 5,6% e a Suzano ficaria com 46,6% da estrutura societária, passando a ser controladora da nova companhia; demais acionistas ficaram com 36,9%⁵⁷. A capacidade produtiva da nova líder mundial no setor passou para 11 milhões de ton/ano de celulose e 1,4 milhão de to/ano de papel⁵⁸.

Aproveitando a conjuntura favorável e os incentivos governamentais (municipais, estaduais e federais)⁵⁹, em 2010 foi lançada, também em Três Lagoas (MS), a pedra inaugural da empresa Eldorado Brasil, originada a partir da fusão entre Eldorado Celulose e Florestal Brasil. A empresa entrou em funcionamento em 2012 com capacidade produtiva de 1,5 milhão de ton/ano de celulose, ultrapassando a produção da Fibria no período, tornando-se responsável pelo maior volume de produção de celulose em linha única no mundo. Foram investidos R\$ 6,2 bilhões somando a construção da unidade industrial (R\$ 4,5 bilhões), a logística (R\$ 800 milhões) e a base florestal (R\$ 900 milhões), com financiamento de 2,7 bilhões pelo BNDES,

⁵⁴ Disponível em: <http://www.painelflorestal.com.br/noticias/mercado/projeto-horizonte-2-da-fibria-movimenta-economia-na-regiao-de-tres-lagoas-ms>. Acesso em: 18/12/2015.

⁵⁵ Dos quais R\$ 2,3 bilhões financiados pelo BNDES e R\$ 831,5 milhões do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Disponível em: <https://www.abaf.org.br/fibria-anuncia-aumento-da-capacidade-de-producao-do-projeto-horizonte-2-para-195-milhao-de-toneladasano/>. Acesso em: 23/05/2018.

⁵⁶ Disponível em: <https://relatoweb.com.br/fibria/2016/pt/projeto-horizonte-2.html>. Acesso em:

⁵⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/bndes-aprova-fusao-entre-suzano-e-fibria-nova-companhia-sera-lider-mundial-em-celulose.ghtml>. Acesso em: 28/09/2021.

⁵⁸ Disponível em: <https://exame.com/negocios/suzano-confirma-conclusao-de-fusao-com-a-fibria/>. Acesso em: 28/09/2021.

⁵⁹ “O governo do Estado e a da prefeitura de Três Lagoas trabalharam em conjunto com leis de incentivo fiscal, oferecendo para a indústria até 90% de isenção no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o que, de acordo com o presidente da Eldorado, Mário Celso, foi um dos principais motivos para a instalação da empresa no município”. Disponível em: <http://www.treslagoas.ms.gov.br/prefeita-e-governador-lancam-pedra-fundamental-da-maior-fabrica-de-celulose-do-mundo-em-tres-lagoas/>. Acesso em: 20/10/2015.

tendo no período a J&F Investimentos S.A.⁶⁰ como acionista majoritário com 58,6%, 25% do empresário Mário Celso Lopes (MCL empreendimentos) e 16,4% dos fundos de pensão, dos quais 8,2% são de funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef) e 8,2% de funcionários da Petrobras (Petros) (ALMEIDA, 2012, p. 3). Atualmente há uma disputa judicial entre J&F Investimentos S.A. e a *CA Investment* (subsidiária da *Paper Excellence*) pelo controle da empresa. Consta no *website* da Eldorado Brasil que sua atual configuração acionária é: 50,59% controlado pela J&F Investimentos S.A. e 49,41% pela que integra a *CA Investment*⁶¹, confirmando assim a venda da participação dos fundos de pensão de funcionários da Caixa e da Petrobrás para a *CA Investment*, que já havia sido anunciada anteriormente por ambos⁶².

Em junho de 2015, a empresa Eldorado Brasil lançou a pedra fundamental do Projeto Vanguarda 2.0: construção de outra linha de produção com capacidade produtiva de 2 milhões de toneladas de celulose por ano que elevaria sua produção, somando as duas linhas, à capacidade de 3,75 milhões ton/ano. No período o investimento previsto para o novo projeto foi de R\$ 8 bilhões e a previsão de início das operações era para o primeiro semestre de 2018⁶³. Contudo, em 2016 o projeto foi adiado pela primeira vez, seguido por sucessivos adiamentos que se estendem até o momento⁶⁴. Tais adiamentos, estão ligados às investigações que envolvem a criação da própria Eldorado Brasil (operação *Greenfield*), além de outras envolvendo a *holding* J&F Investimentos S.A.⁶⁵.

Cabe aqui abrir um parêntese para destacar que mesmo diante do cenário em que se encontrava o país em 2015, de crise política e retração da economia, experimentando aumento da inflação e queda na taxa de crescimento, o setor de celulose – dentre outros ligados às plantações de árvores para fins industriais – continuou a se expandir. Como prova disso o setor obteve melhor desempenho no primeiro trimestre de 2015 em comparação com o mesmo período em 2014. Segundo os dados divulgados pela Indústria Brasileira de Árvores (IBA)⁶⁶,

⁶⁰ *Holding* brasileira que também controla a JBS-Friboi.

⁶¹ Disponível em: <https://eldoradobrasil.com.br/Investidores/Modelo-de-Governanca/Estrutura%20Societaria>. Acesso em: 18/10/2021.

⁶² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/petros-decide-vender-por-650-milhoes-sua-participacao-na-eldorado-21942997>. Acesso em: 28/09/2021.

⁶³ Disponível em: <http://www.painelflorestal.com.br/eventos/tres-lagoas-florestal/2015/eldorado-brasil-deve-lancar-pedra-fundamental-no-dia-15-de-junho-em-tres-lagoas>. Acesso em: 18/12/2015.

⁶⁴ A *Paper Excellence* pretende tirar o projeto do papel, mas para tanto precisa resolver a batalha judicial com J&F Investimentos S.A. para obter o controle acionário da Eldorado Brasil. Disponível em: <https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/acionista-da-eldorado-brasil-paper-excellence-compra-fabri/150102/>. Acesso em: 28/09/2021.

⁶⁵ Mais informações disponíveis em: <https://www.rcn67.com.br/economia/eldorado-brasil-adia-para-2020-inicio-de-operacao-da-2-linha-de-celulo/95614/>. Acesso em: 23/05/2018.

⁶⁶ Disponível em: <http://iba.org/pt/iba-na-midia/9-conteudo-pt/342-desempenho-do-setor-florestal-brasileiro-no-1-semester>. Acesso em: 23/05/2018.

nesse período, o Brasil exportou 19,9% a mais do volume de celulose, com aumento de 7% na sua produção, além do crescimento de 43,3% na exportação de painéis de madeira e 1,4% nas vendas internas. A exportação de celulose, papel e painéis obteve aumento de 3,1% comparado ao mesmo período do anterior. A recomendação dos representantes do setor foi para que as empresas permanecessem investindo, mesmo em período considerado de crise.

Nessa direção, em 2016 a exportação de celulose pelo estado sob análise correspondeu a 23% do total de suas exportações⁶⁷, atrás apenas do farelo de soja (26%), e seguido pelo açúcar de cana (11%), carne bovina (10%), milho em grãos (7,6%), dentre outros, conforme os dados contidos na figura 6.

Figura 6: Mato Grosso do Sul: produtos exportados no ano de 2016



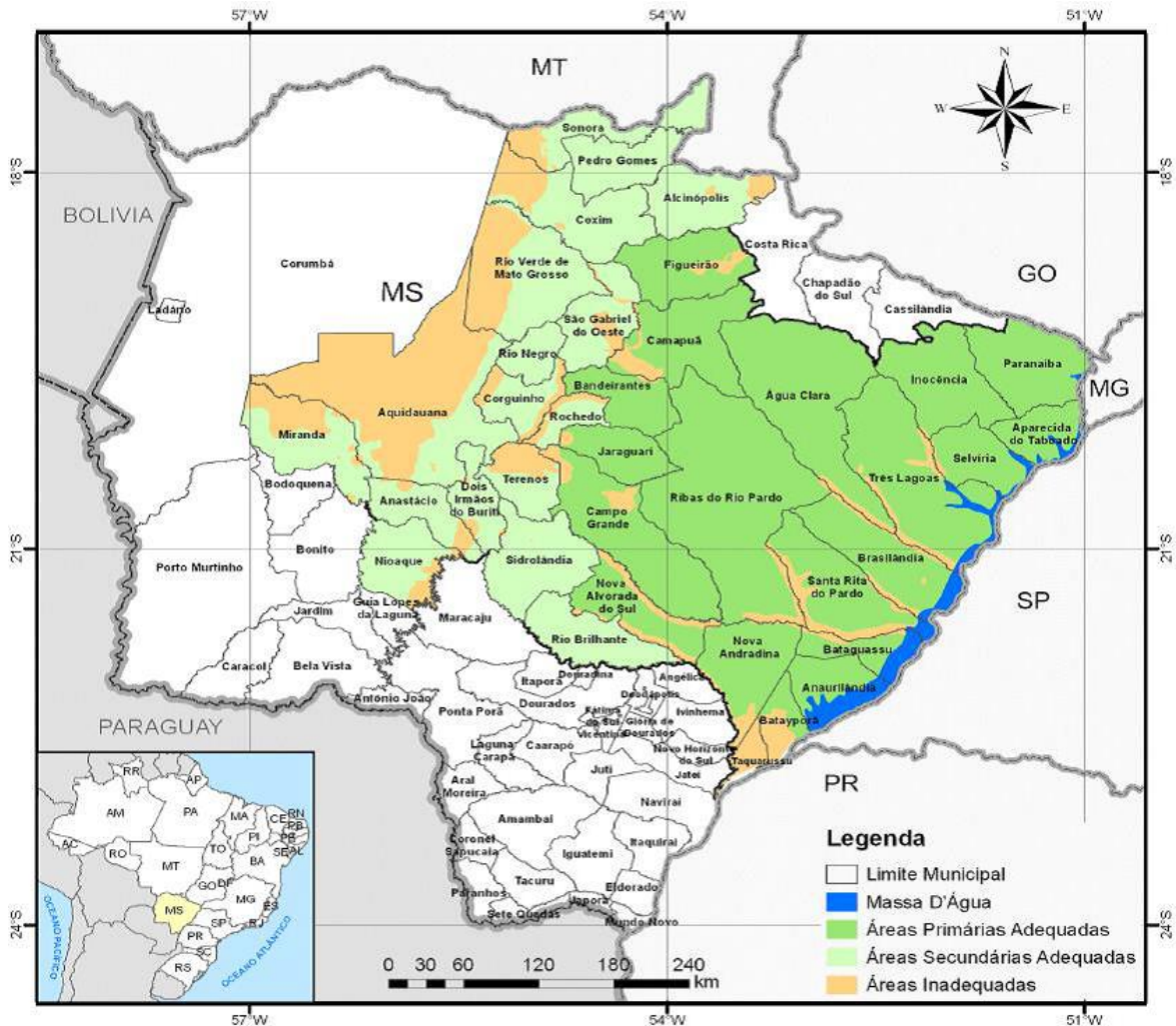
Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC: ComexVis (2017).

Dito isso, para dar início à análise da expansão territorial da monocultura de eucalipto na área sob análise – que se estenderá para o próximo subitem –, destaca-se primeiramente que diante da construção das fábricas e da expectativa de consolidação dos setores ligados ao plantio industrial de árvores, a então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR) divulgou em 2009 o Plano Estadual de

⁶⁷ Correspondendo à 2,9 milhões de toneladas e 17% da produção nacional. Disponível em: <http://www.fiems.com.br/noticias/producao-de-celulose-de-ms-fica-estavel-em-2016-mas-deve-crescer-ate-10-34-em-2017/22834>. Acesso em: 23/05/2018.

Florestas de Mato Grosso do Sul. Na figura 7, observa-se área considerada adequada e prioritária pelo referido plano:

Figura 7: Localização da Região destinada a implantação do Plano Estadual de Florestas de Mato Grosso do Sul⁶⁸



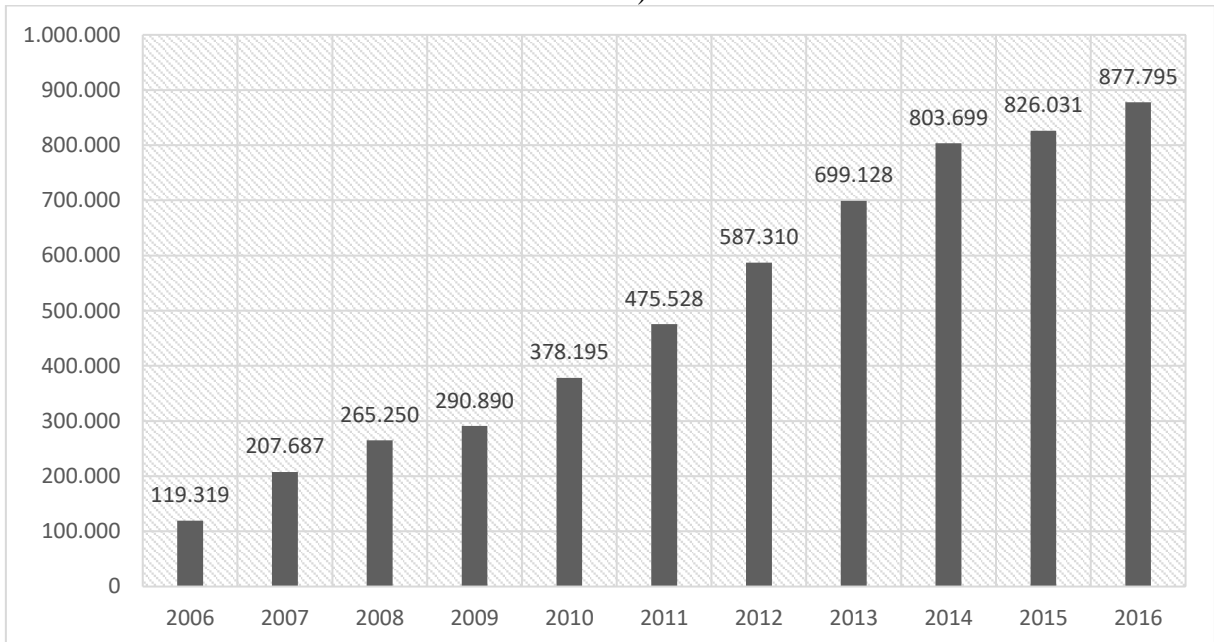
Fonte: SEPROTUR, 2009.

A meta estimada pelo plano era alcançar nada menos do que uma área de 1 milhão de hectares plantados com eucalipto (SEPROTUR, 2009). Segundos os dados da ABRAF e da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), a área planta com eucalipto no estado passou de 119,3 mil em 2006 para 877,7 mil hectares no ano de 2016, como é possível observar no gráfico a seguir:

⁶⁸ Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Estudos%20e%20Pesquisas/Plano%20Estadual%20para%20Desenvolvimento%20Economico%20de%20Florestas%20Plantadas.pdf>. Acesso em: 08/01/2017.

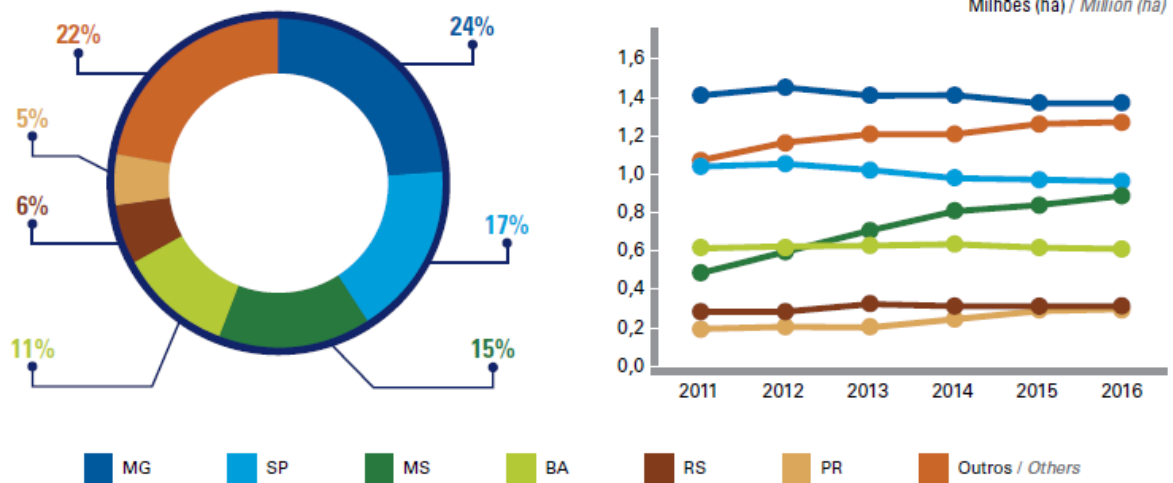
Gráfico 2: Expansão da área plantada com eucalipto (ha) em Mato Grosso do Sul (2006-2016)



Fonte: ABRAF (2010); IBÁ (2017). Elaborado pelo autor.

Verifica-se um rápido aumento da área plantada, principalmente a partir de 2011. A partir de dados divulgados pela ABRAF (Figura 8) observa-se que o estado teve a maior evolução da área plantada durante o referido período (2011-2016), seguido pelo estado do Paraná que teve um aumento tímido, mas contínuo, enquanto os demais estados que estão entre os principais produtores de madeira de eucalipto ou assistiram uma redução da área (casos de MG e SP), ou se mantiveram estáveis (casos de RS e BA). Além disso, nota-se um crescimento considerável em outros estados não especificados. Esses dados demonstram que a expansão da monocultura tem ocorrido principalmente sobre as novas áreas de expansão dos setores ligados aos plantios industriais de árvores, especialmente o de celulose como é o caso de Mato Grosso Sul.

Figura 8: Distribuição e evolução da área plantada com plantios de eucalipto, por estado
 Distribuição em 2016 / Distribution in 2016



Fonte: ABRAF (2017).

O setor estimava que a área de plantio no estado, para atender a demanda da futura capacidade de produção das empresas (estimada em 6,75 milhões de toneladas de celulose por ano), passaria para 930 mil hectares. Uma estimativa que no período não englobava a implantação da fábrica de celulose CRPE *Holding S.A.* (Celulose Rio Pardense e Energia) no município de Ribas do Rio Pardo, que já havia sido anunciada⁶⁹, contudo o projeto de instalação somente saiu do papel quando a Suzano, após sua fusão com a Fibria, o comprou⁷⁰. Acrescenta-se que em 2015 foi lançada a pedra fundamental da fábrica de MDF Greenplac (subsidiária da Asperbras) no município de Água Clara/MS, visando o mercado de madeira serrada⁷¹. Ao final de 2018 a área total ocupada pela monocultura do eucalipto alcançou 1,1 milhão de hectares, antecedendo em uma década a meta de 1 milhão prevista para 2030, pelo Plano Estadual de Florestas⁷². Além disso, em 2019 o estado se tornou o principal exportador do produto no país com 9,7 milhões de toneladas, 22,2% da produção nacional⁷³.

⁶⁹ A CRPE *Holding S.A.* foi criada em maio de 2013, em assembleia conduzida pelo banco BTG Pactual, e no dia 3 de julho de 2014 foi realizada a Audiência Pública de apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referente ao licenciamento ambiental da implantação da fábrica. Disponível em: http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/06/4-Folder_F%C3%A1brica_de_Celulose_CRPEI_Ribas.pdf. Acesso em 18/12/2015.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.rcn67.com.br/ms/suzano-vai-construir-fabrica-de-celulose-em-ribas-do-rio-par/132696/>. Acesso em: 18/10/2021.

⁷¹ O projeto de plantio de eucalipto teve início em 2013 com investimento de R\$ 75 milhões (PAINEL FLORESTAL, 2015). A fábrica entrou em operação em 2018 e em 2020 foi inaugurada outra fábrica do grupo, no mesmo local, destinada a produção de formol. Disponível em: <https://forumdesustentabilidade.com.br/greenplac-aumenta-expansao-com-nova-fabrica-de-formol-em-agua-clara-ms/>. Acesso em: 18/10/2021.

⁷² Disponível em: <https://www.correiadoestado.com.br/rural/florestas-de-mato-grosso-do-sul-superam-11-milhao-de-ha/347046/>. Acesso em: 14/05/2019.

⁷³ Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/ms-se-consolida-como-maior-exportador-de-celulose-do-pais-no-1o-quadrimestre-de-2020/>. Acesso em: 18/10/2021.

Por fim, afirma-se que o setor de celulose encontrou condições favoráveis à sua territorialização na área em questão, que vão para além do simples discurso da “vocação florestal”. Primeiramente,   possível destacar os fatores de redu o de custos na produ o da m teria-prima: a base florestal estabelecida; a disponibilidade e o baixo preço de terras; a infraestrutura de transportes (multimodal); a variedade e disponibilidade de fontes de energia; e o apoio nos diferentes níveis governamentais: municipal, estadual e federal (PERPETUA, 2012). Acrescenta-se   tais condi oes favoráveis   sua territorializa o outras favoráveis   sua contínua expansão, tais como: a disponibilidade extensas e contíguas áreas próximas às fábricas; a incorpora o patrimonial de terras de empresas que atuavam no setor de planta oes industriais de árvores; a quase totalidade das terras como propriedade privada titulada. Questões que serão tratadas no próximo subitem.

Dessa forma, frente a vertiginosa expansão de setores ligados a planta oes industriais de árvores, encabeçado e liderado pelo setor de celulose⁷⁴, buscar-se-  compreender como se deu a apropria o da terra pelas empresas Fibria e Eldorado para a produ o de madeira de eucalipto, além dos seus respectivos desdobramentos.

1.2.1 TERRITORIALIZA O DO SETOR DE CELULOSE E A ALIANÇA ENTRE TERRA E CAPITAL

Compreende-se o reordenamento territorial da produ o de celulose como componente do processo de mundializa o do capitalismo monopolista na agricultura brasileira (OLIVEIRA, 2012; 2016), desdobrando-se tanto na territorializa o dos monopólios que “atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produ o agropecuária e florestal (silvicultura)”⁷⁵, quanto na monopoliza o do território “desenvolvida pelas empresas de comercializa o e/ou

⁷⁴ Segundo reportagem publicada pelo governo do Estado: “Somente no ano de 2019, foram produzidos 15 milhões de metros cúbicos de madeira em tora, sendo que 14 milhões foram destinados para a produ o de celulose. Enquanto que, entre os anos de 2016 a 2018, os valores de produ o de madeira em tora para papel e celulose no Brasil cresceram 20%, em Mato Grosso do Sul essa expansão chegou a 85%, no mesmo período”. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/maior-exportador-de-celulose-do-pais-ms-ve-setor-florestal-impulsionar-economia-verde-no-estado/>. Acesso em: 18/10/2021.

⁷⁵ Idem (2016, p. 127). Segundo o autor, no processo de territorializa o do capital, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial seriam a mesma pessoa física ou jurídica. Contudo, abre-se aqui – como será observado – a possibilidade de que nesse processo o controle da propriedade privada ocorra via arrendamento da terra, sem que as empresas sejam majoritariamente proprietárias, e pode-se dizer que isso se dá devido a aliança historicamente estabelecida no país entre capitalistas e proprietários de terra.

processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo”⁷⁶.

A mundialização do capital, processo derivado das transformações sofridas pelo modo de produção capitalista no fim do século XX, se expressa por meio das “associações entre empresas monopolistas internacionais com empresas nacionais” (OLIVEIRA, 2012, p. 2). Na agricultura, os pilares desse processo são: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e os monopólios mundiais, transformando a produção agropecuária em produção de mercadorias destinadas ao mercado mundial, com um centro regulador de preços, exercendo o controle monopolista da produção⁷⁷.

Segundo Oliveira (2012), a territorialização dos monopólios na agricultura ocorre especificamente nos setores canavieiro e de celulose e papel. O primeiro, até a década de 1990, estava sob o poder de grupos nacionais que, posteriormente, passam a ser incorporados a empresas internacionais, tornando-se empresas mundiais. Destaca-se a intensidade com que fusões, aquisições e participação de empresas estrangeiras no processamento da cana-de-açúcar vêm ocorrendo desde a crise financeira de 2008, principalmente com empresas de outros setores, como, por exemplo, a Cosan que comprou a ExxonMobil no Brasil e, posteriormente, após associar-se à Shell nos negócios de açúcar, etanol e distribuição de combustíveis, criou a *joint venture* Raízen com a própria Shell. No caso do setor de celulose são os grupos de empresas nacionais que passaram a se fundir com os grupos internacionais, tal como ocorreu com a Fibria (destacado no subitem anterior), constituída a partir de uma parceria entre empresa nacional Votorantim Celulose Papel (VCP) e a estadunidense *International Paper*, posteriormente fundida com a empresa Aracruz Celulose⁷⁸.

Já a Eldorado Brasil tem origem em um processo singular fruto da parceria de um investidor brasileiro (Mário Celso Lopes) com o grupo JBS-Friboi, atuante no setor de carnes. Destaca-se, por trás da parceria de dois grupos nacionais, as aquisições e associações realizadas pelo grupo JBS com empresas internacionais e nacionais, revelando a capacidade de aliança entre empresas de diferentes setores e a atuação conjunta em ambos os processos, de

⁷⁶ *Ibidem*, p. 233.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 6-7.

⁷⁸ Cabe destacar a fusão entre a Fibria e a Suzano ocorrida em janeiro de 2019, fruto do processo de centralização do capital, que deu origem à Suzano S.A. No próximo capítulo será analisado como o Estado, por meio do BNDES, dirigiu política e economicamente os processos de concentração e centralização de capital por meio de financiamentos que viabilizaram a expansão do setor, e da subscrição e integralização de ações e/ou debêntures que viabilizaram os processos de fusão e aquisição entre empresas.

monopolização do território e territorialização dos monopólios, reforçando a assertiva sobre o processo de mundialização da agricultura brasileira (OLIVEIRA, 2012)⁷⁹.

Duas dinâmicas importantes se destacam nesse processo de territorialização dos monopólios no setor de celulose: as aquisições ou fusões entre os grupos nacionais e desses com grupos internacionais; e a necessidade de apropriação de extensas e contíguas áreas de terra, sobretudo próximas às fábricas.

As empresas do setor possuem o domínio da área plantada com eucalipto na maioria dos municípios onde atuam. Para se ter uma noção do poder de monopólio do setor, na tabela 1 encontram-se os dados referentes à área sob domínio das empresas e à área total plantada com eucalipto em cada município.

Tabela 1: Área total plantada com eucalipto e área sob domínio das empresas, em hectares (2017)

Municípios	Área sob domínio das empresas	Área total com plantios de eucalipto
Três Lagoas	265.577	245.000
Brasilândia	150.025	120.000
Selvíria	107.616	110.000
Ribas do Rio Pardo	69.442	210.000
Água Clara	65.435	126.000
Inocência	49.286	58.000
S. Rita do Pardo	48.402	47.000
Ap. do Taboado	25.039	26.847

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura; Fibria (2017a); Eldorado (2017). Organizado pelo autor.

Como a área de atuação e domínio das empresas, em cada município, corresponde às propriedades próprias, arrendadas e em parceria, incluindo áreas de conservação e outros usos (estradas, construções, faixas de proteção das redes de alta tensão, etc.), em alguns casos ela será maior do que a área total plantada do município, são os casos de Três Lagoas, Brasilândia

⁷⁹ Cabe ponderar que mais do que uma simples aliança, tal processo é um aspecto da própria dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista: o processo de equalização das taxas de lucro por meio da concorrência intercapitalista. Com base na análise da repartição da mais valia, concorrência e distribuição, realizada por Grespan (2011) a partir do Livro III de O Capital de Marx, é possível afirmar que a ida de capitais de outros setores (ramos) para o de celulose deve-se a obtenção de excedente com uma taxa de lucro maior neste setor por conta de sua alta produtividade em comparação aos demais. Diante disso, tendo em vista que a produtividade do setor no Brasil é a maior do mundo, observa-se nos últimos anos corporações mundializadas de diferentes setores fundindo-se com empresas nacionais do setor de celulose, o que deu origem ao processo denominado por Oliveira (2012;2016) de mundialização da agricultura brasileira.

e Santa Rita do Pardo. Mesmo que na área de domínio da Fibria e da Eldorado esteja incluído além dos plantios de eucalipto outros usos, é possível afirmar que na maior parte dos municípios as empresas exercem maior poder de monopólio sobre a terra e a produção de madeira, com exceção dos municípios de Ribas do Rio Pardo, onde a área total com plantios é maior que o dobro da área sob domínio das empresas, e em Água Clara onde é quase o dobro. Nesses dois municípios parte da área plantada está sob domínio de produtores independentes.

Se faz importante destacar, também, que as empresas do setor controlam grandes percentuais das áreas dos municípios onde atuam, como pode ser observado na tabela 2. Os principais municípios de atuação do setor no estado são Três Lagoas, Brasilândia, Selvíria, Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Inocência, Santa Rita do Pardo e Aparecida do Taboado. Os municípios de Três Lagoas, Brasilândia e Selvíria somam 523.218 hectares e os demais da tabela somam uma área de 257.604 hectares. Cabe ainda destacar que a Eldorado também possui plantios certificados de eucalipto nos municípios de Anastácio, Bataguassu, Dois Irmãos do Buriti, Inocência, Paranaíba e Terenos (ELDORADO, 2017).

Tabela 2: Principais áreas de atuação/domínio das empresas Fibria e Eldorado (2017/março)⁸⁰

Municípios	Área do Município	Fibria		Eldorado		Total	
		Área	%	Área	%	Área	%
Três Lagoas	1.020.695	169.707	16,63	95.870	9,39	265.577	26,02
Brasilândia	580.690	143.912	24,78	6.113	1,05	150.025	25,83
Selvíria	325.833	31.746	9,74	75.870	23,4	107.616	33,14
Ribas do Rio Pardo	1.730.809	44.863	2,59	24.579	1,42	69.442	4,01
Água Clara	780.921	32.853	4,21	32.582	4,17	65.435	8,38
Inocência	577.600			49.286	9,06	49.286	8,53
S. Rita do Pardo	614.307	9.997	1,62	38.405	6,25	48.402	7,87
Ap. do Taboado	275.015	119*	0,04	24.920	9,06	25.039	9,1

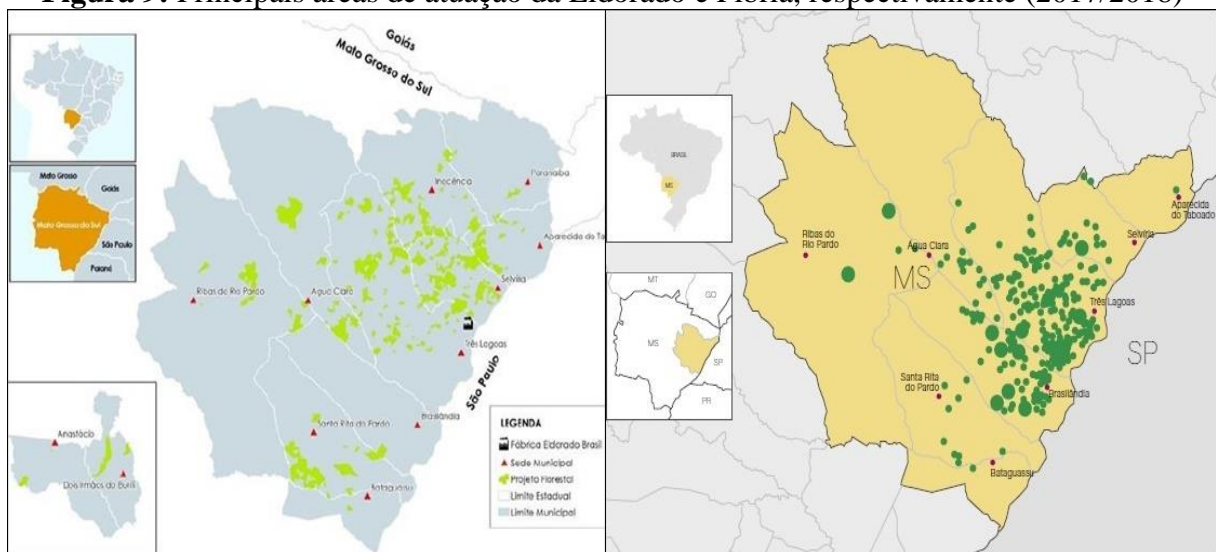
Fonte: Fibria (2017a); Eldorado (2017). Organizado pelo autor. *Área referente ao terminal intermodal da Fibria.

Nota-se que, com as exceções de Água Clara, onde as empresas possuem tamanhos aproximados de áreas (“repartem” área), e de Três Lagoas, onde as áreas de atuação de ambas se concentram (disputam área), sendo as sob controle da Fibria situadas na porção sul e as da Eldorado na porção nordeste do município, nos demais municípios tem-se que onde a atuação de uma é maior a da outra é reduzida (dividem área). No caso da Fibria, além de Três Lagoas,

⁸⁰ A área de atuação e domínio das empresas, em cada município, corresponde às propriedades próprias, arrendadas e em parceria, incluindo área de conservação e outros usos (estradas, construções, faixas de proteção das redes de alta tensão, etc.).

também há forte atuação no município de Brasilândia; já no da Eldorado, sua área de atuação se expande principalmente para Selvíria e Inocência. Fica claro que as empresas buscam por áreas o mais próximo possível de suas fábricas, e, mesmo que ambas estejam situadas no município de Três Lagoas, na margem direita do rio Paraná, estão em direções opostas: a Fibria na porção sul do município, próxima à divisa com Brasilândia (segunda principal área de atuação), e a Eldorado à nordeste, próxima à divisa com Selvíria (segunda principal área de atuação). A distribuição das áreas de atuação das empresas pode ser observada na figura a seguir:

Figura 9: Principais áreas de atuação da Eldorado e Fibria, respectivamente (2017/2018)

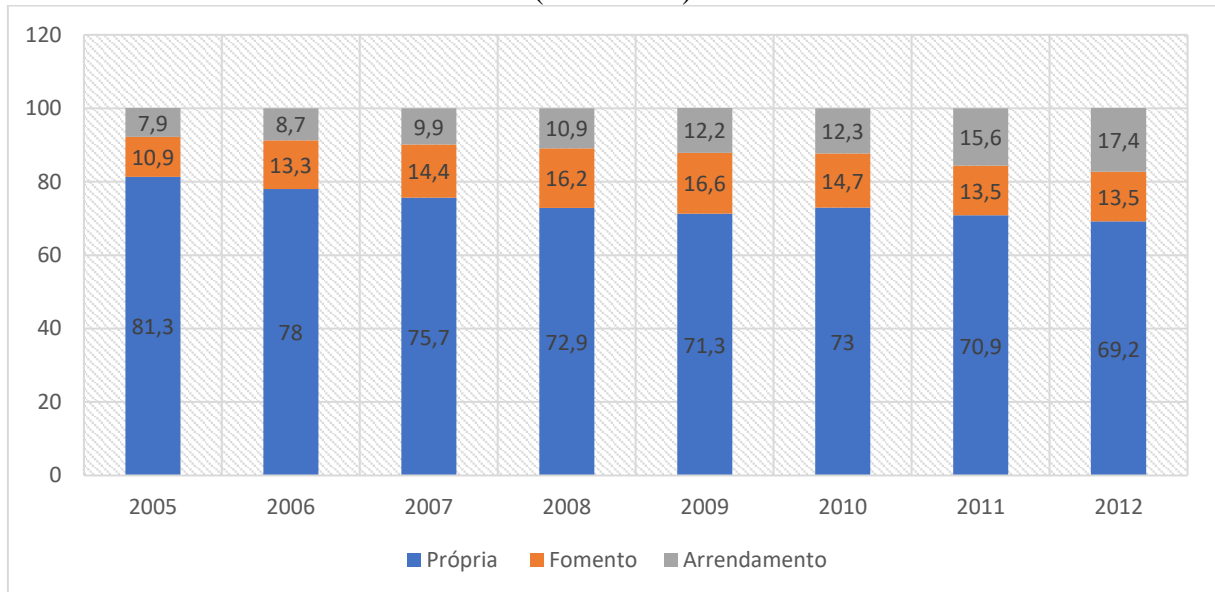


Fonte: Eldorado (2017); Fibria (2018). Elaborado pelo autor.

A necessidade de apropriação de extensas e contíguas áreas acarreta um processo de monopolização do uso do solo e dos recursos naturais, que ocorre principalmente: i) pela compra, que possibilita ao capital sua reprodução ampliada ao apropriar-se da renda da terra, seja na produção (renda diferencial 1 e 2) ou na venda (renda capitalizada); e ii) pelo arrendamento, que viabiliza a reprodução dos proprietários de terra. No Brasil, segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF), entre 2005 e 2012, predominavam as áreas de terras próprias das empresas que atuam no interior do setor de árvores plantadas (eucalipto) para fins industriais, como é possível observar no gráfico a seguir⁸¹.

⁸¹ Contudo, como será exposto a seguir, verifica-se a ocorrência de uma transição para o predomínio da apropriação da terra por meio dos arrendamentos.

Gráfico 3: Distribuição da área com plantios de eucalipto por tipo de propriedade – Brasil (2005-2012)

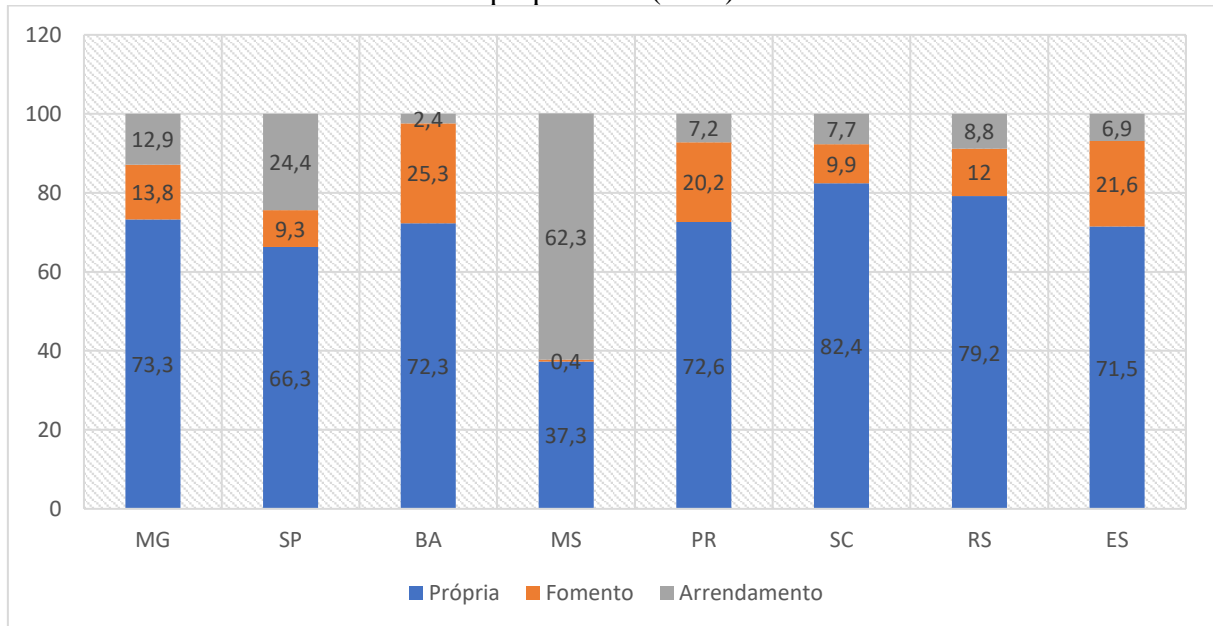


Fonte: ABRAF (2013)⁸². Elaborado pelo autor.

Tanto a Fibria quanto a Eldorado, que passaram a adquirir terras à nordeste de Mato Grosso do Sul antes e durante construção de suas unidades industriais, possuíam, cada uma, cerca de 30% de terras próprias ocupadas com a monocultura do eucalipto, localizadas, especialmente, nas proximidades das unidades industriais, sendo as demais áreas cultivadas por meio de arrendamento e parceria (FIBRIA, 2014; ELDORADO, 2014). No gráfico a seguir é possível observar a discrepância entre o estado em pauta e os demais estados brasileiros onde predominam as áreas de plantio em propriedades próprias, seguidas pelas áreas de fomento e por último as arrendadas.

⁸² Tanto os dados deste gráfico quanto dos seguintes, sobre a distribuição de área de plantios por estado e tipo de propriedade, foram publicados somente pela ABRAF, entre 2005 e 2012; posteriormente, ao se associar com a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), a ABRAF deixou de publicar seus relatórios, ficando as publicações a cargo da IBÁ. Tais publicações não trazem as mesmas informações acerca do conteúdo dos gráficos, disso decorre a limitação do período dos dados. Cabe também destacar o que a ABRAF entende por fomento: “[as] modalidades de fomento florestal mais frequentemente utilizadas abrangem o fornecimento de mudas de espécies florestais, insumos, assistência técnica, programas de antecipação de renda ao produtor e garantia da compra da madeira pela empresa à época da colheita” (ABRAF, 2013, p. 130).

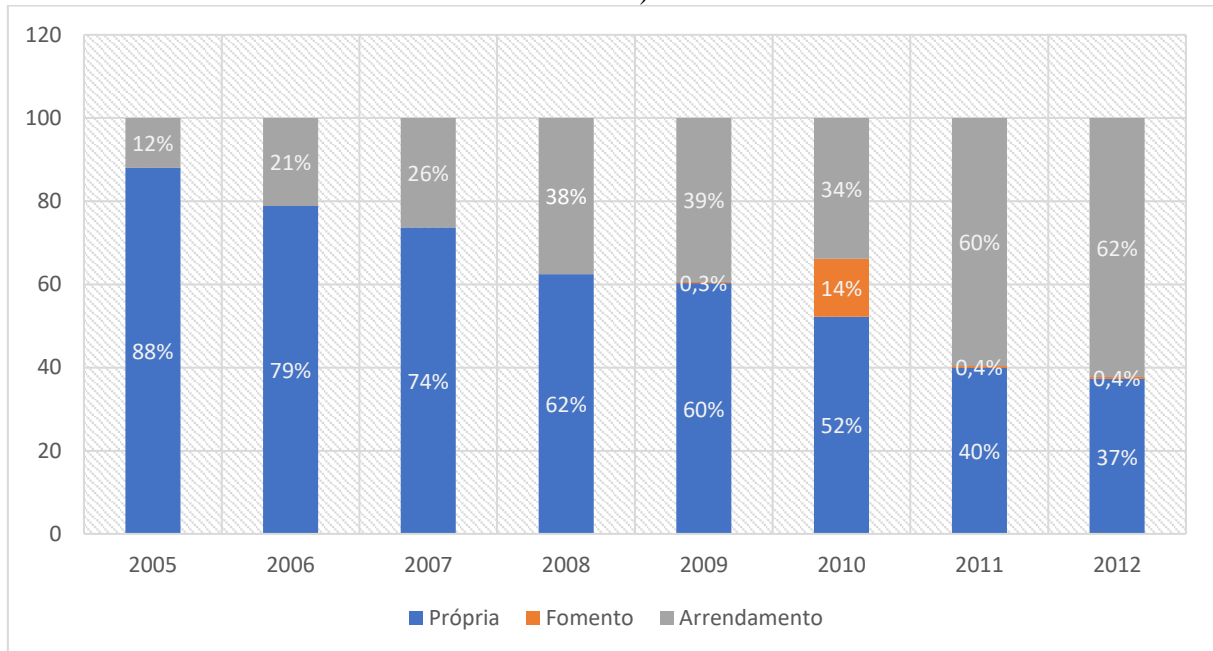
Gráfico 4: Distribuição da área com plantio de eucalipto e pinus por estado e tipo de propriedade (2012)



Fonte: ABRAF (2013). Elaborado pelo autor.

Nota-se que, no período abordado pelos gráficos, a forma de controle/apropriação da propriedade privada da terra pelas empresas do setor de celulose no estado de Mato Grosso do Sul possuía especificidades próprias que se diferenciam dos demais estados que figuram entre os maiores produtores de eucalipto e pinus. Ao analisar a evolução da distribuição da área de plantios por tipo de propriedade, verifica-se que se trata de uma tendência de redefinição da forma de controle da propriedade privada que tem se afirmado por meio dos arrendamentos em detrimento do fomento/parceria e da compra de terra. No gráfico a seguir é possível observar essa conversão na forma de controle da propriedade privada da terra.

Gráfico 5: Distribuição da área de plantios de eucalipto por tipo de propriedade – MS (2005-2012)



Fonte: ABRAF (2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013). Elaborado pelo autor.

Segundo os dados da ABRAF, em 2005 do total de áreas com plantios de eucalipto no estado, 88% correspondiam a áreas próprias e apenas 12% a áreas arrendadas; em 2012 observa-se que do total de áreas com plantios, 0,4% correspondem a áreas de fomento, 37% a áreas próprias e 62% a terras arrendadas. Enquanto as áreas próprias passaram de 73,3 mil, em 2005, para 142,2 mil hectares em 2012, as áreas arrendadas passaram de 10 mil para 237,7 mil hectares. A permanência dessa tendência é afirmada pelos dados subsequentes das empresas que atuam no estado sob análise: a Eldorado passou a ter 96,3% das terras arrendadas (247.755,19 ha) e em parceria (102.493,80 há) e apenas 3,7% próprias (13.358,76 há) (ELDORADO, 2017); no mesmo sentido caminhou a Fibria – Unidade Três Lagoas/MS – que passou a ter 82,3% das terras arrendadas (252.800 ha) e em parceria (103.896) e 17,7% próprias (76.480 ha) (FIBRIA, 2017)⁸³. Assim, primeiro o arrendamento e depois as parcerias

⁸³ Consta no resumo do plano de manejo da Fibria que nesses dados estão excluídas as áreas de fomento (Programa Pousaça Florestal) e a compra de madeira. Segundo o relatório de sustentabilidade da empresa (FIBRIA, 2016, p. 30), o Programa Pousaça Florestal tem como finalidade “incentivar os produtores rurais próximos às fábricas a plantar eucalipto para abastecer parte de nossa demanda de madeira. Com o tempo, transformou-se em um elo imprescindível em nossa cadeia produtiva”. Seu funcionamento ocorre da seguinte forma: a empresa subsidia os produtores; oferece apoio na estruturação dos plantios; transfere tecnologia (mudas); e financia a produção, sendo que as dívidas são convertidas em madeira e quitadas durante o período de colheita. A área de fomento da unidade Três Lagoas-MS, no período, correspondia à 1.382 hectares, enquanto na unidade Jacaré-SP era de 9.333 ha e na Aracruz-ES de 48.053 (p. 20-21). Ao total essa modalidade correspondia a 28% do abastecimento das fábricas, contava com 1.995 produtores (p. 30). Foi possível compreender que os principais participantes do programa são pequenos ou médios proprietários, inclusive assentados de reforma agrária no caso da unidade Aracruz-ES; como na área de atuação da empresa no estado sob análise predominam as grandes propriedades (como será demonstrado

configuram-se como as principais formas de controle da terra – e dos recursos naturais –, ambos possibilitando a contínua reprodução dos proprietários de terras⁸⁴.

Pode-se afirmar que o estado em tela esteja assistindo de forma antecipada uma possível transição em curso na forma de apropriação da terra pelo setor de celulose, tendência constatada ao se comparar os dados da ABRAF⁸⁵ com os contidos no Relatório Anual da IBÁ⁸⁶ de 2017, que apontam uma redução da área de árvores plantadas pelas empresas do setor de celulose e papel e um aumento da área pertencente à proprietários independentes e pequenos e médios produtores.

Para explicar essa diferenciação e possível antecipação da tendência de transição na forma de apropriação de terras pelo setor no estado, primeiramente se faz necessário apontar o fato de que quando as empresas se instalaram no estado já tinham áreas próprias adquiridas por meio da incorporação das antigas empresas que atuavam (caso da Fibria) ou que passaram a atuar (caso da Eldorado⁸⁷) no setor “florestal” na região; além de terem adquirido outras propriedades para garantir o início dos plantios, e logo da matéria prima, sem grandes riscos. Esses fatos marcaram o início da territorialização do setor com a predominância da apropriação de terra por meio da compra.

mais a frente), com poucos assentamentos, não há necessidade (tanto econômica quanto política) de expandir tal forma de aquisição de matéria prima, o que leva a unidade Três Lagoas a ter a menor área neste tipo de relação.

⁸⁴ Por meio de informações obtidas de forma informal, é possível afirmar que as parcerias se referem ao contrato firmado entre empresa e proprietário dispondo que a primeira ficará responsável pelo plantio e colheita do eucalipto (pode ser terceirizando outras empresas em determinada etapa), pagando ao segundo de acordo com a produção alcançada com os plantios naquela propriedade. Neste caso, o proprietário também arca com possíveis prejuízos decorrentes de perdas de produção (queimadas, etc.). Geralmente ao proprietário é destinada parte da produção, podendo este comercializa-la com outras empresas, contudo, a empresa que firma o contrato toma os devidos cuidados para garantir a produção em sua totalidade. Nota-se que, diferentemente dos arrendamentos, no caso das parcerias, na prática a empresa não paga ao proprietário uma renda referente ao uso do solo, mas sim pela produção obtida nesse solo – sendo assim o pagamento da primeira forma estável e o da segunda variável, mesmo que o preço por hectares colhidos tenha sido previamente estabelecido. Contudo, apesar dessas diferenças, tal como acontece com os arrendamentos, o proprietário de terra quando firma contratos de parcerias garante renda sem que para isso seja preciso investir na produção de suas terras, isto é, sem atuar como capitalista.

⁸⁵ O último relatório elaborado e lançado pela ABRAF foi em 2013, posteriormente, com a criação da IBÁ – da qual a ABRAF é sócia –, os relatórios passaram a ser elaborados e lançados exclusivamente por ela.

⁸⁶ A IBÁ “é a associação responsável pela representação institucional da cadeia produtiva de árvores plantadas, do campo à indústria, junto a seus principais públicos de interesse”. Disponível em: <https://iba.org/quem-somos>. Acesso em: 05/10/2021.

⁸⁷ A Eldorado Brasil surgiu de uma empresa com nome de Florágua Agroflorestal Ltda (pertencente à MCL empreendimentos), que era proprietária de 16.180 hectares. Essa área teria sido vendida para a empresa Florestal Brasil S.A. que, posteriormente, foi incorporada pela própria Eldorado. A Florestal Brasil S.A. possuía uma área de 80,2 mil hectares nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO FLORESTAL BRASIL, 2011). Cabe destacar que a incorporação da Florestal Brasil S.A. (ou Florestal S.A nome anterior, como consta no documento) pela Eldorado – após a primeira receber investimentos dos Fundos de Pensão Funcef (fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal) e Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobras) por meio de um Fundo de Investimento em Participações (FIP) Florestal –, foi objeto de investigação do Ministério Público Federal (Operação *Greenfield*) que detectou ilicitudes nesse processo, resultando em prejuízos ao Poder Público. Para mais informações, ver o documento/denúncia disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/denuncia-fip-florestal/view>. Acesso em: 28/09/2021.

Já a inversão dessa dinâmica, isto é, a passagem da apropriação da terra por meio da compra para por meio do arrendamento, pode ser explicada pelo fato de que para começar a produção as empresas buscam garantir matéria prima em terras próprias, reduzindo os riscos de abastecimento. Para tanto, ou adquirem terras por meio da compra direta ou por meio da incorporação patrimonial de antigas empresas que atuavam na área, no setor de árvores plantadas, sendo essa última, como se verá mais adiante, a principal forma. Então, com a acelerada expansão da capacidade produtiva e da área plantada necessária – que na região sob análise assistiu a maior evolução dentre os principais estados nos últimos anos – e a possibilidade encontrada pelo setor de se apropriar de extensas e contíguas áreas próximas à fábrica⁸⁸ sem precisar imobilizar grandes volumes de capital na compra de terra, não tardou para que os arrendamentos se tornassem a forma principal de apropriação da terra. Contudo, cabe destacar que apesar de o arrendamento ter passado a ser predominante, não significa que as áreas próprias não tenham aumentado, como apontado anteriormente.

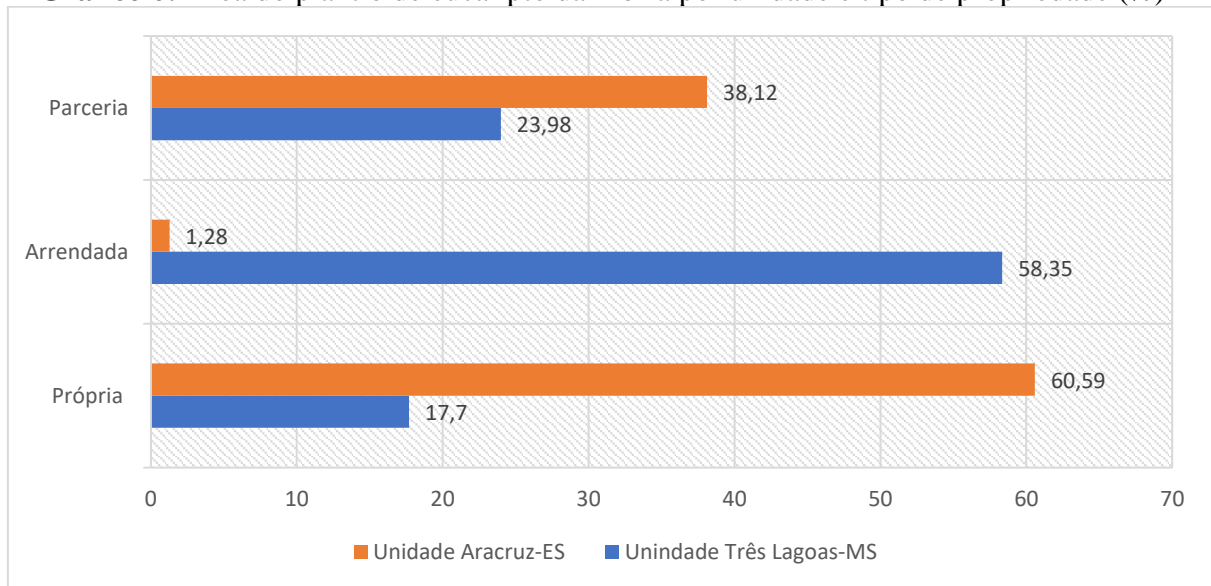
Supõe-se que o predomínio de plantios em áreas próprias nos demais estados que lideram o *ranking* de área plantada com eucalipto são de atuação histórica de empresas ligadas ao setor de árvores plantada, que adquiriram terras antes do processo de valorização ocasionado pelo *boom* das *commodities*⁸⁹, além dos recorrentes casos de apropriações de terras não tituladas e devolutas⁹⁰. Diferentemente, o estado sob análise assistiu a um ensaio do setor na década de 1980, que foi retomado no início desse século, sob a mundialização do capital, especialmente após a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos do governo federal (PPA 2004-2007) que repôs o setor na agenda do dia, e das estratégias de longo prazo elaboradas pelo estado (MATO GROSSO DO SUL, 2004), como apontado anteriormente.

A comparação da área de plantio por tipo de propriedade entre as unidades da Fibria demonstra e reafirma a predominância da apropriação da terra por meio do arrendamento no estado, como é possível observar no gráfico a seguir.

⁸⁸ Tal questão será trabalhada com maior profundidade ainda neste subitem.

⁸⁹ De acordo com Delgado (2010, p. 117), os “preços da terra e dos arrendamentos rurais experimentem uma substancial inflexão para cima em todas as regiões e para todos os tipos de terra, refletindo a alta das ‘commodities’. Mas esses preços também são afetados pela forte liquidez bancária, associada às subvenções da política agrícola e de determinada frouxidão da política fundiária relativamente à regulação do mercado de terras”.

⁹⁰ Processo analisado por Malina (2013) em relação a atuação das empresas Veracel Celulose e Suzano no Extremo Sul da Bahia. Daí decorrem os históricos conflitos com indígenas, quilombolas, camponeses, posseiros, etc.

Gráfico 6: Área do plantio de eucalipto da Fibria por unidade e tipo de propriedade (%)⁹¹

Fonte: Fibria (2017b; 2017c). Elaborado pelo autor.

Ao analisar o laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Fibria, unidade Três Lagoas (2017)⁹², onde consta as propriedades adquiridas pela empresa, foi possível verificar que dos 76.480 hectares de terras próprias (2017)⁹³, apenas cerca de 4.377 ha foram adquiridos pela empresa⁹⁴, isto é, quando sua razão social já estava com o nome atual (Fibria-MS Celulose Sul Mato-grossense LTDA), entre os anos de 2015 e 2016 – quando entrou em operação sua segunda linha de produção (Horizonte 2). Identificou-se também que a VCP-MS antes de firmar parceria com a IP e incorporar a Aracruz, comprou 12.270 hectares entre os anos de 2007 e 2008, que posteriormente foram incorporados pela Fibria.

De resto, as demais propriedades em nome da Fibria foram adquiridas por meio da incorporação de antigas empresas que atuaram na região, ligadas ao setor “florestal”. A VCP-MS adquiriu 43.423 hectares ao incorporar a Chamflora, sendo que desse total: (a) cerca de 26.586 hectares a Chamflora adquiriu ao incorporar uma empresa com a razão social Agroflorestal Rio Verde LTDA⁹⁵, da qual era sócia majoritária; e (b) cerca de 16.832 ha (que correspondem à uma única propriedade: Horto Matão) foram conferidos pela IP em favor da

⁹¹ Não foi possível dividir as áreas da unidade Jacaraí-SP por tipo de propriedade devido a forma de apresentação dos dados adotada em seu resumo público do plano de manejo florestal.

⁹² Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/ptb/6930/586893.09.17.pdf>. Acesso em: 23/05/2018.

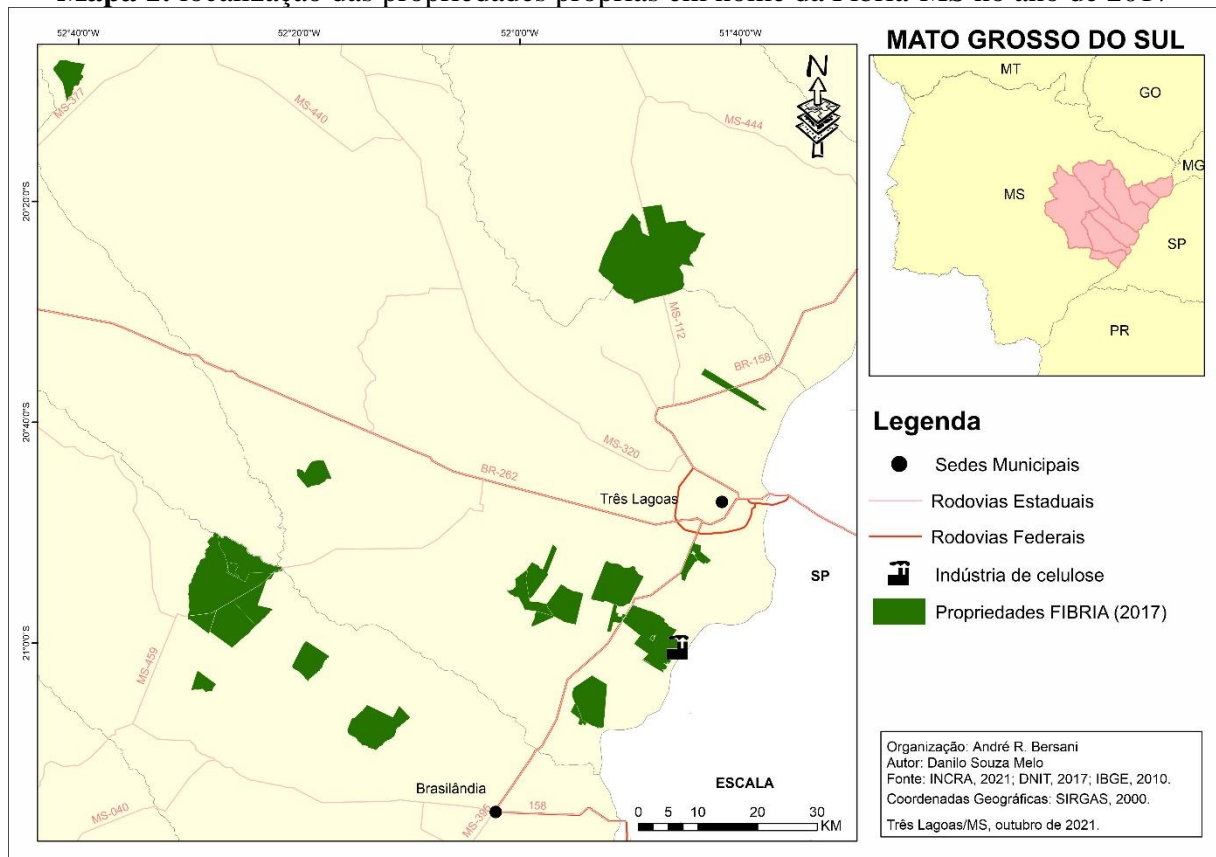
⁹³ Área que consta em seu Plano de Manejo (FIBRIA, 2017).

⁹⁴ Área que corresponde à duas propriedades, sendo uma de 120 ha, adquirida em 2016, e outra de 4.257 ha, adquirida em 2015.

⁹⁵ Por meio do referido laudo é possível constatar que a empresa estava sediada no município de Três Lagoas-MS e foi incorporada pela Chamflora no ano de 2003.

Chamflora para aumento de capital dessa última⁹⁶. Outros 16.596 hectares que aparecem no rol de propriedades próprias da Fibria foram adquiridos pela IP, sendo que desse total, 16.116 ha a IP adquiriu por meio da incorporação da antiga Empreendimentos Agrícolas Mogi Guaçu LTDA e 480 ha de particulares (em 2013). A localização dessas propriedades na área de estudo, em relação à fábrica da empresa, pode ser observada no mapa a seguir:

Mapa 1: localização das propriedades próprias em nome da Fibria-MS no ano de 2017



Verifica-se que do total de terras próprias da Fibria, cerca de 4.869 hectares foram adquiridos pela compra direta de outros proprietários, após sua instalação, e 72.280 hectares foram adquiridos por meio da incorporação patrimonial de antigas empresas que atuavam na região, entre as décadas de 1980 e 2000⁹⁷. Diante disso, é possível afirmar – com base no estado sob análise – que uma das características do setor neste início de século é se expandir para regiões onde atuaram antigas empresas agroflorestais, não apenas por conta da base florestal já

⁹⁶ O documento não deixa claro, mas aparentemente a IP adquiriu a propriedade ao incorporar a Champion Papel e Celulose LTDA (no ano 2000) que havia incorporado a Empreendimentos Agrícolas Mogi Guaçu LTDA, empresa que aparece como principal ex-proprietária das propriedades em nome da IP.

⁹⁷ Nota-se que a área que consta no laudo de avaliação da empresa é de 77.149 ha, ou seja, 669 ha mais do que consta em seu Plano de Manejo. Não se conseguiu identificar o motivo dessa diferença.

existente e “consolidada”, mas especialmente com a finalidade de acessar a propriedade privada da terra e garantir a apropriação da renda fundiária, ou seja, um lucro extraordinário⁹⁸.

Se torna interessante apontar que três grandes propriedades adquiridas por meio de incorporação patrimonial foram hipotecadas: a maior, com mais de 16 mil hectares, que pertencia a IP e foi conferida para aumento de capital em favor da Chamflora, teve um valor de crédito de R\$ 73 milhões junto ao Banco do Brasil em 2010, com vencimento em dezembro de 2017. Outra propriedade, com mais de 5,4 mil hectares, onde foram construídas as fábricas (tanto as de celulose da Fibria quanto a de papel da IP), foi hipoteca de forma conjunta (BNDES e Banco do Brasil), acrescentando um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito com o BNDES. Pelo contrato com o BNDES foi aberto um crédito de R\$ 2,3 bilhões e com o Banco do Brasil de R\$ 831 milhões⁹⁹. Consta ainda que essa hipoteca conjunta:

[...] assegura o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamento, imóvel objeto desta matrícula, incluindo as unidades Industriais H1 e H2, bem como todas e quaisquer construções, Instalações, máquinas, equipamentos, benfeitorias, acessões e ou pertenças que a si sejam incorporados ou nele sejam instalados ou operados de maneira permanente ou que venham a ser Incorporados ou Instalados, sendo a mesma com data prevista para vencimento em Dezembro de 2027¹⁰⁰.

Segundo o documento a proprietária do imóvel era a VCP-MS que o adquiriu por incorporação; tendo em vista que a VCP incorporou a Chamflora, é possível concluir que a propriedade pertencia a esta última. A terceira e última propriedade hipotecada que consta no documento possui uma área de 1,1 mil hectares e foi adquirida em 2008 pela VCP-MS, sendo a hipoteca em favor da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no valor de R\$ 4,8 milhões¹⁰¹.

Essas propriedades adquiridas por meio de incorporação patrimonial servem a empresa tanto como meio de produção quanto reserva de valor e reserva patrimonial¹⁰². Como meio de

⁹⁸ As pesquisas realizadas por Malina (2013) e Perpetua (2016) corroboram com tal afirmação, pois indicam que as empresas proprietárias dos novos projetos do setor, especialmente no Extremo Sul da Bahia e Oeste do Maranhão, incorporaram antigas empresas agroflorestais. Malina (2013), mostra minuciosamente como a antiga Veracruz Florestal Ltda. adquiriu terras por meio de permutas de imóveis com a Florestal Rio Doce (FRD) – subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), até então estatal –, incluindo terras devolutas. A autora aponta ainda a dúvida sobre a equivalência monetária entre as terras permutadas, tendo em vista que parte das terras da Veracel não tinha plantios de eucalipto, sendo possível que tenha ocorrido um favorecimento à empresa na permuta, “configurando ganho da empresa privada em detrimento do empreendimento público” (MALINA, 2013, p. 223).

⁹⁹ Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/ptb/6930/586893.09.17.pdf>. Acesso em: 23/05/2018.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ Não consta a data da hipoteca nem seu prazo de vencimento.

¹⁰² Assim como servem e podem vir a servir as demais propriedades próprias da empresa, sejam adquiridas via incorporação patrimonial ou compra direta. Aqui o uso da locução verbal está no modo subjuntivo pelo fato de que as demais propriedades não estavam hipotecadas, contudo não deixam de ser potenciais reservas patrimoniais.

produção as propriedades permitem a Fibria auferir além do lucro a renda da terra¹⁰³, obtendo um lucro extraordinário; como reserva patrimonial servem como garantia de acesso ao sistema de financiamento bancário que, inclusive, permitiu a expansão de sua atuação por meio da implantação da nova linha de produção Horizonte 2¹⁰⁴; como reserva de valor trata-se de um investimento seguro com fins especulativos que posteriormente permite a empresa se apropriar da renda capitalizada da terra¹⁰⁵ (o que geralmente resulta em reprodução ampliada do capital, tendo em vista sua aplicação no processo produtivo), quando isso for conveniente/rentável.

Aqui cabe destacar a venda de terras próprias realizada pela Fibria para uma empresa de investidores financeiros¹⁰⁶, a Parkia Participações¹⁰⁷. Em 2013 a Fibria anunciou a venda de

¹⁰³ Verificou-se por meio do Resumo Público de Auditoria anual (2017) do Manejo Florestal da Fibria-MS que nas três propriedades tinham, no período, áreas de produção, isto é, com plantios de eucaliptos voltados ao abastecimento das fábricas. Interessante apontar que a propriedade onde estão localizadas as fábricas (Barra da Moeda) constava uma área plantada de 2.829 hectares de eucalipto, permitindo a empresa grande redução dos custos com o transporte da matéria prima, neste caso. Tanto o Resumo Público de Auditoria anual de 2017 quanto os de outros anos encontram-se disponíveis em: <https://info.fsc.org/details.php?id=a024000005uzwTAAQ&type=certificate>. Acesso em: 25/02/2019.

¹⁰⁴ Como será possível observar no capítulo 2 dessa tese, tal financiamento foi utilizado para: (i) implantação da nova linha de produção; (ii) aquisição de máquinas, equipamentos, vagões e locomotivas; (iii) investimento sociais nas áreas de influência da empresa (seu entorno). Consultar o referido capítulo para mais detalhes sobre como o BNDES participou ativamente dos processos de concentração e centralização de capital, bem como da consolidação da dominação socioterritorial da Fibria.

¹⁰⁵ Como ensinou Marx, é a renda fundiária capitalizada “que forma o preço de compra ou valor do solo, uma categoria que *prima face*, exatamente do mesmo modo que o preço do trabalho, é irracional, já que a terra não é produto do trabalho e, por conseguinte, não possui valor nenhum. Por outro lado, essa forma irracional esconde uma relação real de produção. Se um capitalista compra por £4.000 um terreno que fornece uma renda anual de £200, ele obterá os juros médios anuais de 5% de £4.000, exatamente da mesma maneira que se tivesse investido esse capital em títulos portadores de juros ou se o tivesse emprestado diretamente a juros de 5%. Trata-se da valorização de um capital de £4.000 a 5%. Sob tal pressuposto, em 20 anos ele teria repostado o preço de compra de sua propriedade mediante os ganhos desta última. É por isso que, na Inglaterra, o preço de compra das terras é calculado segundo certa quantidade de *years' purchase* [produto anual da terra], o que é apenas outra expressão para a capitalização da renda fundiária. De fato, trata-se do preço de compra não do solo, mas da renda fundiária que ele produz, calculada segundo a taxa de juros habitual. Essa capitalização da renda pressupõe a renda, ao passo que, inversamente, esta última não pode ser deduzida nem explicada a partir de sua própria capitalização. Pelo contrário, sua existência, independentemente da venda, é aqui o pressuposto do qual se parte” (MARX, 2017, p. 683-684).

¹⁰⁶ É uma tendência do setor a atuação de investidores financeiros por meio das Timber Investment Management Organizations (TIMOs): “Empresas de gestão de investimentos florestais, vinculadas ou não aos fundos de pensão estrangeiros, que adquirem ativos florestais para atuar como reflorestadoras independentes no mercado. Fazem a intermediação entre os investidores e os consumidores de madeira de florestas plantadas” (ABRAF, 2013, p. 81). Segundo o relatório IBÁ, em 2016 as TIMOs detinham 10% dos plantios de árvores no Brasil. “Atraídos pelo grande potencial florestal do País, esses investidores iniciaram suas operações aqui há pouco mais de dez anos, aplicando em fundos especializados em ativos florestais” (IBÁ, 2017, p. 33). Por outro lado, os monopólios do setor veem no capital financeiro uma forma de assegurar investimentos, especialmente na formação da base “florestal”. Como declarado no documento Panoramas setoriais 2030: papel e celulose, publicado pelo BNDES em 2017. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14241>. Acesso em: 05/01/2021. Se tal tendência se afirmar e se tornar predominante (não apenas a compra de terras pelas TIMOs, mas principalmente a produção da matéria prima), se assistirá uma transição entre os processos monopolistas territoriais (OLIVEIRA, 2016) no interior do setor, isto é, se passará da territorialização dos monopólios para a monopolização do território.

¹⁰⁷ Entre os acionistas controladores da Parkia está a canadense Brookfield que em 2019 configurava como um dos maiores investidores estrangeiros no país. A incorporadora, que possui investimentos em diferentes setores, participou de um esquema de fraudes e desvio de recursos (cerca de R\$ 500 milhões) do Imposto sobre Serviços (ISS) da prefeitura de São Paulo na gestão de Gilberto Kassab (PSD), por meio do pagamento de propina (R\$ 4

210 mil hectares, área que correspondia a cerca de 20% de suas terras, pelo preço de R\$ 1,65 bilhão¹⁰⁸. Tal área era composta por propriedades situadas nos estados de São Paulo (25 mil hectares), Bahia (75 mil hectares), Espírito Santo (54 mil hectares) e Mato Grosso do Sul (57 mil hectares)¹⁰⁹. Paralelamente à venda as empresas teriam firmado um contrato de parceria em que a Fibria continuaria operando os plantios nas áreas vendidas, ficando com 60% da produção e 40% para a Parkia à título de aluguel, sendo que a primeira ficou com o direito de comprar essa produção com valores pré-definidos.

Segundo publicação do *World Rainforest Movement* (WRM), intitulada: “Brasil – Acumulando mais dinheiro fazendo a mesma coisa: a financeirização dos monocultivos de eucalipto da Fibria”, desfazer-se de terras pode ser um bom negócio para Fibria e, por outro lado, também pode ser para a Parkia. No caso da Fibria, o dinheiro (do total, R\$ 1,4 bilhão pago à vista) reduziu seu endividamento e garantiu seu projeto de expansão com a implantação da segunda linha de produção em Três Lagoas-MS, além de utilizar os prejuízos fiscais para zerar o pagamento de imposto de renda sobre o ganho de capital. No caso da Parkia, trata-se de um investimento considerado relativamente seguro e que pode proporcionar rentabilidade considerável comparada aos juros oferecidos pelos bancos no país de origem do fundo, além da possibilidade dessas terras se valorizarem, tendo em vista o substancial aumento do preço da terra no Brasil. Nesse sentido, o boletim do WRM, com base em documento publicado pela Fibria, aponta: a “valorização econômica e a especulação em cima disso são tão cruciais para o negócio que a Fibria só poderá receber o valor adicional da compra – o valor de compra que não será pago à vista – se as terras em questão de fato se valorizarem”¹¹⁰.

Para compreender melhor como as empresas do setor se beneficiam da venda dessas propriedades, especialmente no estado sob análise, torna-se importante apontar como a expansão do setor na região também ocasionou um acentuado aumento nos preços dos imóveis rurais (por hectare), como é possível verificar na tabela a seguir.

milhões) para um grupo de auditores fiscais que participaram do esquema. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/construtora-brookfield-admite-pagamento-de-r-41-milhoes-a-servidores-presos-3ugyu4qdxujc9ic3anvx711q/>. Acesso em: 28/09/2021.

¹⁰⁸ Disponível em: https://www.terra.com.br/economia/fundos-e-suzano-disputam-florestas-dabrookfield_3ae0dc843a33402c0f8e04f4e369f858zqr2ixv8.html. Acesso em: 28/09/2021.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://tissueonline.com.br/fibria-anuncia-venda-de-210-mil-hectares-de-area-florestal/>. Acesso em: 28/09/2021.

¹¹⁰ Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-acumulando-mais-dinheiro-fazendo-a-mesma-coisa-a-financeirizacao-dos-monocultivos-de-eucalipto-da-fibria/>. Acesso em: 28/09/2021. O boletim ainda destaca o fato de que a Fibria “fez questão de ressaltar que a Parkia é controlada por investidores brasileiros, já que, no Brasil, por lei, empresas estrangeiras não podem ser proprietárias de grandes glebas de terras”, admitindo a participação de investidores estrangeiros, o que explicaria “a “fórmula” adotada pela Parkia: uma empresa “brasileira”, mas com investidores estrangeiros”.

Tabela 3: Preços de terras em hectare no município de Três Lagoas – MS

Município	Grupo de Atividade	Nível	2007	2016	% 16/07
Três Lagoas	Cerrado	Média	R\$ 1.557,00	R\$ 4.533,00	191,1%
Três Lagoas	Pastagem	Alta	R\$ 5.723,00	R\$ 11.250,00	96,6%
Três Lagoas	Pastagem	Baixa	R\$ 3.694,00	R\$ 7.500,00	103,0%

Fonte: FNP Consultoria (2016). Elaborado por Baratelli (2019)¹¹¹.

Cabe aqui abrir um parêntese para apontar que o aumento nos preços das áreas de pastagens, seja com baixo ou alto nível de qualidade do solo (principalmente nesta última), ocorreu pelo fato de serem essas as principais áreas procuradas para expansão dos plantios de eucalipto. As empresas deixam claro em seus documentos a preferência por áreas de pastagens: “[para] a formação da base florestal a empresa conta atualmente com as seguintes modalidades: arrendamento, parceria e compra de terras, tendo como requisito áreas antropizadas que já foram utilizadas anteriormente, geralmente para pastagem” (ELDORADO, 2016).

A expansão sobre pastagens degradadas de certa forma é útil ao setor que além de transferir os problemas ambientais e de degradação do solo a atividade anterior também lhe permite usar a ideia de que a monocultura de eucalipto estaria “reflorestando” tais áreas. Ideia que, inclusive, foi adotada pelo governo do estado e se tornou ponto chave para a resolução da Secretaria de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC) que resolveu em seu Artigo 1º o seguinte:

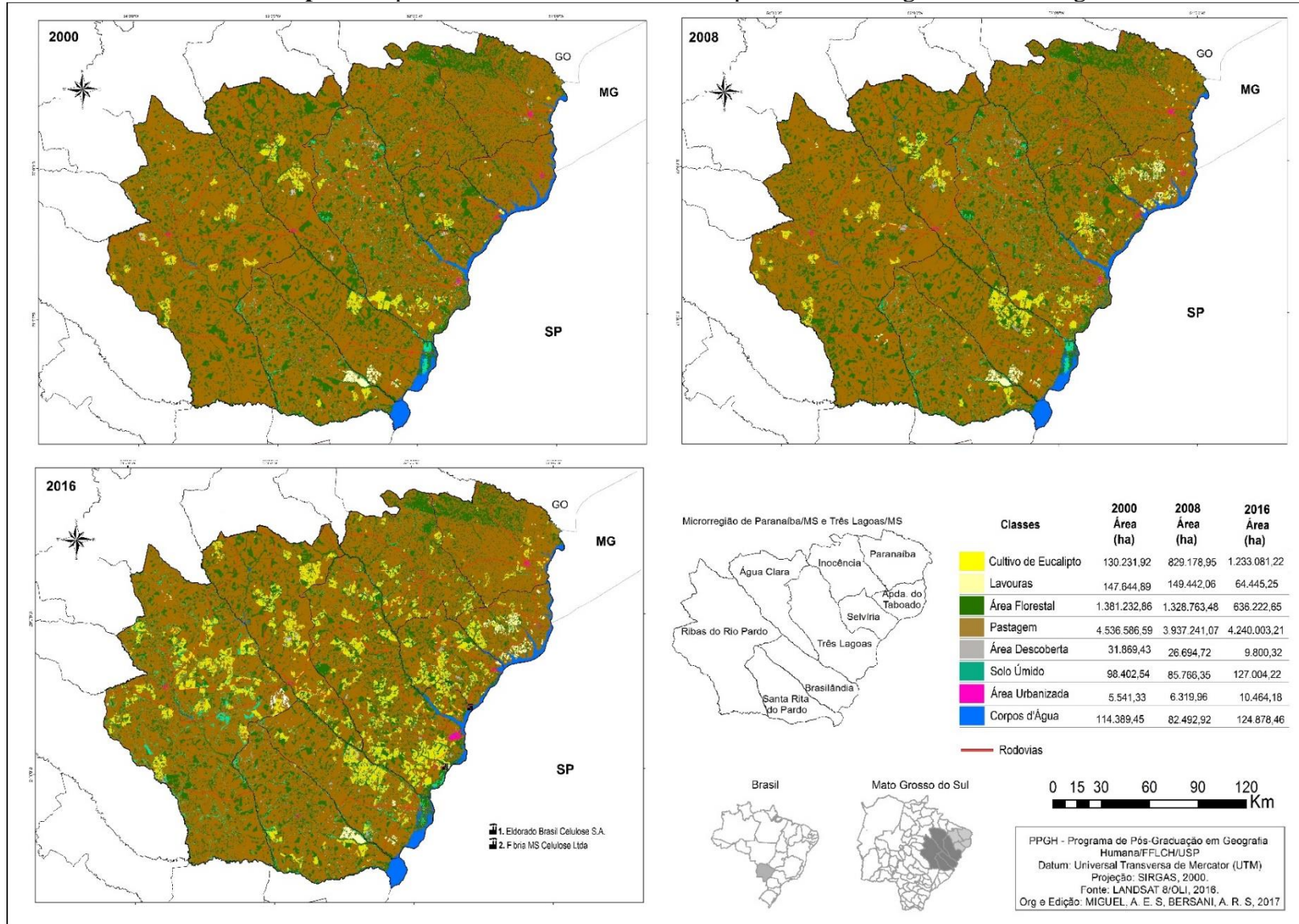
O plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas, com finalidade de produção e corte ou extração de produtos florestais diversos, em áreas de uso alternativo do solo com atividade agropecuária, ou em áreas que se encontrem subutilizadas [improdutivas?] ou degradadas, desde que localizadas fora do Pantanal, das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, fica dispensado de licenciamento ambiental nos termos desta Resolução (SEMAC, 2007, p. 1).

A dispensa de licenciamento ambiental foi dada às empresas considerando que “o incentivo à produção de madeira oriunda de florestas plantadas contribui para a preservação de florestas nativa”, e que “o incremento das florestas plantadas em áreas de vegetação nativa já convertidas para outros usos alternativos do solo pode constituir importantes ganhos para à conservação do solo, dos ambientes aquáticos e combate ao processo de aquecimento global pelo sequestro de carbono”¹¹². A sequência de mapas demonstra a vertiginosa expansão da monocultura de eucalipto, sendo notável a concomitante redução das áreas descobertas, de lavouras, pastagens e principalmente as florestais.

¹¹¹ A tabela foi adaptada para as finalidades dessa tese. Cabe mencionar que os valores da tabela são nominais e representam o preço médio da terra e não seu preço real de mercado.

¹¹² *Ibidem*.

Mapa 2: Expansão do monocultivo de eucalipto nas microrregiões de Três Lagoas e Paranaíba



Dito isso, tem-se que a majoração dos preços da terra se tornou lucrativo para as empresas que atuam no setor tanto em relação à venda, para auferir a renda capitalizada da terra, quanto em relação à sua hipoteca que permite acessar maiores volumes de financiamento tendo em vista que leva em conta o valor de mercado no momento de sua realização¹¹³. Partindo das análises de Marx (2017, p. 698-700) sobre a renda da terra, verifica-se que o preço da terra e do arrendamento, isto é, sua renda, cresce de acordo com a capacidade da propriedade fundiária capturar uma parte crescente do mais-valor – criado a partir da realização do valor dos produtos agrícolas enquanto mercadorias – por meio do monopólio da terra¹¹⁴.

Compreende-se que se insere aqui uma característica comum entre as novas áreas de expansão do setor de celulose – especialmente Nordeste de Mato Grosso do Sul e Oeste do Maranhão, além do Extremo Sul da Bahia onde sua territorialização apesar de histórica tem assistido acentuada expansão e implantação de novos projetos¹¹⁵ –, qual seja: a concentração fundiária. Segundo pesquisa publicada pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e

¹¹³ Nessa direção, é importante apontar que em 2014 a Eldorado colocou à venda oito propriedades localizadas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As principais estavam localizadas nos municípios de Água Clara (26,5 mil hectares, sendo 7 mil com plantios de eucalipto, avaliada em R\$ 200 milhões), Corumbá (21,5 mil ha por R\$ 25 milhões), Dois Irmão do Buriti (6,8 mil ha referentes à três propriedades, avaliadas em R\$ 105 milhões), e Anastácio (208 ha por 5 milhões). Foi possível identificar, por meio da denúncia da operação *Greenfield*, já citado, que tais propriedades já estavam em nome da antiga empresa que deu origem à Eldorado Brasil, que a princípio atuava no setor sucroenergético. A venda das propriedades faria parte de uma estratégia para não mobilizar recursos em terras. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/economia/eldorado-vende-fazendas-de-eucalipto-no-ms/266836>. Acesso em: 28/09/2021. Nessa mesma direção, aproveitando a majoração dos preços da terra para auferir sua renda capitalizada e convertê-la em capital (reprodução ampliada), Suzano firmou acordo de venda de 21 mil hectares com plantios de eucalipto para a empresa Bracell SP Celulose e Turvinho Participações. As propriedades estão localizadas no estado de São Paulo. Segundo a empresa: “[...] parte da operação será por meio de venda e outra parte por cessão da Suzano aos compradores dos contratos de arrendamento. No acordo, os compradores adquiriram as florestas já estabelecidas e as em crescimento e se comprometeram a comprar volume de madeira adicional por R\$ 1,05 bilhão”. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/11/20/suzano-firma-contrato-para-venda-de-21-mil-hectares-de-propriedades-rurais.ghtml>. Acesso em: 28/09/2021.

¹¹⁴ Para Marx, a especificidade da renda fundiária é que “com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições de realização de seus valores, há também o poder da propriedade fundiária de apropriar-se de uma parte crescente desses valores criados sem sua participação, e uma parte cada vez maior do mais-valor é convertida em renda fundiária (2017, p. 701). Dessa forma, supõe-se que o fato de que as terras foram adquiridas pelas empresas, seja por compra direta ou incorporação patrimonial, predominantemente antes de iniciarem o processo produtivo (ou seja, antes de ampliarem sua capacidade produtiva, seja por nas próprias indústrias em vias de construção ou por meio das novas linhas de produção, com base no constante investimento de capital no processo produtivo e no transporte da matéria prima) isso lhes permitiu pagar um preço baseado na capacidade produtiva inicial. Por outro lado, as propriedades só foram vendidas em um momento em que tanto a capacidade produtiva do setor (em níveis local e nacional) quanto o preço da celulose tiveram um exponencial crescimento, influenciando assim no preço da terra, vendida com base nas rendas futuras – tal fato não expressa nada mais do que a renda capitalizada da terra.

¹¹⁵ No Extremo Sul da Bahia em 2005 foi inaugurada uma fábrica por meio de investimento conjunto entre a então Aracruz Celulose (que se transformou em Fibria depois de ter sido incorporado pelo complexo VCP-IP) e a finlandesa Stora Enso, a *joint venture* Veracel Celulose. Em 2014 a Suzano inaugurou uma fábrica *greenfield* em Imperatriz/MA, situada no Oeste do estado.

Agrícola (Imaflora)¹¹⁶, o índice de Gini da distribuição da propriedade da terra no Brasil é mais alto nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e na região do Matopiba, que abrange a microrregião de Imperatriz/MA. São nessas áreas onde se concentram os maiores imóveis do país, sendo que no estado sob análise a área média dos imóveis é de 359,50 hectares (IMAFLOA, 2020).

Dados de 2017 divulgados pelo Observatório do agronegócio no Brasil (*website De Olho nos ruralistas*), levantados também por pesquisa da Imaflora¹¹⁷, apontam que 92% do território do estado é propriedade privada, sendo “a maior abrangência de propriedades particulares do Brasil”¹¹⁸. Além disso, da área total de propriedades privadas 83% são latifúndios, já as áreas protegidas representam 4% das terras no estado (desse total 2,2% são terras indígenas) e apenas 1% são assentamentos rurais.

Na área de territorialização do setor no estado não é diferente, reproduz essa característica da estrutura fundiária altamente concentrada. A título de análise realizou-se o levantamento do número e área dos estabelecimentos agropecuários inseridos na área de atuação da Fibria¹¹⁹ (Tabela 3).

Tabela 4: Área de atuação da Fibria: Número e área dos estabelecimentos agropecuários (2017)

Grupos de área Total (ha)	Nº Estab.	Estab. (%)	Área (ha)	Área (%)
0 a menos de 200	3.985	59,5%	145.739	2,79%
200 a menos de 500	779	11,6%	263.493	5,06%
500 a menos de 1.000	749	11,1%	545.711	10,48%
Acima de 1000	1.184	17,6%	4.250.239	81,65%
Total	6.697	100%	5.205.182	100%

Fonte: IBGE – Fonte de dados SIDRA, 2017. Organizado pelo autor.

Observa-se que os pequenos estabelecimentos, na classe de área até 200 hectares, correspondiam a mais de 59,5% do total, mas ocupavam apenas 2,79% da área. Por outro lado, os estabelecimentos com área acima de 1000 hectares, que representavam 17,6% do total, ocupavam 81,6% da área dos estabelecimentos.

¹¹⁶ Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos. A publicação está disponível em: <https://www.imaflora.org/biblioteca?page=1&pesquisa=sustentabilidade+em+debate>. Acesso em: 28/09/2021.

¹¹⁷ Os dados são do Atlas Agropecuário elaborado a partir de um projeto da Imaflora em parceria com o Laboratório de Planejamento de Uso do Solo e Conservação (Geolab) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/04/11/com-92-territorio-privado-ms-tem-maior-concentracao-de-terras-particulares-pais/>. Acesso em: 28/09/2021.

¹¹⁸ É importante apontar que em Três Lagoas, como demonstrado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira no prefácio do livro de Almeida (2008), a área indicada no cadastro do INCRA é maior do que a existente no município, isto é, do que sua área territorial. São 11.892,85 hectares cadastrados a mais. Além disso, os dados apontam a existência de terras devolutas indevidamente apropriadas de forma particular.

¹¹⁹ Abrange os municípios de Três Lagoas, Brasilândia, Selvíria, Bataguassu, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Água Clara e Aparecida do Taboado.

Em primeiro lugar, o fato de a estrutura fundiária ser concentrada é potencialmente rentável para as empresas do setor, pois tem-se aí a possibilidade de se apropriarem de extensas e contíguas áreas, especialmente por meio de arrendamentos (como apontado anteriormente). No caso do estado sob análise, como destacado por Baratelli a partir de entrevista realizada com o então coordenador regional da AGRAER, o arrendamento é rentável para os proprietários de terra tendo em vista que os preços pagos pelas empresas são superiores à renda obtida pela pecuária extensiva (atividade predominante na área). Segundo Nardoque (2017), o fato de a maior parte dos proprietários não residirem na região também deve ser considerado: em Três Lagoas 81% não residem no município, sendo 67,75% de outros estados. Contudo, compreende-se que há um fator mais relevante do que o absenteísmo e determinante nessa questão, afirmado posteriormente pelo autor: “pouco importando se seu uso é para pecuária extensiva (atividade tradicional) ou para plantio de eucalipto [...]. Privilegia-se a atividade econômica que proporciona renda mais elevada”¹²⁰. Isso se dá porque o “uso dessas porções [do planeta] depende inteiramente de condições econômicas que não estão relacionadas à vontade desses proprietários” (MARX, 2017, p. 677).

Em segundo lugar, é possível afirmar que quanto maior for a concentração da estrutura fundiária (monopólio da terra), maior será a capacidade de captura do mais-valor e isso não se dá exclusivamente no caso dos proprietários de terra, na forma de renda, mas também pelo capitalista (em forma de lucro extra) que arrendou a terra com a finalidade de produzir mercadorias, tendo em vista que ao arrendar extensas áreas é este último que de certa forma está monopolizando as forças naturais que incrementam a força de trabalho, ou seja, está se beneficiando das características específicas dessas terras em relação ao processo produtivo da celulose, especialmente: disponibilidade de água, áreas planas e boa localização (distância média entre as propriedades (matéria prima) e as fábricas).

Tais características permitem aos capitalistas do setor se apropriarem do lucro extra formado na renda diferencial 1, “quando duas quantidades iguais de capital e trabalho são empregadas em terrenos de mesmo tamanho e com resultados diferentes”¹²¹, sendo que parte desse lucro extra se transforma em renda da terra (diferencial 1) quando repassado aos proprietários de terra. Nota-se que a formação desse lucro extra na renda diferencial 1 e sua posterior transformação em renda da terra ocorre claramente no caso da atuação do setor de celulose no Brasil, como destacado no subitem anterior, devido às condições naturais favoráveis

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*, p. 714.

à produção de madeira de eucalipto em relação a outros países produtores, mas essa possibilidade de apropriação do lucro extra também se aplica às diferentes áreas exploradas no interior do país e não exclusivamente em relação às condições naturais de fertilidade do solo.

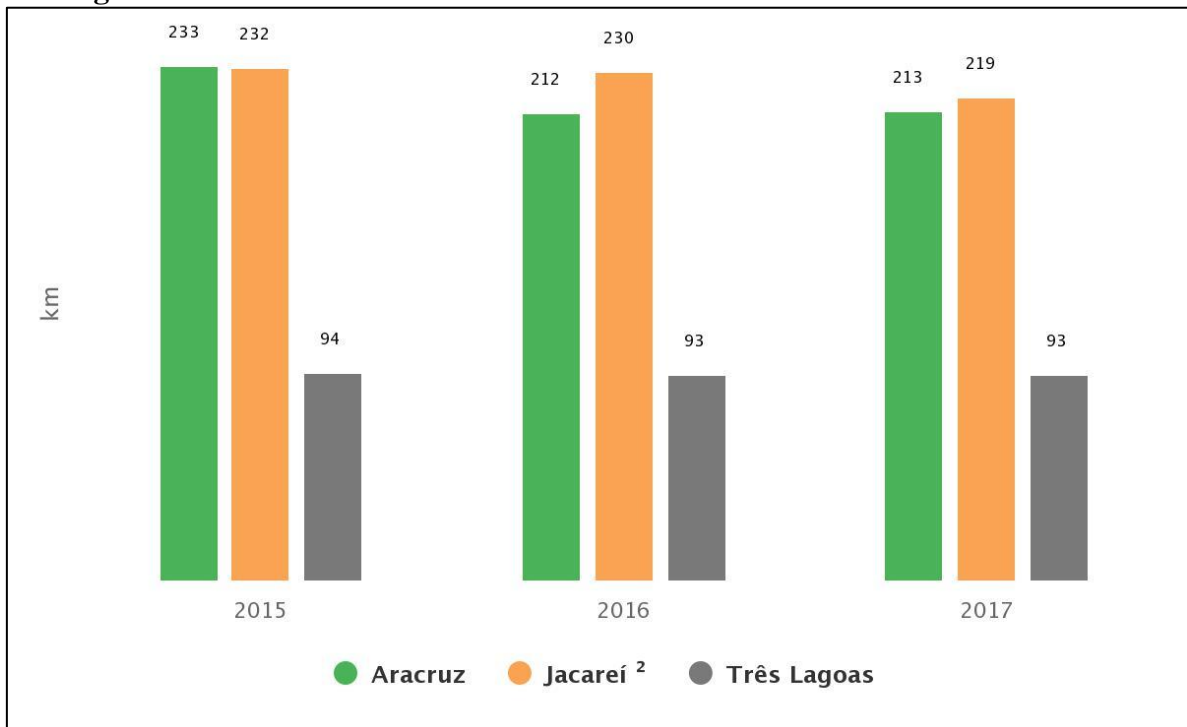
Como bem pontuou Marx, “o avanço na extensão do solo cultivado em geral se dá em direção a um solo pior ou a diversos tipos de solos, em diferentes proporções, de acordo com sua disponibilidade”. Mesmo que isso ocorra como necessidade e consequência do aumento dos preços do solo em outras áreas, tem-se a possibilidade de “que um solo pior seja preferido a outro relativamente melhor devido à localização”. Nesse caso, Marx cita como exemplo Michigan que, em geral, possuía um solo pobre, mas por ser vizinho de Nova York e ter ligação com este por água, em um primeiro momento foi lhe dado prioridade em relação aos estados com solos mais férteis. Além disso, para pensar a mobilidade espacial da produção de celulose no interior do país, acrescenta-se que, como destacado por Marx, um cultivo predatório pode reduzir a fertilidade daquele solo que anteriormente era considerado mais fértil¹²². Mais adiante, Marx destaca que o preço da mercadoria – e aqui pode-se utilizar o mesmo raciocínio para o custo de produção da mercadoria – não está necessariamente ligado a maior fertilidade natural do solo, mas sim, em primeiro lugar, às condições econômicas¹²³. É nesse sentido que se pensa a formação do lucro extra no caso em tela, sendo o fator predominante não a qualidade do solo, mas sim a possibilidade de os capitalistas que atuam no setor se apropriarem de extensas e contíguas áreas, sobretudo próximas às fábricas. Possibilidade essa que se concretiza devido à conformação histórica da estrutura fundiária local.

Nota-se que o presidente da atual Suzano, ao se referir a nova fábrica de celulose em construção no município de Ribas do Rio Pardo, afirmou que esta será a mais competitiva do mundo devido ao baixo raio médio entre as propriedades com plantios de eucalipto (matéria prima) e a fábrica¹²⁴; e mesmo as demais fábricas da empresa, instaladas na região antes de sua fusão com a Fibria, também se beneficiam dessa vantagem, como é possível observar na Figura 10, a seguir:

¹²² *Ibidem*, p. 732.

¹²³ *Ibidem*, p. 733. No caso, Marx aponta a possibilidade de alguns países ou localidades produzirem um produto excedente muito grande não pela fertilidade do solo e nem pela fecundidade do trabalho, mas por ter grande quantidade da população ocupando-se quase que exclusivamente do trabalho agrícola, principalmente de “produtos em massa”, isto é, alguns produtos específicos produzidos em larga escala.

¹²⁴ Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/rendavariavel/empresas/noticia/2020/11/20/suzano-firma-contrato-para-venda-de-21-mil-hectares-de-propriedades-rurais.ghtml>. Acesso em: 28/09/2021.

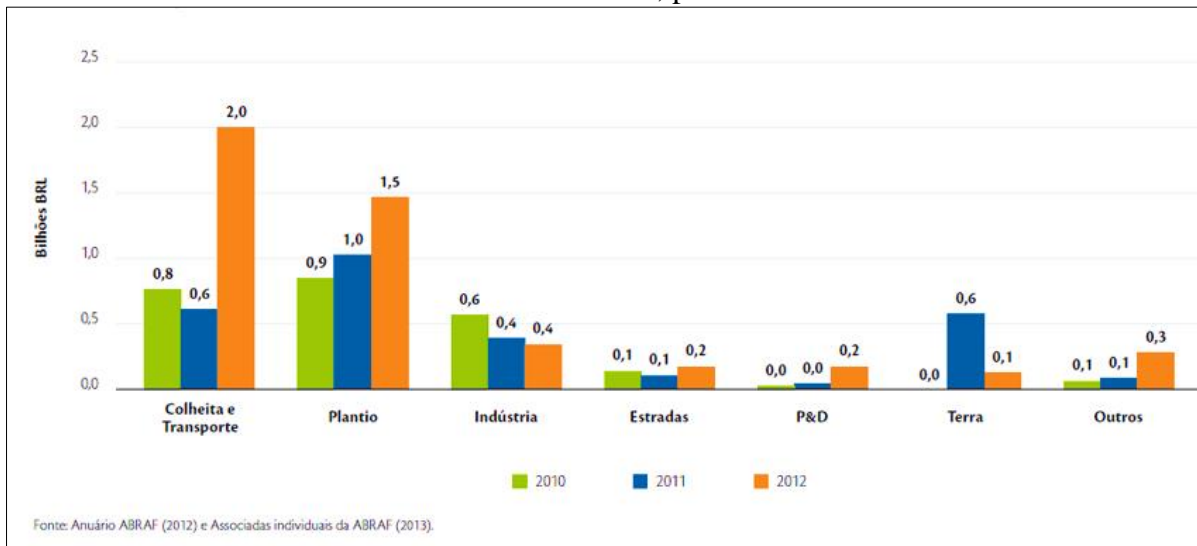
Figura 10: Distância média entre colheita e fábrica nas diferentes unidades da Fibria

Fonte: <http://r2017.fibria.com.br/>. Acesso em: 18/08/2018.

Em comparação às demais áreas de atuação da antiga Fibria, nota-se que o raio médio entre colheita e fábrica na Unidade Três Lagoas é menos do que a metade do que ocorre nas outras unidades¹²⁵. Segundo entrevista do diretor florestal da Eldorado, o “custo do frete, do transporte da madeira, é extremamente caro para o setor florestal, varia de 30% a 40% do custo da madeira/fábrica”. Observa-se na Figura 11, corroborando com tal afirmação, que colheita e transporte, somados ao plantio, são as etapas em que as empresas associadas a ABRAF mais investiram recursos entre os anos de 2010 e 2012 (conforme disponibilidade dos dados).

¹²⁵ Fica evidente que tal vantagem (somada à outras vantagens produtivas e fiscais) sobrepõe-se à distância da fábrica em relação ao porto de Santos, de onde a celulose sai para exportação. Também contribui para tanto o fato de que mesmo no interior do país, sua localização possibilita um eficiente escoamento da produção, bem como o uso de terminais multimodais de celulose. No caso da Fibria/Suzano, para dar conta de escoar toda produção, ampliada com sua segunda linha (Horizonte 2), foi construído um novo terminal multimodal no município de Aparecida do Taboado/MS de onde a produção dessa segunda linha é transportada por meio da Malha Norte. Mesmo distante 160 km da unidade produtiva, segundo relatório apresentado da empresa, o terminal possibilita dobrar a produtividade de carregamento e possui ampla capacidade de armazenamento, além de contorno ferroviário eficiente e locação estratégica. Quando comparado com o terminal localizado em Três Lagoas e a linha utilizada para transporte, as estimativas divulgadas foram: capacidade média de toneladas/vagão 63% superior; capacidade de transporte do trem 36% superior; velocidade 78% superior; ciclo total de escoamento (horas) com redução de 31%; a frota utilizada de 532 vagões (a da Horizonte 1 é de 550). Tais dados constam na apresentação prospectiva do Projeto Horizonte 2, realizada em encontro que reúne investidores e analistas (*Investor Tour*). Disponível em: <http://fundamentus.com.br/apresentacoes.php?papel=VCPA4>. Acesso em: 25/02/2019.

Figura 11: Investimentos realizados pelas empresas associadas individuais da ABRAF, em valores nominais, por área



Fonte: ABRAF (2013).

Diante das questões levantadas até aqui, acerca das características que marcam o monopólio da propriedade privada da terra pelo setor e em especial pela Fibria/Suzano, na área investigada, verifica-se, não por acaso, que a área da Fibria no estado é superior às áreas de plantios situadas nos estados de Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, tanto a de efetivo plantio quanto a área total ocupada. Já área de efetivo plantio da empresa nesses estados (Unidade Aracruz-ES) somada a área ocupada no estado de São Paulo ainda ultrapassava em 6.979 hectares a área com efetivo plantio de eucalipto sob domínio da empresa no estado analisado. Dados que podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 5: Área de atuação da Fibria por estado

Estados de atuação	Área de plantio	Área total ocupada
Mato Grosso do Sul	290.610	433.177
Unidade Três Lagoas - MS	290.610	433.177
Espírito Santo	118.516	191.423
Bahia	84.535	148.008
Minas Gerais	7.881	16.038
Unidade Aracruz - ES	210.932	355.469
São Paulo/Vale do Paraíba	40.389	80.436
São Paulo/Capão Bonito	46.268	75.375
Unidade Jacareí - SP	86.657	155.811
TOTAL GERAL	588.199	944.457

Fonte: Fibria (2017b; 2017c; 2017d). Organizado pelo autor.

Ao analisar a evolução histórica dos últimos anos da área de plantio da empresa é possível observar que sua expansão se deu principalmente na área de atuação da Unidade Três Lagoas/MS. Compreende-se que a concentração do investimento na expansão da produção de celulose – e conseqüentemente da área de plantio de eucalipto – teve como foco o estado de Mato Grosso do Sul devido aos fatores aqui discorridos, especialmente aqueles ligados à formação, concentração e distribuição da propriedade privada da terra. Além disso, na Unidade Três Lagoas, a empresa tem investido em novas estratégias e tecnologias de transporte como o pentatrem (junção de cinco carretas interligadas) e o túnel *off-road* (fora da estrada) que possibilitaram uma redução ainda maior dos custos com transporte da madeira até a fábrica: “20% de redução nos custos de transporte: 70% mais m³ de madeira transportada por caminhão; 20% menos consumo de combustível por m³” (FIBRIA, 2017, p. 20)¹²⁶.

Nessa direção, cabe aqui destacar outras circunstâncias ligadas ao aumento da força produtiva do trabalho no interior do setor de celulose brasileiro, necessárias para a criação do lucro extra. Tem-se que a criação do lucro extra não ocorre exclusivamente por causa dos fatores naturais e de localização (matéria prima-fábrica), aliás, sua criação depende dos investimentos em meios de produção (renda diferencial 2), os quais permitem o aumento em intensidade da força produtiva do trabalho por meio de “melhores métodos de trabalho, novas invenções, máquinas aperfeiçoadas, segredos químicos de fabricação etc., em suma, meios e métodos de produção novos, aperfeiçoados e situados acima do nível médio”, resultando na redução do preço de custo e na criação de lucro extra originados “na maneira como o capital operante é investido” (MARX, 2017, p. 707).

Dois processos contribuem para que as fábricas de celulose no Brasil estejam entre as mais modernas do setor em nível mundial, adotando continuamente inovações técnicas tanto no processo produtivo no interior da fábrica quando na produção da madeira de eucalipto e seu transporte (como o caso conjunto pentatrem e túnel *off-road*¹²⁷), são eles: concentração e centralização de capital, que, como já exposto rapidamente neste capítulo (e de forma mais

¹²⁶ Apresentação prospectiva do Projeto Horizonte 2 em encontro que reúne investidores e analistas (*Investor Tour*). Disponível em: <http://fundamentus.com.br/apresentacoes.php?papel=VCPA4>. Acesso em: 25/02/2019.

¹²⁷ Na unidade de Três Lagoas a atual Suzano colocou em operação o hexatrem (12 estavam em atividade e mais 7 entrariam ainda no primeiro semestre de 2021), com carretas de 52 metros e capacidade para cerca de 200 toneladas de madeira, que percorrem as estradas internas que interconectam as plantações. Tais inovações foram possíveis devido à apropriação de extensas e contíguas áreas próximas à fábrica: “[...] “a nossa base florestal nos permitiu trazer essa solução inédita”, disse o responsável pelas operações florestais da Suzano em Mato Grosso do Sul”. Disponível em: <https://www.comprerural.com/video-conheca-o-hexatrem-o-caminhao-de-52-metros/>. Acesso em: 21/10/2021.

aprofundada no capítulo 2¹²⁸), contou com importante participação do Estado via BNDES durante o social-liberalismo petista¹²⁹.

A investigação realizada neste subitem teve como finalidade compreender como a propriedade privada da terra e seu monopólio influenciam no processo de territorialização do capital via setor de celulose, e, ainda, no sentido inverso, quais os efeitos desses processos sobre a propriedade privada da terra. Feito isso, buscar-se-á compreender a seguir qual a influência desse processo, especialmente durante os governos petistas, sobre a política de reforma agrária na área pesquisada, além da influência do próprio contexto agrário, em que essa área está historicamente inserida, no processo de territorialização do setor.

1.3 A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DO SOCIAL-LIBERALISMO PETISTA E SEUS DESDOBRAMENTO EM MATO GROSSO DO SUL

A construção desse subitem partiu do pressuposto de que o programa social-liberal adotado pelos governos petistas influenciou no trato com as políticas públicas ligadas ao campo e, conseqüentemente, na dinâmica da monopolização do território e territorialização dos monopólios. Num primeiro momento, o intuito é realizar um breve debate sobre a forma que a reforma agrária foi tratada durante os governos petistas de Lula e Dilma (2003-2016), compreendendo que este procedimento pode lançar luz sobre os desdobramentos da recente conjuntura da reforma agrária brasileira na área de dominação socioterritorial do setor de celulose em Mato Grosso do Sul.

Pretende-se, assim, ao investigar a reforma agrária na área de atuação do setor de celulose, especialmente a área de dominação da Fibria, fazê-lo por meio do movimento multiescalar que contemple as esferas local, estadual e nacional, a fim de compreender o que desse processo faz parte da conjuntura nacional e o que é especificidade local. Objetiva-se, com isso, sinalizar para a configuração dialética entre as escalas, o que permite uma melhor apreensão da peculiaridade do objeto de estudo.

¹²⁸ No capítulo 2, é possível observar (nos quadros 2, 3, 4 e 5) as operações contratadas pela Fibria com o Banco, destinadas à modernização das unidades industriais, aumento de capacidade produtiva, apoio a projetos de inovação em produtos e processos industriais e florestais, aquisição de equipamentos, máquinas e caminhões, e construção de terminais portuários.

¹²⁹ O período destacado foi quando o Banco atuou de maneira mais intensa, contudo, como destacado por Juvenal e Mattos (2002), desde o início da década de 1970 o BNDES tem apoiado a implantação de grandes projetos no setor e a modernização de suas indústrias.

Realizar-se-á um esforço para compreender até que ponto a forma pela qual foi tratada a reforma agrária pelos governos petistas interferiu e interfere na realidade particular do recorte espacial adotado. Para tanto, serão analisados dados extraídos do DATALUTA¹³⁰ e parte da massa teórica existente sobre o assunto para montar um panorama que sirva de base para as posteriores análises realizadas nesta pesquisa. Além disso, serão realizadas algumas comparações acerca da forma como foi conduzida a política de reforma agrária durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e os governos petistas (Lula e Dilma), principalmente demarcar possíveis mudanças e especificidades, mas também semelhanças e continuidades.

Fernandes *et al.* (2017), no lastro da análise de Sader (2013), consideram que os governos petistas configuraram uma fase pós-neoliberal, de transição entre duas fases neoliberais. Inseridos nessa perspectiva teórico-metodológica, os autores buscaram apontar diferenças na forma que os governos neoliberais e pós-neoliberais concebem a reforma agrária. Segundo os autores:

Para o neoliberalismo [a reforma agrária] é uma política compensatória, que tem o objetivo de compensar os camponeses pela concentração de riqueza, em que o capital faz uma pequena concessão territorial como condição de subordinar os camponeses ao modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura. Para o pós-neoliberalismo é uma política de distribuição de terras para a produção da renda familiar por meio de um conjunto de políticas públicas voltadas ao mercado institucional, ao mercado capitalista e ao fortalecimento da agroindústria familiar, entre outras (FERNANDES *et al.*, 2017, p. 5).

Compreende-se que, com essa afirmação, os autores também acabam por destacar a convergência entre os dois governos em não conceber a reforma agrária enquanto uma alternativa de modelo de desenvolvimento, sendo sempre colocada em situação de subordinação ao capitalismo¹³¹, fato concebido, aqui, como fundamental e que mais aproxima do que distancia a política de reforma agrária desses governos.

Já Prieto (2016), ao analisar o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), enfatiza que durante seu mandato (1995-2002), a área desapropriada para fins de reforma agrária foi

¹³⁰ “O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de extensão e pesquisa criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente” (DATALUTA, 2014).

¹³¹ Os autores caracterizam algumas políticas públicas criadas durante os chamados governos pós-neoliberais como emancipatórias, seria o caso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR durante o governo Lula e o Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária – TERRA FORTE, criado durante o governo Dilma Rousseff.

mais do que o dobro da área destinada à mesma finalidade no governo Lula¹³². Contudo, cabe ressaltar que o período FHC foi de efervescência dos movimentos de luta pela terra, principalmente após os massacres de Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará (OLIVEIRA; FARIA, 2012), o que levou ao crescimento das ocupações de terra, passando de 20 mil famílias em 1994 para 76 mil em 1998 (FERNANDES, 2003, p. 34), fato que pressionou o aumento das desapropriações de terras para implantação de assentamentos. Por sua vez, a principal saída adotada pelo governo foi a repressão e criminalização da luta pela terra e uma política de mercantilização da reforma agrária¹³³.

Oliveira (2015) observa que uma prática recorrente realizada durante o governo FHC foi inflar os números correspondentes à realização de assentamentos. O autor destaca que essa estratégia foi utilizada para tentar conter a ampliação e revolta dos movimentos socioterritoriais, e que também foi adotada pelos governos petistas. Trata-se de artimanha elaborada dentro do INCRA e que consiste em acrescentar aos assentamentos realizados por meio de desapropriação, aqueles da regularização fundiária, além dos reassentamentos de atingidos por barragens e quilombolas (OLIVEIRA, 2010). Tal prática levou o autor a caracterizar o primeiro mandato do governo Lula como “mercado pela não reforma agrária”.

De acordo com Prieto (2016), como será apontando a seguir, o Partido dos Trabalhadores teria dado forma a uma “esquerda” rentista, sendo o primeiro governo Lula caracterizado pela não-reforma agrária (2003-2006) e o segundo pela contrarreforma agrária (2007-2010). Já em relação ao governo Dilma, segundo o autor, no primeiro mandato teria ocorrido a supressão da reforma agrária (2011-2014) e o segundo teria sido marcado pelo discurso da inexistência do latifúndio e da ausência de recursos financeiros para a realização da reforma agrária (2015-2016)¹³⁴.

¹³² Mencionou-se aqui apenas a área advinda da desapropriação por corresponder à efetiva reforma agrária. Como se observará mais à frente, a soma de áreas regularizadas ou reconhecidas é utilizada para mascarar a realização de assentamentos. Cabe, ainda, chamar a atenção para o fato de que parte dos assentamentos implantados no governo FHC eram projetos incompletos e precários que não receberam créditos agrícolas e de financiamento (FERNANDES, 2003, p. 35); realidade que, entretanto, não se diferencia do que vem ocorrendo em Mato Grosso do Sul e em outras partes do país, durante os governos petistas.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ Ainda de acordo com Prieto (2016), o Partido dos Trabalhadores, antes mesmo de sua ascensão ao poder, já apontava o agronegócio e a produção de *commodities* como essenciais para a geração de superávit na balança comercial brasileira, fato que, para nós, aponta uma postura pró-capitalista adotada pelo partido. A reforma agrária aparece como proposta de segundo plano, a ser realizada pacificamente e de forma negociada. Assim, o programa que levou o Partido dos Trabalhadores ao poder trazia como garantia a reprodução do rentismo à brasileira (PRIETO, 2016).

Pietro (2016), com base em Oliveira (2007; 2010; 2011), Delgado (2012) e Carvalho Filho (2004)¹³⁵, identificou sete processos que indicam um movimento de não-reforma agrária¹³⁶ durante o primeiro governo Lula:

- i) a concepção adotada pelo partido de uma reforma agrária como política compensatória de combate à fome;
- ii) o discurso de que a reforma agrária não seria mais necessária diante da mecanização do campo;
- iii) a tentativa de conciliação entre reforma agrária e agronegócio;
- iv) o recuo político dos movimentos socioterritoriais e a aproximação desses com as propostas do governo;
- v) o crescimento da grilagem na Amazônia e a compra de terras pelo INCRA;
- vi) a manutenção dos índices de produtividade defasados;
- vii) a manipulação dos dados referentes ao número de assentamentos da reforma agrária, ampliando a estatística.

Além da não realização da reforma agrária durante o primeiro mandato, o segundo mandato teria sido marcado pela “[...] vitória do agronegócio e a adesão definitiva da política agrária e fundiária do MDA/INCRA aos interesses do agrobandidismo dos grileiros de terra públicas do INCRA e da reforma agrária na Amazônia Legal” (OLIVEIRA, 2010, p. 21-22).

De acordo com Oliveira (2010), a expressão dessa contrarreforma agrária ocorre na Amazônia, para favorecer ainda mais o “agrobandidismo” por meio de um tenebroso acordo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA, o Ministério do Meio Ambiente, os governos estaduais e o setor madeireiro.

Nesse caso, com a intensificação das fiscalizações realizadas pelo IBAMA para conter o desmatamento na Amazônia, o setor madeireiro teve sua obtenção de matéria prima ameaçada, principalmente pelo fato de sua atuação ocorrer em áreas sem regularização fundiária. Assim, para resolver o problema, os grileiros sócios de entidades empresariais do agronegócio da madeira devolveram áreas públicas para o INCRA com o compromisso de que o órgão incentivasse a implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), pois, com isso, os assentamentos passariam a fornecer madeira legalizada ao setor florestal. Contudo,

¹³⁵ Delgado (2012) no livro: “Do capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Carvalho Filho (2004) em entrevista intitulada: “Reforma agrária: a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra”.

¹³⁶ O termo “não-reforma” foi utilizado pelo autor com a finalidade de apontar que a reforma agrária tal como foi realizada, durante o referido período, não se baseou “na pauta histórica dos movimentos socioterritoriais da distribuição de terras (e desconcentração fundiária), mas justamente o oposto [...], acoplou-se à expansão do agronegócio no Brasil” (*Ibidem*, p. 192).

após denúncias e ação pública perpetrada pelo Ministério Público Federal, a trama foi desmantelada, restando como alternativa a legalização das terras griladas, em nome dos madeireiros, por meio da regularização fundiária (OLIVEIRA, 2010).

Outro elemento importante nesse processo foi a Medida Provisória 422/08, transformada na Lei nº 11.763/08, instrumento jurídico legal que ampliou de 500 para 1.500 hectares a área passível de regularização fundiária. Primeiro os grileiros que não tinham as terras cadastradas conseguiram o recadastramento dos imóveis, realizado pelo INCRA, para posteriormente comprá-las sem a necessidade de licitação, dando corpo à contrarreforma agrária do segundo mandato do governo Lula (OLIVEIRA, 2010).

Oliveira (2010) ainda demonstra, amparado pelas Estatísticas Cadastrais de 2010 do INCRA, a ocorrência de um exponencial agravamento na concentração da estrutura fundiária brasileira durante os mandatos de Lula, quando as grandes propriedades tiveram suas áreas ampliadas em 92,1 milhões de hectares entre 2003 e 2010. Os dados do DATALUTA (2015) contribuem para revelar a trama da contrarreforma, apontando que no ano de 2006 o número de assentamentos realizados foi de 719, enquanto de 2011 a 2014 esse número teve uma queda acentuada, atingindo a pífia marca de 112 assentamentos. O índice de Gini, segundo o banco de dados, passou de 0,816 em 2003, para 0,860 em 2014.

Diante dos resultados alcançados pelos governos Lula, alguns aspectos políticos que possibilitaram a não e contrarreforma agrária devem ser mencionados: i) sua base política que incorporou 31 deputados da bancada ruralista e um líder do agronegócio como ministro da Agricultura (Roberto Rodrigues); ii) a demissão do então presidente do INCRA, Marcelo Resende, que possuía fortes vínculos com o MST e Comissão Pastoral da Terra (CPT) e era contra a reforma agrária de mercado – após sua demissão o governo anunciou uma nova edição do Banco da Terra criado por FHC (Programa Nacional de Crédito Fundiário) (BIANCHI; BRAGA, 2003, p. 209-210), correspondendo a derrota do plano elaborado pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio para o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (OLIVEIRA, 2010)¹³⁷.

Já durante o governo Dilma foi registrado o período com menor número de desapropriações de terra para a realização da reforma agrária dos últimos 20 anos. Foram 216 imóveis decretados improdutivos, contra 1.990 durante o governo Lula e 3.531 durante o governo FHC (PRIETO, 2016, p. 213). Tal fato revela a posição política adotada pelo governo

¹³⁷ A retração das ocupações de terra pelo MST compõe outro aspecto dessa dinâmica e será mencionado mais adiante.

petista, descartando a necessidade de realização da reforma agrária e submetendo-a ao plano de erradicação da miséria. Nas palavras de Prieto (2016, p. 221):

Para a política de combate à ‘pobreza extrema’, uma das ações do governo foi a inscrição de assentados no Cadastro Único de Programas Sociais (que possibilita, por exemplo, o direito ao recebimento do benefício Bolsa Família). Outra decisão do governo Rousseff foi que, dentre os fatores para a escolha das áreas para reforma agrária, foram priorizadas aquelas com ‘densidade de população em situação de pobreza extrema’ e a ‘existência de ações no âmbito do plano Brasil sem Miséria’. Contudo, nem mesmo essa reforma agrária se efetivou.

Soma-se a esse quadro a aprovação do novo Código Florestal, a paralisação da demarcação de terras indígenas e a realização de megaprojetos de desenvolvimento. No primeiro ano do segundo mandato do Governo Dilma (2015), além da nomeação de Katia Abreu¹³⁸ para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nenhuma nova área de assentamento e nenhum decreto de desapropriação foram anunciados, indicando a paralisação da reforma agrária e a posição do governo Dilma ao lado dos latifundiários representados pela então ministra.

Feita essa breve explanação acerca da reforma agrária petista em nível nacional, cabe agora voltar-se para o caso de Mato Grosso do Sul, com ênfase na área de atuação do setor de celulose¹³⁹. Os dois primeiros aspectos que representam a contrarreforma agrária do social-liberalismo no estado sob análise são: (1) a forma predominante de obtenção de terras por parte do INCRA, que se deu por meio da compra (negociada?) e não da desapropriação; e (2) a diminuição progressiva da realização de novos assentamentos, chegando a um momento de estagnação quando verificada a ocorrência de anos sem a realização de assentamentos.

No gráfico 7, a quantidade de assentamentos realizados em cada ano, para o período de 1995 a 2016¹⁴⁰ e as respectivas formas de obtenção. Como é possível observar no gráfico, a maioria dos assentamentos rurais realizados no estado, durante os governos petistas, se deram por meio de compra (57 assentamentos), sendo 22 por meio de desapropriação e 12 por

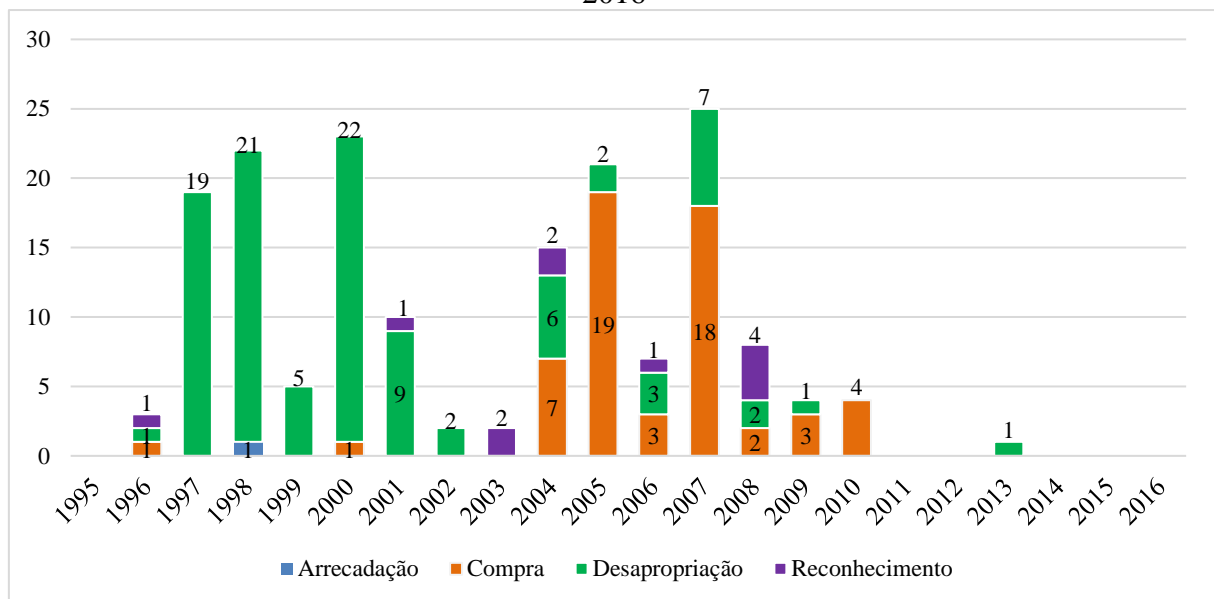
¹³⁸ Kátia Abreu, Senadora pelo estado de Tocantins (DEM-TO) e ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), foi denunciada em ação pelas mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em uma fazenda de propriedade da sua família, por crime ambiental, trabalho escravo e grilagem de terras. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/12299/>. Acesso em: 22/03/2017. Cabe também mencionar sua tendenciosa declaração de que no Brasil não existiria mais latifúndio. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/3843860/latifundio-nao-existe-mais-diz-ministra-da-agricultura-jornal>. Acesso em: 27/06/2017.

¹³⁹ Privilegiou-se a área de atuação da Fibria, tendo em vista que sua atuação será a base para compreender as estratégias de dominação socioterritorial do setor (capítulo 4 e 5).

¹⁴⁰ Período que compreende os governos FHC e petistas.

reconhecimento¹⁴¹, totalizando 91 assentamentos. Dessa forma, um dos aspectos mais importantes da reforma agrária no Mato Grosso do Sul diz respeito à forma de obtenção de terras para a realização de assentamentos rurais no estado, que se deu predominantemente por meio da compra, isto é, pela realização de forma “pacífica e negociada” da obtenção de terras, como alega o que está posto no II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA)¹⁴² elaborado pelo governo Lula e que, na verdade, busca retirar o conflito da ordem do dia.

Gráfico 7: Mato Grosso do Sul: Assentamentos criados e formas de obtenção da terra 1995-2016



Fonte: DATALUTA, 2015. Organizado pelo autor.

Há ainda outra componente neste caso em específico, que é a transformação do processo de obtenção de terras para a reforma agrária em um grande negócio para os proprietários de terras. De acordo com a matéria “INCRA compra terras produtivas em MS”, publicada pela Folha de São Paulo em 2005¹⁴³, o INCRA se tornou o principal comprador de fazendas consideradas “produtivas” no estado:

Em vez de buscar áreas improdutivas, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) virou o principal comprador de fazendas produtivas em Mato Grosso do Sul. O órgão ainda reduziu o tamanho dos lotes de 23 para 12 hectares por família e incentivou o aluguel de pastos nos assentamentos recém-criados. Desde maio de 2004, o Incra-MS gastou R\$ 273,4 milhões na compra de quatro fazendas. Neste ano, aprovou em

¹⁴¹ O reconhecimento ocorre quando é dado o direito à terra para famílias onde já estejam situadas, são os casos de populações tradicionais, de ribeirinhos e posseiros etc. (OLIVEIRA, 2013).

¹⁴² O II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado para o primeiro mandato do governo Lula tinha como meta assentar 400 mil famílias, mas, durante este período, foram assentadas apenas 150 mil famílias (OLIVEIRA; FARIA, 2012).

¹⁴³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2904200523.htm>. Acesso em: 22/03/2017.

audiências públicas a aquisição de outras três por R\$ 95,6 milhões e negocia ao menos duas áreas que devem custar R\$ 190 milhões. "Eu acho que a reforma agrária no país está errada" [sic], afirma o superintendente do Incra no Estado, Luiz Carlos Bonelli, que defende como novo modelo a compra de fazendas [...]

Parece que esse empenho, principalmente por parte do ex-superintendente estadual do INCRA, na compra de terras consideradas produtivas para fim de reforma agrária, não é por acaso. Ao final da matéria é indicado que o INCRA estaria negociando com o Grupo Bertin a compra de duas fazendas. Em maio de 2004, o Grupo Bertin criou a empresa Fazenda Eldorado S/A para adquirir a área compreendida pelas Fazendas Eldorado e Alambari, no município de Sidrolândia, por R\$ 73,6 milhões. Posteriormente, em 2006, a terra foi dividida em três partes para serem vendidas ao INCRA pelo montante de R\$ 179,7 milhões. Assim, teria ocorrido a superprecificação de R\$ 106,1 milhões dessas terras, o que corresponde a 144% do preço pago pelo Grupo Bertin, valor fora dos padrões do mercado imobiliário no estado, segundo o Requerimento de Informação encaminhado ao Ministro do Desenvolvimento Agrário¹⁴⁴.

A matéria publicada pela Folha de São Paulo também cita como exemplo o caso da Fazenda São Gabriel, em Corumbá, comprada por R\$ 20,6 milhões do empresário e pecuarista José Carlos Bumlai¹⁴⁵. Bumlai, por meio da sua empresa São Marcos Energia Ltda., em sociedade com a Heber Participações S/A, *holding* do Grupo Bertin, fundou a empresa São Fernando Açúcar e Álcool Ltda. que teve pedido de falência em 2015. Foi apurado que os envolvidos adquiriram, por meio de fraudes, concessão e renegociação de empréstimos na ordem de R\$ 395,17 milhões, via operações diretas com o BNDES, e R\$ 101,5 milhões via operação indireta¹⁴⁶.

Compreende-se dessa forma, com base no recorte empírico que, por um lado, o INCRA passou a ter como prioridade realizar licitações de empresas para prestar assistência técnica aos assentados, adotando como discurso a não necessidade da reforma agrária e a necessidade de modernizar e integrar ao mercado, a já denominada agricultura familiar. Por outro, ele se tornou o grande viabilizador da legalização da grilagem de terras públicas, além de negociante das terras improdutivas e/ou griladas de grandes proprietários de terras ou do agronegócio, como iremos apontar mais adiante a partir de casos investigados no Mato Grosso do Sul.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/439719.pdf>. Acesso em: 22/03/2017.

¹⁴⁵ Preso e condenado pela Operação Lava Jato em 2015, José Carlos Bumlai, é proprietário da usina de álcool e açúcar São Fernando

¹⁴⁶ Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4845018/justica-mantem-bloqueio-de-valores-de-bumlai-e-luciano-coutinho>. Acesso em: 22/03/2017.

Os casos ocorridos no Mato Grosso do Sul e tantos outros no Brasil, como os apontados por Oliveira (2010; 2013), revelam a reprodução da lógica rentista de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, que reproduz, por meio da aliança terra-capital, capitalistas e proprietários de terra ou, como na maior parte desses casos, capitalistas proprietários de terra.

Ao se realizar a renda capitalizada da terra por meio de sua venda superprecificada, como exposto, ocorre uma produção de capital que é apropriado capitalista proprietário de terra. Tal capital, investido no processo produtivo, possibilita ao capitalista a realização da reprodução ampliada desse mesmo capital. É nesse aspecto que a reforma agrária, a partir do conluio entre capitalistas proprietários de terra e representantes de órgãos públicos, se tornou um grande negócio no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil.

A corrupção no interior do INCRA, praticada por parte de seus funcionários, é outro grave problema que também ocorre no Mato Grosso do Sul, agravando o bloqueio da reforma agrária no estado (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2014). A título de exemplo, pode-se indicar a operação Tellus, iniciada em 2009, com a finalidade de investigar irregularidades na distribuição, compra e venda de lotes da reforma agrária, principalmente no sul do estado. Segundo a Procuradoria Regional da República da 3ª Região, participavam do esquema (a) servidores do INCRA de Dourados e Campo Grande, (b) lideranças de assentamentos e (c) empresários¹⁴⁷. Ocorria o seguinte:

Os servidores recebiam propina para excluir imóveis rurais do processo de seleção de áreas destinadas a novos assentamentos. Também havia manipulação dos processos de aquisição de produtos e serviços destinados aos assentados, mediante pagamento de propina aos servidores que deveriam fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos¹⁴⁸.

Segundo Kudlavicz e Almeida (2014), duas das medidas tomadas pelo Ministério Público foram: (1) suspender os processos de aquisição e desapropriação, e (2) suspender a aplicação dos créditos de instalação (infraestrutura), em todo o estado. Essas medidas bloquearam totalmente a função do INCRA de realizar novos assentamentos, mantendo inúmeras famílias em condições precárias no interior daqueles assentamentos recém-criados, como denunciado por Almeida (2011) no Jornal Correio do Estado:

Em visita recente para conhecimento do assentamento Canoas, distante cerca de 90 km de Selvíria/MS, cujo acesso é estrada de terra em condições ruins, constatou-se que [...] existem famílias sem água, luz, casa, saúde, estrada, dignidade. Isoladas no campo, seus vizinhos próximos são os eucaliptais. Há quase dois anos na terra, esperam pelos créditos prometidos pelo Estado, mas

¹⁴⁷ Disponível em: <https://mpf-prr03.jusbrasil.com.br/noticias/2352812/operacao-tellus-20-sao-presos-por-fraude-milionaria-na-reforma-agraria-em-ms>. Acesso em: 22/03/2017.

¹⁴⁸ Idem.

há lotes em que o acesso à estrada sequer foi aberto – são 180 famílias, a grande maioria, já fora do lote.

No Assentamento Canoas, criado em 2007 no município de Selvíria (MS), as famílias estão até os dias de hoje sem energia, sem água potável e a maioria sem casa. Constata-se, também, que a maioria das famílias camponesas assentadas após 2006 ainda não conseguiram acessar o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Situações como as descritas são frequentes. É o caso dos camponeses dos assentamentos 20 de Março, em Três Lagoas (MS) e Alecrim e São Joaquim, em Selvíria, que passaram anos morando em barracos, sem energia elétrica e sem água, mesmo após o assentamento ter sido liberado para o uso¹⁴⁹.

A conjuntura de supressão da reforma agrária, somada aos desvios e fraudes cometidos por funcionários do INCRA e às suspensões realizadas pelo Ministério Público, implicam num aprofundamento das condições de vida duríssimas dos camponeses assentados e sem terras no Mato Grosso do Sul.

Outro aspecto que vale ressaltar é a redução do número de assentamentos criados. Nota-se, por meio do gráfico 7, que entre os anos de 2011 e 2016 apenas um assentamento foi criado em todo o estado, o que reforça a tese de um processo que tem sido encaminhado não de modo a atender os anseios dos camponeses pela reforma agrária, mas sim para atender a necessidade de expansão do capital, apontando para uma supressão da reforma agrária a partir do primeiro governo Dilma. Na área em análise essa realidade não é diferente, como pode-se observar na tabela abaixo.

¹⁴⁹ Cabe destacar o fato de que todos os assentamentos citados foram realizados durante o governo Lula, como poderá ser observado na tabela a seguir.

Quadro 1: Assentamentos rurais na área de atuação da Fibria/Suzano¹⁵⁰

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	Nº DE FAMÍLIAS	ANO DE CRIAÇÃO
Água Clara	-	-	-
Três Lagoas	P Reassentamento Piaba	6	2008
	PA Pontal do Faia	45	2000
	PA Vinte de março	69	2008
Brasilândia	PRP Pedra Bonita	37	2008
Ribas do Rio Pardo	PA Pedreira	9	1988
	PA Mutum	340	1996
Sta. Rita do Pardo	PA Córrego Dourado	49	1998
	PE São Thomé	109	2001
	PA Avaré	250	2005
	PA Avaré	132	2005
Bataguassu	PA Santa Clara	155	1997
	PA Montana	70	1998
	PA Aldeia	217	1998
	PA Santa Paula	87	1998
Selvória	PA Alecrim	83	2006
	PA Canoas	183	2007
	PA São Joaquim	177	2008
Aparecida do Taboado	-	-	-
Total	17 assentamentos	1.599	-

Fonte: DATALUTA, 2016. Organizado pelo autor.

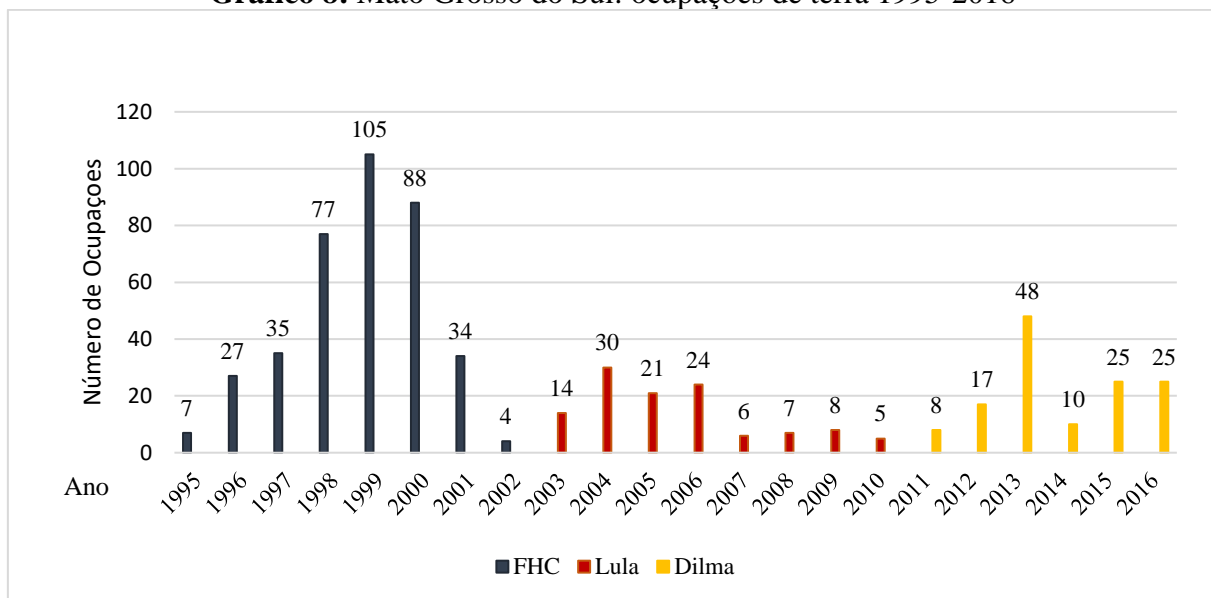
Como mostra o quadro 1, em dois dos oito municípios que compõem a área de atuação da Fibria não existem assentamentos rurais. Nos demais, o total corresponde a 17 assentamentos¹⁵¹ com 2.017 famílias assentadas, dos quais oito foram realizados durante o governo Lula. Verifica-se que a partir de 2009 nenhum assentamento foi realizado, coincidindo com o início da produção de celulose pela Fibria, com a transição do governo Lula para o governo Dilma e com a eclosão da crise financeira mundial. Esse tipo de reforma agrária quase sem reformas ou até mesmo com contrarreformas foi, como afirmou Oliveira (2011, p. 56), calcada em princípios extremamente benéficos para o agronegócio. Isso equivale a dizer que ela deixou de ser implantada nas áreas sob seu domínio, facilitando, assim, a sua consolidação, sua dominação socioterritorial e, ao mesmo tempo, abrindo caminho para que o capital expanda suas fronteiras para novas áreas.

¹⁵⁰ Os municípios foram selecionados com base na área de atuação da empresa que conta em seu plano de manejo (2018, p. 7).

¹⁵¹ Em todo o estado existiam até então 124 assentamentos rurais (DATALUTA, 2015).

Destaca-se ainda, a partir da análise dos dados do DATALUTA, o reduzido número de manifestações¹⁵² ocorridas na área: apenas 4 entre os anos de 2000 e 2016. Além disso, a quantidade de assentamentos realizados (17) também não é expressiva, tendo em vista que o município com incipiente atuação da Fibria, Bataguassu, possui 4 assentamentos que somados correspondem à 529 famílias, mais de 1/4 do total. Também não se constatou ações de movimentos de envergadura, no recorte empírico, como é o caso do MST. Das 6 ocupações ocorridas entre 2000 e 2016, em nenhuma o MST participou. Elas ocorreram por meio da participação da Contag (3), do movimento Terra Livre (2) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (1).

Gráfico 8: Mato Grosso do Sul: ocupações de terra 1995-2016



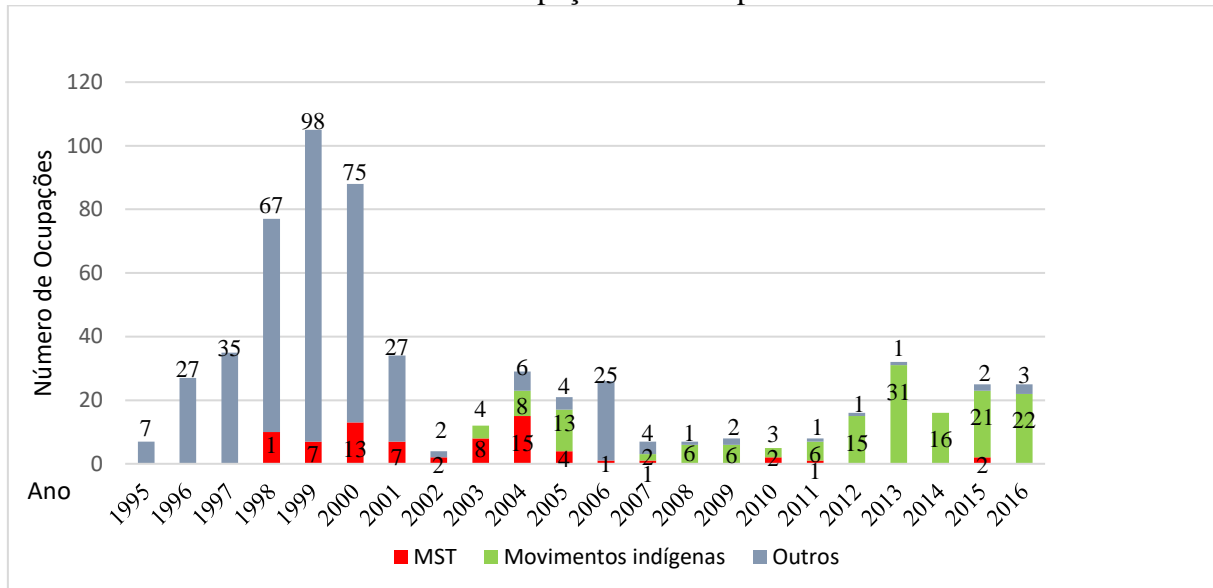
Fonte: CEDOC – Dom Tomás Balduino (CPT), 2018. Organizado pelo autor.

De acordo com o Gráfico 8, durante os governos FHC ocorreram 373 ocupações, em 8 anos; já durante os governos petistas, que abrangem um período de 14 anos, ocorreram 248 ocupações de terra no estado do Mato Grosso do Sul. Tem-se que no primeiro caso, diante do não consentimento dos movimentos sociais, o governo atuou com forte coerção; já no segundo, foi justamente o consenso em torno do governo que fez com que as ocupações fossem reduzidas, com exceção dos movimentos indígenas cujas lideranças (caciques) não foram cooptados pela hegemonia lulista. No Gráfico 9, observa-se que os movimentos indígenas foram os principais

¹⁵² Segundo o relatório Brasil 2014 da Rede DATALUTA, as manifestações são uma das categorias utilizadas para analisar a questão agrária brasileira e se configuram como marchas, caminhadas e bloqueios de rodovias. Os dados surgem a partir da confrontação de levantamentos realizados pela CPT e pela Rede DATALUTA (DATALUTA, 2015).

sujeitos das ocupações durante os governos petistas, despontando com 152 ocupações, seguido pelo MST com 32 e demais movimentos somados compunham 47 do total. Em relação aos governos FHC, os dados compilados entre 1995 e 1997 não categorizavam os tipos de movimento e entre 1998 e 2002, 30 das 299 foram pelo MST e 269 de outros movimentos; ressalta-se que nesse período ainda não categorizavam os movimentos indígenas.

Gráfico 9: Mato Grosso do Sul: Ocupações de terra por movimento social 2003-2015



Fonte: CEDOC – Dom Tomás Balduino (CPT), 2018. Organizado pelo autor.

Esses dados relevam que a luta por terra e território no estado tem sido protagonizada pelos movimentos indígenas, responsáveis pela maior parte das ocupações no ano de 2005, as quais seguiram aumentando a partir de 2008 e intensificando-se entre 2012 e 2016, período no qual se concentraram 105 das 152 ocupações indígenas, número bastante expressivo em relação às ocupações do MST durante o mesmo período (2012-2016), que correspondem a 2 das 32 ocupações realizadas pelo movimento. No último ano do levantamento, das 25 ocupações ocorridas no estado, 22 foram realizadas pelo movimento indígena.

A partir dos dados apontados sobre as ocupações realizadas no Mato Grosso do Sul durante os governos petistas, é possível afirmar que os principais movimentos em luta é, até o momento, são os indígenas. Não por acaso, como também é possível notar, historicamente o palco dos conflitos fundiários situa-se na região centro-sul do estado, tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas. São esses povos que, atualmente, protagonizam as ocupações e manifestações, sendo a luta por território o principal vetor dos conflitos existentes no estado, que despontou nos últimos cinco anos como o principal lócus da luta indígena pela retomada

de seus territórios no país, concentrando 67,74% das ocupações e 64,71% das famílias ocupadas (FERNANDES *et al.*, 2017)¹⁵³.

Em relação às ocupações do MST, que durante décadas teve destaque como movimento líder das ocupações nacionais, observa-se pelos dados analisados que no Mato Grosso do Sul elas diminuíram gradativamente com o passar dos anos sob governos petistas. Em relação à área de atuação da Fibria não há registros da atuação do MST, em nenhum período, predominando no local ocupações lideradas pela Contag. Verifica-se também que das 17 ocupações registradas na área, 3 ocorreram durante os governos petistas, e 13 durante o governo FHC (1995-2002) e 1 é anterior a este último (DATALUTA, 2016).

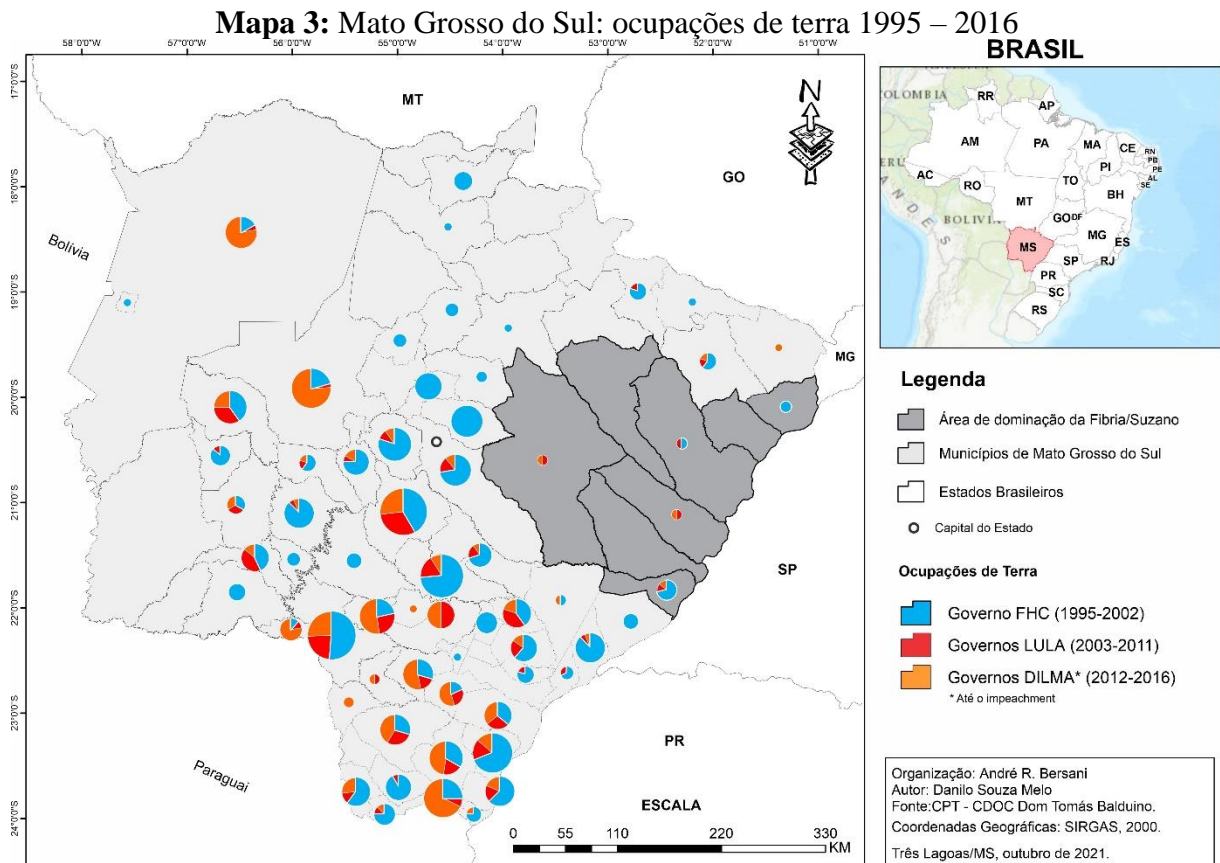
A redução das ocupações e dos números de assentamentos realizados durante os governos petistas se torna evidente, assim como o abandono dos poucos assentamentos realizados. Igualmente é possível verificar o avanço da territorialização do capital monopolista no campo, consonante ao bloqueio da reforma agrária. Outro ponto que cabe destacar é o reduzido número de ocupações e assentamentos realizados na área de atuação da Fibria em relação às demais regiões do estado. Para compreender essa realidade se torna imprescindível a busca pelos processos por trás dos dados, o que deve ser feito a partir do contexto histórico-geográfico da área sob análise.

De acordo com Oliveira (1996)¹⁵⁴, a produção de capital é realizada a partir de relações não-capitalistas de produção, sendo que a reprodução do campesinato pode ocorrer justamente nos interstícios dessa dinâmica. A atividade pecuária, dependendo da forma em que se desenvolve, pode ser um dos casos em que a reprodução camponesa ocorre concomitante e contraditoriamente à produção do capital. Foi no interior das fazendas que parte do campesinato se reproduziu historicamente na área em que atualmente o setor de celulose se expande¹⁵⁵, fato que permitiu a consolidação da própria atividade pecuária, bem como a reprodução dos proprietários de terra e capitalistas. Compreende-se que essa dinâmica contraditória, mas complementar de coexistências, também explica, em parte, o reduzido número de ocupações ocorridas na área pesquisada, como é possível observar no mapa 3, das ocupações realizadas no estado entre os anos de 1995 e 2016.

¹⁵³ Torna-se necessário salientar que com o aumento das ocupações protagonizadas pelos indígenas, ocorre, concomitantemente, o aumento da violência contra esses sujeitos. Em 2015, trinta e sete dos quarenta conflitos por terra ocorrido em Mato Grosso do Sul foram indígenas (OLIVEIRA, 2015).

¹⁵⁴ Baseado nas teses de José de Souza Martins.

¹⁵⁵ Afirmação baseada nos relatos feitos pelos entrevistados durante os trabalhos de campo.



Fonte: CEDOC – Dom Tomás Balduino (CPT), 2018. Organizado pelo autor.

No decorrer de mais de duas décadas e meia, ocorreram apenas 12 ocupações na área em destaque, fato que as torna, como é possível observar, a maior área contígua do estado a apresentar o menor número de ocupações. A microrregião de Três Lagoas¹⁵⁶, levando em conta sua extensão, apresenta-se com o menor número de ocupações no estado, sem registros de ocupações nos municípios de Santa Rita do Pardo e Água Clara. Na microrregião de Paranaíba¹⁵⁷, só não ocorreram no município de Selvíria, e apesar de não apresentar número expressivo de ocupações, elas ocorreram em maior quantidade se comparada com a de Três Lagoas.

Na região centro-sul do estado, onde predominam as ocupações de terra, a pecuária, mesmo sendo uma atividade consideravelmente forte, vem perdendo território para os agronegócios da soja, do milho e da cana de açúcar. A territorialização dessas *commodities* tem acarretado um intenso processo expropriatório dos sujeitos historicamente estabelecidos no campo (especialmente indígenas) do que na atividade pecuária, onde costumeiramente utiliza-se o trabalho familiar camponês. Aparentemente, na atual área de atuação do setor de celulose,

¹⁵⁶ Formada pelos municípios de Santa Rita do Pardo, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas.

¹⁵⁷ Formada pelos municípios de Selvíria, Inocência, Aparecida do Taboado e Paranaíba.

o campesinato foi absorvido pelas fazendas criadoras de gado, neutralizando assim maiores ocupações de terra e o surgimento de movimentos sociais de luta pela terra. Já os municípios mais a nordeste, como Inocência e Aparecida do Taboado¹⁵⁸, onde verifica-se um número maior de ocupações, assistiram ainda na década de 1980 a territorialização do setor sucroenergético¹⁵⁹, representado pelo Grupo Santa Quitéria, situado no município de Aparecida do Taboado (ASEVEDO, 2010).

Frente a esses aspectos, novamente ressalta-se que a paralisação da reforma agrária não é uma característica especial do estado em análise, apesar de suas especificidades territoriais. Tem-se que as questões aqui tratadas, configurações conjunturais e territoriais da questão agrária, estão diretamente ligadas à territorialização do capital no campo brasileiro e sul-mato-grossense, em específico. Também entende-se ser plausível a compreensão de que a reforma agrária fora deixada de lado enquanto programa de governo, fato evidenciado pela transição de uma contrarreforma agrária no governo Lula em direção à sua supressão durante o mandato de Dilma Rousseff. Assim, o abandono da política de reforma agrária revela a escolha e posição política desses governos pelo modelo de agricultura capitalista do chamado agronegócio.

Por outro lado, da forma como a reforma agrária (sua mercantilização) foi executada no estado de Mato Grosso do Sul, também beneficiou os proprietários de terra, pois ocorreu via “prévia e justa indenização em dinheiro”, permitindo ao proprietário auferir a renda capitalizada da terra (MARTINS, 2015)¹⁶⁰, reafirmando o caráter rentista do capitalismo brasileiro.

Em relação ao recorte específico de pesquisa, terras que antes poderiam estar sob a mira dos sindicatos de trabalhadores rurais pela possibilidade de serem improdutivas, com a territorialização do setor de celulose passaram a ser arrendadas para o plantio de eucalipto, fato que intensificou o bloqueio e anulou as eventuais reivindicações de terras improdutivas para realização de projetos de assentamento rurais.

O tempo necessário para que os impactos desse processo de territorialização do capital sejam assimilados pelos sujeitos diretamente afetados e se tornem motivo de contestação é

¹⁵⁸ O município consta na área de atuação da Fibria por ser onde instalou-se o novo terminal intermodal da empresa, como exposto no subitem anterior.

¹⁵⁹ Destaca-se que os municípios de Paraíba, Aparecida do Taboado e Inocência correspondem à área recente de expansão do monocultivo de eucalipto, ainda com baixa concentração dessa monocultura. Diferentemente do município de Selvíria que está mais próximo às indústrias de produção da celulose e, por isso, assiste ao intenso processo de expansão dos monocultivos de eucalipto.

¹⁶⁰ Martins (2015) advoga que durante a escravatura, com o trabalho cativo, a terra era necessariamente livre, mas quando o regime de trabalho passa a ser livre, a terra torna-se cativa (o cativo da terra). Isto quer dizer que a renda, antes capitalizada no sujeito escravo, metamorfoseou-se em renda territorial capitalizada, materializando-se na propriedade privada (capitalista) da terra com a Lei de terras de 1850. Eis o momento no qual a terra torna-se equivalente de capital, mercadoria portanto.

longo, principalmente em uma área, como já foi dito, sem movimentos socioterritoriais, que poderiam canalizar as eventuais insatisfações em direção à contestação.

As classes, frações de classes e grupos subalternos que vivem no e do campo, tais como camponeses (assentados ou não), ribeirinhos, quilombolas e indígenas, têm vivenciado grandes problemas causados pela territorialização do setor de celulose¹⁶¹. Alguns dos sérios e imediatos desdobramentos da territorialização dos monopólios via setor de celulose, constatados na área sob análise, foram: a) a eliminação do emprego no campo e a desagregação de comunidades rurais; b) o desequilíbrio ambiental e a perda de biodiversidade local e regional; c) as mudanças urbanas, mais visíveis no município de Três Lagoas onde estão localizadas as indústrias (KUDLAVICZ, 2011).

Segund Almeida (2012), a territorialização do setor de celulose¹⁶² possui estreita relação com a crise da Reforma Agrária. Para Kudlavicz e Almeida (2014), estaria em curso um processo de privatização da Reforma Agrária como resultado tanto do abandono, por parte do Estado, do papel econômico e social que a Reforma Agrária deveria possuir, quanto dos programas e projetos sociais desenvolvidos pelas empresas do setor de celulose no interior dos assentamentos rurais. Compreende-se, assim, a crise da reforma agrária como política pública e sua privatização como partes do mesmo processo.

Nesse contexto, além das expectativas futuras não serem boas, poucas alternativas têm sobrado para os sujeitos do campo, ainda mais quando o futuro – da nova costa leste¹⁶³ – baseia-se, de acordo com os interesses do capital (inseridos no interior do Estado), no proclamado crescimento econômico (via agricultura capitalista), entendido enquanto sinônimo de desenvolvimento. Somado à situação de abandono causada pelo contexto de supressão das políticas de reforma agrária e das suspensões realizadas pelo Ministério Público frente aos casos de ilegalidades e corrupção envolvendo funcionários do INCRA, os projetos de

¹⁶¹ Em escala nacional, alguns dos problemas relacionados à produção de celulose são: violações dos direitos humanos, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, corrupção, fraude de certificação ambiental, fraude em licenciamentos ambientais, terceirização ilícita de mão de obra, fraude em processo de arrendamento de terras, produção de documentos forjados, grilagem de terras, uso de policiais como vigilantes particulares, devastação de mata nativa, assoreamento de rios, ocupação ilegal de terras indígenas, ocupação ilegal de terras da união, ocupação ilegal de terras quilombolas (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2012).

¹⁶² A autora utiliza a expressão complexo eucalipto-celulose-papel, “pensada como indicador de uma situação de interface entre o local e o global, o nó onde se manifesta o encontro de lógicas e práticas distintas de uso do território”, correspondendo “a sobreposição de um uso da terra em relação a outros, não apenas da pecuária, mas, sobretudo, em relação ao uso camponês que é seu contraponto”. (ALMEIDA, 2012, p. 4).

¹⁶³ Segundo Perpetua (2012), para salientar as transformações econômicas ocorridas na mesorregião, busca-se criar uma identidade regional. Assim, além dos diversos títulos, como “capital mundial da celulose” e “metrópole global da celulose”, publicados em jornais e revistas, transforma-se a “antiga” Região do Bolsão, denominação usada para designar a porção leste do estado, em a nova “Costa Leste”, para dar evidencia ao prospero momento da região (PERPETUA, 2012, p. 38-40).

responsabilidade socioambiental desenvolvidos pelas empresas do setor de celulose no interior de assentamentos e outras frações do território ganharam força, garantindo que exerçam uma forma de dominação socioterritorial que lhes permitam expandir suas atividades e apassivar/controlar possíveis conflitos.

Como foi possível observar, a área de expansão do setor no estado é justamente onde não há conflitos por terra e/ou território. Os dispersos movimentos de ocupação e/ou de reivindicação de terras ocorridos nas últimas décadas foram desmobilizados, principalmente pelos sindicatos rurais que direcionaram os sujeitos ao acesso precário à terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, como constatado na pesquisa de Luiz (2020). As propriedades tituladas se tornaram uma fuga dos conflitos fundiários, além de facilitarem a certificação dos plantios das empresas (segurança jurídica).

Nessa perspectiva, é pertinente citar o próprio caso da Fibria¹⁶⁴, que possui longo histórico de envolvimento em conflitos socioterritoriais, principalmente aqueles ligados à posse¹⁶⁵ e uso da terra com comunidades indígenas e quilombolas nos estados da Bahia e do Espírito Santo¹⁶⁶. Diante do histórico acumulado de conflitos, e da permanência deles, a territorialização da Fibria no estado de Mato Grosso do Sul, dentre os outros fatores já analisados, pode ser entendida como uma fuga em direção à uma área onde a atuação de movimentos sociais de luta pela terra foi historicamente contida e onde o único território indígena encontra-se reconhecido desde década de 1990¹⁶⁷. Dessa forma, corroborando com o que foi exposto, Overbeek, Kröger e Gerber, (2012, p. 60), afirmam:

Além de terras férteis e planas, a região oferece uma outra tentação a empresas como a Aracruz/Fibria: a relativa escassez de movimentos sociais. A região é dominada por grandes fazendeiros com propriedades rurais de milhares de hectares, as quais eles estão dispostos a vender ou alugar para empresas de plantações. De um total de quatro milhões de hectares, apenas 30.000 estão ocupados pela pequena produção; propriedades de mais de 1.000 hectares ocupam 77% da área. Não há reivindicações territoriais significativas por parte de populações tradicionais na microrregião de Três Lagoas.

Tal realidade se manifesta, por exemplo, no registro de reclamações sobre impactos sociais da Fibria, expostos na Figura 12. Nota-se que dentre as unidades da empresa (antes de

¹⁶⁴ Aqui pode-se incluir a antiga Aracruz e a atual Suzano.

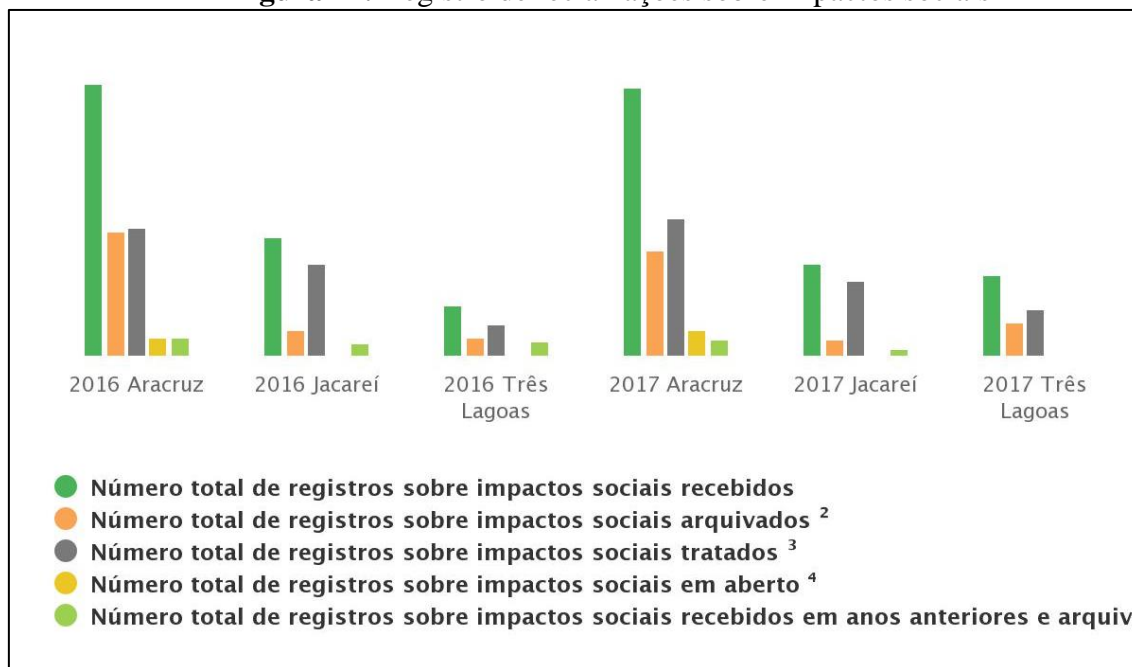
¹⁶⁵ Como exemplo atual, aponta-se que em 2013 o Ministério Público Federal processou a Fibria por fraude na titulação de domínio de terras devolutas. Para mais detalhes, ver <http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/mpf-es-entra-com-acao-contra-fibria-s-a-antiga-aracruz-celulose-por-grilagem-de-terras-publicas>. Acesso em: 18/08/2018.

¹⁶⁶ Para mais detalhes, ver Overbeek, Kröger e Gerber, (2012).

¹⁶⁷ Território Indígena Ofaié, situado no município de Brasilândia-MS.

sua fusão com a Suzano), a que menos recebeu reclamações de impactos sociais, durante os anos de 2016 e 2017, foi a de Três Lagoas.

Figura 12: Registro de reclamações sobre impactos sociais



Fonte: <http://r2017.fibria.com.br/>. Acesso em: 18/08/2018.

Ainda nessa direção, uma pesquisa de favorabilidade das comunidades em relação à Fibria, dentre suas unidades situadas nos estados da Bahia, Espírito Santos, Mato Grosso do Sul e São Paulo, os índices de legitimidade econômica, confiança interpessoal e legitimidade sociopolítica foram maiores no estado de Mato Grosso do Sul (os índices acima de 80% são considerados altos e de 61 a 80% são considerados bons), como pode-se verificar na figura a seguir:

Figura 13: Principais resultados da pesquisa de favorabilidade das comunidades em relação à Fibria (%)

PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE FAVORABILIDADE DAS COMUNIDADES EM RELAÇÃO À FIBRIA (%)				
	Bahia	Espírito Santo	Mato Grosso do Sul	São Paulo
Legitimidade econômica	80,92	80,78	83,55	79,40
Confiança interpessoal	72,96	68,28	75,64	70,35
Legitimidade sociopolítica	74,97	69,15	77,00	75,18
Confiança interorganizacional	71,67	62,72	70,02	66,12
Total	74,13	68,32	75,19	71,44

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Fibria (2013).

Não se pretende afirmar aqui que a existência de um consenso local seja condição necessária à territorialização do capital, em especial via setor de celulose, vide outros casos em áreas de conflitos onde sua territorialização e expansão também têm ocorrido. Contudo, a consolidação e expansão do setor dentro das condições de mercado têm maiores chances de realizar-se quando encontram tal situação, caso contrário a coerção seria mais necessária e evidente nesse processo. Além disso, a busca *a posteriori* pelas condições sociopolíticas favoráveis pode colocar em risco a legitimação do empreendimento.

Por fim, antes de dar início ao próximo capítulo, cabe afirmar que as questões trabalhadas ao decorrer desse primeiro capítulo formam a base para as análises que se sucederão, na busca por desenvolver e aprofundar questões aqui levantadas, começando pelo papel do Estado no processo de territorialização e expansão do setor de celulose.

CAPÍTULO 2. O ESTADO NO CENTRO DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO VIA SETOR DE CELULOSE

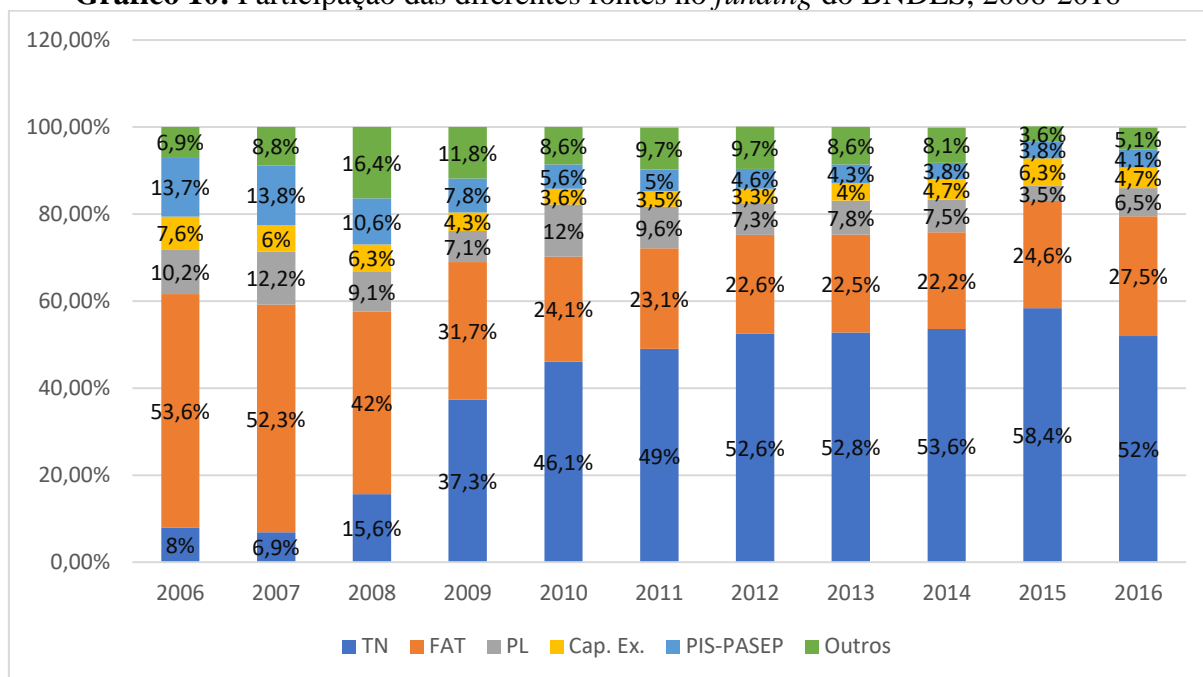
De acordo com Osorio (2014) as instituições que compõem o aparato de Estado localizam-se no interior dos três poderes: o Executivo, onde encontra-se a presidência, os ministérios, as secretarias de Estado e as Forças Armadas; o Legislativo, com os parlamentos ou congressos; e o Judiciário, com os tribunais, as cortes, as prisões. O BNDES situa-se no poder Executivo – responsável pela administração pública: orçamento, políticas e programas econômicos e sociais – onde, além do Banco, também se encontra instituições como o Ministério da Fazenda, Banco Central, Tesouro Nacional, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC), dentre outras.

Entre essas instituições estatais existe uma hierarquia que pode se modificar a depender do momento histórico e do contexto da luta de classes, permitindo que “[...] a condensação de poder político se desloque no interior do aparato estatal e seja maior em algumas esferas e instituições do que em outras” (OSORIO, 2014, p. 38). Para além do indiscutível papel histórico que o BNDES possui no seio do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tornou-se notável a sua constituição enquanto um dos principais aparatos de Estado durante os governos petistas, com a função de participar ativamente da consolidação da hegemonia burguesa no Brasil.

Durante este período ocorreram importantes redefinições no papel do Banco, tal como sua transição de banco voltado para o financiamento e condução dos processos de privatização, ocorridos principalmente durante o governo FHC, para banco de fomento do grande capital – especialmente sob controle da burguesia interna, fato que fez do Banco, juntamente com o MIDIC, o centro de poder ativo na definição da política econômica nacional, enfraquecendo em certa medida a direção que o Ministério da Fazenda e o Banco Central exerceram durante o governo anterior (BUGIATO, 2016, p. 161-162).

Verifica-se que o BNDES atingiu o auge de seu poder político e econômico após a eclosão da crise financeira internacional, quando, a partir de 2008, os recursos do Tesouro Nacional alocados no Banco tiveram um aumento exponencial, tornando-se em 2009 sua principal fonte de recursos¹⁶⁸, como é possível observar no gráfico a seguir:

¹⁶⁸ A estrutura de capital do Sistema BNDES é formada por diferentes fontes de recursos que podem ser divididas em: fontes governamentais, captações externas, outras obrigações e patrimônio líquido. As fontes governamentais são compostas especialmente pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT/PIS-PASEP) e pelo Tesouro Nacional, além de outros fundos governamentais como o Fundo da Marinha Mercante (FMM), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e seu fundo de investimento (FI-FGTS).

Gráfico 10: Participação das diferentes fontes no *funding* do BNDES, 2006-2016¹⁶⁹

Fonte: Menezes; Amorim (IBASE, 2017, p. 8).

Essa captura adicional de recursos do Tesouro Nacional foi destinada à ampliação dos limites operacionais do Banco por meio do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI), criado em 2009 com a finalidade de garantir a manutenção dos investimentos, principalmente, segundo o Banco, nos setores de bens de capital, exportação e inovação. Tal política anticíclica, inicialmente com término previsto para março de 2011, permaneceu ativa entre 2009 e 2015 quando perdeu força e iniciaram-se as devoluções dos recursos ao Tesouro Nacional. Durante o principal período do programa, entre 2009 e 2014, o Banco captou um

As captações no mercado internacional se dão por meio da emissão de títulos externos (*bonds*), realizada desde 1953, e por meio de empréstimos junto a organismos multilaterais e agências governamentais, realizados desde 1972, tais como: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), *Nordic Investment Bank* (NIB), *China Development Bank* (CDB), *Agence Française de Développement* (AFD), *Swedish Export Credit Corporation* (SEK) e Instituto de Crédito Oficial (ICO). Cabe destacar que os recursos captados junto a essas instituições precisam atender às condições preestabelecidas por cada uma delas.

Outras fontes de recursos são utilizadas com a finalidade de diversificação, tais como as emissões de debêntures da BNDESPar, leilões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), a emissão de Letras Financeiras, o Fundo Amazônia, além de seu Patrimônio Líquido.

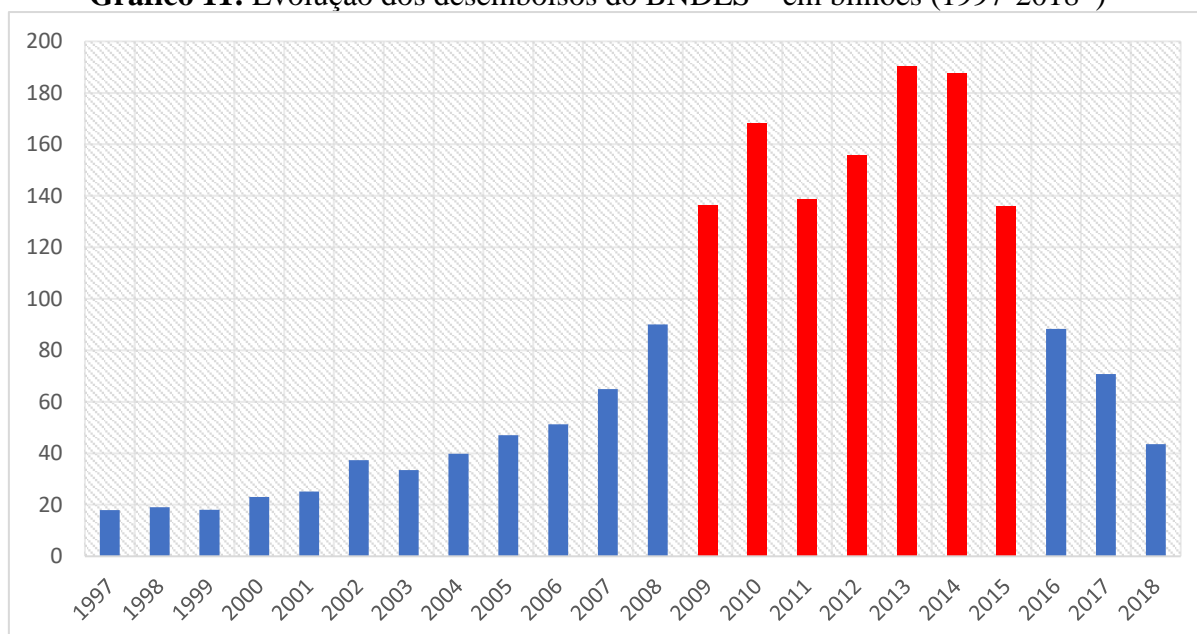
É importante destacar, pois, que as fontes de recursos utilizadas pelo Banco fazem parte de um processo histórico e estão inseridas em contextos políticos e econômicos diferentes ao longo desse processo. Historicamente os principais recursos foram provenientes das fontes governamentais, especialmente o FAT e o Tesouro Nacional.

¹⁶⁹ Os dados contidos em Menezes; Amorim (2017) abrangem o período entre 2006 e 2016. O período dos demais dados, utilizados nos diferentes gráficos, dependeram da disponibilidade de cada fonte. Contudo, apesar de focar no período dos governos petistas, buscou-se extrapolar-lo com a finalidade de frisar a especificidade da atuação do Banco durante os governos sob análise.

montante superior a R\$ 416 bilhões do Tesouro Nacional, sem contar a captação extra de R\$ 24,7 bilhões em 2010, destinada à capitalização da Petrobrás via BNDESPar¹⁷⁰.

A estratégia adotada pelo BNDES diante da crise foi ampliar seus desembolsos – por meio da apropriação do fundo público e da ampliação da dívida pública, como será analisado ainda neste capítulo –, que, em termos nominais, passaram de R\$ 64,9 bilhões em 2007 para R\$ 187,8 bilhões em 2014, seguido, posteriormente, de uma queda igualmente vertiginosa nos anos subsequentes, como é possível observa no gráfico a seguir:

Gráfico 11: Evolução dos desembolsos do BNDES – em bilhões (1997-2018*)¹⁷¹



Fonte: BNDES¹⁷². Organizado pelo autor.

*Dado correspondente ao período de janeiro a setembro.

Para se ter uma visão melhor desse protagonismo destaca-se que os desembolsos do Banco superaram os desembolsos do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) juntos. Por exemplo, em 2009, quando teve início o PSI, o BNDES desembolsou US\$ 68,7 bilhões enquanto os dois bancos com histórica atuação na América Latina desembolsaram juntos a quantia de US\$ 30,4 bilhões (TAUTZ *et al.*, 2010). Cabe destacar que o BNDES já vinha adotando uma política de aumento de seus desembolsos, que

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 05/01/2019.

¹⁷¹ Em destaque (vermelho) período de vigência do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI).

¹⁷² Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/desembolsos>. Acesso em: 17/11/2018.

atingiram o recorde de R\$ 47 bilhões em 2005, montante 17,5% maior em relação ao ano anterior¹⁷³.

A eclosão da crise foi a possibilidade de colocar em prática aquilo que Singer (2016) denominou de ensaio desenvolvimentista do lulismo. Frente a ela o BNDES reduziu seu *spread* bancário¹⁷⁴, alcançando um percentual inferior ao dos bancos privados, além de ter expandido o crédito (BUGIATO, 2016, p. 199). Seus desembolsos foram destinados especialmente para: a) projetos de infraestrutura, o que fez do Banco gestor do Programa de Aceleração do crescimento (PAC) – criado em 2007 com a finalidade de aumentar o investimento em infraestrutura; e b) atividades ligadas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008 – das quais fazem parte os setores ligados à produção de *commodities* industriais, intensivas em recursos naturais (VAINER; VIEIRA, 2017, p. 46-45), como é o caso da celulose.

Dessa forma, com o objetivo de selar acordos e alianças políticas para promover o consentimento das classes subalternas – atuando como mecanismo de punção e repartição do fundo público pelas e para as frações das classes dominantes, com a contribuição do Partido dos Trabalhadores e o consentimento ativo de dirigentes sindicais e lideranças de movimentos sociais –, o BNDES se tornou um dos principais aparatos de Estado evocados pelos governos petistas na busca pela consolidação da hegemonia burguesa. Essa estratégia demonstrou, ao menos durante algum tempo, a capacidade do lulismo em dirigir os projetos das classes dominantes e fazer cumprir a principal tarefa do Estado: criar as condições necessárias para a reprodução da dominação burguesa e do capital.

A partir dessas considerações buscou-se analisar algumas características pouco investigadas da hegemonia burguesa sob a ideologia do social-liberalismo petista, tais como o fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia dos grandes grupos empresariais sediados no Brasil e a construção de uma dominação de classes com bases territoriais.

2.1 O BNDES E O FINANCIAMENTO DO SETOR DE CELULOSE: o Estado como agente da concentração de capital

Para se ter a dimensão de como esse processo de fortalecimento do BNDES contribuiu para a expansão do setor de celulose e papel basta recorrer aos desembolsos realizados pelo

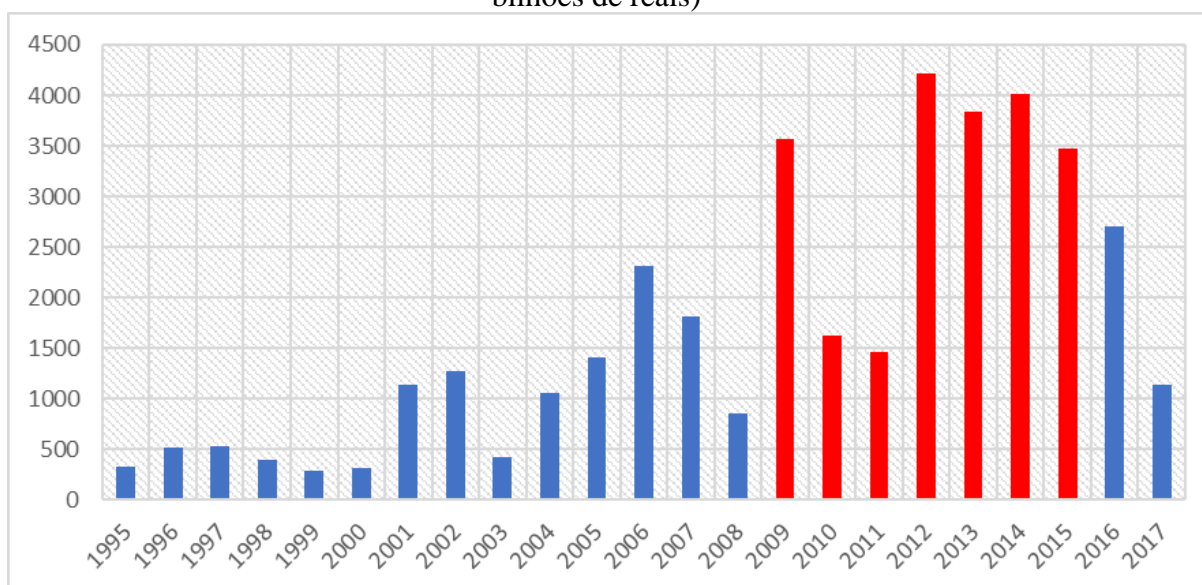
¹⁷³ Disponíveis em:

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20051229_not322_05. Acesso em: 23/09/2018.

¹⁷⁴ Diferença entre a taxa de juros que o Banco paga aos seus aplicados pelos recursos captados (taxa de depósito) e a taxa de juros que cobra pelo seu empréstimo (taxa de empréstimo).

Banco. Tem-se, que, entre os anos de 1995 e 2017, o Banco desembolsou para o setor de celulose mais de R\$ 37 bilhões, dos quais R\$ 4,8 bilhões correspondem ao período de 1995 a 2002; R\$ 7,8 bilhões ao período de 2003 a 2008; e R\$ 22,1 bilhões ao período de 2009 a 2015 – quando vigorou o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) – e R\$ 3,8 bilhões durante os anos de 2016 e 2017, como é possível observar no gráfico 12¹⁷⁵.

Gráfico 12: Desembolsos do BNDES para o setor de Celulose e Papel (1995-2017, em bilhões de reais)¹⁷⁶



Fonte: BNDES Transparência (2019)¹⁷⁷. Organizado pelo autor.

As três empresas que lideravam o setor de celulose no período, Klabin, Fibria e Suzano, além de estarem na lista das 24 maiores empresas tomadoras de financiamentos do Banco – entre os anos de 2004 e 2018 –¹⁷⁸, também foram as que receberam os maiores aportes financeiros do BNDES dentro do setor, como é possível observar na tabela 6.

¹⁷⁵ É importante ressaltar que o financiamento do BNDES ao setor não é recente. Inclusive, cabe mencionar, o Banco atuou como planejador e indutor dos investimentos no setor e é considerado um dos alicerces de sua expansão no país, de acordo com Juvenal e Mattos (2002). Tal abordagem já foi satisfatoriamente realizada em diferentes trabalhos, dentre os quais se destacam: Kudlavicz (2011), Perpetua (2012; 2016), Morelli (2011) e Malina (2013).

¹⁷⁶ Em destaque (vermelho) período de vigência do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI).

¹⁷⁷ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 05/01/2019.

¹⁷⁸ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/maiores-clientes>. Acesso em: 18/01/2019.

Tabela 6: Operações Diretas contratadas pelas empresas do setor de celulose e papel com o BNDES – valores nominais (2003-2018)

Empresa	Montante contratado (R\$)
Klabin	7.927.123.971,00
Fibria	7.066.530.255,00
Suzano	6.119.871.522,00
Eldorado Brasil	3.071.482.000,00
CMPC	2.563.827.803,00
Veracel Celulose S/A	1.874.201.000,00
Jari	793.804.000,00
Rigesa	237.508.000,00
Kimberly-Clark	141.956.100,00
Melhoramentos CMPC	137.886.000,00
Lwarcel Celulose LTDA	70.354.000,00
Total	30.004.544.651,00

Fonte: BNDES Transparência. Organizado pelo autor.

Das operações contratadas com o BNDES pelas empresas do setor destacadas na tabela, apenas duas foram realizadas de forma indireta – isto é, por intermédio de instituições financeiras credenciadas no Banco. Os financiamentos estão divididos nas áreas de indústria e de agropecuária, sendo a maior parte dos recursos destinados à indústria, contemplando projetos de inovação, modernização, aumento da capacidade produtiva, implantação e expansão das fábricas. Os recursos destinados à área de agropecuária contemplam investimentos ao monocultivo, tais como implantação, reforma, rebrota e fomento de plantios de eucalipto, principalmente.

A partir da análise dos financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor de celulose é possível afirmar que o Banco é o principal responsável por sua territorialização nas novas áreas de produção de celulose, bem como pela expansão das unidades já territorializadas. O Banco financiou R\$ 1,4 bilhão destinados à implantação de uma fábrica de celulose da Veracel no município de Eunápolis/BA, em 2004. Em 2006, financiou a implantação da nova linha de produção da Suzano em Mucuri/BA e outra no município de Imperatriz/MA, em 2010. Os repasses foram de R\$ 2,4 e R\$ 2,3 bilhões, respectivamente. Em 2011/2012 foi destinada a quantia de R\$ 2,7 bilhões para a construção da Eldorado Brasil em Três Lagoas/MS. No mesmo município, em 2016, o Banco financiou R\$ 2,3 bilhões para a implantação da nova linha de produção de celulose da Fibria¹⁷⁹. Em 2012 foram destinados R\$ 285,4 milhões para a expansão da unidade industrial da Klabin em Goiana/PE e R\$ 3,3 bilhões para a implantação de uma nova

¹⁷⁹ A primeira fábrica da Fibria, em Três Lagoas, também foi viabilizada pelo Banco, mas por meio de participação acionária da sua subsidiária, a BNDESPar. Este tema será desenvolvido no próximo subitem.

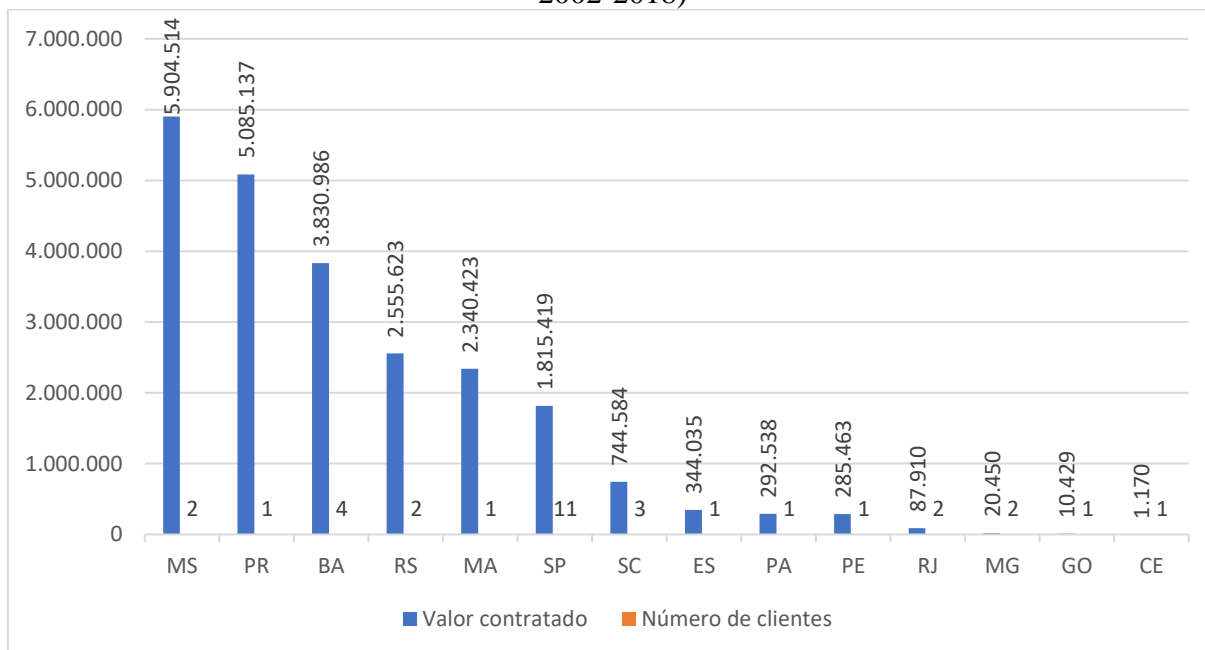
fábrica do grupo em Ortigueira/PR, no ano de 2014. Em 2012 o Banco desembolsou R\$ 2,5 bilhões para a implantação de uma unidade industrial da CMPC Celulose Rio-Grandense, adjacente à unidade já existente – que a empresa comprou da Fibria em 2009 –, no município de Guaíba/RS.

O Banco também destinou vultosos recursos à modernização, aumento da capacidade produtiva e da área plantada de eucalipto. Em 2005 e 2006 financiou o aumento da capacidade produtiva e a implantação de novas áreas de eucalipto da Klabin, unidade de Telêmaco Borba/PR, com repasses de R\$ 195,6 milhões e R\$ 1,7 bilhão, respectivamente. Destinou R\$ 67 milhões em 2005 e R\$ 99 milhões em 2007 para financiar a modernização e o aumento da capacidade produtiva de duas fábricas do grupo Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A localizadas respectivamente em Nova Campina/SP e Almeirim/PA. Ainda destinou ao grupo, no ano de 2013, mais R\$ 369 milhões para a conversão de uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada para uma de celulose solúvel.

Em 2011, destinou R\$ 472 milhões para a expansão da capacidade produtiva de papel da Rigesa, no município de Três Barras/SC. No mesmo ano foram destinados R\$ 98,6 milhões para expansão da capacidade produtiva e implantação de quatro linhas de produção de papéis da Melhoramentos CMPC LTDA, em Caieiras e Mogi das Cruzes, no estado de São Paulo. Em 2016, o Banco concedeu um financiamento de R\$ 357,9 milhões à Eldorado Brasil para a implantação de 82 mil hectares de eucalipto, reforma de outros 18 mil e sua manutenção durante dois anos, em Três Lagoas/MS e municípios vizinhos.

O maior volume dos recursos totais financiados pelo BNDES ao setor, durante o período analisado, foi destinado à sua territorialização e consolidação especialmente no estado de Mato Grosso do Sul (Gráfico 13). Os contratos foram realizados nos anos de 2009, 2011, 2012, 2016 e 2018, sendo os maiores volumes desembolsados correspondentes à construção da Eldorado Brasil em 2011 e à implantação da segunda fábrica da Fibria, em 2016.

Gráfico 13: Operações diretas contratadas pelo setor de celulose com o BNDES (por estado, 2002-2018)



Fonte: BNDES Transparência. Organizado pelo autor.

Do montante de recursos das operações contratadas pela Fibria com o BNDES, R\$ 929 milhões foram realizadas na área “florestal” e R\$ 6,1 bilhões na área da indústria. A média de recursos contratados pela Fibria foi de R\$ 504,7 milhões por ano, ao decorrer de 14 anos. As operações diretas contratadas pela empresa tiveram como destino projetos localizados em cinco estados que abrangem sua área de atuação, foram eles: Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul¹⁸⁰. No quadro 2 encontram-se, em ordem cronológica, os financiamentos relacionados aos plantios de eucalipto.

¹⁸⁰ Apesar da venda de sua antiga unidade localizada em Guaíba/RS à CMPC Celulose Rio-Grandense (grupo chileno), a empresa ainda possui áreas com plantio de eucalipto no estado. Um acordo entre as duas empresas é a principal hipótese para a manutenção dessas áreas de plantio como propriedade da Fibria, com a finalidade de driblar a restrição legal de aquisição de terras por estrangeiros.

Quadro 2: Operações diretas contratadas pela Fibria com o BNDES – área de manejo (2005-2018)

Ano	Descrição do projeto	Valor contratado (R\$)
2005	Investimento em plantio e manutenção de 131.920 ha de florestas de eucalipto, no período de 2004 a 2006, para garantir o suprimento de madeira para suas fábricas de celulose localizadas nos municípios de Jacareí e Luiz Antonio (SP), e em diversos municípios do RS	99.319.467,00
2005	Investimento em plantio e manutenção de 131.920 ha de florestas de eucalipto, no período de 2004 a 2006, para garantir o suprimento de madeira para suas fábricas de celulose localizadas nos municípios de Jacareí e Luiz Antonio (SP), e em diversos municípios do RS	56.133.751,00
2005	1- Programa florestal de cerca de 73.784 ha no ES e BA no período 2004/06; 2- Programa fomento florestal de carga de 17.022 ha no ES no período de 2004/06; 3- Modernização da unidade industrial em Guaíba/RS aumentando a capacidade de produção em 30.000 t/ano de celulose; 4- Programas sociais no período 2006/07.	139.717.643,00
2007	Implantação de viveiro de mudas de eucalipto no município de Capão do Leão/RS, com capacidade produtiva de até 30 milhões de mudas/ano, para formação de florestas no RS, que servirão de base para empreendimentos futuros.	21.700.788,00
2010	Programa florestal da empresa: implantação, reforma e rebrota de cerca de 65.000 ha de floresta de eucalipto em SP, MS e RS nos anos de 2008/09, bem como sua manutenção nos dois anos subsequentes e investimento social	142.158.000,00
2011	Programa florestal: implantação, reforma e condução (rebrota) de florestas de eucalipto numa área entre 93.363 e 116.703 hectares, nos estados de SP, MS, ES, BA e MG, no período entre set/2010 e dez/2011, bem como a manutenção dessas áreas em 2012/13	272.734.000,00
2012	Investimento florestal	294.391.000,00
2013	Programa florestal que visa atender ao planejamento estratégico da empresa	499.302.000,00
2015	Implantação, reforma, rebrota e fomento de uma área entre 81.902 e 102.378 hectares de florestas de eucalipto nos estados de SP, MS e ES nos anos de 2015 e 2016	138.598.000,00
2017	Programa florestal, abrangendo a implantação, reforma, brotação e fomento de uma área entre 132.774 e 165.967 de florestas de eucalipto, nos estados de SP, MS, BA e ES (neste último a exceção dos investimentos realizados nas cidades de Conceição da Barra e São Mateus), nos anos de 2017 e 2018	656.633.000,00

Fonte: BNDES Transparência. Organizado pelo autor.

No quadro 3, estão listados os financiamentos destinados à: aumento de capacidade produtiva, inovação, modernização, aquisição de equipamento e máquinas, dentre outros investimentos ligados à indústria.

Quadro 3: Operações diretas contratadas pela Fibria com o BNDES – indústria (2005-2018)

2006	Aumentar a capacidade total de produção da unidade industrial de Barra do Riacho (Aracruz/ES), das atuais 2.130.000 para 2.330.000 t/ano de celulose; implantar programa florestal no período 2006/07, contemplando o plantio de 95.126 ha de eucaliptos; implantar programa social no período 2007/09.	541.237.621,00
2008	Implantação do plano de investimento do grupo Votorantim, referente ao período 2008/09, abrangendo diversas unidades localizadas nos estados de São Paulo, do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul	74.821.000,00
2012	Apoio ao plano de investimentos em inovação da empresa	23.041.000,00
2012	Apoio ao plano de investimentos em inovação para 2012	20.466.000,00
2012	Investimentos fixos em meio ambiente e destinados à modernização das unidades industriais de beneficiaria, localizadas em Jacareí/SP, Aracruz/ES e Três Lagoas/MS	67.783.000,00
2013	Projeto de modernizações industriais, além de investimento em saúde e segurança nas unidades beneficiárias localizadas em Barra do Riacho/ES, Três Lagoas/MS e Jacareí/SP	49.867.000,00
2013	Financiamento aos projetos de inovação no ano de 2013	30.686.000,00
2014	Apoio aos projetos de inovação	27.311.000,00
2014	Financiamento a diversos projetos de modernização industrial, além de investimentos em saúde e segurança nas unidades da beneficiaria localizadas em Aracruz/ES, Três Lagoas/MS e Jacareí/SP, no ano de 2014, além da compra de escavadeiras	25.592.000,00
2014	Aquisição de caminhões e implementos para transporte de madeira	24.900.000,00
2015	Aquisição de até 95 caminhões tratores de até 139 semirreboques (implementos) tritrem para transporte de toras	34.913.500,00
2015	Apoio ao plano de investimentos em inovação para o ano de 2015, visando a implementação de projetos que capacitem a empresa a promover a excelência de suas operações e inovações em produtos e processos industriais e florestais	24.092.000,00
2015	Modernização de unidades industriais	10.476.000,00
2016	Investimentos industriais	68.001.000,00
2016	Implementação de projetos de inovação em produtos e processos industriais e florestais nas suas unidades, bem como implantação de planta piloto de nanocelulose em Aracruz/ES	43.275.000,00
2016	Aquisição de 138 semirreboques (implementos) tritrem para transporte de toras	23.140.000,00
2017	Realização do plano de investimentos em inovação da Fibria Celulose S/A, no ano de 2017, visando a implementação de projetos de inovação em produtos e processos industriais e florestais nas suas unidades de Jacareí/SP, Três Lagoas/MS e Aracruz/ES	33.962.000,00

2018	Investimentos em modernização industrial, manutenção da capacidade produtiva, meio ambiente e segurança nas unidades da beneficiária, localizadas em Aracruz/ES, Três Lagoas/MS e Jacareí/SP	112.369.000,00
2018	Construção de um terminal portuário com capacidade para movimentar cerca de 1.000 mil ADtb/ano (toneladas de celulose branqueada), dentro do porto organizado de Santos, no estado de São Paulo	47.212.000,00
2018	Realização do plano de investimentos em inovação da Fibria Celulose S/A, no ano de 2018, visando a implantação de projetos de inovação em produtos e processos industriais e florestais, nas suas unidades de Jacareí/SP, Três Lagoas/MS e Aracruz/ES, bem como em propriedade intelectual e inteligência competitiva	45.506.000,00
2018	Investimentos em modernização industrial, manutenção da capacidade produtiva, saúde e segurança nas unidades da beneficiária, localizadas em Aracruz/ES, Três Lagoas/MS e Jacareí/SP	45.422.000,00

Fonte: BNDES Transparência. Organizado pelo autor.

No quadro 4, estão os financiamentos destinados à implantação de novas linhas de produção da empresa, contando com recursos destinados à intervenção político-ideológica.

Quadro 4: Operações diretas contratadas pela Fibria com o BNDES – novas linhas de produção (2005-2018)

2009	Implantação, pela interveniente VCP-MS, de uma linha de produção de celulose branqueada de eucalipto com capacidade de 1.300.000 t/ano, no município de Três Lagoas/MS, além de investimentos sociais em áreas de influência da empresa no período 2008/09	673.294.000,00
2009	Implantação, pela interveniente VCP-MS, de uma linha de produção de celulose branqueada de eucalipto com capacidade de 1.300.000 t/ano, no município de Três Lagoas/MS, além de investimentos sociais em áreas de influência da empresa no período 2008/09	160.000.000,00
2016	Implantação de nova linha de produção de celulose branqueada de eucalipto com capacidade de 1.750 mil ton/ano em Três Lagoas/MS, aquisição de vagões, locomotivas e máquinas equipamentos nacionais, além de investimentos sociais	2.347.524.000,00

Fonte: BNDES Transparência. Organizado pelo autor.

No quadro 5 estão os financiamentos realizados em meio ambiente, projetos socioambientais e produtivos nas comunidades do entorno.

Quadro 5: Operações diretas contratadas pela Fibria com o BNDES – sustentabilidade (2005-2018)

2013	Investimentos ambientais destinados à restauração florestal de 21.000 ha de mata atlântica nos estados da BA, ES e MG	167.757.485,00
2014	Investimentos sociais. Os projetos serão desenvolvidos em comunidades rurais caracterizadas pela baixa capacidade de geração de renda	5.500.000,00
2015	Projeto de agricultura familiar e geração de renda	7.500.000,00
2018	Apoiar o investimento, referente ao ano de 2018, do programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), mantido pela Fibria, que tem como foco a capacitação das comunidades rurais do entorno de suas unidades, localizadas em Aracruz/ES, Três Lagoas/MS e Jacareí/SP	10.194.000,00

Fonte: BNDES Transparência. Organizado pelo autor.

Nota-se que o BNDES tem destinado vultosos recursos financeiros ao setor de celulose, viabilizando: a) sua expansão, ao financiar a implantação de novas fábricas; b) sua concentração, ao financiar capital constante; e c) sua centralização, ao viabilizar e participar dos processos de fusão e aquisição – como será exposto no próximo subitem. Destaca-se ainda que as três maiores empresas do setor: Klabin, Fibria e Suzano, além de concentrarem mais de 70% dos recursos do Banco destinados ao setor via operações diretas, também foram capitalizadas pelo Estado por meio de ações e debêntures da BNDESPar, tema desenvolvido a seguir.

2.2 A BNDESPAR E OS PROCESSOS DE FUSÃO E AQUISIÇÃO: o Estado como agente da centralização de capital

A BNDESPar surgiu em 1974 após fusão da FIBASE (Insumos Básicos S/A) com a EMBRAMEC e a IBRASA, todas subsidiárias do até então Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Segundo o Banco, o objetivo da BNDESPar sempre foi “participar minoritariamente do capital total das empresas apoiadas, através da aquisição de ações preferenciais, sem direito a voto” (BNDES, 1991, p. 46). Após a consolidação dos projetos apoiados, a subsidiária promoveria a venda direta de sua participação aos acionistas controladores. Contudo, observa-se que entre os anos de 1974 e 1985 a BNDESPar obteve ações em 27 empresas do setor de celulose e papel, tornando-se controladora e administradora de quatro delas (JUVENAL; MATTOS, 2002).

A implantação da Aracruz Celulose em Aracruz/ES, na metade da década de 1970, foi o primeiro apoio do BNDES ao setor de celulose por meio de capital acionário. O Banco

adquiriu 40,89% do capital votante e 33,32% do capital total da empresa¹⁸¹. Em 1978, a empresa Cia. de Celulose da Bahia foi absorvida pela BNDESPar, que chegou a deter quase 100% de seu capital total, o mesmo aconteceu com a Cia. Guatapar de Papel e Celulose em 1981, com 72,45% de suas aes ordinrias sob comando da subsidiria. Em 1984, a subsidiria atingiu 64,84% do capital total da Cia. Papeleira do Sul e 41,13% das aes preferenciais da Indstria de Papel Piracicaba, alm de casos em que a participao era minoritria (BNDES, 1991).

Tal processo, de envolvimento do BNDES na administrao e controle das empresas por meio de operaes acionrias, atingiu outros setores alm do de celulose, tais como: minerao, bens de capital e siderurgia durante os anos de 1982 e 1985. Neste perodo, as empresas controladas pela BNDESPar concentraram mais de 50% de seus desembolsos.

Tal atuao, por parte do Estado, foi realizada com a finalidade de capitalizar os grupos privados nacionais, especialmente durante o chamado choque do petrleo. As empresas que no conseguiram pagar seus financiamentos obtidos junto ao BNDES tiveram seu controle repassado  BNDESPar, inclusive aquelas em que a subsidiria j detinha participao acionria. Dessa forma, a atuao do Estado foi indispensvel para o fortalecimento do setor de celulose, para a expanso da sua produo e tambm para a capitalizao dos grupos empresariais atuantes no setor, especialmente durante um perodo de crise.

Pouco tempo depois, a partir de 1985 e especialmente entre os anos de 1987 e 1989, durante o governo Sarney, com a aprovao do Decreto n 91.991 que dispunha sobre o processo de privatizao de empresas sob controle do governo federal, a BNDESPar passou a conduzir os processos de privatizao das empresas que estavam sob seu controle, estimulando a aquisio por outros grupos do mesmo setor, optando sempre pela venda de suas aes em bloco nico sob a afirmao de que “os empreendimentos objeto de alienao no apresentavam um histrico de lucros ou porte econmico que ensejassem o desenvolvimento de um processo de pulverizao do controle acionrio” (BNDES, 1992, s/p.), contribuindo assim com o crescente processo de monopolizao desses setores.

Durante o governo Sarney¹⁸² ocorreram 17 privatizaes, das quais 11 foram de empresas controladas pela BNDESPar e outros dois processos foram por ela conduzidos (HIRT, 2016, p. 182). Dentre as empresas privatizadas durante o perodo estavam as do setor de

¹⁸¹ *Ibidem.*

¹⁸² Nossa finalidade no  realizar uma anlise das mudanas ocorridos no BNDES ao decorrer dos diferentes governos, mas sim destacar o papel desempenhado pela BNDESPar no processo de centralizao de capital, primeiramente ao conduzir privatizaes, especialmente por meio de aquisies, e posteriormente ao conduzir processos de fuso com amplo aporte de recursos pblicos, no setor de celulose. Para uma anlise sobre as transformaes no papel poltico-econmico do BNDES, ver Hirt (2016) e Bugiato (2016).

celulose: em 1988 a BNDESPar desmobilizou sua participação na Aracruz Celulose ao vender parte de seu capital votante para a Albatroz S/A, do grupo Safra, além de ter realizado distribuição secundária para outros acionistas, passando a ter 12,47% do capital votante e 13,59% do capital total. No mesmo ano passou a deter participação minoritária das ações da Cia. Guatapar de Papel e Celulose aps vender parte de suas aes para o grupo Votorantim. Em 1989, a subsidiria realizou a desmobilizao de sua participao no capital da Cia. de Celulose da Bahia, que estava majoritariamente sob seu controle, ao vender suas aes para o grupo Klabin. Esses foram os principais processos de privatizao conduzidos pela BNDESPar no setor de celulose e papel, alm de outros em que a subsidiria vendeu sua participao aos acionistas controladores das empresas, como foram os casos da Indstria de Papel Piracicaba e da Papelok S/A (BNDES, 1991).

Naquele perodo o processo de privatizao conduzido pela BNDESPar, por meio da desmobilizao de sua participao em empresas do setor de celulose, dentre outros, alm de contribuir para o movimento de concentrao e centralizao de capital, que viria a ser aprofundado posteriormente, tambm representou um momento de transio para um perodo de hegemonia neoliberal durante o governo Collor, quando o BNDES foi transformado no banco responsvel pelos processos de privatizao, passando a comandar o Conselho de Privatizao e o Programa Nacional para a Desestatizao (HIRT, 2016, p. 189)¹⁸³. Durante o governo FHC o processo de privatizao tambm contou com a ativa participao dos fundos de penso, especialmente aqueles das grandes empresas estatais (Previ, Petros e Funcef). Neste caso, o Banco ofereceu financiamentos limitados a 50% do preo mnimo de venda aos investidores privados, viabilizando a aquisio da participao acionria das empresas leiloadas. Alm disso, o Banco criou uma linha de crdito autorizando a BNDESPar a realizar subscrio de debntures emitidas por empresas dos grupos controladores¹⁸⁴.

Cabe ainda destacar uma importante diferenciao entre os processos de privatizao conduzidos pelos governos Sarney, Collor e FHC: enquanto o primeiro foi orientado politicamente pela venda a grupos nacionais, nos seguintes as privatizaes foram direcionadas especialmente ao capital externo, estratgia que conduziu a poltica econmica brasileira durante toda a dcada de 1990, promovendo a abertura comercial e financeira, a elevao das taxas de juros e o combate  inflao (BUGIATO, 2016).

¹⁸³ Segundo Bugiato (2016, p. 93-94), com o *impeachment* de Fernando Collor, Itamar Franco apesar de interromper o ritmo das privatizaes, ordenando a paralisao dos processos para reavaliar o procedimento de venda, no props nenhum outro projeto alternativo ao radicalismo liberal de Collor, permitindo que o BNDES mantivesse a defesa da continuidade do processo de privatizao como nova estratgia de desenvolvimento.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 206.

Durante os governos Lula e Dilma, a BNDESPar permaneceu como agente da centralização de capital e, até certa medida, especialmente a partir da crise financeira de 2008, teve esse papel intensificado. Mas é importante destacar a ocorrência de reorientações na atuação do BNDES e de sua subsidiária nesse período. De acordo com Bugiato (2016, p. 161), o BNDES deixou de financiar as privatizações e passou a fomentar o grande capital predominantemente nacional. Para isso, a atuação da BNDESPar foi fundamental.

A subsidiária, que nos governos anteriores contribuiu com o processo de monopolização por meio das privatizações, vendendo suas ações primeiro para empresas predominantemente de capital nacional durante o governo Sarney e depois para o capital externo durante os governos Collor e FHC, passou a conduzir a formação de grandes grupos monopolistas por meio da subscrição e integralização de ações e/ou debêntures utilizados com o objetivo de viabilizar os processos de fusão e aquisição de empresas.

Aqui é importante destacar que a formação de grandes monopólios, isto é, a acelerada centralização de capital, é um componente do desenvolvimento da produção e da acumulação capitalista, como observou Marx (2013, p. 702). Cabe ainda apontar que no interior do desenvolvimento do capital, também se desenvolvem a concorrência e o crédito, considerados “as duas alavancas mais poderosas da centralização”¹⁸⁵.

Como será observado, apesar de um aumento progressivo durante o primeiro mandato do governo Lula, os investimentos da BNDESPar em renda variável e debêntures passaram a aumentar consideravelmente com a eclosão da crise financeira internacional em 2008, e se mantiveram em ascendência até 2010. Isso demonstra que em períodos de crise, com o frenético movimento de concorrência entre os capitais individuais, intensifica-se o processo de centralização de capital. No caso brasileiro, o BNDES atuou ativamente nesse processo por meio de duas frentes: concedendo financiamentos com taxa de juros subsidiada e a longo prazo e capitalizando grupos empresariais de setores específicos, especialmente aqueles ligados à produção de *commodities*, como é o caso da celulose, assumindo assim o controle das operações e viabilizando os processos de fusão e aquisição.

A BNDESPar¹⁸⁶, que tem como principais fontes de recursos os retornos e rendimentos de seus investimentos, conta em casos extraordinários com repasses do BNDES realizados por meio de contratos de mútuo, como foi o que aconteceu em 2009 com a integralização de capital

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ Todos os dados e as informações acerca da atuação da BNDESPar aqui em diante foram compilados dos relatórios da administração (2004 à 2017) da subsidiária, disponíveis em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/relatorios-administracao/relatorios-administracao-BNDESPAR>. Acesso em: 15/11/2018.

promovida pelo Tesouro Nacional ao BNDES por meio de ações de empresas estatais que posteriormente foram transferidas para a subsidiária¹⁸⁷. Esses recursos se tornaram parte expressiva de sua carteira de participações.

Verifica-se entre 2007 e 2010 que o apoio do BNDES a empresas via instrumentos de renda variável e fixa, tais como ações, fundos de investimentos e debêntures¹⁸⁸, passou de R\$ 3.095 bilhões para R\$ 31.089 bilhões. Posteriormente caiu para R\$ 2.966 bilhões em 2011 e para R\$ 148 milhões em 2018.

As participações acionárias subiram de R\$ 1.963 bilhão em 2007 para R\$ 25.593 bilhões em 2010, caindo para R\$ 727 milhões em 2011 (-97,2%) e chegando a apenas 14 milhões em 2018¹⁸⁹, sendo o setor de petróleo e gás o destino da maior parte das ações, um montante de R\$ 24.903 bilhões (55,17% do total), seguido dos setores de alimentos e bebidas com 14,47%, o de celulose e papel com 5,38%, o de logística e transportes com 4,72%, o de telecomunicações com 4,44%, o de mineração com 4,13% e o sucroalcooleiro com 3,13%.

As debêntures subiram de R\$ 909 milhões em 2007 para R\$ 4.861 bilhão em 2010, caindo para R\$ 48 milhões em 2013, subindo para R\$ 3.044 bilhões em 2014 e caindo novamente para R\$ 1 bilhão em 2016, última subscrição desse ativo. O setor de alimentos/bebidas foi o que mais recebeu aportes da BNDESPar por meio da subscrição de emissões de debêntures, R\$ 6.261 bilhões (34,94%), seguido dos setores sucroalcooleiro com 12,08% e de papel e celulose com 11,81%.

O fundo de investimento representa o menor montante de aportes da BNDESPar, ele sofreu diversas oscilações entre 2007 e 2012 e, a partir de então, caiu consecutivamente até 2018. Seus maiores montantes foram registrados em 2008 e 2010 com, respectivamente, R\$ 811,2 e R\$ 634,4 milhões, chegando a R\$ 134,4 milhões em 2018, o menor volume registrado durante o período.

O ativo total da BNDESPar passou de R\$ 27,5 bilhões em dezembro de 2007 para R\$ 125,8 bilhões em dezembro de 2010. A BNDESPar contava, ao final do exercício de 2017, com uma carteira de participações avaliada em R\$ 89,1 bilhões, sendo R\$ 66,5 bilhões em participação acionária, o que representava 74,6% da participação do total, R\$ 8,2 bilhões de debêntures ou 9,2% do total, e R\$ 1,6 bilhões de fundos, além de outros ativos e disponibilidades.

¹⁸⁷ A última integralização de capital desse tipo havia ocorrido no início da década de 1980 (BNDESPAR, 2010).

¹⁸⁸ Em 2006 foi aprovado o Programa de Investimentos em Debêntures do Banco, destinado às empresas que atuam nos setores apoiados pelo Banco com o objetivo de estimular seu crescimento.

¹⁸⁹ A última atualização dos dados em 2018 ocorreu no mês de setembro.

Os principais setores com maior participação na carteira de investimentos da BNDESPar em dezembro de 2017¹⁹⁰, entre participações acionárias, debêntures e fundos de investimento, foram: (1) petróleo e gás com 27,3% de participação do total; (2) mineração com 22,3%; (3) energia elétrica com 16,7%; (4) papel e celulose com 14%; e (5) alimentos/bebidas com 9,2% do total. Ao decompor os investimentos temos que os setores com maior participação acionária foram: petróleo e gás com 31,2%, mineração com 23,6%, papel e celulose com 14,4%, energia elétrica com 11,6% e alimento/bebidas com 10,5%. Os setores com maior participação em debêntures foram: energia elétrica com 62,5%, mineração com 17,4% e papel e celulose com 14,5%. Os setores de petróleo e gás e de alimentos/bebidas não contavam com subscrições de debêntures no período.

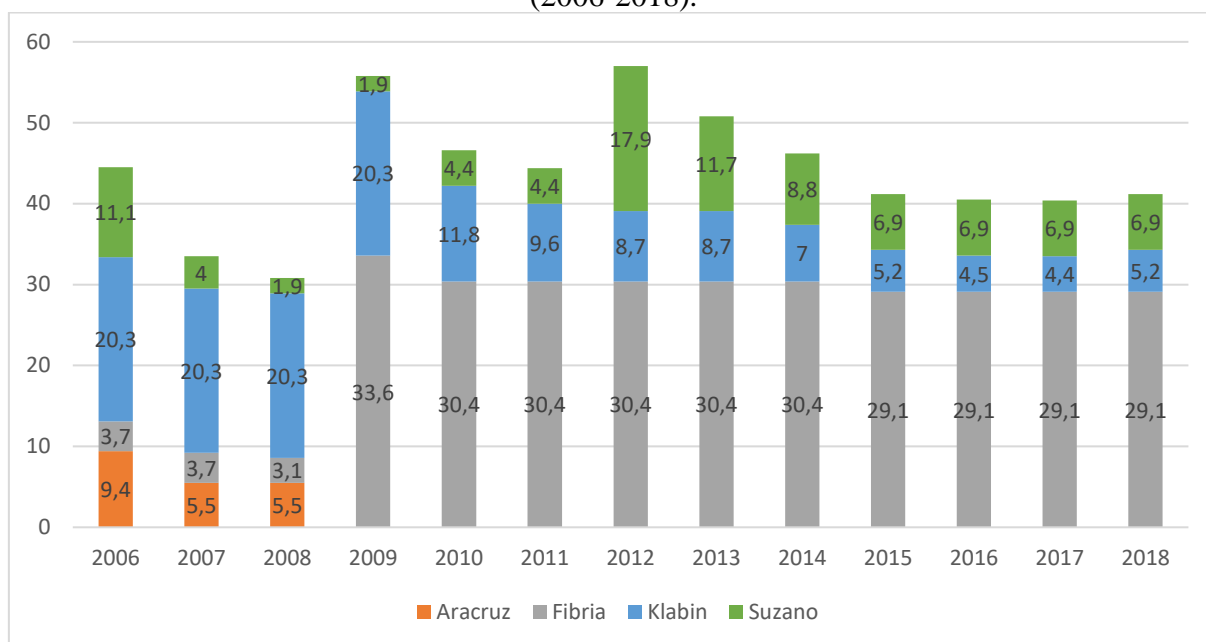
Ainda em relação às participações acionárias é importante destacar que a carteira da BNDESPar é composta por investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, sendo que no primeiro caso a subsidiária do Banco possui poder para influenciar nas decisões políticas operacionais e/ou financeiras e, no segundo caso, o das sociedades não coligadas, a BNDESPar não possui poder em tais decisões da companhia investida¹⁹¹. Entre as principais companhias investidas, em dezembro de 2017, estavam a Petrobrás com 31,3%, seguida pela Vale com 24,8%, a JBS com 8,8% e a Fibria com 6,5% do total. Juntas, as quatro empresas representavam 71,4% da carteira de participações societárias da BNDESPar, sendo JBS e Fibria empresas coligadas e Petrobrás e Vale empresas não coligadas.

Cabe destacar a participação da subsidiária em outras duas empresas do setor de celulose, a Suzano e a Klabin, sociedades não coligadas e que, juntas, somam 4,4% das participações da BNDESPar nesse tipo de sociedade. Das empresas do setor em que a BNDESPar participava, a Fibria era a principal, contando com 29,1% do total de ações da empresa, conforme o gráfico a seguir:

¹⁹⁰ Estes dados dizem respeito ao mês de dezembro de 2017, data do último Relatório da Administração BNDESPAR disponível até o momento da escrita.

¹⁹¹ “Em 31 de dezembro de 2017, a BNDESPar tinha representantes em 16 Conselhos Fiscais e em 47 Conselhos de Administração no universo de 99 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, tinha Acordo de Acionistas em 49 dessas empresas” (BNDESPAR, 2017).

Gráfico 14: Percentual da participação acionária via BNDESPar no setor de celulose e papel (2006-2018).



Fonte: BNDES¹⁹². Organizado pelo autor.

Não coincidentemente, as três empresas nas quais a BNDESPar possui participação acionária são também aquelas com maior acesso aos recursos financeiros do BNDES, via operações diretas, como observado anteriormente. A participação da BNDESPar no setor se dá por meio da compra direta de ações e pela subscrição de debêntures permutáveis em ações, emitidas pelas empresas. O principal objetivo dessa participação é o fortalecimento do setor por meio da concentração de capitais e das aquisições e fusões, conforme destacado no quadro a seguir.

Quadro 6: Apoio a empresas via renda variável e fixa (aportes BNDESPar – 2007-2018)

Ano	Empresa	Tipo de ativo	Objetivo predominante	Valor (R\$)
2014	Klabin	Debêntures	Modernização/Expansão	961.970.592,00
2012	Fibria Celulose	Participação Acionária	Melhoria da estrutura de capital	414.174.553,00
2012	Suzano Papel e Celulose	Participação Acionária	Melhoria da estrutura de capital	128.020.212,00
2011	Suzano Papel e Celulose	Debêntures	Modernização/expansão	574.277.595,00
2009	Fibria Celulose	Participação acionária	Consolidação empresarial	1.820.000.006,00
2009	Votorantim Industrial	Debêntures	Consolidação empresarial	580.000.004,00
TOTAL				4.478.442.962,00

Fonte: BNDES (Desembolsos do Sistema BNDES via renda variável e fixa)¹⁹³. Organizado pelo autor.

¹⁹² Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>. Acesso em: 18/11/2018.

¹⁹³ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/renda-variavel/desembolsos-do-sistema-bndes-via-renda-variavel>. Acesso em: 15/11/2018.

A compra realizada pela BNDESPar em 2014, de debêntures permutáveis em ações da Klabin, teve como objetivo apoiar a implantação de sua nova unidade de produção de celulose no município de Ortigueira/PR. Neste caso, como observado anteriormente, o BNDES também concedeu um financiamento de R\$ 3,37 bilhões, sendo responsável por 54% do investimento realizado.

Em 2011 a subsidiária subscreveu a emissão de debêntures permutáveis em ações da Suzano com o objetivo de apoiar a construção de uma nova unidade industrial para a produção de celulose branqueada e a implantação de infraestrutura, bem como o início de sua operação. No ano seguinte adquiriu ações preferenciais de emissão com o objetivo de melhorar a estrutura de capital após os investimentos realizados pela companhia em novas unidades e na aquisição de duas empresas do setor, a KSR distribuidora de papeis e produtos gráficos e a Conpacel, ao comprar a participação da Fibria no consórcio¹⁹⁴. Cabe ainda destacar que o BNDES foi o principal apoiador da implantação da nova fábrica da Suzano no município de Imperatriz, no Maranhão, financiando um montante de R\$ 2,7 bilhões, como também foi apontado no subitem anterior.

Em 2009 a BNDESPar comprou ações preferenciais de emissão da Votorantim Celulose e Papel S/A (VCP) no âmbito da permuta de ações de emissão da Aracruz por ações da VCP, para viabilizar o processo de aquisição da Aracruz Celulose S/A e melhorar a estrutura de capital da VCP, além de subscrever debêntures de emissão da VCP. O total investido pela subsidiária nesse processo foi de R\$ 2,4 bilhões. Em 2012 a BNDESPar tornou a comprar ações ordinárias da companhia com o objetivo de melhorar a estrutura de capital e aumentar sua participação no mercado, sua eficiência operacional e o desenvolvimento de tecnologias, viabilizando seu plano de negócios.

Em relação a esse processo, Marx (2013, p. 706) afirma que a “centralização complementa a obra da acumulação, colocando os capitalistas industriais em condições de ampliar a escala de suas operações”. Nessa perspectiva, observa-se que a centralização de capital conduzida pelo Estado brasileiro possibilitou às empresas nacionais do setor de celulose expandirem sua área de atuação no país e se tornarem competitivas na escala da concorrência internacional, além de ter sido a alavanca do processo de mundialização de monopólios nacionais em outros setores.

¹⁹⁴ Disponível em: <http://www.suzano.com.br/grupo/memoria/#timeline>. Acesso em: 05/12/2018.

As corporações do setor de alimentos são um exemplo desse processo de ampliação da escala de operações à nível mundial. Entre os anos de 2007 e 2010 a BNDESPar apoiou a consolidação e internacionalização da Marfrig Global Foods S/A com a aquisição de empresas de carnes uruguaias do Grupo Osi, bem como da Seara Alimentos e da norte-americana *Keystone Foods*. Apoiou também o processo de associação entre Perdigão e Sadia, dando origem a BRF-Brasil Foods S/A, a aquisição de empresas estadunidenses pela JBS S/A, como a *Pilgrim's Pride*, e sua associação com a Bertin S/A. Nesse aspecto, também é possível citar empresas de outros setores, como a Odebrecht AGRO e Odebrecht Energia no setor sucroalcooleiro; a Braskem S/A no setor de química/petroquímica; a Valepar S/A (*holding* controladora da Vale) e a Vale S/A no setor de mineração¹⁹⁵. Esses foram os principais grupos apoiados no interior dos setores onde se concentraram os investimentos em renda variável e debêntures do BNDES, via BNDESPar.

Fica claro, a partir da atuação da BNDESPar – assim como do BNDES – junto ao setor de celulose, o papel exercido pelo Estado nos processos de (a) concentração e centralização de capital; (b) internacionalização das empresas brasileiras; e (c) territorialização dos monopólios no campo e monopolização do território, por meio de fusões e aquisições que, viabilizadas por seus programas e recursos – isto é, sua atividade de direção, que é tanto política quanto econômica –, permitiram a formação de empresas monopolistas mundiais (OLIVEIRA, 2016), com predominância de capital interno, fortalecendo a burguesia interna que não se contrapôs ao imperialismo, mas garantiu parte seus interesses.

Ao se destacar os principais grupos capitalizados por meio da participação acionária da BNDESPar, nota-se também a centralidade do Estado no processo de reprodução do padrão exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012) no país, ao privilegiar especialmente setores ligados à produção de *commodities* agrícolas e minerais. Por fim, compreende-se que essa associação entre Estado e grandes monopólios agrícolas configura-se como expressão do reajuste político e econômico ocorrido na atuação do próprio Estado neste início de século, no contexto de consolidação da hegemonia burguesa por meio da ideologia do social-liberalismo petista.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 08/12/2018.

2.3 FUNDO PÚBLICO: territorialização do capital e dominação burguesa

Uma análise da atuação do Estado no processo de territorialização do capital não pode se limitar à sua capacidade de promover a concentração e centralização de capital. Deve também buscar apreender como são produzidas e reproduzidas as condições necessárias para viabilizar tais processos, tendo em vista que com a ampliação das dimensões do capital, amplia-se também sua esfera de exploração e dominação (MARX, 2013, p. 694). Dessa forma, este subitem tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo Estado para garantir as condições de reprodução do capital e das relações sociais de produção.

Foi justamente a investigação acerca da origem dos recursos desembolsados pelo BNDES que conduziu ao ponto de ligação, núcleo duro, desses processos: o fundo público. Acredita-se que a investigação sobre a formação e repartição do fundo público, bem como sobre o papel que ocupa no contexto de crise do capital, especialmente em um país de capitalismo dependente, corroborará sobremaneira para a compreensão do protagonismo exercido pelo BNDES como um dos principais aparatos de Estado durante os governos petistas.

De acordo com Salvador e Teixeira (2014), o fundo público é composto pelos recursos mobilizados pelo Estado para interferir na economia, a partir das políticas monetária e fiscal, por meio de empresas públicas e pelo orçamento público, sendo este último sua expressão mais visível, embora não possa ser confundido com o mesmo (BEHRING, 2017).

Para Oliveira (1988), a tarefa do fundo público no capitalismo contemporâneo, especialmente pós II Guerra Mundial, é financiar a reprodução do capital e da força de trabalho. No que diz respeito à reprodução da força de trabalho, o autor afirma que a presença dos fundos públicos nesse processo, junto aos gastos sociais públicos, é estrutural e insubstituível no capitalismo contemporâneo (OLIVEIRA, 1988, p. 10). O autor também afirma que o fundo público se manifesta como uma espécie de antivalor, pois ao se tornar salário indireto – quando alocado em políticas sociais, denominadas de antimercedarias sociais pelo autor –, contribuindo assim para a reprodução da força de trabalho, coloca em marcha uma tendência de desmercantilização dessa mesma força de trabalho, causando a retração da base social global de exploração¹⁹⁶.

Para Behring (2017), o fundo público, mesmo quando alocado em políticas sociais, participa do circuito do valor ao inserir trabalhadores no circuito do consumo, contribuindo com

¹⁹⁶ Vale destacar que a presente análise não parte deste pressuposto específico, contudo não se descarta aspectos do debate desenvolvido pelo autor, como aqueles já citados. Para um debate aprofundado dessa polêmica interpretação recomenda-se a leitura de Behring (2007).

a rotação do capital, e também por contrarrestar a tendência decrescente da taxa de lucro. Então, para a autora, diferentemente de Oliveira (1988), o fundo público se forma por meio da mais-valia socialmente produzida, ou seja, de trabalho excedente. A autora acrescenta ainda que o fundo público é também, e cada vez mais, formado pelo trabalho necessário, tendo em vista a punção dos salários por meio da estrutura tributária regressiva. Nessa perspectiva, compreende-se o fundo público “como um mix de mais valia (trabalho excedente) e de trabalho necessário” (BEHRING, 2017, p. 8).

Por outro lado, a autora concorda com Oliveira (1988) quando este afirma o papel exercido pelo fundo público no processo de reprodução do capital e da força de trabalho, sendo, pois, expressão do capitalismo contemporâneo e de seu novo padrão de financiamento frente às contradições entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas (BEHRING, 2017).

Dentre outros apontamentos realizados por Behring (2017), acerca do fundo público, cabe destacar um que é essencial para a compreensão do objeto aqui tratado: seu papel na gestão das crises, especialmente nos países de capitalismo tardio – e dependente – como é o caso do Brasil. Primeiramente, é importante destacar o entendimento de que a composição e alocação do fundo público ocorre no terreno da luta de classes (OLIVEIRA, 1988; BEHRING, 2017; SALVADOR, 2012), sendo a hegemonia burguesa – lapidada por meio da política de conciliação de classes promovida pelos governos petistas, como já observado anteriormente – a chave mestra que possibilitou ampliar a capacidade de alocação do fundo público no BNDES e conseqüentemente sua apropriação para a reprodução do capital (tanto na esfera produtiva quanto na financeira), bem como para a reprodução da força de trabalho (políticas sociais¹⁹⁷).

Prosseguindo, tem-se que no Brasil a maior parte da composição do fundo público está ligada à tributação indireta que recai principalmente sobre as classes subalternas, da mais valia socialmente produzida e da capacidade extrativa do Estado sobre: lucro, juro e renda da terra (BEHRING, 2017). Já sua alocação, principalmente no contexto de crise, passa a ser cada vez menos em políticas sociais e cada vez mais como transferência de recursos para o capital financeiro, sob a forma de juros e amortização da dívida pública (SALVADOR, 2012) e para o financiamento da reprodução do capital monopolista. Nessa perspectiva, o fundo público

¹⁹⁷ Diante do aumento expressivo do fundo público nacional neste início de século – proporcionado pela expansão e intensificação da extração de mais valia e de trabalho necessário: carga tributária regressiva – o aumento dos recursos destinados às políticas sociais durante os governos do PT foi diametralmente irrisório, sem contar as contrarreformas sociais (da previdência, agrária, dentre outras que passaram a ser cada vez mais conduzidas por meio de processos de privatização) promovidas à sombra das políticas públicas compensatórias e paliativas.

“comparece de forma intensa para assegurar as condições ampliadas de reprodução do capitalismo” (BEHRING, 2017, p. 20).

É a partir desse pressuposto que a atuação do BNDES, especialmente pós 2008, é apreendida, pois os principais recursos que compõem o *funding* do Banco têm sua origem no Fundo Público, especificamente o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT¹⁹⁸.

Segundo o portal do FAT/Ministério do Trabalho, o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT “é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho – MTb, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico”¹⁹⁹. A principal fonte de recursos do patrimônio financeiro do FAT é composta pelas contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) que, a partir de 1974, antes da instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador, tiveram suas arrecadações aplicadas como recursos permanentes pelo BNDES. Em 1988 a constituição determinou que 40% da arrecadação do PIS-PASEP fosse destinada ao BNDES com a finalidade de financiar programas de desenvolvimento econômico e a outra parte destinada ao pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial²⁰⁰.

Na década de 1990, quando o FAT foi instituído, a arrecadação do PIS-PASEP passou a ser destinada integralmente ao Fundo, permanecendo sob controle do BNDES o montante já alocado e a progressiva integração de 40% do FAT de acordo com o aumento de seu patrimônio líquido²⁰¹.

¹⁹⁸ Corroboram com a perspectiva de análise do FAT enquanto fundo público os trabalhos de Cêa (2005; 2006) e de Souza (2017). Souza (2017), vai além e defende que o próprio BNDES pode ser entendido enquanto Fundo Público. Cabe ainda destacar a existência de outros fundos públicos que têm financiado o processo de territorialização do capital no campo, inclusive via setor de celulose, tais como os fundos constitucionais: Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), Fundo Constitucional do Norte (FNO) e Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), formados a partir da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Contudo, a análise aqui apreendida tem como foco específico a apropriação do FAT – alocado no BNDES –, principalmente por se tratar do fundo público com maior capacidade de concentração de recursos.

¹⁹⁹ Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/>. Acesso em: 17/08/2019

²⁰⁰ Todas as informações trabalhadas no texto acerca da composição do FAT estão disponíveis em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 27/11/2018.

²⁰¹ Destacam-se também como fontes de recursos do FAT: a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, os Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados, os recursos do Tesouro Nacional, a Cota-parte da Contribuição Sindical e as remunerações advindas das operações de crédito. Cabe destacar ainda, que apesar de a arrecadação PIS-PASEP ser a principal fonte de recursos do FAT (56% em 2017), com a criação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) em 1994, 20% de seus recursos passaram a ser desviados, alíquota que subiu para 30% em 2016 após aprovação da Emenda Constitucional nº 93, com vigência até 2023. Neste caso, por meio da DRU, o fundo público é desviado para o pagamento dos juros da dívida pública, configurando-se numa transferência compulsória de recursos para a reprodução do capital financeiro. Para se ter uma ideia, entre os anos de 2005 e 2017 foram desviados pela DRU mais de R\$ 117 bilhões do PIS-PASEP, recurso que seria destinado ao FAT (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018).

Em 1991 foram criados os Depósitos Especiais, recursos destinados ao financiamento de Programas e Linhas de Crédito Especiais²⁰², possibilitando ao BNDES alocar um montante maior do que os 40% estabelecidos pela constituição (FAT Constitucional) e em 1995 o BNDES foi autorizado a destinar parte dos recursos captados do FAT ao financiamento da produção e comercialização no mercado internacional, o denominado FAT Cambial que, em 2003, após aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat)²⁰³, passou a ter disponível até 50% dos recursos do Fundo para financiar a produção e comercialização de bens de “reconhecida inserção no mercado internacional”.

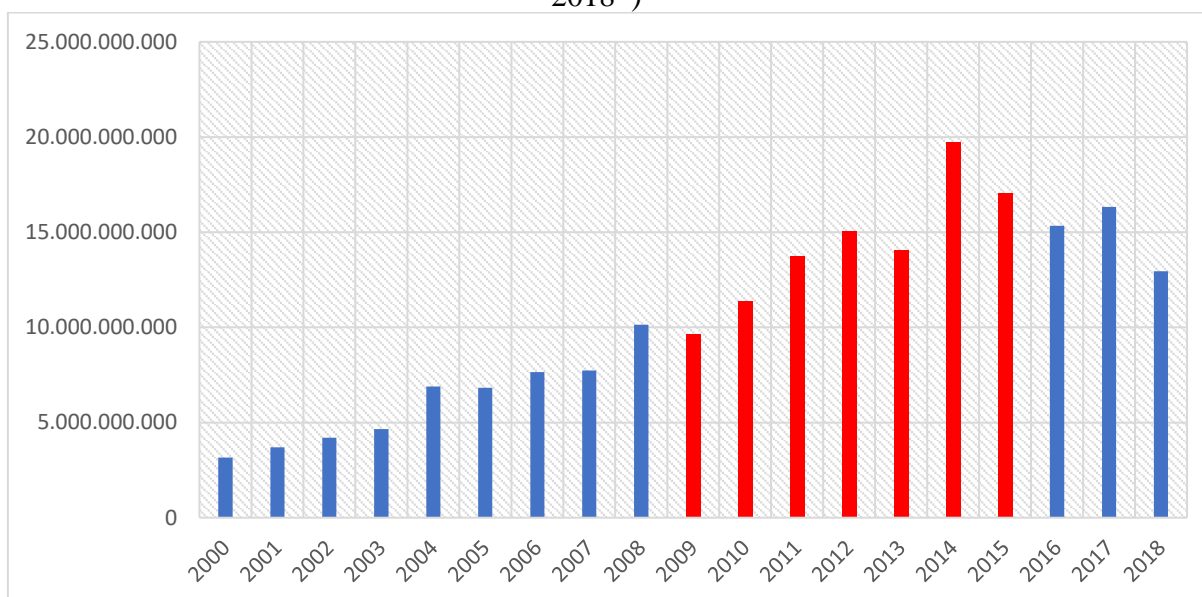
Mesmo com a predominância dos recursos captados junto ao Tesouro Nacional a partir de 2009²⁰⁴, a transferência de recursos financeiros do FAT para o BNDES cresceu exponencialmente, como é possível observar no gráfico a seguir:

²⁰² Tais recursos são repassados pelo FAT às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Finep, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia (BASA). Em fevereiro de 2018, mais de 67% dos recursos totais dos Depósitos Especiais do FAT estavam alocados no BNDES, o que correspondia à R\$ 11,1 bilhões (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018). O BNDES utiliza os recursos dos Depósitos Especiais para o financiamento dos seguintes programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que “busca garantir a sobrevivência da agricultura familiar, melhorando sua produtividade e agregando renda”; FAT Fomentar, destinado ao “financiamento ao investimento produtivo das micro, pequenas e médias empresas”; FAT PNMPO – Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, que trata-se de “concessão de crédito para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte”; e o Programa FAT Infraestrutura, destinado “ao apoio financeiro para implantação, ampliação, recuperação e modernização nos setores de infraestrutura, insumos básicos e bens de capital sob encomenda”. Segundo o Banco, todos os Programas financiados pelos Depósitos Especiais do FAT têm como objetivo a geração de emprego e renda. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fontes-de-recursos/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/depositos-especiais>. Acesso em: 21/12/2018.

²⁰³ O Codefat é um órgão colegiado formado por representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído em 1990 para alocar as contribuições do Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, destinados ao Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial (VAINER; VIEIRA, 2017, p. 220). No próximo subitem será analisado o papel desse Conselho nas decisões políticas e econômicas do Banco.

²⁰⁴ De acordo com Souza (2017), ao aumentar exponencialmente os aportes do Tesouro Nacional alocados no BNDES, os governos petistas ampliaram consequentemente a emissão de títulos da dívida pública, responsável por centralizar os recursos do orçamento público via tributação, acarretando a elevação das transferências de recursos ao capital portador de juros e à burguesia rentista, reduzindo concomitantemente os recursos destinados às políticas sociais.

Gráfico 15: Transferência anual de recursos financeiros do FAT para o BNDES (2000-2018*)²⁰⁵



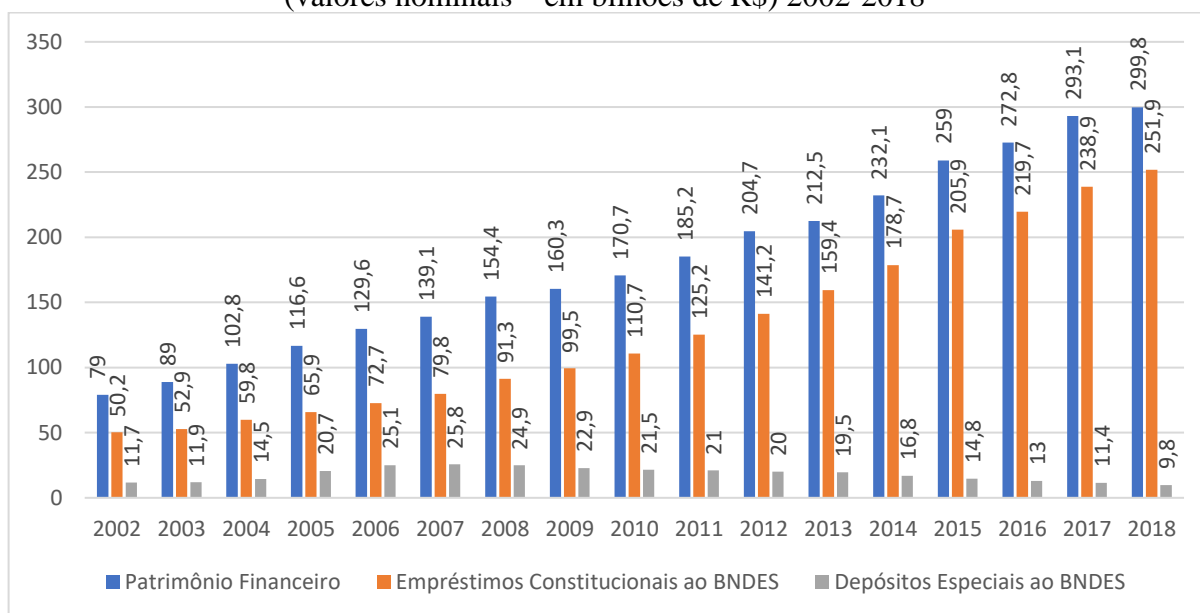
Fonte: BNDES Transparência. Organizado pelo autor.

*Até setembro de 2018. Os dados representam apenas a transferência do FAT Constitucional.

As determinações constitucionais que limitam alocação de até 50% do FAT no BNDES não impediram que a maior parte de seu patrimônio financeiro, especialmente após o aumento progressivo das transferências de recursos ocorrido com o início da crise por meio do Programa de Sustentação do investimento (BNDES-PSI), fossem destinados à composição do *funding* do Banco. O FAT se tornou, em 1996, a principal fonte de recursos do Banco (CÊA, 2006) e se manteve enquanto tal até 2008, quando, como destacado anteriormente, o aumento abrupto da captação de recursos junto ao Tesouro Nacional fez dessa fonte predominante na estrutura de capital do Sistema BNDES. Contudo, a análise voltada somente para as mudanças ocorridas na composição total da estrutura de capital do BNDES pode esconder o fato de que mesmo o FAT deixando de ser a principal fonte de recursos, a evolução dos empréstimos realizados junto ao Banco atingiu, durante o PSI, um montante total de seu patrimônio financeiro sem precedentes na história, como é possível observar no gráfico a seguir:

²⁰⁵ Em destaque (vermelho) período de vigência do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI).

Gráfico 16: Evolução do Patrimônio Financeiro do FAT e recursos alocados no BNDES (valores nominais – em bilhões de R\$) 2002-2018*



Fonte: Ministério do Trabalho (2012-2018)²⁰⁶. Organizado pelo autor.

*Os dados de 2018 são relativos a 31/10/2018.

Em 2002 o patrimônio financeiro do FAT correspondia à R\$ 79 bilhões, desse total R\$ 61,9 bilhões (78,3%, somados os empréstimos constitucionais e os depósitos especiais) estavam alocados no BNDES; em 2018 o montante dos recursos do FAT alocados no BNDES era de R\$ 261,7 bilhões, equivalente a 87,2% do total de R\$ 299,8 bilhões, patrimônio financeiro do Fundo naquele ano. Nota-se que o volume de recursos do FAT alocados no Banco em 2018 é 422% maior do que em 2002, com destaque para o período entre 2008 e 2018 quando foram transferidos R\$ 145,5 bilhões em recursos financeiros, montante que corresponde a 55,5% do saldo total (contabilizados os depósitos especiais)²⁰⁷.

O aumento do patrimônio financeiro do FAT, um fundo público, deve-se principalmente ao consecutivo aumento da mais valia socialmente produzida, da expansão do emprego formal e conseqüentemente da tributação indireta que extrai das classes subalternas parte do trabalho necessário – no caso do FAT são as contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Como a punção do fundo público pela burguesia é viabilizada por meio do Estado, pode-se afirmar que este aparece no

²⁰⁶ Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/execucao-financeira-do-fat/boletim-de-informacoes-financeiras/>. Acesso em: 07/01/2019.

²⁰⁷ Importante destacar que segundo o Ministério do Trabalho (2018) a aplicação de recursos no âmbito dos depósitos especiais do FAT tem diminuído anualmente devido ao custeio das despesas do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial.

centro da territorialização do capital, como ocorre no caso do setor de celulose que tem nos recursos do fundo público sua principal fonte de financiamento.

Por meio dos contratos firmados junto ao BNDES, disponíveis em sua plataforma de transparência²⁰⁸ e também no *website* da empresa por meio de um “Comunicado sobre transação entre partes relacionadas”²⁰⁹, é possível verificar quais as fontes de recursos utilizadas pelo Banco em cada financiamento concedido. Como exemplo pode-se utilizar o contrato de financiamento celebrado entre a Fibria e o BNDES em 2016, com um crédito total de R\$ 2.347.524.000,00 (dois bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil reais), dividido em 4 subcréditos: os subcréditos A e B destinados à implantação da nova linha de produção (Projeto Horizonte 2) referente à quantia de R\$ 1.458.036,00; o subcrédito C destinado à aquisição de máquinas, equipamentos, vagões e locomotivas, equivalente à R\$ 877.808.000,00; e o subcrédito D destinado aos investimentos sociais nas áreas de influência da empresa, equivalente à R\$ 11.680.000,00. Em todos os subcréditos consta que, dentre outras fontes, os recursos são originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do FAT – Depósitos Especiais²¹⁰. Nota-se, a partir do exposto, que o fundo público tem financiado, com taxa de juros subsidiadas, a expansão territorial dos monopólios (subcréditos A e B), a aquisição de capital constante (subcrédito C) e – aqui se apresenta a principal temática desenvolvida no próximo subitem – os investimentos sociais das empresas (subcrédito D), compreendidos aqui como mecanismos pedagógicos de hegemonia.

Diante do exposto, concorda-se com Ribeiro e Salvador (2018, p. 78) quando afirmam que a “participação concreta do Estado na garantia das condições para o desenvolvimento do capitalismo e na reprodução das relações sociais torna-se visível a partir da constituição e apropriação do fundo público”. É possível acrescentar que o fundo público também tem papel fundamental na reprodução da dominação burguesa, especialmente no apassivamento das classes sociais subalternas por meio de uma forma específica de educar para o consenso. Como será possível observar no próximo subitem, tal processo também contou com o protagonismo do Estado, via BNDES.

²⁰⁸ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>. Acesso em: 21/12/2018.

²⁰⁹ Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/>. Acesso em: 18/08/2018.

²¹⁰ Cabe destacar que em diversos contratos o FAT aparece como a única fonte de recursos.

2.3.1 O PAPEL PEDAGÓGICO DO ESTADO: Fundo Social do BNDES e táticas para educar para o consenso

O BNDES, criado como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), passou a contar com sua dimensão social em 1982 quando se tornou administrador dos recursos do então recém-criado Fundo de Investimento Social (Finsocial). Deve-se atentar para o contexto político em que o Finsocial foi criado, durante o período de enfraquecimento do regime militar e início da redemocratização do país, marcado pelo surgimento de importantes organizações de base popular, tais como o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), seguido posteriormente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e contanto com importante atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Dessa forma, ao tempo em que o Estado se posicionava diante das reivindicações da sociedade civil, absorvendo-as em parte, deu-se início à participação do BNDES enquanto aparato de Estado utilizado pela classe dominante para implementar programas destinados a educar para o consenso.

Dentre os programas criados por meio do Finsocial destacam-se o programa nacional de distribuição de leite para crianças carentes e os investimentos em saneamento básico e resíduos sólidos urbanos. Este primeiro ensaio do Banco na área do desenvolvimento social foi curto, tendo em vistas os parcos repasses do fundo que se tornaram cada vez menores até deixarem de ser aplicados, decretando o fim de sua curta existência em 1990.

Em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, atendendo às demandas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, foi criada a Área de Desenvolvimento Regional e Social e, em 1997, instituiu-se o Fundo Social do Banco²¹¹. Cabe abrir aqui um importante parêntese acerca do papel do CODEFAT para, posteriormente, compreender o uso do Fundo Social em projetos implementados pelos aparelhos privados de hegemonia dos grandes grupos empresariais sediados no Brasil.

Segundo o Ministério do Trabalho, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, constituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT”. O Conselho tem como funções

[...] elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas. Igualmente importante é o papel que exerce no controle social da execução destas políticas – no qual estão as competências

²¹¹ Constituído por uma parcela do lucro anual do Banco, o Fundo Social configura-se como uma fonte de recursos financeiros não reembolsáveis.

de análise das contas do Fundo, dos relatórios dos executores dos programas apoiados, bem como de fiscalização da administração do FAT.²¹²

É possível afirmar que o CODEFAT se constitui em um ponto de ampliação do Estado, onde os elementos tanto de reivindicação das classes subalternas quanto de interesses das frações de classe que compõem a classe dominante penetram a sociedade política por meio de aparelhos privados de hegemonia. Dentre os aparelhos privados de hegemonia cujos integrantes fazem parte do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador estão (a) como representantes da sociedade civil empresarial: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Confederação Nacional do Turismo (CNTur), Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF); (b) como representantes da sociedade civil de extração popular: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)²¹³.

Pode-se dizer que o caráter tripartite e paritário do CODEFAT representa o processo de socialização da política, característica identificada por Gramsci na constituição da sociedade civil dos países “ocidentais” e que teria causado transformações notáveis no capitalismo²¹⁴. De acordo com o autor: “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 262).

Nessa direção, Fontes (2010, p. 138-139) afirma que:

Dada a extensão da socialização da existência e a intensificação de lutas sociais nos aparelhos privados de hegemonia, em diferentes níveis de organização e de consciência, Gramsci observou que o Estado podia agregar em sua própria estrutura elementos oriundos das reivindicações das classes dominadas, ampliando-se também na direção da incorporação de demandas dos grupos subalternos e em peculiar democratização, na qual a incorporação ampliava a política, mas mantinha a subalternização de classes.

²¹² Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/>. Acesso em: 17/08/2019.

²¹³ Informações disponíveis em: <http://portalfat.mte.gov.br/codefat/composicao-codefat/>. Acesso em: 12/04/2019.

²¹⁴ Se faz necessário destacar que tal processo de socialização da política não pode ser tratado com uma conotação necessariamente positiva tendo em vista que – apesar das possibilidades abertas diante dele – seu desenvolvimento tem se dado na direção do fortalecimento dos mecanismos de dominação burguesa. Assim como atualmente o sufrágio universal mais tem servido para legitimar do que para reduzir o poder da classe dominante. São aspectos que afirmam a contraditória tendência de, como afirma Osorio (2014, p. 104), “*uma socialização da política que, no entanto, não consegue reverter nem afetar a tendência contrária* [de restrição do poder político no aparelho de Estado]” (Grifo do autor). Tal assertiva pode ser estendida para as organizações da sociedade civil, onde aquelas de origem empresarial têm exercido certo hegemonismo, para utilizar um termo de Fontes (2017).

Consequentemente, se por um lado projetos elaborados por entidades da sociedade civil penetram a sociedade política, por outro o Estado em seu sentido restrito fortalece os aparelhos privados de hegemonia por meio da implementação de políticas decididas no âmbito do CODEFAT e da aplicação dos recursos do Fundo Social do BNDES, como será analisado. Nessa perspectiva, o consenso se consolida dos aparelhos privados de hegemonia em direção às instâncias estatais, ocupando-as, e do Estado em direção aos aparelhos privados de hegemonia, principalmente das frações de classes dominantes, fortalecendo-os e consolidando a direção política dessas frações de classes²¹⁵.

Ainda de acordo com a autora, é importante frisar que a “sociedade civil é o momento da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas”. Dessa forma, a imbricação da sociedade civil no Estado “assegura que a função estatal de educação – o “Estado educador” – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes”²¹⁶. Aqui Fontes ratifica uma importante chave interpretativa gramsciana para compreender o papel do Estado: o Estado, afirma Gramsci (2007, p. 119), “educa” o consenso “através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente”. Cabe agora analisar como esse processo vem se desenvolvendo, especialmente após a criação do BNDES Fundo Social.

Até o último ano do segundo mandato de FHC, o Fundo Social incorporou diferentes programas destinados à – assim chamada – população carente. Em seu início contava apenas com o Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social e o Programa de Fomento e Divulgação de Projetos Sociais. Segundo a norma que regulamentava o Fundo naquele período, poderiam ser beneficiários de seus recursos pessoas jurídicas de direito público interno e entidades sem fins lucrativos, públicas ou privadas (NEVES; LEAL, 2011).

Destaca-se, no referido período, a criação do Programa de Desenvolvimento Local que contou com as orientações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com ações de entidades privadas, tais como o Instituto Ayrton Senna, a Fundação W. K. Kellogg e a Fundação Odebrecht, além do apoio da Petrobras Distribuidora e do Sebrae Nacional em conjunto com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (Iica)²¹⁷. Neste momento observou-se a introdução, na política social do BNDES, de mecanismos hegemônicos de função de direção intelectual e moral (MOTTA, 2007) como o caso do PNUD – por meio

²¹⁵ *Ibidem*, p.136.

²¹⁶ *Idem*, p. 138.

²¹⁷ *Ibidem*.

de Acordo de Cooperação Técnica –, e de aparelhos privados de hegemonia (Institutos e Fundações), assinalando um esforço de articulação com a sociedade civil empresarial e, conseqüentemente, seu fortalecimento.

Outro ponto importante é que a dimensão social foi introduzida tanto nas análises dos financiamentos concedidos pelo Banco quanto em sua agenda de trabalho. O Banco passou a acompanhar e disseminar conceitos e estimular práticas que permeiam “uma nova e crescente tendência das empresas, conhecida como responsabilidade social corporativa” (AZEREDO; DUNCAN, 2002). Elaborou também um Guia de Aspectos Sociais (GAS) para orientar o financiamento de projetos e ações sociais desenvolvidos pelas empresas às quais o Banco concedia crédito. O Guia foi elaborado com base em: (a) informações do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e da Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides); (b) indicadores do Instituto Ethos (Brasil); (c) normas e certificações mundiais (BS 8800 e AS 8000); e (d) preceitos do Global Reporting Initiative (GRI) que reúne empresas de vários países, ONGs e instituições governamentais e multilaterais²¹⁸.

A Responsabilidade Social que já era praticada por algumas empresas passou a ser moldada pelas diretrizes do Banco que, no Plano Estratégico para o período 2000-2005, determinou:

[...] o fomento ao exercício da *responsabilidade corporativa social* como um dos seus princípios de atuação. Assim, visando implementar essa diretriz de atuação, e dando seqüência [sic] à agenda de trabalho que vem sendo desenvolvida desde 1999, a Área Social, ao longo de 2002, coordenou ampla discussão no âmbito do Comitê de Crédito. *Os debates tiveram por objetivo definir os principais parâmetros para a análise do perfil das empresas em termos de responsabilidade social, bem como os critérios para incentivo e financiamento de investimentos sociais* (AZEREDO; DUNCAN, 2002, p. 189. Grifo nosso).

É possível notar importante e rápida mudança nas ações do Banco diante da chamada questão social. A partir de 1999 a adesão aos programas para educar para o consenso, desenvolvidos pelo BNDES no âmbito do CODEFAT e implementados por meio dos recursos do Fundo Social, se tornou uma prerrogativa para obter acesso aos empréstimos do Banco. No mesmo ano a Área de Desenvolvimento Social do Banco realizou um seminário com as principais tendências dos investimentos sociais das empresas e, entre os anos 2000 e 2001, lançou três relatórios setoriais acerca da temática, foram eles: a) Empresas, responsabilidade

²¹⁸ Idem.

corporativa e investimento social: uma abordagem introdutória; b) Balanço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa; c) Terceiro setor e desenvolvimento social²¹⁹.

Tais mudanças, apesar de notáveis ainda durante o governo FHC, ganharam outra proporção com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder executivo por meio da vitória eleitoral de Lula. O plano estratégico (2000-2005) foi reformulado (2003-2005) e o Fundo Social deixou de ter como foco a assistência social e voltou-se para a geração de emprego e renda²²⁰ com foco em projetos inovadores e que pudessem ser replicados nas diferentes regiões do país. Para tanto, as aplicações do Fundo passaram a ser realizadas nas seguintes modalidades: a) projetos de natureza social, dotados de eficácia e inovação, que possam instrumentar medidas para políticas públicas; b) apoio a projetos piloto para a implementação de medidas para políticas públicas; c) apoio complementar a projetos de caráter social, beneficiários de apoio financeiro reembolsável do BNDES, que contribuam efetivamente para atenuar as desigualdades sociais, econômicas ou regionais do país (NEVES; LEAL, 2011, p. 240).

A partir de 2005 o Banco adotou uma política de ampliação dos recursos destinados ao financiamento de grandes projetos econômicos, tanto no Brasil quanto no exterior²²¹, atingindo um crescimento de 48% nas liberações de financiamento para o setor industrial em relação ao ano anterior, de 45% nas liberações das linhas Finame (financiamento de máquinas e equipamentos), de 52% nos desembolsos da linha BNDES-*Exim* (financiamento às exportações), e um incremento de 72% na área de insumos básicos²²².

Neste mesmo ano teve início um projeto encabeçado pela sociedade civil, especialmente por meio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), com apoio da Fundação Ford, com o objetivo de reivindicar transparência nas ações do Banco e pressionar o estabelecimento de diálogo com a sociedade civil. No ano seguinte (2006), no dia 13 de julho, foi realizado um seminário na sede do Banco com o nome “O BNDES que temos e o que queremos”, organizado pelo IBASE e pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais – que em 2004 já havia dado início à discussão sobre o papel do Banco –, com a

²¹⁹ Os relatórios estão disponíveis em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipos/Relatos_Setoriais/. Acesso em: 23/09/2018.

²²⁰ Criou-se também, com a finalidade de contribuir para a geração de trabalho e renda, o Departamento de Economia Solidária (DESOL) que conta com recursos não reembolsáveis do Fundo Social.

²²¹ A internacionalização do Banco contribuiu para colocar na ordem do dia o debate sobre os problemas sociais e ambientais decorrentes dos projetos financiados pelo mesmo.

²²² Informações disponíveis em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20051229_not322_05. Acesso em: 23/09/2018.

participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde (FURTADO, 2007).

Movimentos sociais e ONGs apresentaram suas posições frente ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e o papel do BNDES, além de apontarem outras possibilidades de atuação do Banco, a necessidade de sua democratização por meio do controle social dos investimentos e dos projetos, o monitoramento e a transparência dos recursos e dados. Por fim, foram discutidas estratégias para a área energética e para a agricultura, além da política de meio ambiente do Banco²²³.

As mobilizações de movimentos sociais e ONGs, balizadas e/ou assistidas pelo IBASE e demais Instituições – empresariais inclusive –, levaram um alerta ao Banco sobre os sintomas de sua política de financiamento a megaprojetos, especialmente àqueles ligados aos complexos hidrelétricos e à produção de *commodities* agrícolas e minerais. O início desse diálogo com a sociedade civil indicou ao Banco a necessidade de buscar a legitimação de sua atuação. Diante disso, tendo em vista que “[...] o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida” (GRAMSCI, 2007, p. 48), a posição adotada pelo Banco foi a de criar e aprimorar novas linhas de financiamentos que estimulasse projetos socioambientais, além do desembolso cada vez maior de recursos – inclusive a fundo perdido – com a finalidade de interferir (politicamente) frente aos impactos e conflitos causados principalmente pela territorialização de megaempreendimentos financiados pelo mesmo.

Além disso, acrescentou-se entre os beneficiários de recursos do Fundo Social o setor privado com fins lucrativos e, também, foi promovida uma nova reestruturação em sua norma:

A atuação passou a ter “foco em bases territoriais que apresentem maiores carências e/ou potencialidades”. [...] Buscou-se ampliar o impacto das ações apoiadas pelos recursos do Fundo Social por meio de parcerias institucionais e da complementação de políticas de desenvolvimento regional e social de áreas de baixa renda (NEVES; LEAL, 2011, p. 243).

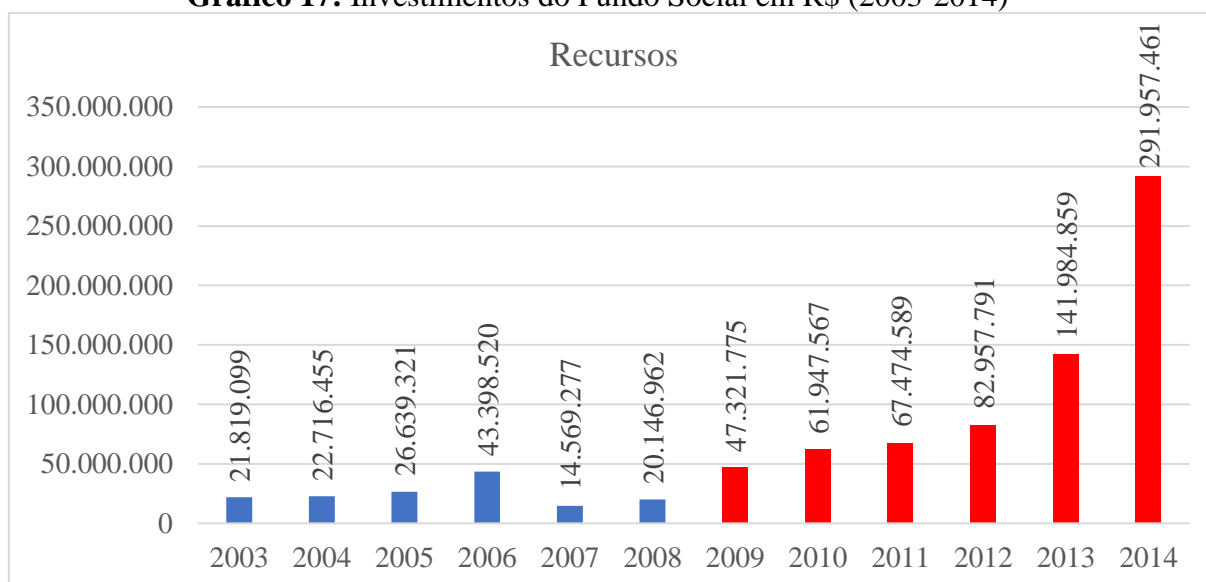
Tal contexto aponta o uso do Fundo Social como uma tentativa de sustentar a expansão acelerada do capital, especialmente pós eclosão da crise financeira mundial, afirmando o papel do Estado como educador do consenso. Essa assertiva se torna mais contundente quando, em

²²³ Diante das questões colocadas pela sociedade civil, no mesmo dia do seminário o Banco aprovou o que chamou de “nova política ambiental” com “regras para concessão de crédito no âmbito da Linha de Meio Ambiente, além da criação de uma linha de crédito específica para projetos de eficiência energética”. A linha de Meio Ambiente passou, então, a contar com baixas taxas para concessão de financiamento para projetos que invistam em “melhoria da qualidade ambiental que vão além das exigências da legislação atual”. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20060713_not117_06. Acesso em: 23/09/2018.

2008, com a criação das novas diretrizes de acesso ao Fundo Social, o BNDES passou a apoiar projetos de “cunho predominantemente *ambiental*” e “cujos investimentos se situem no *entorno dos grandes projetos financiados pelo BNDES*”, além de usar o Fundo para apoiar de forma complementar projetos reembolsáveis por meio de instrumentos de cooperação e outros “investimentos não-reembolsáveis de *geração de emprego e renda*” (Grifos nosso). Nesse momento, a dimensão ambiental passa a ter lugar de destaque no Relatório Anual que chegou a adotar a expressão Fundo Social/Ambiental²²⁴.

Com a aprovação dessas novas diretrizes, durante o Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI), o Fundo aumentou significativamente a liberação de recursos²²⁵, saltando de R\$ 14,5 milhões em 2007 para mais de R\$ 291 milhões em 2014, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 17: Investimentos do Fundo Social em R\$ (2003-2014)²²⁶



Fonte: Vieira; Giménez (2017). Adaptado pelo autor.

Leonardo Pamplona²²⁷, em seu texto “Perspectivas para as ações de apoio à inclusão produtiva do BNDES”, publicado em 2017 no Relatório Setorial do Banco, afirma que durante a elaboração do planejamento corporativo do Banco, no ano de 2008, foi definida uma nova estratégia de fomento que teve como resultado o significativo aumento dos valores contratados e desembolsados para o apoio de projetos de inclusão produtiva e, para isso, foi delimitado um “novo” perfil de parceiros estratégicos. O apoio deixou de ser realizado de forma direta aos

²²⁴ Idem, p. 251.

²²⁵ Os recursos que alimentam o Fundo Social subiram de 0,5% para 1,5% do patrimônio líquido do Banco (VIEIRA, GIMÉNEZ, 2017).

²²⁶ Em destaque (vermelho) período de vigência do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI).

²²⁷ Economista do Departamento de Meio Ambiente da Área de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES.

projetos e passou a ser predominantemente por meio de parceiros, tornando requisito para firmar parceria uma contrapartida financeira paritária – o Banco deixou de aplicar 100% para aplicar 50% dos recursos nos projetos apoiados –, ficando por conta do parceiro a execução e prestação de contas dos projetos. O economista afirma ainda que, de início, os contratos atingiram diferentes atores, tais como institutos e fundações empresariais e organizações da sociedade civil²²⁸ “representativas de empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária” (PAMPLONA, 2017, p. 67).

Ao fazer sua avaliação dos projetos onde o Banco aplicou recursos do fundo, o economista conclui:

Percebeu-se, ao longo da execução dos projetos, que, em alguns casos, a capacidade operacional não funcionou da maneira esperada, o que resultou em dificuldades na execução de determinadas parcerias, em especial as com entes públicos e organizações da sociedade civil, que contam com equipes com diversas atribuições e, assim, não conseguem dar a devida atenção e o devido acompanhamento às parcerias com o BNDES.

[...] As médias e grandes empresas, por exemplo, podem ser consideradas potenciais investidores sociais e necessários partícipes da discussão das estratégias de desenvolvimento dos territórios, interessadas que são na melhoria do ambiente de negócios de seus entornos. (PAMPLONA, 2017, p. 67).

A ideia que prevalece nas palavras do economista é a mesma que busca justificar a intervenção política das corporações no território, qual seja, a de que o Estado é incompetente e suas ações ineficazes. Diante disso, as médias e grandes empresas surgem como atores supostamente capazes de suprimir a também suposta ineficácia do Estado. Tal ideia esconde as verdadeiras finalidades para as quais o Fundo Social é utilizado e o papel do Estado neste contexto: o fortalecimento dos organismos privados de hegemonia das classes dominantes e sua intervenção na sociedade civil.

O fato de o Fundo Social ter se tornado uma fonte de recursos destinada à filantropia empresarial foi colocada em questão no documento elaborado por organizações da sociedade civil e discutido durante o fórum de Diálogo sobre a política social do Banco em 2014. O relatório aponta a desigualdade existente no acesso ao Fundo Social. Apesar de constatada a “inclusão” de novos sujeitos que antes não eram atingidos por esses recursos, tais como movimentos sociais, cooperativas e pequenos municípios, os requisitos para acessar tais recursos – como as contrapartidas financeiras, dentre outros – se tornaram um fator de

²²⁸ Cabe destacar que na visão do Banco, institutos e fundações empresariais não se configuram como organizações da sociedade civil. Contudo, de acordo com a compreensão gramsciana, sociedade civil corresponde à esfera privilegiada da política, onde situam-se os organismos privados de hegemonia, inclusive as fundações e os institutos empresariais.

impedimento para “organizações com grande base social mas sem recursos financeiros” (IBASE, 2014)²²⁹.

Após 2008, durante o período de vultoso aumento dos recursos do Fundo Social, Institutos e Fundações empresariais foram beneficiados com 48% do total de recursos desembolsados pelo Banco, enquanto movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil contaram com apenas 15%, como é possível observar no Quadro 7.

Quadro 7: Operações contratadas – BNDES Fundo Social (2008 a março de 2014)

Parceiros	Valores Financiados	Participação no Total
Governos municipais	R\$ 84.514.868,00	7%
Instituições e Companhias ligadas aos governos	R\$ 96.908.723,00	8%
Cooperativas e Microcrédito	R\$ 108.480.298,43	9%
Governos estaduais	R\$ 164.810.819,00	13%
Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais e Instituições de Direito Privado	R\$ 193.564.814,00	15%
Institutos e Fundações empresariais	R\$ 606.416.694,00	48%
TOTAL	R\$ 1.254.696.216,43	100%

Fonte: Fórum de diálogo BNDES e sociedade civil (IBASE, 2014)²³⁰.

A solicitação do apoio dos recursos sociais pelas empresas é realizada especialmente por meio de seus institutos e suas fundações, aparelhos privados de hegemonia que são fortalecidos e estimulados pelo Estado (em seu aspecto restrito, em termos gramscianos). Os principais beneficiados foram os aparelhos de hegemonia ligados aos grandes grupos empresariais que tiveram franca expansão durante o período, tanto no país quanto fora dele, como demonstra o Quadro 8 com os cinco principais aparelhos privados de hegemonia que acessaram os recursos do Fundo durante o período.

²²⁹ O documento está disponível na midiateca do Ibase: <http://ibase.br/pt/midiateca/publicacoes/publicacoes/>. Acesso em: 13/06/2018.

²³⁰ In: <http://ibase.br/pt/midiateca/publicacoes/publicacoes/>. Acesso em: 13/06/2018.

Quadro 8: Valores contratados do Fundo Social BNDES com principais Fundações Empresariais (2008 a abril 2014)

Parceiros	Valor (R\$)
Fundação Banco do Brasil	R\$ 263.000.000,00
Fundação Vale	R\$ 43.900.000,00
Instituto Votorantim	R\$ 35.000.000,00 ²³¹
Fundação Odebrecht	R\$ 26.000.000,00
Instituto Camargo Correa	R\$ 14.500.000,00
TOTAL	R\$ 382.400.000,00

Fonte: Fórum de diálogo BNDES e sociedade civil (IBASE, 2014). Adaptado pelo autor.

O Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o BNDES foi firmado em 2009 com vigência de cinco anos. O objetivo foi a “estruturação de cadeias produtivas, reaplicação de tecnologias sociais e promoção do desenvolvimento territorial”²³². As operações contratadas no interior desse plano foram de R\$ 100 milhões, sendo liberados R\$ 20 milhões por ano entre os anos de 2009 e 2013. No ano de 2013 foi firmado um plano de investimentos voltado para a estruturação de empreendimentos produtivos coletivos vinculados a assentamentos de reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, em todo território nacional. Em 2015 foi celebrado o segundo contrato no âmbito do acordo, com a finalidade de apoiar a implantação e/ou modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em projetos de reforma agrária. Os dois contratos somaram uma quantia de R\$ 60 milhões. Ainda em 2015 foi elaborado um novo Plano Tático de Atuação Conjunta (PTAC) voltado para a estruturação e consolidação de empreendimentos coletivos urbanos e rurais, aplicação de tecnologias sociais e apoio à implementação de políticas públicas com foco em inclusão socioprodutiva e desenvolvimento sustentável, com o valor de R\$ 20 milhões.

Além dos recursos destinados especialmente aos Acordos de Cooperação e ao Plano Tático, outros contratos foram realizados com recursos do Fundo Social. Em 2010 foi firmado um contrato de R\$ 7 milhões na Área de Gestão Pública e Socioambiental para um projeto de "melhoria da estrutura operacional de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, escolhidas por meio de seleção pública a ser realizada pela FBB".

²³¹ Em 2015 o Instituto Votorantim captou mais R\$ 20.000,00 do Fundo Social do Banco. Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 10/09/2018.

²³² As informações sobre os acordos de cooperação técnica e financeira entre o BNDES, Fundações e Institutos empresariais foram extraídas da base de contratações do Banco, disponível em seu portal transparência. Acesso em: 03/09/2018.

A Fundação Banco do Brasil contratou ainda, em 2013, um montante de R\$ 126 milhões destinados à “ampliação do acesso a água para a produção de alimentos em propriedades rurais do semiárido brasileiro, visando a inclusão social dos produtores familiares e o desenvolvimento sustentável da região”. Assim, entre os anos de 2009 e 2015 a Fundação Banco do Brasil beneficiou-se do montante de R\$ 313 milhões advindos do Fundo Social²³³.

Em 2009 o Banco firmou um Acordo com a Fundação Odebrecht, com um contrato de R\$ 26 milhões para a implantação do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável²³⁴ da Área de Preservação Ambiental do Pratigi, em municípios do Território (da cidadania) Baixo Sul da Bahia.

Em 2011 foi a vez da Fundação Vale receber R\$ 43,9 milhões dos recursos do Fundo Social por meio do Acordo para a implantação de núcleos de desenvolvimento humano e econômico no estado do Pará, bem como para desenvolver projetos de “modernização da gestão pública municipal e de redução de déficits de infraestrutura urbana”²³⁵.

Também em 2011 foi firmado Acordo com o Instituto Camargo Corrêa (ICC) que previa o investimento de R\$ 50 milhões, divididos de forma paritária e com duração de cinco anos, em projetos sociais. O primeiro e o segundo contratos (2011 e 2012) foram no valor de R\$ 5 milhões cada; em 2014 foi aprovado o terceiro contrato no valor de R\$ 4,5 milhões, totalizando R\$ 14,5 milhões desembolsados pelo Fundo Social.

Por fim, destaca-se o Acordo firmado, em 2010 e com vigência até 2015, com o Instituto Votorantim para a “estruturação de atividades produtivas, oferta de qualificação profissional e promoção do desenvolvimento territorial”, em municípios com indicadores sociais considerados críticos em colaboração com o programa governamental Territórios da Cidadania, “tornando possível oferecer apoio a populações de baixa renda em áreas remotas, com foco na inclusão socioprodutiva”. Em 2010, durante o primeiro contrato, o Banco desembolsou R\$ 31 milhões. Em 2012, o segundo contrato foi de R\$ 4 milhões. Em 2015 foi firmado novo acordo com vigência até 2020, com um contrato de R\$ 20 milhões em um projeto “voltado para a

²³³ Cabe destacar que a Fundação Banco do Brasil também tem se apropriado do Fundo Amazônia, outra fonte de recursos não-reembolsáveis do BNDES. Em 2012 foram contratados R\$ 15 milhões visando o “apoio a projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia. Em 2014 ocorreu a contratação de R\$ 12 milhões destinados ao apoio de “projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável na região do bioma Amazônia”. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>. Acesso em: 21/12/2018.

²³⁴ O programa recebeu o Prêmio ao Serviço Público das Nações Unidas 2010.

²³⁵ Apesar de o Acordo de Cooperação entre BNDES e Fundação Vale aparecer no Relatório Anual (2011) do Banco, não encontramos a contratação no arquivo disponibilizado em seu portal transparência.

estruturação de atividades produtivas e para apoio à modernização da gestão pública e a redução de déficits de infraestrutura urbana em municípios selecionados"²³⁶.

Os institutos e as fundações aqui mencionados são os principais beneficiários dos recursos do Fundo Social que, cabe mencionar, passaram a ser destinados principalmente para o Departamento de Economia Solidária (DESOL) da Área Agropecuária e de Inclusão Social (AGRIS), tendo como foco projetos de inclusão produtiva. Segundo o *website* do Banco:

Nos últimos anos, o BNDES Fundo Social tem direcionado grande parte dos investimentos em projetos de inclusão produtiva, tendo como público-alvo agricultores familiares e seus empreendimentos, observados os termos da Lei nº 11.326 de 2006, com ênfase em mulheres, jovens, produtores que adotem sistemas agroecológicos e povos e comunidades tradicionais²³⁷.

Não por acaso, o público-alvo dos projetos desenvolvidos com investimentos do Fundo Social são os principais grupos atingidos diretamente pela territorialização do capital no campo. Dessa forma, diante das transformações realizadas nas diretrizes do Fundo Social e sua atual configuração, voltada para ações ambientais e no entorno dos grandes projetos financiados pelo BNDES – projetos cujos impactos atingem fortemente camponeses, quilombolas, ribeirinhos e indígenas –, torna-se possível afirmar que o Fundo Social tem como primeira finalidade servir como um mecanismo pedagógico para educar para o consenso, especialmente por meio de institutos e fundações empresariais num claro processo de privatização desse recurso. O Fundo Social, apesar de seu papel na reprodução da dominação burguesa, não se confunde com o fundo público, fonte de recursos que financia essa dominação por meio da linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE) criada pelo BNDES, como será analisado a seguir.

2.3.2 A DOMINAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO CAPITAL: A LINHA DE INVESTIMENTO SOCIAL DE EMPRESAS E A POLÍTICA DE ATUAÇÃO NO ENTORNO DE PROJETOS

Se por um lado, como visto anteriormente, as mudanças ocorridas na política do Fundo Social do BNDES fortaleceram a dominação burguesa por meio dos aparelhos privados de hegemonia ligados a suas corporações, por outro, criou-se complementarmente, durante o lulismo, novas linhas de investimentos e de atuação política que dotaram as próprias empresas de uma força política de dominação socioterritorial para além do espaço das fábricas, exercida

²³⁶ Cabe destacar que o Instituto Votorantim é responsável pelos projetos e programas sociais implementados pela Fibria (empresa do Grupo Votorantim), que serão analisados no próximo capítulo.

²³⁷ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-fundo-social>. Acesso em: 03/09/2018.

especialmente sobre grupos, classes e frações de classes afetadas direta ou indiretamente por suas operações.

Para justificar essa intervenção político-ideológica das empresas e dos institutos e fundações nas diferentes frações do território, o Banco defendeu que as empresas, como agentes de desenvolvimento, deveriam colocar em prática medidas que vão além do cumprimento da legislação existente, especialmente no tocante ao meio ambiente e à “questão social”²³⁸. Cabe aqui demonstrar como se deu esse percurso, que foi aprimorado ao passar dos anos, perpassando pela intensificação do papel político e econômico do Banco até culminar no período que abrange a crise financeira internacional e o Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI), quando, não por acaso, o incentivo à intervenção das empresas teve seu principal momento.

Em dezembro de 2003 o Banco lançou o Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (PAIS) com condições especiais de financiamento que poderia chegar a 100% dos investimentos realizados em projetos para combater as desigualdades sociais. No momento em que a linha foi lançada o então presidente do Banco, Carlos Lessa, destacou que cerca de 40 empresas já realizavam investimentos sociais com apoio do BNDES nas áreas da saúde, educação, saneamento e habitação²³⁹.

Segundo o Banco, o Programa foi criado com a finalidade de investir na “implantação, expansão ou consolidação dos projetos sociais executados diretamente pela própria empresa, ou em parcerias com instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos”. O principal foco do Programa foi em projetos realizados dentro da empresa ou em comunidades, e que beneficiassem pessoas portadoras de deficiência²⁴⁰.

Em 2006, simultaneamente a expansão de seus desembolsos, como observado no subitem anterior, em substituição ao PAIS, foi aprovada uma nova linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE) com financiamento, por meio de operações realizadas diretamente pelo Banco, destinado à implantação, expansão ou consolidação de projetos sociais vinculados a financiamentos de projetos produtivos ou a programas sociais desenvolvidos pelas empresas, independentemente de seus projetos.

²³⁸ Tal ideia já havia sido disseminada e colocada em prática por sujeitos políticos e intelectuais, como o Banco Mundial.

²³⁹ Disponível em:

https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/inf_bndes/inf_1203_0104.pdf. Acesso em: 20/09/2018.

²⁴⁰ Disponível em:

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20040211_not742. Acesso em 23/09/2018.

O financiamento oferecido por meio da linha ISE pode ser solicitado por: a) empresas sediadas no país; b) empresários individuais; c) associações e fundações. Os financiamentos podem ser para: (a) projetos elaborados no âmbito da empresa, para os quais a taxa de juros para as operações diretas é de 6,9% ao ano – composta pela TJLP mais 0,9 de remuneração do BNDES –, voltados aos funcionários e suas famílias, além de fornecedores ou clientes; ou (b) no âmbito das comunidades localizadas nas áreas de influência das empresas, para os quais a taxa de juros é apenas a TJLP (6%) sem incidência de remuneração para o Banco. Para estes últimos a participação do Banco pode chegar a 100% do orçamento do projeto²⁴¹.

Ao final da apresentação de sua então nova linha para investimento social de empresas, a conclusão do Banco parece esclarecedora:

Assim, ao lado do apoio à expansão, ao fortalecimento e ao aumento da produtividade e da competitividade nacional, desponta a necessidade e a oportunidade de o BNDES, como principal investidor de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), desenvolver iniciativas voltadas ao fortalecimento do nível de governança das empresas. Isso, por meio do apoio ao aumento do grau de responsabilidade social empresarial, promovendo a articulação dessas ações com políticas públicas no campo social²⁴².

Nota-se que tanto a criação e atuação do Fundo Social quanto da linha ISE têm no uso do fundo público – e, com isso, a reprodução do capital e da força de trabalho – sua razão de existir. Tais políticas fazem com que os recursos destinados à reprodução da força de trabalho sejam executados por meio dos institutos e das fundações empresariais, bem como pelas próprias empresas, fazendo com que tal reprodução esteja cada vez mais submetida aos interesses da burguesia, servindo de apoio para a consolidação de sua dominação.

Visando consolidar a territorialização do capital no campo e sustentar sua crescente expansão, especialmente via setor de celulose e papel, esses mecanismos pedagógicos de hegemonia burguesa, implantados pelo Banco, foram sendo aprimorados. Esse processo de aprimoramento se deu por meio do movimento de absorção das questões ambiental e social, mas que, contudo, não significa necessariamente um acolhimento das reivindicações dos movimentos sociais que levantam essas bandeiras, mas trata-se de uma absorção “pelo alto”, com a finalidade de sustentar a reprodução ampliada do capital.

²⁴¹ Disponível em:

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20120106_ise. Acesso em: 23/09/2018.

²⁴² Disponível em:

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20060713_not118_06. Acesso em: 24/09/2018.

Nessa direção, em seu Planejamento Corporativo, para o período 2009-2014, estabeleceu-se como objetivo central de sua atuação o “desenvolvimento sustentável do país”. Em suas diretrizes para temas transversais, além da área de inovação e desenvolvimento local e regional, também foram incluídas diretrizes para o desenvolvimento sustentável, das quais destacam-se:

Promover a sustentabilidade socioambiental em todos os empreendimentos apoiados ou induzidos pelo BNDES, contribuindo para a melhoria da governança empresarial, a qualidade do emprego, a modernização dos órgãos ambientais, a redução de emissões e do desmatamento e o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros [...] (BNDES, 2009, p. 74).

Nos posicionamentos estratégicos de suas Áreas Operacionais ganhou destaque o tema da sustentabilidade. Na área de Infraestrutura o objetivo proposto foi “prover as condições necessárias para o financiamento dos investimentos em infraestrutura e o *desenvolvimento do seu entorno*”; na da Indústria: “Promover uma estrutura produtiva diversificada, inovadora, *sustentável* e competitiva em nível global”; na de Insumos: “Expandir, consolidar e internacionalizar as empresas brasileiras, promovendo *investimentos em responsabilidade socioambiental* e eficiência energética e induzindo ações para o desenvolvimento integrado no *entorno de grandes projetos*”; e na área de Inclusão Social: “Formular e implementar ações para o fortalecimento da gestão pública [...], tendo como objetivos o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades sociais, em *bases sustentáveis*” (BNDES, 2009, p. 26-27. Grifos nosso).

O Banco também criou uma Agenda de Desenvolvimento para o Território, na qual confluíram além do Fundo Social outras duas linhas de investimento: o BNDES FEP (Fundo de Estruturação de Projetos) e BNDES ISE (Investimentos Sociais de Empresas), dando origem ao que denominou de Política de Atuação no Entorno de Projetos. Corroborando com as novas táticas do Banco, tal política, aprovada em 2009, considera como referência a área de influência dos estudos de impacto ambiental elaborados pelos empreendimentos, cujo objetivo, segundo o Banco, é “atuar de forma mais abrangente e integrada nas áreas e regiões que estão recebendo investimentos das operações com maior potencial de impacto regional”²⁴³.

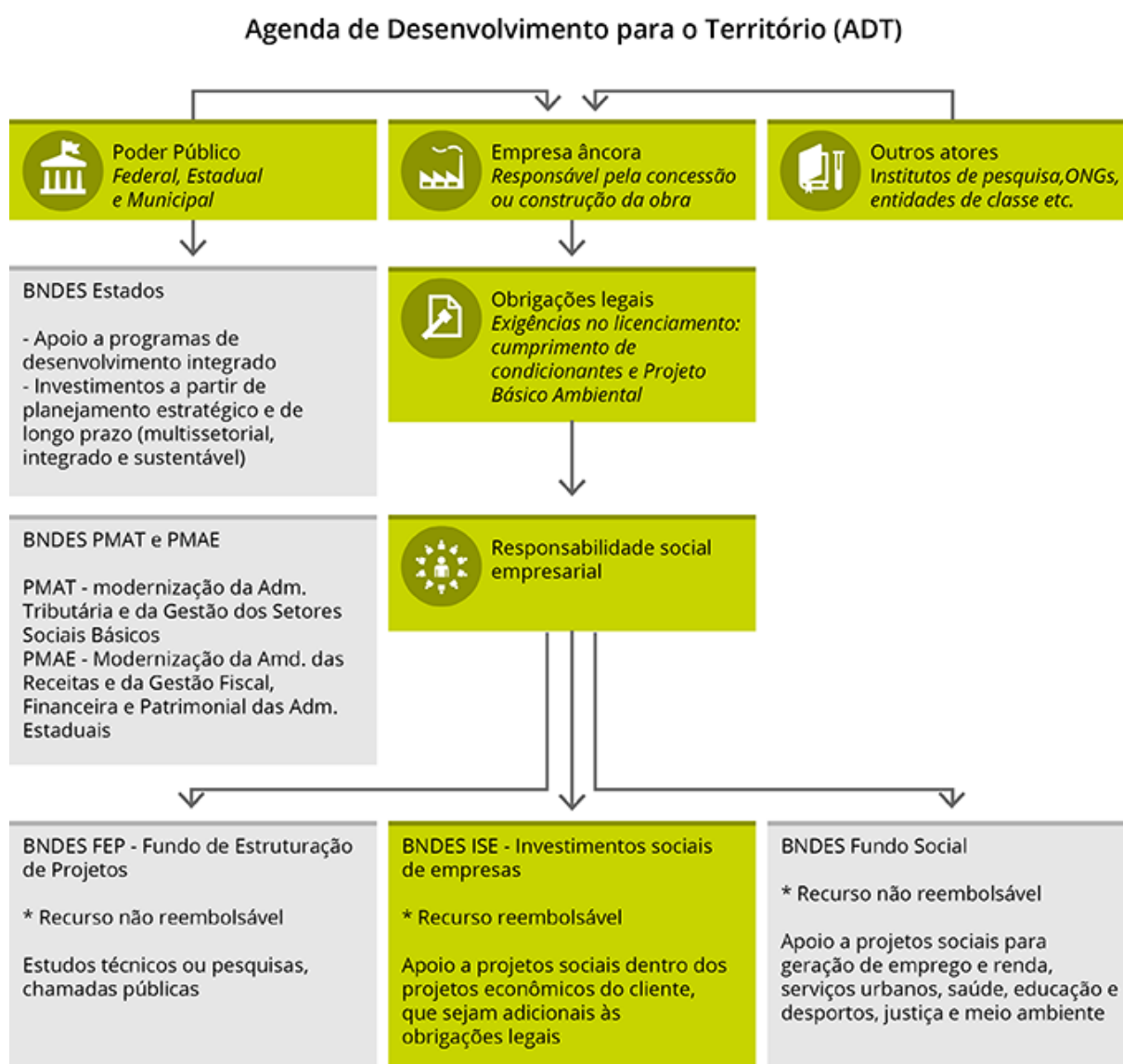
A Política de Atuação no Entorno de Projetos foi estruturada com base no Fundo Social, na linha ISE e na linha FEP que completa o tripé dessa política. O FEP foi planejado para disponibilizar recursos não reembolsáveis “para estudos técnicos ou pesquisas, selecionados a partir de chamadas públicas construídas pelo Banco” (CARDOSO, 2015, p. 163). Segundo

²⁴³ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/o-que-nos-orienta/politicas/politica-entorno-integra>. Acesso em: 20/10/2018.

publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), até 2015 a “única chamada identificada claramente como parte da política aqui em foco foi realizada para o entorno de Belo Monte em junho de 2012. A chamada teve como objetivo a elaboração de uma Agenda de Desenvolvimento para o Território (ADT) Xingu”²⁴⁴.

Como é possível observar na Figura 14, ainda participam dessa política as linhas BNDES Estado e BNDES PAMT e PMAE, destinadas também para a esfera municipal, todas possuem o objetivo de intervir na gestão de políticas públicas dos estados e municípios.

Figura 14: BNDES – Política de atuação no entorno de projetos.



Fonte: http://amazonia.inesc.org.br/artigos-inesc/bndes-as-falsas-solucoes-de-sua-politica-do-entorno-na-amazonia/#_ftn1. Acesso em: 09/12/2019.

²⁴⁴ *Ibidem*.

São apresentados como atores estratégicos para a “interlocução com o território”: os agentes financeiros, as entidades de classe, os trabalhadores, as instituições de ensino e pesquisa, o sistema S e as organizações da sociedade civil. Ainda segundo o Banco, espera-se que as empresas responsáveis pelo projeto possuam políticas de Responsabilidade Socioambiental e conhecimento da realidade do entorno de seus empreendimentos, que estabeleça parcerias e uma agenda de desenvolvimento para o território. Afirma também que a empresa responsável pelo projeto deve, de alguma forma, elaborar mecanismos para ampliar a participação e o controle social dos projetos; além de criar ações para absorção de mão de obra local, política de compras locais, fortalecimento do território e competitividade do negócio²⁴⁵.

Posterior à aprovação da Política de Atuação no Entorno de Projetos, ocorreu, em 2010, a aprovação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), posta em prática no ano seguinte, quando foram utilizados pela primeira vez em seu relatório anual os chamados indicadores de sustentabilidade²⁴⁶. Tal política mescla indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) com os indicadores de Economia Verde²⁴⁷ do próprio BNDES (BNDES, 2015).

A GRI é uma organização internacional sem fins lucrativos que colabora oficialmente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sendo responsável pela criação de diretrizes bases para elaboração de relatórios de sustentabilidade com princípios e padrões estabelecidos mundialmente. A maioria desses princípios está ligada à relação das instituições e empresas com os seus *stakeholders*, isto é, os sujeitos afetados de alguma forma por suas atividades, a saber: empresários, acionistas, fornecedores e, principalmente, grupos considerados vulneráveis, com destaque para comunidades situadas no entorno dos empreendimentos. Alguns princípios que guiam a GRI determinam, por exemplo, que a instituição deve primeiramente identificar quais são os seus *stakeholders* e descrever no relatório as medidas adotadas capazes de responder às expectativas e aos interesses desses grupos. Também determina que seja relatado como a organização contribui, ou pretende

²⁴⁵ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/o-que-nos-orienta/politicas/politica-entorno-integra>. Acesso em: 20/10/2018.

²⁴⁶ É importante destacar que tal política foi implementada pelo BNDES como contrapartida do Banco Mundial por meio do Empréstimo Programático de Política para o Desenvolvimento em Gestão Ambiental Sustentável ao Brasil, anunciado em 2008 e aprovado em 2009, com um valor de US\$ 1,3 bilhão que foram alocados no BNDES (PINTO, 2012, p. 96). Essa questão, juntamente com a da intervenção do Banco Mundial na sociedade civil, no Brasil, será retomada com maior atenção no próximo capítulo.

²⁴⁷ Em relação aos indicadores de Economia Verde do BNDES, destacamos dois que compreendemos como propícios ao processo de territorialização do setor de celulose: a) Florestas: “estímulo ao reflorestamento, florestamento e ao manejo florestal sustentável, além de atividades de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento”; b) Melhorias agrícolas: “apoio a investimentos que promovam aumento da produção agrícola em bases sustentáveis e à recuperação de áreas degradadas”. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/nossos-resultados/detalhamento-indicadores-economia-verde-desenvolvimento-social>. Acesso em: 05/05/2017.

contribuir, para a melhoria das condições econômicas e sociais de grupos vulneráveis, com desdobramentos ambientais positivos, bem como para novas tendências sustentáveis em níveis local, regional e/ou mundial (GRI, 2015).

No interior de sua PRSA, além de usar indicadores de sustentabilidade, o BNDES afirma que realiza uma análise socioambiental dos clientes e dos empreendimentos apoiados por meio do que denominou de Metodologia de Avaliação de Empresas (MAE). Segundo o BNDES, essa metodologia é aplicada a empresas que possuem maior relação com o Banco e aos beneficiários de participação acionária, dentre outros clientes. Neste caso, a sustentabilidade se tornaria um critério de avaliação do cliente, o qual deveria cumprir os requisitos socioambientais para ter acesso às linhas de financiamento do Banco ou para que seus produtos e serviços possam ser adquiridos também pelo mesmo.

Para isso há uma fase de enquadramento, quando é feita uma avaliação preliminar dos aspectos sociais e ambientais da empresa com a finalidade de verificar se ela não está envolvida com uso de formas análogas ao trabalho escravo, crimes ambientais e se não possui áreas embargadas pelo IBAMA. Elaborar-se uma classificação do risco ambiental do projeto a partir do setor, do tipo de atividade, da localização e das magnitudes dos impactos ambientais. Verifica-se ainda se a empresa possui as devidas licenças ambientais dos órgãos competentes – o que envolve audiência pública com as comunidades afetadas. Também seria considerado nesse processo como a empresa adota medidas e ações destinadas à prevenção ou mitigação de impactos ambientais e, depois disso feito, o Banco poderia recomendar a reformulação do projeto para que fossem incluídas condicionantes de natureza ambiental e social, ou optar por não conceder o apoio financeiro.

Posteriormente, o BNDES pode fornecer um crédito complementar para investimento socioambiental, dando prioridade a projetos e programas sociais que fortaleçam as políticas públicas. Um dos âmbitos desses projetos é o da comunidade, tendo como público-alvo as populações expostas a algum risco social e localizadas nas áreas de influência geográfica dos clientes do Banco, isto é, no entorno dos empreendimentos apoiados²⁴⁸.

Nessa direção, em 2012, o Banco passou a estimular um subcrédito social mínimo de 0,5% do financiamento aos empreendimentos econômicos que receberem seu apoio. Dessa forma, junto aos contratos de implantação ou expansão de um empreendimento são destinados recursos exclusivamente para viabilizar politicamente a territorialização dos monopólios, bem

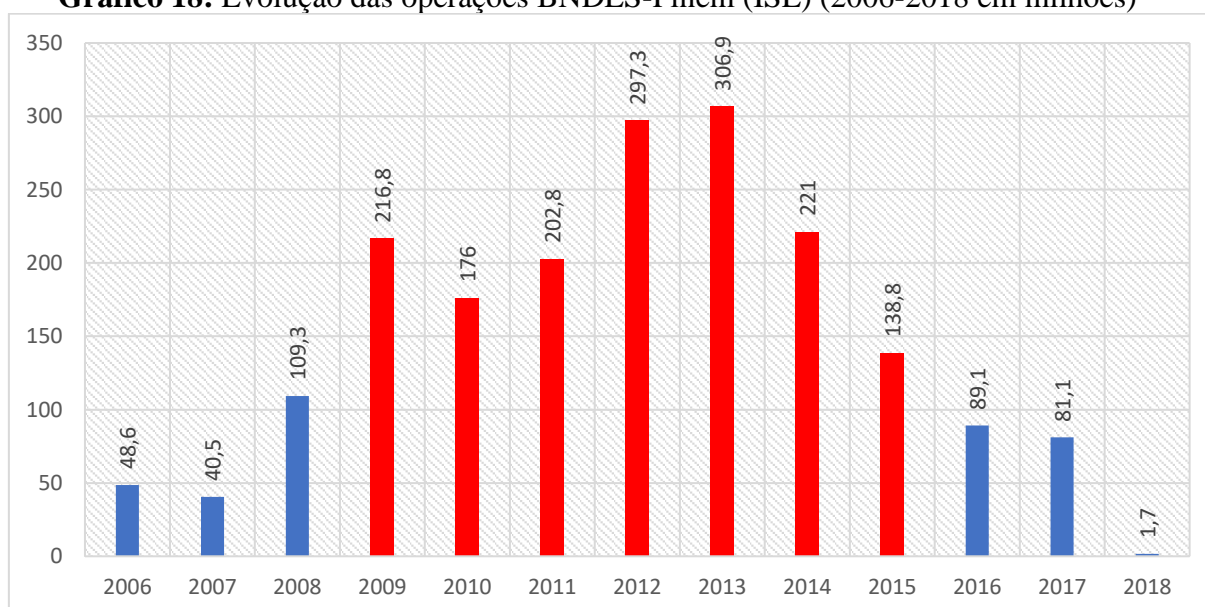
²⁴⁸ As informações aqui utilizadas, referentes à RSE do BNDES, estão disponíveis em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/o-que-nos-orienta>. Acesso em: 02/05/2017.

como para criar e fortalecer uma forma de dominação socioterritorial exercida pelas grandes corporações sobre as classes e frações de classes subalternas.

No mesmo ano a política operacional da Linha de Investimentos Sociais em Empresas foi alterada, tornando possível seu acesso por meio de operações indiretas, isto é, o financiamento passou a ser realizado também por instituições financeiras credenciadas ao Banco.

Foi então, com a Política de Atuação no Entorno de Projetos e o subcrédito social, que os investimentos sociais de empresas, especialmente das grandes corporações financiadas pelo BNDES e/ou com participação acionária do Banco, tiveram um acréscimo exponencial, como é possível observar no Gráfico a seguir:

Gráfico 18: Evolução das operações BNDES-Finim (ISE) (2006-2018 em milhões)²⁴⁹



Fonte: Fonte: BNDES transparência²⁵⁰. Elaborado e organizado pelo autor.

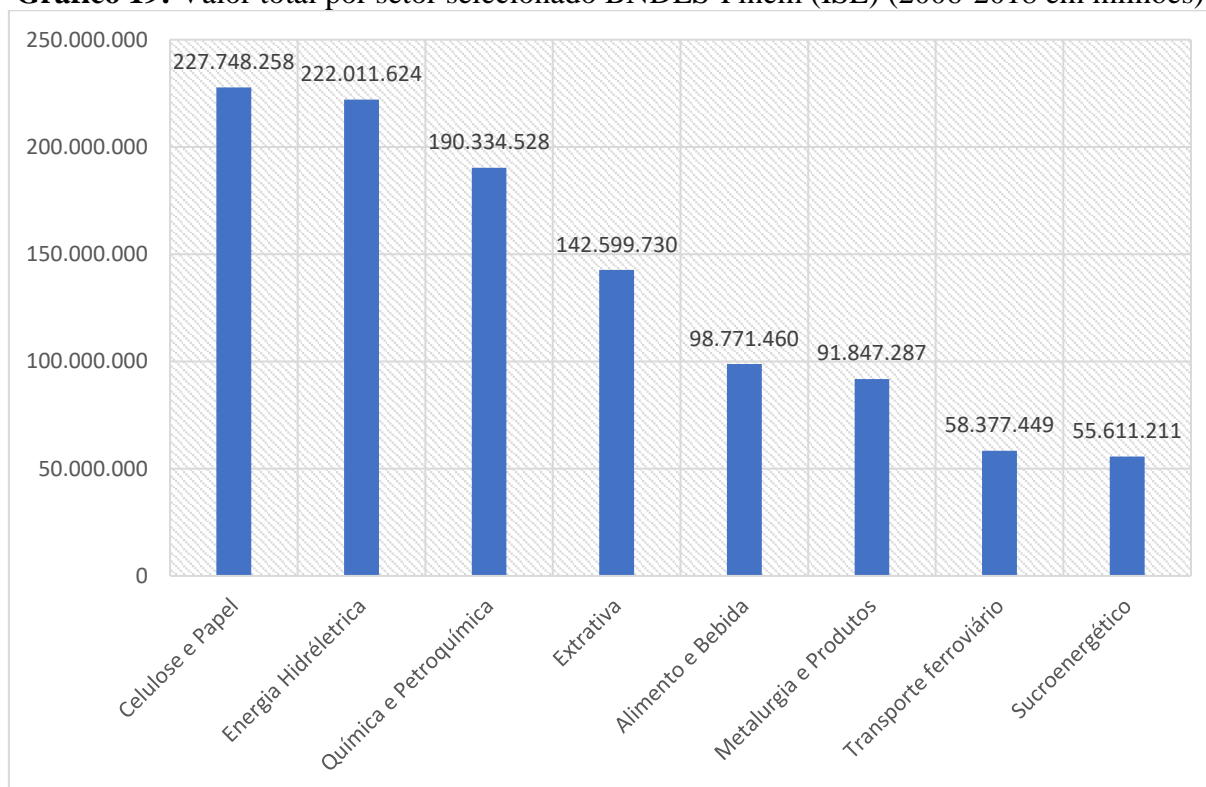
Nota-se também, a partir do gráfico 18, que a ampliação dos recursos financiados pela linha ISE coincide, não por acaso, com o período em que o Banco captou recursos do Tesouro Nacional por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), entre 2009 e 2015. Importante destacar que os dados referentes às contratações do Banco, disponibilizados em seu portal transparência, a partir de 2006, apontam que os setores que mais receberam aportes via Investimentos Sociais de Empresas (ISE) foram os de celulose e papel e de energia elétrica, ambos com montante acima de duzentos milhões, seguidos dos setores de química e

²⁴⁹ Em destaque (vermelho) período de vigência do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI).

²⁵⁰ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 03/09/2018.

petroquímica e da indústria extrativa, todos com valor total de contratações acima de cem milhões. Outros setores também merecem destaque, conforme o gráfico 19.

Gráfico 19: Valor total por setor selecionado BNDES-Finem (ISE) (2006-2018 em milhões).



Fonte: BNDES transparência²⁵¹. Elaborado e organizado pelo autor.

* O setor de energia hidrelétrica foi desagregado do subsetor energia elétrica, tendo sido contabilizados os investimentos em empresas de geração de energia elétrica e subtraído as de transmissão e distribuição; já o setor sucrenergético é composto pelos seguintes subsetores CNAE-nome: fabricação de álcool, cultivo de cana de açúcar e geração de energia elétrica cogeração cana de açúcar. Os demais dados integram os subsetores BNDES, tendo sido retirado do setor de celulose e papel o subsetor de fabricação de fraldas descartáveis que corresponde apenas a uma empresa.

Dentre as corporações do setor que receberam os maiores aportes, por meio da linha de Investimento Social de Empresas, estão a Suzano, a Fibria e a Klabin, empresas em que o Banco possui participação acionária via BNDESPar. Cabe destacar, também, que as áreas onde recentemente aportaram as novas fábricas dessas empresas (incluindo a construção de novas linhas de produção), tiveram a maior fatia dos investimentos, são elas: Imperatriz/MA com mais de R\$ 66 milhões, Três Lagoas/MS e municípios vizinhos, especialmente Selvíria e Brasilândia, com mais de R\$ 51 milhões no total, sendo R\$ 36,8 milhões destinados exclusivamente para Três Lagoas (somando os financiamentos realizados pela Fibria e pela Eldorado), e Ortigueira/PR com R\$ 21 milhões. Cabe destacar o caso da implantação da nova unidade

²⁵¹ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 03/09/2018.

industrial da CMPC em Guaíba/RS que apesar de não contar com a participação da BNDESPar, contou com o financiamento do Banco. No quadro 9, encontram-se todas as operações contratadas pelas empresas do setor de celulose e papel, entre os anos de 2006 e 2018, pela linha Investimentos Sociais de Empresas (ISE).

Quadro 9: Operações contratadas (2006-2018). BNDES Finem-ISE.

Empresa	Ano	Âmbito	Carência/ amortização	Local: município/estado	Valor (R\$)
KIMBERLY-CLARK	2010	Comunidade	18/60 meses	Suzano/SP	350.000,00
Total					350.000,00
Jari	2013	Comunidade	36/96 meses	Almerim/PA	1.850.000,00
Total					1.850.000,00
Rigesa	2011	Comunidade	24/72 meses	Três Barras/SC	2.500.000,00
Total					2.500.000,00
Veracel	2010	Comunidade	24/72 meses	Diversos BA	6.000.000,00
	2012	Comunidade	24/72 meses	Diversos BA	900.000,00
	2015	Comunidade	36/60 meses	Eunápolis/BA	530.000,00
Total					7.430.000,00
CMPC	2012	Comunidade	30/90 meses	Guaíba/RS	12.491.000,00
	2011	Comunidade	24/54 meses	Diversos SP	1.000.000,00*
Total					13.491.000,00
Eldorado	2011	Comunidade	36/90 meses	Três Lagoas/MS	25.000.000,00
	2016	Comunidade	30/60 meses	Diversos MS	1.800.000,00
Total					26.800.000,00
Klabin	2006	Comunidade	36/72 meses	Telemaco Borba/PR	4.000.000,00
	2012	Comunidade	24/48 meses	Telemaco Borba/PR	1.300.000,00
	2012	Comunidade	24/48 meses	Diversos	1.200.000,00
	2012	Comunidade	24/66 meses	Blumenau/SC	1.005.000,00
	2012	Comunidade	24/54 meses	São Paulo/SP	900.000,00
	2012	Comunidade	24/60 meses	Goiana/PE	1.400.000,00
	2013	Comunidade	24/60 meses	PR e SC	700.000,00
	2013	Comunidade	21/60 meses	Diversos	1.300.000,00
	2014	Comunidade	30/96 meses	Ortigueira/PR	21.000.000,00
	2015	Comunidade	24/60 meses	Diversos	450.000,00
2017	Comunidade	36/60 meses	SC, PR, SP, PE	5.250.000,00	
Total					32.011.500,00
Fibria	2006	Comunidade	30/84 meses	Diversos	6.000.000,00
	2009	Comunidade	24/72 meses	Três Lagoas/MS	2.528.000,00
	2010	Comunidade	24/72 meses	Diversos SP	1.420.000,00
	2012	Comunidade	24/60 meses	Diversos	3.230.000,00
	2014	Comunidade	12/60 meses	Diversos	5.500.000,00
	2015	Comunidade	12/60 meses	Diversos	7.500.000,00
	2016	Comunidade	30/90 meses	Três Lagoas/MS	11.680.000,00

	2018	Comunidade	18/60 meses	Diversos MS	10.194.000,00
Total					48.052.000,00
Suzano	2006	Comunidade	36/96 meses	Mucuri/BA	17.817.258,00
	2009	Comunidade	24/72 meses	BA e SP	1.210.000,00
	2009	Empresa	24/72 meses	BA e SP	150.000,00
	2010	Comunidade	24/72 meses	Diversos	6.645.000,00
	2010	Empresa	24/72 meses	Diversos	196.000,00
	2010	Comunidade	36/ 60 meses	Imperatriz/MA	29.300.000,00
	2010	Empresa	36/60 meses	Imperatriz/MA	37.040.000,00
	2012	Comunidade	36/60 meses	Salvador/BA	9.340.000,00
	2012	Empresa	36/60 meses	Salvador/BA	566.000,00
Total					102.264.258,00
Total Geral					234.748.758,00

Fonte: BNDES transparência²⁵². Organizado pelo autor. *Contrato realizado pela Melhoramentos CMPC LTDA, incorporada pela CMPC em 2009.

Com exceção da nova fábrica da Klabin em Ortigueira/PR, localizada no eixo já consolidado sul-sudeste, as demais estão localizadas em áreas onde a territorialização do capital via setor de celulose é recente – contudo, com propriedades rurais já pertencentes às empresas ligadas ao setor “florestal”, como o caso de Mato Grosso do Sul, analisado no primeiro capítulo dessa tese. Ainda cabe lembrar que as demais empresas, mesmo não contando com a participação acionária da BNDESPar, tiveram a construção de suas novas linhas de produção ou mesmo a expansão e modernização das linhas já existentes – aumentando assim a capacidade produtiva de suas fábricas –, viabilizadas por vultosos recursos financeiros do BNDES.

Como destacou Perpetua (2016), dentre algumas similitudes entre os processos de formação socioespacial das regiões que constituem o que o autor chamou de novos territórios da celulose, estão a estagnação econômica e a desigualdade social, que aparecem como fatores utilizados para justificar a construção das novas fábricas e a expansão do monocultivo de eucalipto financiados via empréstimos a longo prazo e com juros baixos, além de apoiados via renda variável e fixa (ações e debêntures) pelo BNDES. O Banco, em sua Política de Atuação no Entorno de Projetos, se utiliza desse contexto com a finalidade de colocar em prática mecanismos que servem para legitimar a territorialização do capital como alternativa política, econômica e social em regiões consideradas estagnadas.

Afirma-se, assim, que os investimentos em grandes projetos devem ser considerados indutores de “[...] atividades produtivas, geração de empregos, geração de receitas e externalidades sociais e ambientais”. A mesma retórica utilizada para justificar a concentração dos recursos do Fundo Social nas Fundações e nos Institutos empresariais. Dessa forma, o

²⁵² Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 03/09/2018.

Banco tem recorrido ao discurso do estímulo à geração de empregos, pelas corporações que sugam seus recursos, e aos investimentos socioambientais (incluindo-se aqui a Responsabilidade Social Empresarial), com a finalidade de justificar o uso dos recursos do FAT no financiamento dessas corporações e suas intervenções político-ideológicas nas diferentes frações do território.

Contudo, a partir de pesquisas já realizadas, é possível afirmar que as políticas e as linhas de investimento socioambientais desenvolvidas pelo Banco: (1) não são capazes de impedir ou reverter os impactos causados pelos projetos apoiados/financiados; (2) não cumprem à risca os critérios estabelecidos; e (3) são limitadas em suas propostas e em seus objetivos. Sem a pretensão de identificar todos os problemas relacionados à atuação socioambiental do Banco, se faz necessário apontar alguns deles por meio dessas pesquisas.

De acordo com Garzon *et al.* (2015), a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) se revelou “insuficiente na gestão de riscos e impactos socioambientais de empreendimentos por ele financiados”, especialmente em relação aos projetos de infraestrutura:

A participação do BNDES na viabilização financeira de projetos polêmicos que são recorrentemente questionados na justiça por violações dos direitos humanos e da legislação ambiental vem demonstrando a impotência de sua PRSA tanto para avaliar os riscos socioambientais, evitando o apoio para empreendimentos temerários, como para acompanhar eficientemente a gestão de riscos e impactos socioambientais envolvidos nos empreendimentos que o banco decide apoiar. Problemas trabalhistas, violação de direitos indígenas e passivos socioambientais associados a expressivos aumentos sucessivos nos custos de empreendimentos e atrasos em seus cronogramas são elementos comuns a mega-projetos financiados pelo BNDES nos últimos anos, a exemplo das Usinas Hidrelétricas (UHE) de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte (2015, p. 122).

Ainda segundo os autores, os principais problemas considerados estruturais dessa política dizem respeito à “fragilidade dos mecanismos de análise de riscos e de acompanhamento de obrigações socioambientais de empreendedores” e à “ausência de espaços de efetivo controle social das operações financiadas pelo BNDES, evidenciada pela falta de transparência de informações de interesse público, e na carência de mecanismos de interlocução direta com as populações impactadas”²⁵³. Os autores pontuam uma série de negligências, fragilidades, incapacidades e insuficiências em sua Política de Responsabilidade Socioambiental, desde os mecanismos de análise até o acompanhamento das obrigações socioambientais, tais como:

²⁵³ *Ibidem*, p. 125.

a) utilização de conceito insuficiente de “Regularidade Ambiental”, que se limita a duas exigências: (1) uma licença ambiental (concedida pelo órgão licenciador), “desconsiderando a existência de procedimento administrativo e aplicação de sanções pelo órgão licenciador, em decorrência do grave descumprimento de condicionantes de licenças e outras responsabilidades socioambientais”, além da “vulnerabilidade do IBAMA e outros órgãos responsáveis a pressões políticas para não aplicar sanções administrativas e/ou suspender licenças ambientais, mesmo em situações de grave descumprimento de condicionantes obrigatórias”; e (2) “ausência de decisão judicial com trânsito em julgado que impeça a continuação da obra ou que condene o beneficiário por crime ambiental”²⁵⁴, ignorando “as ilegalidades cometidas pelo empreendedor quando estas não chegam a incidir em cometimento de crime, tais como infrações ambientais administrativas ou ilegalidades procedimentais no licenciamento ambiental”, bem como ignora a atuação do Judiciário frente aos grandes empreendimentos, tendo em vista que inúmeras ações judiciais do Ministério Público e de associações civis acerca da violação dos direitos humanos e da legislação ambiental, não chegam à fase final de trânsito em julgado²⁵⁵;

b) informações fundamentais que não são solicitadas, nem verificadas, tais como: a verificação de sobreposição das propriedades onde os empreendimentos se territorializam com terras indígenas ou territórios de comunidades tradicionais – seja por meio da compra de terras, do arrendamento ou da parceria com proprietários de terra para adquirir matéria prima. Deve-se citar aqui, como exemplos, os casos das usinas sucroalcooleiras Raizen/Nova América (Cosan/Shell) e Monte Verde, envolvidas na exploração de terras indígenas Guarani. No primeiro caso destaca-se a terra indígena Guyraroká no município de Caarapó/MS e no segundo a terra Jatayvary, no município de Ponta Porã/MS. Outro ponto é “a necessidade de verificar o atendimento à legislação brasileira e acordos internacionais, dos quais o Brasil é parte, referente aos direitos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais”, tal como a Convenção 169 da OIT, incorporada à legislação brasileira em 2004, mediante Decreto, que, entre outras obrigações, estabelece “a necessidade de processo de consulta livre, prévia e informada (CLPI) junto a povos indígenas e outras populações tradicionais sobre decisões administrativas capazes de afetar seus direitos”²⁵⁶.

c) informações solicitadas e verificadas de forma insuficiente, o que envolve, principalmente, o financiamento de diversos empreendimentos em uma única região sem a devida análise dos impactos causados pela territorialização conjunta. São exemplos desse

²⁵⁴ O Banco só interrompe o financiamento em casos de sentenças julgadas (condenação) em última instância.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 126-127.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 128-129.

problema: a implantação de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai, “onde se localiza a porção brasileira do Pantanal, região de grande relevância ecológica e socioeconômica, declarado como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO em 2000”. Outro exemplo é a concentração de usinas do setor sucroalcooleiro na bacia do rio Ivinhema, no Mato Grosso do Sul. Alguns dos problemas destacados são “o aumento populacional e de migrantes na região [...], problemas relacionados a mercado imobiliário, fim da agricultora familiar em alguns municípios, aumento da violência, prostituição, competição por terras agricultáveis com o setor de grãos e vários outros”. Cita-se ainda, como exemplo, a aprovação de empréstimos do BNDES para três usinas hidrelétricas situadas no Rio Teles Pires e várias Pequenas Centrais no Rio Jurema, além da implantação de uma hidrovia para escoamento de grãos, todos projetos localizados na Amazônia brasileira²⁵⁷.

d) fragilidades em sua “Cláusula Social”²⁵⁸, tendo em vista que: a “maioria das empresas concessionárias ou executoras das obras de grandes hidrelétricas são Sociedades de Propósito Específico (SPE), pessoas jurídicas criadas exclusivamente para executar um projeto e serem posteriormente dissolvidas”, dessa forma não possuem histórico para verificação, “mesmo que as empresas que compõem a SPE sejam grandes violadoras de direitos humanos”. Outro ponto importante é que as empresas construtoras, terceirizadas pelas empresas beneficiárias dos empréstimos do Banco e responsáveis pela instalação da usina, possuem maior probabilidade de violar direitos trabalhistas, contudo não estão incluídas na Cláusula Social. É o caso verificado na implantação de usinas no rio Madeira, onde constatou-se a existência de trabalho em condições análogas à de escravo²⁵⁹.

Diante do exposto, nota-se que os instrumentos criados pela política socioambiental adotada pelo BNDES não são suficientes para evitar ou combater uma série de impactos sociais e ambientais causados pela territorialização do capital no campo, além das graves violações de direitos²⁶⁰. Cabe aqui questionar: se esses instrumentos que poderiam evitar e/ou suspender o

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 130-131.

²⁵⁸ A partir de 2008 os contratos de financiamento do Banco passaram a conter uma “Cláusula Social” referente ao combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo e à discriminação de raça e gênero. Para mais informações: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/o-que-fazemos/relacionamento-clientes/clausula-social>. Acesso em: 03/09/2018.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 133. Para uma análise complementar a utilizada aqui, ver a publicação “Desenvolvimento para as pessoas? O financiamento do BNDES e os direitos humanos”, realizada pela Conectas Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/financiamento-bndes-e-direitos-humanos>. Acesso em: 14/06/2018.

²⁶⁰ Para uma análise acerca dos diferentes casos de violações de direitos cometidos por empreendimentos financiados e/ou com participação acionário do BNDES, ver Maracci (2012) e Repórter Brasil (2011).

financiamento dos empreendimentos não são capazes fazê-lo, qual o real motivo de sua existência? Outro ponto importante, que não foi tratado nas referências aqui utilizadas, é: quais são os desdobramentos dos projetos e programas sociais executados pelas corporações financiadas pelo Banco? Ou seja, como são aplicados *in loco* os recursos do Fundo Social, da Linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE) e do subcrédito social mínimo de 0,5% embutido nos financiamentos?

Por enquanto, é possível afirmar que o BNDES, especialmente durante o social-liberalismo petistas, lançou mão de diferentes mecanismos que além de possibilitarem a transferência de recursos do fundo público para a reprodução do capital, também buscaram legitimar e gerar um certo consenso diante da intensificação do novo padrão de reprodução do capital no país, baseado na exportação de especialização produtiva, sendo a Responsabilidade Social Empresarial um desses mecanismos.

A implementação da RSE no âmbito da dominação socioterritorial burguesa, apoiada pelo Banco, se deu principalmente por meio desses três mecanismos desenvolvidos e aplicados pelo BNDES: o Fundo Social, o Programa de Investimento Social de Empresas e a Política de Atuação no Entorno de Projetos, sendo os recursos do Fundo Público seu ponto central. Afirma-se, dessa forma, que mesmo quando os recursos do fundo público são alocados em políticas sociais, tanto o fundo quanto essas políticas passam a ganhar novos contornos no contexto de consolidação da hegemonia neoliberal: a privatização e o empresariamento. Isto quer dizer que a reprodução social das classes subalternas está cada vez mais subordinada às classes dominantes, aspecto que tem servido à reprodução das relações sociais de produção sob o capitalismo.

Por meio da atuação do BNDES, especialmente durante os governos petistas, foi possível observar o papel do Estado como “[...] instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (GRAMSCI, 1999, p. 324). Dessa forma, diante da expansão territorial do capital por meio de atividades ligadas à produção de *commodities* agrícolas e minerais, a atuação e direção política do BNDES além de contribuir com tal expansão também teve como objetivo “educar” para o consenso “através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente”²⁶¹.

Alguns desdobramentos desse processo no referido período foram: a) a implementação de políticas públicas gestadas no interior da sociedade civil empresarial por meio de recursos do BNDES Fundo Social, tendo em vista que suas aplicações passaram a apoiar projetos pilotos

²⁶¹ *Idem* (2001, p. 119).

visando implementar medidas para políticas públicas, como citado durante o texto; b) ao estimular a intervenção político-ideológica dos grandes grupos empresariais por meio de seus institutos e suas fundações no entorno de seus empreendimentos, as políticas de financiamento implementadas pelo BNDES dotaram a burguesia de uma “nova” relação de dominação com bases territoriais, uma dominação socioterritorial, contribuindo assim com a exploração cada vez mais voraz da terra, da natureza e do trabalho. Fato que permite concluir que o uso de mecanismos pedagógicos para educar para o consenso não significa uma harmonização das relações sociais de produção, pelo contrário, possibilita uma ampliação da expropriação e exploração das classes e frações de classes inseridas no processo de valorização do capital.

Nota-se também a inserção de um mecanismo de legitimação do padrão de reprodução do capital no Brasil, a Responsabilidade Social Corporativa (e/ou empresarial), que passou a ser implantada nas diretrizes do Banco ainda no final da década de noventa durante o governo FHC. Por fim, é possível afirmar que o BNDES desempenhou um importante papel na consolidação da dominação burguesa via social-liberalismo, especialmente por meio do apassivamento das classes sociais subalternas, com uma forma específica de educar para o consenso. Cabe agora compreender como o Estado brasileiro tem sido histórica e seletivamente ampliado pela sociedade civil empresarial para, posteriormente, analisar como o Instituto Votorantim absorveu e filtrou as diretrizes do Estado para dirigir politicamente as empresas do Grupo Votorantim, especialmente a Fibria.

CAPÍTULO 3: AMPLIANDO O ESTADO: SOCIEDADE CIVIL, TERRITÓRIO DA LUTA DE CLASSES

Na busca por compreender como se realiza o exercício da dominação socioterritorial pelo capital – considerada, aqui, como condição necessária para viabilizar tanto a territorialização dos monopólios quanto a monopolização do território durante o social-liberalismo petista –, especialmente via setor de celulose, tornou-se necessário apreender qual o papel desempenhado pela sociedade civil empresarial no processo mais amplo de produção do consenso. Parte-se do pressuposto de que, complementar ao poder coercitivo que tem seu lócus no aparelho de Estado, a intervenção político-ideológica realizada pela classe dominante por meio de suas organizações e entidades de participação política é fundamental para a reprodução do capital e das relações sociais de produção que o sustenta.

A sociedade civil, apesar de parecer um conceito desgastado devido à forma liberal em que foi apropriado e disseminado, especialmente por intelectuais orgânicos da burguesia – correspondendo supostamente ao oposto de Estado e de mercado: um “terceiro setor”; ou ainda, como uma via para além da direita liberal e da esquerda socialista: uma “terceira via” –, possui lugar de destaque no interior das análises marxistas para compreender o capitalismo, bem como para pensar o Estado, a luta de classes e as vias revolucionárias.

Parte-se da concepção de que tal conceito é componente inseparável do instrumental analítico marxista em geral e gramsciano em particular, por isso destaca-se a necessidade de colocá-lo em movimento – no espaço e no tempo – junto a outros conceitos que o compõem. Para tanto, os conceitos de Estado ampliado, hegemonia e aparelhos privados de hegemonia são fundamentais, pois, como será exposto, é no âmbito da sociedade civil – em conjunto com a sociedade política (Estado em sentido estrito) –, que a burguesia exerce sua dominação sobre as classes subalternas.

Dessa forma, para investigar a dinâmica e a estrutura que conduzem os projetos e programas ligados à responsabilidade socioambiental desenvolvidos pela Fibria, cabe somar às considerações realizadas no capítulo anterior, em relação ao papel do Estado, a importância da sociedade civil, como “território” da luta de classes, no processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo brasileiro, pois é a partir de tais considerações que a intervenção político-ideológica da Fibria será analisada.

3.1 SOCIEDADE CIVIL EMPRESARIAL E AMPLIAÇÃO SELETIVA DO ESTADO: ASPECTOS DA DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Parte-se aqui do pressuposto de que a ampliação do Estado brasileiro ocorreu de maneira intensa a partir da década de 1970, durante a ditadura civil-militar. Fontes (2010) denominou esse processo de ampliação seletiva do Estado, tendo em vista a expansão e o fortalecimento das associações empresariais durante o período da ditadura civil-militar e a repressão à expansão de partidos políticos, movimentos sociais e outras organizações de cunho popular e contestatório, essas que se ampliaram especialmente com o fim da ditadura, mas em grande parte em decorrência das lutas sociais e da forte organização popular criada durante sua vigência. A autora, apoiada na pesquisa de René Dreifuss²⁶², afirma que “no caso brasileiro a organização e difusão de aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classes, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social” (FONTES, 2010, p. 226-227).

A autora destaca importantes organizações de base popular que foram criadas durante a década de 1980, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na consolidação de uma associatividade também de base popular. Em contrapartida, ocorria a proliferação de ONGs com grande diversidade de pautas identitárias e lutas de cunho corporativo, juntamente com um processo de “onguização” e empresariamento das organizações populares, ou seja: recusa à realização de reflexões classistas; profissionalização dos serviços de assessoria prestada aos movimentos populares; transformação da militância em emprego; busca por recursos junto a agências financiadoras nacionais e internacionais²⁶³. Nota-se, com isso, uma verdadeira luta de classes no interior da sociedade civil: por um lado organizações que, mesmo atuando no terreno corporativo, como o caso do PT, mantinham no horizonte a construção de uma nova hegemonia e, por outro, a profissionalização e tecnificação dos serviços prestados pelas ONGs.

Apesar dessa luta e dos interesses antagônicos no interior da sociedade civil, Fontes (2010, p. 238-242) chama a atenção para o fato de que o conceito de sociedade civil construído durante o período ditatorial, já com alguma difusão dos escritos de Gramsci, idealizava a sociedade civil como espaço da liberdade em contraposição ao Estado, identificado

²⁶² Pesquisa de doutorado que deu origem ao livro “1964 – A conquista do Estado”, publicado em 1987.

²⁶³ *Ibidem*.

simplesmente como ditadura. Tal idealização teria aberto espaço para a atuação das entidades empresariais e a difusão de uma leitura liberal que contrapõe Estado e sociedade civil.

Cabe ainda destacar que as entidades empresariais, ainda neste período, tiveram forte atuação no processo constituinte, principalmente para “impedir (ou reduzir) as conquistas de cunho universalizante no âmbito da nova Constituição”²⁶⁴. De acordo com Fontes, as “entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil [...] e participavam intimamente do Estado, antes e durante o período ditatorial”²⁶⁵.

Com a redemocratização, uma série de eventos contribuíram para a reconfiguração da sociedade civil brasileira e para um processo de esvaziamento do conteúdo trabalhista que atingiu especialmente o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores²⁶⁶, principal eixo de aglutinação das associações populares, tais como: o desmantelamento da União Soviética; a adesão empresarial ao programa neoliberal; a criação da Força Sindical e a nova tática patronal para desmontar a organização dos trabalhadores.

Já durante a década de 1990, com o programa neoliberal adotado por Collor e aprofundado durante o governo FHC, ocorreu um forte processo de produção de consensos no âmbito da sociedade civil, sem cessar, contudo, a coerção frente as organizações que mantiveram sua atuação em um formato anticapitalista, como foi o caso do MST.

Fontes destaca a intenção da burguesia de reduzir a democracia à capacidade gerencial de conflitos. De acordo com a autora:

Toda e qualquer formulação antissistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores enquanto classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada: admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas administráveis. Para os renitentes, a repressão seria feroz (como foi o caso da extrema violência contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST ao longo das duas gestões FHC, apoiada e estimulada pela mídia) (FONTES, 2010, p. 263).

Nesse sentido, ganha destaque o processo de mercantil-filantropização da luta social (FONTES, 2010). Como expressão desse processo destaca-se a atuação da Força Sindical como contraponto à atuação da CUT e porta-voz do novo sindicalismo, com a defesa do diálogo em oposição ao radicalismo sindical e da colaboração de classes no lugar do confronto entre capital e trabalho (MARTINS, 2007, p. 132). Acrescenta-se a isso a atuação da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) que reduziu a noção de esfera pública como

²⁶⁴ Ibidem, p. 241.

²⁶⁵ Ibidem, p. 242.

²⁶⁶ Esse processo, com base em Gramsci e autores que trabalham a partir de suas concepções teórico-metodológicas, foi denominado de transformismo no capítulo 1 desta tese.

fonte de recursos ao adotar a expressão “privado, porém público”, bem como generalização das formas associativas, contribuindo com a disseminação das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil).

Martins (2007, p. 121) aponta a participação ativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na implantação de um projeto neoliberal para o país por meio da proposta intitulada “Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno”, lançada em 1990. Tal proposta foi elaborada a partir das orientações do *Consenso de Washington*.

Dentre críticas ao tamanho do Estado nas décadas anteriores, fato que teria colocado restrições ao mercado nacional e barreiras à sua integração com a economia internacional, além de um suposto teor populista que estaria contido na nova constituição, colocou-se em prática a redefinição do papel do Estado por meio de políticas econômicas e sociais e um novo padrão de sociabilidade.

Diante dos problemas sociais causados pelo ajuste estrutural de cunho neoliberal clássico, colocado em prática a partir da década de 1970 pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1990 um novo projeto político-ideológico foi adotado pelos organismos (educativos) internacionais com a finalidade de criar um consenso ativo no âmbito da sociedade civil frente a tais problemas: o projeto da Terceira Via (MELO, 2005).

Tal renovação ideológica do neoliberalismo foi introduzida no Brasil durante a segunda metade da década de 1990 com o programa de governo de FHC que, junto a medidas econômicas, adotou, também, orientações políticas do Banco Mundial para a realização de “parcerias” com organizações da sociedade civil. O documento intitulado “Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil”²⁶⁷, coloca em evidência tal renovação, discorrendo sobre as ações políticas implementadas pelo banco na América Latina e em especial no Brasil, frente à atuação da sociedade civil.

Por meio do relatório é possível identificar as medidas adotadas pelo Banco em relação à sociedade civil. Um quadro sobre políticas e iniciativas de participação indica que o banco passou a adotar diretrizes operacionais acerca das organizações da sociedade civil a partir de 1981, com destaque para as diretrizes de 1989 em que se encontram recomendações de como as diferentes unidades do banco devem manter contato com as ONGs e envolvê-las, sempre que necessário, nos projetos financiados pelo Banco. São citados também dois estudos sobre a participação da sociedade civil: O Banco Mundial e a Participação (1994), resultado do trabalho de um grupo criado em 1990 de Aprendizado sobre Participação; e o Guia de Participação

²⁶⁷ Documento publicado no ano 2000 pelo então funcionário do Banco Mundial em Brasília, John W. Garrison.

(1996), “que inclui exemplos bem sucedidos de estratégias de participação utilizadas em 17 projetos financiados pelo Banco em todo o mundo e apresenta resumos das mais conhecidas metodologias sobre pesquisa participativa, facilitação de reuniões e *construção de consensos*” (GARRISON, 2000, p. 60. Grifo nosso).

Cabe destacar que o contato formal entre o Banco Mundial e as organizações da sociedade civil teve início em 1981 com a criação do Comitê Internacional Banco Mundial-ONGs, composto por funcionários do Banco e representantes de ONGs espalhadas pelo mundo, com reuniões anuais que promoviam diálogos sobre políticas públicas, além da troca de informações. Mas foi em 1995, com a descentralização da comissão ONG-Banco Mundial, que começaram as reuniões regionais. A primeira reunião realizada na América Latina teve lugar na Colômbia e deu origem ao Plano de Ação para a Participação na América Latina e Caribe, que vai desde a contratação de cientistas sociais e especialistas em sociedade civil, passando pela realização de seminários temáticos sobre a relação entre governo, sociedade civil e Banco, até o acompanhamento de projetos elaborados de forma considerada mais participativa e a realização de mapeamentos da sociedade civil em alguns países.

Diversas outras reuniões aconteceram durante a segunda metade da década de 1990, envolvendo as seguintes pautas: principais projetos de fundos de investimento social; políticas macroeconômicas; reforma do Estado; pobreza urbana e gênero; privatização e seu impacto no desemprego; gerenciamento da dívida; o papel do setor informal em relação à pobreza urbana; reforma educacional; impacto social dos empréstimos de ajuste estrutural (componentes de projetos sociais, política fiscal e previdência social), dentre outras²⁶⁸.

Garrison busca, ao decorrer do texto, afirmar que, apesar das divergências – que segundo o autor ocorreriam devido apenas à falta de diálogo –, há interesses em comum entre Estado, sociedade civil e o Banco Mundial: “embora o enfoque e o conteúdo das propostas de reforma de estado possam variar, no final das contas, tanto o Banco como as OSCs²⁶⁹ defendem uma agenda comum ampla que é a de reformar o Estado, tornando-o mais responsável, “enxuto” e eficaz na prestação de serviços públicos”²⁷⁰. Dessa forma, transformar (e/ou fortalecer) as organizações da sociedade civil em e como trincheiras de luta em defesa do capitalismo – ou pelo menos em reivindicações dentro dos seus limites –, por meio de um processo de transformismo e de convencimento, foi a estratégia adotada pelo Banco Mundial para continuar a introduzir as contrarreformas sem maiores riscos e visando incorporar ativamente as classes

²⁶⁸ *Ibidem* (p. 65-66).

²⁶⁹ Organizações da Sociedade Civil.

²⁷⁰ *Ibidem* (p. 55).

subalternas ao seu programa. Para tanto, os grandes empréstimos destinados à realização dos ajustes estruturais, impostos pelo Banco e implementados pelo Estado, passaram a contar com recursos de fundos para pequenos projetos, ampliando-se, assim, o número de projetos com perspectiva de participação da sociedade civil de 20% em 1989 para 46% em 1997.

Aqui, torna-se importante mencionar alguns dos projetos – criados pelo Estado brasileiro com auxílio do Banco Mundial – que estariam voltados para as OSCs e utilizaram os denominados Fundos de Pequenos Projetos. A título de exemplo, destacam-se quatro projetos mencionados por Garrison (2000): o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR); o Piloto da Reforma Agrária (Cédula da Terra); o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO); e o Projeto de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO).

O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), criado em 1995, no início do governo FHC, e inserido no Programa Comunidade Solidária²⁷¹, surgiu de uma série de projetos implementados pelo BIRD na região nordeste do país desde 1975. Voltado para infraestrutura, produção, educação e saúde comunitária, o Programa deu origem ao Projeto Piloto da Reforma Agrária, criado em 1997 (PEREIRA, 2012, p. 116). O Piloto da Reforma Agrária (Cédula da Terra) era composto de empréstimos para a aquisição da terra e recursos voltados para infraestrutura comunitária, produção agrícola e assistência técnica, e foi implementado nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco²⁷². Na ocasião o MST se articulou com outras entidades da sociedade civil durante o Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo para fazer oposição ao projeto por meio de pedidos de investigação submetidos ao Painel de Inspeção do Banco, mas tais pedidos não foram acatados pelo Conselho dos Diretores Executivos (GARRISON, 2000, p. 22).

Tanto o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), assinado em 1992 e iniciado no ano seguinte, com um empréstimo de U\$\$ 167 milhões do Banco Mundial, quanto o Projeto de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO), que também teve a primeira parcela do financiamento liberada em 1993 e contou com um empréstimo de U\$\$ 205 milhões do banco, surgiram como ações compensatórias pelos graves impactos socioambientais e conflitos fundiários decorrentes do Programa de Desenvolvimento Integrado

²⁷¹ Programa que gerenciava os programas de redução da pobreza e combate à fome, como será demonstrado mais à frente.

²⁷² Diversos trabalhos do pesquisador João Márcio Mendes Pereira analisam a dinâmica do Cédula da Terra e relatam os problemas relacionados ao programa, inclusive em relação ao suposto protagonismo das associações nos processos decisórios. Tal projeto piloto deu origem a programas mais abrangentes, tais como Banco da Terra (1998), Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (2002) e, por último, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (2003). Para mais detalhes, ver Pereira (2012).

para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), financiado pelo próprio Banco Mundial na década anterior²⁷³.

Em relação ao PLANAFLORO, Garrison concorda que ao “final do quarto ano de implementação, poucos dos objetivos tinham sido alcançados, os mecanismos de participação da sociedade civil não estavam funcionando e apenas 50% dos recursos tinham sido gastos” (2000, p. 57). Destaca ainda que o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, criado para monitorar o projeto, “organizou uma campanha internacional para suspender os desembolsos dos recursos destinados ao projeto e solicitou ao Painel de Inspeção do Banco Mundial que investigasse o caso”²⁷⁴.

Em ambos os casos, Garrison (2000) afirma que ocorreu uma reestruturação dos projetos que contou com a implantação do Programa de Apoio a Iniciativas Comunitárias (PADIC) no âmbito do PRODEAGRO e do Programa de Iniciativas Comunitárias (PAIC) para o PLANAFLORO, voltados para aprimorar o desempenho dos projetos e responder às demandas das OSCs por meio do financiamento de subprojetos de infraestrutura social, produção agrícola e proteção ambiental. Citando o caso do PLANAFLORO, o autor afirma que, com a reestruturação do projeto e os recursos do PAIC (US\$ 22 milhões), verificou-se a “substituição do conflito e da tensão, que há tanto tempo caracterizam as relações entre o governo estadual e a sociedade civil por uma postura de diálogo e colaboração”²⁷⁵.

Assim como aconteceu com o Cédula da Terra e o PLANAFLORO, outros projetos encampados pelo Banco também tiveram pedidos de investigação submetidos por ONGs e movimentos sociais ao seu Painel de Inspeção²⁷⁶, tal como o projeto de reassentamento compulsório da represa de Itaparica. Contudo, nenhum dos projetos citados teve o pedido de investigação aprovado pelo Conselho de Diretores Executivos do Banco.

É importante destacar, de acordo com Pereira (2009, p. 202), que a concepção de “sociedade civil” adotada pelo Banco é sinônimo de associações voluntárias e ONGs. O autor afirma que de “modo geral, sindicatos, movimentos populares e organizações camponesas e indígenas ficaram de fora”, e destaca que por “conveniência política, o Banco manteve nas

²⁷³ É propício assinalar aqui que a aproximação do Banco Mundial com representantes de ONGs e a criação de políticas de salvaguarda socioambiental se deram devido à pressão da sociedade civil diante dos impactos causados pelos projetos de ajuste estrutural do Estado, financiados pelo próprio banco. No Brasil, o Polonoroeste foi o principal gatilho para a mobilização social e a pressão exercida sob os representantes do Banco Mundial. Para mais detalhes, ver Pereira (2011), “Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais”.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 57.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 57.

²⁷⁶ O Painel de Inspeção do Banco Mundial foi criado em 1994 e, segundo Garrison (2000, p. 64), “muitas OSCs consideram ser um dos instrumentos mais significativos do Banco para assegurar *accountability*, transparência e participação nas ações do Banco a nível mundial”.

sombras a “participação” discreta, mas regular, do setor privado (indústrias, agroindústrias, empreiteiras, bancos e empresas de consultoria) em suas operações”.

Para Fontes (2010), no início o Banco Mundial foi admitido como parceiro das ONGs desde que aceitasse suas condições, mas, entretanto, acabou invertendo o sentido e impondo suas próprias condições. Sua atuação junto às organizações sociais foi no sentido de gerir os conflitos decorrentes das grandes reformas financiadas e conduzidas por ele próprio, por meio de pequenas reformas e da disputa pelos significados acerca da sociedade civil e da democracia, contribuindo, assim, para o fortalecimento da hegemonia neoliberal. De acordo com a autora:

A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do capital, com ênfase para o Banco Mundial. Sua pauta exigia centralizar as eleições, reforçar as garantias da propriedade e aprofundar o “gerenciamento”, inclusive dos conflitos, sendo o “alívio à pobreza” e a garantia da “segurança” as políticas norteadoras do Banco Mundial. *Tratava-se, portanto, de, admitindo a existência da pobreza (separada das relações sociais que exacerbam as desigualdades), incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas a legitimar a ordem através de sua participação na gestão de recursos escassos.* As reivindicações populares seriam canalizadas, por exemplo, através de Orçamentos Participativos que teriam forte *papel pedagógico*. Fruto de lutas sociais pelo controle popular dos orçamentos públicos, elas seriam redirecionadas para sua agregação à institucionalidade vigente, bloqueadas economicamente e subalternizadas politicamente. Como? Não se questionando a estrutura do orçamento, mas a forma de gerenciar os magros percentuais destinados às questões sociais; administrando o conflito interno entre carências impossíveis de sanar sob aquela estrutura. *A proposta da redução democrática à gestão de conflitos imediatos se disseminava* (FONTES, 2010, p. 281. Grifos nosso).

Com a contribuição do Banco Mundial no âmbito da articulação entre aparato de Estado e sociedade civil, o governo FHC criou, em 1995, o Programa Comunidade Solidária para gerenciar os programas de redução da pobreza e combate à fome, cujo Conselho, presidido por Ruth Cardoso, se configurou como o principal ponto de orientação para a intervenção político-ideológica das classes dominantes na sociedade civil. De acordo com Martins (2007, p. 192), a atuação do Programa contou com duas frentes de ação que contribuíram para a afirmação de uma nova sociabilidade, foram elas: a coordenação de políticas orientadas para o “ajustamento da sociedade civil para entrar num regime de colaboração com a aparelhagem de Estado, estimulando a responsabilidade social empresarial e a criação de organizações sem fins lucrativos” e a “afirmação do novo modelo de cidadania” que estimula a participação social por meio do “voluntariado” e do individualismo enquanto valor moral.

Segundo Garrison (2000, p. 76), o Conselho da Comunidade Solidária²⁷⁷, ao reconhecer a importância estratégica do “terceiro setor”, contribuiu para a introdução de leis propícias e de maior visibilidade:

O conselho também teve um papel de destaque na promoção de diálogo intersetorial e da *construção de consensos com relação a diversos temas importantes e politicamente sensíveis*. Estes incluíram a reforma agrária, empregos e renda, direitos da criança, segurança alimentar, educação básica e as chamadas “leis do terceiro setor”. Em cada um desses casos, os principais formadores de opinião do país (ministros, sindicalistas, empresários, líderes de ONGs, acadêmicos e representantes de igreja) reuniram-se em workshops que resultaram em diversas recomendações de “agendas básicas” ou, em alguns casos, de estudos e políticas públicas.

Destaca-se também o apoio a alguns projetos, no âmbito do programa, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implementação das “leis do Terceiro Setor”, tais como: a) Revisão do Marco Legal; b) Promoção do Trabalho Voluntário; Rede de Informação do Terceiro Setor (RITS)²⁷⁸. O autor afirma que, dentre as principais contribuições desses projetos, estaria a promoção de parcerias entre governo, sociedade civil e setor privado, com destaque para algumas parcerias então estabelecidas com grupos empresariais de destaque, tais como Votorantim, General Motors, DM9, dentre outros.

Para Neves (2005, p. 93), o Programa Comunidade Solidária, além “de cumprir o importante papel de polo aglutinador de forças político-sociais para implementação das ações educadoras da sociabilidade neoliberal na sociedade civil”, teve também “papel fundamental na elaboração do seu arcabouço jurídico, em especial na elaboração da Lei das Organizações Sociais (OS) de 1998, da Lei do Voluntariado, em 1998, e da Lei nº 9.790/99, que cria as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips)”.

Cabe destacar que diversos programas criados no âmbito do Comunidade Solidária foram transformados em organizações e, logo em seguida, obtiveram a qualificação de OSCIP, tais como: Programa Artesanato Solidário, transformado na organização ArteSol (Artesanato Solidário: programas de apoio ao artesanato e à geração de renda); a Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) que se qualificou como OSCIP em 2001; o Programa Universidade Solidária (UNISOL) transformado em organização da sociedade civil e mais tarde OSCIP; dentre outros casos (MARTINS, 2007). Nesse contexto, Neves (2005, p. 94) chama a atenção para a criação de outra organização de interesse público, a Comunitas, criada no ano 2000 pela

²⁷⁷ Segundo o autor, o Conselho do programa era composto por “32 membros: 4 ministros e 27 representantes da sociedade civil (ONGs, setor privado, universidade, igreja, área cultural), sendo presidido pela primeira dama do País” (p. 76). Cabe destacar a ausência de representantes de movimentos sociais no Conselho.

²⁷⁸ *Ibidem*, p.76.

então primeira-dama com a finalidade de transferir todo o aparato público construído durante o governo FHC e garantir a continuidade dos programas gerados pelo Comunidade Solidária.

A maior parte dos programas criados pelo Comunidade Solidária contou com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de diversas empresas – com a lei das OSCIPs passaram a fazer doações dedutíveis de seus impostos de renda –, e com recursos do fundo público advindos principalmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). De acordo com Martins (2007, p. 207), o BID contribuiu na execução do plano de trabalho do Comunidade Solidária por meio de assistência, acompanhamento e recursos a fundo perdido, mas em contrapartida “exigiu que o governo Fernando Henrique Cardoso deveria destinar valores consideráveis do fundo público, via BNDES e Fundo de Amparo ao Trabalhados (FAT), e mobilizar doações da burguesia brasileira para os projetos previstos no contrato”²⁷⁹.

A criação das Oscips possibilitou a transferência direta de recursos públicos para as organizações da sociedade civil, especialmente às denominadas Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil), e lhes transferiu autoridade para formulação, controle e execução de políticas públicas.

Uma pesquisa realizada em 2002 pelo IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), intitulada “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil”, apontou o expressivo aumento no número de FASFIL entre os anos de 1996 e 2002, passando de 105 mil para 276 mil entidades (IBGE, 2004).

Foram criadas, também nesse período, para adequar tais organizações ao “novo modelo empresarial” de intervenção político-ideológica, as redes de organizações sem fins lucrativos, principais *think tanks* da sociedade civil empresarial, tais como: o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

O GIFE, criado em 1995, é considerado uma organização sem fins lucrativos, cuja finalidade é dirigir o investimento social privado de seus associados. Segundo o grupo: “Nosso papel central é gerar conhecimento a partir de articulações em rede para aperfeiçoar o ambiente político institucional do investimento social e ampliar a qualidade, legitimidade e relevância da atuação dos investidores sociais privados²⁸⁰”. Atualmente, a rede conta com 141 associados de origens empresarial, familiar, independente e organização comunitária, que, segundo seu

²⁷⁹ Liga-se a este ponto a atuação do BNDES por meio de seu Fundo Social que destinou recursos não-reembolsáveis a entidades sem fins lucrativos, como destacado no capítulo 2.

²⁸⁰ Disponível em: <https://gife.org.br/quem-somos-gife/>. Acesso em: 08/04/2019.

website, investem cerca de R\$ 2,9 bilhões por ano na área social por meio de projetos próprios ou de terceiros. A atuação desse aparelho privado de hegemonia é guiada pelas seguintes “agendas estratégicas”: a) alinhamento do investimento social às políticas públicas; b) alinhamento entre investimento social e o negócio; c) avaliação; d) comunicação; e) fortalecimento das organizações da sociedade civil; f) governança e transparência; g) negócios de impacto social.

É importante destacar que o GIFE participou junto ao Conselho do Comunidade Solidária da formulação da “Lei do Terceiro Setor”, reivindicando “que as organizações sem fins lucrativos situadas na sociedade civil de origem empresarial pudessem se qualificar como aptas a disputar os recursos do fundo público para desenvolvimento de projetos sociais tidos como de relevância estratégica para o país” (MARTINS, 2007, p. 151). Hodiernamente, o Grupo tem participado de debates e criado sugestões no interior de audiências públicas acerca da Medida Provisória (MP) 851/2018 que regula a criação dos fundos patrimoniais para o fomento de instituições de “interesse público”, ou seja, com a finalidade de financiar a intervenção político-ideológica da sociedade civil empresarial. Criou também, em conjunto com outras organizações, o projeto “Sustentabilidade Econômica das Organizações da Sociedade Civil” para discutir a pauta desses Fundos²⁸¹.

Já o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma OSCIP criada em 1998 e tem como missão, segundo o próprio instituto, “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável”²⁸². O Instituto se tornou um ativo disseminador da ideologia da responsabilidade social, contribuindo para que as instituições empresariais: a) incorporem um “comportamento empresarial socialmente responsável”; b) “atendam a elevados critérios éticos”; c) assumam “responsabilidades com todos aqueles que são atingidos por suas atividades”; d) demonstrem “a seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável”; e) identifiquem “formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades”; contribuam “para um desenvolvimento social, econômica e ambientalmente sustentável”²⁸³.

O Instituto, junto aos seus associados, composto majoritariamente por grandes empresas, tem influenciado na elaboração de políticas públicas. Segundo sua apresentação institucional de 2017, o Instituto havia contribuído com a elaboração de mais de vinte políticas

²⁸¹ Disponível em: <https://gife.org.br/>. Acesso em: 08/04/2019.

²⁸² Disponível em: <https://www.ethos.org.br/>. Acesso em: 08/04/2019.

²⁸³ *Ibidem*.

públicas que versam sobre questões relacionadas à segurança alimentar, trabalho escravo, corrupção, mudanças climáticas, biodiversidade, participação e controle social, dentre outras.

Diante da atuação desses verdadeiros aparelhos difusores da responsabilidade social (MARTINS, 2007), nota-se que eles possuem uma função de direção política da sociedade civil empresarial tendo em vista que seus representantes se unem, por meio de suas entidades (Fundações e Institutos), para formular e difundir conhecimentos que são destinados à intervenção político-ideológica tanto no âmbito da sociedade civil, por meio de programas e projetos sociais, quanto no do Estado (em seu sentido estrito) por meio de políticas públicas que cumpram seus próprios interesses.

É possível afirmar que durante a segunda metade da década de noventa uma série de ações contribuíram para um movimento de transformações do processo de ampliação do Estado brasileiro com destaque para a intervenção político-ideológica da sociedade civil empresarial. Nota-se um aperfeiçoamento dessa atuação pela direção ideológica do social liberalismo. Tal fenômeno, que teve início durante o primeiro mandato de FHC, não se esgotou com o fim de seu segundo mandato. Pelo contrário, de acordo com Neves (2005) e com a exposição feita no primeiro capítulo dessa tese, o projeto de sociabilidade neoliberal da Terceira Via ganhou fôlego com os governos do Partido dos Trabalhadores.

Neves (2005, p. 95) considera que com a vitória de Lula iniciou-se a terceira etapa desse projeto – a primeira e segunda corresponderiam respectivamente ao primeiro e segundo mandatos de FHC –, com o objetivo de dar continuidade às reformas estruturais, “em especial daquelas que visam à desregulamentação das relações de trabalho (reformas da Previdência, trabalhista e sindical)”. De acordo com Fontes (2010, p. 298), o governo Lula configurava-se como:

[...] o mais capacitado socialmente a exercer o papel originalmente cumprido pela Força Sindical: contribuir ativamente para a destruição interna das lutas socializantes, ao tempo em que assegura a adequação social e formidáveis recursos ao capital-imperialismo no Brasil, sob o formato democrático da violência couraçada de convencimento.

Para a autora os programas Fome Zero e Bolsa Família generalizaram a experiência de alívio à pobreza “sob forma privatizada e antiuniversal [...] antes limitada a uma tímida vitrine social, do Programa Comunidade Solidária” (Idem, p. 297). O Programa Fome Zero teria sido um dos principais pontos de contato entre Estado (em seu sentido estrito) e sociedade civil durante os dois mandatos de Lula. Ele contou com um gabinete de mobilização social que, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, “congregou empresas, denominações religiosas, ONGs, sindicatos e escolas em um mutirão de combate à fome”

(NEVES, 2005, p. 97). Martins (2007) destaca, além do Fome Zero, mais dois programas que teriam contribuído com a consolidação daquilo que o autor denomina de nova sociabilidade do neoliberalismo da Terceira Via, o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa de Construção de Cisternas.

Destaca-se, também, a atuação da burguesia no interior do aparelho de Estado, especialmente por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)²⁸⁴ – criado em 2003 e presidido pelo Presidente da República – como uma plataforma ético-política para a imposição dos projetos políticos e econômicos da burguesia (GUIOT, 2015). Nesse sentido, Guiot (2015, 277) demonstra como o CDES se constituiu em “um dos canais, no interior do aparato estatal, de sustentação, (re)formulação, (re)modelamento e de divulgação da ideologia social-liberal sob a hegemonia da visão de mundo cara às entidades e associações empresariais da sociedade civil”, demonstrando a importância de sua participação no contínuo processo de “ampliação seletivamente burguesa do Estado”.

Martins (2005, p. 168) chama atenção para a nomeação do presidente do Instituto Ethos a Conselheiro da Presidência da República e membro do CDES, “juntamente com outros empresários ligados ao Instituto Ethos, permitindo, assim, [...] a penetração da ideologia da “responsabilidade social empresarial” nas esferas do governo”.

Outro ponto que merece ser retomado como expressão desse aprimoramento da dominação burguesa via social-liberalismo e a contribuição do Partido dos Trabalhadores para sua consolidação, diz respeito à participação ativa do BNDES no processo de acumulação de capital por meio de programas, financiamentos (subsidiados) e capitalização via instrumentos de renda variável e debêntures. O banco também contribuiu para a criação de uma dominação socioterritorial dos diferentes setores do capital produtivo, especialmente por meio de: (1) mudanças ocorridas na destinação de seu Fundo Social que passou a fomentar a responsabilidade social das empresas e fez da sociedade civil empresarial e das próprias empresas responsáveis pela execução de projetos de inclusão produtiva no entorno de seus megaprojetos; (2) criação do Programa de Investimento Social de Empresas (Linha ISE) e da Política de Atuação no Entorno de Projetos, temática desenvolvida no capítulo anterior.

Importante destacar que tais mudanças ocorridas no interior do BNDES, em seus programas e em suas diretrizes e linhas de créditos, bem como a criação de novos programas e novas diretrizes e linhas de crédito, foram debatidos, implementados e aprovados pelo

²⁸⁴ O CDES foi criado pela Lei n. 10.683 e extinto por meio da revogação pela Lei nº 13.502, de 2017, assinada por Michel Temer. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm. Acesso em: 10/04/2019.

CODEFAT, que além de representantes da sociedade política é composto por representantes de instituições da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia), tanto de extração popular quanto empresarial, dentre elas estão como representantes dos trabalhadores: CUT, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); e como representantes empresariais: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Turismo (CNTur) e Confederação Nacional do Transporte (CNT)²⁸⁵.

Para compreender como ocorre essa relação entre sociedade civil e Estado (sociedade política), a assertiva de Fontes (2017, p. 211-212) é fundamental. De acordo com a autora, esse relacionamento possui dois sentidos fundamentais, um diz respeito à aproximação entre partidos políticos (oficiais²⁸⁶) e aparelhos privados de hegemonia com a finalidade de ingressar seus representantes no interior da sociedade política. Dessa forma, “os APHs [Aparelhos Privados de Hegemonia] passam a constituir (e mesmo, em alguns casos, a construir) Estado”; outro sentido se refere ao “ingresso de integrantes de APHs no Estado restrito – oficial ou oficiosamente – promove a disseminação de políticas estatais efetivas, de escopo mais amplo e extenso do que seria possível à entidade original”. Importante salientar que tal relação, destaca a autora, não se dá sem conflitos entre os diferentes aparelhos privados, os partidos políticos e as classes e frações de classes que os compõe.

Mesmo que organizações populares contem com representantes no interior dos Conselhos deliberativos e Programas governamentais – brecha de interferência da sociedade civil no Estado e vice-versa (ponto de ligação entre ambos) –, há um predomínio das entidades que compõem a sociedade civil empresarial que dificulta a existência de processos democratizantes, impondo uma intervenção político-ideológica voltada para: a) “o “desenvolvimento” (isto é, a garantia da expansão econômica do capital e de rigorosa separação entre o “econômico” – naturalizado – e as intervenções oficialmente políticas)”; e b) “a promoção de um tipo de sociabilidade adequada ao formato econômico que poreja a partir do

²⁸⁵ Informações disponíveis em: <http://portalfat.mte.gov.br/codefat/composicao-codefat/>. Acesso em: 12/04/2019.

²⁸⁶ É importante destacar tal adjetivo, pois, de acordo com a autora, para Gramsci as entidades associativas podem se tornar “partidos não eleitorais” por serem “capazes de aglutinar setores sociais, inclusive outras entidades associativas, atuando, portanto, permanentemente de maneira política” (Idem, 212).

conjunto do processo produtivo e se dissemina como imposição do mercado” (FONTES, 2017, p. 213).

Fontes (2017) denominou de hegemonismo essa forma de ativismo empresarial-político burguês por meio da “generalização dos procedimentos de convencimento com base seja em entidades empresariais, seja no financiamento por APHs empresariais de associação de cunho popular”, sendo que “seus limites resultam de seu próprio sucesso e, portanto, da enorme expansão das contradições que o atravessam”²⁸⁷.

É a partir do contexto aqui esboçado e do papel da sociedade civil e dos aparelhos privados de hegemonia na ampliação do Estado que se buscará analisar a intervenção político-ideológica implementada pelo Instituto Votorantim, para, posteriormente, analisar como esse hegemonismo contribui para a territorialização das empresas que compõem o referido Grupo, especialmente a Fibria Celulose.

3.2 O INSTITUTO VOTORANTIM COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA EMPRESARIAL

O Instituto Votorantim surgiu no lastro de intenso movimento de reformulação e difusão da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil. Tal movimento tomou corpo após a segunda metade da década de 1990, com: (1) a criação do programa governamental Comunidade Solidária e a instituição do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) em 1995; (2) a instituição do Fundo Social do BNDES em 1996; e (3) a criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social em 1998.

Já o início do século XXI marca a consolidação da Responsabilidade Social Empresarial como estratégia para educar as classes e frações de classes subalternas para o consenso, sob a direção do BNDES, tendo como marco: a publicação dos relatórios setoriais da Área de Desenvolvimento Social do banco; as reformulações do Fundo Social; a criação do programa de Investimento Social de Empresas; e a Política de Atuação no Entorno de Projetos, como destacado no capítulo anterior.

É nesse contexto que o Instituto Votorantim se encontra inserido. Criado em 2002, o Instituto é responsável por elaborar, direcionar e avaliar o investimento social realizado pelas empresas do Grupo Votorantim²⁸⁸. Seu objetivo seria “assegurar que a presença de uma unidade

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 224.

²⁸⁸ São elas: (a) Votorantim Cimentos; (b) Nexa (resultado da incorporação da peruana Milpo pela Votorantim Metais); (c) Votorantim Siderurgia; (d) Votorantim Energia; (e) Companhia Brasileira de Alumínio; (f) Fibria; (g) Citrosuco; (h) Banco Votorantim. O Grupo também possui ativos em 32 hidrelétricas, além de uma empresa para

Votorantim propicie melhoria na qualidade de vida das comunidades, *o que resulta, também em um ambiente melhor para as empresas*²⁸⁹ (Grifos nosso). Para ajudar a compreender a atuação do Instituto e seu papel dentro do Grupo Votorantim, um breve histórico é apresentado no quadro 10.

Quadro 10: Linha do tempo do Instituto Votorantim

Ano	Acontecimentos
2002	Nascimento: O Instituto Votorantim foi criado no final de 2002 para alinhar, fortalecer e qualificar as ações sociais da Votorantim. A fim de estimular a capacidade de desenvolvimento das comunidades, o Instituto passou a elaborar políticas e estratégias de orientação dos investimentos sociais, com destaque para os programas de educação e trabalho dedicados aos jovens, campo de atuação que posteriormente seria ampliado.
2003	Aprendizado: O Instituto implantou comitês em suas empresas, nos quais os funcionários atuavam como gestores do investimento, acompanhando os projetos, e desde então passou a apoiar o relacionamento com a comunidade e o desenvolvimento dos projetos sociais.
2004	Consolidação: Foi o período de fortalecimento do apoio mais efetivo entre as empresas e o Instituto, com o estabelecimento de programas e parcerias para a implementação de projetos sociais nas comunidades, ainda com foco em educação e trabalho.
2005/ 2006	Expansão e Responsabilidade Social: Para reforçar e qualificar o planejamento de investimentos sociais, em 2005 e 2006, o Instituto capacitou profissionais exclusivos para atender cada uma das suas empresas. O período também foi marcado pela expansão da atuação para a área de cultura, com o início do Programa de Democratização Cultural Votorantim, e pelo surgimento do Via – Apoio ao Estatuto da Criança e do Adolescente.
2007	Evolução estratégica: Ao completar cinco anos, o Instituto traçou um plano estratégico e passou a orientar a integração dos investimentos sociais das suas empresas. Este foi o ano em que os Indicadores Ethos começaram a ser aplicados em diversas das suas

gerir seus ativos ambientais, a Reservas Votorantim LTDA. A empresa é responsável por administrar o Legado das Águas, uma área de 31 mil hectares de Mata Atlântica, considerada a maior reserva privada do país. A área foi adquirida pela Votorantim nas décadas de 1920 e 1950 para, segundo a empresa, garantir a disponibilidade hídrica onde atualmente localizam-se sete usinas hidrelétricas operadas pela Votorantim Energia. Disponível em: <https://legadodasaguas.com.br/reservas-votorantim/>. Acesso em: 18/02/2019.

²⁸⁹ Disponível em: <<http://www.institutovotorantim.org.br/instituto/quem-somos/>> (Acesso em: 02/05/2018).

	empresas. Ainda em 2007, o Instituto coordenou o 1º Prêmio Líder Social, para destacar funcionários comprometidos com ações sociais nas comunidades.
2008	Rotas para o Futuro: O Instituto Votorantim estendeu seu apoio a projetos na área de esportes e lançou o conceito “Criando rotas para o futuro”, sistematizando os programas dedicados aos jovens. A sistematização de metodologias também avançou, com o lançamento do Guia de Investimento Social Externo e o desenvolvimento do Manual de Engajamento com Partes Interessadas, do Guia de Formalização de Parcerias e do Guia do Parceiro.
2009	Sustentabilidade: Os sete anos de existência do Instituto Votorantim enfatizaram ainda mais o compromisso de qualificação do investimento social e de fortalecimento da cultura de responsabilidade social. A evolução estratégica obtida nos últimos anos deu ao Instituto também o papel de estimular o alinhamento das empresas aos sete Princípios de Sustentabilidade da Votorantim ²⁹⁰ , um dos marcos de 2009 e um exercício inicial de integração entre os negócios. Outra conquista importante foi o surgimento do projeto Parceria Votorantim pela Educação.
2010	Rede de Parcerias: Foi o ano das articulações e da expansão das parcerias destinadas a promover o desenvolvimento econômico das comunidades. Merece destaque o acordo consolidado com o BNDES, que culminou com a criação do Programa ReDes.
2011	Visão Territorial: Foi consolidada a atuação do Instituto Votorantim no apoio ao desenvolvimento local, iniciando-se parcerias diretas com prefeituras para analisar conjuntamente impactos e definir investimentos. Outro marco importante do ano foi a decisão de integrar o planejamento do investimento social ao planejamento estratégico da Votorantim, o que deu peso ao papel e à relevância do Instituto.
2012/ 2013	Gestão Social nos Negócios: Os anos de 2012 e 2013 consolidaram a atuação do Instituto Votorantim no desenvolvimento das estratégias de sustentabilidade e a criação do sistema de gestão social, com foco no valor compartilhado. Outros dois

²⁹⁰ Seriam eles: 1. Ser reconhecida pela sociedade como uma empresa social e ambientalmente responsável. 2. Ter a sustentabilidade como estratégia, orientando governança, gestão, educação, decisões e investimentos – criando valor. 3. Evoluir consistentemente os resultados econômicos, sociais e ambientais, buscando eficiência e confiabilidade nas operações, de acordo com padrões de classe mundial. 4. Ser reconhecida como empresa que atrai, desenvolve e retém talentos para a geração de valor e a construção de uma sociedade justa e inclusiva. 5. Ter compromisso com o bem-estar, a saúde e a segurança de nossos empregados, clientes e parceiros. 6. Contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que atuamos. 7. Incentivar a cooperação e a participação de todos os empregados e partes interessadas na construção de parcerias e trabalho conjunto, visando à geração de valor mútuo. Disponível em: <http://www.nexareport.com/2017/sustentabilidade/>. Acesso em: 18/02/2019.

	importantes programas foram iniciados: Programa de Apoio a Gestão Pública e Programa de Qualificação de Organizações Locais.
2015	Geração de Valor Compartilhado: Ano em que a atuação do Instituto Votorantim deu continuidade ao processo de adaptação às necessidades de curto e médio prazo das empresas, aliando a gestão financeira dos investimentos sociais externos e desenvolvendo-as de forma ajustada à realidade de cada operação. Ainda em 2015, foi formalizada uma parceria estratégica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para aprimoramento da metodologia do Programa ReDes.
2016	Alcance Internacional: Acompanhando a tendência de internacionalização da Votorantim, o Instituto estendeu sua atuação como núcleo de estratégia social no exterior. Em 2016, desenvolveu um projeto customizado para a Fundação PazdelRío, braço da empresa de mesmo nome, controlada pela Votorantim Siderurgia da Colômbia. O Instituto apoia a Fundação na revisão da estratégia social e da governança do tema. O portfólio de projetos também foi ajustado para fortalecer as comunidades e a construção de um legado duradouro para nossa região.

Fonte: <http://www.institutovotorantim.org.br/>. Acesso em: 18/02/2019. Organizado pelo autor.

Durante os três primeiros anos de existência o Instituto desenvolveu uma profissionalização de sua atuação social²⁹¹: elaboração de estratégias, implantação de comitês e estabelecimento de parcerias. Posteriormente, com sua expansão, passou a qualificar profissionais para atender cada uma das empresas investidas; neste momento a pedagogia política da responsabilidade social se tornou uma de suas principais táticas destinadas a educar para o consenso. Passou também a aplicar os Indicadores Ethos²⁹², traçados pelo Instituto Ethos, um dos principais aparelhos formuladores da Responsabilidade Social (MARTINS, 2007). Desde então, o Instituto tem premiado funcionários que atuam diretamente no processo de intervenção político-ideológica e elaborado Guias e manuais de investimentos sociais e de parcerias²⁹³.

²⁹¹ Daqui em diante o termo “atuação social”, utilizado pelo Instituto Votorantim e pelas empresas do Grupo, será interpretado e tratado como intervenção político-ideológica, com a finalidade de colocar em evidência seu verdadeiro papel no interior da hegemonia territorial exercida pelo Grupo.

²⁹² Segundo o Instituto Ethos, os indicadores foram elaborados a partir das normas e diretrizes nacionais e mundiais com a finalidade de incorporar a sustentabilidade e a Responsabilidade Social aos negócios e à cadeia de valor das empresas.

²⁹³ Informações disponíveis em: <http://www.institutovotorantim.org.br/instituto/linha-do-tempo/>. Acesso em: 18/02/2019.

Com a territorialização dos empreendimentos do Grupo sob novas áreas e países, ocorreu também o aprimoramento da estratégia de intervenção, a ampliação dos recursos e de suas fontes. Em 2017 o Instituto estava responsável por dirigir a intervenção político-ideológica das empresas do Grupo em 132 municípios brasileiros e contava com investimentos da ordem de R\$ 127,1 milhões – contabilizando os investimentos realizados em outros continentes onde as empresas do Grupo também se territorializaram. Suas fontes de recursos são: Votorantim (voluntário); Votorantim (obrigatório)²⁹⁴; recursos incentivados (oriundos de renúncia fiscal das diferentes esferas governamentais); subcrédito BNDES; e captação externa (INSTITUTO VOTORANTIM, 2017).

O Instituto e as empresas do Grupo Votorantim contam com grupos envolvidos diretamente com a implementação, execução e avaliação de sua intervenção político-ideológica, composto por: diretores das operações, gestores corporativos e locais, lideranças das operações (gerentes das unidades) e por proponentes e parceiros institucionais, cada qual com papéis e responsabilidades definidas na execução das iniciativas (INSTITUTO VOTORANTIM, 2016). Cabe, aqui, realizar uma análise da estrutura que compõe essa estratégia de intervenção político-ideológica a fim de analisar sua dinâmica.

A estratégia de intervenção do Grupo Votorantim é dividida em diferentes etapas que, por sua vez, podem ser divididas em quatro grupos. O primeiro grupo (etapas 1, 2 e 3), diz respeito à fase de levantamento de informações e definição de prioridades; o segundo (etapa 4) elabora o planejamento da estratégia; o terceiro (etapa 5) executa as ações; e o quarto (etapa 6) monitora os resultados. Os objetivos detalhados de cada etapa podem ser observados no quadro a seguir.

²⁹⁴ Em seu relatório o instituto não deixa claro qual seria a composição de tais fontes de recursos, voluntários e obrigatórios.

Quadro 11: Estratégia de intervenção político-ideológica.

ETAPAS	OBJETIVOS
1- Priorização de localidades	Definir as localidades prioritárias para atuação social da empresa, a partir do levantamento de riscos, impactos socioeconômicos e histórico de investimento social de cada operação.
2- Caracterização de localidades	Conhecer a realidade local (contexto local, contexto do negócio, histórico de relacionamento) para identificar desafios e oportunidades da operação na localidade.
3- Agenda social	Priorizar desafios e oportunidades para compor a Agenda Social da Unidade (visão de médio/longo prazo).
4- Planejamento social	Estabelecer a lógica para alcançar a mudança desejada, a partir da definição de objetivos, fatores geradores e macroações (programas e projetos) a serem implementados, ano a ano, para o alcance dos resultados pretendidos.
5- Plano de investimento	Definir as iniciativas e projetos, com orçamento, indicadores e plano de ação detalhados, que serão realizados para conduzir ao cumprimento das macroações (programas e projetos) anuais.
6- Gestão de portfólio	Acompanhar as iniciativas e identificar riscos e oportunidades de visibilidade e relacionamento para o negócio.

Fonte: Instituto Votorantim (2016, p. 9). Organizado pelo autor.

Durante a etapa 1²⁹⁵, cujo objetivo é identificar as localidades (região, município e comunidades da área de influência) que devem ser priorizadas pela intervenção político-ideológica do Grupo, após o mapeamento dos riscos e impactos socioeconômicos e ambientais causados pela operação – realizado pela liderança da operação e pelo gestor local –, um questionário é analisado e preenchido (este preenchimento deve envolver diversas áreas e equipes internas de cada empresa). Será por meio da análise deste questionário que o gestor corporativo identificará as unidades que demandam investimentos e que são prioritárias para a implantação de projetos e programas sociais, isto é, para sua intervenção político-ideológica.

Torna-se interessante destacar algumas questões inseridas no questionário de avaliação dessa primeira etapa²⁹⁶, pois pode contribuir para a compreensão do lugar que a intervenção político-ideológica ocupa no processo de reprodução do capital. A maior parte das questões versam sobre:

²⁹⁵ As informações que seguem, sobre a estratégia de intervenção político-ideológica do Grupo Votorantim, foram extraídas do Guia de planejamento “estratégia de atuação social” do Instituto Votorantim (2016).

²⁹⁶ Tal questionário é de acesso público e está disponível em: <https://pt.surveymonkey.com/r/priorizacaoiv>. Acesso em: 15/03/2019.

- 1) a operação da unidade: se a contribuição para o resultado financeiro do Grupo Votorantim é alta, média ou baixa; se está em processo de expansão, certificação/licenciamento ou renovação da licença;
- 2) os riscos: se os riscos sociais e ambientais são críticos (avaliados numa escala de 1 a 10);
- 3) os impactos da operação: se é a principal geradora privada de empregos na localidade; se a qualificação e oferta da mão de obra local é uma barreira significativa para a contratação local; se é a principal compradora de serviços e produtos locais; se a qualidade e oferta da infraestrutura e dos serviços públicos locais (saúde, educação, habitação, urbanização, mobilidade, etc.) representam uma barreira significativa para o desempenho da operação; se a operação contribui significativamente para a saturação da infraestrutura e dos serviços públicos locais (saúde, educação, habitação, urbanização, mobilidade, etc.); se a Votorantim é a principal contribuinte de impostos e tributos da localidade; se um eventual descomissionamento da operação representaria um impacto significativo para o município; se a operação tem sido, nos últimos 12 meses, alvo de manifestações/incidentes envolvendo a comunidade e se estes causaram algum dano mediano/grave à operação (lesões ou efeitos sobre a saúde, perdas, restrições e cobertura midiática).
- 4) o investimento social: se as ações sociais realizadas na localidade são aderentes à estratégia do Negócio; se a empresa não tem atuação social; e se há algum funcionário para a gestão do investimento social na localidade.

Dessa forma, nota-se que apesar de intervir em todas as localidades onde as empresas do Grupo se territorializam, a intensidade e o conteúdo dessa intervenção estão diretamente ligados aos impactos socioambientais causados pelas operações e à importância de cada operação no interior do processo de reprodução do capital. Revela-se também o importante papel dessa intervenção para a territorialização de novos empreendimentos, bem como para a consolidação e expansão dos empreendimentos já territorializados, por meio da aquisição de licenças, certificações e licenciamentos que se configuram em formas de legitimação político-ideológica.

Nota-se, ainda, a partir das questões direcionadas aos impactos da operação, a seguinte avaliação realizada pelo Instituto: (a) quanto a localidade contribui com o desenvolvimento das operações das empresas; (b) até que ponto essa operação é importante para a localidade (geração de emprego, receitas públicas, obras de infraestrutura, etc.); e (c) se uma eventual desterritorialização teria um impacto desfavorável para a localidade. É possível afirmar que essa avaliação tem como objetivo verificar qual a capacidade que o empreendimento possui

para gerar consenso frente aos impactos socioambientais causados por sua operação, ou seja, até que ponto é possível obrigar ou convencer as classes e frações de classes subalternas a arcar com esses impactos em troca de supostos benefícios.

Na segunda etapa (caracterização das localidades), o instituto e as empresas buscam conhecer as especificidades locais para, posteriormente, planejar a intervenção. Para tanto, realizam uma coleta de dados por meio de pesquisas e consultas já realizadas pela empresa ou por terceiros, de fontes oficiais, além de consultas com públicos considerados estratégicos e coleta de informações com o gestor local e equipes internas. Essas informações são divididas em: (a) contexto local; (b) contexto do negócio; e (c) histórico de relacionamento.

Para o contexto local, além dos indicadores sociais obtidos por meio do IBGE, são realizadas consultas a lideranças locais e a elaboração de um mapeamento das organizações que atuam no local, com a finalidade de identificar características socioeconômicas que precisam ser levadas em conta no planejamento da intervenção.

As fontes de dados sobre o contexto do negócio são: (a) o planejamento estratégico da empresa e/ou unidade local; (b) o mapa de riscos e temas críticos; (c) as informações sobre a operação: perfil dos funcionários, histórico da operação, impactos ambientais e sociais, além do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A análise dos dados relativos ao contexto do negócio tem como finalidade demonstrar: (a) as fragilidades da localidade que impactam a operação da empresa; (b) os impactos sociais que podem ser previstos; e (c) os impactos causados à vida da comunidade atingida pela operação da empresa.

Para a análise do histórico de relacionamento, as informações levantadas são: (1) o mapa das partes interessadas; (2) a relação de projetos e ações sociais realizados pela empresa; (3) o registro de queixas e reclamações; (4) e o histórico dos pedidos realizados pelas comunidades e das doações realizadas pelas empresas. Essas informações evidenciam: (a) as principais pautas de relacionamento da Votorantim com a comunidade; (b) a percepção da comunidade em relação à empresa e se seria um risco ou uma oportunidade mudar essa percepção; (c) quais são as principais queixas, reclamações e pedidos recebidos das comunidades; (d) quais são os públicos locais com quem as empresas mantêm relações para garantir o bom andamento de sua operação; e (e) quais os públicos locais que precisam ser atendidos para que esse bom andamento seja garantido.

Nota-se que antes e durante a intervenção, o Grupo Votorantim busca conhecer a realidade onde seus empreendimentos se territorializam e as organizações e entidades da sociedade civil que possuem influência local, bem como qual posicionamento elas adotam ou

podem adotar perante os impactos causados pela territorialização do empreendimento. Aparece novamente a importância do mapeamento dos conflitos, como já destacado anteriormente. Nesse caso, os canais de diálogo são as principais fontes de informação utilizadas.

A agenda social, terceira etapa da estratégia de intervenção, tem como objetivo nortear as ações e os investimentos ao definir os temas prioritários que irão pautar a intervenção da empresa na localidade durante os próximos anos. Possui como ferramentas uma tabela de desafios e de oportunidades e uma matriz que permite identificar o grau de relevância do tema para o negócio desenvolvido pelas empresas e sua capacidade de gerar impactos e mudanças. Nessa etapa a avaliação dos dados levantados anteriormente leva em conta alguns aspectos e os respectivos pontos que devem ser considerados, a saber:

Quadro 12: Avaliação de desafios e oportunidades para a construção de uma agenda de intervenção político-ideológica.

Aspectos	Pontos a considerar
Risco	O que é necessário X O que é urgente
Tempo de implantação	Mudanças que podem ser implementadas no ano X Legado a ser construído para os cinco anos seguintes
Investimentos	O que é possível fazer com poucos recursos X O que demanda investimentos maiores
Impacto	Geração de valor para o negócio X Proteção do valor do negócio
Público	Preocupações individuais X Preocupações coletivas (dos funcionários ou da comunidade)

Fonte: Instituto Votorantim (2016, p. 13). Organizado pelo autor.

Os desafios e as oportunidades levantados são hierarquizados a partir de uma atribuição de relevância a cada um deles para o negócio, assim como também é atribuída uma medida para a capacidade de intervenção da unidade local – nota-se aqui que os desafios e as oportunidades têm impactos diretos na competitividade dos negócios das empresas (geração de valor e/ou proteção do valor). Para uma análise mais consistente, o Instituto recomenda “envolver as equipes internas e realizar um processo coletivo com um amplo número de pessoas de diferentes áreas e níveis hierárquicos para a definição da pontuação de cada tema” (INSTITUTO VOTORANTIM, 2016, p. 14).

Na etapa de planejamento social (etapa 4), criam-se um cronograma e um roteiro para a intervenção político-ideológica das empresas. Os elementos que compõem esse planejamento são: verificar qual o objeto da intervenção: um desafio (risco ao valor do negócio) ou uma oportunidade (geração de valor para o negócio); definição do objetivo geral: qual transformação deseja-se alcançar; qual indicador será utilizado para avaliar os resultados; quais são os fatores

que dão origem aos desafios e às oportunidades detectadas; qual será o foco da intervenção (objetivo específico); como será medido o alcance dos objetivos específicos; e quais são as ações a serem realizadas anualmente para garantir a mudança desejada em cada objetivo específico em médio e longo prazos para que se alcance o objetivo geral. “Feito esse fluxo, é possível compreender o caminho a ser percorrido para a execução da estratégia de atuação social na localidade. Com base nessas informações, chegam-se aos tipos de parcerias, articulações e mobilizações necessárias ao endereçamento dos temas” (INSTITUTO VOTORANTIM, 2016, p. 16).

O Guia de Planejamento descreve três exemplos de planejamento social, dos quais um tem como objeto da intervenção a ocorrência de entrada de terceiros em áreas de plantio de uma operação florestal, configurando-se em um risco por dar margem a danos ao patrimônio por meio de incêndios e roubos. Diante desse risco, foi adotado como objetivo geral reduzir as ocorrências (entrada de terceiros nas áreas de plantio). Foram detectados dois fatores que poderiam contribuir com essa situação: (1) “a comunidade desconhece os benefícios gerados pela empresa”; (2) “a empresa não participa ativamente do cotidiano da comunidade, o que acarreta um distanciamento entre as partes”. Os objetivos específicos adotados para cada fator gerador foram: (a) esclarecer a comunidade sobre a atuação da empresa; (b) apoiar projetos/causas importantes para a comunidade. Já as macroações adotadas para alcançar o objetivo geral foram: (a) a realização de um programa para que a comunidade conheça a atuação da empresa (Programa Portas Abertas) e/ou o desenvolvimento de ações de “engajamento por meio do Conselho Comunitário existente”; e (b) o patrocínio a projetos locais.

Recomenda-se, ao final do planejamento, a realização de uma síntese da estratégia definida. O Guia de Planejamento coloca como exemplo dessa possível síntese:

Para reduzir o número de ocorrências em 67% ao longo de cinco anos, deve-se trabalhar na sensibilização da comunidade e aproximação da empresa ao cotidiano do local. Para tanto, pretendem-se realizar ações que impactem aproximadamente 2,1 mil pessoas por meio de programa de visitas e patrocínios a projetos da comunidade (INSTITUTO VOTORANTIM, 2016, p. 18).

Depreende-se disso que, após identificados os impactos socioambientais e os fatores de conflitos (existentes e em potencial), a intervenção busca estabelecer táticas que possibilitem atenuar ou mascarar tais impactos e tais conflitos. Diante da tendência ascendente desses impactos e conflitos, bem como do surgimento de novos, e da impossibilidade de evitá-los ou controlá-los, criam-se formas de dependência que se materializam por meio da elaboração e execução de programas e projetos socioambientais.

Realizado o planejamento social, após todo o percurso que vai desde a identificação dos desafios e/ou das oportunidades encontradas pelas empresas até o planejamento das macroações, o próximo passo da estratégia de intervenção é a elaboração do plano de investimento para a viabilização dos programas e projetos. Nesta etapa decide-se: (a) o que e quando será feito; (b) com quais recursos; (c) quais os resultados esperados; e (c) como será monitorado. O plano de investimento é composto pelas seguintes etapas: (1) construção do portfólio de iniciativas; (2) prospecção de parceiros executores; (3) projetos incentivados; (4) articulações locais; (5) programas e projetos.

Durante a construção do portfólio de iniciativas são definidos quais programas e projetos serão utilizados para alcançar os objetivos gerais, a partir das tecnologias próprias ou investimento em projetos locais (identifica-se os parceiros e avalia-se a proposta de apoio) de acordo com as demandas identificadas e com as diretrizes de Investimento Social Externo. Cabe ao Instituto: (a) a oferta de programas e projetos; (b) a análise técnica de projetos locais; e (c) o apoio ao processo de contratação das iniciativas. Avalia-se a possibilidade de renovações das iniciativas apoiadas a partir dos resultados alcançados, do tempo de parceria e do alinhamento das ações em curso com os programas e projetos definidos para o próximo ano. No caso de pedidos considerados avulsos (solicitações de apoio ou doações pontuais), as opções são: convidar a organização que solicitou apoio a alinhar suas propostas ao planejamento social da Votorantim; já os pedidos, doações e solicitações de apoio não alinhados ao planejamento devem ser recusados.

Posteriormente, para contratação de parceiros executores (contratação de projetos locais), realiza-se o mapeamento da rede de parceiros potenciais para a execução dos projetos. Para tanto, deve ser levado em conta: (a) “competência, reconhecimento e recursos da organização para a realização do projeto”; (b) “histórico de parceria e relacionamento com a Votorantim”; e (c) “riscos para a imagem/reputação da empresa (idoneidade da organização, questões políticas, ambientais, etc.)”²⁹⁷. Por fim, o Guia faz uma série de recomendações para a manutenção de um bom relacionamento com os potenciais parceiros que irão representar a empresa, desde apresentar sua forma de atuar no território, as expectativas em relação aos projetos, etc., até a necessidade de que as organizações parceiras apresentem documentos que comprovem sua regularidade fiscal.

Definidas quais são as organizações aptas a enviar propostas, realiza-se uma avaliação dos projetos apresentados. Dessa avaliação participam: a unidade local, o corporativo, o

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 25.

Instituto Votorantim e o Conselho do Instituto. O Termo de Parceria é o documento que formaliza o apoio da Votorantim ao projeto. Cabe destacar que a Votorantim fica responsável pelo repasse de recursos necessários à execução do projeto às organizações.

Na etapa Projetos Incentivados, o Instituto é responsável por apoiar as empresas do Grupo na avaliação dos projetos e na definição de prioridades, além de fazer a gestão dos recursos incentivados federais. Os projetos incentivados são aqueles que utilizam mecanismos governamentais de incentivo fiscal, considerado “uma importante fonte de recursos para o financiamento de projetos sociais, especialmente nas áreas de cultura e esporte”²⁹⁸. Tais recursos são oriundos de renúncias fiscais que ocorrem nas diferentes esferas governamentais. Os principais mecanismos utilizados pelas empresas do Grupo Votorantim são: (a) Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet); (b) Lei de Incentivo ao Esporte; (c) Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA); (d) Lei do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os três primeiros mecanismos possibilitam que as empresas destinem parte do imposto de renda a projetos ligados às áreas de cultura e esporte (nos dois primeiros casos) e aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (no terceiro caso). Já o quarto caso diz respeito a alguns estados onde as empresas podem destinar parte do ICMS devido a projetos culturais. Dessa forma, é possível afirmar que os recursos dos impostos governamentais não pagos são destinados ao fortalecimento da dominação socioterritorial do capital.

Ainda durante o Plano de Investimento, são estabelecidas as articulações locais com organizações, institutos técnicos, órgãos acadêmicos, empresas, dentre outras entidades presentes nas localidades que poderão contribuir por meio de trabalho conjunto. A dica dada pelo Instituto é que representantes da empresa participem de fóruns e eventos como oportunidade para colocar em prática o trabalho de articulação. Tais parcerias, segundo o Instituto, “podem envolver, por exemplo, o cofinanciamento das ações, a disponibilização de recursos técnicos e expertises, o aval institucional e, conseqüentemente, credibilidade e visibilidade às iniciativas”²⁹⁹.

Ao final do Plano de Investimento, o Instituto apresenta tecnologias próprias que fazem parte do seu portfólio e destaca a importância de que os programas e projetos estejam alinhados às políticas públicas e aos eixos de atuação que, segundo o Instituto, compõem sua visão de desenvolvimento territorial, são eles: (1) capital humano, “iniciativas voltadas ao desenvolvimento individual e à formação da cidadania, com foco em educação, trabalho,

²⁹⁸ *Ibidem*, p.28.

²⁹⁹ *Ibidem*, p.29.

cultura, esporte e direitos civis”; (2) dinamismo econômico, “ações de fomento à economia local, empreendedorismo, geração de renda e autonomia financeira das localidades em que a Votorantim está inserida”; (3) capital social, “promoção de diálogo, engajamento e controle social por meio da constituição de redes e alianças da própria comunidade”; e (5) capital institucional, “fortalecimento de instituições locais (públicas e de cunho social) para que executem seu papel como agentes de desenvolvimento das comunidades e dos municípios” (p. 30).

No eixo estratégico (1) capital humano, as tecnologias próprias do Instituto são os programas: (a) Parceria Votorantim pela Educação (PVE); e (b) Votorantim pela Infância e Adolescência (VIA); além do apoio a projetos locais nas áreas de educação, cultura, esporte e trabalho. No eixo (2) dinamismo econômico os programas são: (a) Redes para o Desenvolvimento Sustentável (ReDes); (b) Encadeamento produtivo; (c) Fortalecimento de empreendedores locais; além do apoio a projetos locais de fomento a cadeias produtivas. No eixo (3) capital social, os programas: (a) Engajamento com partes interessadas, “Engaja!”; (b) Grupos de participação comunitária; além de apoio a projetos locais de voluntariado. No eixo (4) capital institucional, são desenvolvidos os programas: (a) Apoio à Gestão Pública; e (b) Qualificação de organizações. Dessa forma, apesar de toda análise estratégica apreendida pelo Instituto e pelas empresas do Grupo Votorantim, os projetos e programas que já foram colocados em prática são replicados nas diferentes áreas de territorialização dos empreendimentos do Grupo. Para cada grupo social impactado há modelos pré-estabelecidos de projetos.

A Gestão de Portfólio encerra a estratégia de intervenção das empresas do Grupo Votorantim. Nesta etapa é avaliado o desenvolvimento de cada iniciativa (projetos e programas), possibilitando: (a) identificar previamente riscos e desvios; e (b) o fortalecimento da percepção dos resultados e o retorno do investimento; além de monitorar e controlar marcos e metas; cronograma; riscos; orçamento; avanços rumo aos objetivos; e indicadores de desempenho. Para tanto, o Instituto disponibiliza uma série de ferramentas (formulários/relatórios) que permitem a realização de análises periódicas e que possibilitam o desenvolvimento de ações corretivas e preventivas.

Uma síntese dessa estratégia de intervenção encontra-se na apresentação do Guia de Planejamento de Investimento Social Externo contida no *website* do Instituto Votorantim. Segundo essa apresentação:

O Instituto Votorantim busca contribuir para *incorporar a atuação social estruturada à estratégia dos negócios da Votorantim [...]*.

Pensando em uma *atuação social de valor*, criamos uma metodologia baseada no planejamento estratégico das empresas, considerando as diferentes operações, e no relacionamento com a comunidade.

Para uma Agenda Social consistente, *trabalhamos com base no mapeamento dos desafios, riscos e oportunidades do território, considerando as mudanças desejadas em médio e longo prazo*. Nossas ações também procuram *escutar as demandas da comunidade e engajar a liderança local*, para que acompanhe a efetividade das ações sociais.

Desta forma, é possível avaliar a efetividade das ações implementadas, determinar sua continuidade e relevância nas comunidades e orientar o plano de investimento ano a ano.

A estratégia de atuação social vai além de promover boas ações. *O desenvolvimento local gera uma relação de ganhos compartilhados e cria um ambiente dinâmico e inovador, propício à prosperidade das pessoas e dos negócios*³⁰⁰ (Grifos nosso).

Tal síntese, juntamente com a explanação da estratégia, permite que sejam identificados pontos relevantes dessa intervenção político-ideológica planejada, difundida e dirigida pelo Instituto Votorantim e colocada em prática pelas empresas do Grupo. Primeiro ponto é a incorporação da intervenção à estratégia de negócios que serve para atenuar e/ou ocultar os conflitos socioterritoriais (empecilho à reprodução e valorização do capital) e para exercer sua dominação socioterritorial (reprodução das relações de dominação e exploração).

Ciente de que a exploração da natureza, da terra e do trabalho causa impactos socioambientais e de que esses impactos se configuram em riscos ao processo de acumulação de capital, o instituto cria “soluções sociais” para tentar monitorar e gerir esses riscos, bem como para evitar que os impactos sejam facilmente notados e criticados – especialmente pelos sujeitos diretamente afetados. Ainda assim, mesmo quando notados, busca-se alternativas para que sejam colocados em segundo plano ou ignorados, e quando criticados busca-se alternativas para minimizar ou até mesmo liquidar as críticas. Trata-se de um sofisticado mecanismo de convencimento das classes subalternas e de legitimação da exploração do trabalho e da natureza, um mecanismo de dominação de classes.

Além disso, também faz parte de sua estratégia incorporar algumas demandas dos sujeitos atingidos por suas atividades e apoiar projetos por eles desenvolvidos – aqueles que as empresas consideram causar certo impacto social positivo e visibilidade para sua atuação. Cabe destacar que a incorporação de demandas sempre é: (a) convertida em benefícios para o capital; (b) subordinada aos seus interesses; e (c) acomodada aos limites de sua lógica, isto é, trata-se de um movimento de captura e neutralização das mobilizações sociais e políticas de contestação

³⁰⁰ Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/planejamento-da-atuacao-social/>. Acesso em: 10/03/2019.

que poderiam surgir – e até mesmo que venham a surgir – como resposta aos impactos gerados pela exploração promovida pelas empresas do Grupo.

Nota-se também que o Instituto Votorantim adota uma série de recomendações elaboradas e difundidas pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), ao qual é associado³⁰¹. Essas estratégias seguem as diretrizes dos organismos (educativos) internacionais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento e se baseiam nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Harmonia, bom relacionamento, desenvolvimento sustentável (local, territorial, etc.), capital social (cultural, humano, etc.), geração de valor compartilhado, sinergia, inclusão, sustentabilidade, dentre outros, são os termos utilizados pelo Instituto e pelas empresas do Grupo Votorantim na tentativa de manter viva a tese de um capitalismo sem antagonismos, tese disseminada especialmente pelos organismos (educativos) internacionais citados.

Tem-se então, que, se diferentemente (ou em menor intensidade) da década de noventa, especialmente durante o governo FHC, os organismos internacionais (sujeitos econômicos, políticos e intelectuais) ditavam as medidas de ajuste estrutural intervindo diretamente na sociedade política (Estado) por meio de seus empréstimos; atualmente, essa intervenção permanece ativa, mas se dá, principalmente, por meio da sociedade civil empresarial que contrata os financiamentos e as metodologias desses mesmos organismos, e que, de uma forma ou de outra, acabam inserindo seus projetos políticos e econômicos no interior do Estado, fazendo deles políticas públicas de interesse privado.

Nessa perspectiva, diante do exposto até o momento, o Instituto Votorantim pode ser concebido enquanto um aparelho privado de hegemonia que tem como função dirigir política e ideologicamente as empresas do Grupo Votorantim e como objetivo organizar intelectual e politicamente as classes, frações de classes e grupos subalternos para criar e consolidar sua dominação socioterritorial, possibilitando a territorialização e expansão de seus empreendimentos.

Enfim, pode-se afirmar que as táticas de intervenção político-ideológica desenvolvidas pelo aparelho de hegemonia do Grupo Votorantim (seus programas e projetos), possuem como finalidade: (a) privatizar recursos públicos e interferir na esfera pública – privatização e empresariamento das políticas públicas –, (b) penetrar nas frações territoriais das classes, frações de classes e grupos subalternos e (c) exercer o poder de classe que lhe confere. Dessa forma, caberá analisar como cada um desses programas e projetos são implementados e

³⁰¹ O Instituto Votorantim também faz parte do Conselho de Governança do GIFE.

desenvolvidos no recorte territorial pesquisado e quais as especificidades da intervenção político-ideológica da Fibria no interior do setor de celulose, para tanto se faz necessário compreender como a empresa se aproxima dos sujeitos impactados por – e que podem impactar – sua operação nas diferentes frações do território, eis o que se buscará realizar a seguir.

CAPÍTULO 4. A INTERVENÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA FIBRIA POR MEIO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

É comum no tocante à temática da responsabilidade social, inclusive no âmbito das análises críticas, o predomínio da compreensão – quase senso comum entre diversos pesquisadores – de que as empresas estariam ocupando uma brecha/lacuna ou um vácuo deixado pelo Estado no que tange às questões social e agrária devido à sua suposta “ausência” ou redução do seu papel. Diferentes pontos desenvolvidos no capítulo 2, sobre a atuação do Estado, e no capítulo 3, sobre a sociedade civil empresarial, estão na contramão dessa argumentação – sendo essa “ausência” apenas a aparência de um processo mais amplo –, possibilitando a realização de pelo menos duas considerações: (a) a burguesia realiza uma intervenção político-ideológica no âmbito da sociedade civil por meio da relação entre suas entidades associativas – especialmente fundações e institutos empresariais – e a estrutura estatal; (b) essa intervenção, na qual o Estado aparece enquanto educador para o consenso – como defendido no capítulo 2 –, sempre ocorre por meio dos aparelhos privados de hegemonia, pois é na luta de classes realizada no âmbito da sociedade civil que os projetos políticos são inseridos e absorvidos pelo Estado. Nessa perspectiva, o convencimento:

[...] se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia (FONTES, 2010, p. 136).

O que acontece então, de fato, não é a ausência do Estado. Pelo contrário, o Estado continua atuando fortemente, no máximo pode-se falar em uma mudança na sua forma de atuação, realidade que se inscreve, de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos aqui adotados, como componente indissociável da hegemonia burguesa durante o social-liberalismo³⁰². Sobre o papel do Estado nesse processo, as palavras de Fontes (2017) são elucidativas:

[...] não se trata de um enfraquecimento ou eclipse do Estado, como foi suposto por alguns. Ao contrário, trata-se de seu enrijecimento através de uma contração das formas de participação popular, no compasso da ampliação das modalidades de integração entre Estado e entidades associativas empresariais. Estas, fortes de sua experiência prática de *conversão* de reivindicações populares em projetos fragmentários de “apoio”, procuram agora converter as necessidades e reivindicações sociais em projetos políticos elaborados e

³⁰² Temática trabalhada no capítulo 1.

implementados por elas, executados no interior do Estado restrito (p. 223-224).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a intervenção político-ideológica da sociedade civil empresarial, aprimorada ao decorrer da segunda metade do século XX e início do século XXI no Brasil, se consolidou entre o período que envolve os governos FHC, Lula e parte do governo Dilma³⁰³ justamente como conteúdo da hegemonia ideológica do social-liberalismo, impensável sem a atuação do Estado. Talvez a dificuldade em compreender tal intervenção como um aspecto da própria atuação do Estado – e isso não é o mesmo que afirmar a existência de um vácuo deixado de forma proposital pelo próprio Estado, pelo contrário –, esteja na concepção teórico-metodológica adotada para compreender como a classe dominante se mantém enquanto tal. No caso da tese aqui defendida, afirma-se que essa reprodução da dominação burguesa se dá por meio de mecanismos produzidos e reproduzidos no âmbito do Estado e da sociedade civil que são indissociáveis e juntos conformam um sistema de dominação (OSORIO, 2014, p. 74).

Parte-se aqui, com respaldo na análise gramsciana, da concepção de que o Estado além de ter o consenso ele também “educa” para este consenso por meio de aparelhos privados de hegemonia deixados a cargo das classes e frações de classes dominantes. Nota-se que os programas e projetos desenvolvidos pela Fibria são elaborados e difundidos por uma miríade de aparelhos privados de hegemonia e posteriormente filtrados, adaptados e introduzidos na empresa por meio do Instituto Votorantim, mas antes são estimulados, financiados e implantados de acordo com as diretrizes do Estado, especialmente via BNDES e o uso do fundo público. Isso porque Estado e sociedade civil são indissociáveis na análise gramsciana, sendo possível realizar uma distinção entre ambos apenas de forma metodológica e não orgânica (GRAMSCI, 2007, p. 47), como buscou-se fazer nos capítulos anteriores (2 e 3).

Dessa forma, é necessário frisar que a intervenção político-ideológica da Fibria não se dá por conta de espaços deixados pelo Estado, como muitos pesquisadores têm anunciado. Conforme foi defendido no capítulo 2, o Estado está presente na constituição deste processo como educador do consenso, não só por financiar parte dos programas e projetos, mas principalmente por impor tal intervenção a partir de suas normas de financiamento e crédito, bem como por estabelecer as diretrizes e normas, direcionando os passos que devem ser trilhados para que a pedagogia da hegemonia seja implementada de forma a obter o consenso

³⁰³ Ou seja, de 1995 a 2013, quando ocorreu uma crise de hegemonia do social-liberalismo, este que, no Brasil, teve seu ponto máximo durante o lulismo – tal como defendido no capítulo 1.

das classes, frações de classes e grupos subalternos. É a partir desse pressuposto que se buscará investigar quais táticas foram colocadas em prática pela Fibria durante sua busca incessante pela dominação das diferentes frações do território.

4.1 A INCURSÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA FIBRIA NAS DIFERENTES FRAÇÕES DO TERRITÓRIO

A intervenção político-ideológica das empresas do Grupo Votorantim, apesar de seguir a direção de seu Instituto, como foi possível observar no capítulo anterior, possui adaptações que correspondem ao tipo de operação desenvolvida por cada uma delas – e seus diferentes impactos socioambientais –, no interior de cada setor específico. No caso da Fibria, a responsabilidade social lhe veste com uma roupagem que busca unir ideologicamente aspectos sociais e ambientais de sua atuação, dotando-a de uma suposta consciência e ação responsáveis.

Essa incursão político-ideológica da empresa realiza-se por meio de um conjunto de táticas utilizadas para estabelecer contato, gerar confiança e colocar em execução os programas e projetos que viabilizem a conformação de um consentimento – que lhe permita exercer uma forma de dominação e gestão dos conflitos socioterritoriais – necessário para sua expansão e acumulação de capital. Diante disso, para compreender melhor a estrutura e dinâmica dessa intervenção, se faz necessário analisar como tal incursão se dá nas diferentes frações do território: assentamentos e reassentamentos rurais; comunidades rurais, quilombolas e ribeirinhas; e reservas indígenas.

Primeiramente a empresa identifica e divide os grupos que podem afetar e/ou serem afetados por suas atividades em partes interessadas e partes interessadas afetadas. Segundo a Fibria, de “[...] forma mais ampla a conceituação de parte interessada, inclui qualquer grupo, entidades, instituições ou indivíduo que possa afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos do manejo florestal da Empresa” (FIBRIA, s/d, p. 4). Assim, gerir de forma adequada o relacionamento com tais grupos possibilitaria “melhorar a habilidade para gerenciar riscos, desenvolver confiança e criar valor, sendo necessário, portanto, a sua correta identificação”³⁰⁴. Considera-se ainda que “as percepções são frequentemente mais importantes que os fatos científicos”³⁰⁵, ou seja, a forma como os sujeitos concebem as ações da empresa e os impactos de sua territorialização são mais importantes do que os impactos em si.

³⁰⁴ *Ibidem.*

³⁰⁵ *Ibidem.*

Suas partes interessadas (ou públicos estratégicos) são: acionistas; investidores; instituições financeiras; clientes; fornecedores; empregados da empresa e seus familiares; empregados das empresas contratadas e seus familiares; comunidades; sindicatos; agências e órgão reguladores; poder público; imprensa; instituições de ensino e pesquisa; parceiros estratégicos (produtores florestais); competidores; e organizações não governamentais. Além disso, identifica-se também quais os interesses de cada público estratégico e qual área da empresa será responsável por sua gestão³⁰⁶.

Já as partes interessadas afetadas são grupos e entidades que possam “estar sujeito[s] aos efeitos das atividades de manejo florestal da Empresa, sendo consideradas comunidades diretamente afetadas aquelas que estão localizadas em um raio de até 3 km de distância a partir dos limites da unidade de manejo florestal (ADA)”³⁰⁷. Situam-se neste grupo: lideranças reconhecidas; associações comunitárias e de produtores rurais locais; vizinhos; movimentos e organizações sociais e ambientais com atuação regional; lideranças políticas regionais; órgãos e instituições públicas de atuação regional vinculadas ao desenvolvimento econômico, social, planejamento, agricultura, educação e meio ambiente; entidades representativas da agricultura, comércio, indústria e extração de madeira; Unidades de conservação ambiental e Comitês de co-gestão de recursos naturais³⁰⁸. O que interessa nesta pesquisa, no interior da formulação de “partes interessadas”, são os sujeitos sociais do campo – também considerados pela empresa como grupos críticos de relacionamento. Para se relacionar com tais grupos a empresa possui, no interior de seu manual de engajamento, o tópico “gestão do relacionamento com comunidades”.

A escolha do foco da intervenção da empresa se dá por meio de uma matriz de priorização de municípios e localidades, levando em conta as seguintes dimensões: a) vulnerabilidade socioeconômica; b) impacto gerado pelas atividades da empresa; e c) importância para a empresa. Cabe aqui detalhar como ocorre cada etapa dessa estratégia destinada à escolha das frações do território que sofrerão a incursão político-ideológica do capital.

A vulnerabilidade do município é verificada a partir de fontes oficiais e da base cadastral da empresa, por meio dos seguintes critérios: índice de Desenvolvimento da Família (IDF); Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); participação percentual dos empregos da administração pública no total do emprego formal total do município; Índice do Sistema

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ *Ibidem*.

³⁰⁸ Idem, p. 5.

Único de Assistência Social (SUAS); Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM); remuneração média dos empregos formais; participação do emprego formal juvenil no emprego formal total. A dimensão do impacto gerado pela operação da empresa no município é analisada a partir da área ocupada por ela e a presença de fábrica, portos, terminais, escritórios e demais infraestruturas. A importância corresponde à porcentagem da área de plantio de eucalipto no município e o histórico de relacionamento com as comunidades.

Cabe ainda destacar que, segundo seu manual de engajamento, a “presença de fábrica, escritórios descentralizados, portos, terminais e outras infraestruturas no município e a avaliação da CRL [Comissão de Relacionamento Local] automaticamente elevam as dimensões Impacto e Importância à categoria Alta”³⁰⁹. Dessa forma, é possível afirmar que o impacto gerado pelas atividades da empresa é a principal dimensão utilizada para a priorização dos municípios onde sua intervenção será mais intensa.

Em relação às localidades priorizadas, a dimensão da vulnerabilidade socioeconômica possibilita, segundo a empresa, “[...] compreender as localidades em termos de capacidade/incapacidade de responder (enfrentar) a constrangimentos socioambientais decorrentes do manejo florestal de eucalipto para produção de celulose”³¹⁰. Essa vulnerabilidade socioeconômica das localidades é dimensionada por meio de diferentes indicadores, são eles:³¹¹

a) inserção fundiária: “visa dimensionar a intensidade da proximidade da localidade das áreas de manejo florestal”³¹². Classificada pela seguinte escala de importância: ilhada; vizinha ou inserida parcialmente em área de manejo florestal; inserida na unidade de manejo florestal e não fronteira com o manejo florestal; e localizada fora da unidade de manejo florestal;

b) segurança fundiária: “visa dimensionar a vulnerabilidade decorrente da condição de posse da terra, supondo que a posse incerta e precária é uma condição jurídica que limita e inviabiliza a estruturação de relações sociais mais estáveis intra e extragrupo”. Classificada em escala de importância da seguinte forma: acampamento; colônia (trabalhadores agrícolas); comunidade de posse; e assentamento/bairro rural;

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 7.

³¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹ Cada classificação possui uma pontuação (3, 2, 1, 0) de acordo com o grau de importância, em ordem decrescente. A soma das pontuações de cada indicador irá apontar o índice de vulnerabilidade da localidade: a vulnerabilidade será alta quando a soma for igual ou maior que vinte e quatro; média quando estiver entre treze e vinte e três; e baixa quando for inferior a doze.

³¹² Todas as citações referentes aos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica das localidades estão nas páginas 8 e 9 do referido Manual de Engajamento (FIBRIA, s/d).

c) acesso viário: “visa dimensionar os constrangimentos provocados pelas condições de acesso”. Classificado em: caminho/picada; vicinal; estrada; e rodovia;

d) acesso ao transporte público: “visa dimensionar os constrangimentos provocados pela falta de transporte coletivo em volume adequado para atender as necessidades cotidianas dos membros da localidade”. Classificado em: não tem (sem acesso); servida por até dois horários/dia; servida por até oito horários/dia; e servida por mais de oito horários/dia;

e) acesso à energia elétrica: “visa dimensionar os constrangimentos provocados pelas condições de acesso à energia elétrica para atender as necessidades cotidianas dos membros da localidade”. Classificado em: não tem; gerador; luz para todos; e concessionária;

f) acesso à água: “visa dimensionar os constrangimentos provocados pelas condições de acesso à água para atender as necessidades cotidianas dos membros da localidade”. Classificado em: córrego ou riacho; poço ou cacimba; estrutura própria; concessionária;

g) condições sanitárias: “visa dimensionar os constrangimentos provocados pelas condições de esgotamento sanitário disponíveis às famílias da localidade”. Classificado em: in natura; fossas negras; fossas sépticas; e concessionária;

h) disposição de lixo: “visa dimensionar os constrangimentos provocados pelas condições de disposição de resíduos domésticos disponíveis às famílias da localidade”. Classificado em: queima/dispõe na natureza; coleta coletiva/caçambas; coleta residencial; e coleta seletiva;

i) acesso à escola fundamental: “visa dimensionar os constrangimentos provocados pelas condições de acesso a equipamentos de educação fundamental disponíveis às famílias da localidade”. Classificado em: sede municipal; sede distrital; nas proximidades/bairro; na própria localidade;

j) acesso a serviços públicos de saúde (UBS): “visa dimensionar os constrangimentos provocados pelas condições de acesso a equipamentos de saúde disponíveis às famílias da localidade”. Classificado em: sede municipal; sede distrital; nas proximidades/bairro; e na própria localidade.

Frente aos critérios adotados na priorização de relacionamento, nota-se que primeiramente são escolhidos os municípios onde ocorrerá a incursão político-ideológica da empresa, sendo os principais critérios de escolha: a área do município ocupada pela empresa e pelos plantios de eucalipto, além do histórico de relacionamento. Identificados os municípios, as principais localidades onde os projetos e programas socioambientais serão implantados são

aquelas mais impactadas pelas operações da empresa e que, exatamente por esse motivo, possuem maior possibilidade de contestação frente a esses impactos.

Somando-se todos os indicadores com maiores graus de importância, nota-se que as principais frações do território onde ocorre tal intervenção são: comunidades ilhadas – isto é, rodeadas pela monocultura do eucalipto –; acampamentos rurais; com difícil acesso; sem transporte público; que tem córregos e/ou riachos como principal forma de acesso a água; com condições sanitárias e de disposição de lixo precárias; e com acesso à educação e saúde pública fora da localidade.

No caso da segunda dimensão, o impacto gerado pelas atividades da empresa nas diferentes localidades, afirma-se que “a presença fundiária das plantações de eucalipto impõe constrangimentos sociais para a ocupação rural de modo geral e em especial para os grupos tradicionais ou artesanais”³¹³. Dessa forma, a base fundiária é tomada como o principal vetor de impacto, somada a outras variáveis, tais como:

a) Inserção fundiária (igual ao mesmo indicador contido na dimensão vulnerabilidade), classificada em:ilhada; vizinha ou inserida parcialmente em área de manejo florestal; inserida na ADA e não fronteira com o manejo florestal; e localizada fora da ADA.

b) tipo de localidade: “a inserção de uma localidade na base fundiária do eucalipto tem repercussões diferenciadas de acordo com o tipo de localidade, sendo que mais intensa em aldeias indígenas e assentamentos rurais, e menos nas rurbanas e urbanas”. A escala de impacto nos tipos de localidade é classificada, em ordem decrescente, da seguinte maneira: aldeia; bairro ou comunidade rural; rurbana; e urbana³¹⁴;

c) tipo de comunidade: “considera-se que comunidades artesanais são mais sensíveis a qualquer transformação nas condições ambientais e fundiárias de seu entorno territorial”. Sua classificação de impacto é: comunidade rural artesanal; comunidade rural; local; e urbana³¹⁵;

d) paisagem econômica de inserção:

considera-se que o entorno social, ou aquele território que oferece ambiência regional ao grupo ou comunidade, desempenha importante papel de anteparo à influência das plantações de eucalipto em larga escala. Neste sentido, as áreas protegidas são aquelas que proporcionam formas mais efetivas de resguardo ou privacidade local, como no caso das Reservas Extrativistas ou Terras indígenas reconhecidas. Seguindo esta linha de raciocínio, áreas urbanas são consideradas como de menor suscetibilidade, em tese, menos impactadas do que grupos e comunidades situadas em contexto rural, marcado pela concentração fundiária e relações de trabalho mercantis da pecuária

³¹³ *Ibidem*, p.9.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ *Ibidem*.

extensiva e da produção de commodities agrícolas, em particular, café, cana-de-açúcar e fruticultura³¹⁶.

A escala de impacto de acordo com a paisagem econômica de inserção das localidades é classificada em: eucalipto; agropecuária; urbana; área de proteção ambiental ou indígena;

e) atividade econômica principal e de referência:

considera-se que os impactos sociais de base fundiária repercutem de modo diferente de acordo com a base econômica de cada grupo ou comunidades, sendo que, pela própria natureza de suas atividades econômicas, as áreas urbanas ressentem-se de modo menos direto e intenso do que os setores ligados à agropecuária mercantil, por exemplo, mais dependentes de condições fundiárias e ambientais do território que, por sua vez, são menos afetados que os grupos e comunidades rurais artesanais, cuja economia está centrada na produção de alimentos primários (lavoura branca), ou pescadores artesanais e extrativistas, mesmo aqueles sob abrigo de áreas de proteção, uma vez que seu esforço econômico requer a exploração de amplos territórios extremamente sensíveis ambientalmente (mangues, florestas, estuários, entre outros)³¹⁷.

Em relação aos impactos causados pela monocultura do eucalipto, a empresa leva em conta, para a escolha das localidades que serão priorizadas em sua inserção político-ideológica, as seguintes atividades econômicas principais e de referência: pesca/extrativismo; lavoura branca; agropecuária; e serviços urbanos.

Segundo a empresa: “Definida a Base Fundiária como vetor de impacto e as demais variáveis e seus contextos, o impacto social é o resultado da soma destas relações, estabelecendo deste modo os parâmetros numéricos para sua identificação”³¹⁸. Nesse sentido, em conjunto com base fundiária – isto é, as áreas onde estão localizados os plantios de eucalipto (terras arrendadas ou próprias) –, considera-se as diferentes características sociais de: localidade; comunidade; paisagem econômica; atividade econômica principal; e atividade econômica de referência, para chegar aos três níveis de impacto: alto, médio e baixo.

Tem-se então, que aldeias, bairros e comunidades rurais artesanais (tradicionalistas) inseridas em contexto de concentração fundiária decorrente especialmente pelo monocultivo do eucalipto, que tenha como principal atividade econômica a pesca, o extrativismo e/ou a agricultura, e, por fim, que tenham um histórico de conflitos com as atividades do entorno, configuram-se como as principais frações do território onde a inserção da empresa será priorizada.

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ *Idem*, p. 10.

³¹⁸ *Ibidem*.

Em relação à última dimensão, a importância dada pela empresa em relação à localidade, o manual informa apenas que ela é mensurada “pela avaliação do histórico de relacionamento e pela caracterização da comunidade em relação à tradicionalidade, sendo atribuído um peso maior às comunidades tradicionais do que às comunidades locais”³¹⁹.

A partir desses indicadores é possível afirmar que, por um lado, quanto mais vulnerável estiver uma comunidade frente aos impactos decorrentes das operações da empresa, maior será a possibilidade de atos de contestação e, logo, de conflitos. Por outro, quanto maior a vulnerabilidade socioambiental da comunidade, maiores também serão as possibilidades de atuação e promoção de ações legitimadoras por parte da empresa. Diante disso, a empresa aumenta sua capacidade de resposta – ou de gerar consentimento – frente aos impactos, com o intuito de mitigar ou mascarar seus efeitos, tornando a comunidade dependente de sua intervenção.

A lógica inversa também é verificável. Quanto menos vulneráveis forem as comunidades, menores serão os constrangimentos decorrentes dos impactos socioambientais e, logo, se reduz as possibilidades de ações contestatórias contra as operações da própria empresa. Contudo, por outro lado, quanto menos as comunidades necessitarem das ações da empresa, também será maior a possibilidade de ações contestatórias.

Tal questão é, por vezes, apontada nas recomendações do Grupo Votorantim como uma necessidade de transformar o risco em oportunidade de intervenção, eis a relação aparentemente paradoxal contida na intervenção político-ideológica da Fibria nas diferentes frações do território para educar o consenso das classes, frações de classes e grupos sociais atingidos por sua territorialização.

Importante destacar que juntamente à priorização das áreas de intervenção, durante a etapa de “gestão de relacionamento com comunidades”, é realizado o chamado “engajamento” das “partes interessadas”, entendido como “o esforço da Fibria para entender e envolver seus parte [sic] interessadas e seus interesses no andamento de suas atividades e processos de decisão”³²⁰. O principal pré-requisito para tal engajamento é conhecer as partes interessadas: “quem são, qual o histórico de relacionamento, suas expectativas e preocupações em relação ao negócio. A percepção sobre os impactos da empresa necessita ser levada em conta para definir a melhor maneira de engajar as partes interessadas”³²¹. Na verdade, mais do que envolver as comunidades e os sujeitos nos processos de decisão de empresa, pretende-se inserir os interesses

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ *Ibidem*, p. 11.

³²¹ *Ibidem*.

da empresa e de seus negócios no interior das comunidades e com a participação ativa dos sujeitos.

A identificação das comunidades e dos sujeitos é realizada por meio de um processo que possibilita definir a “tradicionalidade ou não dessas comunidades e sua respectiva caracterização”. Para tanto, são contratados profissionais habilitados em Ciências Sociais e reconhecidos pelos órgãos de classe – a área de Sustentabilidade da empresa fica responsável por coordenar esses profissionais. Utiliza-se, nesta definição, os Marcos Legais sobre Comunidades Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos e demais Comunidades Tradicionais, além dos Marcos Conceituais que define e classifica tais comunidades.

Também são estabelecidos alguns procedimentos metodológicos para a identificação e caracterização das comunidades tradicionais, tais como: pesquisa bibliográfica; análise documental; contatos institucionais; caracterização socioeconômica cultural, geográfica e jurídica fundiária (documental); realização de vistorias estruturadas e prospectiva; entrevistas com líderes das localidades e membros mais antigos; diagnóstico Socioeconômico Cultural e Participativo³²²; mapas culturais colaborativos “com objetivo de demonstrar aspectos culturais, históricos e costumeiros de um território tradicional”; e procedimentos etnográficos “com registros de entrevistas aprofundadas e depoimentos de lideranças locais com objetivo de instrumentalizar a interpretação das informações, para contextualizá-las”³²³.

A identificação de novas comunidades é realizada anualmente por meio de consulta a fundações como a Fundação Palmares e a Fundação Nacional do Índio, ao INCRA e à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, além de uma busca eletrônica realizada no Ministério do Desenvolvimento Social e no Ministério da Justiça.

Posteriormente, a empresa elabora uma metodologia com diferentes etapas e um “Plano de Engajamento com Partes Interessadas” com a finalidade de “selecionar as estratégias e táticas mais adequadas para cada público priorizado” de acordo com “a realidade da empresa na localidade e o contexto em sua área de influência”³²⁴. Dessa forma, para cada classe, fração de classe ou grupo social há uma tática específica de intervenção político-ideológica.

³²² “[...] iniciativa metodológica em que as comunidades, por meio de suas lideranças, são envolvidas a discutir temas e fornecer informações importantes para a caracterização e realização de uma tipologia sociocultural” (p. 22).

³²³ *Ibidem*, p. 22.

³²⁴ *Ibidem*.

Entre as principais “partes interessadas”, que se configuram como grupos críticos de relacionamento, estão os movimentos de luta pela terra, especialmente o MST, além de grupos indígenas e comunidades quilombolas e ribeirinhas:

Atualmente, 890 comunidades situam-se num raio de até três quilômetros em torno de nossas propriedades ou de áreas que arrendamos para a produção do eucalipto. Desse total, quatro são formadas por pescadores tradicionais e 15, por indígenas, além de dezenas de comunidades quilombolas, localizadas principalmente no Espírito Santo e no sul da Bahia³²⁵.

Como foi possível observar na análise da dimensão do impacto causado pela operação da empresa, em sua matriz de priorização das localidades, o ponto central que interliga o conflito entre a empresa e os sujeitos supracitados é a questão fundiária, como também se verifica na seguinte fala de seu presidente:

A questão fundiária do país é muito ampla e complexa. Nossa experiência com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é um dos melhores exemplos de reforma agrária envolvendo uma empresa do setor privado, um movimento social, academia e órgãos governamentais. Temos hoje um diálogo com os movimentos de luta pela terra que requer manutenção e cuidado, pois não é estático, mas está muito avançado. Em relação às comunidades quilombolas, também há questões ideológicas envolvidas, que precisam ser consideradas. A diferença é que o diálogo está no início e os avanços ainda são lentos, mas estamos caminhando. É um aprendizado mútuo³²⁶.

Para a Fibria, o “diálogo” com esses grupos configura-se como um dos principais desafios para realizar aquilo que denomina geração de valor. Isso ocorre pelo fato de se tratar de grupos atingidos não apenas pelas operações produtivas da empresa, mas também, especialmente, pela expropriação que vem sendo promovida durante décadas pelos grupos do setor, fato que torna a questão fundiária o epicentro dos conflitos – como será destacado a seguir.

Não cabe aqui apontar os projetos da Fibria realizados nas diferentes regiões do país onde seus empreendimentos se territorializam, contudo cabe mencionar alguns exemplos para demonstrar como a empresa busca intervir política e ideologicamente nas diferentes frações do território com a finalidade de apassivar os conflitos socioterritoriais (educar para o consenso) com os grupos sociais supracitados. Importante destacar que apesar dos diagnósticos esboçados passo a passo tanto pelo Instituto Votorantim – em seus guias de investimento social – quanto

³²⁵ Disponível em: <https://relatoweb.com.br/fibria/2016/pt/>. Acesso em: 01/03/2019.

³²⁶ Disponível em: <http://www.fibria.com.br/r2015/entrevista-com-o-presidente.html>. Acesso em: 28/05/2017. A menção ao MST diz respeito ao Projeto Assentamentos Rurais Sustentáveis elaborado pela empresa na região Sul da Bahia. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/2760226/aliancas-ineditas#ixzz38L6nlbl1>. Acesso em: 01/05/2019.

pela empresa e suas consultorias – por meio de levantamentos das especificidades locais –, os projetos criados e implantados são replicados nas diferentes localidades onde as empresas do Grupo atuam, quando se trata dos mesmos sujeitos sociais afetados. Isto é, projetos e programas já implantados com grupos sociais específicos, em determinados locais, são replicados quando encontra-se comunidades do mesmo grupo social situadas no entorno de outros empreendimentos, em outras localidades.

No caso da intervenção em territórios indígenas ganham destaque os programas e planos de sustentabilidade do grupo impactado, que estão sempre ligados à suposta busca pela manutenção das práticas socioculturais desses grupos. Além disso, em troca de sua intervenção acordos são firmados entre empresa e grupo, principalmente em áreas com histórico de intenso conflito socioterritorial, como é possível observar em seu Relatório de Sustentabilidade:

O relacionamento com as populações indígenas nas áreas de atuação da Fibria é desenvolvido por uma equipe interdisciplinar que inclui antropólogos e indigenistas. Nossa meta é viabilizar uma relação saudável e apoiar a sustentabilidade das terras indígenas que ficam próximas às áreas da Fibria.

No Espírito Santo, a Fibria mantém o Programa de Sustentabilidade Tupiniquim e Guarani (PSTG), atendendo cerca de 760 famílias, com o objetivo de propiciar ações integradas e de longo prazo que permitam aos Tupiniquim e Guarani restituírem as condições ambientais necessárias para retomar suas práticas socioculturais, afirmar a identidade étnica e desenvolver atividades econômicas sustentáveis.

Em 2017, essa relação evoluiu para a assinatura de um acordo registrado em cartório entre a Fibria e os representantes das 12 aldeias indígenas, no qual são definidos papéis e responsabilidades de ambos os lados. *No documento, os índios se comprometem a não bloquear estradas ou tomar qualquer tipo de atitude que possa paralisar ou prejudicar as operações da Fibria em Aracruz.* Em Brasilândia (MS), a Fibria mantém o Programa de Sustentabilidade Ofaié (PSO), que alcança cerca de 30 famílias indígenas. Os Ofaié vivem numa reserva depois que suas terras foram inundadas pela represa de Porto Primavera, em 1998. O plano de ação do PSO põe à disposição da comunidade recursos para a valorização da cultura e do artesanato da aldeia para incentivar a agricultura familiar de subsistência. (FIBRIA, 2017, p. 39. Grifo nosso).

Destaca-se, na citação anterior, contida no relatório, a formalização documental para garantir judicialmente (uma forma de coerção) o consentimento dos grupos indígenas frente aos impactos socioambientais e territoriais causados pela invasão de seus territórios, pela antiga Aracruz, e pela territorialização da Fibria.

Assim como são implantados os programas de sustentabilidade indígena nas diferentes regiões, também são realizadas ações que visam “fortalecer as associações ligadas à atividade pesqueira” no interior das comunidades ribeirinhas também atingidas por suas operações,

especialmente próximas às áreas de embarque seja de celulose ou de eucalipto, seja em portos ou terminais intermodais³²⁷. O Relatório de Sustentabilidade cita dois exemplos dessa atuação.

A Fibria se relaciona com comunidades pesqueiras em duas regiões: no distrito de Barra do Riacho, município de Aracruz (ES), onde está o terminal especializado no embarque de celulose (Portocel) e em Caravelas, no sul da Bahia, de onde é escoada, por meio de barcas, parte da produção local de eucalipto que abastece as três fábricas da Unidade Aracruz (ES).

Nessas duas áreas, a empresa busca estreitar o relacionamento com a comunidade por meio do diálogo, de ações sociais e de medidas de apoio à atividade pesqueira.

O processo de engajamento em Caravelas visa fortalecer as associações ligadas à atividade pesqueira na região, além de disseminar o empreendedorismo a partir da estruturação da cadeia do pescado.

Em Barra do Riacho, a iniciativa de engajamento liderada pela Fibria tem o objetivo de estimular o diálogo social e o desenvolvimento integrado e participativo da comunidade, envolvendo empresas, sociedade e poder público³²⁸.

Os projetos e programas de responsabilidade socioambiental também são utilizados para intervir nos territórios quilombolas com longo histórico de conflitos no Sul da Bahia³²⁹, onde a Fibria possuía uma parceria com a Stora Enso (Veracel):

Em 2017, conseguimos avanços importantes no relacionamento, existente há anos, com as comunidades quilombolas que vivem nas proximidades de nossas florestas no norte do espírito santo. Oito novas comunidades passaram a participar de programas da Fibria, o que levou o número de comunidades quilombolas parceiras de projetos para 17, entre 20 no total. As três comunidades restantes receberão investimentos da Fibria em 2018.

O avanço no engajamento com os quilombolas é prioritário e ainda bastante desafiador para a Fibria. Muito se evoluiu nas relações, na confiança e no estabelecimento de projetos importantes, mas é necessário progredir na questão fundiária. Esse assunto estará no centro do diálogo entre a Fibria e essas comunidades nos próximos anos.

Como exemplos de progressos podemos citar a adaptação e o crescimento do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) às necessidades particulares e, em alguns casos, à legislação específica para os quilombolas. Consultores do PDRT os auxiliam a regularizar a documentação necessária para que possam usufruir de seus direitos como comunidade tradicional, que a lei lhes garante — por exemplo, participação prioritária em licitações para o fornecimento de alimentos a entidades públicas.

Outras ações incluem o apoio na emissão de blocos de notas fiscais para o produtor quilombola e a formação de agentes técnicos. Esse trabalho de regularização documental para que o produtor quilombola possa integrar-se ao mercado formal foi um passo importante para começar a criar confiança entre as partes e facilitar a aproximação com as comunidades que ainda estão oferecendo resistência ao engajamento com a companhia³³⁰.

³²⁷ Como é o caso da comunidade ribeirinha de Jupia, em Três Lagoas.

³²⁸ *Ibidem*.

³²⁹ Conflitos que remontam a atuação da antiga empresa Veracruz Florestal, então subsidiária do Grupo Odebrecht, como destacado no primeiro capítulo da tese.

³³⁰ Disponível em: <http://r2017.fibria.com.br/nossos-relacionamentos/relacionamento-com-a-comunidade/>. Acesso em: 18/08/2018.

Assentamento e acampamentos camponeses também são frações do território onde ocorre a incursão da empresa. Um caso importante a se destacar é a relação com o MST, também no Sul da Bahia, onde a empresa se diz responsável pela implantação de um Projeto de Assentamentos Sustentáveis, na busca por transformar uma obrigação judicial em modelo de parceria, resolução de conflitos e produção de consenso:

A Fibria vem investindo no diálogo para reverter uma disputa criada com a invasão de áreas da companhia no sul da Bahia por membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desses entendimentos nasceu o Projeto Alvorecer, que começou a ser implantado em 2011. A área ocupada pelo MST, com 7 acampamentos em 5 fazendas da Fibria, numa extensão total de 12 mil hectares, foi desapropriada e indenizada pelo Incra em 2012. Hoje, são 1.127 famílias acampadas, com mais de 4 mil pessoas. Tudo o que os acampamentos produzem é vendido, e eles obtiveram uma renda de aproximadamente R\$ 400 mil em 2012 comercializando farinha, frango, pimenta e carvão. Além disso, a pedido do MST, também começou a ser construído na região, em 2012, um centro de formação e treinamento em produção agroflorestal (FIBRIA, 2012, p. 49).

Primeiro, nota-se que mesmo se tratando de terras desapropriadas pelo INCRA, a empresa insiste em colocar a questão como uma “disputa criada com a invasão de áreas”³³¹. É dessa forma que a empresa “transforma” uma obrigação judicial em parceria. Em meio ao trâmite de desapropriação das terras, na busca pela produção do consenso, a empresa, em conjunto com órgãos do Estado e aparelhos privados de hegemonia, transformou o Projeto de Assentamento em Projeto de Assentamento Sustentável:

O objetivo era transformar as fazendas vendidas para o Incra em assentamentos modelos em modo de gestão e de produção, em áreas que somavam 11 mil hectares. Cada família receberia um lote de 7 hectares para cultivo, e os agricultores contariam com apoio e financiamento para a implantação de assentamentos sustentáveis, uma escola técnica, participação de ONGs e universidades e um centro de educação agroflorestal, para formação de multiplicadores³³².

A “colaboração” da empresa no projeto abre caminho para que a mesma implante mecanismos de consentimento e convencimento por meio de aparelhos privados de hegemonia e da pedagogia da hegemonia. O acordo com ONGs e universidades, bem como a construção de escola técnica e centro de educação agroflorestal são as chaves para fazer com que as famílias assentadas se tornem dependentes da intervenção da empresa, tendo em vista que além de destinar recursos monetários, equipamentos e assistência, por meio do centro de educação e da

³³¹ A empresa aponta como ponto negativo para a sua sustentabilidade a “a disputa pela posse e pelo uso da terra e o risco de perda da licença social para operar” (FIBRIA, 2012).

³³² Disponível em: <http://fibria-institucional-qa.azurewebsites.net/sustentabilidade/social/>. Acesso em: 04/06/2019.

escola técnica, a empresa teve a pretensão de fazer do assentamento um “canteiro” de mão de obra. Dessa forma, quanto mais famílias dependerem do trabalho para a empresa, menor serão as possibilidades de enfrentamento direto³³³.

Dessa forma, para realizar o trabalho de Sísifo do capital, que busca incansavelmente transformar luta de classes em colaboração, e classes sociais – frações de classes e grupos sociais – em “partes interessadas”, a Fibria elabora uma série de programas e projetos “socioambientais” desenvolvidos no âmbito da Responsabilidade Social Empresarial. Nesse sentido, diversos mecanismos possibilitam à burguesia exercer uma forma de dominação socioterritorial das classes, frações de classes e grupos subalternos, nas diferentes frações do território. Com efeito, essa lógica é o que se buscará analisar a seguir tendo como base a atuação da Fibria no estado de Mato Grosso do Sul.

4.2 PROGRAMAS E PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA FIBRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Em 2009 quando teve início suas operações, a Fibria divulgou um investimento da ordem de R\$ 16,4 milhões (FIBRIA, 2011) destinados à intervenção político-ideológica nas comunidades impactadas por sua territorialização, montante que saltou para R\$ 52,8 milhões no ano de 2017 (FIBRIA, 2017) quando entrou em operação sua segunda linha de produção da unidade de Três Lagoas-MS. Os recursos destinados especificamente para o estado de Mato Grosso do Sul foram: (a) pela Linha Investimentos Sociais de Empresas (ISE) do BNDES, entre os anos de 2009 e 2018, que ultrapassaram a quantia de R\$ 24 milhões³³⁴; e (b) R\$ 5,2 milhões pelo BNDES Fundo Social (Programa ReDes), entre 2010 e 2015 (REDES, 2017).

Somam-se a esses investimentos outros recursos que possibilitam a intervenção político-ideológica da Fibria por meio de (a) Parcerias: apoios “pontuais de curto prazo, com finalidade social, que pressupõem contrapartida do solicitante e estão relacionados às operações, expertises e produtos oriundos do negócio da Fibria”; (b) Doações: apoios “pontuais de curtíssimo prazo, que atendem a demandas de partes interessadas e que visam aproximação e

³³³ Após a experiência com a venda de terras para a reforma agrária, a empresa passou a dismantlar ainda mais a luta pela terra ao oferecer terras por meio do Programa Nacional de crédito fundiário. Isso lhe permite se livrar das terras em disputa (ou já estagnadas), obtendo a renda territorial e dismantlando a organização dos movimentos sociais. Nesse sentido, em seu relatório de sustentabilidade, ao tratar do seu Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT), a empresa afirma o seguinte: “Como evolução do programa, em 2015 encaminhamos ao governo federal uma proposta de um projeto-piloto, cujo propósito é dar às comunidades participantes do PDRT a oportunidade de adquirirem terras, inclusive da Fibria e de outros agricultores, por meio de créditos oficiais”. (FIBRIA, 2015, p. 81).

³³⁴ BNDES Transparência. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 03/09/2018.

fortalecimento das relações institucionais”; (c) Patrocínios: “concessão de recurso financeiro, material e/ou serviço pela Fibria a um patrocinado, com o objetivo de viabilizar determinada atividade ou evento, sendo considerado um instrumento de comunicação”; e (d) Projetos: “investimentos socioambientais, próprios ou apoiados, planejados e desenvolvidos no âmbito de determinado programa, tendo propósito e duração determinados (objetivos, metas, custos, prazos, indicadores e responsabilidades)” (FIBRIA, 2018, p. 32).

A principal expressão desses investimentos, por meio de parcerias, é o Programa Rede Responsável, encampado pela Fibria em 2013 com o objetivo de alavancar investimentos e parcerias de outras empresas, instituições e governos para angariar recursos a serem investidos na elaboração e execução de programas e projetos de responsabilidade socioambiental. Nas palavras da diretora de sustentabilidade da Fibria: o objetivo do Programa é "unir esforços e conectar diversos atores localizados na região, a fim de reforçar a rede em prol do desenvolvimento socioambiental dos municípios"³³⁵. Segundo o *website* da empresa, desde o início do programa foi captado o montante de R\$ 70 milhões que foi revertido em “benefício” das comunidades situadas no entorno de suas áreas de operação.

Segundo a empresa, a participação dos parceiros pode ocorrer de forma flexível: “algumas empresas disponibilizam pessoas e materiais, outras destinam recursos financeiros. Há também as que optam por adquirir produtos ou serviços dos projetos sociais existentes”³³⁶.

O programa, segundo a Fibria:

É uma ferramenta de compartilhamento de investimento socioambiental entre as organizações para fortalecer os processos de desenvolvimento local por meio da estruturação de redes de troca de informações, produtos, recursos e serviços.

Por meio do Rede Responsável, pessoas, organizações privadas e governos podem investir no fortalecimento de iniciativas socioambientais da Fibria para o desenvolvimento de comunidades no país em parceria com a Fibria. Em dezembro de 2017, a arrecadação do programa alcançou mais de R\$ 19,2 milhões, 10,3% acima da meta do ano. O crescimento da arrecadação e do número de parceiros vêm tornando o Rede Responsável um instrumento forte e duradouro de investimentos, focando nos territórios de atuação da empresa e transformando vidas.

A companhia tem por objetivo aumentar os números de parceiros privados no programa, com mais empresas investindo para reforçar a sustentabilidade dos projetos beneficiados³³⁷.

³³⁵ Disponível em: <http://www.jpnews.com.br/meio-ambiente/programa-rede-responsavel-realiza-primeira-acao-de-mobilizacao-em-ms/91543/>. Acesso em: 01/05/2017.

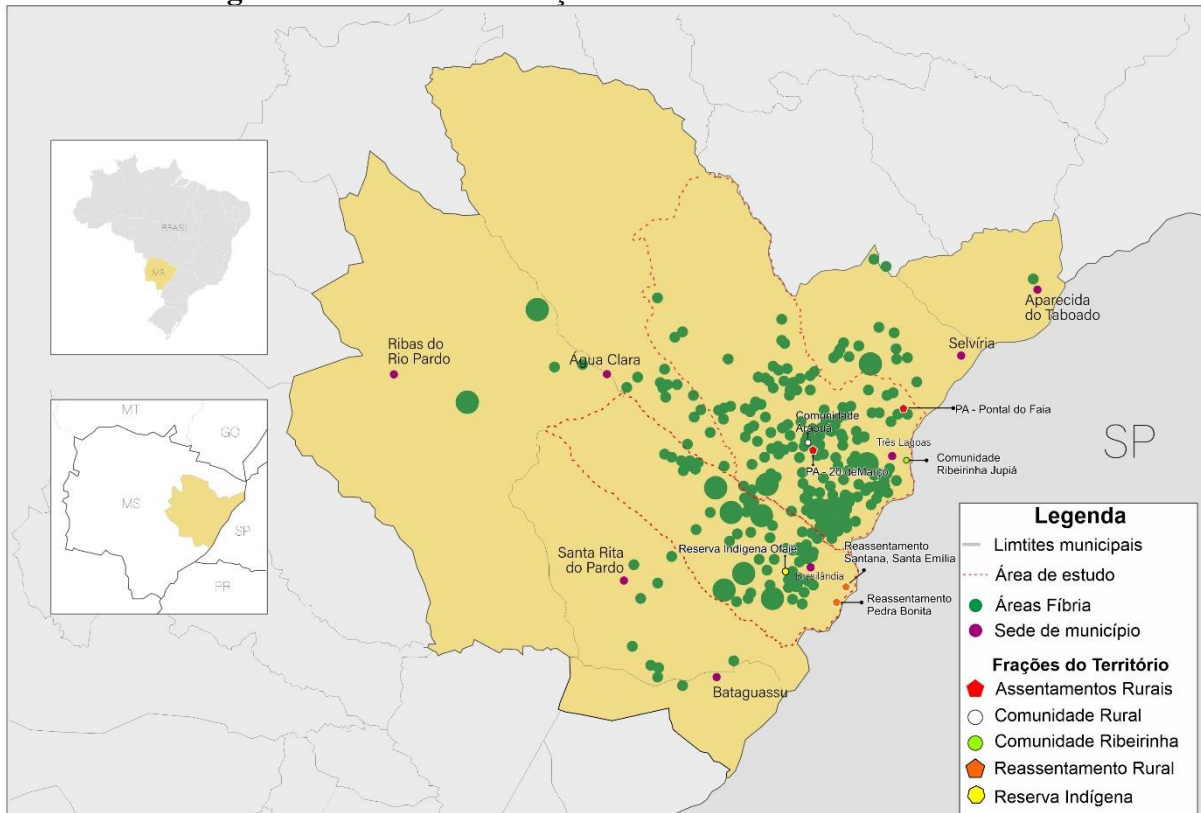
³³⁶ Idem.

³³⁷ Disponível em: <http://r2017.fibria.com.br/nossos-relacionamentos/relacionamento-com-a-comunidade/#rede-responsavel>. Acesso em: 28/05/2017.

Tais parcerias possibilitam à empresa ampliar seu poder de intervenção nas diferentes frações do território e, com isso, suas táticas de convencimento. Em 2017 a empresa divulgou que aproximadamente 1.200 famílias estariam participando de seus programas de geração de renda e 43 mil pessoas teriam sido diretamente atendidas, fato que demonstra a ampliação da base territorial de sua intervenção no estado de Mato Grosso do Sul, atingindo 5 municípios e 100% das localidades consideradas prioritárias. Propagandeou também uma suposta importância social da expansão de sua segunda linha de produção de celulose, que teria deixado legados importantes para as comunidades que receberam as iniciativas desenvolvidas por meio do sub crédito social do BNDES, correspondente à R\$ 11,7 milhões, com 14 linhas de investimento e 40 projetos³³⁸.

Considera-se essa base de atuação da empresa sua área de dominação socioterritorial, onde encontram-se: (1) os plantios de eucalipto em terras próprias e/ou arrendadas; (2) as infraestruturas, tais como porto seco, terminal intermodal, fábrica, entre outros; (3) e a implementação de seus projetos e programas de responsabilidade socioambiental – representada na imagem a seguir.

Figura 15: Área de dominação socioterritorial da Fibria no MS.



Fonte: Plano de manejo (2018, p. 7). Adaptado pelo autor.

³³⁸ Disponível em: <http://r2017.fibria.com.br/nossos-relacionamentos/relacionamento-com-a-comunidade/>. Acesso em: 01/03/2019.

Apesar dessa intervenção abranger os municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Selvíria, Brasilândia e Três Lagoas, a pesquisa empírica teve como foco específico os municípios de Três Lagoas e Brasilândia, e isso se deu por dois motivos principais: (1) são os municípios priorizados para a intervenção da empresa por ser onde está localizada a maior parte de suas áreas (plântio, conservação e outros usos, tais como estradas, construções etc.); e (2) serem os únicos municípios que participam do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre empresa e BNDES por meio dos empreendimentos produtivos do Programa ReDes.

Nos municípios priorizados os principais sujeitos que têm seus territórios e frações do território atingidos pela intervenção da empresa são: camponeses assentados e reassentados, indígenas e ribeirinhos. Essa intervenção político-ideológica da Fibria no espaço agrário, nessas diferentes frações do território, se dá principalmente por meio de três programas (educativos) centrais de sua pedagogia política, são eles: (1) o Programa ReDes (Redes para o Desenvolvimento Sustentável), em parceria com o Instituto Votorantim, o BNDES e, mais recentemente, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); (2) o Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT); e (3) o Programa de Sustentabilidade Ofaié³³⁹. Contudo, não foi possível nessa tese analisar este último³⁴⁰.

Além desses programas, cabe citar outros dois que serão tratados resumidamente no último capítulo, são eles: o Programa de Apoio à Gestão Pública (Plano de ação Três Lagoas

³³⁹ Esses programas caracterizam a intervenção realizada pela Fibria por meio de aparelhos privados de hegemonia – sejam empresariais ou populares –, no âmbito da sociedade civil. No caso dos aparelhos privados empresariais, além do Instituto Votorantim, há a colaboração de outros aparelhos privados de hegemonia burguesa, tais como a Fundação Cargill, Instituto Natura, Instituto Arapyauá, Fundação Lemann, Fundação Dom Cabral, Comunitas, dentre outros. Já os aparelhos privados de hegemonia de cunho popular são especialmente as associações de moradores e produtivas, bem como as cooperativas das comunidades e dos assentamentos e reassentamentos rurais.

³⁴⁰ Cabe aqui apenas expor brevemente do que se trata tal programa. É por meio de sua execução que a intervenção político-ideológica da Fibria ocorre na aldeia Ofaié, no município de Brasilândia. O plano alcança cerca de 30 famílias indígenas e sua realização foi aprovada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O plano está dividido em 4 eixos: (1) O território, o ambiente e a questão fundiária; (2) Patrimônio cultural, idioma e educação indígena; (3) Institucional e organização da comunidade; e (4) Autonomia, subsistência e geração de renda.

O primeiro eixo “aborda a situação em que se encontram as terras que integram a área declarada indígena pelo Ministério da Justiça como Área Indígena Ofaié Xavante, sob o aspecto fundiário e jurídico”; o segundo “apresenta o mapeamento cultural da comunidade reunindo elemento da *língua, tradições e especificidades da etnia* Ofaié e Guarani que se encontra em maior número e convivem na aldeia”; o terceiro “busca apontar os principais obstáculos apontados pela comunidade quanto ao modus vivendi da aldeia e a convivência pluriétnica – multicultural –, dos que residem no lugar”; e o quarto “lida com a economia e a cultura, que, em se tratando de povo indígena, essas realidades aqui se mesclam numa discussão ampla e que exige o envolvimento de toda a comunidade para dimensioná-la (FIBRIA, 2013a).

Segundo a Fibria, o plano “tem por objetivo realizar um levantamento das potencialidades, ambiental, territorial e cultural dessa tribo. Um dos levantamentos apontou a necessidade de realizar ações que auxiliassem no resgate cultural da etnia”. Disponível em: http://fibria-institucional-ga.azurewebsites.net/fibria_noticias/com-apoio-da-fibria-artisanato-indigena-ofaye-participa-de-exposicao-em-brasilia-df/. Acesso em: 22/08/2018. Dentre as atividades desenvolvidas estão o artesanato, a produção agroecológica de mandioca, a construção de um campo de futebol Society e a doação de materiais para construção do centro cultural (Idem).

Sustentável) e o Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE). A inclusão de tais programas na análise, mesmo que de forma sucinta, se deve ao fato de que por meio deles será possível observar como as classes e frações de classes dominantes inserem seus interesses políticos e econômicos – transformados em políticas públicas – no âmbito do Estado restrito.

Primeiramente serão analisados o Programa ReDes e os diferentes projetos nele inseridos, seguido pela análise do PDRT e seus respectivos projetos. Para tanto, optou-se por realizar uma exposição de cada programa e projeto, além de retratar parte de seus reais desdobramentos nas comunidades. Posteriormente, no próximo capítulo, será realizado um esforço analítico que buscará elevar tais desdobramentos ao nível de abstração da análise teórica da realidade concreta.

4.2.1 PROGRAMA REDES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ReDes)

O Programa ReDes pode ser considerado expressão do empresariamento da “questão social”, ou, mais especificamente, neste caso, das políticas agrícolas e sociais destinadas ao campo³⁴¹. Trata-se de uma “parceria” entre o público e o privado – o Instituto Votorantim e o BNDES com a participação das empresas do Grupo Votorantim – criada a partir de um Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com o BNDES, com início no ano de 2010, após início das operações da Fibria no estado. A linha do tempo do Programa pode ser observada no quadro 13.

A primeira fase do acordo BNDES-Ivot teve vigência entre os anos 2010-2015, período que somou R\$ 70 milhões em investimentos. Em 2015 houve a prorrogação da parceria BNDES-Ivot para o ano de 2020, ampliando o aporte em R\$ 40 milhões, o que somaria, ao fim desse período, a quantia de R\$ 110 milhões composta por 50% de cada um dos “parceiros” (BNDES e Instituto Votorantim)³⁴². Do total investido entre 2010-2015, R\$ 62 milhões foram

³⁴¹ As empresas do Grupo Votorantim que participam do programa ReDes são: Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia e Fibria. Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/programa/o-que-e/>. Acesso em: 08/05/2017.

³⁴² Tal prorrogação se limitou a um investimento realizado em seu início. A crise de hegemonia da social-liberalismo petista, que retirou o Partido dos Trabalhadores da classe denominada por Osorio de classe reinante. Segundo Osorio (2017, p. 36), “chamamos de classe reinante o setor que ocupa as posições mais altas e de maior hierarquia dentro do aparelho, como Presidente, ministros de Estado, diretores e demais altos funcionários de ministérios ou do Banco Central, os altos comandos militares, juízes do Supremo Tribunal Federal, as autoridades da Câmara de deputados e do Senado”. Dessa forma, para o autor, classe reinante se diferencia de classe dominante, sendo que para esta última, “deixar a administração alimentar a ficção de um Estado socialmente neutro, ocultando seu caráter de classe. Por isso são excepcionais as situações em que presidentes ou primeiros-ministros são diretamente membros das classes dominantes” (*Ibidem*, p. 36-37).
do aparato de Estado nas mãos de outras classes lhes permite

destinados ao Programa ReDes e R\$ 8 milhões ao Programa de Apoio à Gestão Pública (AGP)³⁴³ (PROGRAMA REDES, 2015).

Quadro 13: Linha do Tempo do Programa ReDes

ANO	CONTEÚDO
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura do convênio entre o Instituto Votorantim e o BNDES • Desenvolvimento da metodologia
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Início da atuação em 25 municípios. • Mobilização dos envolvidos e início da construção de planos de negócios.
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Finalização dos planos de negócios do primeiro ciclo, avaliação local e seleção dos projetos a serem apoiados.
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Início do investimento do primeiro ciclo em 39 negócios inclusivos, com atendimento de requisitos legais e investimento em infraestrutura.
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Inaugurações de fábricas e sedes de negócios, início da comercialização de 39 negócios inclusivos. • Entrada em três novos municípios.
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da parceria entre Instituto Votorantim e BNDES até 2020. • Parceria com BID-Fomin para aprimoramento metodológico do programa. • Início do investimento em nove projetos, totalizando 48 negócios inclusivos apoiados. • Entrada em dois novos municípios. • Finalização do investimento nos primeiros projetos que atingiram nível de autonomia.
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada em três novos municípios e aprovação de mais uma localidade para início em 2017. • Início do investimento em cinco novos projetos, totalizando 53 negócios inclusivos apoiados.

Fonte: Programa ReDes, 2017. Organizado pelo autor.

É importante destacar que tais investimentos realizados pelo BNDES têm origem em seu Fundo Social – analisado no capítulo 2 –, que é constituído por uma parcela de seus lucros anuais. Na planilha de “operações contratadas na forma direta e indireta não automática” do BNDES, com dados de 2002 a 2018, consta que entre 2010 e 2015 foram realizadas três operações contratadas pelo Instituto Votorantim, totalizando R\$ 55 milhões, sem custo financeiro e na modalidade não reembolsável – ou seja, não se trata de empréstimos, mas sim de uma verdadeira transferência de recursos públicos para que burguesia interna fortaleça seus aparelhos privados de hegemonia –, todas realizadas por meio da área de Gestão Pública e Socioambiental. Tais operações podem ser observadas no quadro 14.

³⁴³ Programa que será analisado no próximo capítulo.

Quadro 14: Recursos do BNDES destinados ao Programa ReDes.

Projeto	Data da contratação	Valor (R\$)
Apoio ao desenvolvimento territorial sustentável e redução da pobreza	07/12/2010	31.000.000,00
Apoio ao desenvolvimento territorial sustentável e redução da pobreza	02/10/2012	4.000.000,00
Estruturação de atividades produtivas e para apoio a modernização da gestão pública e a redução de déficits de infraestrutura urbana em municípios selecionados	18/05/2015	20.000.000,00

Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/>. Acesso em: 10/09/2018. Organizado pelo autor.

Durante o ano de 2015 o Programa ReDes passou a contar com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, por meio de seu Fundo Multilateral de Investimento (FOMIN), destinaria ao Programa US\$ 1,3 milhão até 2019 com a finalidade de aprimorar sua metodologia³⁴⁴. Dessa forma, cabe destacar que além dos recursos destinados ao Programa há também a realização de investigações e a proposta metodológica de ações que conduziram os passos dos projetos³⁴⁵.

O começo da atuação do BID, no ano de 2016, foi marcado pela realização de uma avaliação dos resultados do Programa (2010-2016), juntamente com uma pesquisa de “boas práticas” de mercado realizadas no interior da responsabilidade socioambiental. A proposta do BID é que os investimentos do programa sejam realizados de forma mais customizada, em conjunto com os grupos que participam de seus projetos para que “sejam realmente aderentes a realidade de cada um deles”³⁴⁶.

A metodologia utilizada durante o período 2010-2015 era composta por três etapas e possuía quatro linhas de ação, conforme demonstrado no BOX I.

³⁴⁴ Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/>. Acesso em: 01/05/2017. Cabe destacar que o BID se declara a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, oferecendo empréstimos, assistência técnica e a realização de pesquisas, impondo propostas de desenvolvimento para seus credores, como é o caso de sua atuação junto ao Programa ReDes.

³⁴⁵ A forma de acesso ao montante destinado ao Programa, pelo Banco, não é revelada em seus informes. Por isso, mesmo parecendo redundante, é preciso destacar que a atuação do Banco se dá via empréstimos concedidos aos países mutuários e, além disso, também cabe destacar que o Brasil é o principal país onde se contrata projetos elaborados pelo referido Banco, com o total de 51 projetos. Resta investigar como essa “parceria” ocorre no caso do Programa ReDes, se os contratos são firmados exclusivamente com o Instituto Votorantim ou se em parceria com o Estado.

³⁴⁶ Para tanto, foram selecionadas localidades-piloto onde será testada a nova metodologia, nos municípios de Niquelândia (GO), Miraf (MG) e Alumínio (GO), onde está presente a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) do Grupo Votorantim. Segundo o Programa, o critério para a escolha dessas localidades foi a busca pela diversidade de contextos socioeconômicos e ambientais. Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/nova-metodologia-do-bid-comeca-ser-implantada-no-programa-redes/>. Acesso em: 01/05/2017.

BOX I

Metodologia

O programa ReDes tem ciclos anuais que permitem a identificação de prioridades locais, mapeamento de organizações produtivas e desenvolvimento de planos de negócios em novos municípios. Todo o processo busca sinergias com políticas públicas voltadas para populações em situação de vulnerabilidade.

Etapa 1 - Diagnóstico e qualificação de planos de negócio (1 ano)

- ✓ Priorização de linhas com maior potencial de impacto
- ✓ Desenvolvimento de planos de negócios com viabilidade social e econômica
- ✓ Seleção de projetos para receberem apoio

Etapa 2 - Implantação de planos de negócio (2 a 3 anos)

Foco em quatro eixos principais:

- ✓ Regularização, licenciamento e documentação
- ✓ Infraestrutura, bens e equipamentos
- ✓ Comercialização e ampliação de mercados
- ✓ Autogestão, governança e pessoas

Etapa 3 - Estratégia de autonomia (1 ano)

- ✓ Fortalecimento de rede de parceiros (técnicos e financeiros) nos municípios e região
- ✓ Fortalecimento dos processos financeiros e de gestão
- ✓ Reforço do plano de sucessão das lideranças

Linhas de ação

O programa atua em quatro linhas de ação, definidas a partir da identificação de oportunidades nos municípios e de uma análise estratégica de prioridades, são elas:

Abastecimento alimentar: reúne projetos de pesca, agricultura familiar, avicultura, laticínio e apicultura e o objetivo é aumentar o valor agregado dos produtos. Para isso, na maior parte dos negócios apoiados, a produção deixa de ser vendida in natura e passa ao menos por um pré-beneficiamento.

Comércio e serviços: Nessa linha de ação o ReDes tem trabalhado na melhoria do processo de comercialização e na busca para ampliar o acesso [das comunidades] ao mercado.

Economia Criativa: O foco é fortalecer o patrimônio cultural local, com aprimoramento de técnicas e design dos produtos de artesanato, possibilitando que eles possam atingir outros municípios e regiões do país.

Reciclagem: Nessa frente, o programa apoia cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, colaborando na estruturação do setor e na criação de canais de prestação de serviços.

Fonte: <http://www.programaredes.com.br/programa/o-que-e/>. Acesso em: 01/05/2017. Organizado pelo autor.

A maior parte dos negócios apoiados está ligada ao abastecimento familiar e criação de cadeias produtivas nas comunidades situadas nos entornos dos empreendimentos, o que acaba tornando comunidades camponesas, quilombolas e ribeirinhas, bem como grupos indígenas, os principais sujeitos atingidos pelos projetos desenvolvidos no âmbito do programa. Segundo o *website* do ReDes, o programa:

[...] apoia a estruturação de negócios inclusivos, por meio da articulação de cadeias produtivas e investimento em projetos. A metodologia contempla a participação da comunidade em todas as etapas do programa, dando transparência e gerando articulação entre os três setores da sociedade – governo, iniciativa privada e terceiro setor³⁴⁷.

O programa desenvolveu projetos em 31 municípios brasileiros, em 11 estados e no Distrito Federal onde estão localizadas algumas das empresas do Grupo Votorantim. No estado de Mato Grosso do Sul, além da Fibria o grupo é proprietário da Siderúrgica Três Lagoas Ltda-SITREL (Votorantim Siderurgia), que também participa do Programa ReDes.

Os projetos do programa foram implantados nos municípios de Três Lagoas e Brasilândia, como é possível observar no quadro 15.

Quadro 15: Projetos do Programa ReDes (BNDES-Ivot-Fibria).

Projetos	Associações	Valor	Municípios
Caminhos do Mel	Associação Treslagoense de Apicultores (Atla)	R\$ 659 mil	Três Lagoas
Mais mel	Associação Brasilandense de Apicultores (ABA)	R\$ 623 mil	Brasilândia
Laticínios de Arapuá	Central Rural Arapuá	R\$ 995 mil	Três Lagoas
Integração Leite e Mandioca	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Pedra Bonita	R\$ 1 milhão	Brasilândia
Produzindo Frutos e Arborizando a Região	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março	R\$ 318 mil	Três Lagoas
Entrepasto de Pescados Jupia	Colônia dos Pescadores Profissionais Z-03	R\$ 1,5 milhão	Três Lagoas

Fonte: Programa ReDes, 2017. Organizado pelo autor.

Com exceção do Projeto Integração Leite e Mandioca, contratado em 2015, quando ocorreu a prorrogação da “parceria”, os demais projetos foram contratados no ano de 2013. Os projetos Caminhos do Mel e Produzindo Frutos e Arborizando a Região terminaram a fase de implantação no ano de 2016, os demais estavam em fase de pré-operação ou implantação.

Os projetos são acompanhados por funcionários da empresa e por uma empresa de consultoria que elabora avaliações trimestrais, além de metas e de uma avaliação de indicadores, riscos e benefícios em cada projeto, também são analisados diferentes critérios que devem ser cumpridos para a liberação de novos aportes de recursos. O parecer final, de liberação dos recursos e passagem para uma nova etapa do projeto, é expedido pelo Instituto

³⁴⁷ Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/programa/o-que-e/>. Acesso em: 01/05/2017.

Votorantim³⁴⁸. Cabe agora descrever cada um dos projetos e alguns de seus desdobramentos para os sujeitos atingidos pela intervenção político-ideológica da Fibria.

4.2.1.1 Caminhos do Mel

O projeto “Caminhos do Mel”, implementado na comunidade rural de Arapuá, distrito de Três Lagoas, teve início em 2013 e sua fase de implantação foi finalizada em 2016, contando com a participação de 30 apicultores e a Associação Treslagoense de Apicultores como organização executora. Com um investimento de R\$ 659 mil, a Casa do Mel tem capacidade para processar, envazar, armazenar e comercializar o mel produzido pelos associados e de apicultores de municípios vizinhos. O produto tem sua venda destinada ao mercado local e regional, além de atender às políticas públicas do governo, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A assistência técnica é fornecida pelo Sindicato Rural em parceria com a Faculdade Integrada de Três Lagoas (AEMS) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (REDES, 2017).

O Projeto está inserido na linha de ação “Abastecimento Alimentar” do Programa ReDes. Segundo o Programa, o objetivo do projeto foi a “construção da Casa do Mel e aquisição de maquinários para extração e envase de mel com certificação orgânica e rastreabilidade. Apoio na estruturação de cooperativa, obtenção de licenças sanitárias e comercialização de mel”. Na Imagem 1 observa-se a estrutura da Casa do Mel e as placas da associação e do programa ReDes.

³⁴⁸ As informações estão disponíveis em: <http://www.programaredes.com.br/programa/o-que-e/>. Acesso em: 01/05/2017.

Imagem 1: Casa do Mel no Bairro/Comunidade rural de Arapuá.



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2017). Organizado pelo autor.

Segundo o site do programa, os resultados obtidos até o momento foram: “o grupo finalizou a construção da Casa do Mel e com todas as licenças obtidas, os apicultores estão trabalhando para a diversificação dos produtos para venda e melhorias na produção e comercialização na região”³⁴⁹. Com a intervenção do programa ReDes a associação foi estimulada a fundar uma cooperativa, a COOPERAMS - Cooperativa Regional de Apicultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul:

A produção local já era intensa, mas, até agora, os produtores trabalhavam de forma isolada, o que dificultava muito a venda do produto. Com a chegada do ReDes, a associação tratou de organizar os produtores e fundar a COOPERAMS - Cooperativa Regional de Apicultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul. Com o apoio recebido, o grupo já participou de mais de sete cursos para poder aprimorar a produção e aprender novas técnicas³⁵⁰.

Segundo a entrevista de um dos associados, a “sociedade civil organizada consegue ser mais ouvida, e nós como apicultores só conseguimos acessar a algumas políticas públicas depois [nos] de associarmos, condição indispensável para acessar as nossas florestas (pasto

³⁴⁹ Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/cadeia-produtiva-do-mel-gera-renda-para-produtores-de-tres-lagoas/>. Acesso em: 01/05/2017.

³⁵⁰ *Ibidem*.

apícola) por meio de parcerias com empresas de reflorestamento”³⁵¹. Outro entrevistado, pela reportagem do Programa ReDes, afirmou:

Hoje, o produtor faz todo o processo sozinho. Ele precisa colher o mel, embalar, tentar vender etc. Ele leva mais de uma semana para fazer tudo isso. Com a cooperativa funcionando no entreposto, o produtor gastará apenas dois dias, pois nós é que vamos cuidar de embalar e vender. Com isso, a produtividade deles irá aumentar muito, sem contar o valor agregado ao produto, que terá logomarca etc.³⁵².

Durante os trabalhos de campo não houve êxito nas entrevistas com a finalidade de conhecer a história da implementação do projeto. Diferente de outro projeto, inserido na mesma linha, no município de Brasilândia, como exposto a seguir.

4.2.1.2 Mais mel

Segundo o Programa, o projeto Mais Mel, inserido na linha de ação “Abastecimento Alimentar”, teve como objetivo “comprar equipamentos, capacitar os apicultores para utilizar o entreposto e ampliar a produção de mel”, destinando o produto a atacadistas do estado e de São Paulo, bem como para os programas de compras públicas, como os de merenda escolar.

Entre as atividades desenvolvidas por meio do programa estavam: capacitação dos produtores “para obter melhorias no processo de produção e comercialização”; construção de novo prédio destinado às etapas de processamento do mel; compra de equipamentos; obtenção da Licença Prévia, da Licença de Instalação e da Licença de Operação. O projeto, que foi contratado em 2013, com um montante de mais de R\$ 600 mil, teve como principal atividade realizada a construção de um novo prédio (Imagem 2) – tendo em vista que já existia uma pequena Casa do Mel no local desde 2011³⁵³ – destinado às etapas de processamento do mel, que ficou pronto e foi inaugurado somente no ano de 2016, no município de Brasilândia.

³⁵¹ Disponível em: <http://www.diariodigital.com.br/economia/militancia-do-mel-tenta-alavancar-apicultura-em-ms/161010/>. Acesso em: 19/05/2020.

³⁵² Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/cadeia-productiva-do-mel-gera-renda-para-produtores-de-tres-lagoas/>. Acesso em: 19/05/2020.

³⁵³ Segundo um entrevistado: “Eles tinham uma casa do mel pequenininha, aí essa casa do mel pequenininha que eles tinham, acho que foi através de recurso federal, até que foi o prefeito que é hoje que conseguiu. E essa casa do mel pequenininha hoje ficou só pra eles é, beneficiar a cera né, fazer o alveolamento da cera. Aí construíram um prédio maior que é pra “bater” o mel, mas é uma estrutura muito grande”. Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2018, no município de Brasilândia.

Imagem 2: Casa do Mel em Brasilândia



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2019). Organizado pelo autor.

Além do tempo que levou para a finalização da obra, da contratação do projeto até a inauguração do prédio (três anos), os associados foram proibidos de “bater mel”³⁵⁴ nas instalações, pois tanto a obra quanto as instalações estavam fora das normas e sem a devida regularização para entrar em funcionamento, o que foi resolvido somente ao final de 2019. No decorrer desse período, muitos foram os conflitos gerados pela intervenção da Fibria, começando pela empresa contratada para a construção do prédio, como destaca um dos entrevistados:

o problema que esse projeto veio uns caras que não entendem nem um palmo para frente do nariz e fizeram licitação, fizeram maior cagada na obra. *Começou rachar tudo, aí depois a associação teve que gastar mais de 60 mil reais para fazer aqueles reforços envolta da obra.* Teve que trazer uma firma de Ribeirão Preto para erguer tudo a obra, o cara fez as colunas 8 metros uma da outra. [...] a firma que ganhou essa licitação aqui nem engenheiro tinha. Olha aqui essa rachadura [nesse momento o entrevistado aponta para uma grande rachadura que vai do chão ao teto].

Quando os associados notaram que a obra estava errada, chamaram a Fibria e pararam a obra por um ano. Alguns dos associados queriam entrar na justiça para ver se a construtora teria que retomar ou a associação pagar, contudo as coordenadoras do projeto [funcionária da Fibria] se contrapuseram. Uma afirmou que: “[...] “a gente tem que resolver problemas e não causar problemas. A associação tem dinheiro, vamos fazer o que precisa na obra”. Daí além de

³⁵⁴ Nome dado popularmente pelos apicultores ao processamento do mel.

fazer errado, ajustaram o valor da obra em mais 10%. É de assustar!”. Segundo o entrevistado, elas tinham uma meta, um prazo, para a entrega da obra. Nota-se um esforço por parte da funcionária da empresa para que os problemas relacionados ao empreendimento não ganhem maiores proporções, o que poderia soar mal diante da opinião pública.

O entrevistado também apontou os problemas que tiveram com as instalações da Casa do Mel, feitas fora das normas de fiscalização. Afirmou que sempre havia algo diferente para adequar, e acrescentou: “[...] parece uma vergonha o dinheiro do BNDES, faz 5 anos e a obra toda rachada... Tem apicultor aqui que já saiu da associação, vendeu as caixas e saiu... quem depende da abelha, o dinheiro não caiu na mão dele para pagar as contas”. Relatou, ainda, que os sócios começaram a levar o mel para “bater” em outros lugares e muitos deixaram de pagar a mensalidade da associação:

este ano [2019] os que pagaram a mensalidade foram apenas 20%, 80% não pagaram! Teve gente que foi daqui a Prudente “bater mel”. Todo dia pilotando um caminhão, indo lá para Prudente, “bater”, voltar, vir aqui, por nas caixas, tirar para outra viagem. Tem gente que tem 1.500 caixas, cada vez “bate” 150 caixas, faz as contas quantas viagens essa pessoa não fez para Prudente. Se quiser pagar a associação, paga, mas, se não quiser pagar, não podemos forçar eles a pagarem³⁵⁵.

O entrevistado afirmou, ainda, que além dos apicultores que deixaram de pagar a mensalidade da associação e dos que estão levando o mel para Prudente, há aqueles que se juntaram para comprar o equipamento necessário: “Teve apicultor que comprou máquina centrífuga e foi “bater mel” na casa dele. Uns três ou quatro que moram aqui em Brasilândia compraram máquina para “bater”, juntaram dois/três e compraram uma máquina (4 mil reais) para “bater mel”.

Nesse ponto, ao juntar tais indagações com as de outro entrevistado, é possível apontar uma questão importante, que pôde ser observada: tanto a estrutura da obra quanto os projetos inseridos pela empresa no interior do Mais Mel, não contemplam exclusivamente os apicultores locais, que haviam construído a associação. Mesmo com a Casa do Mel interditada, desde seu início o Projeto foi aberto para produtores de outras regiões, sem compromisso com a coletividade, para colocarem suas caixas no interior das áreas da empresa.

Ficou claro que a estrutura do projeto não condiz com a realidade dos produtores locais. Nesse sentido, um entrevistado afirmou:

É, uma estrutura industrial mesmo assim. Então, pra produtor pequenininho desperdiça muito mel bater ali. Então, é melhor bater na centrífuga pequena. Aí eles têm uma centrífuga pequena que é muito disputada, que a maioria é

³⁵⁵ Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2018, no município de Brasilândia.

pequenininho que tem aqui, e... essa estrutura grande mesmo quem acaba usando mais são os sócios que vem de fora só pra usa, muita gente de São Paulo³⁵⁶.

Os associados estão com 15 tambores de mel lacrados pela fiscalização, como é possível observar na Imagem 3. Segundo um entrevistado, na época em que os tambores foram lacrados (afirmou que já havia mais de um ano) o preço do mel estava acima de R\$ 12,00/kg, já no dia da entrevista, em 20 de julho de 2018, estava R\$ 4,00. Indignado ele disse: “olha quanto esses produtores estão perdendo”. Aponta também que o mel provavelmente terá escurecido e que um mel escuro não tem comércio. “Olha o prejuízo que os caras deram. Fazer a conta aqui: 300 litros cada tambor. Vamos por aí 4 mil kg à R\$ 12,50, faz as contas, quanto que dá? Daí você faz as contas que hoje está 4 reais”³⁵⁷.

Devido aos vários problemas, desde gastos, prejuízos, imprevistos e a impossibilidade de usar a Casa do Mel, muitos apicultores deixaram a associação: “Saiu uns 10, por aí. Agora está com 38 sócios. De Brasilândia tem uns 5/6 só. Tem sócio aqui lá do Piauí! Porque só pode por abelha dentro do eucalipto se for sócio da associação, se não, não pode. É um contrato que tem com a Fibria”³⁵⁸. Com isso, e para além disso, a intervenção da empresa causou a desorganização dos apicultores.

Tal desarticulação vem sendo realizada desde o início da relação. A primeira mudança foi o pagamento de salário para alguns membros da diretoria. O entrevistado relatou que durante a construção da Casa do Mel o presidente e o tesoureiro da associação recebiam salários: “Entrou uma diretoria aqui, os caras tinham salário. Tesoureiro ganhava dois mil por mês, o presidente mil e quinhentos. E aí os caras estouraram com o dinheiro aí... quando eu fui ver – tinha dois anos e tanto de alvará atrasado –, ficou mais de três mil reais na prefeitura”. E continuou:

Era combinado que toda reclamação que o sócio quisesse fazer, teria que fazer com o presidente [da associação] para ele falar com a firma. Nós todos reclamávamos que estava errado, que os ferros do alicerce estavam errados... eu comecei a fiscalizar... o cara ganhava 1.500 da associação e já era empregado para o dono da construtora. Foi um rolo danado. Pediram para ele cair fora³⁵⁹.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Idem.

Imagem 3: Tambores de mel lacrados, equipamentos e estrutura da Casa do Mel.



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2018). Organizado pelo autor.

Ainda sobre a interferência da empresa na organização da associação por meio de sua diretoria, o entrevistado destacou:

Olha, a diretoria passada, só para você ter uma ideia... a Fibria fez um projeto aí, cada sócio que entrasse, de Brasilândia, ganhava 30 caixas. Eles arrumaram um monte de gente, inclusive cada um deles [da diretoria] ganhou, cada um, 30 caixas. E os caras que eles arrumaram pegaram as caixas, ninguém sabe quem é que pegou caixa... e esse patrimônio é da associação, era comodato. Agora tem que correr atrás para descobrir quem pegou as caixas e se não

estiver trabalhando pegar de volta. Foram quatrocentas e tantas caixas, custa 150 conto cada caixa³⁶⁰.

Relatou também os conflitos entre ele e os responsáveis pelo projeto da empresa, afirmando que são:

os que mais fizeram cagada aqui [...]. Tinham meta para entregar a obra. Só para ter uma ideia, fizeram comprar um monte de embalagens, só que as embalagens só podem ser usadas até dois anos, depois tem que fazer um documento devolvendo para a reciclagem, tem que doar. Seis mil reais de embalagem tiveram que ser doadas para reciclagem³⁶¹.

Depois de cinco anos do início dessa intervenção, sem estar com a estrutura do prédio adequada e sem a licença para funcionar, a consultoria da Fibria abandonou os apicultores.

Segundo o entrevistado:

Pela dificuldade que a Fibria sabe que tá acontecendo aqui [referindo-se à Casa do Mel], ela tinha que ajudar nós, arrumar um advogado e falar: arrumei um advogado para correr atrás desse fiscal para nós legalizar isso daqui. Para a Fibria num... [abreviou a frase] eu quero que isso daqui roda logo que eu quero não depender dela mais... de eles vir aqui ficar tirando fotos. Vou falar: não tem que tirar fotos aqui não³⁶².

O entrevistado afirmou que, segundo a consultoria da empresa, passados os cinco anos do período de contrato a associação que deve arcar com as despesas de manutenção. Indignado, o entrevistado relata que havia dito para a chefe do setor de sustentabilidade da Fibria: “eu falei que isso daqui ainda iria sobrar para a associação. Eu cansei de avisar. Mas vocês acham que eu falo demais, olha aí”³⁶³.

4.2.1.3 Produzindo frutos e arborizando a região

O Projeto Produzindo Frutos e Arborizando a Região, que está inserido na linha de ação “Comércio e Serviços” do Programa ReDes, começou a ser implementado em 2013 no Assentamento 20 de Março, no município de Três Lagoas, por meio da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março (organização executora)³⁶⁴. O projeto que seria finalizado no ano de 2016, teve sua vigência o prorrogada até 2018³⁶⁵.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Idem.

³⁶² Idem.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ Posteriormente foi criada uma cooperativa para administrar o viveiro.

³⁶⁵ Informações coletadas em trabalho de campo e disponíveis em: <http://www.programaredes.com.br/estados/mato-grosso-do-sul/tres-lagoas/produzindo-frutos-e-arborizando-a-regiao/>. Acesso em: 11/09/2018.

O objetivo do projeto, segundo o site do programa ReDes, foi construir “[...] um viveiro de mudas frutíferas e nativas [do cerrado] para gerar renda e desenvolvimento local ao assentamento 20 de Março por meio do fornecimento de mudas aos beneficiários”³⁶⁶. Na Imagem 4 observa-se fotos do viveiro, feitas durante os trabalhos de campo.

Segundo informações contidas no site do Instituto Votorantim, a comercialização é destinada a empresas e propriedades da região com a finalidade de cumprir a compensação ambiental determinada por lei. O investimento foi superior a R\$ 320 mil e atingiu cerca de vinte e duas famílias³⁶⁷.

A assistência técnica é realizada pela AGRAER e pelo Sindicato Rural, parceiros do projeto. Alguns dos entraves para o projeto seriam, de acordo com a avaliação da empresa, o difícil relacionamento com o INCRA, ineficiência das capacitações, pouca mobilização por parte dos associados e a exigência do mercado pela venda em grandes escalas³⁶⁸.

Imagem 4: Viveiro de mudas frutíferas e nativas do cerrado.



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2017-2018). Organizado pelo autor.

Um dos entrevistados afirmou que a ideia do viveiro surgiu em 2012 com a finalidade de restaurar áreas degradadas no interior dos lotes do assentamento: “era um viveirinho que

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/>. Acesso em: 18/02/2019.

³⁶⁸ Informações coletadas durante trabalho de campo.

vinha pelo PDRT, com 10 mil mudas/ano, plantadas pela comunidade. Daí surgiu um projeto do BNDES-Votorantim e a diretora de sustentabilidade da Fibria resolveu jogar o projeto do viveiro”³⁶⁹.

Sobre a proposição e elaboração do projeto um entrevistado afirmou o seguinte:

Um dia, na primeira reunião que teve em Três Lagoas quando ia apresentar os projetos pra ver quem seria aprovado. Três Lagoas teve 13 projetos. Quem montou a reunião foi a Votorantim e o BNDES. Daí a diretoria de sustentabilidade jogou o projeto do viveiro pro BNDES, só que não tinha conhecimento de viveiro também. Durante a reunião falaram [para os representantes do assentamento 20 de Março]: “fala que o projeto do 20 de Março é um viveiro de mudas nativas, de 100 mil mudas/ano”. E na verdade ela [se referindo a presidenta da associação do assentamento na época] foi para falar que nosso projeto era uma cozinha industrial, na época. Daí falaram: vocês têm 24 horas para apresentar o projeto de vocês. Isso era três/quatro horas da tarde. Ai 8 horas da noite o telefone toca: “você não sabe a bucha que nós temos na mão”. Não é só multiplicar de 10 mil pra 100 mil [mudas], muda tudo, é diferente, porque aquele era um projetinho pra nós “brincar”, irrigação era outra, bomba era outra. Agora esse daqui, 100 mil mudas. Daí falou: “essa não é a parte difícil, nós temos 24 horas para apresentar o projeto!” Nós acabamos o projeto era 2 horas da manhã, só que não era só você apresentar o croqui da coisa lá e o que vai gastar, você tinha que apresentar valores! Se eu vou usar 10 rolos de tela, quanto custa essa tela? Se eu vou fazer um reservatório de tijolo, quanto custa isso, quantos tijolos vou gastar, quanto que custa isso em três orçamentos? E tem coisas que em Três Lagoas não tem, tem que trazer de fora. Então, das 2 horas da manhã até 7 horas da manhã nós ficamos lá fazendo orçamento, fora e dentro de Três Lagoas. Quando foi 4 horas ligaram [setor de sustentabilidade da Fibria]; falamos que precisávamos de mais duas horas no mínimo; 6 horas a gente entregou o projeto. Tem coisas que nós chutamos³⁷⁰.

O primeiro ponto a ser destacado é a mudança de projeto imposta pela empresa, pois a proposta original era um projeto de cozinha industrial. Tal mudança foi acatada pelos assentados que estavam na direção da associação, contudo a entrevista demonstra como os mesmos tiveram dificuldades para cumprir o que lhes foi imposto. O resultado é que “no fim o projeto deu errado e a Fibria virou fiadora. Deu tudo errado!”, afirmou um entrevistado, que continuou: “o projeto, para inaugurar 28 de novembro de 2013, tivemos que pegar mudas emprestadas de outros. Pegamos mudas emprestadas da Cesp, para ter mudas pra inaugurar o viveiro. Além dos contratos vencidos”³⁷¹.

Contudo, o entrevistado afirma que depois de muito trabalho a associação conseguiu colocar as contas em ordem. Segundo ele, atualmente o projeto é o único que não precisou fazer financiamentos, além de terem conseguido duplicar a área do projeto e construir uma estufa

³⁶⁹ Entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2018, no Assentamento 20 de março, Três Lagoas-MS.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Idem.

com dinheiro da associação. Cabe à associação prestar contas durante 5 anos, passando por uma auditoria a cada ano. Sobre os recursos do projeto, afirmou-se que “vem definitivo, você só paga se não der conta do projeto. Nosso compromisso com o banco e a Votorantim é até o ano que vem [5 anos]”. Atualmente a Fibria é a principal compradora de mudas do viveiro. A empresa adquire as mudas para realizar restauração (compensação) ambiental. De acordo com a fala de um entrevistado:

O grande ponto é: quando nós assumimos o viveiro nós éramos dependentes da Fibria, hoje a Fibria acaba comprando mais mudas porque tem a parte de exóticas que nós fornecemos, para a [sua área de] sustentabilidade. Então, isso é importante. Eles falam: não é que somos bonzinhos com vocês, é que vocês conseguem fazer um preço melhor. O custo de produção é mais baixo porque hoje na CLT só temos um viveirista, o resto é bolsa auxílio. Hoje aqui tem três pessoas trabalhando, amanhã tem outras três e depois de amanhã outras três. O grupo hoje é de 20 pessoas, só que é assim, como é um grupo grande com uma carteira pequena, a gente trabalha com três mãos de obra diárias, no viveiro, mais o viveirista e o supervisor do viveiro e uma no administrativo”.

Nota-se que o projeto, implementados com a contribuição dos recursos não reembolsáveis do BNDES, se tornou um bom negócio para a própria empresa, sendo escolhido e destinado para atender sua própria necessidade, beneficiando-se, de acordo com a fala do entrevistado, de uma forma de remuneração informal (“bolsa auxílio”).

4.2.1.4 Integração leite e mandioca

Segundo o Programa ReDes, o Projeto Integração Leite e Mandioca, contratado em 2015, teve a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Pedra Bonita como organização executora e está inserido em sua linha de ação “Abastecimento Alimentar”, com o objetivo de “promover a melhoria do manejo das pastagens, com implantação de rotação de áreas, e da produção de mandioca, plantando variedades resistentes às condições climáticas da região”³⁷². A informação disponível no *website* do Programa é que o projeto estava em fase de pré-operação e havia “iniciado com a aquisição de insumos, equipamentos e implementos agrícolas”, afirmando que atualmente “os beneficiados estão participando de capacitações e firmando novas parcerias”. Sobre o projeto a coordenadora de sustentabilidade da Fibria, em uma entrevista realizada em 2016, afirmou:

Atualmente está em andamento no município de Brasilândia (MS), o sexto projeto do ReDes, o Fomento do Leite e Mandioca. A iniciativa beneficiará

³⁷² Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/estados/mato-grosso-do-sul/brasilandia/integracao-leite-e-mandioca/>. Acesso em: 11/09/2018.

70 famílias de agricultores familiares que residem nos assentamentos Pedra Bonita, Santana/Santa Emília e Esperança.

O objetivo é a melhoria do manejo das pastagens por meio de piqueteamento; melhoria do manejo genético do rebanho leiteiro e de corte e a melhoria da produção da mandioca. “Nós já trabalhávamos com essas famílias por meio do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT). Eles se organizaram e apresentaram o projeto que busca o fortalecimento das associações em prol do fomento do leite e da mandioca que são atividades importantes para a geração de renda nessas comunidades”, diz a coordenadora de sustentabilidade da Fibria, Flávia Tayama.

A produção deve ser direcionada a abastecer o mercado local e as políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³⁷³.

Verificou-se, por meio de trabalho de campo, que além das ações citadas pelo projeto, também foi construído um barracão, ao lado da sede da associação do assentamento Pedra Bonita, como é possível observar na Imagem 5.

Sobre a construção do barracão um entrevistado afirmou:

[...] um projeto que a gente tá finalizando aí também que é o barracão que a gente tá finalizando né? Ficou num valor aí de R\$ 52 mil, mas é junto, ele faz parte desse projeto do “Leite-Mandioca” que a gente fez. A Fibria veio aqui procurou se a gente queria ser parceira, só pra resumir pra vocês entenderem melhor. Aí a gente escreveu um projeto no valor de um milhão e oitenta mil reais, pro BNDES. Aí foi aonde a gente foi contemplado, a Fibria foi nossa, vamo dizer, avalista né? Porque a associação, o BNDES não ia aprovar um projeto pra uma associação no valor de um milhão e oitocentos mil, oitenta mil, né, assim? Mas como era parceiro da Fibria foi aprovado. Aí, esse barracão a gente tá finalizando com esse dinheiro, com esse recurso. Esse barracão foi escrito no projeto, e estamos finalizando ele hoje, estamos fazendo a parte de concreto em baixo, a parte estrutural de cima já tudo pronto. Ficou em R\$ 52 mil, e vai ficar uns R\$ 13 mil, que é a contrapartida da associação que é esse contrapiso, isso aí a associação tá pagando. A parte de alvenaria, de concreto né?”³⁷⁴.

Apesar da afirmação do entrevistado, de que a associação escreveu o projeto, outro entrevistado, quando questionado se os associados foram consultados, apontou que o projeto já chegou pronto para a associação e que eram contrários à sua implantação, especialmente no tocante à produção de mandioca: “É, não quiseram esse projeto, isso eu ouvi dos produtores, criticaram o projeto, acharam o projeto inútil, mas já estava escrito, já estava aprovado, fez. E eles recebem uma consultoria caríssima da Embrapa com um projeto que...”³⁷⁵.

³⁷³ Disponível em: <http://www.radiocacula.com.br/noticias/economia/fibria-conclui-o-investimento-superior-a-r-5-milhoes-em-projetos-de-geracao-de-renda>. Acesso em: 28/05/2017.

³⁷⁴ Entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2018, no assentamento Pedra Bonita, Brasilândia-MS.

³⁷⁵ Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2018, em Brasilândia-MS.

Imagem 5: Barracão ao lado de sede da Associação Pedra Bonita.



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2019). Organizado pelo autor.

A produção de mandioca, inserida no projeto Integração leite e mandioca, refere-se à incorporação de um projeto específico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), denominado Reniva. Segundo *o website* da Embrapa:

Iniciado em 2011 na Bahia, o projeto Reniva visa a solucionar uma das dificuldades dos pequenos produtores de mandioca – a de encontrar material propagativo (mudas) de qualidade para a lavoura – e logo foi encampado pelo Plano Brasil sem Miséria (PBSM). A parceria estabelecida entre a Embrapa e o Instituto Biofábrica de Cacau (IBC) em torno do projeto gerou um protocolo [sic] inédito no mundo para produção de mandioca em larga escala. A mandiocultura tem grande importância social por ser alternativa para pequenos produtores na geração de renda e segurança alimentar³⁷⁶.

Implantado especialmente na região nordeste, onde a cultura da mandioca possui uma importância histórica, sendo um dos principais produtos da agricultura camponesa, com o projeto Integração Leite e Mandioca o Reniva teve sua primeira reprodução em um estado localizado em outra região do país. Ainda segundo o site da Embrapa: “[...] a Embrapa firmou contrato de cooperação com a Associação dos Produtores de Pedra Bonita e a empresa Fibria, que vai iniciar um projeto-piloto no Mato Grosso do Sul para desenvolver a Rede Reniva em um modelo que tem a iniciativa privada financiando o trabalho de extensão”, destacando ainda que as “ações fazem parte do projeto social da Fibria de apoio às comunidades no entorno da região onde atua”³⁷⁷. Durante trabalho de campo verificou-se que os assentados não estavam utilizando uma estufa construída para a produção de mudas de mandioca (Imagem 6).

³⁷⁶ Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/21570178/projeto-cria-protocolo-inedito-para-producao-de-mudas-de-mandioca-em-larga-escala>. Acesso em: 19/05/2020.

³⁷⁷ Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/21570178/projeto-cria-protocolo-inedito-para-producao-de-mudas-de-mandioca-em-larga-escala>. Acesso em: 19/05/2020.

Imagem 6: Estufa para produção de mudas de mandioca.



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2019). Organizado pelo autor.

Sobre os projetos implantados pela empresa no município de Brasilândia, em geral, e o projeto Integração leite e mandioca em particular, enfatizando a falta de importância da estufa, um entrevistado destacou:

Eu acho que eles têm bastante dinheiro pra trabalhar, mas não sei se eles têm muita ideia boa. Acho que é pouca experiência. Eles não têm muita visão do que fazer com esse recurso. Aqui eles têm um projeto de fazer muda de mandioca. Você fazer um viveiro para fazer muda de mandioca, é um absurdo isso. A gente tem muda de mandioca para plantar o ano inteiro. Mandioca você joga ali na terra ela nasce, você vai fazer muda de mandioca? Para mim é dinheiro jogado fora³⁷⁸.

Já um dos camponeses que participa da associação e do projeto fez críticas em relação ao dinheiro gasto com a assistência técnica da Embrapa e à cobrança por parte da empresa para que os participantes realizassem todas as tarefas do projeto:

[...] os 110 mil reais que a gente gastou com a Embrapa foi 110 mil reais jogados dentro de um buraco. Um monte de viagem de avião deles, viagem de produtor de avião, daqui prá lá, na Bahia. Daí enfiou um monte de tarefas no produtor... eu entrei numa dessa, estou ali com monte de mandioca. Vocês

³⁷⁸ Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2018, no município de Brasilândia.

nem me lembrem desse negócio! Foi outro projeto que enfiou mastigado e que depois não teve nenhum, nenhum retorno!³⁷⁹

O entrevistado reclama das viagens realizadas por representantes da empresa junto com um dos camponeses participantes do projeto (ex-presidente da associação). Foram duas viagens aos municípios de Salvador e Cruz das Almas, na Bahia, para visitar e conhecer o funcionamento do Reniva. Durante os trabalhos de campo notou-se um forte descontentamento com o projeto, muitos camponeses deixaram de lado a produção de mudas por causa do trabalho que seria despendido em relação a algo que para eles não faz sentido, pois não veem dificuldades para o cultivo da mandioca.

Ainda acoplado ao projeto Integração Leite e Mandioca, está a distribuição e instalação de ordenhadeiras mecânicas. Segundo entrevistados, foram adquiridas 16 ordenhadeiras para o reassentamento Pedra Bonita – sendo a associação a organização executora – e outras 14 para os demais reassentamentos (Santana/Santa Emília) e projeto de crédito fundiário (Esperança). Um entrevistado relatou:

Hoje uma ordenha mecanizada tá em torno de R\$ 7 mil. Está ali no centro comunitário, tá entupido de ordenhadeira pra ser instalada. Algumas já instalou, quem já estava preparado foi instalado. Aí a gente estipulou um prazo de 60 dias pra quem não tiver, fazer uma estruturinha, pra poder instalar né? Porque não tem como instalar uma ordenha em qualquer lugar. Então, tem os técnicos do Sebrae que vai dar o acompanhamento na parte de higiene, essas coisas. Vai dá não, já fizemos essa capacitação e eles vão dar continuidade³⁸⁰.

Poucos assentados quiseram instalar as ordenhas mecanizadas tendo em vista o período de pouco leite: “a ordenha veio numa hora que não tem muito leite, que o leite tá pouquinho. Não tem como você ordenhar 30 litros numa ordenha aí que não vai compensar a higienização dela depois”³⁸¹, além da possibilidade de não participar de outros projetos caso este não dê certo, tendo em vista o prazo de 60 dias para os assentados instalarem as ordenhas (com assistência do Sebrae). Outros assentados não aceitaram as ordenhadeiras devido à exigência, o curto prazo para a instalação e o custo para fazer a estrutura: “tem até produtor que não aceitou com medo de... da exigência né? [...] as vezes as pessoas enxergaram a ordenha como um bicho assim, vai ver né? Tem pessoas que não aceitaram, ficaram preocupadas. Mas, tá aí, vamos instalar”³⁸². Na Imagem 7, observa-se algumas das ordenhas instaladas no reassentamento Pedra Bonita.

³⁷⁹ Entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2018, no reassentamento Pedra Bonita, em Brasilândia-MS.

³⁸⁰ Entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2018, no reassentamento Pedra Bonita, em Brasilândia-MS.

³⁸¹ Entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2018, no reassentamento Pedra Bonita, em Brasilândia-MS.

³⁸² Idem.

Imagem 7: Ordenhas adquiridas por meio do Programa ReDes



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2019). Organizado pelo autor.

Sobre a mesma questão, da baixa adesão ao projeto, outro entrevistado relatou:

Dentro do Pedra Bonita, se eu não estiver enganado, são 7 ordenhas. Era para ser 14, acabaram ficando em 7, e 7 caíram fora [neste momento o entrevistado cita o nome dos que ficaram com as ordenhas e aqueles que “caíram fora”]. Com a ordenha dentro da caixa para entregar, saíram fora. O que que fizeram? [referindo-se à empresa]. As ordenhas estão aí. Essas ordenhas são da associação de Pequenos Produtores Rurais do Reassentamento Pedra Bonita, está aqui o papel. Assina e se torna responsável. Quem que é responsável por essas ordenhas? A associação do Pedra Bonita! Quem é responsável pelo projeto? Ele veio de lá... passaram... o que que fizeram? Não falei para você? Goela abaixo!³⁸³

Foi possível notar também que alguns associados acabaram aceitando participar do projeto, inclusive construíram a estrutura, mas no final das contas desistiram de instalar as ordenhas. Segundo um dos entrevistados, participante do projeto: “eu vou te dizer bem claro: eu não queria! Daí vem aquela questão: agora tem que pegar! Tá aí, tem que pegar! Tem produtor que tá guardado dentro da casa dele na caixa. Acho que eu deveria ter feito da mesma forma”³⁸⁴.

³⁸³ Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2019, no reassentamento Pedra Bonita, em Brasilândia-MS.

³⁸⁴ Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2019, no reassentamento Pedra Bonita, em Brasilândia-MS.

Ao ser questionado sobre o projeto e se poderia mostrar uma das ordenhadeiras, em algum dos lotes, o entrevistado afirmou que construiu a instalação e recebeu a ordenhadeira, posteriormente fez as seguintes críticas:

Eu te apresento uma daqui um minuto, a minha aqui, só tirou leite 3/4 dias, custou... não sei quantos, R\$ 7.500 reais cada uma? Foi bom? Foi bom! Tá! Foi ruim? Foi ruim também! Sabe por quê? Ah, te custa um real? Não. Para mim custou mil reais de uma adequação que eu fiz no barracão – só que é um investimento, não está perdido. Ah, mas no que que foi ruim? É um dinheiro que sai de uma empresa para um projeto. Eu vejo como o quê? A empresa pode orçar, vamos supor, 500 mil reais/ano ou 1 milhão/ano, ou 10 milhões/ano. Não sei. Não importa. Só que a partir do momento que esse dinheiro sai de lá, ele chega aqui no produtor, esse valor ele tem que se multiplicar, tem que ser produtivo. Você entendeu? Ele tem que ter um fundamento, ele tem que produzir. Ele chegou aqui por 7 mil, por 8 mil, ele tem que se multiplicar, não pode esses 8 mil acabar aqui e morrer; 70% dessas ordenhas saíram daqui, daquele caixa que a empresa disponibilizou – eu não sei se foi abatido no imposto de renda, se foi isenção, eu não sei de onde saiu esse dinheiro, eu não sei, eu não tenho essa resposta. Ele saiu daqui, do caixa da Fibria, da Suzano, do BNDES, Instituto Votorantim, eu não sei de onde ele saiu; aí ele veio aqui para a classe produtiva que somos nós, ele veio para cá... ele saiu de lá, não sei se abatido no imposto de renda do governo estadual, federal, municipal, eu não sei. Essa resposta ninguém traz para nós! Já perguntei, ninguém traz. *Aí ele foi colocado aqui, empurrado dentro da goela do produtor, empurrado dentro... empurrado, empurrado, dentro da goela do produtor, que sou eu, eu falo por mim.* Está aí a ordenha, nós vamos lá vê. Empurrado aqui, dentro da goela. Quanto custou? Eu perguntei várias vezes, quanto custou cada ordenha dessa, cada projeto. Tem um ano, um ano e pouco, até hoje estou sem resposta. Porque eu faço algumas perguntas que são inconvenientes, 90% das pessoas não fazem perguntas inconvenientes³⁸⁵.

Sobre a viabilidade do uso das ordenhadeiras mecânicas, o entrevistado indagou:

A minha eu usei 2/3 dias. Eu sempre falei: minhas vacas elas não são leiteiras, produtoras de leite. Eu uso falar vaca canela seca, aquela que a gente tem a vaca para obter o bezerro, a bezerra, que tem um valor comercial, que seja um cruzado liso, mas ela não tem a finalidade, o foco, na produção do leite. Qualquer um de vocês sabem que hoje as vacas leiteiras que a gente tem no Brasil ou é a Jersey, Gir ou Holandesa, que acabam não deixando um bezerro; ou é uma bezerra, ou... o macho ele não te remunera, muitos dão uma martelada na cabeça e joga dentro do poço. Daí você tem que tratar da vaca num cocho, ela não pode ir a pasto, e hoje tem um custo elevado para nós. Hoje tem pessoas aí gastando 5 reais por dia para dar comida pra vaca e ela te dando 7, sobra 2; se você computar a degradação dela, que chega uma hora que ela vai se tornar inútil, e o seu empreendimento em cima daquilo, você está andando para trás. Não te dá renda!³⁸⁶

Além da perplexidade do entrevistado em saber que tais recursos gastos com o projeto, apesar de serem altos, estão sendo desperdiçados, a partir das suas falas também é possível

³⁸⁵ *Ibidem.*

³⁸⁶ *Ibidem.*

notar que diferente do que a empresa alega, os projetos não são escolhidos de acordo com as necessidades dos agricultores camponeses, e, mais do que isso, em alguns casos são inviáveis, por vezes causam prejuízos, como o caso aqui exposto, do Integração leite e mandioca.

4.2.1.5 Entrepasto de pescados Jupιά

O Projeto Entrepasto de Pescados Jupιά está inserido na linha de ação “Abastecimento Alimentar” do Programa ReDes e teve como organização executora a cooperativa Colônia dos Pescadores Profissionais Z-03. Segundo o Programa, o objetivo geral do projeto é “estruturar e qualificar a produção do Entrepasto de Pescados Jupιά [...] partindo da licença de operação para funcionamento. Além disso, prevê adequação de infraestrutura e compra de máquinas e equipamentos”. O montante destinado ao Entrepasto foi superior a R\$ 1,5 milhão e promete atingir 34 pescadores.

Alguns dos processos que o projeto prevê são abate, limpeza, filetagem ou corte em postas, embalagem e pesagem para a comercialização. Os produtos serão vendidos para supermercados, peixarias, hotéis, restaurantes e cozinhas industriais, além do comércio no entreposto e na Feira Três³⁸⁷.

Durante os trabalhos de campo não foi possível conseguir informações sobre a implementação do projeto. Contudo, segundo uma reportagem³⁸⁸, o entreposto chegou a funcionar por meio da cooperativa, mas não teve avanço e parou (não cita o ano). No final de 2020 a estrutura foi arrendada para uma empresa privada, empregando apenas 11 trabalhadores. Segundo a reportagem, os peixes abatidos no frigorífico são comprados de produtores do município de Dourados.

Dessa forma, o projeto que seria para beneficiar os pescadores atingidos pelos impactos socioambientais da empresa, acaba apenas gerando alguma renda via aluguel da estrutura e do maquinário, sendo, inclusive, utilizados para o abate peixes criados por outros produtores, de fora do local.

4.2.1.6 Laticínios de Arapuá

O projeto Laticínios de Arapuá foi implementado no distrito de Arapuá, em Três Lagoas. O projeto, inserido na linha de ação abastecimento alimentar, na cadeia do leite, foi contratado

³⁸⁷ Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/estados/mato-grosso-do-sul/tres-lagoas/entrepasto-de-pescados-jupia/>. Acesso em: 11/09/2018.

³⁸⁸ Disponível em: <https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/grupo-assume-frigorifico-de-peixes-em-jupia/154325/>. Acesso em: 28/09/2021.

em 2013, tendo como organização executora a Central Rural Arapuá. Segundo o programa ReDes, seu objetivo foi:

Construção de um mini laticínio com máquinas, equipamentos e licenças para beneficiamento de leite. Os produtos finais serão leite pasteurizado tipo C e bebida láctea, que serão vendidos para supermercados, padarias, sorveterias, hotéis, restaurantes, cozinhas industriais, escolas municipais e estaduais, entre outros³⁸⁹.

Ainda segundo o *website* do programa, os resultados obtidos até 2016 foram: “o grupo formalizou a cooperativa e conseguiu as licenças para instalação do laticínio, que está em fase final da construção. Parceria com o Sebrae e o IBS (Instituto BioSistêmico) garantirá acesso a novas tecnologias e melhores técnicas produtivas”³⁹⁰. A seguir observa-se imagens do laticínio, feitas durante trabalho de campo.

Imagem 8: Laticínio construído no Bairro/comunidade de Arapuá



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2017). Organizado pelo autor.

Durante os trabalhos de campo, realizados com a finalidade de coletar informações sobre o laticínio, que no período ainda não havia entrado em funcionamento, buscou-se entrevistar o presidente do Centro Rural, contudo o mesmo foi ríspido quando soube que o assunto era sobre o laticínio e não quis dar informações. Dessa forma, buscou-se entrevistar outros moradores ligados à atividade leiteira, dos quais dois eram produtores de queijo.

Um dos camponeses entrevistados, que tem como principal atividade a produção de queijo muçarela em seu laticínio, em uma propriedade de 7,2 hectares, afirmou que nos seus mais de 30 anos trabalhando com queijo tem observado as mudanças ocorridas na bacia leiteira do bairro. Contou que diversas fazendas onde a principal atividade era a pecuária de corte, hoje

³⁸⁹ Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/estados/mato-grosso-do-sul/tres-lagoas/laticinios-de-arapua/>. Acesso em: 11/09/2018.

³⁹⁰ *Ibidem*.

estão arrendadas para o plantio de eucalipto³⁹¹. Destacou que a produção de leite se dava por meio das famílias camponesas que moravam e trabalhavam no interior das fazendas e que tinham suas próprias criações de vacas leiteira. Segundo o entrevistado, entre as fazendas onde fazia sua linha, para comprar o leite destinado à sua pequena produção. Na primeira fazenda, as três famílias que ali moravam e trabalhavam, retiravam cerca de 200 a 300 litros de leite; em outra, onde moravam duas famílias, se retirava 500 litros; e isso se dava na maior parte das fazendas da região³⁹². Mencionou outras fazendas maiores onde a atividade era a pecuária de corte e que abrigava mais de dez famílias, mas atualmente estão todas arrendadas para o plantio de eucalipto.

Além do laticínio do camponês entrevistado há mais um cuja produção é maior e além do queijo muçarela, produz também manteiga. O entrevistado narra que nunca houve disputa ou concorrência, até mesmo porque ele fazia parte deste segundo laticínio que existe há mais tempo e quando houve o desmembramento, fizeram a separação das linhas onde cada um iria comprar o leite. Contudo, a construção do laticínio e da cooperativa formada pelos produtores de leite locais, por meio do Projeto ReDes, está deixando-o preocupado. Segundo o entrevistado, com esse projeto, as empresas da celulose terão lhe causado dois problemas que inviabilizaram sua reprodução e permanência no local. O primeiro, como já relatado, é a escassez e alta do preço do leite devido aos arrendamentos de antigas fazendas onde predominava a atividade da pecuária leiteira, para o plantio de eucalipto. O segundo consiste no próprio projeto do laticínio, cuja cooperativa será composta pelos produtores de leite que atualmente são seus fornecedores. De acordo com o entrevistado, cerca de 80% dos entregadores de leite que tinha já estavam associados ao laticínio construído com recursos da Fibria e do BNDES

Segundo o entrevistado, quando o laticínio entrar em funcionamento irá inviabilizar a sua produção, pois não terá mais o fornecimento de leite, matéria prima necessária para a produção do queijo. Acrescenta que o outro laticínio já existente, com maior porte e mais recursos talvez permaneça, pois os donos estão constituindo um rebanho com a finalidade de suprir a demanda por leite, e como o novo laticínio a princípio não fabricará queijo, a venda da produção não será afetada.

³⁹¹ A produção de leite se dava por meio das famílias camponesas que moravam e trabalhavam no interior das fazendas.

³⁹² De acordo com as entrevistas realizadas na comunidade (trabalho de campo em 19 de junho de 2017), a maior parte do leite vendido aos laticínios locais provinha das vacas leiteiras criadas pelas famílias que moravam no interior das fazendas, tendo em vista que a atividade desenvolvida nessas fazendas era a pecuária de corte.

O “laticínio da Fibria”, como os moradores o denominam, teve investimento de R\$ 1 milhão e possui capacidade para processar 2 mil litros de leite por dia. Nele serão produzidos o leite pasteurizado e empacotado (Tipo C) e o iogurte. Segundo o site da empresa, a produção será voltada para o mercado local e para atender a algumas políticas públicas, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As famílias que integram a Cooperativa Arapuá (Cooperarapuá), responsável pela administração do laticínio, também participam do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT) da Fibria, pelo qual recebem assistência técnica voltada principalmente para a criação de gado leiteiro, com parceria do Sebrae e do Instituto BioSistêmico (IBS). No dia 08 de abril de 2016 foi realizado no bairro, com as famílias participantes do PDRT, o “II AGROTEC – Dia de Campo”, quando foram apresentadas técnicas de consórcio de adubação verde para pastagem com a finalidade de reduzir o uso do adubo químico. O objetivo seria apresentar e garantir práticas de manejo sustentável e com baixo impacto ambiental. Além disso, também foram dadas orientações sobre produção e consumo de silagem para o período de estiagem³⁹³.

Cabe destacar que apesar do início do projeto ter ocorrido em 2013, o laticínio foi inaugurado em dezembro de 2016 e, mesmo assim, somente entrou em funcionamento em dezembro de 2018. Alguns dos possíveis entraves para o projeto seriam: o aumento do preço dos insumos agrícolas, a oscilação de preço do leite no mercado, bem como a obtenção do selo de Inspeção Federal.

4.2.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITORIAL (PDRT)

O Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT), criado em 2010 e lançado em 2012, tem como proposta capacitar os camponeses, organizados em associações, para a produção agrícola e criação de animais de pequeno porte, bem como para disponibilizar assistência técnica, estimular o uso de tecnologias de baixo custo e a redução de impacto ambiental, além de oferecer orientação para acessar políticas públicas de incentivo a agricultura familiar, como os casos do PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Segundo o relatório de sustentabilidade da empresa:

A inovação do programa é a construção de um processo de diálogo com metodologias e ferramentas participativas. O PDRT tem como foco principal a capacitação da comunidade para a solução de suas demandas e para o acesso

³⁹³ Disponível em: <http://www.fibria.com.br/midia/releases/fibria-promove-dia-de-campo-para-fortalecimento-da-producao-de-leite-na-regiao-de-tres-lagoas-brasilandia-e-selviria-ms/>. Acesso em: 01/05/2017.

a políticas públicas. Assistência técnica, melhorias na produção, organização social, certificação e comercialização diferenciada são iniciativas do programa, que também proporciona o aumento da renda média per capita das famílias (FIBRIA, 2012, p. 48).

Em outro relatório a empresa também afirma que:

O foco do programa está no apoio às cadeias produtivas por meio de assistência técnica ao trabalho e na aplicação de tecnologias de baixo impacto ambiental, além de orientações para o acesso às políticas públicas visando incrementar as vendas e equacionar as demandas sociais das comunidades. Dessa forma, o PDRT espera contribuir com o aumento da renda média das famílias beneficiadas e na promoção do desenvolvimento local (FIBRIA, 2015, p. 81).

A aplicação piloto do programa ocorreu em 2010 no Sul da Bahia – região marcada por um histórico de conflitos entre a antiga Aracruz e comunidades tradicionais de quilombolas e indígenas –, em onze comunidades situadas em quatro municípios. Os principais projetos foram: PDRT Apicultura Solidária; PDRT Produção Integrada de Madeira e Alimento (PIMA); PDRT Viveiros Comunitários; e o PDRT Arranjo Produtivo da Mandioca. Em 2012, quando foi oficialmente lançado, atingiu 984 famílias em 24 comunidades de cinco municípios, com um orçamento de R\$ 5,7 milhões. No ano de 2018 o programa atingiu mais de quatro mil famílias situadas nos estados da Bahia, do Espírito Santo, de São Paulo e de Mato Grosso do Sul (FIBRIA, 2010; 2012; 2018).

Ao cruzar os dados disponibilizados pelo BNDES, em seu portal transparência, com as informações contidas nos relatórios da empresa, é possível identificar que a principal fonte de recursos utilizada no âmbito do programa tem como origem o BNDES Finem - Investimentos Sociais de Empresas (Linha ISE). Até o ano de 2016 a Fibria havia contratado sete operações por meio desta linha de financiamento, somando um montante de R\$ 37.858.000, das quais duas tiveram seus recursos destinados especialmente para sua unidade situada no município de Três Lagoas, sendo o primeiro realizado em 2009 com a quantia de R\$ 2.528.000 e o segundo em 2016 com a quantia de R\$ 11.680.000³⁹⁴. Observa-se que ambos os contratos foram realizados com a respectiva temporalidade: o primeiro quando a fábrica entrou em operação e o segundo durante a construção da segunda linha de produção da empresa; ambos os contratos

³⁹⁴ Conforme indicado no capítulo 2, além de outra contratação realizada no ano de 2018 com a quantia de R\$ 10.194.000 destinada a diversos municípios do estado. Cabe ainda destacar que, segundo a empresa, o sub crédito foi investido “[...] em 14 linhas de investimentos e 40 projetos com diversas ações, entre elas de infraestrutura para as comunidades contempladas nos nossos processos de engajamento— como acesso a água com qualidade através da perfuração de poços semi artesianos e instalação de filtros biológicos, construção de salas de ordenha, entre outros —, e em projetos de saúde bucal e de educação de jovens e adultos”. Disponível em: <http://r2017.fibria.com.br/nossos-relacionamentos/relacionamento-com-a-comunidade/#sub-credito-social>. Acesso em: 27/05/2020.

estão inseridos no Sub Crédito Social contido na Política de Atuação no Entorno de Projetos do Banco e foram acionados durante o período de maiores impactos socioambientais – e, logo, quando as possibilidades de conflitos são mais latentes – das operações: construção e início de operações das unidades de produção.

Segundo o relatório de sustentabilidade da empresa, o PDRT “atua em três eixos: organização e gestão das associações, produção e comercialização” (FIBRIA, 2012, p. 48). Compreende-se que se faz necessário discorrer sobre esses três eixos de atuação por meio da análise dos projetos desenvolvidos no interior do Programa.

Primeiramente, é importante destacar que apesar do discurso de que os projetos seriam criados a partir de uma demanda advinda das próprias comunidades, nota-se que a maioria deles já existia nas demais áreas de atuação da empresa, sendo apenas replicados na área de estudo. Alguns projetos, inclusive, foram criados durante a aplicação piloto do programa em 2010, mesmo que esses tenham sofrido alterações, como é o caso dos projetos citados anteriormente: o PDRT Apicultura Solidária, que se transformou no Programa Colmeias; e o PDRT Produção Integrada de Madeira e Alimento (PIMA) que foi implantado, mas posteriormente excluído; já os outros dois programas citados, o PDRT Arranjo Produtivo da Mandioca, que se tornou PDRT Viveiros Comunitários, e o PDRT Arranjo Produtivo da Mandioca, foram implantados por meio do Programa ReDes.

Soma-se a esses projetos os Sistemas Agroflorestais (Safs) e outras intervenções também realizadas por meio do PDRT, como são os casos da vaca e rufião móvel, da construção de pequenos currais e de piquetes. Após essa breve apresentação acerca dos projetos que integram o PDRT, se faz necessário discorrer sobre cada um deles.

4.2.2.1 Produção Integrada Madeira Alimento (PIMA)

Segundo um dos entrevistados, o projeto Produção Integrada Madeira Alimento (PIMA) – o primeiro implantado por meio do PDRT – surgiu quando consultores da empresa o procuraram para implantar um projeto piloto (social) na área do bairro Arapuá e do assentamento 20 de Março, para “provar que eucalipto não é monocultura”. A empresa queria “um projeto para plantar agricultura” nas áreas de plantio do eucalipto, “ela entraria com o investimento e os assentados com a mão de obra”³⁹⁵.

Já outro entrevistado, ao discorrer sobre o projeto, afirmou:

³⁹⁵ Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2018, no Assentamento 20 de março, Três Lagoas-MS.

Foi um projeto trazido pelo PDRT da Fibria. Eles têm um negócio que chama de vizinhos de cerca. Os primeiros recursos deles na parte de sustentabilidade é para vizinhos deles que estão sendo impactados diretamente pelos eucaliptos. Nós somos um desses. Quando começou o projeto, em 2011, a primeira proposta era que... como aqui ainda não tinha uma certa estrutura, estava começando ainda, *então a Fibria fez um plantio de eucalipto diferenciado para que no meio dos talhões do eucalipto sobrassem algumas ruas onde iria ser consorciado algum tipo de... na época era milho, abóbora, mandioca, que era pra ser plantados nesses talhões*. Foi bacana, como era terra virgem, terra boa, os caras fizeram todo um preparo do solo, então ficou bom³⁹⁶.

Observa-se que para tornar viável essa produção entre os talhões dos eucaliptos a empresa destinou uma área especial para o projeto, onde ainda não havia realizado plantios e não seriam utilizados agrotóxicos, o que de certa forma demonstra a inviabilidade da promessa original: “provar que eucalipto não é monocultura”. Ainda segundo o entrevistado, o projeto durou pouco tempo, entre 2011 e 2012, pois era inviável principalmente por causa da distância de oito quilômetros entre a fazenda onde foi implantado e o assentamento:

Ficou complicado ir porque nem todo mundo tem carro. Daí teve uma época que um rapaz foi de charrete e passou mal no caminho, desmaiou e ficou lá perdido no meio do mato muito tempo. Isso começou a preocupar, e também a gente começou a cobrar que trouxesse o projeto aqui para dentro porque demandava uma mão de obra muita grande pra ir, na época de chuva era terrível³⁹⁷.

O projeto criado para “provar que eucalipto não é monocultura”, isto é, para forjar uma aparência ambiental e socialmente sustentável da empresa, se tornou um problema para os camponeses e só depois de muitos descompassos, demonstrações de inviabilidade e reclamações dos assentados, o projeto foi extinto e teria dado origem ao projeto da horta: “[...] então eles pegaram e fizeram o primeiro projeto [dentro do assentamento], que foi o projeto da horta. Na época era com 35 famílias, cada uma pegou um kit pra 600m², nesse kit vinha uma irrigaçãozinha básica, os fios de mangueira, o aspersor bailarina e sementes”³⁹⁸. Ainda segundo o entrevistado:

Ai que começou então essa produção de hortifrúti, no final de 2012. Em 2013 começou a ter um excesso de produção, daí veio outro problema: *o pessoal estava produzindo e não tinha pra quem vender. Incentivaram o pessoal a produzir só que....* apesar que eles não esperavam também que o pessoal fosse produzir; aí começaram a correr atrás do primeiro PAA que saiu, foi em 2013. Foi a primeira política pública que nós acessamos. Em 2014 a gente começou no PNAE, tanto municipal quanto estadual. Em 2013, por não termos

³⁹⁶ Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2018, no Assentamento 20 de março, Três Lagoas-MS.

³⁹⁷ *Idem*.

³⁹⁸ *Idem*.

condição, um veículo para transportar, a gente não pôde participar [do PNAE], não tinha condições de levar essa mercadoria para Três Lagoas³⁹⁹.

Alguns entrevistados enfatizaram que perderam grande parte da produção por terem sido estimulados a produzir sem antes ter para quem vender. Além disso, destacaram a importância do acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa. Nota-se que sem essas políticas públicas a empresa teria dificuldades em manter o projeto, daí advém a necessidade de que tais projetos, verdadeiras ferramentas de intervenção político-ideológicas, estejam alinhados às políticas públicas⁴⁰⁰, fato que aumenta o potencial de eficácia de tal intervenção.

4.2.2.2 Programa Colmeias

Outra intervenção, que dentre outros objetivos, mencionados no início do subitem, pretende “provar que eucalipto não é monocultura”, é a realizada por meio do Programa Colmeias. Segundo a empresa, tal programa:

[...] fortalece a atividade apícola nos estados de São Paulo, de Mato Grosso do Sul, do Espírito Santo e da Bahia, gerando emprego e renda a partir do aperfeiçoamento da cadeia produtiva do mel de eucalipto e de mata nativa. Oferece apoio na implementação de novas tecnologias e na capacitação em noções estratégicas sobre manejo, gestão e comercialização do produto, proporcionando o aumento e a valorização da atividade (FIBRIA, 2018, p. 45).

O mais importante a ser destacado neste programa, e que não foi descrito no relatório de sustentabilidade, é que a empresa disponibiliza áreas no interior de suas propriedades – próprias e arrendadas – onde é realizado o monocultivo de eucalipto para que sejam utilizadas pelos apicultores como pasto apícola: “[...] as colmeias são instaladas em áreas da Fibria⁴⁰¹, onde as florestas estão em fase de floração, para que as abelhas se utilizem do néctar para a produção do mel”⁴⁰².

Em reportagem o gerente-geral de sustentabilidade da empresa afirmou:

³⁹⁹ *Idem*.

⁴⁰⁰ Como foi destacado no subitem “O Instituto Votorantim como aparelho privado de hegemonia empresarial”, capítulo 3.

⁴⁰¹ Em 2016, o pasto apícola nas áreas da Fibria em Mato Grosso do Sul correspondia a “uma área total de 82 mil hectares e comporta[va] 5.450 colmeias. Essa área [era] distribuída entre os municípios de Três Lagoas, Brasilândia, Água Clara e Selvíria e [...] utilizada por 133 apicultores”. Disponível em: <https://www.radiocacula.com.br/noticias/economia/com-apoio-da-fibria-programa-colmeias-em-ms-bate-recorde-de-producao-de-mel-em-2016>. Acesso em: 19/05/2020.

⁴⁰² Disponível em: <http://www.diariodigital.com.br/economia/militancia-do-mel-tenta-alavancar-apicultura-em-ms/161010/>. Acesso em: 19/05/2020.

O Programa Colmeias está alinhado aos objetivos e metas da Fibria, que são o desenvolvimento local de forma integrada e compartilhada com as comunidades rurais vizinhas e a produção autossustentável de culturas alimentícias junto aos plantios de eucalipto. Além disso, o programa promove o múltiplo uso das florestas plantadas de eucalipto, a diversidade das atividades agrícolas, a geração de renda em regiões onde a Fibria atua e, principalmente, a qualidade de vida das pessoas inseridas nesse contexto. O mel é um dos benefícios nesse contexto⁴⁰³.

Segundo um entrevistado, o Programa teve início em 2010, quando foi fundada na região a primeira associação ligada à apicultura, ocasião em que, no município de Três Lagoas, cada apicultor recebeu dez colmeias. Nota-se que, como já apontado anteriormente em relação aos projetos Caminhos do Mel e Mais Mel – implementados pelo programa ReDes –, a empresa estimula a adesão dos sujeitos atingidos por suas operações aos seus projetos e programas por meio da doação de equipamentos.

A utilização das áreas de plantio da empresa como pasto apícola se deu por meio de um contrato de parceria entre a empresa e as associações, no caso a Associação Treslagoense de Apicultores (Atla) e a Associação Brasilandense de Apicultores (ABA). Dentro das associações são escolhidos alguns membros para exercer o papel de supervisores. Cada supervisor fica responsável por uma determinada área, com o dever de tentar solucionar todo e qualquer problema que ocorrer e/ou avisar a empresa sobre o ocorrido, como mencionado por um dos entrevistados:

Dentro da associação há os diferentes supervisores que são divididos por grupos, por exemplo, grupo A, B e C, e cada grupo corresponde a uma determinada área onde estão situadas as colmeias no interior dos plantios de eucalipto. Os associados, caso tenham algum problema para resolver, devem procurar o supervisor de cada grupo⁴⁰⁴.

Um associado afirmou que durante o começo do programa, no município de Brasilândia, os produtores eram obrigados a pagarem em produto pelo uso das áreas da empresa: “[...] antigamente nós pagávamos pra eles, né! Era pago para Fibria! Era 2 kg de mel, 1 kg pra eles e 1kg para a associação, para usar a área da Fibria. Pegava e tinha que envasar tudo em pote e levar lá na empresa. Eu mesmo levei várias vezes lá. Depois que eles passaram tudo pra nós”⁴⁰⁵. A mesma exigência não foi mencionada nas entrevistas realizadas no município de Três Lagoas. Contudo, um dos associados em Três Lagoas afirmou que para participar da associação é obrigatório trabalhar dentro da parceria estabelecida com a empresa. Segundo o entrevistado:

⁴⁰³ Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/com-apoio-da-fibria-programa-colmeias-em-mato-grosso-do-sul-bate-recorde-de-producao-de-mel-em-2016/>. Acesso em: 19/05/2020.

⁴⁰⁴ Entrevista realizado em 12 de janeiro de 2018, no Assentamento 20 de março, Três Lagoas-MS.

⁴⁰⁵ Entrevista realizada em 07 de julho de 2019, no município de Brasilândia-MS.

Para fazer parte da associação é preciso trabalhar com o eucalipto. Quem não quisesse trabalhar com o eucalipto para nós não serviria, porque é o seguinte: se você pode produzir 100 por que você vai produzir 10? Como é que você vai fortalecer a associação produzindo 10 kg? Porque a associação não cobra mensalidade, ela te cobra 1 kg de mel por colmeia/ano. Eu posso deixar 1 kg de mel pra ela [a associação] ou vender e deixar o dinheiro pra ela, a preço de mercado⁴⁰⁶.

Outra imposição estabelecida pela Fibria é que para participar do programa nenhum associado pode utilizar clandestinamente as áreas da empresa para colocar colmeias⁴⁰⁷. Dessa forma, a empresa consegue tanto fazer com que as colmeias sejam fixadas em áreas estratégicas para que ocorra a atividade – onde eucalipto está florando e é possível monitorar o uso de agrotóxicos –, quanto evitar a existência de conflitos e de problemas que venham a interromper suas “operações florestais” (manejo). Nesse sentido, a empresa realiza o georreferenciamento desses apiários que são “[...] mapeados fisicamente com a disponibilização das coordenadas geográficas onde as colmeias serão fixadas por um determinado período. Por meio desse planejamento e de mapas, as caixas são facilmente encontradas no interior das florestas”⁴⁰⁸.

Tais esforços realizados pela empresa remetem a outra questão relevante que envolve o Programa Colmeias, qual seja: a implantação da atividade apícola no interior do monocultivo de eucalipto e o uso agrotóxicos⁴⁰⁹. Em um evento realizado pela UFMS no assentamento Pontal do Faia, em Três Lagoas, o 8º Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, durante a fala da Procuradora do Ministério Público do Trabalho (MS), um dos participantes denunciou o uso de agrotóxicos realizado pela Fibria por meio de pulverização aérea:

Passaram [o agrotóxico] pelo avião, só que a gente tem uma assessoria jurídica muito fraca, então é difícil. O prejuízo foi grande, 121 ou 122 colmeias no ano de 2016; no ano seguinte mais 82. Estou até hoje sem solução. Tenho o documento aqui, o exame de agrotóxico foi feito na Alemanha. No ano de 2017 foi feito em Campo Grande-MS. Estou com todas as provas, mas até agora sem solução. Eu queria uma orientação, um caminho para resgatar esse prejuízo⁴¹⁰.

A esposa do apicultor, logo em seguida afirmou: “não pararam de passar, estão passando ainda; a gente tem que ficar mudando as caixas de um lado para o outro, e a empresa fica passando”. Posteriormente o apicultor prosseguiu:

⁴⁰⁶ Entrevista realizado em 12 de janeiro de 2018, no Assentamento 20 de março, Três Lagoas-MS.

⁴⁰⁷ Informação obtida durante trabalho de campo.

⁴⁰⁸ Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/com-apoio-da-fibria-programa-colmeias-em-mato-grosso-do-sul-bate-recorde-de-producao-de-mel-em-2016/>. Acesso em: 19/05/2020.

⁴⁰⁹ Cabe aqui destacar a participação da Syngenta, empresa do setor de produção e venda de agrotóxicos, como parceira do programa Colmeias da Fibria por meio do Programa Rede Sustentável. A Syngenta insere o apoio ao Programa Colmeias como parte do seu plano de agricultura sustentável, inserido em sua política de responsabilidade social.

⁴¹⁰ Fala realizada em 26 de janeiro de 2019, no assentamento Pontal do Faia, em Três Lagoas-MS.

[...] lá é uma reserva particular e mesmo assim eles passam; eles não afirmam que estão passando, mas foi comprovado que está 5 vezes mais forte do que o necessário, estou com o documento em mãos. Fiz a ocorrência está com dois anos, eu quero um retorno, que eles mudem a atitude e que seja diferente essa aplicação⁴¹¹.

O apicultor afirmou que sua produção de mel fica próxima à área de plantio de eucalipto da Fibria e que já havia registrado Boletim de Ocorrência duas vezes, por dois anos seguidos. Quando questionado se estava acompanhando o processo, afirmou que no dia anterior havia comparecido no Ministério Público de Brasilândia, onde recebeu as fotos das abelhas mortas e o vídeo, e lembrou: “aconselharam que eu teria que queimar as caixas pois estavam impregnadas de veneno e iria matar o outro enxame que pegasse”⁴¹². Por fim, é importante dar destaque a um trecho de umas das entrevistas em que se debateu a questão da implantação da atividade apícola no interior do monocultivo de eucalipto e o uso agrotóxicos. Segundo um dos entrevistados:

A Fibria fala que não usa pulverização aérea de inseticida nem de fungicida. A pulverização aérea deles é só de adubo. A Eldorado faz o que quiser. A Fibria diz que não usa. A gente meio que duvida né, não acredita muito não. *Tem algumas denúncias aí de apicultor que não faz parte da ABA [Associação Brasilandense de Apicultores], mesmo porque se fizesse parte da ABA ele nunca ia fazer isso, que denunciou morte de abelha. Só que assim, fica meio complicado ele comprovar porque tem cana próximo, então não dá pra saber se foi a cana ou se foi o eucalipto*⁴¹³.

Tal depoimento se torna importante na medida que além de apontar o uso irregular de agrotóxicos pelas empresas do setor de celulose, traz à tona um ponto importante e que será retomado mais à frente – quando será tratada a intervenção da Fibria por meio da organização e gestão das associações –, qual seja: a coerção que tais programas e projetos representam frente à territorialização da empresa, uma coerção que serve para educar o consenso das classes e frações de classes impactadas por essa territorialização.

4.2.2.3 “Vaca e rufião móvel” e Curral/piqueteamento

A partir de uma parceria fundada em 2014 com o Sebrae-MS e o Instituto BioSistêmico (IBS)⁴¹⁴ – por meio do Programa Rede Responsável –, a Fibria estimula a criação de gado e a

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Idem. A Procuradora disse que ele deveria contratar um advogado e que, comprovado os fatos, a empresa deveria arcar com os prejuízos. Logo em seguida a esposa do apicultor afirmou: “É o que eu te falo: tem foto, tem o emblema do avião [...], mas nós somos pobres”.

⁴¹³ Entrevista realizada em 20 de julho de 2018, em Brasilândia-MS.

⁴¹⁴ Segundo o *website* do Instituto: “O Instituto BioSistêmico – IBS, é uma instituição, sem fins econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, constituída por meio de estatuto, onde constam todas

produção de leite, principalmente no interior dos assentamentos, reassentamentos e das comunidades que participam do PDRT. Segundo o relatório de sustentabilidade da empresa:

No Mato Grosso do Sul, uma parceria com o Sebrae está ajudando centenas de pequenos pecuaristas participantes do PDRT a aumentar a quantidade e a qualidade do leite que produzem. O foco do nosso trabalho em 2015 foi a melhoria das pastagens por meio de técnicas alternativas e acessíveis aos produtores, tendo sido trabalhada uma área de 1.280 hectares de pastagens, com benefícios para 250 pequenos produtores. (FIBRIA, 2015, p. 82).

A consultora de sustentabilidade da empresa afirma que no início do projeto, “quando identificamos a existência da pecuária nos assentamentos, a consultoria técnica realizou um diagnóstico, com a coleta de amostras de solo e estudo detalhado de cada lote, que mostrou o que poderia ser feito para potencializar a produção de leite”⁴¹⁵. A empresa afirma que por meio do diagnóstico e do acompanhamento realizados pela consultoria, a lactação do rebanho se tornou constante, aumentando a produção de leite. “Hoje, temos em média, 2.200 litros diários de leite produzidos pelas 94 famílias, e esse resultado é fruto da parceria desenvolvida entre os produtores rurais, consultores técnicos e a Fibria”⁴¹⁶.

Tal projeto, coordenado pelo Sebrae e executado pelo Instituto BioSistêmico, atua nas seguintes direções: recuperação da pastagem, piqueteamento, inseminação artificial, melhoramento genético de matrizes e produção de leite. O IBS atua com o que denomina de Vaca móvel e Rufião móvel, duas unidades móveis utilizadas para realizar testes referentes à qualidade do leite. No caso da vaca móvel, seria possível “recomendar ajustes nutricionais, além de orientar medidas sanitárias para o rebanho”⁴¹⁷. Já no caso do Rufião móvel, equipado com aparelho de ultrassom, seria possível “a sincronização das matrizes, diagnóstico de gestação, seleção e classificação de matrizes. Com o exame de ultrassom, é possível estabelecer cronograma de atividades de manejo e cronograma de abates com base nos padrões de qualidade pretendidos”⁴¹⁸.

as regras de atuação e objetivos sociais. No seu escopo de atendimento, estão as organizações de produtores, comunidades rurais, associações, cooperativas, empresas e entidades que atuam e demandam programas para incremento da produção, de responsabilidade, social e ambiental e que de forma direta ou indireta, fomentam o desenvolvimento, por meio de ações de inovação e sustentabilidade”. Cabe destacar que diversas cooperativas, empresas e institutos e fundações empresariais, além de órgãos governamentais como o INCRA, aparecem como clientes do Instituto BioSistêmico. Disponível em: <https://www.biosistemico.org.br/sobre/>. Acesso em: 09/06/2020.

⁴¹⁵ Disponível em: <https://www.biosistemico.org.br/clipping/agricultores-familiares-dobram-producao-de-leite-com-o-apoio-pdrt/>. Acesso em: 09/06/2020.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Disponível em: <https://www.biosistemico.org.br/clipping/agricultores-familiares-dobram-producao-de-leite-com-o-apoio-pdrt/>. Acesso em: 09/06/2020.

⁴¹⁸ Disponível em: <http://www.ms.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MS/parceria-entre-sebrae-e-fibria-fortalece-a-agricultura-familiar-do-estado.857a376d61af5410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 09/06/2020.

Contudo, alguns problemas foram relatados pelos entrevistados. De acordo com um deles, que trabalha na prefeitura de Brasilândia na área da agricultura camponesa:

O Rufião é assim, umas 12 vacas, insemina uma tá? O resto não consegue inseminar. Os produtores só reclamam que as vaca não... na inseminação... e é difícil você falar com esse pessoal de assentamento trabalhar só com leite, porque o bezerro quando nasce macho e é filho de leiteira pra eles é um prejuízo enorme. Pergunta! Eu acho legal você visitar o produtor e perguntar quantas inseminações conseguiram fazer que pegou e que não nasceu macho ou nasceu fêmea. Que pra mim só vale se nasceu fêmea. É prejuízo pro produtor, pra ele, se nasceu macho. Então, acho que é muito baixo, eles têm que melhorar muito essa questão de inseminação aí. O pessoal reclama bastante⁴¹⁹.

Outro entrevistado realizou considerações na mesma direção:

Tá, beleza. Vai ter inseminação para ter melhoramento genético. Foi a primeira etapa, com doze vacas minhas, seis minha e seis da mãe, não pegou nenhuma, nenhuma pegou cria. Passou por protocolo, tomou remédio, fez toque, fez a inseminação, nenhuma pegou cria, de doze! Na segunda etapa eu acho que tinha sete vacas que estavam aptas naquele período a passar, só uma pegou cria, nasceu uma bezerra. Ainda bem que nasceu fêmea. Tem um produtor que nasceu cinco, de cinco, cinco machos!⁴²⁰

As entrevistas apontam que na maioria dos casos a inseminação não ocorre de forma satisfatória e isso acaba gerando prejuízos aos camponeses atingidos pelo programa. Complementar às ações do programa, voltadas para a criação de gado e produção de leite, está a construção de currais. Durante os trabalhos de campo, na área pesquisada, verificou-se que os currais haviam sido construídos apenas no Assentamento Pontal do Faia, no município de Três Lagoas (Imagem 9).

Imagem 9: Curral construído pela Fibria no Assentamento Pontal do Faia



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2018). Organizado pelo autor.

⁴¹⁹ Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2018, no município de Brasilândia-MS.

⁴²⁰ Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2019, no reassentamento Pedra Bonito, em Brasilândia-MS.

Segundo um dos entrevistados, foram construídos 18 currais, mas nem todos estavam sendo utilizados e muitos associados ficaram fora do projeto por não cumprirem as exigências impostas pela empresa. Nas suas palavras:

Às vezes eu acho até que covardia. Tem gente que pegou aí, com curral bom, curral grande, e as vezes tem gente que não tem nada e não pegou. Daí fica lá parado. Mas é assim, aí tem regras. Tipo assim, só pegou quem mereceu, quem estava em dia com o grupo. São alguns critérios que eles colocam lá: não faltar em reunião, estar em dia com a associação; todo projeto que vir pra você fazer. Nós estamos em 45 famílias aqui, só que acho que são 32 que são associadas na associação pela Fibria. Então, eles vão avaliando. Porque são 32 famílias, daí vem 18 [currais], daí eles vão avaliando quem merece. Só que infelizmente, as vezes quem merece não precisa e quem “não merece” está precisando.

Acho que eles tinham que avaliar realmente quem precisa e não esse negócio aí... a gente que está aqui entende, que nem, por exemplo: vem adubo, 4 sacos para cada um pra jogar no pasto, só que as vezes a pessoa é aposentada, não tem nem condições de jogar aquele adubo, não dá conta de jogar de carroça e não tem como pagar para o trator vir jogar porque é caro. Daí vai ficando lá [o adubo], daí vai passando dias e vão olhando aquilo [técnicos da Fibria e Simbiose] e vai marcando ponto negativo. Talvez nem é por causa que a pessoa não quer. A maioria as vezes quer fazer, mas não dá. O primeiro ano que eles vieram, o primeiro projeto, eles gradearam, jogaram semente, fizeram tudo. Quem pegou forma e reforma de pasto, fez tudo. Daí depois, no segundo ano, já começou ficar pra trás [essas pessoas que não têm condições]. Daí o curral só veio 18 pra quem está certinho. Quem está certinho? Quem é melhor de situação! Mas é aquela história: a corda só arrebenta para o lado mais fraco⁴²¹.

Aqui nota-se que os projetos não são destinados necessariamente para as famílias que necessitam, mas sim para as que cumprem as exigências da empresa. Forma de coagir as famílias camponesas a participarem dos projetos e da associação.

4.2.2.4 Sistemas Agroflorestais (SAFs)

Na área de estudo a implantação dos sistemas agroflorestais (SAFs) por meio do PDRT teve início em 2017. No município de Brasilândia, onde foram identificados durante trabalho de campo, os SAFs foram implantados nos reassentamentos Santana, Santa Emília e Pedra Bonita, além dos empreendimentos de crédito fundiário Esperança e Almanara. Segundo a empresa, em reportagem divulgada no website do Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose de Mato Grosso do Sul⁴²², o sistema:

[...] proporciona o aumento da produção, pois na sua implantação combina espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeireiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou rotativa. Além disso, o sistema

⁴²¹ Entrevista realizada no dia 27/03/2018, no Assentamento Pontal do Faia, em Três Lagoas-MS.

⁴²² Disponível em: <http://www.sindicatodaindustria.com.br/noticias/2019/03/72,133170/suzano-amplia-apoio-a-agricultores-familiares-de-mato-grosso-do-sul.html>. Acesso em: 26/03/2019.

também promove benefícios ecológicos em função da conservação dos recursos naturais, tornando possível a produção de diferentes espécies e incentivando agricultores na recuperação de áreas florestais⁴²³.

Sobre a implantação dos SAFs, o gerente-geral da empresa afirmou:

O sistema favorece a recuperação e fertilidade dos solos e o controle de plantas indesejáveis. Outros ganhos são o melhor aproveitamento da mão de obra, menos custos para implantação de culturas, menor sensibilidade à oscilação de preço no mercado - graças à variedade de produtos -, diminuição da necessidade de insumos externos e mais segurança alimentar para as famílias rurais, com um alimento de melhor qualidade e sem agrotóxicos [...]

A iniciativa de levar a equipe para avaliar, na prática, os resultados e desafios da implantação do SAF foi importante para troca de experiência com as famílias produtoras, alinhamento de objetivos e planejamento conjunto das técnicas a serem desenvolvidas junto às comunidades. O retorno obtido estimula ainda mais a equipe a difundir a prática, que traz uma série de benefícios, possibilitando desenvolvimento regional, geração de renda e melhoria de qualidade de vida para as famílias⁴²⁴.

Nota-se que a empresa elenca uma série de vantagens que seriam possibilitadas pela implantação dos SAFs. Contudo, durante os trabalhos de campo, outros aspectos foram levantados e discutidos por alguns participantes do programa. O primeiro ponto destacado foi que o projeto surgiu de cima para baixo, ou seja, não foi planejado e implantado a partir de uma demanda das famílias camponesas. De acordo com um dos entrevistados que participa do projeto:

Foi mandado para o edital e foi aprovado. Primeira coisa, quando o projeto foi apresentado a nós pra gente ser o proponente do projeto, *ele já veio pronto*. Não foi o Pedra Bonita que montou. A Pedra Bonita ela só cedeu a sua capacidade e o seu CNPJ. O projeto já veio preestabelecido; questão de instalação, o que seria instalado, o molde do projeto. Não fui eu, não foi o secretário, o tesoureiro, o presidente, o vice-presidente que montou. Já veio mastigado, pronto! Até seria inscrito numa outra associação, só que a associação juridicamente era inválida porque ela não tinha inscrição estadual. Beleza. Tentaram... fizeram, fizeram. Motivaram nós de várias as formas, *induziram* nós, então beleza. Ótimo! *Até então não trazia nenhum problema pra nós. Até então!* Ah, então tá bom, é para beneficiar as pequenas associações, os assentamentos aqui, então tá bom. Você nunca vai negar alguma coisa que é ajuda de alguém, essa é nossa intuição⁴²⁵.

Nota-se que na mesma fala em que o entrevistado relata a forma que foi realizada a implantação do projeto, de cima para baixo, ele já aponta que após o início diversos problemas começaram a surgir, dentre eles o tempo de trabalho que seria utilizado para sua própria implantação em contraste com o tempo que os camponeses necessitam para realizar suas

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2019, no assentamento Pedra Bonita, em Brasilândia-MS.

atividades do dia a dia, além da inviabilidade do projeto, segundo a visão do entrevistado. De acordo com ele:

E aí foi se detalhando os fundamentos daquela atividade e como que ela deveria ser composta no campo, através de árvores nativas e frutíferas. Como é que eu planto árvore em uma área produtiva minha? Daqui dois anos como é que eu vou produzir? Eu não tenho como produzir daqui dois anos. Como é que eu vou produzir daqui dois anos com um pé de ingá, com um pé de jatobá, não tem como! Mas assim foi estabelecido. Tá sendo instalado aí, são 28 áreas [projetos] no município de Brasilândia: Santana, Santa Emília, Almanara, Esperança e Pedra Bonita. O Pedra Bonita ficou com oito unidades. Até eu sou uma delas, era pra eu plantar... a primeira coisa, arrumar uma área de 20 por 30 e plantar capim Mombaça. O capim Mombaça não sei se vocês conhecem, ele cresce uma moitona. Depois disso, a gente iria roçar, iria arrancar uma área de um metro e deixar uma área de um metro e naquela área você iria incorporar aquele capim e bater de enxadão, tá?! Isso foi o que foi apresentado! Não tem como, meu amigo! Eu vou roçar aquele capim, como é que eu vou bater ele de enxadão? Arrancar aquela touceira com raiz, de enxadão? Ai eu falei: poxa, isso é trabalho semiescravo, análogo à escravidão. Sem implemento, sem nada. Até então. Beleza! Iria comprar tobata [microtrator]. O tobata vai chegar acho que só dia 17 desse mês. Os roçados estão quase todos prontos, foi tudo no enxadão, tá! Foi feito no enxadão! Beleza.

Na visão do camponês participante do projeto, o dispêndio de trabalho que seria necessário para a implantação do SAF poderia ser comparado ao trabalho análogo à escravidão. Nas palavras do entrevistado é possível notar sua compreensão de que os projetos, no caso especialmente o dos SAFs, são implantados mais para cumprir uma função ideológica da empresa (como indagou um dos entrevistados) do que para contribuir com o trabalho das famílias por eles atingidas:

Hoje o produtor não pode viver de fato de ideologia [se referindo aos projetos da empresa], hoje qualquer área no Brasil inteiro, no mundo inteiro, invés de ideologia você tem que ter tecnologia. Estão enfiando um monte de SAFs [Sistemas Agroflorestais] aí para todo mundo. Na teoria é muito lindo! Eu adoraria produzir e consumir só SAF! Não é que eu estou dizendo que é errado montar SAF, e que não irá se obter uma mercadoria em cima daquela ideologia, de SAF, só que na prática quem conseguir produzir – que não são todos que irão conseguir produzir – aqueles produtos se você mandar para uma análise de laboratório ele não estará dentro daquele sistema⁴²⁶.

Aqui o entrevistado se refere ao uso de agrotóxico nas monoculturas no entorno dos reassentamentos, tanto a cana quanto o eucalipto, fator que impossibilitaria a certificação daquela produção que, de uma forma ou de outra, estaria sujeita a contaminação pela pulverização de agrotóxicos utilizada nas monoculturas. Na figura 22, é possível observar as plantações de eucalipto próximo à um lote onde o projeto foi implantado:

⁴²⁶ Idem.

Imagem 10: SAFs no empreendimento de crédito fundiário Esperança defronte à área de eucalipto



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2019). Organizado pelo autor.

O entrevistado também relatou casos de pessoas que não aderiram porque viram que não tinha rentabilidade e ocuparia muito tempo, e outros não quiseram sequer participar da reunião sobre o projeto. No seu caso, apesar de ter aderido ao projeto, o entrevistado não chegou a implantá-lo. De acordo com ele:

Eu sou um dos 8 e até hoje meu SAF num... tá a semente de Mombaça ali ó, em um pacotinho! Porque eu vi que eu tenho três filhas, eu tenho esposa, eu tenho uma casa para manter, se eu fosse partir para o SAF infelizmente eu iria passar fome. *Não dá pra fazer só para tirar foto!*

A minha semente está ali, vocês estão vendo. Naquele pacotinho ali ó, 3 kg de semente de Mombaça. O que aconteceu? Pegaram oito produtores de dentro da associação e convenceram eles a engolir esse SAF. *Hoje esses oito produtores, boa parte deles está sem conseguir entregar para o PNAE e Protege, que é a renda, porque deixaram a atividade comercial deles e aderiram ao SAF.* Eu estou dentro dos oito, a minha semente está ali. Uns dias atrás eu fui indagado por alguns deles [técnicos da empresa]: cadê o seu SAF? Eu falei assim: a semente está lá no pé da mureta do jeito que vocês deixaram, vocês passam lá e pegam de volta. “Ah, mas não pode! Porque vocês são proponentes do projeto”. Eu falei: calma aí. O proponente do projeto? “É, o projeto está escrito no nome de vocês!” Eu falei: opa, vocês apresentaram o projeto para nós pronto! Vocês nunca me indagaram ou indagaram a diretoria: “o que que vocês queriam para o projeto?”. E agora vocês vêm dizer que o

Pedra Bonita é proponente do projeto? É proponente do projeto no papel e não na prática!⁴²⁷

O entrevistado afirma que não implantou o projeto, pois isso iria inviabilizar sua atividade produtiva, da qual necessita para conseguir renda e sustentar a família. Já no caso dos demais que acabaram implantando o projeto, esses viram suas produções serem inviabilizadas e deixaram de vender para os programas governamentais. A avaliação do entrevistado, acerca do projeto, é a seguinte:

A atividade de vocês⁴²⁸, ela é muito interessante para aquele grupo de pessoas idosas que querem alguma coisa para poder praticar ou pra quem é comerciante que tem um lote na cidade e quer produzir alguma coisa. Hoje o Pedra Bonita para sobreviver tem que produzir, tem que vender, tem que ter produção, senão não vive! Então, automaticamente nós estamos fora. *A gente não pode atender essa demanda de vocês! Eu não fui sem educação! A gente não pode atender essa ideologia, essa demanda, nós não temos condições!* Eu teria condição se eu tivesse uma portinha de loja na cidade, comesse e bebesse lá do meu comércio e eu tivesse a minha atividade por lazer. Não! *Eu como e bebo, e trato da minha família, daquilo que eu produzo. Eu não posso atender vocês! Vocês façam o favor de passar lá e pegar o pacote de semente – foi a única coisa que eu peguei deles até hoje.* Tá o pacote ali ó! Tá ali, aquele pacotinho, porque é pra pegar. Até hoje não passou para pegar. *Sou o único dos oito do Pedra Bonita que não envolveu, os outro que envolveram infelizmente estão sem capacidade de poder entregar os seus produtos. Atrapalhou!* Ai hoje eu estou solicitando mercadoria de outro produtor ou até mesmo atendendo uma demanda excessiva aqui, que sai daqui, pra poder suprir. Ai eu não posso vender, eu estou doando essa mercadoria porque eu tenho que entregar lá, porque a associação tem um contrato pra entregar lá no Protege [neste momento o entrevistado citou três famílias que não estão conseguindo entregar os produtos]. Ai a gente doa, o nosso excedente vai como doação. Porque junto com a associação está todo mundo, eu tenho um compromisso em entregar... aí vai maxixe de graça, vai vagem de graça, vai couve de graça, vai abóbora de graça. Que seriam os produtos deles... e o produto deles tá sem comercializar. Entendeu? Esses projetos trazem vantagem, trazem. Mas também tem seus defeitos. Tem seus problemas!⁴²⁹

Nota-se que diferentemente do que foi afirmado pela empresa em seus relatórios de sustentabilidade, que os SAFs não têm contribuído para o aumento da produção e da renda das famílias situadas nas comunidades no entorno de suas áreas. Pelo contrário, a intervenção político-ideológica da empresa tem, em certa medida, causado prejuízos aos camponeses e organizado de forma diferente seu modo de vida e trabalho, especialmente para aquelas famílias que integram o projeto dos SAFs.

⁴²⁷ Idem

⁴²⁸ Segundo o entrevistado essas as palavras que ele disse aos técnicos que acompanham o projeto para justificar a sua não implantação.

⁴²⁹ Idem.

4.2.2.5 Organização e gestão das associações

Como já apontado anteriormente, o relatório de sustentabilidade da Fibria menciona a organização e gestão de associações como um dos eixos principais que compõem o PDRT. O programa estaria “fundamentado na criação e no fortalecimento de associações agrícolas”, sendo a empresa responsável por fornecer “ferramentas, insumos e assistência técnica para melhorar a capacidade das comunidades de produzir e comercializar uma ampla variedade de produtos” (SMITH *et al.*, 2017, p. 8).

A intervenção político-ideológica que ocorre nas diferentes frações do território por meio de programas e projetos de responsabilidade socioambiental se realiza a partir do controle que a empresa busca exercer sob as associações comunitárias e/ou produtivas nas áreas onde se territorializa. Tal controle ocorre de forma sistematizado, com reuniões mensais entre os associados, o cooperativo da empresa e a empresa que presta o serviço de consultoria ao PDRT, no caso local a Simbiose, além do constante e diário monitoramento realizado por técnicos tanto da Fibria quanto da Simbiose.

Em todas as sedes das associações dos assentamentos e comunidades visitadas durante os trabalhos de campo foi possível encontrar um painel do PDRT com informes e orientações aos associados, como registrado na Imagem 11.

Um ponto importante a ser destacado desse processo de intervenção é que os programas e projetos da empresa sempre são realizados por meio das associações (produtivas e/ou comunitárias). Dessa forma, fazer parte de uma associação é o requisito básico para as famílias camponesas, ribeirinhas e indígenas acessarem tais programas e projetos. Concomitantemente, além da necessária vinculação a uma associação, outras obrigações são impostas, tal como foi destacado por um entrevistado:

Associado tem que tá em dia. A Fibria cobra muito isso aí, entendeu? Nós temos reunião, todo... todo mês. E quando vem os benefícios é passado o cheque nisso, “está em dia com a associação? Não tá? Tá? não tá? Tá?” “Tá frequentando as reuniões? Não tá?” tem isso daí... tem isso daí... [42:45] Então, se a pessoa não tiver em dia, não tiver participando, 3 presenças se não tiver, se falhar 3 vezes ele é excluído do projeto⁴³⁰.

Assim, se o/a associado/a faltar mais de três vezes nas reuniões da associação é impedido/a de participar do respectivo projeto em pauta ou de receber algum tipo de recurso destinado à produção – calcário e cama de frango⁴³¹ são os principais incrementos destinados

⁴³⁰ Entrevista realizada no dia 11 de agosto de 2018, no assentamento Pedra Bonita, em Brasilândia-MS.

⁴³¹ Tipo de adubo orgânico formado especialmente por esterco de galinha.

às famílias atingidas pela intervenção político-ideológica da Fibria⁴³². Outras regras impostas são: estar em dia com a mensalidade e com o pagamento da energia elétrica e água.

Imagem 11: Painéis instalados pela Fibria nas sedes dos assentamentos e reassentamentos rurais



Fonte: Acervo pessoal do autor. Trabalho de campo (2017-2019). Organizado pelo autor.

Há também outras imposições mais específicas, a depender do projeto ao qual pretende participar o/a associado/a. Por exemplo, para participar de projetos ligados à criação de gado e/ou produção de leite é proibido ao associado ter gado solto nas estradas, nas fazendas vizinhas

⁴³² Sobre os incrementos agrícolas um dos entrevistados afirmou: “muitas vezes sobra produto lá e não tem quem busca. Sobra mercadoria e não tem quem busca. Se você for ver... você vai entrar pelo mata-burro do Pedra Bonita tem uma pilha de calcário lá. Ali, com o tempo de chuva – deterioração do tempo –, foi umas 20 toneladas de calcário. Você segue adiante, passa pelo salão, tem uma casinha velha do lado cá, ali embaixo fica a cama de frango [adubo orgânico], ali na última vez a gente perdeu umas 15 toneladas molhado de chuva. Aquilo veio para um produtor..., mas o produtor nem foi buscar. Sabe por que o produtor não foi buscar o calcário, não foi buscar a cama de frango? Porque ele nem queria! Por que que veio? Entendeu? Se ele não queria, por que que veio? Eu acredito que nem 40% dos insumos que saem de lá com o objetivo de ser investido no produtor, ele vai se degradando pelo meio do caminho ou até mesmo na hora que chega, que ele é estocado... se quando ele chega e é estocado perde o que eu vejo, você imagina até chegar ali... então, vocês falam assim: mas então tá tudo errado. Não, não é. A gente cuida da nossa vida, da associação, essas coisas que vêm só vem para somar. Se pode somar, soma! Se não pode... esquece, vamos tocar a vida! Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2019, no município de Brasilândia/MS.

e nas sedes das associações; já para os projetos ligados à apicultura é proibido utilizar clandestinamente as áreas da empresa para colocar colmeias⁴³³.

Diante disso, o primeiro aspecto a ser tratado dessa intervenção é a coerção exercida pela empresa para impor uma forma de organização que seja eficiente para garantir, ao mesmo tempo, sua dominação socioterritorial e a reprodução do seu capital. Durante os trabalhos de campo os entrevistados foram questionados sobre como ocorre a relação entre a empresa e as associações, um dos entrevistados respondeu o seguinte:

[...] você nunca sabe quando uma coisa termina e quando outra começa. *Você não sabe até onde é o gosto da associação, o desejo das pessoas ou até onde é a influência das pessoas que estão te ajudando, você não sabe quando um começa e quando outro termina.* É ruim! Não é bom! Mas se a gente estivesse aí esperando o governo pra acontecer, a situação iria estar muito pior. É fato isso! Porque, não que eles sejam os salvadores da pátria, a gente sabe que não é nada mais nada menos do que obrigação com o estado, com o município. *A gente sabe que não é nada de graça, que as certificações que eles precisam ter são caras.* A gente não é bobo, a gente sabe de tudo isso aí. Mas é aquilo que eu falo: é um mal preciso no momento (Grifos nosso)⁴³⁴.

Em sua fala o entrevistado menciona um ponto que também foi bastante destacado por outros entrevistados, qual seja: a empresa está fazendo um trabalho que dificilmente seria feito pelo Estado – visão bastante difundida pelos institutos e fundações empresariais. Dessa forma, mesmo sendo uma ação que traz consigo interesses corporativos, no caso destacado a aquisição das certificações, haveria, na concepção do entrevistado, a possibilidade de as famílias camponesas se beneficiarem dos programas e projetos implementados pela empresa. Contudo, para que isso ocorresse de forma satisfatória, afirma o mesmo entrevistado, seria necessário que a autonomia das famílias e das associações fosse mantida:

Tem as coisas ruim e tem as coisas boas, a gente tem que entender até na onde vai o nosso gosto e onde começa o gosto deles. Se a gente manter o nosso gosto, falar a gente vai trabalhar assim, assim, assim, do jeito que a gente quer... *a gente não perdendo autonomia,* não vejo mal nenhum. *A gente só não pode perder autonomia. Enquanto a gente for dono do nosso próprio destino, do nosso próprio lote.* O que a gente vai fazer, o que a gente vai plantar e como a gente vai plantar, eu não vejo mal nenhum. Agora, no dia que eles interferirem nisso aí já é outra história⁴³⁵. (Grifos nosso).

Apesar do importante destaque dado à possibilidade de manter a autonomia das famílias camponesas, especialmente pelo fato de serem donas do próprio lote, a interferência da qual fala o entrevistado, acerca do que fazer, do que plantar e como plantar, aparece tanto na sua própria fala – trecho citado anteriormente –, como nos demais relatos coletados.

⁴³³ Informações coletadas durante os trabalhos de campo.

⁴³⁴ Entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2018, no assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS.

⁴³⁵ Idem.

A primeira forma de intervenção a se destacar diz respeito ao controle dos recursos do caixa das associações, fato recorrentemente mencionado pelos diferentes entrevistados. Um desses entrevistados, que já atuou como presidente de associação, afirmou que em outras gestões “deixaram eles mandar” (referindo-se a empresa). Deu como exemplo uma vez em que havia a necessidade de comprar uma bomba nova para o poço, mas que segundo a empresa não poderia ser paga com o dinheiro do fundo de reserva da associação – segundo outro entrevistado a intenção da empresa é que as associações apresentem um caixa “gordo” para que os dados sejam utilizados como uma forma de propaganda dos programas e projetos.

O entrevistado relatou que em uma das conversas com os diretores de sustentabilidade da empresa, disse: “[...] a Fibria é parceira ou dona do 20 de março?! É igual eu falei: não anda de cabresto! É parceria? PDRT é bom? É! É uma troca! Vocês têm o dinheiro, nós temos o trabalho, e vocês ganham o status... lá na frente a certificação é de vocês. Isso é uma troca”. Afirmou ainda que “[...] a tesoureira [da associação], se tem que pagar alguma coisa liga para o [o entrevistado mencionou o nome do funcionário da empresa que presta consultoria] e pergunta se pode pagar”⁴³⁶.

Outro entrevistado relatou o seguinte:

O pessoal me mandou 500 mensagens querendo saber do extrato bancário da associação. *Eles querem controlar a conta bancária da associação. Nós temos três contas bancárias... querem controlar nossa conta bancária, querem controlar o que a gente recolhe, o que que a gente vende, para quem que vende, quando que vendeu, quem vendeu.* Eu não sou obrigado⁴³⁷.

A afirmação do entrevistado adquiriu sentido logo em seguida quando discorreu sobre um acontecimento que demonstra como a empresa que presta consultoria para Fibria além de buscar intervir no uso dos recursos, também solicita informações referentes à produção e aos gastos, tanto da associação quanto dos produtores individuais, com o objetivo de apresentar as notas para a Fibria:

Eu cheguei um dia no escritório que presta serviço... o escritório ele presta serviço de contabilidade e assessoria jurídica para a associação. Ele presta serviço! A associação não é subordinada a ele, ele que é subordinado à associação! Nós pagamos! Cheguei lá um dia, está lá a secretária com um relatório. Eles queriam [se referindo à empresa contratada pela Fibria] imposto de renda, relatório comercial individual de cada produtor e da associação, e um monte de série de produto lá. Aí eu cheguei lá estava aquela papelada toda. A coitada [secretária] estava com o coração desse tamanho na boca porque tinha prazo! Eles determinaram prazo que é para não dar tempo para a pessoa pensar! Eu falei assim: escuta, eu vi aquele monte de pasta lá, associação Pedra Bonita... eu falei assim: o que você está fazendo? Ah, é que a fulano de

⁴³⁶ Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2018, no assentamento 20 de Março em Três Lagoas-MS.

⁴³⁷ Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2019, no município de Brasilândia-MS.

tal solicitou isso, isso e isso... aquilo outro, aquilo outro, aquilo outro. Eu falei: faz o seguinte, pega essas pastas e coloca tudo lá dentro do armário. A associação não te paga para isso, o pacote de serviço que temos contratado com vocês não te dão o direito de passar informações que são nossas, de nota fiscal, de preço, de comercialização, de quanto nós vendemos. Não dá o direito e não dá o direito de ninguém solicitar. Faz o seguinte, junte tudo da associação e individual do produtor e coloque tudo dentro do armário. O dia que alguém solicitar alguma coisa que diz respeito, referente a associação Pedra Bonita, você me manda um WhatsApp ou você me liga perguntando se você pode fazer e se aquela pessoa tem o direito de perguntar. Foi o que eu fiz!⁴³⁸

Também é possível notar, em outra parte da entrevista, que a intervenção da empresa na associação causa, além de certo constrangimento, mais trabalho e gastos aos associados:

A [nome do funcionário da Simbiose] queria que a associação abrisse uma conta bancária para cada atividade. Na hora eu falei: negativo. Eu falei assim: a associação só pode trabalhar com folha de xequê. Não tem cartão, não tem crédito, só folha de xequê. Cada conta hoje que trabalhar com folha de xequê existe uma renovação de pacote de 174 reais a cada três meses. Não é anual, é a cada três meses. Eu vou abrir uma para cada setor? Com leite, patrulha, poços/parte hidráulica, caminhão, associação; cinco, seis contas? Com cada uma prevista com um gasto de no mínimo, se não usar nenhuma folha, de 700 reais por ano e mais o uso. Invés de gastar quatro e pouco iria gastar dez/doze mil reais em um ano. Falei: nem pensar. Daí virou pra mim: mas como você vai fazer? Eu vou fazer planilha e trabalhar com planilha numa conta só. Todo mês eu apresento a planilha de cada setor, quanto cada setor recolheu e quanto cada setor custou. Se ele deixou déficit a associação cobre e corrige. Teve superávit, começou a sobrar, pode deflacionar a tarifa. Começa a trabalhar por setor, não precisa trabalhar uma conta só com um volume só para um monte de atividades. E aí eu estou fazendo contra ela até hoje. Ela não aceita, não quer. Sabe por quê? Porque ela quer apresentar lá na indústria, na empresa, contas/números. Planilha não serve para eles. Eu falei: quem administra o Pedra Bonita é a diretoria⁴³⁹.

A partir de outro acontecimento, o entrevistado também demonstrou como a empresa busca formas de forjar resultados ao remanejar as fontes de recursos utilizadas pelas associações. Em suas palavras:

Quebraram o rabo comigo aqui. A calcareadeira nossa custou três mil, setecentos e poucos para reformar. O trator... o trator tinha uma conta específica. No caixa do trator tinha 18 mil e poucos reais. Daí o [nome do tesoureiro da associação] pagou uma folha de xequê de 3 mil e poucos reais para a reforma da calcareadeira, tirou do caixa da associação e não tirou do caixa da patrulha [refere-se a patrulha mecanizada adquirida por meio do Programa ReDes], que é o setor agrícola. Porque ela não queria que tirasse do caixa da patrulha. Por quê? Eles controlam o caixa da patrulha e querem controlar o caixa da associação! Na hora que eu soube, fui lá, fiz uma folha de xequê do caixa da patrulha, tirei um xerox, anexei junto com a nota fiscal da oficina, junto com o xerox da outra conta que tinha resgatado o dinheiro e

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ Idem.

reembolsei o caixa da associação. Falei: tá errado e eu vou corrigir! Não me empurre nada goela abaixo que eu não vou engolir. Eles querem um caixa abundante. Isso é benéfico para empresa! Hoje tudo é cobrado resultado. Eu cobro resultado meu na roça. Qual é o resultado deles? É apresentar a planilha conforme se o produtor tivesse tido retorno. Quando não aconteceu eles fraudaram o extrato, o documento. Isso é errado, mas se faz⁴⁴⁰.

Como foi possível notar os programas e projetos implementados no interior dos assentamentos gera diferentes tipos de conflitos, além de muitas vezes não terem eficácia e causarem prejuízos, interferindo em certa medida na organização, na forma de produzir e na vida das famílias camponesas por eles atingidos. Com base nos projetos e programas, e nos desdobramentos deles resultantes, expostos aqui, no próximo capítulo buscar-se-á analisar a estrutura e dinâmica dessa forma de intervenção político-ideológica.

⁴⁴⁰ Idem.

CAPÍTULO 5. ESTRUTURA E DINÂMICA DA INTERVENÇÃO POLÍTICO- IDEOLÓGICA DA FIBRIA

Neste capítulo buscar-se-á apresentar os elementos visíveis (empíricos) da responsabilidade socioambiental da Fibria – ligados diretamente aos programas e projetos sociais implementados e desenvolvidos pela empresa nas diferentes frações do território – para, a partir deles, identificar o que se compreende enquanto essência desse mesmo processo.

O que se apresenta de maneira mais superficial nessa forma de intervenção político-ideológica, isto é, a sua aparência, são as seguintes expressões empíricas da realidade, a busca por: (a) mitigar impactos socioambientais imediatos gerados pelas operações da empresa, especialmente aqueles ligados ao “setor florestal”; b) gerir riscos sociais, ambientais e de imagem; c) criar vantagens competitivas no mercado. Tais elementos configuram a forma como o concreto se apresenta enquanto expressão do real, compõem as múltiplas determinações do processo de intervenção político-ideológica da Fibria.

Parte-se da hipótese de que tal intervenção, exercida por meio dos programas e projetos de responsabilidade socioambiental, se dá nos limites da pequena política, conceito gramsciano que está organicamente ligado ao de grande política, aliás, ambos formam um par conceitual. Para Coutinho (2011), este par conceitual representa parte de uma conceituação maior e geral de política, ou de “ciência política”, que compõe uma das contribuições teóricas mais importantes contidas nos Cadernos do Cárcere.

Para Coutinho (2011, p. 125), ao realizar uma historicização radical da “ciência política”⁴⁴¹, Gramsci apresenta as determinações da esfera da práxis política traduzidas nas relações entre coerção e consenso, sociedade política e sociedade civil, governantes e governados, estrutura e superestrutura, etc. Dentre essas determinações se destacam a pequena política e a grande política como “par conceitual que serve não só para definir traços decisivos do conceito geral de política, mas também aparece como um momento essencial daquilo que Gramsci chama de “análise das situações”, das “relações de força””, servindo ainda para “determinar que classe ou grupo de classes exerce a dominação ou a hegemonia em uma “situação” concreta e de que modo o faz”.

Os programas e projetos elaborados e implementados pela empresa atuam em questões pontuais, em problemas e impactos sociais e ambientais específicos, causados pela territorialização de sua própria unidade produtiva, limitando assim o horizonte dos conflitos à

⁴⁴¹ Coutinho se utiliza das aspas com a finalidade de apontar o uso positivo do termo em Gramsci, que, no caso, difere da ciência política criticada por Marx.

pequena política – ou seja, questões que não ultrapassam a ordem instituída e não visam criar novas relações. Nessa perspectiva, trata-se de um esforço para impedir qualquer tipo de mudança radical, de organização autônoma e de conflito frente às relações de exploração e dominação, tendo em vista que, como afirma Gramsci na nota “grande política – pequena política”, inserida no caderno 13 (“Breves notas sobre a política de Maquiavel”):

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. (GRAMSCI, 2007, p. 21).

É importante destacar que a Fibria – bem como demais grupos empresariais – ao tratar de questões pontuais, está conservando a estrutura de dominação da qual faz parte, isto é, ao limitar o espaço de debate às questões da pequena política, está fazendo grande política, pois, ainda de acordo com Gramsci, “[...] *é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política*” (Grifo nosso)⁴⁴².

Nota-se por meio da assertiva de Gramsci que ao trabalhar com questões da pequena política a burguesia conserva as estruturas orgânicas econômico-sociais de sua hegemonia e dominação, isto é, faz grande política. Para Coutinho (2011, p. 125), esse domínio da pequena política trata-se sempre de um sinal de derrota para as classes subalternas, pois “pode ser – e quase sempre o é definitivamente – a condição da supremacia das classes dominantes”.

Nessa perspectiva, pretende-se analisar aspectos da pequena política empreendida pela Fibria – essa que se limita a elaborar programas e projetos para mitigar impactos socioambientais, gerir riscos e gerar vantagens competitivas de mercado a partir daquilo que na literatura de *management* denomina-se valor compartilhado – sem perder de vista que ao assim fazer as classes dominantes estão empreendendo grande política, ambas organicamente inseparáveis.

5.1 A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL COMO FORMA DE MANIFESTAÇÃO DA IDEOLOGIA SOCIAL-LIBERAL

“[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente [...]”
(MARX, Karl. *O Capital Livro III*, 2017, p. 880).

⁴⁴² *Ibidem.*

Buscar-se-á, a partir do conceito de ideologia, as chaves explicativas para analisar o lugar político-ideológico da responsabilidade socioambiental no processo de territorialização do capital no campo via setor de celulose. Para tanto, sem a pretensão de esgotar ou aprofundar a análise sobre tal conceito, as obras *A ideologia alemã* de Marx e Engels e a introdução de *Contribuição à crítica da economia política* de Marx, em conjunto com análises elaboradas por Gramsci nos Cadernos do Cárcere⁴⁴³, permitirão compreender os conteúdos social e político, intrinsecamente ligados ao econômico, do fenômeno em questão.

O ponto de partida para análise que se desdobrará é o conceito marxiano de ideologia contido na *A ideologia alemã*, descrito na seguinte passagem da obra:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual [...]. As ideias dominantes não são nada mais do que expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante [...] na medida em que dominam como classe determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2007, p. 47. Grifos dos autores).

Em *A ideologia alemã*, o conceito de ideologia é apresentado como expressão ideal das relações materiais de produção, estas que são, cabe frisar, simultaneamente relações de dominação (CHESNAIS, 2003). Para os autores, a ideologia surge do caráter contraditório das relações de produção que sustentam as condições materiais da dominação burguesa, ao mesmo tempo que a oculta, tornando tais relações e as representações acerca delas universalmente válidas, daí seu caráter ideal.

A partir desse pressuposto tem-se que as ideias dominantes de determinada época são as ideias da classe dominante, justamente em razão do lugar que esta classe ocupa no interior do modo de produção. Tal posição teórico-metodológica demarca a diferença entre o materialismo histórico e a filosofia especulativa (alemã), tendo em vista que esta última buscava afirmar a supremacia do espírito e das ideias (superestrutura) sobre as forças e as relações materiais (estrutura)⁴⁴⁴. Marx e Engels enfatizaram suas posições ao criticarem, ponto a ponto,

⁴⁴³ Principalmente em notas contidas nos Cadernos 7, 10 e 13.

⁴⁴⁴ De acordo com os autores: “Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que nasce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos

os esforços empreendidos pelo sistema hegeliano para afirmar a dominação das ideias – esforços estes adotados pelos mais ilustres representantes da filosofia alemã, tais como Feuerbach, Bauer e Stirner, mesmo que sob o aspecto de crítica à Hegel.

Gramsci, assim como outros pensadores marxistas, não teve acesso ao texto de Marx e Engels sobre a ideologia alemã, inédito até a década de 1920 (BOTTOMORE, 2013, p. 295). Diferentes notas nos Cadernos deixaram explícito o ponto de partida de muitas das suas formulações sobre estrutura e superestrutura: o Prefácio de Marx (1859) à Crítica da economia política⁴⁴⁵. Gramsci retoma a perspectiva marxiana de que a totalidade das “relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 47).

Nesse sentido, o marxista sardo afirma o seguinte: “[...] as ideologias são expressões da estrutura e se modificam com a modificação desta [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 131). Afirmção próxima daquela feita por Marx, de que a “transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 47-48). Em diferentes momentos Gramsci demonstra estreita relação entre sua concepção de ideologia com a concepção marxiana, sempre afirmando a importância das relações e condições materiais de produção e das forças produtivas: “[...] o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1999, p. 250).

Segundo Coutinho (2011), para Gramsci a estrutura econômica diz respeito ao “conjunto das relações sociais”, à totalidade. Sendo assim, o “reflexo” “não é um mero epifenômeno, mas algo que tem uma densidade ontológico-social; são muitas as passagens nos *Cadernos* em que ele fala da “solidez” das ideologias”. (COUTINHO, 2011, p. 116-117. Grifos

homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegarmos aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transforma também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (*Ibidem*, 94).

⁴⁴⁵ Segundo Castelo (2011), com base em Liguori (2007), as notas dos Cadernos do Cárcere acerca do conceito de ideologia apontam a influência dos seguintes textos marxianos: Teses sobre Feuerbach, Prefácio de 1859 e a carta engelsiana a Franz Mehring de 14 de julho de 1893. O autor ainda acrescenta outro texto que não fora apontado por Liguori, o 18 Brumário.

do autor). Tal perspectiva fica clara quando Gramsci lança críticas à certa leitura economicista dos escritos de Marx:

A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Gramsci defende a existência de certa reciprocidade entre estrutura e superestrutura, sendo esta reciprocidade exatamente o processo dialético real⁴⁴⁶. Compreende-se, assim, tal como em Marx e Engels (2007) e Gramsci (1999), que a ideologia não se encontra separada das condições materiais de existência e das relações de produção, sendo necessário levar em conta a conexão entre essas condições e relações determinadas com a estrutura social e política. Portanto, as forças materiais (estrutura) “são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática”, pois as forças materiais não poderiam ser historicamente concebíveis sem as ideologias e “as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”. (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Em outra passagem, na nota 19 do caderno 7, além de apontar as superestruturas enquanto realidade objetiva, Gramsci critica o fato de o sentido pejorativo do conceito ter se tornado predominante:

Um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, ao que me parece, deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia [...]⁴⁴⁷.

Além disso, em diferentes passagens e notas, Gramsci defende o valor concreto das superestruturas e uma dimensão positiva do conceito:

Para a filosofia da práxis⁴⁴⁸, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade⁴⁴⁹.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 251.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 237.

⁴⁴⁸ Gramsci ao realizar sua crítica às interpretações vulgares do marxismo em sua época, irá desenvolver uma leitura original do pensamento de Marx, à qual denominou filosofia da práxis.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, p. 388. Cabe salientar que para Gramsci a própria filosofia da práxis (marxismo) pode ser considerada uma ideologia, mas que diferentemente de outras não tem o objetivo de esconder a realidade. Explica ele: “[...] a filosofia da práxis, ao contrário [das demais filosofias], não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas;

Perante tal perspectiva, dois pontos acerca do conceito de ideologia em Gramsci merecem destaque: (1) é possível existir diferentes ideologias; (2) mesmo que tenham por finalidade esconder/inverter a realidade – concepção que se aproxima das de Marx e Engels –, não são sinônimos de falsa consciência, podendo ser consideradas como tal quando arbitrárias, isto é, o que poderia se considerar ideologia em seu sentido fraco. Existe um terceiro ponto a se destacar, pois adquire importância fundamental para as considerações acerca da responsabilidade social empresarial nesta pesquisa: para Gramsci as ideologias também podem esconder as contradições e se configurar como instrumento de dominação:

A crítica das ideologias, na filosofia da práxis, engloba o conjunto das superestruturas e afirma a sua rápida caducidade na medida em que tendem a esconder a realidade, isto é, a luta e a contradição, mesmo quando são “formalmente” dialéticas (como o crocianismo), ou seja, quando desenvolvem uma dialética especulativa e conceitual e não vêm a dialética no próprio devir histórico⁴⁵⁰.

O autor ainda afirma que “as ideologias [...] são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio”⁴⁵¹. Com base nessas premissas defende-se que a responsabilidade socioambiental pode ser entendida como uma forma de manifestação da ideologia social-liberal. Isso não significa dizer que seu surgimento ocorreu primeiramente no mundo das ideias – ou que exista somente enquanto ideia – para posteriormente ser transposta às relações materiais de produção, pelo contrário, significa que foi e é por meio do desenvolvimento contraditório do capitalismo e no âmbito da luta de classes que surgiu e se desenvolveu essa estratégia de educação política⁴⁵².

Para Gramsci, a “adesão ou não-adesão de massas a uma ideologia é o modo pelo qual se verifica a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar”, sendo que as construções arbitrárias são eliminadas historicamente – apesar de poderem gozar de certa

é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas” (GRAMSCI, 1999, 388).

⁴⁵⁰ *Ibidem*. Aqui Gramsci refere-se claramente às interpretações vulgares do marxismo, tais como as de Croce que fazia parte de um grupo idealista de intelectuais italianos.

⁴⁵¹ *Ibidem*, p. 387. Em outra passagem, no mesmo caderno 10, ao analisar a ideia de “liberdade” na proposição de Hegel, o autor aponta que uma corrente “transformou a posição especulativa e contemplativa da filosofia hegeliana numa ideologia política imediata, num instrumento prático de domínio e de hegemonia social [...]” (*Ibidem*, p. 301).

⁴⁵² As estratégias de ação política podem ser consideradas “estratégias de dominação de classe utilizadas pela burguesia a fim de obter o consentimento do conjunto da população para o seu projeto político nas diferentes formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista (capitalismo nos séculos XX e XXI) (MARTINS; NEVES, 2012, p. 540-541). Tais estratégias são denominadas, pelos autores citados, de pedagogia da hegemonia. A partir de tal perspectiva, compreende-se que a responsabilidade socioambiental pode ser incluída no rol dessas estratégias.

popularidade – e “as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre por se impor e prevalecer”⁴⁵³.

Dessa forma, é necessário distinguir entre o que denomina de ideologias orgânicas e ideologias arbitrárias:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.⁴⁵⁴. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma)⁴⁵⁵.

Nessa perspectiva, o social-liberalismo está intimamente ligado ao movimento de renovação ideológica do bloco histórico neoliberal diante de sua crise conjuntural, ou seja, trata-se de uma ideologia orgânica, necessária ao momento histórico de “hegemonia”⁴⁵⁶ das forças progressistas, especialmente nos países onde a socialização da política experimentou acentuada ampliação (ocidentalização)⁴⁵⁷.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 111.

⁴⁵⁴ Gramsci se remete claramente, mais uma vez, ao Prefácio de 1859 onde Marx afirma: “Quando se consideram tais transformações [ocorridas na base econômica e superestrutura], convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (MARX, 2008, p. 48. Grifo nosso).

⁴⁵⁵ *Ibidem*, 237-238.

⁴⁵⁶ Aqui utilizou-se o termo em um sentido diferente do conceito elaborado por Gramsci, designando predomínio, por isso entre aspas.

⁴⁵⁷ É importante destacar que um aspecto importante da dinâmica do social-liberalismo parece estar intimamente ligado: (1) aos resultados das correlações de forças existentes ao decorrer da sucessão de diferentes blocos históricos do modo de produção capitalista; (2) à própria forma histórica de dominação burguesa – que mesmo em momentos autoritários necessita de certo consenso. Tal aspecto diz respeito à constante tentativa da burguesia de atenuar e mistificar ideologicamente os processos de exploração e expropriação das classes subalternas. Exemplos disso podem ser encontrados no Manifesto Comunista de Marx e Engels, no A situação da classe trabalhadora na Inglaterra de Engels e nos Cadernos do Cárcere de Gramsci, como é possível observar respectivamente a seguir: Marx e Engels (1998, p. 64-65) denominaram esse processo de socialismo burguês: “Uma parte da burguesia procura remediar os males sociais para a existência da sociedade burguesa. Nessa categoria enfileiram-se os economistas, os filantropos, os humanitários, os que se ocupam em melhorar a sorte da classe operária, os organizadores de beneficências, os protetores dos animais, os fundadores das sociedades anti-alcoólicas, enfim os reformadores de gabinete de toda categoria [...]”.

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente. Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e dissolvem. Querem a burguesia sem o proletariado. A burguesia naturalmente, concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos. O socialismo burguês elabora em um sistema mais ou menos completo essa concepção consoladora. Quando convida o proletariado a realizar esses sistemas e entrar na nova Jerusalém, no fundo o que pretende é induzi-lo a manter-se na sociedade atual, desembaraçando-se, porém, do ódio que sente por essa sociedade.

Uma segunda forma desse socialismo, menos sistemática porém mais prática, procura fazer com que os operários se afastem de qualquer movimento revolucionário, demonstrando-lhes que não será tal ou qual mudança política, mas somente uma transformação das condições de vida material e das relações econômicas, que poderá ser

De acordo com Castelo (2011, p. 273), cabe destacar que “o receituário-ideal neoliberal e o social-liberalismo não são dois projetos distintos, um conservador, e o outro reformista que busca superar o primeiro”, mas sim partes do “mesmo programa reformista-restaurador operado por forças políticas diferentes do ponto de vista da sua história e das suas bases sociais”. Dessa forma, o neoliberalismo frente aos processos de “transformismo e cooptação das forças progressistas, [...] passou a atuar como um centrismo conservador, ditando os mesmos objetivos às suas alas da esquerda e da direita, embora cada uma delas tenha métodos ligeiramente diferenciados de dirigir o projeto neoliberal”. Além disso, afirma o autor:

O social-liberalismo comporta, portanto, um duplo movimento: a decadência política e ideológica da social-democracia, esvaziada das suas lutas reformistas na construção de uma via democrático-institucional para o socialismo, e a incorporação de uma agenda social ao neoliberalismo. A resultante destes dois movimentos aparentemente paradoxais entre si, converge em um sentido único: a formação de um novo senso comum, um consenso que ocupa o centro da política mundial e neutraliza as lutas mais radicais de combate às expressões da “questão social”, ou mesmo de eliminação do capitalismo⁴⁵⁸.

Dessa forma, o social-liberalismo apresenta-se como uma ideologia orgânica e bem-sucedida, capaz de criar um novo senso comum baseado no desenvolvimento sustentável e na responsabilidade socioambiental das empresas. Importante destacar aqui a compreensão de Eagleton (1997, p. 62), para quem as ideologias bem-sucedidas:

[...] são aquelas que tornam suas crenças naturais e auto-evidentes - fazendo-as identificar-se de tal modo com o “senso comum” de uma sociedade que ninguém sequer imaginaria como poderiam chegar a ser diferentes. Esse processo [...], leva a ideologia a criar um ajuste tão perfeito quanto possível entre ela e a realidade social, fechando assim a brecha na qual a alavanca da crítica poderia ser introduzida. A realidade social é redefinida pela ideologia

proveitosa para eles. Por transformação das condições materiais de existência esse socialismo não compreende em absoluto a abolição das relações burguesas de produção – que só é possível pela via revolucionária –, mas apenas reformas administrativas realizadas sobre a base das próprias relações de produção burguesas e que, portanto, não afetam as relações entre o capital e o trabalho assalariado, servindo, no melhor dos casos, para diminuir os gastos da burguesia com sua dominação e simplificar o trabalho administrativo de seu Estado” (MARX E ENGELS, 1998, p. 64-65).

Engels (2010, p. 309) ao fazer referência à atitude da burguesia liberal inglesa frente ao proletariado, afirmou o seguinte: “Não se creia, porém, que o inglês “culto” expresse tão cruamente seu egoísmo. Ao contrário, ele o dissimula com a mais vil das hipocrisias. Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade!”.

Em Gramsci (2001, p.188) aparece a seguinte menção em uma nota sobre a cultura italiana: Na Itália, “[...] são abundantes as obras pias e as doações beneficentes: talvez mais do que em qualquer outro país. E devidas à iniciativa privada. É verdade que são mal administradas e mal distribuídas. (Estes elementos devem ser estudados como vínculos nacionais entre governantes e governados, como fatores de hegemonia [...]).”

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

para tornar-se coextensiva a ela, de tal maneira que se obstrui a verdade de que foi a realidade, de fato, que engendrou a ideologia.

Para garantir sua legitimidade a classe dominante deve se apropriar de valores e interesses específicos de determinada época e/ou lugar, universalizando-os (EAGLETON, 1997, p. 60). Para se universalizar, as ideias e os interesses da classe dominante precisam se transformar em crenças naturais, em senso comum – que é expresso de forma ideal⁴⁵⁹.

Gramsci entende o senso comum como a filosofia das multidões – dos não-filósofos – na qual predominam elementos “realistas” e materialistas, sendo uma “concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (GRAMSCI, 1999, p.114). Em tal concepção as crenças do senso comum produzem normas de conduta,⁴⁶⁰ sendo as estruturas ideológicas a forma pela qual a classe dominante dissemina suas ideias e as transformam em senso comum, buscando imprimir às relações de produção um aspecto ideal, escondendo assim suas contradições. Essas estruturas ideológicas são os aparelhos privados de hegemonia⁴⁶¹.

Assim, é possível afirmar que as ideias disseminadas pela burguesia – por meio de seus intelectuais e aparelhos privados de hegemonia –, acerca das possibilidades de criar soluções perenes ou temporárias para as questões ambiental e social no âmbito do próprio sistema, tornaram-se senso comum. É isso o que faz, por exemplo, com que ninguém atualmente seja racionalmente contra a preservação ambiental e o “alívio” ou “combate” à pobreza. Aliás, fazer com que essa concepção viesse a ser naturalizada, tornar-se senso comum, foi um passo

⁴⁵⁹ De acordo com Marx e Engels: [...] toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

⁴⁶⁰ De acordo com Gramsci: “Referências ao senso comum e à solidez de suas crenças encontram-se frequentemente em Marx. Contudo, trata-se de referências não à validade do conteúdo de tais crenças, mas sim à sua solidez formal e, conseqüentemente, à sua imperatividade quando produzem normas de conduta. Aliás, em tais referências, está implícita a afirmação da necessidade de novas crenças populares, isto é, de um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais” (1999, p. 118-119). Para Gramsci, essa nova filosofia é a filosofia da práxis que, para se tornar filosofia das massas, deve ter como ponto de partida o próprio senso comum (pois há nesse senso comum elementos do bom senso que se contrapõe a ele. Seria seu núcleo sadio “que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente” (*Ibidem*, p. 98).

⁴⁶¹ Gramsci afirma que as estruturas ideológicas formam um “complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante”. Afirma ele: “A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. Não se explicaria a posição conservada pela Igreja na sociedade moderna se não se conhecessem os esforços diuturnos e pacientes que ela faz para desenvolver continuamente sua seção particular desta estrutura material da ideologia (2001, p. 78).

importante para a ideologia da responsabilidade socioambiental e a consequente intervenção burguesa nas diferentes frações do território.

Nessa concepção, o “empresariado social” teria lugar de destaque, pois a “cultura empresarial” contribuiria com a ampliação da riqueza que poderia ser melhor distribuída a partir de práticas de responsabilidade social e de cidadania corporativa, ou seja, “a ética nos negócios levaria a uma melhor redistribuição da renda e da riqueza” (CASTELO, 2011, p. 285). Tal concepção é amplamente disseminada pelas corporações, como é possível observar em diversos documentos da Fibria⁴⁶².

Nota-se que há uma constante renovação do senso comum, tendo em vista que a burguesia e seus intelectuais buscam, sempre que necessário, “[...] a superação de um determinado senso comum para a criação de um outro, mais adequado à concepção do mundo do grupo dirigente” (GRAMSCI, 1999, p. 116), daí a necessidade de as empresas se utilizarem da ideologia da responsabilidade socioambiental para intervir nas diferentes frações do território, impedindo assim a organização autônoma das classes e frações de classes subalternas, contendo os conflitos. Trata-se de uma tática de luta de classes da burguesia.

As ideias de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, juntamente com as respectivas práticas a elas ligadas, emergiram da luta de classes e das contradições do desenvolvimento do capitalismo. Se por um lado sujeitos e Ongs de cunho popular e contestatório colocaram na pauta do dia a luta contra os impactos socioambientais do modo de produção capitalista, por outro os intelectuais da burguesia se apropriaram das críticas, filtrando-as de acordo com seus interesses e disseminando-as como senso comum no âmbito da sociedade civil com a finalidade de educar as classes subalternas perante seu projeto político e econômico, e isso se deu e se dá por meio de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), Ongs, escolas e diversos outros tipos de aparelhos privados de hegemonia⁴⁶³.

A legitimação das relações de exploração e dominação encontra na sociedade civil e nos aparelhos privados de hegemonia um forte alicerce. Dessa forma, além da coerção e da

⁴⁶² Como exemplo destaca-se aqui um dentre inúmeros trechos que estão nessa direção: “as organizações devem ser parte da construção de soluções transformacionais para uma sociedade mais justa e sustentável. E é por isso que a empresa cultiva a floresta plantada como fonte de vida, geração de riqueza compartilhada e bem-estar das pessoas.” Disponível em: <http://fibria-institucional-ga.azurewebsites.net/institucional/sobre-a-fibria/>. Acesso em: 27/05/2019.

⁴⁶³ Além disso, a experiência de luta e organização das forças progressistas que aderiram à ideologia social-liberal – tendo em vista que parte “dos ideólogos e lideranças mais representativas do social-liberalismo é composta por ex-membros da esquerda” (CASTELO, 2011, p. 258) – contribuiu com a elaboração, implementação e difusão da responsabilidade socioambiental nas corporações e no interior do aparato de Estado.

violência, as estratégias para educar para o consenso são de extrema importância, especialmente diante da socialização da política no Brasil. A responsabilidade socioambiental apresenta a realidade de forma invertida, inverte-se as reais determinações e impactos da territorialização do capital via setor de celulose. Isto é, a exploração do trabalho e da terra, os dois mananciais de toda a riqueza (MARX, 2013, p. 703), pelo agronegócio da celulose, apresenta-se travestida pelo seu avesso: preservação, responsabilidade, equidade, biodiversidade e harmonia, como é possível observar nas fraseologias disseminadas pela Fibria. O que transparece é apenas o caráter superficial das relações materiais de produção, ou seja, a expressão ideal das relações de exploração e dominação burguesa. A pedagogia política da responsabilidade socioambiental pretende assim reproduzir historicamente e legitimar essas mesmas relações.

Acrescenta-se, como foi possível observar até aqui, que a responsabilidade social não aparece apenas como uma ilusória possibilidade de superação das contradições do desenvolvimento capitalista e dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização do território, pois além de legitimar e promover os interesses das frações das classes dominantes, ela tem como principal função intervir política e ideologicamente nos conflitos socioterritoriais – sendo uma forma de gestão desses conflitos – e na organização das diferentes frações das classes subalternas e do território como estratégia de educação política cuja finalidade é obter o consenso (seja ele ativo ou espontâneo) para seu projeto político⁴⁶⁴.

Dessa forma, identifica-se a responsabilidade socioambiental como expressão da dominação burguesa e “hegemonia” da via social-liberal do neoliberalismo. Diante disso, se faz necessário compreender como essa pedagogia política foi incorporada à direção política da dominação socioterritorial das diferentes frações das classes dominantes a nível mundial.

5.2 DAS CERTIFICAÇÕES À DIREÇÃO POLÍTICA DA DOMINAÇÃO BURGUESA

A mundialização do capital, expressão das alianças entre as frações de classes dominantes a nível mundial⁴⁶⁵ e do capitalismo monopolista do final do século XX

⁴⁶⁴ Os programas e projetos implementados e desenvolvidos pelas corporações são os meios pelos quais a ideologia da responsabilidade socioambiental se materializa, ou seja, são eles que lhes dão suporte material. Não se trata, pois, apenas de fraseologias, mas sim de uma forma de coerção econômica travestida de consenso.

⁴⁶⁵ Considera-se que essa concepção apresentada por Oliveira (2012) deve ser tratada com ressalvas, pois tais alianças não eliminaram (e nem poderiam) a disputa pela direção política entre as diferentes frações da burguesia, muito menos a hegemonia política do capital financeiro e da burguesia a ele associada frente a burguesia interna existente no Brasil, por exemplo. Dessa forma, diferente do autor, a análise aqui apresentada não parte da tese de que as burguesias nacionais se uniram ou se mundializaram no seio das empresas mundiais – e nem a da existência de tal fração burguesa no Brasil –, principalmente quando se leva em consideração a relação de forças entre formações econômicas imperialistas e dependentes (mesmo quando consideradas subimperialistas, como no caso

(OLIVEIRA, 2012), além de ter viabilizado as associações entre empresas nacionais e internacionais e compras e fusões de monopólios, também permitiu a criação de uma forma de regulação da produção mundial, como pode-se notar no caso das *commodities* e da difusão dos selos verdes, da *International Organization for Standardization* (ISO) e das certificações.

Ao processo de produção, distribuição, circulação e consumo das mercadorias se impôs algumas “barreiras” que servem como formas de direção política em todas as escalas geográficas, viabilizadas principalmente pelos organismos multilaterais e Estados nacionais em benefício das empresas oligopolistas mundiais. Tais organismos são: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outros.

De acordo com Martins e Neves (2012, p. 541), esses organismos podem ser considerados intelectuais coletivos da burguesia, responsáveis por implementar estratégias ligadas à pedagogia da hegemonia por meio de políticas públicas que expressam os interesses das frações da classe dominante. Tal estratégia além de “promover a assimilação subordinada das várias frações da classe trabalhadora ao projeto dominante”, como apontado anteriormente,⁴⁶⁶ também tem como finalidade “educar as frações subordinadas da classe dominante, de modo a torná-las corresponsáveis pelo projeto político do capital em seu conjunto. Isso significa que a pedagogia da hegemonia viabiliza também o fortalecimento da classe dominante, tornando-a mais coesa e orgânica”⁴⁶⁷.

brasileiro). Concorde-se com Martuscelli (2018, p. 60) quando afirma que “a interna[ciona]lização do capital provocou a emergência de novas formas de fracionamento de classe” e não a formação de uma classe dominante mundial unificada. Nessa perspectiva, na “existência de uma dada fração burguesa, podem se entrecruzar e se combinar quatro variáveis principais: escala do capital (grande, médio e pequeno), função do capital (industrial, comercial e bancário), tipo de desenvolvimento capitalista à qual está vinculada (prioridade dada ao mercado interno ou ao mercado externo) e posição no sistema econômico capitalista internacional (burguesia associada, burguesia nacional e burguesia interna). Incorporamos nesta análise a variável “tipo de desenvolvimento capitalista”, pois o capitalismo dependente parece estar profundamente marcado por formas históricas específicas de dependência, nas quais ora predomina o desenvolvimento voltado para o mercado externo, ora aquele direcionado ao mercado interno. A alternância dessas formas de dependência produz efeitos sobre o processo de formação de frações de classe e de suas tendências ideológicas nessas formações sociais” (*Ibidem*).

⁴⁶⁶ Respectivamente no subitem 5.1.

⁴⁶⁷ Importante destacar, ainda de acordo com os autores, que as “estratégias implementadas no âmbito da pedagogia da hegemonia pela classe dominante não substituem o uso da força como instrumento de dominação de classe no mundo contemporâneo. Coerção e consenso são estratégias de dominação específicas e inerentes às relações sociais capitalistas”. Contudo, devido ao crescimento das lutas e dos movimentos sociais – juntamente com o processo de socialização da política –, “o uso da força, quando empregado, é revestido por uma estratégia de legitimação dirigida ao conjunto da sociedade para justificar tal medida” (*Ibidem*).

Para os autores, a partir dos anos 1990 a pedagogia da hegemonia ganhou novos contornos, sendo que em “vez de defender a superioridade do capitalismo sobre o socialismo”, como ocorria anteriormente, “procura afirmar o capitalismo como a única solução possível para a humanidade”⁴⁶⁸. Dessa forma:

[...] as estratégias da nova pedagogia da hegemonia [...] procuram difundir mundialmente a possibilidade da coexistência do mercado com a justiça social, conquistada a partir da concertação social, ou seja, a partir da participação de “todos os indivíduos” na resolução harmônica de conflitos de interesse pessoal ou grupista (MARTINS; NEVES, 2012, p. 543)

Compreende-se que as chamadas “barreiras não-tarifárias” podem ser consideradas exemplos dessa relação pedagógica (ou relação de “hegemonia”). Trata-se de restrições diversas impostas à entrada (circulação) de mercadorias, principalmente as produzidas nos países dependentes, como é o caso do Brasil, para o abastecimento dos países imperialistas (produtos primários, via de regra). Tais restrições versam sobre questões ambientais, trabalhistas, políticas e sociais baseadas nas políticas neoliberais disseminadas pelos já citados intelectuais coletivos da burguesia, por meio de suas conferências e de seus tratados, além dos programas e acordos internacionais. Alguns dos importantes exemplos ligados à atuação socioambiental de instituições financeiras, Estados e corporações, são: a Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano da ONU, o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), o Protocolo de Kyoto (1997), a Agenda 21, a Rio+20, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), dentro outros.

Defende-se aqui a possibilidade de compreender os organismos multilaterais supracitados como formações que funcionam como partidos políticos internacionais que atuam “em cada nação com todas as suas forças internacionais concentrada”, tal como compreendeu Gramsci (2007, p. 42) em relação ao Rotary Club, a maçonaria, dentre outros. Acrescenta-se, endossando a análise anteriormente citada de Martins e Neves (2012), que tais formações “podem ser incluídas na categoria social dos “intelectuais”, cuja função, em escala internacional, é a de mediar entre os extremos, de “socializar” as descobertas técnicas que fazem funcionar toda atividade de direção, de imaginar compromissos e alternativas entre soluções extremas”⁴⁶⁹.

Nessa perspectiva, uma série de normas, acordos e diretrizes passaram a ser elaboradas, especialmente a partir da década de 1990, com a finalidade dirigir politicamente o processo de

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 542.

⁴⁶⁹ *Ibidem*.

mundialização do capital – e sua consequente territorialização e monopolização do território – , tendo as certificações e os selos como supostos comprovantes de uma conduta social e ambientalmente responsável das grandes corporações – mas que, na verdade, servem para intervir política e ideologicamente nas diferentes frações do território. Observa-se que a responsabilidade social dentre outros mecanismos pedagógicos – destinados à produção de consensos – foram implementados e disseminados nos países do Sul global concomitantemente ao processo de transferência das atividades industriais de maiores impactos socioambientais para tais países. Aqui cabe destacar o entendimento de Gramsci acerca das relações pedagógicas, para o autor toda *“relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais”* (GRAMSCI, 1999, p. 399. Grifo nosso).

Como afirmou Chesnais (2003, p. 70), é por meio dos países do Sul que se pode compreender “que a destruição de qualquer forma de resistência política das populações é a condição para que a pilhagem dos recursos naturais se amplifique”. Os autores, mesmo que adotando outra perspectiva de análise, citam como exemplos desse processo os programas desenvolvidos pelas organizações econômicas internacionais (aqui entendidas como intelectuais coletivos da burguesia), que deram prosseguimento às políticas neoliberais em benefício dos grupos financeiros e da privatização dos serviços públicos – como foi o caso da atuação do Banco Mundial durante o período de ajuste estrutural do Estado brasileiro, nas décadas de 1980 e 1990, apontado no capítulo 3.

Diante dessas considerações, cabe primeiramente compreender como funciona o processo de direção política entre as frações da classe dominante. Para tanto, considera-se que o conceito gramsciano de relações de força pode ser útil. Gramsci (2007, p. 36-46), na nota 17 do caderno 13, identificou três momentos das relações de força: (1) a relação de forças sociais; (2) a relação das forças políticas; e (3) a relação das forças militares.

O primeiro momento corresponde à relação de forças sociais ligadas à estrutura que tem como base o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, permitindo “estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para uma sua transformação, ou seja, permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições [...]”. O segundo momento, das forças políticas, avalia o “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançados pelos vários grupos sociais”. Tal momento “pode ser analisado e diferenciado em vários graus,

que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora”. O terceiro e último momento corresponde as forças militares que seria “imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta e que possui dois graus: “o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de político-militar”, que “se apresentam numa grande variedade de combinações”⁴⁷⁰.

Para Gramsci esses diferentes, mas interligados momentos da relação de forças, contribuem com as análises histórico-políticas, permitindo por um lado não cair no excesso de “economicismo” e, por outro, no excesso de “ideologismo”. Constituem-se em princípios de pesquisa e de interpretação que podem contribuir com a “justa análise das forças que atuam na história de um determinado período”. Nessa perspectiva, supõe-se que os apontamentos do autor sobre o momento das relações de forças políticas (segundo momento) podem contribuir para a análise da atividade de direção política dos grupos dirigentes e intelectuais coletivos das classes dominantes que desenvolvem e implementam aquilo que se denominou anteriormente de mecanismos pedagógicos – que também podem ser concebidos como relações de “hegemonia” ou relações pedagógicas – destinados a educar para o consenso, tanto as frações subordinadas da classe dominante quanto as classes subalternas.

O momento da relação das forças políticas, ou seja, da “avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”, pode ser analisado em três graus distintos: o econômico-corporativo, quando ocorre a solidariedade entre representantes da mesma fração de classe, mas não do grupo (ou classe) social mais amplo; o da “consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico”; e o último “em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”⁴⁷¹. Esta última fase é a mais estritamente política e que:

[...] assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em "partido", entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 40-41.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 41.

plano "universal", criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados⁴⁷².

Primeiramente, é importante destacar que os três graus das relações de forças políticas implicam-se reciprocamente, de acordo com as atividades econômico-sociais e as diferentes frações do território, expressando uma organização econômica e política própria.

No tocante à hegemonia de um grupo social fundamental sobre os demais grupos subordinados, atreve-se aqui defender que a fração dirigente das classes dominantes é a burguesia associada ao capital financeiro internacional⁴⁷³. Nota-se que atualmente o capital portador de juros se situa no centro das relações econômicas e sociais e que as instituições financeiras (bancárias e não bancárias, como o caso dos fundos de pensão, fundos mútuos, etc.) adquiriram papel elementar na acumulação de capital⁴⁷⁴. No campo, o processo de financeirização das corporações do agronegócio tem impulsionado sua expansão, bem como a centralização e concentração de capital nos diferentes setores agrícolas.

As instituições financeiras têm papel fundamental na disseminação e implementação dos mecanismos pedagógicos destinados a educar para o consenso, pois é a partir de suas prerrogativas para concessão de financiamentos, bem como para adquirir produtos e serviços, que os grandes monopólios são impelidos à (re)ajustar o seu modelo organizacional à pedagogia política da responsabilidade socioambiental, criando assim projetos socioambientais⁴⁷⁵. Tal

⁴⁷² *Ibidem*.

⁴⁷³ Gramsci compreende que uma classe (ou fração de classe) para ser hegemônica precisa levar em conta “os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida”, formando “um certo equilíbrio de compromisso”. Assim, o grupo dirigente deve fazer sacrifícios dentro da ordem econômico-corporativa, mas sem que isso afete seus principais interesses: “dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2007, p. 48). Cabe ainda destacar, por meio do entendimento de Cospito (2017), que para Gramsci uma classe é hegemônica quando possui a direção das classes e frações de classe aliadas e o domínio das classes subalternas.

⁴⁷⁴ Provavelmente o principal intelectual marxista a defender essa perspectiva teórica é François Chesnais. Dentre outras, as obras do autor que caminham nessa direção são os livros: *A mundialização do capital*; *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*; e *A finança mundializada*.

⁴⁷⁵ Vide a atuação do BNDES, analisada ao decorrer do capítulo 2. Também observa-se a incorporação de tal pedagogia política pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Cabe lembrar o importante papel do social-liberalismo petista nesse processo, ou seja, a forma de intervenção político-ideológica das classes dominantes possui íntima relação com o entrelaçamento entre as relações internas dos diferentes Estados-Nação com as relações internacionais, “criando novas combinações originais e historicamente concretas”, como bem destacou Gramsci (*Ibidem*, p. 42). Destaca-se ainda que, para além da atuação do BNDES, o Estado também se tornou – especialmente durante o social-liberalismo petista – indutor da adoção de mecanismos pedagógicos ao estabelecer leis e decretos que regem as licitações das compras públicas. Exemplos disso são: a Lei Federal nº 12.349, em 15 de dezembro de 2010, que vincula as licitações e compras públicas ao princípio constitucional de promoção do desenvolvimento nacional sustentável; e a promulgação do Decreto nº 7.746/2012 que “definiu prazos e regras aos órgãos e entidades da administração pública federal para operacionalizarem este princípio, construindo planos de aquisição e contratação de bens e serviços que considerem critérios e práticas de sustentabilidade nos editais da contratação ou compra” (FSC, 2018, p. 3).

afirmação se verifica quando observado que a evolução da responsabilidade social está intimamente ligada à atuação das instituições financeiras, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 16: Evolução recente da responsabilidade socioambiental

ANO	EVENTOS	CONTEÚDO
1992	a) Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente b) Declaração Internacional dos Bancos para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	a) Incorporação de aspectos socioambientais na gestão e nas estratégias de negócio das instituições financeiras. b) Estabelecimento de compromisso das instituições financeiras com a sustentabilidade ambiental, que deve levar em consideração três aspectos: (i) a inserção do risco ambiental na avaliação de investimentos e financiamentos; (ii) o apoio ao desenvolvimento de produtos e serviços que promovam a proteção do meio ambiente; (iii) as operações internas, incluindo a adequada administração do consumo de energia, águas e matérias em geral.
1995	Protocolo Verde (Atualizado em 2008)	Princípios e diretrizes de políticas e práticas socioambientais firmados pelos bancos públicos brasileiros. Na Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável, os signatários reconheceram seu papel na contínua melhoria do bem-estar da sociedade e da qualidade do meio ambiente. Compromisso semelhante foi assinado pelos bancos privados em 2009.
1997	a) Global Reporting Initiative (GRI) b) Modelo IBASE para relatório social	a) Desenvolvimento de padrão internacional para a edição de relatórios de sustentabilidade que abordam informações sociais, ambientais e econômicas das instituições. b) Modelo de divulgação de ações de natureza social lançado em 1997 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), fundado em 1981, pelo sociólogo Herbert de Souza.
1999	Índice Dow Jones de Sustentabilidade (Dow Jones Sustainability Index – DJSI)	Índice criado com o objetivo de oferecer informações mais precisas sobre o modelo de gestão de empresas e o compromisso com ética, meio ambiente e aspectos sociais. Permite não apenas acompanhar o desempenho financeiro das ações das empresas listadas na Bolsa de Nova York, mas também o monitoramento e a aferição do grau de sustentabilidade social e ambiental. Em seguida, outros países criaram referenciais do gênero, como a Inglaterra, em 2001; a África do Sul, em 2003; e o Brasil, em 2005.
2000	Pacto Global (Global Compact) da Organização das Nações Unidas	Iniciativa criada para empresas comprometidas alinharem operações e estratégias com base em dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. É uma estrutura básica para desenvolvimento, implementação e divulgação de políticas e práticas de sustentabilidade, e oferece aos

		participantes visão ampla de fluxos de trabalho, ferramentas de gestão e outros recursos.
2003	Princípios do Equador	Estrutura de gestão de risco composta por dez princípios, adotada pelas instituições financeiras para identificar, avaliar e gerenciar risco social e ambiental em projetos com valores superiores a US\$ 10 milhões. Tem por objetivo fornecer um padrão mínimo para apoiar as tomadas de decisão de maneira diligente e responsável. Os princípios são baseados nos padrões de desempenho estabelecidos pelo Internacional Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial.
2005	Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA	Ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBOVESPA comprometidas com os princípios de gestão sustentável, com foco em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa.
2006	Princípios para o Investimento Responsável (PRI)	Compromisso internacional dos principais investidores institucionais e gestores de ativos com boas práticas socioambientais. O PRI foi lançado oficialmente na Bolsa de Valores de Nova York, depois em Paris, e lançado no Brasil em maio de 2006. O PRI, cuja adesão é voluntária, consiste na observância de seis princípios básicos que incorporam as questões sociais, ambientais e de governança corporativa às práticas de análise, decisão e gestão de investimentos.
2012	a) Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde Inclusiva b) Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI)	a) Compromisso voluntário lançado em 2012, na Rio+20, pela Rede Brasileira do Pacto Global. b) Iniciativa de teor semelhante ao PRI aplicável às empresas de seguro. Lançada em 2012 no Rio de Janeiro, durante a Rio+20.
2014	Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho	Compromisso de respeitar os direitos humanos e promover trabalho decente em suas atuações, construindo critérios para fornecedores diretos e clientes, e disseminando os princípios na cadeia de valor.

Fonte: Guia de Responsabilidade Socioambiental (2015). Organizado pelo autor.

A criação e disseminação dos selos e ISOs, das normas e certificações, podem ser concebidas como compromissos e alternativas que compõem a atividade de direção da burguesia em nível mundial, especialmente sob a direção política do capital financeiro e de seus intelectuais coletivos. Dessa forma, as normas e certificações estabelecidas para dirigir a produção mundial de celulose são impostas como condicionantes necessárias à concorrência no mercado internacional.

Foram criados, inclusive, índices de valores destinados a mensurar e medir o desempenho das ações de empresas que adotam a pedagogia política da responsabilidade socioambiental. A Fibria, por exemplo, esteve listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI EM) da NYSE, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) B3 e no Índice Carbono Eficiente (ICO2) que é um dos índices de sustentabilidade da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), além de ocupar o ranking Sustainalytics que classifica a sustentabilidade das empresas segundo seu desempenho ambiental, social e de governança⁴⁷⁶.

Para o setor de celulose é estabelecido um padrão relacionado à sua atividade essencial que é o monocultivo de eucalipto, chamado de manejo florestal. Segundo a empresa, o objetivo de seu manejo florestal é “o abastecimento de madeira de eucalipto para as Unidades Industriais [...], observando parâmetros de produtividade, qualidade, baixo custo e responsabilidade ambiental e social, *de modo a assegurar a sustentabilidade e a competitividade do empreendimento*” (FIBRIA, 2018, p. 13). Entre as diversas normas e certificações aplicadas às empresas que atuam no setor, a Fibria possui as apresentadas no Box II.

Torna-se importante destacar que no contexto mundial a principal organização que atua como parte do processo de direção política da burguesia ligada ao setor de celulose, estabelecendo e impondo normas, é o Forest Stewardship Council (FSC), caracterizado como organização não governamental. Segundo seu documento de princípios e critérios, o FSC é uma organização internacional (não governamental e sem fins lucrativos) que “fornece um sistema de credenciamento voluntário e de certificação de terceira parte independente” e “também define normas para a elaboração e aprovação das Normas de Manejo FSC, que são baseadas nos Princípio e Critérios do FSC”, além de estabelecer “normas para o credenciamento de organismos de avaliação da conformidade (também conhecido como organismos de certificação) que certificam o atendimento às normas do FSC”⁴⁷⁷.

⁴⁷⁶ Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/fibria/por-que-investir-na-fibria>. Acesso em: 25/04/2019. Algumas pesquisas apontam uma relação entre o investimento em responsabilidade socioambiental e o desempenho econômico das empresas. Segundo Arantes (2006), a evolução do valor das ações de empresas que investem em responsabilidade social e sustentabilidade foi maior do que daquelas que não “demonstram esta preocupação” – análise realizada pela autora utilizou dados do período de dezembro/1993 à junho/2004. Diante das constatações apontadas ao longo da tese, é possível afirmar que as empresas que adotam a pedagogia política da responsabilidade socioambiental se destacam nas bolsas de valores e têm suas ações valorizadas justamente por terem maiores condições de garantir a reprodução ampliada do capital – e com ela o exponencial aumento dos lucros e dividendos dos acionistas.

⁴⁷⁷ Cabe destacar que são as certificadoras que realizam o processo e as auditorias para avaliar se as normas e os padrões criados pelo FSC estão sendo cumpridos, e concedem o selo FSC. Tais certificadores são acreditadas por um organismo internacional considerado independente que garantiria capacidade técnica, neutralidade e competência das certificadoras. Disponível em: <https://br.fsc.org/preview.folder-institucional.a-1146.pdf>. Acesso em: 23/08/2021.

BOX II**Certificações****1) NBR ISO 14001**

Esta certificação visa determinação dos requisitos relativos a um Sistema de Gestão Ambiental que permite a Fibria desenvolver e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais, outros requisitos e informações referentes aos aspectos ambientais identificados, de forma a equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição com as necessidades socioeconômicas. Em todas unidades Florestais e Industriais.

2) OHSAS 18001

Esta certificação visa determinação dos requisitos relativos a um Sistema de Gestão com foco em saúde e segurança ocupacional, permitindo que a Fibria sistematicamente controle e melhore o nível da gestão e desempenho em Saúde e Segurança do Trabalho. Local: Terminal Portuário de Santos.

3) Cadeia de Custódia (FSC® e CERFLOR)

Estas certificações visam demonstrar a origem da matéria prima (madeira) utilizada no processo de produção de celulose. Contempla aspectos sociais relacionados a verificação de alguns itens de saúde e segurança. Todas as unidades industriais da Fibria.

4) Manejo Florestal (FSC® e CERFLOR)

Estas certificações visam demonstrar que a Fibria realiza suas atividades florestais corretamente, respeitando requisitos sociais, ambientais e econômicos, conforme estabelecidos em princípios e critérios das normas FSC e do CERFLOR. Todas as unidades Florestais da Fibria.

5) Auditoria Independente do Relatório Anual

Esta certificação visa demonstrar que as informações publicadas no Relatório Anual da Fibria são fiéis aos fatos, com evidências fundamentadas, conforme auditoria realizada por Organismo Certificador Credenciado (OCC).

Fonte: FIBRIA (2017b). Organizado pelo autor.

Segundo o FSC, ele foi criado em 1993 após a Cúpula da Terra que aconteceu durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio 92), onde organizações ambientais, grupos sociais e representantes empresariais se reuniram com “a finalidade de melhorar o manejo florestal ao redor do mundo” (FSC, 2012, p. 1), em “resposta às preocupações sobre o desmatamento global e o destino das florestas mundiais”⁴⁷⁸.

O FSC afirma que sua certificação:

⁴⁷⁸ Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/fsc-brasil/historico>. Acesso em 23/08/2021. Cabe destacar que alguns anos antes (1989) o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais publicou uma declaração identificando formalmente as plantações de árvores como causa do desmatamento e das expropriações ocorridos nos trópicos. Essa questão já havia sido levantada por pessoas e organizações que trabalham junto às comunidades locais atingidas pela expansão das plantações de árvores na Ásia (WRM, 2003, p. 13).

É uma das principais ferramentas de combate ao desmatamento, contribui para o uso responsável dos recursos florestais, promove a manutenção ou melhoria de serviços ecossistêmicos, como o abastecimento de água, formação do solo e valores culturais, ajuda na conservação e regeneração das florestas nativas e da vida silvestre, respeita o bem-estar, a dignidade e os direitos dos trabalhadores, comunidades locais e povos indígenas e agrega grande valor socioambiental aos produtos certificados (FSC, s/d, p. 4).

Em contraposição à essa ideia, um documento elaborado pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais com estudo de casos sobre a certificação de plantações de árvores pelo FSC no Brasil e na Tailândia, chegou as seguintes conclusões:

Primeiramente, as certificações de plantações do FSC estão minando esforços para melhorias ambientais e sociais e fechando as portas para gestão de florestas com base em comunidades. Em segundo lugar, o processo de certificação é caracterizado por informação, participação, consultoria e transparência bem como pesquisa social, política, cultural, econômica e ambiental básica inadequada. O estudo de ambos os casos revela falhas importantes bem documentadas com respeito à conformidade com princípios e critérios do FSC – falhas que, pasmem, não evitaram que operações de plantação recebessem e mantivessem certificações do FSC (WRM, 2003, p. 7).

Entre os pontos relevantes das críticas realizadas pelo WRM às certificações do FSC estão princípios e critérios utilizados nesse processo, especialmente em relação ao entendimento de que plantações podem ser consideradas como florestas potencialmente certificáveis. De acordo com o WRM, através “da certificação, o FSC está também dizendo ao mundo uma inverdade: que plantações são florestas. Fazendo isso, está também enfraquecendo o movimento internacional contra a propagação das monoculturas industriais”⁴⁷⁹. Um artigo publicado pelo movimento em 2017 segue enfatizando a permanência dessa estratégia de lavagem verde adotada pelo aparelho privado de hegemonia dos setores ligados às plantações industriais, especialmente o de celulose:

[...] em 2015, os pequenos proprietários certificados equivalem a apenas cerca de 4% do total de 198,6 milhões de hectares de florestas e plantações certificadas pela organização. Também vale lembrar que o FSC define floresta como “uma área de terra dominada por árvores”. Com essa definição, talvez seja previsível que o FSC continue fazendo a lavagem verde das plantações ao incluí-las em estatísticas como “florestas” certificadas. Na verdade, mais de 17 milhões de hectares do que a entidade vende como “florestas certificadas pelo FSC” em sua página na internet devem ser considerados como plantações

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 2010. Nessa mesma direção está a atuação da Fibria, como é possível observar em um trecho de seu relatório de sustentabilidade: “Apresentar e defender a tese da floresta plantada como centro do negócio é um desafio que a Fibria abraça frente ao setor, à academia e ao consumidor. Afinal, não há consenso sobre o conceito de floresta plantada e entendemos que existe um caminho para engajar o setor nessa discussão importante e crucial para o negócio florestal” (FIBRIA, 2017, p. 16).

– sendo que a grande maioria, provavelmente, é de grandes plantações industriais de árvores que ocupam milhares de hectares⁴⁸⁰.

Destaca-se também, neste sentido, o relatório “Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global”, onde os autores defendem que os mecanismos de certificação se tornaram fatores de expansão das plantações industriais de árvores. De acordo com o relatório grande parte das empresas envolvidas em violações dos direitos das comunidades ou que têm causado danos ambientais já receberam diversos selos internacionais por sua suposta responsabilidade socioambiental (OVERBEEK; KRÖGER; GERBER, 2012).

Nota-se que, mais do que resposta às preocupações acerca do desmatamento, o FSC parece ter surgido como resposta aos movimentos de oposição ao monocultivo de árvores em larga escala e para fins industriais. Tal assertiva, torna possível afirmar que o Forest Stewardship Council (FSC) surgiu como uma organização internacional – ou melhor, um aparelho privado de hegemonia⁴⁸¹ – com a função de legitimar a territorialização do capital no campo e de dirigir politicamente os setores envolvidos nesse processo, como é o caso do setor de celulose, viabilizando assim as condições necessárias para a reprodução das relações capitalistas de produção baseadas em um consenso revestido de coerção.

Agora, para adentrar propriamente na atuação da Fibria e de sua pedagogia política, começar-se-á pela análise de como a burguesia insere seus interesses políticos e econômicos no interior do aparato de Estado. Para tanto, será exposto, de forma sucinta, dois programas criados pelo Instituto Votorantim e implementados na área sob análise.

5.3 A ATUAÇÃO BURGUESA NO INTERIOR DO APARATO DE ESTADO

Como foi possível observar anteriormente (especialmente no capítulo 2 e 3), o Estado educa o consenso por meio das associações da sociedade civil – destinando recursos e implementando normas e diretrizes (muitas vezes elaboradas pelos intelectuais coletivos da burguesia) –, utilizando-as para exercer um poder político-ideológico de classe a partir de programas e projetos que podem ser considerados pedagógicos. Mas o Estado também sofre a

⁴⁸⁰ Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-lavagem-verde-continua-o-fsc-certifica-plantacoes-industriais-de-arvores-como-se-fossem-florestas-e-a-rspo-certifica-plantacoes-de-dendezeiros-como-se-fossem-sustentaveis/>. Acesso em: 17/08/2021.

⁴⁸¹ Aqui cabe destacar as considerações de Fontes (2010, p. 309), quando afirma que a constituição de aparelhos privados de hegemonia, questão analisada por Gramsci para os casos dos EUA e Europa: “[...] se tornaria a forma cosmopolita por excelência da política do capital, organizada tanto nos diferentes planos nacionais quanto em agências e entidades internacionais. Verdadeiras frentes móveis de ação internacional se multiplicavam, ao mesmo tempo procurando capturar as reivindicações igualitárias no plano internacional e reconvertê-las em formas anódinas ou, mais grave, em espaços de atuação lucrativa (FONTES, 2010, p. 309).

intervenção da sociedade civil que, por meio desses mesmos aparelhos privados de hegemonia, forcem-no a adotar determinadas políticas e modificar outras, ampliando-o⁴⁸². Nesse sentido:

[...] o ingresso de integrantes de APHs [aparelhos privados de hegemonia] no Estado restrito – oficial ou oficiosamente – promove a disseminação de políticas estatais efetivas, de escopo mais amplo e extenso do que seria possível à entidade original. Todo o conjunto de recursos estatais (monetários, financeiros, organizativos, legais e publicitários) tornam-se meios potenciais para disseminar as práticas, em parte já testadas na sociedade civil e que correspondem a seus interesses, difundidas agora como “valores” pétreos. O Estado converte-se no “educador” geral para os valores e necessidades de tais frações, que exercem, pois, processos hegemônicos, através de diversas de suas instituições, inclusive escolares (FONTES, 2017, p. 212).

Essa prática de aproveitamento que as classes e frações de classes dominantes fazem dos recursos estatais, com a finalidade de difundir seus interesses por meio de políticas estatais, pode ser identificada nos encontros promovidos pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)⁴⁸³ e sua Rede Temática de Políticas Públicas. Em um desses encontros o então gerente geral do Instituto Votorantim pontuou a importância da articulação entre o investimento social privado e as políticas públicas “que podem gerar um impacto social muito maior do que apenas a ação isolada e pontual dos investidores sociais” e destacou como exemplo “o fato de que muitos municípios podem ter um orçamento anual de até R\$30 milhões para a educação, enquanto um projeto de um instituto tem um investimento, em média, de R\$100 mil”. Segundo ele: “A questão então é: o que eu tenho que fazer para que esses 30 milhões tenham mais resultados. Com os meus R\$100 mil, posso trazer mais ganho de eficiência e isso poderá ter um impacto 10 vezes maior do que o meu impacto direto. Precisamos potencializar o investimento”.⁴⁸⁴

Como apontado durante o capítulo 3, o Instituto Votorantim recomenda que os representantes de suas empresas participem de fóruns e eventos “como oportunidade para colocar em prática o trabalho de articulação” (INSTITUTO VOTORANTIM, 2016, p. 29). Durante a pesquisa foi possível identificar a participação de funcionários da empresa e da empresa que lhe presta consultoria, em conselhos municipais, como é o caso do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Três Lagoas (Consea/MS), do qual faziam

⁴⁸² Destaca-se aqui a já citada tese de Guiot (2015), que investigou os mecanismos utilizados pelas classes e frações de classes dominantes para implementarem seus projetos políticos e econômicos no interior do aparelho de estado por meio de aparelhos privados de hegemonia. No caso, o autor analisou esse processo durante os governos Lula a partir da atuação de associações empresariais no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

⁴⁸³ Como foi apontado no capítulo 3, o GIFE é uma rede de organizações sem fins lucrativos (um dos principais *think tanks* da sociedade civil empresarial) cuja função é dirigir o investimento social privado de seus associados e difundir e implementar a pedagogia da hegemonia.

⁴⁸⁴ Disponível em: <https://gife.org.br/investidores-sociais-debtem-sobre-gestao-publica-e-isp/>. Acesso em: 01/03/2019.

parte a consultora de sustentabilidade da Fibria e um técnico da empresa Simbiose como representantes empresariais da sociedade civil (seus nomes estão presentes nos decretos 161 de 2015 e 059 de 2016, que nomeia os membros do conselho). Essa participação permite que a Fibria participe da formulação, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional locais, inserindo assim seus interesses.

Outro ponto importante a se destacar e que será analisado com mais atenção nesse subitem é a atuação do Instituto Votorantim na gestão direta de políticas públicas por meio de dois programas específicos, são eles: Parceria Votorantim pela Educação (PVE) e Apoio a Gestão Pública (AGP). Em 2008 o Instituto Votorantim criou o programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE), que intensificou sua atuação no interior do aparato de Estado por meio da intervenção político-ideológica nas prefeituras municipais, e em 2012 esse processo se amplificou com a criação do programa Apoio a Gestão Pública (AGP) – que captura recursos do Fundo Social do BNDES. Ambos os programas foram implementados pela unidade da Fibria em Três Lagoas-MS.

A empresa se utiliza de sua “visão” de democracia para defender a atuação no interior do aparato de Estado:

A Fibria entende que, em uma sociedade democrática, é um direito de todos, inclusive empresas, participar do processo de formulação de políticas públicas e discussão de marcos regulatórios. Dessa forma, a companhia procura contribuir com seu ponto de vista por meio do contato direto com autoridades e políticos e/ou na participação em diversas entidades representativas dos setores florestal e de celulose e papel às quais está afiliada para um ambiente político-institucional estável e de marcos regulatórios claros e bem concebidos (FIBRIA, 2015a, p. 88)⁴⁸⁵.

Cabe apresentar de forma sucinta algumas características dos programas supracitados para compreender minimamente como ocorre a atuação da burguesia no interior do aparato de Estado⁴⁸⁶. O Programa de Apoio à Gestão Pública desenvolve planos e projetos ligados ao ordenamento territorial “nas áreas de Saneamento, Mobilidade, Habitação e Plano Diretor. Visa, também, captar recursos para investimentos”, e à modernização da gestão: equilíbrio de

⁴⁸⁵ Nessa perspectiva, cabe destacar a atuação das empresas do setor, por meio de sua entidade associativa, a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), nas discussões acerca da revisão do Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <https://www.sinpesc.com.br/images/publicacoes/02sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 29/05/2018. Na mesma direção, em seu relatório de sustentabilidade a Fibria afirma que: “participa do debate sobre a formulação de políticas públicas e da discussão de marcos regulatórios que tragam segurança jurídica para o desenvolvimento de negócios e da sociedade de maneira sustentável” (FIBRIA, 2017a, p. 42).

⁴⁸⁶ Não será possível analisar as ações concretas desses programas, pois escapa dos objetivos da pesquisa. Tal empreitada poderá ser retomada em outro momento.

contas, captação de recursos, atração de investimentos, entre outros”⁴⁸⁷. Desenvolvido a nível nacional, teve início em Três Lagoas durante o ano de 2015 e contou com dois marcos: primeiro município não capital a receber tal iniciativa e, também, primeira parceria no âmbito desse projeto que contou com a participação de instituições privadas. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) colabora com o Projeto Três Lagoas Sustentável, que faz parte do Programa de Apoio à Gestão Pública desenvolvido pelo Instituto Votorantim e pelo BNDES⁴⁸⁸, cujo objetivo seria apoiar projetos de modernização da gestão pública e ordenamento territorial.⁴⁸⁹

A prerrogativa de uma suposta cooperação entre o setor público e privado, fica evidente nos relatórios elaborados pelo BID, mais do que isso, nota-se um anseio em tornar o setor privado o principal responsável pela condução do suposto desenvolvimento sustentável (exatamente o espírito neoliberal contido na ideologia da responsabilidade social empresarial). Nesse sentido, o representante do BID no Brasil destacou no Relatório de Atividades do Instituto Votorantim (2015) o seguinte: “Consideramos as parcerias com o setor privado e a sociedade civil fundamentais para projetos consistentes de desenvolvimento, e o Instituto Votorantim tem sido um parceiro extremamente alinhado com as nossas aspirações⁴⁹⁰”.

A primeira proposta do programa foi elaborar uma revisão do Plano Diretor Participativo da cidade, além do Plano de Ação que teria como metodologia a Cidades Emergentes e Sustentáveis – CES⁴⁹¹, do BID. O discurso do desenvolvimento sustentável permeia todos os projetos, os informes e as metodologias investigativas elaboradas pelo Banco com a pretensão de provar que todos seus esforços estariam voltados para a concretização de um tipo de desenvolvimento econômico que supostamente traria consigo benefícios sociais e ambientais. Segundo o Informe de Sustentabilidade do Banco:

En el BID trabajamos junto con nuestros países miembros para asegurarnos de que los mecanismos correctos estén en marcha para que sus esfuerzos de desarrollo resulten más sostenibles. Nuestro compromiso radica en reforzar los sistemas nacionales de sostenibilidad de sus países miembros, con la

⁴⁸⁷ Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/wp-content/uploads/2016/03/apoio-gestao-publica-infografico.pdf>. Acesso em: 01/05/2017.

⁴⁸⁸ Também são parceiros do projeto a Fibria e o Instituto Arapyaú (associação sem fins lucrativos empenhada na promoção do desenvolvimento sustentável).

⁴⁸⁹ Cabe lembrar que em 2015 o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passou a dirigir intelectualmente a intervenção político-ideológica das empresas do Grupo nas áreas onde atuam por meio do programa ReDes

⁴⁹⁰ Disponível em: <http://www.programaredes.com.br/com-parcerias-do-bndes-e-do-bid-redes-avanca/>. Acesso em: 01/05/2017.

⁴⁹¹ Segundo o relatório do BID, “a metodologia CES contempla o levantamento e a semaforização de indicadores, que estão classificados dentro dos mesmos 10 temas avaliados pelo Diagnóstico. A partir desses indicadores, a metodologia prevê a apuração do Índice de Competitividade”. (BID, 2016, p.14).

intención de usar estos sistemas para diseñar, ejecutar y evaluar operaciones financiadas por el Banco (BID, 2016, p. 12).

A atuação desse intelectual coletivo da burguesia contribui para a implantação e legitimação do processo de empresariamento das políticas públicas, especialmente as de cunho social. Segundo o relatório da empresa:

Por meio do Programa de Apoio à Gestão Pública (PAGP), iniciado há três anos, a Fibria auxilia e incentiva as prefeituras de Três Lagoas e Brasilândia na implementação de melhorias nos indicadores econômicos, ambientais, sociais e de infraestrutura. A partir de apoio técnico, a iniciativa promove o desenvolvimento dessas cidades no longo prazo, em conjunto com gestores públicos e a sociedade. Ao longo dos anos, o trabalho contou com diversos parceiros, entre eles o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto Arapyau e Instituto Votorantim⁴⁹².

O Programa que é apresentado como apartidário, foi adotado como plataforma de governo pela gestão municipal de Três Lagoas (2017-2020) (FIBRIA, 2017)⁴⁹³. Além de Três Lagoas, o programa também foi implantado no município de Brasilândia. Segundo os dados da Fibria, os resultados nos dois municípios até 2017, com 27 meses de projeto, foram: 140 mil pessoas impactadas; 6.500 seguidores nas redes sociais; 1.060 entrevistados em Três Lagoas; 600 pessoas consultadas para a produção do plano de Três Lagoas; 320 pessoas em capacitações e workshops; 70 técnicos e especialistas envolvidos; 50 instituições envolvidas; 31 eventos realizados⁴⁹⁴.

Foram entregues, em 2016: Plano Diretor Participativo (implantação em Brasilândia e revisão em Três Lagoas); Projeto Três Lagoas Sustentável (mais de 130 indicadores e 4 estudos de base divididos em 3 eixos estratégicos, com sugestões de ações); criação da Rede de Monitoramento Cidadão em Três Lagoas; criação do Conselho da Cidade de Brasilândia. Em 2017: Plano Plurianual em Três Lagoas; institucionalização da Rede de Monitoramento Cidadão em Três Lagoas; fortalecimento do Conselho da Cidade de Brasilândia; Plano de Ação para Transparência nos dois municípios⁴⁹⁵.

O Plano de Ação Três Lagoas Sustentável é conduzido pelo CES e considera quatro dimensões: sustentabilidade ambiental e mudanças do clima, sustentabilidade urbana, sustentabilidade fiscal e governança, e

⁴⁹² Disponível em: <http://r2017.fibria.com.br/nossos-relacionamentos/relacionamento-com-a-comunidade/#rede-responsavel>. Acesso em: 28/05/2017.

⁴⁹³ Aqui destaca-se a afirmação de Fontes (2017, p. 235), de que “[...] a sociedade civil empresarial lança-se novamente à ocupação do Estado [...]”, solapando a dinâmica burguesa clássica baseada na aparência da competição partidária oficial pelo hegemonismo. Dessa forma, o programa e o método são preestabelecidos independentemente do partido eleito, sendo este coagido a atuar nos limites do projeto empresarial para não perder as “parcerias” e ser taxado de incompetente.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

⁴⁹⁵ *Ibidem*.

competividade da economia. Técnicos realizaram um mapeamento dos temas mais críticos da cidade, a partir de estudos e consulta à sociedade, e trabalharam em sugestões para o crescimento sustentável. Ao fim do diagnóstico, seis temas prioritários foram apresentados, em três linhas estratégicas de atuação, que se desdobram em 92 ações. Como parte do monitoramento cidadão, foi criado um grupo de coordenação, formado por representantes de 31 instituições da cidade, para contribuir na elaboração do documento e acompanhar a implementação do planejamento municipal⁴⁹⁶.

De acordo com Fontes (2017, p. 235), a atuação de aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial “na gestão direta das políticas públicas, quer seja na educação ou na gestão direta de localidades (estados ou municípios)” representa uma prática “utilizada para converter reivindicações sociais populares expressas em formas associativas muitas vezes embrionárias em suportes de APHs fortemente financiados pelo empresariado no Brasil”.

Ao analisar esse ativismo empresarial, a autora afirma que:

A política pública torna-se equivalente à gestão empresarial, com consequências imediatas. Em primeiro lugar, a obediência às diretrizes emanadas pela direção (definida pelos empresários e acatada pelos eleitos) é a redução de qualquer protagonismo popular. Estes, como trabalhadores, devem encaminhar sugestões e fazer petições. Em seguida, a desqualificação da própria política oficial, uma vez que não importa quem tenha sido eleito ou sob qual programa, o roteiro administrativo estará traçado e o setor empresarial tem os meios – econômicos e midiáticos – para denunciar e, eventualmente, impedir uma gestão que destoe de sua programação. Uma terceira consequência é o apagamento de qualquer traço das conquistas populares no programa, na gestão e avaliação da coisa pública: para o empresariado, a eficiência na gestão dos recursos está longe de significar a construção de processos igualitários, universais, algo que os processos eleitorais de massa acenam como possibilidade. Ao contrário, trata-se de reduzir impostos para o empresariado sem tocar na massa de impostos paga pela grande maioria da população⁴⁹⁷.

No Parceria Votorantim pela Educação (PVE)⁴⁹⁸, que teve início em 2008, em 2017 estava presente em 16 estados brasileiros, com ações realizadas em 707 escolas, 473 gestores das secretarias municipais capacitados, a participação de 1.130 diretores e coordenadores de escolas municipais, 51 municípios e 47.978 pessoas mobilizadas entre alunos, pais, responsáveis e demais sujeitos da comunidade escolar. O Grupo afirma que o objetivo do

⁴⁹⁶ Disponível em: <http://www.fibria.com.br/r2016/pt/projeto-horizonte-2.html#sustentabilidade-na-cadeia-de-valor>. Acesso em: 22/08/2018.

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 233-234.

⁴⁹⁸ Uma análise pormenorizada sobre a intervenção da Fibria nas escolas no/do campo no estado de Mato Grosso do Sul, encontra-se em Lemes (2014).

programa é “contribuir para a melhoria da educação pública nos municípios onde há operações da Votorantim e atua em parceria com as prefeituras e secretarias municipais de Educação”.⁴⁹⁹

As ações do Programa Parceria Votorantim pela Educação (PVE), no estado de Mato Grosso do Sul, atingem 24 escolas e 5 mil estudantes nos municípios de Brasilândia, Selvíria e Água Clara. O programa possui uma matriz de competências que analisa gestores educacionais e escolares por meio de: processos de gestão; registro de documentação; acompanhamento de aprendizagens; constituição de equipe colaborativa; parcerias e mobilização social; articulação das ações da escola e políticas da rede; formação continuada e gestão de recursos. O programa também busca formar lideranças da sociedade civil para mobilização pela educação, a atuação social de estudantes, famílias e comunidade na educação e a atuação de coletivos sociais organizados pela educação (INSTITUTO VOTORANTIM, 2016, p. 13).

Segundo o website da empresa:

Dentre as estratégias do PVE, está a aplicação dos Indicadores de Qualidade na Educação (Indique) cujo propósito é analisar o ambiente escolar e identificar oportunidades de melhoria e os pontos fortes de cada escola. Essa análise é realizada pela comunidade por meio da aplicação de questionários e encontros periódicos⁵⁰⁰.

A coordenadora de sustentabilidade da Fibria em Três Lagoas/MS afirmou que o PVE se trata de uma “ferramenta para o aprimoramento das políticas municipais de educação por meio do fortalecimento das competências dos gestores educacionais e escolares. O engajamento da comunidade fortalece ainda mais as ações que buscam o progresso contínuo da educação nos municípios”⁵⁰¹.

Dentre os parceiros estabelecidos pelo Instituto Votorantim, no interior do PVE, estão o Instituto Alana, a Fundação Lemann e o Movimento Todos pela Educação. Ao se referir às entidades, fundações e institutos empresariais que realizam parcerias com escolas públicas, seja em nível federal, estadual ou municipal, Fontes (2017, p. 227) enfatiza: “Em todos os casos, a atuação da sociedade civil empresarial apresenta-se como apartidária e apolítica e exclusivamente voltada para a “melhoria da educação”, forma de não apenas promover consensos, como de capturar as inquietações populares”. Em outro momento a autora afirma que grandes empresas “passam a “adotar” escolas, no que chamam de atuação “cidadã” ou

⁴⁹⁹ Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/programas-e-projetos/pve-2019/>. Acesso em: 09/09/2018.

⁵⁰⁰ Disponível em: <http://fibria-institucional-qa.azurewebsites.net/comunicacao/noticias/>. Acesso em: 18/08/2018.

⁵⁰¹ *Ibidem*.

“responsabilidade social”, forjando alunos à sua imagem e modelando-os no contexto de uma privatização que passa a se enraizar no cotidiano” (FONTES, 2010b, p. 189).

Após demonstrar, mesmo que de forma sucinta, a partir de dois programas do Instituto Votorantim, como a burguesia insere seus interesses políticos e econômicos no interior do aparato de Estado, cabe agora analisar os aspectos da pedagogia política da responsabilidade socioambiental da Fibria, começando por sua tática de gestão dos conflitos socioterritoriais.

5.4 DA GESTÃO DE RISCOS À GESTÃO DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS

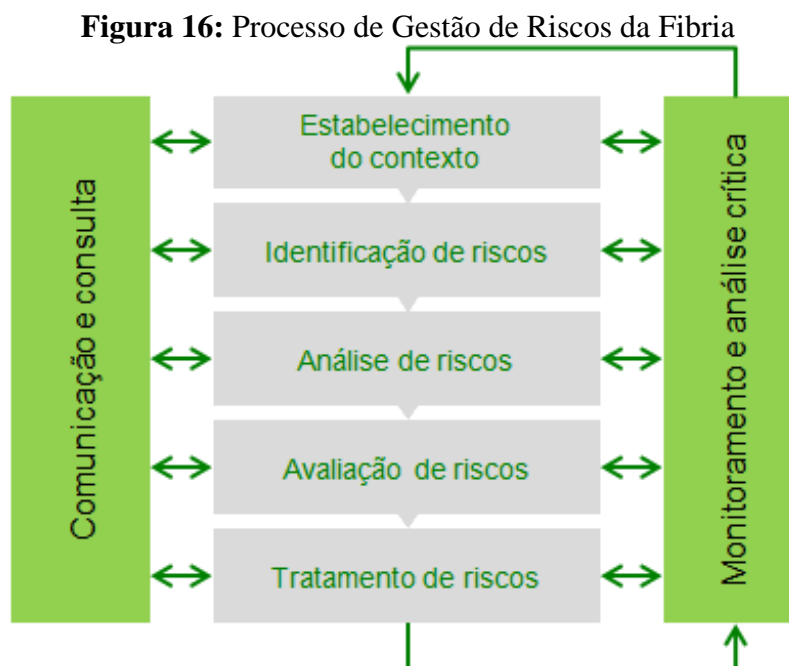
Segundo Acelrad e Giffoni Pinto (2009, p. 52), a noção de gestão do risco social afirmou-se durante o início do século XXI a partir de estudos realizados pelo Banco Mundial envolvendo seu setor de proteção social. Em seu relatório (2000-2001), o banco “redefiniu a sua política social em termos do alívio à pobreza extrema por meio da melhor administração dos riscos, sejam eles sociais, econômicos, políticos, ambientais”. Tal política objetivou gerenciar e controlar a pobreza “enquanto condição potencial para a emergência de uma ação coletiva – ou seja, trata-se de controlar os riscos que as populações destituídas possam oferecer ao bom andamento dos negócios”, bem como à confiança dos investidores⁵⁰².

Giffoni Pinto (2015, p. 12), afirma que a partir dos anos 2000 a gestão do risco social enquanto estratégia tem se multiplicado “nas esferas corporativas (agências multilaterais, consultorias, *think tanks* empresariais, bancos e companhias multinacionais)”, e que este marco temporal tem ligação direta com a expansão das fronteiras de acumulação e expropriação. Cabe acrescentar à assertiva da autora o importante papel do social-liberalismo petista neste processo de disseminação de mecanismos pedagógicos destinados à educação para o consenso das classes e frações de classes subalternas, como vem sendo defendido ao longo dessa tese.

No caso da Fibria, sua Política de Gestão de Riscos “mapeia, analisa e recomenda o tratamento adequado para riscos provenientes de impactos sociais e ambientais causados pelas operações da empresa (riscos socioambientais)” (Política de sustentabilidade, FIBRIA, 2017, p.4). A gestão de riscos da empresa tem como base o Processo de Gestão de Riscos da norma ISSO 31000:2009 (Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos), cujos objetivos seriam: envolver todos os agentes da estrutura; padronizar conceitos e práticas; influenciar na tomada de decisão; assegurar que a Governança Corporativa da Fibria seja seguida e criticamente analisada; fornecer um fluxo dinâmico e eficiente de informação; aumentar a transparência da

⁵⁰² *Ibidem*, p. 53-54.

Fibria para os stakeholders, analistas de mercado e agências de crédito”⁵⁰³. Tal processo segue as seguintes etapas:



Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos-e-compliance>. Acesso em 03/09/2019.

Por meio de um grupo formado por 80 fornecedores e representantes da empresa foram mapeados três tipos de riscos existentes durante a construção da sua segunda linha de produção no município de Três Lagoas – denominada projeto Horizonte 2. Segundo tal grupo, os principais riscos seriam: 1) “Riscos Sociais, que abrangem a mão de obra, riscos na operação e impactos em comunidades”; 2) “Riscos Ambientais, entre eles a disposição de resíduos, a biodiversidade, energia, emissões e água”; e 3) “Riscos de *Compliance*, como aqueles de imagem e reputação, de regulamentação, integridade e leis anticorrupção” (FIBRIA, 2017, p. 46).

Para Giffoni Pinto (2015, p.13), tais riscos são na verdade de ordem política e podem afetar sobremaneira os custos e os lucros das empresas e, por isso, atualmente assiste-se à expansão desse tipo estratégia:

As noções de ‘risco’ e ‘custo’ ultrapassariam, pois, as fronteiras do balanço estritamente comercial, sendo utilizadas para interpretar e explicar os danos que as críticas sociais podem causar à economia corporativa. Antecipação e inovação não mais se restringiriam à concorrência intercapitalista, mas seriam posturas fundamentais para o relacionamento da empresa com os agentes sociais de contestação. As modificações nas formas de relacionamento entre

⁵⁰³ Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos-e-compliance>. Acesso em 03/09/2019.

empresa e comunidade – supõe-se – poderiam atuar no sentido de neutralizar a crítica social, estabilizar socialmente o terreno em que operam e garantir o que, no léxico corporativo, denomina-se ‘licença social para operar’. Se o licenciamento ambiental é um instrumento de gestão ambiental da administração pública, o ‘licenciamento social’ [...] vem se constituindo como instrumento de gestão das condições políticas de obtenção do lucro no território em que as empresas operam (GIFFONI PINTO, 2015, p. 13).

Se faz necessário acrescentar à análise dos autores que para além de neutralizar as críticas sociais (termo genérico)⁵⁰⁴, a gestão de riscos se configura como um instrumento de intervenção político-ideológica do capital, intrinsecamente ligado à pedagogia política da responsabilidade socioambiental, com a finalidade de apassar os conflitos socioterritoriais que, mais do que críticas, envolvem ações diretas de classes, frações de classes e grupos sociais impactados pela territorialização do capital no campo.

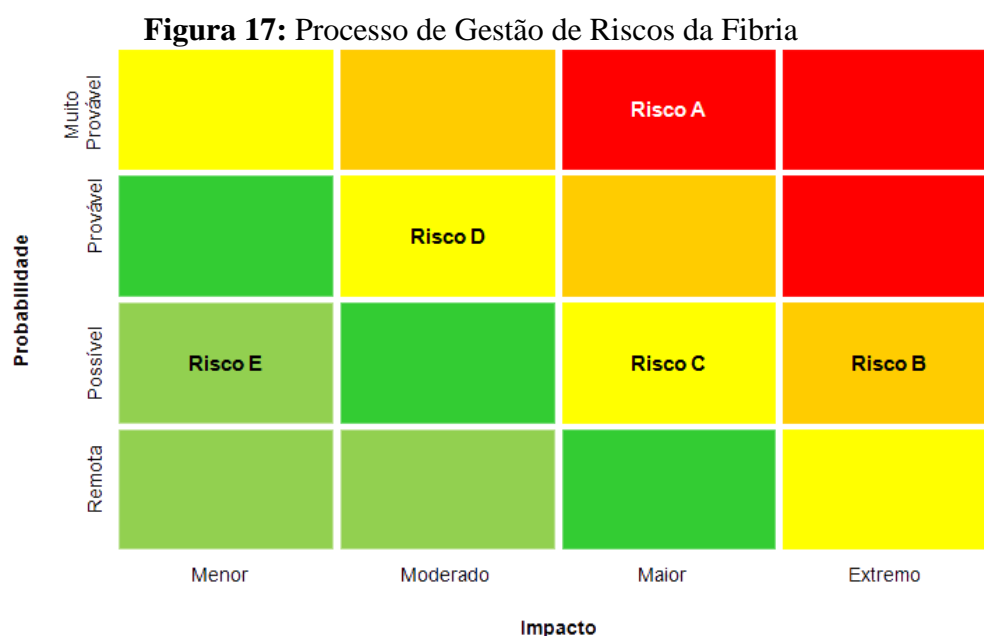
Parte-se da premissa de que a burguesia e seus intelectuais orgânicos e coletivos fizeram dos impactos socioambientais causados pela territorialização do capital no campo a porta de entrada para sua intervenção político-ideológica nas diferentes frações do território e sua consequente dominação socioterritorial. Para tanto, criou-se no mundo corporativo aquilo que se denomina Gestão de Riscos.

Em relatório divulgado pela Fibria é possível observar a existência de uma sistemática avaliação dos impactos sociais causados especialmente pelas atividades denominadas de manejo florestal – todos os processos realizados para o abastecimento de madeira de eucalipto para a unidade industrial –, sendo o setor de Sustentabilidade responsável por sua coordenação, identificação e classificação. A depender da significância do impacto é definido se há ou não necessidade de controle, direcionadores e/ou acompanhamento. Dessa forma, a empresa mapeia “todos os impactos sociais relevantes associados aos diversos processos e atividades operacionais” e após esse mapeamento os impactos são classificados de acordo com sua classe: se adverso ou benéfico; sua detecção: se real ou potencial; e sua incidência: direta ou indireta. Também é realizada uma definição a partir dos seguintes fatores: gravidade, frequência, probabilidade e abrangência.⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ No caso das críticas em si, busca-se evitar que a imagem da empresa seja maculada frente à opinião pública e, simultaneamente, evita-se custos financeiros e danos ao que as corporações denominam de ativos intangíveis, bem como ao próprio patrimônio da empresa.

⁵⁰⁵ Disponível em: <http://r2017.fibria.com.br/sumario-de-conteudo-gri/#gri-413-comunidades-locais>. Acesso em: 18/10/2019.

Para avaliar tais riscos a empresa “leva em consideração o conceito de probabilidade vs. impacto, cujas classificações variam de probabilidade remota a muito provável e de menor a extremo impacto”. Conforme a figura abaixo:⁵⁰⁶



Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos-e-compliance>. Acesso em 03/09/2019.

Quando finalizada, tal avaliação gera um resultado que indica o grau de relevância dos impactos identificados, classificados em: aceitáveis, que terão sua necessidade de controle ou monitoramento avaliados; e moderados ou substanciais, que são considerados significativos e poderão receber tratamento especial.

A empresa também utiliza como ferramenta de identificação e análise de impactos sociais os canais de comunicação, os processos de “engajamento”, os diálogos operacionais e as agendas presenciais. A partir desses instrumentos são listados os impactos sociais considerados significativos pela empresa, sendo estes divulgados em suas publicações para suas “partes interessadas”. Tais impactos, identificados e considerados negativos, podem ser observados no quadro abaixo⁵⁰⁷.

⁵⁰⁶ Disponível em: <https://ri.fibria.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos-e-compliance>. Acesso em 03/09/2019.

⁵⁰⁷ *Ibidem*.

Quadro 17: Impactos negativos identificados nas operações da Fibria.

Atividade	Impacto
Expansão da base florestal	Modificação na estrutura fundiária local Isolamento de propriedades e comunidades Alteração da paisagem (visual) e perda de referência Alteração na pauta produtiva dos municípios – modificação na produção local Valorização da terra Comprometimento da segurança alimentar Desorganização do modo de vida das comunidades locais Desemprego das famílias que habitam propriedades adquiridas Alteração no patrimônio arqueológico e histórico Desmobilização de imóvel
Transporte	Aumento do risco de acidentes de trânsito (pessoas e animais) Comprometimento da capacidade e da qualidade da malha viária Danos a bens públicos e ao patrimônio privado
Transporte e construção e manutenção de estradas	Geração de poeira
Colheita, transporte, construção e manutenção de estradas	Geração de ruído Interferências em sistemas de comunicação Interrupção de energia elétrica
Silvicultura, colheita, construção e manutenção de estradas	Alteração de disponibilidade e qualidade da água Aplicação aérea de defensivos e insumos florestais Plantio próximo a estradas

Fonte: Suzano (2018)⁵⁰⁸ Fibria (2013). Organizado pelo autor.

Não se pretende abarcar todos os impactos contidos no quadro de impactos negativos da empresa – que também foram mencionados pelos entrevistados durante o trabalho de campo –, mas sim destacar aqueles que estão diretamente relacionados com os programas e projetos mencionados no capítulo anterior, justamente para compreender o porquê da existência deles. Cabe também destacar que para cada impacto ou conjunto de impactos a empresa elabora uma série de programas e projetos sociais, constituindo uma tentativa de resposta a eles, ou seja, um impacto pode ter mais de um programa e/ou projeto a ele ligado, como verificou-se na maioria dos casos.

Cabe lembrar, como já mencionado anteriormente, que a atuação da empresa diante dos impactos sociais (conhecida como gerenciamento de riscos), leva em conta especialmente as

⁵⁰⁸ Cabe mencionar que o relatório de sustentabilidade da Suzano, referente ao ano de 2018, foi lançado em 2019 quando a fusão com a Fibria já havia se concretizado. O mesmo apresenta dados referentes à atuação das duas empresas antes da fusão. Leia-se na apresentação do relatório: “Esta publicação retrata a união de duas grandes empresas da indústria de base florestal, a Suzano Papel e Celulose e a Fibria, concluída em 14 de janeiro de 2019” (p. 5).

percepções dos grupos sociais situados em sua área de atuação, sendo essas percepções, na visão da empresa, mais importantes do que os fatos científicos. Dessa forma, a empresa volta seus programas e projetos principalmente em direção às reclamações realizadas pelas comunidades atingidas por suas operações – e/ou a impactos previstos com antecedência e que possam potencial para gerar conflitos.

A partir do quadro, tem-se que os programas e projetos desenvolvidos pela empresa estão ligados principalmente à expansão de sua “base florestal”, que tem causado especialmente os seguintes impactos: a) modificação na estrutura fundiária local; b) alteração na pauta produtiva dos municípios – modificação na produção local; c) comprometimento da segurança alimentar; d) desorganização do modo de vida das comunidades locais.

Sabe-se que na área de estudo a expansão do monocultivo de eucalipto ocorreu especialmente sobre grandes e médias propriedades que anteriormente eram utilizadas principalmente para a bovinocultura de corte. Os dados apontam que o efetivo bovino nos municípios de Três Lagoas e Brasilândia, que até o momento em que o setor de celulose deu início à sua territorialização vinha sofrendo um aumento gradual, começou a diminuir, como é possível observar na tabela 7.

Tabela 7: Municípios pesquisados: efetivo bovino (cabeças) (2000-2016).

Municípios	2000	2005	2010	2016
Brasilândia	515.402	558.227	475.729	455.000
Três Lagoas	911.087	938.008	753.337	662.000
Total	1.426.489	1.496.235	1.229.066	1.117.000

Fonte: IBGE-Pesquisa da Pecuária Municipal. Acesso em: 15/05/2018. Organizado pelo autor.

Um dos impactos dessa expansão foi a desestruturação das condições de reprodução da pequena criação bovina destinada à produção de leite, atividade que ocorria em grande parte no interior das grandes e médias propriedades – realizada especialmente pelas famílias camponesas que nelas habitavam e trabalhavam –, mas que posteriormente foram arrendadas para o setor de celulose. Como é possível observar na tabela 8, os dados relativos à produção de leite nos dois municípios revelam uma acentuada redução, passando de 17 mil litros em 2005, quando a territorialização da Fibria ainda estava em vias de planejamento, para 4 mil litros em 2016, quando foi inaugurada sua segunda linha de produção, sendo que o período de maior queda da produção, entre 2010 e 2016, corresponde justamente ao de maior expansão da área plantada de eucalipto⁵⁰⁹.

⁵⁰⁹ Conforme o Gráfico 2, inserido no capítulo 1.

Tabela 8: Produção de origem animal: Leite-mil litros (2000-2016).

Municípios	2000	2005	2010	2016
Brasilândia	4.346	4.667	4.840	2.000
Três Lagoas	11.120	12.403	12.445	2.000
Total	15.466	17.070	17.285	4.000

Fonte: SIDRA-Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). Acesso em: 15/05/2018. Organizado pelo autor.

Por meio das entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo foi possível identificar alguns aspectos desse impacto. Primeiramente, como se acabou de afirmar, é importante destacar que a organização da pequena pecuária leiteira na área de pesquisa possui forte ligação com as grandes propriedades de criação de gado de corte. Diversos entrevistados relataram que a maioria das famílias que trabalhavam e moravam no interior das grandes e médias propriedades, que foram arrendadas pelas empresas do setor de celulose, possuíam vacas leiteiras e faziam da retirada e venda do leite parte de seu trabalho e renda, como é possível observar nas seguintes falas: “Esse sítio aqui puxei leite. Eu começava lá no seu Amadeu, que é daqui uns 4 km, quando eu saía no fim da estrada eu estava com o caminhão com 70/80 tambor de leite dentro. Hoje se eu sair com uma bicicleta eu chego lá no fim e não saio com um tambor”.⁵¹⁰

Outro entrevistado, ao ser indagado sobre a questão, afirmou:

Diminuiu bastante... depois que o eucalipto começou a tomar conta o leite diminuiu. Porque aqui produzia muito leite na região [Arapuá], todo mundo produzia um pouquinho, mas produzia. O funcionário [das fazendas] tinha as condições de ter um leitinho. Eu lembro aqui ó, quando eu trabalhava num laticínio, só nas fazendas ali eles coletavam mais ou menos 2 mil litros de leite, ali pro lado da [fazenda] Moeda...acabou tudo. Agora não tem! Antes do eucalipto tinha muito, muito leite. Aquela região do Pombo ali produzia a média/dia de 2 mil litros de leite. Moeda também produzia quase isso. Eu sei que tinha aí por dia a média de 5/6 mil litros de leite aqui na região. Agora a Fibria tá dando bastante insumos, coisa e outra, pra ver se dá uma melhorada. Tem o pessoal da Simbiose que dá assistência, com técnico, dando semente, adubo, calcário⁵¹¹.

Também se faz importante destacar que alteração da pauta produtiva dos municípios pesquisados não interferiu exclusivamente na vida e produção das famílias que moravam no interior das grandes e médias propriedades, mas também na daquelas situadas nas pequenas propriedades, nos bairros rurais e nos assentamentos no entorno, pois, como é possível notar nas entrevistas, havia uma importante interação entre a produção de leite dessas famílias e as grandes e médias propriedades com pecuária de corte.

⁵¹⁰ Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2019, no município de Brasilândia.

⁵¹¹ Entrevista realizada no dia 19 de junho de 2017, no distrito de Arapuá, Três Lagoas-MS.

Um dos entrevistados relatou que nos assentamentos e pequenos sítios o costume sempre foi ter as matrizes leiteiras e o touro de corte, para quando a cria nascesse macho fosse vendida, especialmente para os fazendeiros das propriedades vizinhas: “[...] eles tinham um monte de fazendeiros em volta comprando esse bezerro. Hoje não tem!”.⁵¹² Sem ter para quem vender o bezerro, quando esse nasce macho, o pequeno produtor tem “um prejuízo enorme”, como destacado a seguir.

Para um grande [criador], ele manda matar. Agora vai num produtor pequeno; quando ele coloca um touro de corte ele vai vender esse bezerro num preço bom, até próximo de um bezerro que fosse 100% gado de corte. Então ele precisa dessas duas rendas, ele precisa da renda mensal pra família dele sobreviver com o leite, ele precisa da renda anual pra ele pagar o PRONAF do bezerro, pra pagar o custeio, pra pagar a parcela do investimento que eles fizeram. Então é assim que funciona a propriedade pequena de leite. Então, hoje eles não têm para quem vender, aí eles entregam de graça aí. Os que não precisam conseguem segurar, mas como que ele tem uma propriedade pequena, como que ele vai fazer cria, recria e engorda? Numa propriedade pequena? Então eles perderam o comércio de um dos produtos deles⁵¹³.

Diante dessa realidade a empresa implementou alguns projetos voltados especialmente para tentar encobrir tal impacto, foram eles: Laticínios de Arapuá e Integração Leite e Mandioca, por meio do Programa ReDes; e o Rufião móvel e a construção de currais e piquetes, dentre outras medidas relativas à formação de pastagem, pelo Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT).

Tais projetos também estão relacionados diretamente a outro impacto: o comprometimento da segurança alimentar. A redução da produção de alimentos nas áreas onde o setor de celulose se territorializa é um dos impactos causados pela expansão das plantações de eucalipto e, além disso, existe também – e correlacionado a ele – o problema do uso intensivo de agrotóxicos, fator ligado à contaminação do solo, das águas e do ar, bem como da produção de alimentos no entorno das propriedades próprias, arrendadas e em parceria com a empresa. Diante desses impactos, a Fibria tem implementado projetos voltados para a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos nas comunidades – assentamentos, aldeias, reassentamentos, bairros rurais, etc. – localizadas no seu entorno. Nessa mesma direção estava o projeto Produção Integrada Madeira-Alimento (PIMA), que foi encerrado, e o projeto Sistemas Agroflorestais (SAFs), além das diversas “doações” de incrementos agrícolas, todos realizados por meio do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial (PDRT).

⁵¹² Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2018, no município de Brasilândia-MS.

⁵¹³ *Ibidem*.

Outro ponto importante acerca dos programas e projetos é que o setor passou a se apropriar tanto das críticas realizadas por movimentos sociais e diferentes organizações da sociedade civil, frente aos impactos causados por suas operações – muitas vezes denunciados por meio de manifestações desses movimentos e dessas organizações –, quanto das próprias reivindicações desses grupos, mas as convertendo em táticas destinadas a educar para o consenso.

Por meio dessa estratégia de acolhimento “pelo alto”⁵¹⁴, de reivindicações e críticas dos movimentos sociais – especialmente aqueles de luta por terra e território, tendo em vista que o programa é voltado para a pedagogia política das classes, frações de classe e grupos sociais do campo –, convertidas em projetos de responsabilidade socioambiental, a empresa tem implementado uma suposta “transição agroecológica” nas comunidades atingidas diretamente por sua territorialização. A partir de 2016 o PDRT passou a atuar com base nessa chamada transição agroecológica, sendo considerado atualmente, segundo a empresa, o maior programa agroecológico do Brasil (FIBRIA, 2016, p. 51)⁵¹⁵. Sobre o assunto um dos camponeses que participam dos projetos afirmou:

Hoje os trabalhos da Fibria são voltados para agroecologia, todos projetos que ela apoia tem que ser agroecológico, na parte de produção. *Então, a partir do ano passado pra cá eles pararam de doar adubos químicos para todos os projetos.* Eles têm hoje o que chamam de PTA, Projetos de Transição Agroecológica. Então todos os projetos deles têm que ser em cima da transição agroecológica. (Grifo nosso)⁵¹⁶.

Dois marcos importantes devem ser destacados diante dessa intervenção político-ideológica da empresa por meio da absorção da pauta da transição agroecológica. Primeiro é a aproximação que a empresa teve com o MST, entre outros movimentos de luta pela terra e reforma agrária, no sul da Bahia, quando em parceria com a Esalq-USP e o governo do estado propuseram a realização de um projeto de assentamento sustentável⁵¹⁷. Outro diz respeito ao processo de transição agroecológica que já vinha sendo estimulado no interior dos assentamentos rurais em Três Lagoas por meio de projeto de extensão da UFMS.

Contudo, há contradições entre os programas e projetos de responsabilidade social da empresa e o processo de reprodução do capital no setor de celulose que podem ser identificadas nas falas dos próprios sujeitos envolvidos nos projetos, como é o caso de um entrevistado que

⁵¹⁴ Aqui a expressão acolhimento “pelo alto” significa que a empresa busca reduzir reivindicações e conflitos ao nível dos seus interesses corporativos.

⁵¹⁵ Disponível em: <http://www.fibria.com.br/r2016/pt/pdrt.html>. Acesso em: 28/05/2017.

⁵¹⁶ Entrevista realizada em 12 de janeiro de 2018, Assentamento 20 de Março, Três Lagoas-MS.

⁵¹⁷ Conforme já apontado em capítulo anterior.

apontou o uso de agrotóxicos pela empresa: “[...] eu defendo a ideia da agroecologia, só que eu acho muito bonitinho uma empresa que taca veneno falar para produtor pequeno ficar produzindo agroecológico, tacando veneno do lado”.

Nessa mesma direção destacou-se a implantação do projeto Sistemas Agroflorestais (Safs), que teria como um dos objetivos certificar a produção camponesa: “[...] tem umas agroflorestas plantadas, produtor se mata de trabalhar e eles tacando veneno em cima [...] com gente tacando veneno do lado não vai ter certificação agroecológica”. O entrevistado apontou também, no caso dos reassentamentos em Brasilândia, a atuação de uma usina do setor sucroenergético que utiliza pulverização aérea de agrotóxicos: “[...] e quando não são eles, é a usina, então... eu acho muito bonitinho”, afirmou⁵¹⁸.

As entrevistas também apontaram o uso de agrotóxico como fator ligado à mortalidade de abelhas, impacto que atinge diretamente os apicultores – como foi possível observar no capítulo anterior.

Compreende-se que ao implantar os projetos Mais Mel e Caminhos do Mel, e especialmente o Programa Colmeias, a Fibria teve como objetivo: a) produzir um consenso forçado (envolvido pela coerção econômica) dos participantes do programa frente ao uso de agrotóxicos e às mortes de abelhas, e também diante da possibilidade de perda das colmeias⁵¹⁹; b) controlar a exposição da produção de mel dos apicultores frente ao uso de agrotóxicos pela empresa ao manejar de forma sistemática a localização dos apiários no interior das propriedades (próprias ou arrendadas); c) evitar conflitos com os apicultores que poderiam utilizar clandestinamente as áreas de plantios – por não terem mais pasto apícola⁵²⁰ –, o que poderia causar problemas relacionados ao “manejo florestal”, tal como a interrupção da colheita.

Além disso, o Programa Colmeias se insere na tentativa da empresa de desassociar os plantios de eucalipto de outras monoculturas⁵²¹ e, com isso, tentar gerir os conflitos causados

⁵¹⁸ Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2018, no município de Brasilândia-MS.

⁵¹⁹ Tal como foi evidenciado no capítulo anterior por meio da seguinte fala de um entrevistado sobre as denúncias envolvendo a morte de abelhas causada pelo uso de agrotóxicos: “Tem algumas denúncias aí de apicultor que não faz parte da ABA [Associação Brasilandense de Apicultores], mesmo porque se fizesse parte da ABA ele nunca ia fazer isso, que denunciou morte de abelha”. Entrevista realizada em 20 de julho de 2018, Brasilândia;

⁵²⁰ Um entrevistado afirmou que os apicultores da região costumavam fazer acordo com proprietários de terras para colocar colmeias em áreas de suas propriedades e que a antiga empresa que realizava os plantios de eucalipto na região (Chamflora) não permitia de forma alguma a utilização de suas propriedades pelos apicultores. Entrevista realizada em 12/01/2018, no Assentamento 20 de março, Três Lagoas-MS.

⁵²¹ Um entrevistado relatou que a empresa procurou por ele para implantar um “projeto piloto para provar que o eucalipto não é monocultura”, um projeto para “plantar agricultura também, no meio do eucalipto” (além do mel e do silvipastoril). Para além dos projetos e programas, a empresa busca escapar da carga histórica e política da noção de monocultura ao apresentar “e defender a tese da floresta plantada como centro do negócio”, sendo este “um desafio que a Fibria abraça frente ao setor, à academia e ao consumidor. Afinal, não há consenso sobre o conceito de floresta plantada e entendemos que existe um caminho para engajar o setor nessa discussão importante e crucial para o negócio florestal” (FIBRIA, 2017a, p. 16).

pela conversão do uso do solo de propriedades (próprias ou arrendadas) que poderiam ser utilizadas para produção de alimentos. Dessa busca também surgiu o projeto Produção Integrada Madeira-Alimento (PIMA), desenvolvido por meio do “acordo de cooperação” firmado com o BNDES.

Outro caso é o projeto Entreposto de pescados Jupιά, implantado em uma comunidade ribeirinha onde a empresa mantém um porto seco utilizado para o carregamento de vagões com celulose. Segundo a empresa: “em 2009, a Fibria iniciou suas operações de escoamento da celulose produzida em Três Lagoas (MS) pelo terminal ferroviário de Jupιά (MS), localizado próximo a uma comunidade de pescadores, com 1.500 habitantes, onde mantemos um entreposto” (FIBRIA, 2015, p. 66).

O constante movimento de carretas e trens na área da comunidade tem causado diversos conflitos, como descrito no próprio relatório de sustentabilidade da empresa:

[...] nos aproximamos muito da comunidade apesar de alguns conflitos em relação ao movimento de carretas e trens no local. As dificuldades de relacionamento, no entanto, têm sido superadas por meio de diálogo e de uma série de iniciativas sociais realizadas pela Fibria a fim de trazer benefícios para a população e minimizar o impacto de nossas operações na região. Desde 2011, apoiamos projetos de promoção cultural (artes plásticas e música) e de obras de infraestrutura para a comunidade, como passarela e melhorias de acesso, contribuindo para a qualidade de vida das famílias⁵²².

A empresa coloca claramente os projetos como uma forma de atenuar os impactos e conflitos gerados por sua operação na comunidade. Contudo, mesmo com a intervenção da empresa os impactos não são atenuados e estão longe de terem um desfecho positivo para a comunidade. Como é possível observar na fala de um morador, a empresa estava descumprindo os acordos realizados com a comunidade:

Existe um diálogo operacional lá, só que na teoria é uma coisa, na prática é totalmente diferente... e aconteceu hoje de novo, de novo. O Jupιά tem duas entradas, a “normal” que é próxima ao Jupιά e a Cargill inseriu uma “válvula de escape”. Então o combinado foi que hora que obstruir a passagem ali do Jupιά a gente vai pra Cargill. Só que não está acontecendo isso. Estão travando as duas vias. Aconteceu isso hoje, 10:46. Não existe posto de saúde lá dentro...o que está acontecendo. Segundo eu fiquei sabendo lá não pode passar de 60 vagões e hoje tinha 76, e esses 76 é lógico que não precisa nem presenciar o fato, se chega aos 76 vai fechar a entrada da Cargill. Eu vim aqui hoje até porque eu não consigo mais reuniões, tem pessoas da Fibria aqui que me conhecem, só que eu vim buscar uma resposta. Que vocês resolvam isso daí. Talvez pessoas possam morrer lá dentro, porque não tem como sair de dentro do bairro. Quem tá lá sabe, é sério. Fiquei sabendo dessa reunião [se referindo à apresentação do Relatório de Sustentabilidade da empresa] de última hora, por isso que vim aqui. Porque lá não tem mais como esse diálogo, vocês não estão cumprindo, nem Fibria, nem Júlio Simões, ninguém de vocês.

⁵²² *Ibidem*.

Eu quero que vocês resolvam o problema de obstruir as duas vias. Uma empresa joga pra outra e a comunidade paga o preço. A gente tomou umas medidas drásticas há uns tempos atrás... e que a colega falou ali a questão dos caminhões pesados. Só a Cargill, se não me falha a memória, entra de 300 à 400 caminhões lá dentro. A Júlio Simões, Fibria, mais uma quantidade dentro do bairro, fora o Porto de Areia e mais uns caminhões que passa por lá. Começou a destruir o asfalto, destruir, destruir, nós reclamamos e nada é feito. O que a comunidade fez? Não queremos que isso aconteça [novamente]. Teve duas manifestações... Porque uma coisa que dói é o bolso. Vamos mexer no bolso das empresas. Todo mundo tem conhecimento aí, a Fibria, a Cargill, que a gente fez. Travamos, deu polícia, todo mundo ali, a coisa foi tensa, e a gente não quer que isso volte a acontecer. Então peço providência pra vocês... tinha tanto buraco que foi gasto R\$ 308, 625 do Jupiá até a antiga MS, então não era pouco não. Vocês têm conhecimento disso, a Fibria tem, a Cargill tem, a Júlio Simões, todos vocês têm conhecimento do problema, só que vocês não resolvem! Então, eu gostaria que vocês resolvessem esse problema. Eu vou mandar um ofício pra vocês explicando a responsabilidade de cada um se caso acontecer alguma coisa com os moradores da comunidade. Então, vocês vão ser responsabilizados por isso. Porque vocês estão travando as duas vias. Eu tenho um vídeo gravado. Num domingo travou o Jupiá, eu fui pra Cargill, chegou lá travado, e um descaso total. Uma maquinista falou, eu tive que descer filmando... falei, parceiro, travou as duas vias. Ele falou, você vai ter que voltar porque nós vamos liberar lá atrás. Voltou um comboio. Uma rua estreita, quem mora lá sabe, pessoal da Cargill sabe, que a rua é estreita pra voltar, mas todo mundo teve que voltar... uma pessoa caiu num buraco – isso eu tenho gravado. Pra quem não tem conhecimento, o Jupiá tem um barracão lá dentro e os caminhões entram lá de dia e noite. É só isso que eu tenho pra falar agora!⁵²³

Diante do exposto, é possível afirmar que uma das características da responsabilidade socioambiental da Fibria é a criação de programas e projetos relacionados aos diversos impactos socioambientais causados por suas operações, com a finalidade de gerir os conflitos socioterritoriais. Nesse contexto também cabe apontar outras ações tomadas frente aos impactos causados pelas operações da empresa, tais como: a perfuração de poços semiartesianos e a instalação de filtros biológicos frente a alteração de disponibilidade e qualidade da água⁵²⁴.

Frente ao desemprego das famílias que habitavam as propriedades adquiridas ou arrendadas, e até mesmo daquelas que vivem nas comunidades, mas que mantinham relações de trabalho nas fazendas, foram criados postos de trabalhos destinados aos moradores das comunidades do entorno. Segundo um entrevistado:

O que eles fazem para Brasilândia, meu amigo. É um pingo d'água no oceano! Porque... eu vou falar para você: eu conheço isso daqui há 35 anos... dia de sábado, aqui em Brasilândia, você pensa que não tinha festa? Aquela praça

⁵²³ Fala realizada por um participante (morador da comunidade) durante apresentação do Relatório de Sustentabilidade da Fibria, em Três Lagoas-MS, no dia 21 de novembro de 2018.

⁵²⁴ Durante o trabalho de campo, em assentamentos do município de Selvíria, foi relatado que os chamados poços caipiras que as famílias têm em seus lotes haviam secado. No trabalho de Silva (2014), encontram-se diversos relatos de assentados dos municípios de Três Lagoas e Selvíria sobre essa questão, apontando a redução do nível do lençol freático pós expansão do monocultivo de eucalipto destinado a abastecer as fábricas do setor de celulose.

central era cheia de gente vendendo as coisas. Aqui tinha fazendas de 70/80 famílias. Hoje não tem nenhuma! Aqui em Brasilândia é o seguinte... você sabe o jeito que funciona os plantios? Eu como já fui militar eu sei mais ou menos como que é: é tipo uma guerra! Eles chegam em uma fazenda igual a Brasileira, que é 12 mil alqueires, com 10/15 ônibus e com uma semana plantou tudo. Aí demora a chover eles vêm com aqueles caminhões pipa parecendo uma guerra, faz fileira de caminhão como daqui lá para o asfalto e cada caminhão vai 4/5 pessoas atrás com a mangueira e o caminhão vai andando devagar e eles vão só molhando, colocando gel na planta. Tchau, só daqui um mês, dois meses de novo. Adubação vem um avião e pronto. Que emprego que eles dão para Brasilândia? Piorou e muito! [o entrevistado contou sobre a mercearia que tem em frente de uma chácara, que “lotava de gente”, tinha bingo, etc.]⁵²⁵.

Diante do exposto, e também como foi possível observar no capítulo 4 e neste, fica evidente que os programas e projetos estão longe de solucionar os impactos socioambientais. Tem-se que essa intervenção político-ideológica busca produzir um efeito capaz de criar o consenso dos sujeitos frente a tais impactos, apassivando assim os potenciais conflitos socioterritoriais.

Dessa forma, para além de neutralizar críticas, trata-se de evitar danos econômicos que podem ser causados por ações contestatórias dos sujeitos atingidos pela territorialização do capital, tais como: retardamento ou interrupção do fluxo produtivo (aumento do tempo de trabalho), danos aos plantios de eucalipto, à equipamentos, meios de transportes e infraestrutura, além de gastos e pendengas judiciais que prejudiquem a imagem da empresa (opinião pública)⁵²⁶. Ações que podem interferir no processo de acumulação do capital. Contudo, a empresa apresenta essa relação pedagógica de dominação como uma forma de gerar valor (“valor compartilhado”) para suas “partes interessadas”, principalmente para os sujeitos situados no entorno de sua área de atuação. É essa ideia que o próximo subitem buscará analisar.

5.5 DO VALOR COMPARTILHADO À ECONOMIA DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS⁵²⁷

Em um estudo de caso publicado pela empresa afirma-se que dentre os desafios socioambientais enfrentados pelas empresas de celulose estão as disputas por terras e a

⁵²⁵ Entrevista realizada no dia 07 de julho de 2019, no município de Brasilândia-MS.

⁵²⁶ Em relação aos processos e multas trabalhistas e ambientais, verificou-se por meio dos próprios relatórios da empresa que praticamente todas estavam pendentes, em trâmite na justiça.

⁵²⁷ A noção de economia dos conflitos socioterritoriais, aqui empregada, se baseia na tese da economia dos conflitos sociais elaborada por João Bernardo e que tem em seu livro de mesmo nome sua principal formulação (BERNARDO, 2009). Cabe destacar que não se pretende realizar uma análise centrada na tese do autor, mas apenas pegar empresta a noção.

preservação das vegetações nativas e que os conflitos com as comunidades do entorno muitas vezes resultam em bloqueio de estradas e ocupações de terras. Diante disso, a Fibria estaria “buscando novas formas de se envolver com as comunidades”:

A empresa está ampliando sua estratégia de "lucro admirado" que foca na cidadania corporativa responsável para criar uma estratégia de valor compartilhado mais abrangente que permita tratar os problemas sociais e ambientais numa escala maior. Milhares de famílias se beneficiam das iniciativas de valor compartilhado da Fibria, e a empresa está agregando milhões de dólares aos seus resultados (SMITH *et al.*, 2017, p 5).

Os programas e as ações seriam formas de “criar valor compartilhado” com as comunidades. O bem-estar e a prosperidade delas seriam “importantes para uma convivência sem tensões” e contribuiriam com a criação de “um ambiente mais favorável ao crescimento da companhia”⁵²⁸. Segundo seu relatório de sustentabilidade, o conceito de valor compartilhado foi desenvolvido pela Escola de Marketing Industrial e designa uma busca não apenas pelo retorno financeiro aos acionistas, mas também para todas as chamadas partes interessadas, incrementando a reputação da empresa: “os clientes reconhecem esse nosso diferencial. *Afinal, quem cuida bem das questões socioambientais está menos exposto a riscos financeiros e de imagem* (FIBRIA, 2015a, p. 10. Grifo nosso)⁵²⁹. Nessa perspectiva:

Estratégias de valor compartilhado "aumentam a competitividade de uma empresa ao mesmo tempo em que melhoram as condições econômicas e socioambientais das comunidades onde operam". Porter e Kramer destacam que "ao identificar e expandir a relação entre o progresso social e o econômico", as empresas podem criar valor tanto para si quanto para a sociedade. Por trás das estratégias bem-sucedidas de valor compartilhado está a necessidade de desenvolver um círculo virtuoso por meio do qual a empresa aumenta o lucro ajudando a resolver um problema social ou ambiental (SMITH *et al.*, 2017, p 4)⁵³⁰.

Segundo o relatório, o Conselho de Administração da empresa decidiu “que era necessário integrar melhor a atenção aos problemas sociais e ambientais à sua estratégia de negócio. Com isso, a Fibria conseguiu reduzir custos, minimizar riscos e desenvolver novas fontes de receita”⁵³¹. Essa incorporação do investimento socioambiental à estratégia de negócio

⁵²⁸ Disponível em: <http://r2017.fibria.com.br/nossos-relacionamentos/relacionamento-com-a-comunidade/>. Acesso em: 28/05/2017.

⁵²⁹ Além disso, o termo valor compartilhado (ou lucro admirável), insere-se na falsa ideia de que as comunidades do entorno se beneficiarão com as atividades das empresas – ou, ainda pior, de que esse valor será dividido entre eles –, possui como finalidade ocultar os antagonismos de interesses.

⁵³⁰ Segundo a IBÁ, também baseada nas ideias de Michael Porter, gerar valor compartilhado significa “criar vantagem competitiva através da solução de problemas sociais”.

⁵³¹ O relatório também destaca a criação de “um Comitê de Sustentabilidade para dar assessoria especializada sobre assuntos desse tema, incluindo riscos de longo prazo relacionados a questões sociais e ambientais”, além de defender a ideia de lucro admirado: “na Fibria, sabemos que temos um dever fiduciário para maximizar o lucro. Mas sempre quisemos estar seguros de que seria um lucro admirado. Queremos que as pessoas digam: 'eles

da empresa faria “parte de um movimento de empresas líderes no mundo que estão começando a reconhecer a ligação entre seu sucesso financeiro e a prosperidade da sociedade em seu entorno” (SMITH *et al.*, 2017, p 4).

As iniciativas que segundo a empresa criam valor compartilhado são: (1) o Programa Poupança Florestal⁵³²; (2) o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT); (3) o Desenvolvimento de Fornecedores Locais⁵³³; e (4) o Manejo Florestal Sustentável⁵³⁴. Ainda é destacado em nota de rodapé o projeto Três Lagoas Sustentável que também seria uma forma de gerar “valor compartilhado por meio do desenvolvimento da capacidade de governos locais”.

Dentre tais programas e ações ganha destaque o caso do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), cujos projetos implementados na área de pesquisa foram apresentados junto com seus desdobramentos no capítulo 4. O PDRT estaria contribuindo com a geração de valor para as famílias das comunidades locais por meio da criação e fortalecimento de associações agrícolas e fornecimento de “ferramentas, insumos e assistência técnica para melhorar a capacidade das comunidades de produzir e comercializar uma ampla variedade de produtos”, o que possibilitaria o aumento de renda dessas famílias⁵³⁵.

merecem ter lucro, pois estão fazendo as coisas da maneira certa” (*Ibidem*, p. 4). Nota-se nesse discurso a busca por legitimidade e perenidade da atuação da empresa nas áreas onde aportam suas fábricas.

⁵³² O programa fomenta o plantio de eucalipto por agricultores locais, principalmente na unidade de Aracruz-ES. Segundo o programa tinha como objetivo “atender 5% das necessidades de madeira da fábrica de Aracruz, [mas] sua contribuição cresceu para uma média de 20%”. Nota-se, na verdade, que se trata de uma necessidade da empresa e que se tornou uma forma lucrativa de negócio: “Trazer os agricultores locais para a cadeia de valor da Fibria é um bom negócio para a empresa. Ultimamente, a maior fonte de valor de negócio tem sido a redução nos custos de madeira da Fibria. Em 2016, condições de seca forçaram a fábrica de Aracruz a buscar outras fontes de eucalipto. As plantações de fomentados cobriram parte da diferença. Com os custos de adquirir e transportar madeira no mercado spot em Minas Gerais quase 1,5 vez o custo de usar madeira do fomentado, o Programa Poupança Florestal trouxe uma economia de mais R\$ 100 milhões em 2016. O compromisso da Fibria em trabalhar com pequenos produtores, mesmo com os altos níveis de suporte técnico necessários, representaram mais de R\$ 20 milhões de economia” (*Ibidem*, p. 7).

⁵³³ “Em 1995, a Aracruz lançou uma iniciativa piloto chamada Parceria Capixaba, focada no desenvolvimento de fornecedores locais. Empresas participantes receberam treinamento em gestão financeira e administrativa e em planejamento estratégico. Para aumentar o impacto do programa e, ao mesmo tempo, compartilhar custos e responsabilidades de treinamento, a Aracruz decidiu se associar ao Instituto Evaldo Lodi - Espírito Santo (IEL-ES), uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) do Brasil. A Aracruz e o IEL-ES mobilizaram 12 grandes empresas da região, incluindo a Vale e a Cesan, para construir uma base de fornecedores local mais robusta. Em 1997, a parceria foi lançada como Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, ou “Prodfor”” (*Ibidem*, p. 10-11).

⁵³⁴ A empresa afirma que “as práticas de manejo florestal sustentável melhoram diversos serviços ecossistêmicos que reduzem o uso de água, aumentam o sequestro de carbono e protegem a floresta contra pragas e doenças”. Além disso, afirma que “serviços melhorados de ecossistema natural podem reduzir custos. Os custos com controle de formigas, principal praga do eucalipto, representam de 6 a 25% dos investimentos necessários para a preparação de florestas, dependendo da região e do regime de manejo. Assim sendo, serviços ecossistêmicos mais robustos, que reduzem a necessidade de controle de pragas representam uma fonte importante de economia de custos. Em segundo lugar, melhores práticas de manejo florestal, associadas à tecnologia de melhoramento genético da Fibria, ajudam a aumentar a produtividade do eucalipto. A Fibria busca aumentar a tonelagem da celulose produzida por hectare em mais de 40% entre hoje e 2025. Atingir esse nível de produtividade reduziria em um terço o volume de terras necessárias para produção de celulose” (*Ibidem*, p. 13-14).

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 8-9.

Como foi possível observar anteriormente, o PDRT se constitui como ponto de ligação entre a maior parte dos projetos e principal programa de inserção político-ideológica da Fibria nas diferentes frações do território. Segundo a empresa: “[...] o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial *é a principal ferramenta de engajamento com comunidades rurais*. Por meio dele, busca-se o *desenvolvimento de lideranças legítimas*, a construção de capital social e o resgate da cidadania e da autoestima” (FIBRIA. 2012a, p. 48. Grifo nosso).

O programa tem como essência intensificar o processo de gestão dos conflitos socioterritoriais e aprimorar os mecanismos pedagógicos de educação para o consenso. Um exemplo interessante, nesse sentido, é um relato contido no estudo de caso, onde destaca-se como o programa surgiu. O programa teria surgido como resposta às queimadas e aos furtos de madeira nas áreas próprias e/ou arrendadas da empresa em Aracruz-ES. O relato traz a fala de um entrevistado que estaria envolvido no roubo de madeira:

“Eu era um ladrão”, diz Cláudio Olímpio. “Eu roubava madeira para produzir carvão. Fiz isso porque era um meio de sobrevivência, mas era um meio de sobrevivência ilegal”. Em 2009, o furto de madeira custou à Fibria, empresa brasileira e maior produtora mundial de celulose de eucalipto, cerca de R\$ 50 milhões e criou tensões com as comunidades vizinhas. “A Fibria tinha medo de vir aqui”, diz Olímpio. “Eles construíram estradas para não ter que passar pela comunidade” (SMITH *et al.*, 2017, p. 3).

Posteriormente a Fibria afirma que percebeu “que as pessoas estavam recorrendo ao furto de madeira por falta de oportunidades econômicas alternativas”, e ao perguntar para o interlocutor o que a empresa poderia fazer ele teria respondido: “tragam de volta para nós o trabalho dos nossos avós: a agricultura”. Então, como resposta criou o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT): “Graças ao PDRT, “abandonamos o carvão e começamos a trabalhar na agricultura...Agora temos essa parceria entre a empresa e a comunidade”, diz Olímpio. “Estamos trabalhando juntos. Nós os ajudamos e eles nos ajudam””. Posterior à criação do PDRT e sua implantação em mais de 50 comunidades, o furto de madeira reduziu 90% em 2016, em comparação ao ano de 2009. Diante desse cenário a empresa teria reconhecido a “ligação entre os desafios do negócio e os problemas sociais e ambientais relacionados às operações da empresa”; afirma ainda que ao “enfrentar a raiz do problema do furto de madeira – a falta de oportunidades econômicas alternativas – a Fibria fez uma diferença significativa nas vidas dos membros das comunidades ao mesmo tempo em que aumentou a própria competitividade e rentabilidade”⁵³⁶.

As conclusões da empresa foram as seguintes:

⁵³⁶ *Ibidem*.

Em 2009, aproximadamente 650.000 m³ de eucalipto, representando cerca de R\$ 50 milhões, foram roubados de terras de propriedade da Fibria ou gerenciadas pela companhia no entorno da fábrica de Aracruz. Instabilidades na comunidade, em geral anterior à criação da empresa, algumas vezes resultaram em incêndios criminosos e bloqueios de estradas. Para se proteger contra tais transtornos, a Fibria gastou milhões de reais na vigilância de suas florestas e operações.

Em 2013, a situação havia mudado drasticamente. O furto de madeira na região havia caído cerca de 90% (Figura 3), e problemas causados por incêndios e bloqueios de estradas tiveram uma redução drástica. Muitos atribuem essa reviravolta ao PDRT. Ao ajudar as comunidades a gerar atividades econômicas alternativas, o programa desestimula atividades ilícitas, como o furto de madeira, e fomenta melhores relações com a comunidade.

O PDRT também trouxe benefícios para a relação da Fibria com funcionários do governo e clientes, que veem o programa como um exemplo de abordagem eficaz da empresa para o envolvimento da comunidade. “A Fibria deu uma resposta aos seus desafios sociais, como o furto de madeira, com novas formas de envolvimento,” conta um dos clientes da Fibria. “Isso é notável. Eles estão gerenciando seus riscos de forma proativa, em vez de reativa”⁵³⁷.

Cabe ainda destacar a seguinte afirmação contida no documento: “O PDRT melhora a vida de milhares de pessoas e, ao fazer isso, economiza milhões de reais para a Fibria”. Para aproveitar o sucesso do programa, a empresa estaria explorando formas de incentivar as famílias altamente engajadas a “se tornarem técnicos informais, compartilhando melhores práticas e recursos com aqueles que não participam do PDRT”⁵³⁸.

Nota-se que além de reduzir reivindicações e práticas dos sujeitos atingidos por sua territorialização ao nível de seus interesses corporativos, a empresa também realiza uma assimilação dos conflitos tomando medidas “preventivas” com o objetivo de se antecipar a eles e neutraliza-los, acolhendo as críticas “pelo alto”. Contudo, é importante destacar que para além dos projetos inseridos no PDRT e todo esforço destinado à produção de um consenso frente ao seu processo de territorialização, a empresa também se utiliza da coerção, como são os casos relatados por sujeitos e organizações atuantes especialmente na área de sua unidade em Aracruz-ES⁵³⁹. Dessa forma, pode-se presumir que o “roubo de madeira” tenha reduzido não apenas devido à intervenção política-ideológica, mas também por meio do uso da força.

⁵³⁷ *Ibidem*, p. 8-9.

⁵³⁸ *Ibidem*, p. 10.

⁵³⁹ Ver a notícia: “Comunidade quilombola sofre represália por lutar por direitos”. Destaca-se parte da fala de uma quilombola sobre as detenções arbitrárias de quatro membros da comunidade de São Domingos em Conceição da Barra, realizadas após acusação de roubos de gravetos de eucalipto. Segundo a entrevistada: “[...] essa briga não é por gravetos, mas por território”. Disponível em: <https://www.bancarios-es.org.br/comunidade-quilombola-sofre-represalia-por-lutar-por-direitos/>. Acesso em: 10/04/2022. Ver também: “Vigilância da Suzano intimida família quilombola em 'operação de rotina’”. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/vigilancia-da-suzano-constrange-familia-quilombola-em-operacao-de-rotina>. Acesso em: 10/04/2022. Ver também: “Policiais amedrontam comunidades do sapê do norte a mando da Suzano”. Disponível em:

Nas unidades de Jacareí-SP e Três Lagoas não é o furto de madeira que sustentou a necessidade de implantação do programa, mas sim seus supostos retornos intangíveis que seriam importantes, mas difíceis de mensurar. Segundo o gerente geral de Sustentabilidade da empresa: o “PDRT [...] evita futuros conflitos sociais. O programa é parte fundamental da certificação *Forest Stewardship Council* (FSC) da Fibria e promove um bom relacionamento no ambiente onde a empresa opera” (SMITH *et al.*, 2017, p. 10).

Dessa forma, a Fibria garante uma de suas metas a longo prazo que é inserir as comunidades vizinhas em sua cadeia de valor, em termos teórico-analíticos isso significa uma busca constante para inserir tais comunidades no violento processo de valorização do capital, a partir da intervenção político-ideológica nas diferentes frações do território. É disso que se trata a essência da ideia de valor compartilhado. Além disso, uma série de vantagens são criadas por meio da pedagogia política da responsabilidade socioambiental, tais como as contidas no Quadro 18, elaborado pela própria empresa.

Nessa perspectiva, se por um lado a empresa é impelida a adotar a pedagogia política da responsabilidade socioambiental – e isso ocorre por múltiplas determinações que estão ligadas à atividade de direção política da classe hegemônica/dirigente (a burguesia associada ao capital financeiro), tais como: critério para adquirir as licenças social e legal para operar; exigência dos bancos multilaterais, demanda externa por certificações; atendimento aos clientes que estão inseridos em negócios sustentáveis e que adquirem produtos que “obedeçam” aos princípios pré-estabelecidos de sustentabilidade, etc. –, por outro lado, o que realmente está na essência dessa tática, largamente explorada pela empresa, diga-se de passagem, é a intervenção político-ideológica nas diferentes frações do território com a finalidade de amplificar os processos de expropriação social (de direitos e condições de reprodução baseadas em costumes históricos), exploração e degradação (da natureza e humana), para garantir sua operação em áreas já exploradas, bem como sua expansão territorial (construção de outras unidades) em direção a novas áreas.

Quadro 18: Vantagens derivadas da pedagogia política da responsabilidade socioambiental.

Vantagem comercial	Oportunidades
Conquistar apoio para as operações da Fibria	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o suprimento de madeira para as operações atuais e o crescimento futuro - Construir laços de confiança com públicos estratégicos (licença social para operar) - Facilitar a obtenção de licenças governamentais (licença legal para operar) - Facilitar a expansão das fábricas existentes ou a construção de novas unidades
Facilitar o acesso ao capital	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar as fontes de financiamento – atrair investidores de longo prazo que privilegiem a sustentabilidade - Atender às exigências de bancos multilaterais - Manter-se em sintonia com as preocupações de investidores internacionais - Melhorar o perfil de risco da Fibria - Reduzir os riscos de ordem socioambiental
Manter participação de mercado	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar melhorias contínuas no desempenho social e ambiental - Antecipar as condições de compra dos principais clientes de longo prazo e atendê-las - Atender às demandas por certificação - Adicionar valor aos clientes pela sintonia com novas tendências e desenvolvimentos no campo da sustentabilidade
Reduzir custos	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuir custos decorrentes de manifestações, ações legais e interferências nos negócios - Antecipar e atender a preocupações legítimas das partes interessadas antes que requeiram medidas de mitigação dispendiosas - Identificar melhorias ambientais ou sociais no manejo florestal, na produção de celulose e na logística que também proporcionem ganhos financeiros
Gerir o risco	<ul style="list-style-type: none"> - Antecipar tanto quanto possíveis questões e riscos potenciais, ganhando tempo para planejamento e financiamento (importante na indústria de celulose) quando forem necessárias mudanças - Aumentar a segurança do fornecimento de madeira - Participar do debate político e ajudar a definir as regras em conjunto com os demais segmentos da sociedade
Motivar os empregados	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular o orgulho e a lealdade dos empregados - Obter deles total compromisso e máxima criatividade
Fortalecer a reputação da Fibria	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalizar positivamente ao mercado, imprensa, clientes, governos etc. - Construir laços de confiança e credibilidade - Estimular o diálogo aberto e relações construtivas

Fonte: <http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional/sustentabilidade.htm>. Acesso em: 01/05/2017.
Organizado pelo autor.

Diante das considerações aqui tessidas cabe compreender como a responsabilidade socioambiental atua enquanto pedagogia política no interior do setor de celulose, especialmente por meio da territorialização da Fibria em Mato Grosso do Sul.

5.6 DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL À PEDAGOGIA POLÍTICA DA FIBRIA

O mapeamento das comunidades do entorno – quantas são, onde estão, de quais grupos sociais se trata cada uma delas – e a posterior incursão e intervenção por meio de projetos e programas de responsabilidade socioambiental, via associações e cooperativas, torna as diferentes frações do território permanentemente vigiadas pela Fibria. Essa vigilância é realizada tanto pelos técnicos da empresa e de empresas terceirizadas (como é o caso da Simbiose) a partir de sucessivas e constantes reuniões e visitas⁵⁴⁰, quanto pelos chamados “canais de comunicação”. Segundo a empresa são estabelecidos “canais de comunicação com as comunidades vizinhas de suas operações florestais e industriais, de forma a evitar e/ou minimizar seus impactos negativos e potencializar os positivos”. Tais canais se baseariam em “estabelecimento de mecanismos para evitar e/ou solucionar conflitos sociais e culturais decorrentes das nossas atividades, permitindo a livre participação” (FIBRIA, 2017e, p. 2).

Além disso, a pedagogia política da responsabilidade socioambiental conta também com: (a) encontros comunitários “com objetivo de divulgar as ações da empresa, permitindo a troca de informações de interesse comum”; (b) diálogo operacional, em que as comunidades recebem “informação das operações florestais que serão realizadas em seu entorno, para que possam identificar e discutir os potenciais impactos positivos e negativos destas operações”; e (c) agenda presencial “que busca a presença e aproximação constantes da Fibria junto à comunidade, de modo a proporcionar a vivência da realidade local” (FIBRIA, 2018, p. 31-33). A empresa ainda afirma o seguinte:

Buscamos assegurar a legitimidade social de nosso negócio por meio do fortalecimento, no longo prazo, da relação com as comunidades e da integração de seus interesses na condução e gestão do nosso negócio. Uma medida que visa esse objetivo é a realização do Diálogo Operacional, organizado para apresentar previamente às comunidades vizinhas o plano de colheita, com detalhes dos procedimentos no entorno. A ideia é discutir e acordar formas de evitar ou mitigar impactos negativos [...].

Após o término de cada operação, as ações de mitigação realizadas pela Fibria são avaliadas em entrevistas individuais com os vizinhos e representantes das comunidades, indicados nas reuniões de diálogo [...].

⁵⁴⁰ Em todos os trabalhos de campo realizados foi possível encontrar esses sujeitos ou saber que estiveram ou chegariam no local em alguma parte do dia. Segundo um entrevistado: “A Fibria sempre está aqui, as vezes ele vem [empregado]... pra te falar a verdade ele vem quase todo dia. Só que as vezes ele vem em um lote hoje, amanhã vem em outro, é variado. Está por aí todo dia. Reunião também eles participam muito, pelo menos uma vez por mês tem a reunião deles mesmo, da Fibria, vem explicar os projetos, com eles e com a presidente da associação, ela faz parte também”. Entrevista realizada no dia 20/06/2017, no assentamento Pontal do Faia, Três Lagoas-MS.

Mais do que minimizar impactos nas comunidades vizinhas, a Fibria quer evitá-los e trabalhar em conjunto estratégias de geração de renda para as famílias e o desenvolvimento local. (FIBRIA, 2015, p. 80).

Ainda sobre essa questão em seu relatório de sustentabilidade online a empresa afirma:

A Fibria busca o diálogo transparente com os públicos e as comunidades que são afetados de alguma forma por suas operações florestais, industriais e de logística. A companhia trabalha para mitigar os impactos negativos eventualmente gerados por nossas atividades; avalia riscos e soluções de maneira a, sempre que possível, agir preventivamente para evitar problemas, e ouve com atenção queixas e reclamações⁵⁴¹.

Nota-se que o estabelecimento e a manutenção dos mecanismos de vigilância utilizados pela empresa se dão por meio da justificativa da mitigação de impactos. De fato, tais canais de comunicação servem como filtros que possibilitam a empresa capitar e agir – colocando em prática suas táticas de convencimento, persuasão e cooptação – frente à impactos e conflitos gerados por suas operações antes que esses se intensifiquem e atinjam maiores proporções tanto na esfera pública quanto na jurídica. Dessa forma, tem-se que as ações supostamente voltadas para a mitigação dos impactos socioambientais gerados pelas operações da empresa representam a porta de entrada para sua intervenção política-ideológica por meio da pedagogia política da responsabilidade socioambiental⁵⁴².

Segundo seu Plano de Manejo, as ações desenvolvidas pela unidade Três Lagoas/MS foram:

Em 2017, foram visitados e cadastrados 429 vizinhos das fazendas localizadas em seis municípios sul mato-grossenses: Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Selvíria, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas. Foram realizados 124 diálogos, sendo 118 diálogos individuais e 6 diálogos coletivos (reunião comunitária). [...].

A partir dos diálogos realizados, foram cadastrados 106 registros (60 questionamentos e 46 solicitações), dos quais 38 foram reclamações e o tempo médio de atendimento das mesmas foi de 40 dias (FIBRIA, 2018, p. 32).

Com esse “engajamento” e postura ideológica a empresa consegue reduzir ou até mesmo zerar custos decorrentes de manifestações realizadas por movimentos socioterritoriais de luta pela terra e por território, por exemplo. Além disso, na visão divulgada pela empresa, com essa

⁵⁴¹ Disponível em: <http://r2017.fibria.com.br/nossos-relacionamentos/relacionamento-com-a-comunidade/>. Acesso em: 28/05/2017.

⁵⁴² Importante destacar que para estabelecer relação com as comunidades a empresa busca na área de atuação profissionais que tenham um histórico de envolvimento/estudo com cada comunidade atingida por suas operações. Esses profissionais são contratados para elaborar os denominados Planos de Sustentabilidade, com o respaldo deles a empresa consegue autorizações como, por exemplo, a da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para ingressar na Terra Indígena, além da anuência das lideranças locais. Os Planos de Sustentabilidade tratam-se de estudos detalhados sobre a comunidade, com eixos e medidas estratégicas de intervenção. Isso se dá tanto para facilitar a implementação da pedagogia política da responsabilidade socioambiental quanto para assimilar os conhecimentos acerca dos sujeitos e do local.

forma de atuação, permeada pelo falso diálogo (pois pretende ocultar as determinações e contradições do processo), os movimentos sociais passariam de sujeitos de contestação para “parceiros” e “colaboradores”, isto é, da relação inerentemente conflituosa se passaria a um simples ato de cooperação, “um aprendizado mútuo”, no momento em que as classes, frações de classes e grupos subalternos estivessem participando de algum projeto social e/ou produtivo implementado pela empresa, como estaria ocorrendo em algumas das áreas de atuação da Fibria⁵⁴³.

Consultar as chamadas “partes interessadas” também aparece como possibilidade para evitar medidas consideradas dispendiosas pela empresa, como, por exemplo, ter que enfrentar pendengas judiciais. Conhecer e antecipar “soluções” para grande parte dos problemas frutos de sua própria territorialização assemelha-se as disputas de xadrez, em que um jogador (nesse caso a empresa) procura identificar os possíveis movimentos que o adversário irá realizar e assim colocá-lo em xeque. Tal trunfo aparenta ter extrema importância quando observado o afincamento com que essas questões são tratadas e todos os esforços e recursos para elas direcionados.

A empresa busca identificar, priorizar, avaliar e responder as demandas das comunidades e também dos órgãos públicos, de ONGs e entidades, desde que alinhadas ao que denomina como sua missão, visão e seus valores, que são: (a) “foco na criação de valor econômico, ambiental e social”; (b) construção de “confiança e reputação na empresa”; (c) redução de “impactos sociais provenientes das atividades florestais”; (d) contribuição “para a obtenção da “licença social” das operações”; (e) “reconhecimento mútuo da empresa e das comunidades como possíveis parceiros para o desenvolvimento local”; e (f) “maior aproximação e oportunidades de vivência e intercâmbio das realidades locais onde a empresa estiver inserida”⁵⁴⁴. Tais valores possuem objetivos específicos ligados à legitimação de sua territorialização e podem ser observados nas próprias metas de longo prazo estabelecidas pela empresa (BOX III).

⁵⁴³ Especialmente na Bahia onde há atuação da empresa em terras indígenas e comunidades quilombolas.

⁵⁴⁴ *Ibidem*.

BOX III**Metas de longo prazo****Objetivo: fortalecer a interação entre empresa e sociedade****Meta: atingir 80% de aprovação nas comunidades vizinhas**

- **Como:** elevando o índice de aprovação nas comunidades vizinhas, de 50%, em 2011, para 80%, em 2025, por meio de:
 - ✓ melhoria da qualidade do relacionamento com as comunidades
 - ✓ apoio a projetos de desenvolvimento local
 - ✓ inserção da comunidade na cadeia de valor da empresa
- **Benefícios:**
 - ✓ convivência harmoniosa com as comunidades vizinhas
 - ✓ ambiente propício ao desenvolvimento local

NOTA: índice de aprovação medido por pesquisas.

Objetivo: fortalecer a interação entre empresa e sociedade**Meta: ajudar a comunidade a tornar autossustentáveis 70% dos projetos de geração de renda, apoiados pela empresa**

- **Como:** evoluindo de 5% de projetos autossustentáveis, em 2011, para 70%, em 2025, por meio de:
 - ✓ ampliação do modelo PDRT – Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial
 - ✓ promoção de capacitação técnica e gerencial, por meio de consultorias e parcerias
 - ✓ atração de apoio de outros parceiros
- **Benefícios:**
 - ✓ inclusão social das comunidades, reduzindo sua vulnerabilidade socioeconômica
 - ✓ protagonismo da comunidade em seu processo de desenvolvimento
 - ✓ aumento da qualificação gerencial e técnica dos membros das comunidades
 - ✓ autonomia das comunidades, em relação ao setor privado ou ao público
 - ✓ estímulo à construção de capital social
 - ✓ redução dos conflitos e manutenção da boa convivência com comunidades vizinhas

Fonte: <http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional/sustentabilidade.htm>. Acesso em: 01/05/2017.
Organizado pelo autor.

Em seu Relatório de Sustentabilidade (2012), a meta da Fibria era elevar a aprovação das comunidades vizinhas de 50% (2011) para 80% e tornar autossuficientes 70% dos projetos apoiados pela empresa (índice estimado em 5% em 2011), até 2025. A “estratégia de relacionamento com as comunidades vizinhas e investimento social” aparece como um dos dez temas mais importantes para a sustentabilidade da empresa (FIBRIA, 2012). Em relação à sua atuação na área pesquisada, a empresa afirma que foi realizada uma “pesquisa de favorabilidade por uma agência independente, nas comunidades vizinhas na região de Três Lagoas/MS. O resultado gerado aponta um valor superior a 72% de aprovação, o que evidencia que a empresa possui boa aceitação no território em que atua” (FIBRIA, 2018, p. 32).

Alguns fatores encontrados pela Fibria no início de suas operação no recorte da pesquisa, como o contexto de abandono dos assentamentos (ex.: anos sem energia elétrica, falta de assistência técnica e de recursos que viabilizassem a produção), o reduzido número de famílias que conseguiam acessar políticas públicas (sociais e agrícolas) e as difíceis condições econômicas de existência, formaram um cenário favorável à implantação de projetos de responsabilidade socioambiental, pois numa realidade de coação econômica, onde até mesmo necessidades elementares não estavam ao alcance das famílias, poucos investimentos e simples projetos aparecem como possibilidade de atenuar as condições básicas de reprodução social dos sujeitos atingidos diretamente pelo territorialização do setor de celulose. Esse panorama é favorável à intervenção político-ideológica da burguesia por dois motivos: a) reduz a necessidade de inserir grande volume de recursos destinados a tais projetos e programas; b) proporciona certa legitimidade frente às comunidades locais perante a situação em que se encontravam, especialmente os assentamentos rurais.

Contudo, com o contínuo e desenfreado avanço do capital sobre a terra e a natureza, e seus respectivos impactos socioambientais e territoriais, as condições de (re)produção das classes e frações de classes subalternas vão sendo solapadas ao tempo em que os projetos e programas de responsabilidade socioambiental vão sendo implantados na busca pelo apassivamento dos conflitos socioterritoriais gerados pela territorialização do capital. Dessa forma, amplia-se, por um lado, os impactos socioambientais que aos poucos vão minando as condições materiais de existência desses sujeitos e, por outro, a sua dependência em relação à intervenção político-ideológica da burguesia no território.

A pedagogia política da responsabilidade socioambiental contrariamente ao que é divulgado nos relatórios de sustentabilidade da empresa, gera a contínua dependência dos sujeitos atingidos pela sua intervenção e não a autonomia, nem mesmo um suposto caminho em direção a ela. A realidade não poderia ser diferente, pois a ruptura dessa dependência poderia levar ao movimento de enfrentamento contra a territorialização do capital. Encerrando-se a dependência, a força coercitiva e expropriatória de sua territorialização ficaria desnuda do consenso que lhe envolve, bem por isso os programas e projetos não são elaborados e voltados para a “emancipação”, mas sim para a reprodução da própria dependência. Contudo, é importante destacar que os sujeitos atingidos pela intervenção da empresa conseguem por vezes se apropriarem dos programas e projetos de forma ressignificada, bem como alterar a maneira como esses são implementados, transformando-os em meios de resistência às forças expropriatórias do capital. Tal assertiva aponta a existência de uma dialética entre a pedagogia

política da Fibria e a reprodução camponesa na área de estudo e pode ser verificada nas pesquisas de Oliveira (2020) e Melo (2021), bem como no capítulo 4 dessa tese onde foram analisados os programas e projetos. Outro ponto importante é que o alinhamento dos projetos implantados pela empresa com as políticas públicas, especialmente o PNAE, o PAA e o PRONAF, tem possibilitado que o impacto desses projetos apareça de forma mais relevante para as famílias camponesas e, assim, ampliando a legitimação de sua intervenção político-ideológica. Além disso, dois movimentos contraditórios emergem de todo esse processo. Primeiro, que a tendência de empresariamento da produção e da sociabilidade entre as famílias tem desmobilizado a luta pela permanência e abrangência das políticas públicas; segundo, o próprio processo de fortalecimento da hegemonia neoliberal tem favorecido o ativismo político-empresarial, especialmente por meio da punção do fundo público, beneficiando-se da redução dos recursos destinados às políticas sociais das quais os programas citados fazem parte. Cabe destacar que os programas PNAE e PAA são viabilizadas pelo fundo público FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e o PRONAF pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alocado no BNDES.

Diferentes mecanismos são colocados em prática – por meio daquilo que a empresa chama de organização e gestão de associações – para coagir as famílias a participarem dos programas e projetos, e se esforçarem o suficiente para que tais programas e projetos deem o resultado esperado pela empresa. Uma dessas práticas, bastante mencionada, foi a seguinte: as famílias que não se empenhassem para implantar o projeto ou para dar continuidade a ele poderiam ser excluídas de novos projetos, bem como do recebimento de incrementos agrícolas. Assim, a participação ativa das famílias nos projetos aparece como condição para que essas tenham prioridade para acessar novos projetos frente aquelas que não participam a contento.

Em trabalho de campo foi relatado por entrevistados que se houvesse algum conflito entre as comunidades e a empresa, os recursos e benefícios – R.B. como se referiu um dos entrevistados – seriam cortados. Dessa forma, se torna emblemático o apontamento realizado por outro entrevistado – já citado, mas que cabe aqui retomar – acerca das mortes de abelhas: “Tem algumas denúncias aí de apicultor que não faz parte da ABA [Associação Brasilandense de Apicultores], mesmo porque se fizesse parte da ABA ele nunca ia fazer isso, que denunciou morte de abelha”⁵⁴⁵.

Diante disso, é possível afirmar que os sujeitos atingidos pela intervenção da Fibria sofrem uma forma específica de coerção econômica e moral para que seja mantido um certo

⁵⁴⁵ Entrevista realizada em 20 de julho de 2018, no município de Brasilândia.

consenso em torno de sua atuação. Tem-se, assim, que a pedagogia política da responsabilidade socioambiental se configura, na verdade, como uma forma de coerção revestida de consenso. Nessa perspectiva, a dominação socioterritorial do capital não se dá exclusivamente no âmbito do consenso – que poderia ser considerado o momento predominante, principalmente por causa de fatores locais como (a) a inexistência de movimentos socioterritoriais; (b) ser uma área sem reivindicações e disputas por terra e território; (c) ter extensas propriedades disponíveis para expansão do monocultivo de eucalipto, etc. –, mas também no da coerção.

Nesse sentido, os processos ocorridos no seio da sociedade civil não podem ser compreendidos considerando-se exclusivamente a dimensão do consenso, pois na sociedade civil também há conflito, luta de classes e luta pela hegemonia. Para Bianchi e Aliaga (2011, p. 31-32), baseados em Gramsci, “assim como a sociedade política busca a formação do consenso na sociedade civil para evitar o uso direto da força, na sociedade civil também se encontra algum nível de coerção combinada com o consentimento”.

Compreende-se que impelir a participação desses sujeitos nas reuniões, também por meio da ameaça de corte dos “benefícios”, tem como objetivo principal a construção de um consenso espontâneo e organizado, isto é, com a participação das próprias famílias, para que a empresa possa exercer sua dominação socioterritorial. Essa adesão ao programa da empresa influencia a “condução moral” e a direção da “vontade coletiva” dos sujeitos, possibilitando a criação de uma forma de agir e de pensar, um certo conformismo adequado aos interesses imediatos e de médio e longo prazo da própria empresa.

É possível afirmar que a pedagogia política da Fibria se reproduz principalmente fora dos muros escolares – no chão dos assentamentos, dos reassentamentos, das reservas indígenas e das comunidades quilombolas e ribeirinhas –, por meio das associações e dos projetos de responsabilidade social empresarial. Para educar para o consenso, além dos aparelhos privados de hegemonia burguesa, outros são essenciais, principalmente as associações, essas que, por vezes são criadas a partir da iniciativa da própria empresa⁵⁴⁶. Aliás, os camponeses são obrigados a criar (caso não tenham) associações como condição para participarem dos programas e projetos. A interferência por meio da associação comunitária que possui como representantes (presidente e diretoria) membros do assentamento, tem maior legitimidade para impor as ideias e ações de interesse da empresa. Por isso a empresa concede pequenos

⁵⁴⁶ Verifica-se assim que a intervenção político-ideológica da empresa nas diferentes frações do território ocorre no âmbito da sociedade civil, especialmente por meio das associações comunitárias e/ou produtivas, bem como de cooperativas. Também comum encontrar nos documentos da empresa (planos de manejo e relatórios de sustentabilidade) a ideia de que é importante fortalecer a sociedade civil e o relacionamento da empresa com a sociedade civil, bem como a importância de fortalecimento das associações.

“benéficos” aos presidentes de associações e intenso envolvimento entre estes e a empresa que sempre estará de “portas abertas” para eles. Neste sentido, a afirmação de Gramsci sobre a relação pedagógica é elucidativa:

[...] a relação pedagógica não pode ser limitada as relações especificamente “escolares” [...] Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. *Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica* [...] (GRAMSCI, 1999, p. 399. Grifos nosso).

No caso pesquisado, essa relação pedagógica serve também para minar qualquer possibilidade de surgimento de associações autônomas e críticas em relação à intervenção político-ideológica das empresas e aos impactos causados por suas operações. A lição de Marx acerca das sociedades cooperativas no Programa de Gotha serve justamente para o caso em tela: afirmou Marx (2012, p. 41) que as sociedades cooperativas “só têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses”.

Tal pedagogia política interfere sobremaneira a sociabilidade camponesa, ribeirinha e indígena, como exposto no capítulo anterior. Sua tendência é a desarticulação/desestruturação da vida em comunidade, esta que é o espaço da reprodução desses sujeitos, bem como desviar qualquer possibilidade de organização autônoma. Diante disso, também é possível afirmar que a Fibria impõe um modo empresarial de produção e de racionalidade ao cobrar que os participantes dos projetos apresentem resultados.

Aquelas famílias que acabam excluídas dos projetos e programas não possuem força no interior das associações, tendo em vista que a maioria dos associados participam desses mesmos projetos e programas – isto é, a maior parte daquelas famílias que não participam também não são associados – e tampouco individualmente, para contestar os problemas existentes nessa relação. Por outro lado, não quer dizer que as famílias que participam dos projetos e programas não consigam identificar as contradições entre o discurso, as ações e os impactos causados pelas operações da empresa. Alguns conseguem observar e compreender os problemas desencadeados por essas operações, contudo alimentam a possibilidade de permanecer na terra em meio aos problemas, pois muitas vezes os recursos investidos na intervenção político-ideológica da empresa dão a sensação de compensação, ao menos a curto e médio prazo. Dessa forma, os projetos e programas servem aos interesses das empresas, mas nem sempre

conseguem legitimá-los entre todos os sujeitos atingidos diretamente por suas operações⁵⁴⁷, como aponta a seguinte entrevista – ponto recorrente dentre diferentes entrevistas realizadas:

Não vou dizer que sou favorável às empresas que hoje estão aí em Três Lagoas. Infelizmente Três Lagoas fez uma escolha e por um longo tempo a gente irá pagar por essa escolha e o caminho que tomou agora não tem mais volta, o eucalipto tá aí e não vai acabar durante 20 anos, nem se os caras pararem de plantar agora, isso aí vai ficar aí por um bom tempo. Então, o que eu falo pro pessoal é o seguinte: a realidade é uma só, hoje se não fosse essa ajuda, não digo nem tanto a ajuda financeira, mas se não fosse essa ajuda para articular a venda, pra articular acesso à política pública, pra organizar a associação, acho que esse assentamento estaria igual ao São Joaquim, igual a outros assentamentos que estão a Deus-dará. Infelizmente já está aí! Hoje a gente vê que uma monocultura do tamanho dessa que tá aí, a gente sabe que não vai ser bacana no futuro. A gente sabe disso! A gente presencia que aqui virou corredor de animal, os animais não têm mais o que comer. Então, revoadas de papagaios, revoadas de periquitos, acabam com a lavoura, a seriema. Mas, infelizmente, não tem mais pra onde correr. A gente tem que saber o que vai acontecer de agora para a frente porque... de agora até uns 20 anos a gente sabe que a gente está ferrado (risos). Daqui até uns 20 anos a gente tá ferrado com esse tanto de eucalipto que tem em volta aí⁵⁴⁸.

Outro entrevistado, que participa de um dos projetos da empresa, residente no município de Brasilândia, afirmou:

Eu vou falar sem medo de errar: a Fibria trouxe um grande prejuízo para nossa cidade com esse plantio de eucalipto, e... eu não vou enxergar, mas meu neto irá enxergar que isso daqui ainda vai dar muito mais prejuízo porque o que eu escuto falar é que o plantio de eucalipto chega uma época que não nasce mais nada. Porque o Mutum mesmo, que eu conheço o Mutum [referindo-se ao assentamento Mutum], lá não nasce mais nada. Diz que lá antigamente era plantio de eucalipto, fazia carvão para siderúrgica e tal⁵⁴⁹.

Entende-se que a intervenção político-ideológica por vezes é aceita ou endossada pelo fato de que os sujeitos atingidos pelos impactos da territorialização do capital no campo não enxergarem nenhuma alternativa real e contrária a ela. Se por um lado a ideologia da responsabilidade socioambiental não lhes convence totalmente, por outro a ideia de que as condições de vida poderiam melhorar por meio dessa intervenção permanece atuante.

Já os sujeitos que participam efetivamente dos projetos, das viagens e das reuniões realizadas no interior da empresa, ou seja, que ocupam um lugar de destaque – geralmente são os presidentes das associações –, possuem uma postura de mediadores de conflitos e defensores quase que incontestes da atuação da empresa. Quando o presidente da associação se recusa a

⁵⁴⁷ Provavelmente a legitimação é mais bem sucedida perante os grupos que não são diretamente atingidos pelas operações da empresa.

⁵⁴⁸ Entrevista realizada no dia 09 de janeiro de 2018, no Assentamento 20 de março.

⁵⁴⁹ Entrevista realizada em 07 de julho de 2019, no município de Brasilândia.

aceitar tudo que é imposto pela empresa, outros sujeitos são convocados a participar de tais reuniões e/ou viagens, inclusive ex-presidentes das associações. Parece haver também uma articulação para trocar os presidentes das associações, bem como um esforço para que aqueles ex-presidentes que consentem com a atuação da empresa voltem ao cargo ou mesmo que seja outro sujeito, que este se candidate. Esses sujeitos geralmente são aqueles considerados lideranças ou que pelo menos tenham destaque dentro do grupo, é deles que a empresa se aproxima, oferece projetos e convida para reuniões, ou seja, diferentes formas de cooptação.

A produção e reprodução da dependência e da coerção não se dão exclusivamente por meio dos projetos e programas de responsabilidade social, assim como a cooptação não incide apenas sobre as lideranças das comunidades, são processos que também ocorrem por meio da contratação da força de trabalho de parte das famílias que vivem nas diferentes frações do território atingidas pela territorialização da empresa, principalmente nos plantios de eucalipto⁵⁵⁰. Um exemplo é a formação de uma equipe de monitores florestais contratados nas comunidades e treinados “para representar a empresa no contato direto com a vizinhança”. Além de apoiarem “a empresa na observação de furtos, incêndios e agressões ao meio ambiente”, eles são responsáveis por identificar a fauna e flora local e cuidar das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs) de sua propriedade (FIBRIA, 2011, p. 74; 90; 135)⁵⁵¹.

Em relação aos funcionários da empresa, bem como os das empresas que a ela prestam serviços, eles se tornam “legisladores”, o que significa dizer, na leitura gramsciana, que passam a “contribuir pra modificar o ambiente social [...] (para modificar determinadas características dele ou para conservar outras), isto é, tende a estabelecer “normas”, regras de vida e de conduta”. Gramsci esclarece que o termo, apesar de seu significado jurídico-estatal e de ter nos funcionários estatais (eleitos e de carreira) seu poder legislativo máximo, também pode ser empregado para os dirigentes de organizações “privadas” que dispõem igualmente de sanções coercitivas – e aqui fica clara a tênue linha entre consenso e coerção no interior da sociedade civil. Tal atividade “legislativa”, tem como finalidade a “preparação do consenso “espontâneo” das massas, que devem “viver” aquelas diretrizes, modificando seus hábitos, sua vontade e suas convicções de acordo com aquelas diretrizes e com os objetivos que elas se propõem atingir” (GRAMSCI, 2007, p. 302).

⁵⁵⁰ Silva (2014, p. 145) durante trabalho de campo identificou cerca de 40 camponeses de assentamentos localizados no município de Selvíria trabalhando com carteira assinada na Fibria e em outras empresas do setor.

⁵⁵¹ Nos estados de Espírito Santo e Bahia, onde o furto de madeira e incêndios nas propriedades da empresa eram recorrentes, a empresa se articulou com fornecedores de madeira para darem preferência à contratação de moradores das comunidades (FIBRIA, 2013, p. 62).

Por fim, entende-se que dentro das condições de dependência e dominação criadas pelas classes dominantes, a existência e permanência dessas frações do território e dos sujeitos nelas situados não aparece como uma ameaça à reprodução do capital e, desde que tais condições sejam continuamente reproduzidas, servem como forma de legitimação de seu processo de territorialização via setor de celulose.

Eis o papel da pedagogia política da responsabilidade socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da proposta de investigar o processo de territorialização do capital no campo, via setor de celulose, foi possível chegar a algumas considerações que não dizem respeito exclusivamente ao objeto de análise, extrapolando sua compreensão para o processo mais geral de acumulação de capital em uma economia dependente cuja conjuntura foi marcada pela emergência de forças progressistas ao poder governamental, com a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Dessa forma, com a pretensão de compreender o objeto de estudo e também contribuir com as análises teórico-metodológicas pautadas na concepção materialista e dialética da história, também foram trabalhadas questões relacionadas aos papéis do Estado e da sociedade civil, que permitiram e permitirão realizar algumas considerações sobre ambos.

Os pontos de partida, para além da escala nacional, foram: a ascensão da China enquanto potência política e econômica mundial e com ela a demanda por matéria-prima; e a chegada de partidos trabalhistas e social-democratas ao poder governamental em países da América Latina. No Brasil, ambos processos significaram o fortalecimento da burguesia interna, a emergência da ideologia social-liberal e o aprofundamento do padrão exportador de especialização produtiva.

A ideologia social-liberal chegou ao Brasil antes da vitória presidencial de Lula, mas foi somente com o Partido dos Trabalhadores que encontrou a combinação de forças progressivas suficientes para implantar um programa político capaz de dirigir as classes dominantes com o consenso ativo de lideranças das principais centrais sindicais e de movimentos sociais, e o consenso passivo das classes e frações de classes subalternas.

Com o social-liberalismo petista o processo de ampliação do Estado se acentuou por meio da socialização da política, sendo a ascensão de lideranças sindicais a postos de direção e coordenação de diferentes instituições estatais um aspecto dessa socialização. Como resultado verificou-se a legitimação da punção do fundo público para a reprodução dos capitais produtivo e financeiro, bem como para a reprodução das classes e frações de classes subalternas, mas sempre de forma integrada à dominação burguesa e complementar à reprodução do capital – vide a forma com que foram tratados a política de reforma agrária (capítulo 1) e o uso do Fundo Social do BNDES (capítulo 2).

No interior desse processo o BNDES ganhou destaque como uma das principais instituições do aparato de Estado, durante o período analisado. Sua atuação possibilitou a expansão territorial dos monopólios ligados ao setor de celulose em direção ao interior do país, contribuindo com: i) a construção de novas fábricas; ii) a aquisição de capital constante:

máquinas, equipamentos, vagões e locomotivas; iii) os processos de fusão e aquisição (centralização de capital); iv) investimentos nas principais corporações do setor por meio de participação acionária e compra de debêntures (concentração de capital); v) a consolidação de uma forma específica de dominação de classes destinada a educação para o consenso das classes e frações de classes subalternas, denominada, nessa tese, de dominação socioterritorial.

A atuação BNDES não se limitou ao setor de celulose, ela garantiu a acumulação de capital pelos grandes grupos empresariais da burguesia interna (“campeãs nacionais”), bem como a expansão de suas operações para o interior do país e para fora dele (internacionalização), somada a intervenção político-ideológica dessa fração da burguesia nas diferentes frações do território. Além disso, viabilizou a implementação de políticas públicas baseadas nos interesses das classes dominantes, inseridos no interior do aparato de Estado, por meio de seus aparelhos privados de hegemonia, especialmente institutos e fundações empresariais.

Essa atuação também se mostrou fundamental para a reprodução do capital durante a crise financeira internacional, quando o Banco foi dotado de forte poder econômico e direção política das classes dominantes, especialmente da burguesia interna. Foi nesse momento, com a finalidade superar a crise de acumulação, que os processos de territorialização dos monopólios e monopolização do território se intensificaram no país e, junto a eles, o padrão exportador de especialização produtiva. Verificou-se que os desembolsos do Banco passaram de R\$ 90 bilhões em 2008 para R\$ 187,8 bi em 2014 e alcançou seu maior volume em 2013, de R\$ 190,4 bilhões, viabilizados pelo Programa de Sustentação do Investimento (BNDES-PSI) que autorizou um aumento exponencial da captação de recursos do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), ou seja, do fundo público.

No contexto nacional foram tais fatores que permitiram a consolidação do setor de celulose e sua expansão para novas áreas situadas especialmente no interior do país. Já em relação ao contexto local/regional, somados aos fatores gerais anteriormente citados, a pesquisa identificou as condições geradas pela questão agrária e a aliança entre terra e capital como decisivas para a mobilidade do setor para a área analisada, o que fez da porção Nordeste do estado de Mato Grosso do Sul a principal área de sua expansão desde a segunda metade dos anos 2000. Alguns aspectos dessas condições são: concentração fundiária; grandes propriedades tituladas; possibilidade de adquirir grandes propriedades por meio de incorporação patrimonial, utilizando-as como forma de reservas patrimonial e de valor; e a possibilidade/facilidade de apropriação de extensas e contíguas áreas próximas às fábricas,

gerando assim um lucro extra. Nesse sentido, a questão agrária e a renda da terra tornam-se pontos fundamentais do processo de territorialização do setor.

Diante de uma questão agrária irreformável, pode-se afirmar que, para o campo brasileiro, o social-liberalismo petista significou: i) a transformação da política de reforma agrária em instrumento de realização da renda capitalizada da terra, beneficiando proprietários de terra e capitalistas proprietários de terra; ii) bloqueio da reforma agrária; iii) legalização de terras griladas; iv) expansão acelerada da agricultura capitalista por meio dos processos de monopolização do território e territorialização dos monopólios. Soma-se a isso, o processo de apassivamento do principal movimento social de luta pela terra, o MST. No campo sul-mato-grossense, especialmente na área analisada, significou “passe livre” para a territorialização do setor de celulose e sua contínua e desenfreada expansão, com a possibilidade de gerar lucros extraordinários sem grandes preocupações com conflitos que poderiam ocorrer frente aos impactos socioambientais e territoriais de sua atuação.

Considera-se também que a pedagogia política da responsabilidade socioambiental se configurou como o principal mecanismo de educação das classes e frações de classes subalternas para o consenso. Identificou-se que a disseminação e o fortalecimento de tal pedagogia teve estreita relação com a ideologia social-liberal, correspondendo à uma forma de sua manifestação (sua aparência), e que ela demarca uma evolução qualitativa na forma de dominação de classes durante o período analisado, denominada, nesta tese, de socioterritorial, tendo em vista que diz respeito à uma estratégia criada pela burguesia para adentrar (intervir/(re)organizar) as diferentes frações do território, influenciando na produção e organização das classes e frações de classes subalternas por meio dos projetos e programas socioambientais, especialmente a partir da gestão de suas associações.

Nesse sentido, um aspecto da contínua e intensa ampliação seletiva do Estado (em termos gramscianos), que se verificou durante o período analisado, foi a disseminação e o fortalecimento de aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial (principalmente institutos e fundações empresariais). Afirmou-se que a intervenção político-ideológica da burguesia na sociedade civil se deu principalmente por meio da disseminação e ampliação das práticas de responsabilidade socioambiental das grandes corporações, o que possibilitou a expansão territorial das mesmas. Defende-se, então, que no interior do processo de territorialização do capital encontra-se um misto de coerção e consenso, sendo essas duas dimensões inseparáveis e imprescindíveis para compreender sua totalidade.

Observou-se, ainda, que durante social-liberalismo petista o papel do Estado como educador para o consenso foi desempenhado por meio de financiamentos e investimentos destinados aos aparelhos privados de hegemonia burguesa, como é o caso do Instituto Votorantim. O Instituto Votorantim, assim como outros institutos e fundações empresariais, recebeu recursos não reembolsáveis (fundo perdido) do BNDES, além de financiamentos realizados por meio de sua Linha de Investimento Social de Empresas (cobrando apenas a taxa de custo básico da operação), de sua Política de Atuação no Entorno de Projetos e de seu subcrédito social (composto por 0,5% dos financiamentos destinados a implantação ou expansão de grandes empreendimentos). Esses programas tiveram fundamental importância para a expansão territorial das grandes corporações ao dotarem-nas de uma forma de dominação de classes com bases socioterritoriais, especialmente após eclosão da crise financeira, quando os recursos destinados a tais programas tiveram um grande salto: os investimentos do Fundo Social passaram de R\$ 14,5 milhões em 2007 para R\$ 291,9 milhões em 2014; a Linha de Investimentos Sociais em Empresas passou de R\$ 40,5 milhões em 2007 para R\$ 221 milhões em 2014, chegando a R\$ 306,9 milhões em 2013, ano com maior volume de operações; verificou-se que dentre os principais setores contemplados com esses investimentos (Linha ISE), o de celulose foi o que se apropriou da maior quantia: R\$ 227,4 milhões, justamente devido sua acelerada expansão.

O Instituto Votorantim recebeu o montante de R\$ 55 milhões em recursos não reembolsáveis (Fundo Social), entre os anos de 2010 e 2015, que foram destinados ao programa Redes para o Desenvolvimento Sustentável (ReDes) e ao Programa de Apoio à Gestão Pública (AGP), sendo, desse total, R\$ 5,2 milhões destinados exclusivamente para Fibria-MS Celulose⁵⁵²; já pela Linha Investimentos Sociais de Empresas (ISE), a Fibria recebeu um montante de R\$ 48 milhões entre 2006 e 2018, sendo R\$ 24 milhões destinados exclusivamente para unidade Três Lagoas, em três contratos (2009, 2016 e 2018). Nota-se que desses contratos um ocorreu no início das operações de sua fábrica no estado e os outros dois no começo da construção da segunda linha de produção e após início de suas operações, momentos nos quais a reprodução do consenso precisa ser ampliada, justamente pelo aumento dos conflitos e impactos gerados durante a construção das plantas industriais e da expansão da área plantada de eucalipto, necessária para atender a demanda por matéria prima.

⁵⁵² Cabe lembrar que nesse denominado Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, as empresas ficaram responsáveis por investir quantia equivalente aquela contratada do Fundo Social, ou seja, o montante total do programa ReDes foi de R\$ 110 milhões, dos quais R\$ 10,4 milhões foram destinados à Fibria, unidade Três Lagoas.

Junto a tais financiamentos e investimentos foram criadas diretrizes e normas destinadas a dirigir politicamente os processos de territorialização dos monopólios e monopolização do território, daí o papel do Estado como educador do consenso – identificou-se, nessa direção, o protagonismo das instituições financeiras, bancárias e não bancárias, em nível internacional. Tais diretrizes e normas são absorvidas, filtradas e colocadas em prática pelos aparelhos privados de hegemonia. Observou-se que o Instituto Votorantim criou programas e projetos sob a direção do BNDES, filtrando-os de acordo com cada setor nos quais as empresas do Grupo atuam. O papel desse aparelho privado de hegemonia, como destacado no capítulo 3, é de planejar e organizar a intervenção político-ideológica dos diferentes setores do conglomerado industrial, sendo responsável, assim como outros aparelhos privados de hegemonia burguesa, pela privatização de recursos públicos, empresariamento de políticas públicas e inserção dos interesses políticos e econômicos da burguesia interna no interior do Estado (em seu sentido restrito).

Com base nas análises da responsabilidade socioambiental, pautada na concepção teórico-metodológica gramsciana acerca do Estado (Estado ampliado), somadas aos dados levantados e analisados, como os citados no parágrafo anterior, foi possível concluir que, diferentemente do que tem sido afirmado nas pesquisas que abordam a questão da atuação das empresas (intervenção político-ideológica) nas comunidades de seu entorno (frações do território), essa atuação não se dá mediante a retirada do Estado no contexto neoliberal. Na verdade, o que ocorre é uma forma específica de atuação do Estado enquanto educador para o consenso, tanto das frações subordinadas da classe hegemônica (direção política) quanto das classes e frações de classes subalternas (dominação socioterritorial). Lembrando que esse consenso se dá por meio da atuação dos aparelhos privados de hegemonia.

Por trás desse complexo processo de ampliação do Estado encontram-se os intelectuais coletivos da burguesia, que atuam em nível mundial. Identificou-se que essa atuação ocorre por meio das certificações – que também têm adquirido relevância nas pesquisas geográficas. As certificações foram interpretadas, nessa tese, como relações pedagógicas colocadas em prática com a finalidade de dirigir politicamente a atuação das diferentes classes e frações de classes dominantes em nível mundial, correspondendo ao terceiro grau das relações de forças políticas⁵⁵³. Criadas e inseridas no interior do Estado pelos intelectuais coletivos da burguesia,

⁵⁵³ Com base em Gramsci (2007), pode ser considerado o momento em que as classes dominantes adquirem consciência de classe, superando seus interesses corporativos – por meio de um conflito de interesses e da correlação de força entre as próprias classes dominantes –, e subordinando-os aos interesses da classe dirigente (a burguesia rentista ligada ao capital financeiro).

tal relação de “hegemonia” tem sido dirigida pelo capital financeiro para garantir a contínua e desenfreada produção e reprodução do capital na esfera produtiva, ou ainda, para garantir a reprodução das relações capitalistas de produção. No caso do setor de celulose, a principal organização responsável por certificar sua territorialização é o Forest Stewardship Council (FSC), que também busca conferir legitimidade política às corporações que atuam no setor.

A pedagogia política da responsabilidade socioambiental encontrou nos próprios impactos causados pela territorialização do capital uma forma de inserção nas diferentes frações do território, com base na ideia de gestão de riscos. A proposta de mitigar os impactos socioambientais garante a implementação dos programas e projetos nas “comunidades do entorno”. Além disso, a riqueza produzida por meio da exploração da natureza e do trabalho e apropriada pelos proprietários do capital, aparece ideologicamente como distribuída entre as eufemisticamente denominadas partes interessadas (a ideia de “valor compartilhado”) que também diz respeito aos sujeitos expropriados e impactados pela territorialização do capital. Trata-se, na verdade, de incluir tais sujeitos no violento processo de valorização do capital.

Os trabalhos de campo revelaram que, apesar do discurso contrário, muitos projetos foram implementados a contragosto dos assentados, causando prejuízos em alguns casos e atrapalhando as atividades essenciais da produção agrícola, devido a obrigatoriedade de executar tais projetos. Identificou-se que a empresa interfere na alocação dos recursos e na organização das associações e cooperativas com a finalidade de transmitir a opinião pública uma aparência de êxito na sua intervenção, inclusive forjando resultados. Diante dessa realidade, é possível contrapor o argumento elaborado pelo BNDES para justificar a alocação da maior parte dos recursos do Fundo Social nos institutos e nas fundações empresariais, de que as grandes e médias empresas teriam maior capacidade operacional para tanto, diferente dos entes públicos e das organizações representantes do campesinato, dos ribeirinhos e de grupos indígenas, que, segundo o Banco, não seriam capazes de dar a devida atenção e acompanhamento às suas parcerias.

Observou-se que, na realidade, parte dos projetos implantados pela Fibria desperdiçaram recursos, servindo exclusivamente para que a empresa interfira nas diferentes frações do território com a finalidade de educar os sujeitos para o consenso (de preferência ativo). Tem-se ainda, que para efetivar essa pedagogia política, a empresa criou uma forma de coagir a participação das famílias assentadas nas associações: as famílias não associadas são impedidas de receber insumos agrícolas e de participar dos projetos. Além disso, como parte dessa tática pedagógica, não basta estar associado, é necessário: i) estar com a mensalidade em

dia, para garantir o funcionamento da associação; ii) participar das reuniões, para que a empresa consiga difundir ao máximo suas ideias; iii) cumprir prazos/etapas/tarefas da execução de cada projeto, para que os sujeitos se tornem dependentes dessa intervenção. Assim, são os associados os sujeitos quais a empresa busca o consentimento ativo com a finalidade de mobilizar todos os demais, que, por algum motivo, não são associados, nem participam dos projetos, e por isso poderiam atuar em contraposição à intervenção da empresa e aos impactos socioambientais causados por sua territorialização.

A partir da análise da responsabilidade socioambiental da Fibria, foi possível constatar que os próprios programas e projetos geram conflitos no interior dos assentamentos e reassentamentos rurais. Nessa perspectiva, é essencial compreender que a produção de consensos não extingue a existência de conflitos e coerções. Pelo contrário, tem-se que tal consenso está revestido por diferentes formas de coerções (morais, econômicas e extraeconômicas) e permeado por conflitos. Assim, força e consenso formam um par dialético, sendo que a existência e predominância do consenso, no caso analisado, não significou a harmonização das relações de produção, nem a redução de seus impactos socioambientais, pelo contrário, permitiu ao setor ampliar e intensificar os processos de expropriação e exploração/degradação da natureza, garantindo sua expansão geográfica.

A pedagogia política da responsabilidade socioambiental tem causado a dispersão e desarticulação das classes e frações de classes subalternas. Ela intervém diretamente na organização desses sujeitos com a finalidade de restringir suas formas organizativas, para depois reorganiza-los de acordo com o(s) projeto(s) político(s) das classes dominantes. É claro que frente a essa intervenção são criadas formas de resistências que, apesar de não terem sido o foco da pesquisa, foram possíveis de identificar, tais como a rejeição em aderir a alguns projetos (o caso do programa integração leite mandioca, quando alguns camponeses rejeitaram a instalação das ordenhas e a produção das mudas de mandioca) e a reivindicação para cancelar um e dar início a outro (como o caso do PIMA), além da alteração de alguns projetos de acordo com as necessidades da comunidade, possibilitando benefícios.

Por fim, longe de esgotar as questões levantadas acerca da territorialização do setor de celulose e da atuação do Estado e da sociedade civil empresarial nesse processo, a tese buscou contribuir teórica e metodologicamente a partir da análise da produção e reprodução do consenso como dimensão inerente à territorialização do capital, bem como levantar novas questões. Nem todas as questões e possibilidades de investigação identificadas durante a pesquisa foram colocadas em análise, assim como nem todas as questões levantadas puderam

ser profundamente analisadas. Algumas delas que precisam ser aprofundadas são: i) o entrelaçamento entre o setor de celulose e as questões ambiental e climática, isto é, a “mitigação” dos impactos ambientais e das mudanças climáticas como forma de lucro, de acesso ao crédito e de reprodução do capital na esfera financeira; ii) o papel das instituições financeiras na direção política das classes dominantes; iii) a atuação do Estado e as formas de intervenção político-ideológica das classes dominantes na sociedade civil pós crise de hegemonia do social-liberalismo petista e golpe de Estado (interrupção do mandato presidencial de Dilma Rousseff). Espera-se que tais questões e possibilidades de investigação sirvam de estímulo para novas e futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; GIFFONI PINTO, Raquel. A Gestão empresarial do risco social e a neutralização da crítica. **REV. PRAIA VERMELHA** (UFRJ), v. 19, p. 51-64, 2009.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Ed. UFMS, 2008.

_____. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região Leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária. In: **Anais...** XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia/MG**. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

_____. Impactos socioambientais do complexo territorial eucalipto-celulose em Mato Grosso do Sul. In: **IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia** – Goiânia: Anpege, 2011. v. 1. p. 1-12.

_____. A nova fronteira do eucalipto e a crise da reforma agrária. **Boletim DATALUTA**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, dezembro de 2012, número 60, p. 02-10.

ANTUNES, Ricardo. A “Terceira Via” de “Tory” Blair: a outra face do neoliberalismo inglês. **Revistaoutubro**: Edição 03, 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/>. Acesso em 26/02/2019.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. - 2. ed. - Campinas, SP: Autores Assodados, 2005.

ARANTES, Elaine. Investimento em responsabilidade social e sua relação com o desempenho econômico das empresas. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 03-09, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://labs.iventure.com.br/reciclearbono/biblio/retorno.pdf>. Acesso em: 23/07/2021.

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira**. São Paulo: Sundermann, 2011.

ASEVEDO, Tayrone Roger. **Agroindustrialização canavieira em Aparecida do Taboado/MS: o antagonismo capital/trabalho na (re)produção da espacialidade capitalista do lugar**. Monografia (Graduação em Geografia). UFMS – Três Lagoas/MS, 2010.

AZEREDO, Beatriz; DUNCAN, Pedro Gomes. **A experiência da área de desenvolvimento social no período 1996-2002** - Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bndes_social/bndes_social7.pdf. Acesso em: 18/09/2018.

BARATELLI, A. E. S. **A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas**. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: **Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017**. De O Capital à Revolução de Outubro (1867 - 1917), 2017, Niterói. Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2017. Niterói: NIEP-Marx, 2017. v. 1. p. 1-18.

_____. **Brasil em Contra Reforma** - desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. Segunda edição – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy. Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira via e governo Lula. In: **Universidade e Sociedade (Brasília)**, Brasília, v. XIII, n.31, p. 205-216, 2003.

BIANCHI, Álvaro; ALIAGA, Luciana. Força e consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 17-36. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/view/126>. Acesso em: 21/03/2019.

BRAGA, José Carlo; OLIVEIRA, Giuliano C.; WOLF, Paulo J. W. O "efeito China" e alguns dos principais desafios para o desenvolvimento brasileiro. In: **Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro: As mudanças mundiais em curso e seus impactos sobre as perspectivas de desenvolvimento do Brasil**. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estratégicos, 2013, p. 71-166. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/estudoscgee>. Acesso em: 15/02/2021.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** Org. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 55-93.

BNDES. **BNDES aprova Programa de Investimentos em Debêntures** – Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20060831_not160_06. Acesso em: 18/11/2018.

_____. A participação do Sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil. Departamento de Relações Institucionais (DERIN). **Estudos Setoriais** – Rio de Janeiro/RJ, 1991. Disponível em: disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13824>. Acesso em: 16/01/2019.

_____. **Privatização: a experiência da BNDESPar (1987-1989)**. Departamento de Relações Institucionais (DERIN) – Rio de Janeiro/RJ, 1992. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/10057>. Acesso em: 16/01/2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e A ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <https://pesquisa->

easp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf. Acesso em: 17/08/2019.

BUGIATO, Caio Martins. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas/SP, 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Inserção externa e vulnerabilidade da Economia brasileira no governo Lula**. IV Encuentro Internacional Economía Política y Derechos Humanos, 2010. Disponível em: <https://www.madres.org/documentos/doc20100924142304.pdf>. Acesso em: 09/03/2021.

CARDOSO, Alessandra. **Política socioambiental do BNDES: presente e futuro**. INESC. – 1ª Edição – Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2015/11/BNDES-PDF-paginas-simples-.pdf>. Acesso em: 25/02/2019.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, edição especial, p. 61-68, jun. 2013.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI / Rodrigo Castelo**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social.– Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2011.

_____. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**, 2012. (pp. 46-77).

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **Faces da privatização do fundo público no Brasil: uma análise da utilização dos recursos do FAT pelo BNDES**. Unioeste, 2005.

_____. Faces da privatização do fundo público no Brasil: a utilização dos recursos do FAT pelo BNDES. In: **UNIVERSIDADE E SOCIEDADE**. Final de mandato presidencial: o balanço é negativo. DF, Ano XVI, Nº 38, junho de 2006.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 16. 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DATALUTA. **Relatório Brasil (2014)**. 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31914/18073>. Acesso em: 28/09/2020.

DINIZ, Adriana Nascimento. **BNDES: de agente desenvolvimentista a gestor da privatização: 1952-2002**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2004.

ELDORADO BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade**. 2014. Disponível em: http://www.eldorado brasil.com.br/img/Relatorio_de_Sustentabilidade_2014.pdf. Acesso em: 01/05/2017.

_____. **Relatório de Sustentabilidade**. 2016. Disponível em: <http://eldorado brasil.com.br/img/eldorado-rs2017-20170929.pdf>. Acesso em: 01/05/2017.

_____. **Relatório de Sustentabilidade**. 2017. Disponível em: <http://www.eldorado brasil.com.br/img/pt-eldorado-rs2017-diagramacao-20180924.pdf>. Acesso em: 01/05/2017.

FERNANDES. Bernardo. Mançano. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 11, p. 31-40, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110221042312/3d1fernandes.pdf>. Acesso em: 27/03/2017.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial/Flacso Brasil, 2013, p. 191-206.

FERNANDES. B. M. *et al.* **A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA: janeiro de 2017.

FIBRIA. Manual de engajamento. s/d. Disponível em: <http://fibria-institucional-qa.azurewebsites.net/wp-content/uploads/2018/03/manual-de-engajamento-fibria-13mai2013.pdf>. Acesso em: 25/02/2019

FIBRIA. **Relatório de sustentabilidade**, 2012.

_____. **Relatório de sustentabilidade**, 2013.

_____. **Plano de Sustentabilidade Ofaié**, 2013a.

_____. **Relatório de sustentabilidade**, 2014a.

_____. **Relatório de sustentabilidade**, 2015a.

_____. **Relatório de sustentabilidade**, 2016a. Disponível em: <http://relatoweb.com.br/fibria/2016/pt/>. Acesso em: 01/05/2017.

_____. **Relatório de sustentabilidade**. (2017a).

_____. **Resumo do plano de manejo**. Unidade Florestal MS. Três Lagoas, 2014b.

_____. **Resumo do plano de manejo.** Unidade Florestal MS. Três Lagoas, 2015b.

_____. **Resumo do plano de manejo.** Unidade Florestal MS. Três Lagoas, 2016b.

_____. **Resumo do plano de manejo.** Unidade Florestal MS. Ed: 11ª. Três Lagoas: jun. 2017b.

_____. **Resumo do plano de manejo.** Unidade Aracruz. Ed. 9ª. Espírito Santo: out. 2017c.

_____. **Resumo do plano de manejo.** Unidade Florestal SP. Ed. 14ª. São Paulo: nov. 2017d.

_____. **Resumo do plano de manejo.** 2018. Disponível em: <http://fibria-institucional-qa.azurewebsites.net/>. Acesso em: 25/02/2019.

_____. **Política de sustentabilidade.** (2017e). Disponível em: <https://relatoweb.com.br/fibria/2016/pt/>. Acesso em: 01/05/2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** – 2. Ed. – Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. Resenha de: A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. In: **Revista crítica marxista**, 2010b. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha156resenha4.pdf. Acesso: 25/02/2019.

_____. Hegemonismos e política: que democracia? In: Marcelo Badaró Mattos (Org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 207-236.

FSC. **FSC e as compras públicas sustentáveis.** 2018. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/mercado-e-parceiros/compras-pblicas>. Acesso em: 25/02/2019.

FURTADO, Fabrina Pontes. **BNDES que temos e o que queremos: o papel do BNDES no financiamento do desenvolvimento nacional democrático.** Org. FURTADO, Fabrina Pontes – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GARRISON, John W. **Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil.** Primeira edição, 2000. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/03/GARRISON-ConfrontoColaboracao.pdf>. Acesso em: 19/06/2018.

GARZON, Biviany Rojas *et al.* A Política de Responsabilidade Socioambiental do BNDES: situação atual e necessidade de revisão. In: CARDOSO, Alessandra. **Política socioambiental do BNDES: presente e futuro.** INESC. – 1ª Edição – Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2015/11/BNDES-PDF-paginas-simples-.pdf>. Acesso em: 25/02/2019.

GHIBAUDI, Javier; LALTUF, Igor. Uma aproximação à economia política do BNDES no período 2003-2014. Setores produtivos, grupos empresariais e o debate sobre sua ação. In:

Org. VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga. **BNDES: Grupos econômicos, setor público e sociedade civil**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2017. Disponível em: www.afbndes.org.br. Acesso em: 18/09/2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** [vol. 1]. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere** [vol. 2]. 2a Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere** [vol. 3]. 3a Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIOT, André Pereira. **Dominação burguesa no Brasil** – Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2015.

HIRT, Carla. **O lugar e o papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Rio de Janeiro/RJ, 2016.

IBÁ. Indústria Brasileira de Árvores. **Relatório Anual 2015**. Disponível em: http://www.iba.org/images/shared/iba_2015.pdf. Acesso em: 05/10/2021.

_____. **Relatório Anual 2017**. Disponível em: https://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2017.pdf. Acesso em: 05/10/2021.

IBASE. **Fórum de diálogo BNDES e sociedade civil: a política social do BNDES** (2014). Disponível em: <http://ibase.br/pt/midioteca/publicacoes/publicacoes/>. Acesso em: 13/06/2018.

IBGE. **As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2002** IIBGE, Gerência do Cadastro Central de Empresas. - Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 15/05/2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal** (PPM). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 15/05/2018.

_____. **Censo Agropecuário: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IMAFLOA. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - o mapa da desigualdade. **No 10** | ABRIL 2020. Disponível em: <https://www.imaflora.org/biblioteca?page=1&pesquisa=sustentabilidade+em+debate>. Acesso em: 28/09/2021.

INSTITUTO VOTORANTIM. **Relatório de atividades**. 2017. Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/>. Acesso em: 09/09/2018.

JOLY, Carolina. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis/BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007.

JUVENAL, Thais Linhares.; MATTOS, René Luiz Grion. O setor de celulose e papel. In: BNDES. **BNDES 50 anos: Histórias Setoriais**. 2002. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/12975?mode=full>. Acesso em: 16/01/2019.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica Agrária e a territorialização do Complexo Celulose/Papel na Microrregião de Três Lagoas/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2011.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária práxis do bem comum. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: fevereiro de 2014.

LEMES, Mariana Santos. **Territorialização do capital e as contradições da educação do campo na microrregião de Três Lagoas (MS)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias**. Uma visão histórica. Expressão Popular: São Paulo, 2018.

LUIZ, Luana Fernanda. **Questão agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário e desdobramentos para o campesinato na microrregião de Três Lagoas (MS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2020.

MALINA, Léa Lameirinhas. **A territorialização do monopólio do setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARACCI, Marilda Teles. Megaprojetos e violações de direitos. In: PINTO, João Roberto Lopes (Org.). **Ambientalização dos bancos e financeirização da natureza** – Um debate sobre a política ambiental do BNDES e a responsabilização das instituições financeiras. Brasília: Rede Brasil sobre instituições financeiras multilaterais, 2012.

MARTINS, André Silva. **Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2007.

_____. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso** – São Paulo: Xamã, 2005.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Pedagogia do Capital*. In: **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O cativo da terra**. 9ª Edição – São Paulo: Contexto, 2015.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. In: **Revista Crítica Marxista**, n.47, 2018, p.55-73.

_____. Balanço dos governos petistas e análise dos realinhamentos de classe na crise do governo Dilma. In: **Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina** / Hernán Ouviaña; Mabel Cristina Thwaites Rey; compilado por Hernán Ouviaña; Mabel Cristina Thwaites Rey. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo, 1998.

_____. **A ideologia Alemã**. – São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Prefácio. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-49.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. – São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. – São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo global da produção capitalista. Edição de Friedrich Engels. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MATO GROSSO DO SUL (estado); SEPLANCT. **Cenários e estratégias de longo prazo – MS 2025: caminhos para o desenvolvimento**. Campo Grande: 2004.

MELO, Adriana Almeida Sales. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso** – São Paulo: Xamã, 2005, p. 69-82.

MELO, Danilo Souza. **As contradições da reprodução do latifúndio e (re) criação do campesinato nos territórios rurais parque das Emas (GO) E Bolsão (MS)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Estudos Geográficos, Programas de Pós-Graduação em Geografia, Jataí, 2021.

MENEZES, Francisco; AMORIM, Fernando. **Desenvolvimento, democracia e responsabilidade: o BNDES na disputa ideológica**. IBASE, 2017. Disponível em: <http://ibase.br/pt/midioteca/publicacoes/publicacoes/>. Acesso em: 20/09/2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Boletim de Informações Financeiras do FAT. **I Bimestre do exercício de 2018**. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-de-Infoma%C3%A7%C3%B5es-Financeiras-do-FAT-1%C2%BA-Bimestre-2018.pdf>. Acesso em: 21/12/2018.

MORELLI, Luiz Alberto da Silva. **A Monocultura do Eucalipto e a Monopolização do Território na Metade Sul do Rio Grande Do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2011.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**, 2012.

MOTTA, Vânia Cardoso. **Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ, 2007.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão Geográfica do Capital e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul nos Governos FHC e Lula. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O Campo no Brasil contemporâneo: dos governos FHC aos Governos Petistas**. 1ªed. Curitiba: CRV Editora, 2017, v. I, p. 243-272.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso** – São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Roberto Oliveira; LEAL, Rodrigo Mendes. **Investimento social não reembolsável do BNDES: a trajetória do Fundo Social até 2008**. (2011). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>. Acesso em: 18/09/2018.

OBSERVATÓRIO SOCIAL, **O falso verde**. São Paulo, 2012. Disponível em: www.observatoriosocial.org.br. Acesso em: 11/05/2022.

OLIVEIRA, André Luis Amorim. **Superexploração da força de trabalho, capitalismo dependente e agronegócio: um estudo da terceirização a partir da empresa Suzano Papel e Celulose em Três Lagoas/MS**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contra-reforma agrária no governo lula. In: Conselho Regional de Economia, Sindicato dos economistas; Centro de Estudos para o Desenvolvimento (orgs.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 287-328.

_____. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: **Conflitos no Campo 2010**, CPT-Nacional, Goiânia, 2011, p. 55/62.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; FARIA, Camila Salles. O processo de Constituição da propriedade da terra no Brasil. In: 12 Encontro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. **Caminando en una América Latina en transformación**. Montevideo: Universidad de la Republica, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/94.pdf>. Acesso em: 14/07/2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público**. 1988. Disponível em: https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Estado%20e%20Políticas%20Publicas/EPP%2005_Oliveira_O%20surgimento%20do%20antivalor.pdf. Acesso em: 15/11/2018.

_____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. **Hegemonia às avessas**. 2007. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/hegemonia-as-avessas/>. Acesso em: 17/08/2019.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. – 1.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17820>. Acesso em: 25/02/2019.

OVERBEEK, Winfridus; KRÖGER, Markus; GERBER, Julien-François. **Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global**. Conflitos, tendências e lutas de resistência. Relatório EJOLT No. 3, 2012.

PAMPLONA, Leonardo. Perspectivas para as ações de apoio à inclusão produtiva do BNDES. **BNDES Setorial 45**, 2017, p. 57-83. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11758>. Acesso em: 23/09/2018.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

_____. Conflitos e parcerias em torno de projetos socioambientais. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 23, n. 2, 2011, p. 235-263. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12674/14451>. Acesso em: 27/02/2018.

_____. Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002). In: **Estudos Avançados**. 2012, vol.26, n.75, p.111-136. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/08.pdf>. Acesso em: 03/04/2019.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo de caso a partir de Três Lagoas (MS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS, 2012.

_____. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha:** a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. Tese (Tese de Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2016.

PINTO, Raquel Giffoni. **Os riscos da política às políticas do risco:** um estudo sobre os “riscos sociais corporativos” e suas formas de gestão. Tese (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ, 2015.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista:** grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo – São Paulo/SP, 2016.

REDES, Programa. **Publicação Programa Redes**, 2015. Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/programas-e-projetos/programa-redes/>. Acesso em: 09/09/2018.

_____. **Publicação Programa Redes**, 2017. Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/solucoes-sociais/programas-e-projetos/programa-redes/>. Acesso em: 09/09/2018.

REPÓRTER BRASIL. **O BNDES e sua política socioambiental.** Uma crítica sob a perspectiva da sociedade civil organizada. São Paulo: 2011. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/documentos/BNDES_Relatorio_CMA_ReporterBrasil_2011.pdf. Acesso em: 18/12/2015.

RIBEIRO, Isabela Ramos; SALVADOR, Evilasio da Silva, **Hegemonia e políticas sociais no Brasil:** contribuições ao debate sobre vinculação orçamentária. IN: R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 76-85, jan./abr. 2018.

RIBEIRO, Thiago Cesar. **Novo Padrão de Reprodução do Capital:** O Padrão Exportador de Especialização Produtiva na América Latina. Monografia (Ciências Econômicas) – Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. In: **REV. SERV. SOC.**, Londrina, V. 14, n.2, p. 5 04-22, jan./jun. 2012.

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. In: **Revista de Políticas Públicas** (UFMA), v. 18, p. 15-32, 2014.

SEMAC. Dispensa do licenciamento ambiental as atividades de plantio e condução das espécies florestais que menciona e dá outras providências. **RESOLUÇÃO SEMAC/MS N.**

17 DE 20 DE SETEMBRO DE 2007. 2007. Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/>. Acesso em: 28/09/2021.

SEPROTUR. **Plano Estadual para o desenvolvimento sustentável de Florestas Plantadas** (Resumo Executivo). Campo Grande, Mato Grosso do Sul, mar. 2009. Disponível em: <http://www.pantanalecoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf>. Acesso em: 09/01/2012.

SILVA, Mariele de Oliveira. **A (re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul.** Dissertação (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, Três Lagoas-MS.

_____. **A transição agroecológica como possibilidade de recriação camponesa nos assentamentos 20 de Março (MS) e Eli Vive (PR).** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** Org. SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-55.

SMITH, Dane; MURRAY, Murray; FARUK, Rahfin; PONTILLO, John. **Estudo de caso: cultivando valor compartilhado no setor florestal do Brasil, 2017.** Disponível em: http://www.fibria.com.br/shared/Fibria_external_case_study_Portugu%C3%AAs_VF.pdf. Acesso em: 26/02/2019.

SOUZA, Giselle. BNDES nos governos do PT e a reprodução do capital por meio do Fundo Público. **ADVIR (ASDUERJ)**, v. 36, p. 89-98, 2017.

SUZANO. **Relatório de sustentabilidade.** 2018. Disponível em: <https://ri.suzano.com.br/Portuguese/a-companhia/sustentabilidade/default.aspx>. Acesso em: 03/09/2019.

TAUTZ, Carlos *et al.* BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: MAGALHÃES, J. P. de A. et al. (org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 249-286.

VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga. **BNDES: grupos econômicos, setor público e sociedade civil.** – 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2017. Disponível em: www.afbndes.org.br. Acesso em: 18/09/2018.

VIEIRA, Flávia Braga; GIMÉNEZ, Maria Julia. Conflitos e diálogos entre movimentos sociais e o BNDES. In: Org. Carlos VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga. **BNDES: Grupos econômicos, setor público e sociedade civil.** – 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2017. Disponível em: www.afbndes.org.br. Acesso em: 18/09/2018.

WRM (World Rainforest Movement). **Certificando o não-certificável:** certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil. Disponível em: https://www.wrm.org.uy//pt/files/2003/08/FSC_Certificando_o_nao-certificavel.pdf. Acesso em: 17/08/2021.